



**Anais da FVJ & Ciência 2021.2 da Faculdade do Vale do Jaguaribe,
Aracati-CE**

**Com Edição Especial de trabalhos apresentados no
II Congresso Regional de Educação Física e Saúde – CEFS e da
1ª Jornada de Nutrição do Vale do Jaguaribe**

ANAIS

ISSN 2763-8375

Ano 2 - Volume 2 - Edição 2

Faculdade do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

Dezembro – 2021



ISSN 2763-8375

Faculdade do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

2021.2

Local: Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Diretoria Executiva da Faculdade do Vale do Jaguaribe

Direção Geral: Antonio Henrique Dummar Antero

Diretora Acadêmica: Darcielle Bruna Dias Elias

Diretor de Operações e Expansão: Francisco Garcia de Sousa Junior

Direção Administrativo e Financeiro: Lutiano Almeida Elmiro

Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros

Profa. Bárbara Xavier de Andrade

Prof. Me. Cícero Philip Soares do Nascimento

Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias

Profa. Fernanda Cavalheiro Mendes

Prof. Me. Francisco das Chagas da Silva

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Mota

Profa. Ma. Samira Lodi Melo

Expediente

Endereço postal
Faculdade do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750

Editor-Chefe dos Anais FVJ & Ciência

Prof. Dr. Marcio Mota, Faculdade do Vale do Jaguaribe, FVJ

Equipe Editorial

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes
Profa. Dra. Aline Maria Barbosa Domício Souza
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Prof. Dr. Bruno de Castro Amoni
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Souza Menezes
Profa. Dra. Charllyany Sabibo Custódio
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Dra. Márcia Skibick Araújo
Profa. Dra. Maria de Nazaré da Rocha Penna
Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Marcio Mota
Doutor em Administração
Faculdade do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750
Telefone: (88) 3421-9775
Fax: (88) 3421-9750
E-mail: marciomota@fvj.br

Apresentação

A FVJ & Ciência é um evento semestral organizado pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em que trabalhos de discentes vinculados aos docentes de graduação e pós-graduação de todas as áreas de pesquisa são selecionados como coletânea no intuito de tornar público à comunidade as atividades de pesquisa da FVJ.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade: Semestral

Centro de Gestão e Hospitalidade

Administração

Ciências Contábeis

Administração

INFLUENCIADORES DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE MARKETING EMPRESARIAL

Carlos Walter Nogueira Da Silva **

Eliezio Gomes de Queiroz Neto ***

RESUMO

Tendo em vista o modo como as redes sociais vem mudando a forma como as empresas podem trabalhar para o seu crescimento, observou-se a importância de pesquisar os motivos pelos quais as empresas utilizam ou não os influenciadores digitais como ferramenta de marketing, qual o tempo que essas empresas estão no mundo digital, e o nível de satisfação delas em relação a esses influenciadores, além disso a pesquisa procurou mostrar também o lado dos influenciadores digitais para ter uma maior precisão em seus resultados. O presente estudo objetivou identificar a importância dos influenciadores digitais como ferramenta de marketing empresarial na cidade de Aracati-CE. A metodologia do presente estudo foi à abordagem qualitativa descritiva com aplicação de questionário individual, a pesquisa foi feita de forma remota via google formulário com 11 (onze) empresas e 7 (sete) influenciadores digitais da cidade de Aracati-CE, e seu estudo de dados se deu pela análise de conteúdo. Após a aplicação deste formulário os resultados obtidos foram que as empresas da cidade de Aracati-CE estão ainda em um processo de inserção nesse mercado digital, mas se encontram satisfeitas com o trabalho dos influenciadores digitais, os principais motivos para a contratação desses influenciadores foi trazer mais clientes, ter mais reconhecimento de mercado e aumentar suas vendas.

Palavras chave: Influenciador digital; Marketing digital; Redes sociais.

INTRODUÇÃO

O marketing empresarial vive constantes mudanças e as redes Sociais tem dado força e se tornado grande aliado para o crescimento acelerado das empresas, por conta da grande quantidade de informações resumidas que é possível se obter com elas, além, da possibilidade de ter sua empresa reconhecida de forma mais acelerada. Com isso, surge a necessidade de voar mais alto e se destacar entre todos do mesmo ramo e o uso dos influenciadores digitais como ferramenta de marketing empresarial vem se destacando nos últimos anos.

Sendo assim, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: De que forma as pequenas e médias empresas de Aracati-CE podem usar os influenciadores digitais para se destacar das demais empresas do mesmo ramo?

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar de que forma os influenciadores digitais podem ajudar as pequenas e médias empresas da cidade de Aracati-CE a ter maior destaque no mercado no qual ele atua. A pesquisa pretende ainda, descobrir os motivos ao qual as empresas procuram ter um influenciador digital ligado a ela, identificar a rede social que traz maior resultado quando se fala de reconhecimento e vendas, por fim analisar o nível de satisfação das empresas ao utilizar os influenciadores digitais como ferramenta principal de marketing.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MARKETING

O marketing historicamente foi dividido em 4 fases que vai do marketing 1.0 a 4.0 (KOTLER *et al.*, 2017). A primeira fase, que ficou conhecida como marketing 1.0, começou nos anos 70 durante o período da revolução industrial.

A segunda fase, as informações já eram mais fortes e as pessoas começaram a ter um maior poder de escolha, pois já existia mais de uma opção do mesmo produto, nessa época a famosa frase “o cliente é o rei”. (GOMES; KURY, 2013).

A terceira fase, foi o período em que as estratégias de marketing estavam encarregadas de pegar e levar informações dos clientes. (KOTLER *et al.*, 2017).

A quarta fase ou marketing 4.0 se deu após a união da web 3.0 com a Internet das coisas (IoT), que mudaram a forma de fazer marketing dando início a nova era com grande força das redes sociais. Para as empresas essa fase teve 4 subdivisões, que foram a identidade da marca, imagem da marca, interação da marca e a integridade da marca que são pontos chaves na sua imagem nas redes sociais e das pessoas que a representam. (KOTLER *et al.*, 2017).

MARKETING DIGITAL E SUAS FERRAMENTAS

O marketing das empresas como conhecemos hoje teve um início lento no ano 2000, onde aconteceu uma pequena mudança na comunicação entre as empresas e os seus consumidores, através de bloggers ou até mesmo de sites (GOMES; KURY, 2013).

Torres (2009) explica que existem sete ferramentas principais do marketing digital que são: Marketing de conteúdo, Marketing nas mídias sociais, E-mail Marketing, Marketing, Pesquisa online, publicidade e monitoramento.

REDES SOCIAIS

As primeiras redes sociais foram criadas em meados dos anos 90 (JESUS, 2013), Braile (2012) fala que o anônimo Classmates é considerado a primeira rede social, e que tinha como objetivo conectar estudantes da faculdade, foi a partir dele que começou a ser desenvolvidas novas redes sociais, mas foi apenas nos últimos vinte anos que as pessoas começaram a aderir ao seu dia-a-dia, e se tornando uma ferramenta de grande importância, onde já é usada por milhões de pessoas (JESUS, 2013).

Para as empresas é muito importante ter o controle e analisar com bastante cuidado as tendências de mercado em relação as redes sociais, pois hoje através de ferramentas como Google Analytics as empresas podem ter de forma resumida uma análise técnica e a partir disso trabalhar para desenvolver um projeto futuro.

MARKETING POR INFLUÊNCIA E INFLUENCIADORES DIGITAIS

O Marketing por influência teve seus primeiros registros a partir de estratégias de campanhas de políticos americanos a alguns anos atrás. Embora não tivesse esse nome, é considerado um dos primeiros registros dessa ferramenta (PRADO; FROGERI, 2017).

De acordo com Deges (2018) conforme citado por Barreiro *et al.* (2019), o marketing por influência define-se por uma estratégia empresarial, onde seus produtos estarão expostos em lugares alternativos, como sites ou a comunicação social através de criadores de conteúdo, de forma a integrar a suas redes sociais gerando engajamento entre a empresa e seu público-alvo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa que segundo Flick (2008), esse método de pesquisa consiste em analisar as diferentes perspectivas, fazendo com que o pesquisador entenda que a pesquisa faz parte do processo de conhecimento, onde será trabalhado crenças, valores e processos. Esse método de pesquisa preocupa em detalhar principalmente os fenômenos das ações e as relações humanas no processo.

Também foi utilizado o método de análise de conteúdo para realizar a análise dos dados coletados, que para Bardin (2011), essa técnica nada mais é do que um grupo de análises e

técnicas que ajudam a chegar em um entendimento mais fácil dos dados coletados, seguindo três fases essenciais para examinar o conteúdo, que são: pré-análise, exploração do material e tratamento do resultado.

RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

A coleta de dados será realizada em empresas localizadas na cidade de Aracati-CE, por meio de um questionário online aos seus respectivos gestores.

Partindo do ponto das respostas extraídas dos influenciadores digitais, foi percebido que 70% delas são ME como mostra do gráfico 1 e essa mesma informação foi confirmada na pesquisa feita com os influenciadores digitais, onde eles responderam que mais de 70% (gráfico 2) das empresas que fecham parcerias com eles são ME e em sua grande maioria novas no mundo do marketing com influenciadores digitais.

Vale ressaltar que mais de 60% dessas empresas estão no ramo digital apenas há três anos, como mostra o gráfico 3. Seja com vendas online via redes sociais ou sites de venda. A partir desses dados foi possível perceber que muitas dessas empresas foram motivadas a ir para o mundo digital por conta da pandemia, que já dura quase dois anos e vem afetando todos os ramos da cidade.

Os influenciadores digitais na cidade de Aracati começaram a surgir a partir dessa necessidade que foi criada durante a pandemia, o gráfico 4 mostra que mais de 70% dos influenciadores digitais da cidade começaram a trabalhar de fato com isso apenas no último ano.

Outra informação importante encontrada pelo resultado da pesquisa é que a remuneração média declarada pelas empresas e também pelos influenciadores é de R\$500,00. Os influenciadores concordam em 71% que não estão recebendo o valor adequado, acreditam que a cidade está caminhando de forma devagar no quesito da valorização profissional. Como é possível notar no gráfico 7, embora os influenciadores não recebam o que eles acham que merecem, existe uma parcela que tem uma remuneração superior à média.

Um fator relevante da pesquisa foi que os empreendimentos estão cada vez menos buscando outras alternativas de marketing e mídia, porém 19% das empresas ainda buscam Rádio e TV como ferramenta de publicidade e/ou marketing, como mostra o Gráfico 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise efetuada neste estudo, destaca-se que os empreendedores da cidade ainda estão em processo de inserção das tendências digitais do marketing, é também percebido que os influenciadores digitais estão se engajando dentro do contexto da cidade de Aracati - CE. Outro fator importante é que embora os influenciadores achem que não estão sendo bem remunerados, existe um pequeno grupo de 10% que está recebendo acima da média. Outro relato importante é que 20% dos empreendedores acham que existem pontos negativos, por exemplo é a responsabilidade de associar um influenciador a sua marca e esse influenciador digital gerar uma repercussão negativa com suas ações futuras. Vale ressaltar também que uma média de 10% dos empreendedores tiveram uma experiência ruim com os influenciadores digitais do município do Aracati.

REFERÊNCIA

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011
- BARREIRO, Tânia *et al.* Marketing de influência e influenciadores digitais: aplicação do conceito pelas dmo em Portugal. **Marketing e Tourism**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 1-19, nov. 2019.
- BRAILE, Domingo M. A RBCCV nas redes sociais. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 1-3, set. 2012. Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-9741.20120059>.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2008. 408 p.
- GOMES, Marília; KURY, Glauro. **A Evolução do Marketing para o Marketing 3.0: o marketing de causa**. 2013. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Publicidade e Propaganda, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2013.
- JESUS, Gabriel de. **Sistema de Recomendação, Relatórios e Análise de Tendências de Rede Social Desportiva Playnify**. 2013. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência de Computadores, Universidade do Porto, Porto, 2013.
- KOTLER, Philip *et al.* **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2017. 208 p
- PRADO, Liz Áurea; FROGERI, Rodrigo Franklin. **MARKETING DE INFLUÊNCIA: um novo caminho para o marketing por meio dos digitais influencers**. **Interação**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 19, p. 43-58, fev. 2017.
- TORRES, Cláudio. **A bíblia do Marketing digital**. São Paulo: Novatec, 2009. 348 p.

Ciências Contábeis

OS IMPACTOS DOS NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO RESULTADO ECONÔMICO DA ENTIDADE

José Lailson do Nascimento Ferreira¹ (Aluno do curso de Ciências Contábeis na Faculdade do Vale do Jaguaribe email: lailson.nascimento@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Acredita-se que estar nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa melhora o desempenho das empresas. Dessa forma, o trabalho tem o seguinte questionamento de pesquisa: Como a presença em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa afeta os resultados econômicos das organizações? Buscando responder esse questionamento, o estudo tem como objetivo analisar o impacto da presença em Níveis Diferenciados de Governança Corporativa nos resultados econômicos das organizações. Para isso, foram estudadas 274 empresas que estão na B3, analisando o ROA, ROE e o Giro do Ativo entre os anos de 2016 e 2020, através do teste de regressão linear múltipla com dados em painel, realizado no *Stata*. Concluiu-se que o ROA mostrou-se positivo para as empresas que estão nos NDGC, enquanto negativo para as que estão no mercado tradicional, ou seja, o desempenho deste índice tende a ser aprimorado com os NDGC. Tratando-se da análise do ROE, as rodagens mostraram o oposto, sendo negativo para as empresas dos NDGC e positivo para as que estão no tradicional. Por fim, visto o Giro do Ativo, entendeu-se que para a maior parte dos níveis diferenciados, as empresas apresentaram relação negativa, enquanto apenas o nível Bovespa Mais mostrou-se positivo. Portanto, para as companhias analisadas, apenas o ROA apresentou um melhor desempenho para as empresas dos NDGC, enquanto os demais indicadores não tiveram impactos positivos.

Palavras-chave: Níveis Diferenciados de Governança Corporativa. Índices Financeiros. Desempenho Econômico.

1 INTRODUÇÃO

A discussão a respeito da governança corporativa não é atual, sendo, na verdade, temática de estudos a pelo menos 60 anos. Até a década de 1980 existiam vários estudos relacionados principalmente aos conflitos existentes entre acionistas majoritários e minoritários e entre acionistas e controladores, gerando o chamado conflito de agência (BERLE; MEANS, 1932) e sendo futuramente a base para a Teoria da Agência. Esses conflitos existentes, e o próprio conflito de agência, estão pautados principalmente nas diferenças de interesses das partes integrantes das sociedades, sendo que o interesse maior do investidor é a maximização do lucro e a agregação de valor

No Brasil, medidas foram adotadas para incentivar a evolução das práticas de governança, como a criação em 1995 do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com o intuito principal de gerar e disseminar conhecimento a respeito das melhores práticas em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes em sua adoção, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações (IBGC, 1999).

Além disso, foram criados os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, onde entende-se que os dois primeiros são transitórios, preparando as empresas para o último nível, visto que o grau de comprometimento de práticas de governança do Novo Mercado é ainda maior.

2 MARCO TEÓRICO

A partir dos conflitos entre acionistas e controladores é que surge a governança corporativa, com a finalidade de diluir essas diferenças através de práticas que visam assegurar os direitos dos acionistas entre si e perante os executivos. Para muitos estudiosos e autores, as práticas de governança corporativa tendem a aprimorar os resultados da empresa.

A literatura vem realizando estudos que buscam identificar as relações das práticas de governança corporativa com o desempenho econômico (BARROS; SOARES; LIMA, 2013). A maior parte desses estudos busca avaliar de forma quantitativa e através de métodos estatísticos os índices financeiros das companhias de capital aberto, sendo o principal deles o valor de mercado. Tem-se, portanto, a premissa de que as empresas participantes dos NDGC têm desempenho melhor que as demais não listadas.

Sobre isso, Calichio (2008) acredita que o mercado tem melhor aceitação para as companhias pertencentes aos níveis, uma vez que apresentam maior transparência das informações, maior qualidade e facilidade de acompanhar seus resultados. A afirmação de Calichio (2008) converge com Oliveira et al. (2017) que assumem válida a concepção de que as empresas podem ter seu desempenho aperfeiçoado, além de ter suas ações valorizadas através da implementação de práticas cada vez mais voltadas para a governança corporativa, o que acontece a partir do momento em que as companhias ingressam nos NDGC da B3.

3 METODOLOGIA

Conforme a classificação de pesquisa sob o critério de seus objetivos gerais, entende-se que este trabalho se trata de uma pesquisa descritiva e seu delineamento é bibliográfico e documental, uma vez que para os estudos foram consultados livros de referência, artigos científicos e dissertações acadêmicas. A adoção deste método se dá pela conveniência do assunto a ser discutido na pesquisa, bem como por essa técnica permitir uma vasta cobertura sobre o fenômeno observado.

Para uma análise ainda mais profunda, será utilizado um levantamento quantitativo através de dados obtidos pela base de dados Econômica. Os dados retirados da base referem-se às informações financeiras de 274 empresas listadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), com a finalidade de analisar três (03) indicadores financeiros, a saber, o retorno sobre o ativo (ROA), retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o giro do ativo, entre os anos de 2016 e 2020. Assim, a partir dos dados obtidos, será feito um estudo com base na estatística descritiva, fazendo-se o uso da técnica de regressão linear múltipla com dados em painel para fim de avaliar se a presença nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa afeta o desempenho econômico da entidade. Faz-se importante ressaltar também que os testes serão realizados por meio do *software Stata*.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a aplicação do teste de regressão com rotação de dados em painel utilizando o ROA como variável dependente, viu-se que as empresas que integram o Novo Mercado apresentam uma relação positiva para o ROA, assim como as que compõem o Nível 1 e no Nível 2, o que corrobora com Oliveira et al. (2017) que chegaram à conclusão que o ROA tende a aumentar com a adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC). Por outro lado, estar no Mercado Tradicional apresentou relação negativa, ou seja, não aderir os NDGC é ruim para o desempenho econômico das empresas.

Tratando-se dos resultados das regressões utilizando-se o ROE como variável dependente no *software Stata*, os testes feitos não indicaram relação positiva significativa para a presença nos NDGC no desempenho da empresa. O único nível que apresentou resultado positivo e significativo foi a presença no Mercado Tradicional, diferente do que se é esperado.

Identificou-se que a não adesão aos NDGC indica um bom desempenho do retorno sobre o patrimônio líquido. Oliveira et al (2017) também chegaram a uma conclusão semelhante, quando observaram que as empresas analisadas através do teste de Wilcoxon mostraram uma diminuição no ROE após aderirem aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3.

Por fim, o giro do ativo mostrou-se ser, entre as variáveis observadas, a que mais sofreu impacto significativo. Analisando os resultados do teste, entende-se que pertencer ao Balcão Organizado, ao Novo Mercado ou ao Nível 1 da B3 foi negativo para as empresas estudadas, enquanto integrar a listagem do Bovespa Mais foi positivo.

Portando, conclui-se que a análise do ROA confirma a hipótese dessa pesquisa, tendo em vista que os resultados mostraram que as companhias que aderiram aos NDGC da B3 apresentaram relação positiva e significativa. Entretanto, considerando os resultados alcançados verificando o ROE e o Giro do Ativo, não é possível determinar que a adesão aos níveis exerce influência positiva significativa, pois essas variáveis geraram resultados diferentes, principalmente o ROE, que mostrou que as empresas do Mercado Tradicional têm um desempenho melhor, enquanto no Giro do Ativo, a presença nos NDGC revelou-se negativo para a maior parte dos níveis de listagem da B3.

Entende-se que o trabalho realizado apresenta limitações e que outros estudos podem alcançar resultados diferentes. As limitações se dão principalmente pela quantidade de variáveis observadas (três variáveis dependentes). Outros trabalhos podem ser feitos levando em consideração outros indicadores, como o valor de mercado, assim como podem ser realizadas análises mais aprofundadas sobre os setores de atividades. Além disso, sugere-se que trabalhos futuros busquem relacionar o desempenho do ROI e a adesão aos níveis diferenciados da B3 de forma específica, para entender se de fato as empresas do mercado tradicional apresentam melhor performance e a causa desse resultado.

REFERÊNCIAS

BARROS, C.; SOARES, R.; LIMA, G. A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações** 19. Curitiba, 2013, p. 27-39.

BERLE, A. J., MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: MacMillan, 1932.

CALICCHIO, B. P. **A evolução do conceito de Governança Corporativa à luz da ética: uma análise longitudinal**. São Paulo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 1999.

OLIVEIRA, M. et al. Governança corporativa: uma análise do desempenho das companhias abertas brasileiras listadas nos níveis da BM&FBovespa. **Revista de administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, v. 7 n. 2, p. 402-425, jul-dez, 2017.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO HOME OFFICE NAS EMPRESAS DE CONTABILIDADE

Hianca Anjos dos Santos¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: hianca.santos@fvj.br), Cícero Philip Soares do Nascimento² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: cicero.philip@fvj.br).

RESUMO

Com o crescimento do teletrabalho, averiguar seus pontos positivos e negativos são de fundamental relevância. O artigo apresenta as vantagens e desvantagens do home office nas empresas de contabilidade, em algumas cidades do Ceará. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa, consiste em investigar as vantagens e desvantagens do home office. De modo que, os pontos positivos e negativos dessa modalidade de trabalho sejam apresentados, através da percepção de profissionais e estagiários da área da contabilidade, que trabalham nesse regime de trabalho. Trata-se de um estudo descritivo de procedimento qualitativo e por meio da pesquisa bibliográfica e análise estatística descritiva utilizada para descrever os dados encontrados. A coleta de dados ocorreu pelo envio de um questionário para 72 profissionais, incluindo estagiários da área para a obtenção dos resultados. O questionário conseguiu alcançar 53 respostas, totalizando 13 empresas participantes. Os profissionais respondentes pertencem aos municípios de Fortaleza, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Região do Vale do Jaguaribe, todos localizados no Estado do Ceará. Observou-se na pesquisa que os profissionais concordaram parcialmente com as afirmativas as quais possuíam vantagens e desvantagens sobre o home office. O home office se intensificou com a pandemia do Covid-19 e 35,8% dos profissionais da contabilidade concordaram parcialmente que o home office trouxe um avanço maior à contabilidade. Concluiu-se que os profissionais, através da vivência com o home office, notaram em partes as suas vantagens e desvantagens.

Palavras-chave: Vantagens e Desvantagens. Home Office. Empresas de Contabilidade.

INTRODUÇÃO

O avanço da tecnologia, nos últimos anos, tem levado aos escritórios de contabilidade mais praticidade, comodidade e flexibilidade nas operações antes feitas de forma manual e, hoje, podem ser feitas por meio de softwares, programas e sistemas informatizados, basta possuir um servidor e uma conexão com a internet (NOGUEIRA,2012). Uma pesquisa realizada pela empresa Robert Half, uma consulta com 1.876 diretores da área de Recursos Humanos em 16 países, o dado mais importante é que o Brasil exerce o terceiro lugar quando o assunto é trabalho remoto. Em segundo lugar está Singapura e, em primeiro lugar, está a China (COSTA,2012).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os pontos positivos e negativos do trabalho em home office, bem como, suas vantagens e desvantagens em escritórios de contabilidade nos municípios de Fortaleza, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Região do Vale do Jaguaribe. Tendo em vista o crescimento relevante da modalidade de trabalho.

MARCO TEÓRICO

Segundo Müller (2020), um dos benefícios do home office é o tempo. “O trabalhador gasta muito tempo se locomovendo. No home office, isso não acontece: você pode pular direto do café da manhã para sua mesa de trabalho: cinco segundos de deslocamento”. Melhorando assim a vida pessoal, pois com o aproveitamento melhor do tempo as pessoas podem dormir mais, passear, ler um livro, fazer exercícios físicos, melhorando a qualidade de vida. Ao trabalhar em escritórios o tempo de locomoção muitas vezes privam os trabalhadores desses benefícios que melhoram a saúde.

O home office possibilita diminuir os gastos. Müller (2020) acrescenta que ao trabalhar em casa diminuimos os custos com alimentação, já que o alimento é produzido em casa, roupas novas para trabalhar, para quem trabalha em escritórios que exigem um grau maior de formalização. Müller (2020, p.5) “Já parou para pensar que você pode economizar em outros aspectos? Por exemplo, se você tem um carro, além da gasolina você precisará investir em manutenção. No transporte público, não vai mais ter aquela tentação de comprar um cafezinho enquanto espera seu ônibus chegar”.

Para Vanderkam (2020) uma das desvantagens do home office é a distração. Combater a distração nem sempre é uma tarefa fácil, “o que a experiência em massa de 2020 com o trabalho remoto revelou é que funcionários motivados e engajados continuarão a ser assim onde quer que trabalhem”. Não somente em casa, mas até mesmo em escritórios os funcionários podem sofrer com as distrações, desde conversas paralelas com colegas, ou até mesmo se atentar a ouvir uma conversa no telefone de outro colaborador por que o mesmo está falando alto.

Os novos negócios de acordo com Rogers (2017) exigem uma adaptação aos avanços tecnológicos, pois quem não se adapta acaba sendo ultrapassado pela concorrência. As empresas constantemente estão investindo em melhorias tecnológicas para facilitar as atividades operacionais desenvolvidas diariamente. Em escritórios de contabilidade por exemplo, é essencial ter um sistema eficiente para desenvolver de forma rápida, cálculos de impostos, folhas de pagamentos, lançamentos, apurações de balanços, entre outros. Quanto mais avançado for o sistema mais rápido essas tarefas serão desenvolvidas, atendendo assim um maior número de clientes em um curto espaço de tempo.

METODOLOGIA

Para Malhotra (2010, p.113), “o método qualitativo, proporciona melhor visão e compreensão do problema”, consiste na análise e a interpretação do problema. A estatística descritiva aplicada à pesquisa contribuiu para descrever e organizar os dados coletados. O instrumento de coleta utilizado foi a aplicação de um questionário formulado via *google forms* com profissionais da área contábil que trabalham como contador, técnico, auxiliar em contabilidade e estagiários, nos municípios de Fortaleza, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Região do Vale do Jaguaribe. Esses profissionais já trabalharam em home office distribuídos entre 13 empresas, a disponibilização dos questionários foi realizada via link pelo *whatsapp*.

O questionário apresenta 20 perguntas distribuídas da seguinte forma: 5 voltadas a perguntas pessoais, para descobrir o perfil do participante, 5 perguntas voltadas para os pontos positivos do home office, 5 voltadas à identificação dos pontos negativos do home office; e 5 voltadas aos desafios da profissão contábil. O questionário foi enviado a 65 profissionais e estagiários da área e obteve 53 respostas. As perguntas foram elaboradas de acordo com pesquisas bibliográficas sobre o assunto. Relacionando as ideias de outros autores e trazendo para a realidade das empresas e dos profissionais participantes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa foi aplicada em 13 empresas distribuídas nos municípios de Fortaleza, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Região do Vale do Jaguaribe. Os profissionais e estagiários participantes trabalham ou trabalharam durante a pandemia do Covid-19 em home office. O questionário foi enviado para 65 profissionais e estagiários e conseguiu obter 53 respostas.

O município de Beberibe obteve o maior número de respostas, no total foram 21 participantes. O sexo feminino correspondeu a 60,4% das respostas e o sexo masculino a 39,6%. Sobre o perfil dos participantes, 3 possuem nível médio, 34 possuem nível superior, 15 possuem especialização e somente 1 participante possui mestrado. A renda mensal da maioria está projetada em até dois salários mínimos que correspondeu a 71,7% dos resultados. A idade dos participantes, em sua maioria, está em torno de 25 a 34 anos de idade, compreendendo a 60,4% do total.

A pesquisa apresentou parcialmente algumas desvantagens como: perda da privacidade pessoal, ligações e mensagens de clientes fora de expediente, trabalho em ambientes muitas vezes desfavoráveis a saúde do trabalhador, dificuldades de conexão e falhas na comunicação, por último apresentou a necessidade de treinamento para utilização das novas tecnologias e ferramentas em casa.

A maior vantagem do home office, de acordo com a pesquisa apresentada, foi que o home office diminui os gastos da empresa. Os profissionais concordaram totalmente com a afirmação resultando em 64,2%. Os participantes, através de suas experiências trabalhando em home office, perceberam que esse modelo de trabalho é benéfico para empresa em relação a diminuição de despesas.

Conclui-se que os profissionais através da vivência com o home office notaram em partes os pontos positivos e negativos apresentados no questionário. A pesquisa possui limitações afinal foi apresentada somente entre empresas que adotaram o home office durante a pandemia e que ainda mantém a prática com seus colaboradores mesmo após a pandemia.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Carlos Henrique Ribeiro. **O teletrabalho no Brasil e seus desafios**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Edição do próprio autor, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 6.reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SOUZA, André Aguerri P; NEVES, Marco Antonio B; WOLFF, Fernando. **Ergonomia em tempos de home office: o mais novo desafio para as corporações**. Loja Kindle, ebook. 27 de dezembro de 2020. São Paulo. Páginas: (3,10 e 11).

VANDERKAM, Laura. **Home office: como se adaptar sem perder a cabeça nem aquela promoção**; tradução André Gordirro. – 1 . ed – Rio de Janeiro: Principium, 2020. Páginas: (21,22,35)

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL NA ANÁLISE DOS DADOS GERADOS PELO SETOR CONTÁBIL

Francisco Lindenilson Barbosa dos Santos¹ (Aluno do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: lindenilson02@gmail.com), Larissa Karoline Souza Silva² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a relevância do profissional de DP na análise de dados do setor contábil. A metodologia utilizada é descritiva de caráter qualitativo e bibliográfica, que visa entender e coletar dados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com Analistas e Coordenadores de Departamento de pessoal. Após a análise e apresentação da pesquisa constatou-se que as entrevistadas tem conhecimento da importância, responsabilidades e atribuições concedidas ao profissional do setor contábil, de D.P. e RH, compreendem que o setor é responsável pela organização e harmonia da empresa, já que pode ser visto como um dos pilares de sustentação.

Palavras-chave: Análise. Contabilidade. Departamento Pessoal.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é parte importante dentro do setor de DP, já que é responsável pelos cálculos e controle financeiro quando se trata da folha de pagamento, férias, cálculos rescisórios etc. Porém, o que entra em pauta é o fato de os profissionais do Departamento Pessoal figurarem hoje não apenas como conferentes desses cálculos, mas também passaram a ser fundamentais na análise de dados para o crescimento e manutenção de clima saudável nas organizações, através de ações de reconhecimentos dos colaboradores e pesquisa de clima anual, fortalecendo planos de ação que busquem a maior satisfação no ambiente de trabalho.

Dessa forma, o estudo tem como questionamento de pesquisa: Qual a importância do profissional do Departamento de Pessoal na gestão e análise de dados gerados pelo setor contábil? Assim, entra em foco o objetivo desta pesquisa, que é analisar a importância do profissional do Departamento de Pessoal na gestão e análise dos dados gerados pelo setor contábil.

A pesquisa justifica-se pelo incentivo ao fortalecimento da importância dos profissionais de Departamento Pessoal na criação de ações voltadas à valorização da gestão dos dados contábeis como maneira de auxiliar no crescimento organizacional das empresas. Ocasionalmente, assim, uma maior valorização desses profissionais como peças fundamentais na evolução de qualquer entidade. A realização dessa pesquisa é embasada na evolução do profissional de departamento pessoal com o surgimento do setor de RH, onde o DP deve ser visto como um setor de resultados e impacto no desenvolvimento humano e no crescimento estruturado das organizações.

MARCO TEÓRICO

Com o passar dos anos, o setor de departamento de pessoal deixou de ser apenas um setor de controle de funcionários e foi imerso no universo da gestão de pessoas. Com o rigor das leis trabalhistas, o empregador passou a investir e se preocupar com o seu empregado, e assim surge o setor de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas ou Gente e Gestão, onde figura todas as atividades que competem ao Departamento de Pessoal (BROGIO, 2016).

Enquanto que o Gente e Gestão não passa despercebido, pois é a área que é termômetro do clima organizacional de qualquer empresa, seja na realização de processos seletivos estruturados, realização de eventos ou a realização de atividades que levem o colaborador a sair da rotina e se sentir reconhecido. A grande questão é que a área de RH e DP realizam suas ações

em harmonia com o objetivo em satisfazer empregados e empregadores (JACOBS; OLIVEIRA, 2017).

Ulrich (2000) enfatiza quatro papéis fundamentais do setor de recursos humanos: ser parceiro na execução da estratégia das organizações; ser especialista administrativo, assegurando que os procedimentos de rotina da empresa sejam realizados; ser defensor dos funcionários, orientando e capacitando; e ser agente de mudança, trazendo resolução aos problemas organizacionais e propiciando resultados através de uma boa gestão de pessoas.

METODOLOGIA

Para coletar os dados foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas aos analistas e coordenadores de Departamento Pessoal de duas grandes indústrias do município de Aracati/CE e um escritório de contabilidade que atende todo o Ceará. Utilizou-se a plataforma *Google Forms* para elaboração da entrevista, esta foi enviada via *WhatsApp*, acompanhadas de um pequeno texto formal que apresentava a finalidade da pesquisa e garantia que os dados obtidos seriam mantidos sob sigilo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa constatou que 100% dos entrevistados são do sexo feminino, cargos, a faixa-etária de idades está entre dezenove e quarenta anos, três entrevistadas de até 25 anos, oito com idade de 26 a 35 anos e duas acima de 35 anos. Em relação a formação, das doze entrevistadas, onze responderam a essa pergunta fazendo com que os seguintes resultados fossem obtidos: 75% são graduadas, o que corresponde a oito das entrevistadas e 25% são graduandas, que corresponde a 3 entrevistadas.

A primeira pergunta questionava sobre as principais atividades de análise e gestão realizadas pelo DP proveniente do setor contábil que o profissional realiza na empresa, a maioria das entrevistadas tem em suas atribuições a responsabilidade pela folha de pagamento, o que de acordo com Marras (2011), são atribuições do setor de departamento pessoal.

A segunda pergunta da pesquisa questionava sobre os malefícios que poderiam surgir devido à falta de gestão e análise de dados contábeis no setor de DP, A maioria das profissionais entrevistadas compreenderam o teor da pergunta, alguns casos, como as entrevistadas 01 e 06, tiraram um pouco o foco da pergunta. As demais respondentes destacaram os malefícios de uma má gestão na análise de dados e departamento pessoal, como: descontrole nas finanças da empresa, perda de fornecedores e reclamações trabalhistas.

A terceira pergunta pedia que as entrevistadas exemplificassem algum tipo de benefício que a gestão e análise de relatórios contábeis traz para o desenvolvimento da empresa, A maioria das entrevistadas trouxe exemplos para a terceira pergunta, mas a Entrevistada 10 foi a mais dinâmica com a resposta, onde ela cita uma situação concreta que ocorreu na empresa onde trabalha, a análise de relatório permitiu praticidade no desenvolvimento da empresa e permitiu benefícios mútuos: para empresa, setor de G&G e funcionários.

A quarta pergunta indagava sobre os tipos de ações que foram realizadas pelo setor em que a entrevistada atuava para ajudar com o futuro da organização ou visão diferente no atingimento de metas e resultados, as atitudes tomadas pelos setores em que as entrevistadas são atuantes tiveram impacto em outros o que possibilitou melhores condições de trabalho e crescimento para todos.

Na quinta pergunta indagava-se como a entrevistada enxerga o papel e importância do profissional de Departamento pessoal dentro da organização em que trabalha, As entrevistadas tem consciência da relevância e das atribuições do setor contábil, que vai além da burocracia e tem responsabilidade de cuidador do emocional dos funcionários.

REFERÊNCIAS

BRÓGIO, Raíssa Cristiane da Silva; MELLO, Ricardo Bernardes de. **Importância do Profissional de Departamento Pessoal e a Relação com a Contabilidade da Empresa**, Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, 9º Congresso Pós-Graduação UNIS, 2016. Disponível em: ><http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/502>< Acesso em: 09 set. 2021.

MARRAS, J. P. (2011). **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14 ed. São Paulo: Saraiva.

ULRICH, Dave. **Recursos Humanos Estratégicos**. Ed. Futura, 2000.

O IMPACTO NO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SETOR SAÚDE LISTADAS NA B3 EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO COVID-19.

Davi Carlos Farias da Silva¹ (Aluno do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: davi.carlos@fvj.br), Larissa Karoline Souza Silva² (Orientadora-Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O contexto introduzido pela pandemia indica importância da adoção de medidas de avaliação de desempenho dentro de uma organização. A pesquisa tem por objetivo geral analisar como a sobrecarga causada pela pandemia do Covid-19 afetou o desempenho econômico-financeiro das empresas do setor saúde listadas na B3. Destaca-se que é imprescindível a mobilização e envolvimento dos atores que fazem parte do âmbito corporativo desse segmento, a fim de continuar com uma elevação no nível de eficiência e geração de valor das empresas. Como resultado disso, foi constatado um maior equilíbrio do setor saúde comparado aos demais, valendo destacar também que os resultados encontrados são de caráter dinâmico, a depender da temporalidade analisada e do que ainda poderá ocorrer após a finalização do presente estudo.

Palavras Chaves: Pandemia, Desempenho, Setor saúde.

INTRODUÇÃO

O atual contexto indica que a pandemia do Covid-19 foi responsável pelo fechamento de 4 em cada 10 empresas com atividades encerradas no Brasil, dessa maneira, observa-se a importância da adoção de medidas de avaliação de desempenho dentro de uma organização, onde a análise econômico-financeira precisa ser compreendida como uma ferramenta de averiguação e controle. De acordo com Assaf Neto (2014, p. 120), “a análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual”.

Diante esse contexto, surge o seguinte questionamento: Como a sobrecarga causada pela pandemia do Covid-19 impactou no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor saúde listadas na B3? A pesquisa tem por objetivo geral analisar como a sobrecarga causada pela pandemia do Covid-19 afetou o desempenho econômico-financeiro das empresas do setor saúde listadas na B3. Adicionalmente, busca-se examinar os principais indicadores econômico-financeiros das empresas do setor saúde no período 2018-2020 e comparar esses indicadores do período 2018-2020.

Dessa forma, o presente trabalho justifica-se pela relevância da temática, onde buscou-se aprimorar os conhecimentos na área de análise de indicadores de desempenho, ligando essa temática a um fato de destaque na sociedade, a fim deixar contribuições representativas para comunidade e proporcionar às gerações futuras um entendimento do contexto atual através da ciência e suas metodologias.

MARCO TEÓRICO

A análise econômico-financeira se trata de uma técnica que remonta a segunda metade do século XX, muito utilizada pelos banqueiros daquela época, essa ferramenta

¹ Aluno do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: davi.carlos@fvj.br

² Orientadora-Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br

tem o intuito de avaliar, acompanhar, mensurar e interpretar a real situação econômico-financeira das organizações (IUDÍCIBUS, 2017).

Essa ferramenta de gestão é composta por um conjunto de indicadores e métodos, de forma que as informações são destinadas aos mais diversos *stakeholders* da organização, permitindo uma tomada de decisão mais assertiva ao apontar os aspectos relevantes como a situação financeira, desempenho e potenciais riscos.

Para fins de análise, utilizaremos os indicadores mencionados a seguir: liquidez corrente, liquidez imediata, participação de capitais de terceiros, retorno sobre ativos, retorno sobre patrimônio líquido.

Os quocientes de liquidez permitem verificar a saúde financeira da empresa ou entidade, visando evitar a ocorrência de situações inesperadas ou desfavoráveis.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Os indicadores de endividamento têm o intuito de relacionar as fontes dos capitais que compõem o patrimônio da entidade.

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Os indicadores de rentabilidade relacionam o lucro do empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, pois muitas vezes a rentabilidade expressa em números absolutos tem uma utilidade informativa bastante reduzida.

$$\text{Retorno sobre Ativos} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Retorno sobre Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Tal como qualquer outro ramo de atividade econômica, e mediante ao contexto imposto ao setor saúde em decorrência da pandemia, torna-se imprescindível a mobilização e envolvimento dos atores que fazem parte do âmbito corporativo desse segmento. Para, dessa forma, buscar uma elevação no nível de eficiência e geração de valor das empresas (LUCA, 2014).

METODOLOGIA

O estudo classifica-se, quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa de caráter descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados ou delineamento, o estudo é considerado bibliográfico e documental, dado que esse tipo de pesquisa coleta os dados através das chamadas fontes de “papel” (GIL, 2002).

Quanto à abordagem do problema, o estudo caracteriza-se por ser qualitativo, pelo fato de buscar entender o fenômeno estudado em sua profundidade, buscando interpretar os dados. No tocante à temporalidade, o estudo classifica-se em transversal, visto que busca analisar os principais indicadores econômico-financeiros das empresas do setor saúde listadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) no período 2019-2020.

Quanto a população, pesquisa compreenderá todas as empresas do setor saúde listadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A amostra reunirá as empresas que apresentarem todas as informações requeridas pela pesquisa, durante o período de 2018-2020, nesse sentido a amostra foi selecionada pela facilidade de acesso às informações, visando o atendimento da análise proposta com o estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo tem como amostra 23 empresas do setor saúde listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), através dessas empresas serão explorados os indicadores tratados ao longo do trabalho.

Verifica-se que o valor médio de Liquidez Corrente variou entre os anos analisados, no ano de 2018 apresentou uma média de 2,38968, em 2019 de 1,67034, enquanto em 2020 foi de 1,89584. Tratando-se da mediana dos dados, verifica-se que dentre os anos analisados, 2020 apresenta o melhor resultado.

Observa-se que o valor médio de Liquidez Imediata variou entre os anos analisados, no ano de 2018 apresentou uma média de 0,26655, em 2019 de 0,27456, enquanto em 2020 foi de 0,32356. Tratando-se da mediana dos dados, verifica-se que dentre os anos analisados, 2020 apresenta melhor resultado.

Partindo para a seara do endividamento, verifica-se que o valor médio de Participação de Terceiros variou entre os anos analisados, no ano de 2018 apresentou uma média de 1,07372, em 2019 de 1,32658, enquanto em 2020 foi de 1,45471. Tratando-se da mediana dos dados, verifica-se que dentre os anos analisados, 2018 apresenta melhor resultado.

Por fim, apresenta-se a estatística descritiva quanto ao comportamento dos indicadores de rentabilidade, onde verifica-se que o valor médio de Retorno sobre Ativos variou entre os anos analisados, no ano de 2018 apresentou uma média de 0,0758433, em 2019 de 0,0643345, enquanto em 2020 foi de 0,0536325. Tratando-se da mediana dos dados, verifica-se que dentre os anos analisados, 2018 apresenta melhor resultado.

Constatou-se também que o valor médio de Retorno sobre Patrimônio Líquido variou entre os anos analisados, no ano de 2018 apresentou uma média de 0,1227665, em 2019 de 0,1289914, enquanto em 2020 foi de 0,1262279. Tratando-se da mediana dos dados, verifica-se que dentre os anos analisados, 2018 apresenta melhor resultado.

Diante os resultados encontrados, e comparando com o setor de empresas aéreas nacionais o qual apresentou piora em todos os indicadores analisados. Ao observar os valores do setor saúde, identificamos que houve um crescimento nos indicadores de liquidez corrente e imediata, em termos percentuais tem-se, 13% e 18,5% respectivamente. No tocante ao endividamento, houve um crescimento de apenas 9% comparado ao período anterior, por fim, quanto a variação da rentabilidade, esta pode ser considerada insignificante devido à proximidade dos números, isso mostra o equilíbrio do setor saúde comparado aos demais.

Espera-se que esse trabalho sirva de bússola para que no futuro os pesquisadores interessados possam entender e aprofundar-se no assunto abordado, proporcionando maiores discussões sobre a necessidade de uma gestão mais estratégica para eventuais situações inesperada, como é o caso da pandemia.

Faz-se necessário também destacar que os resultados encontrados são de caráter dinâmico, podendo apresentar oscilações e variações a depender da temporalidade analisada e do que ainda poderá ocorrer após a finalização do presente estudo, onde o recorte temporal é uma das limitações para conclusões mais aprofundadas a respeito das inúmeras consequências sofridas pelas empresas estudadas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCA, Luiz (Org.). **Governança corporativa em saúde: conceitos, estruturas e modelos.** São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.

A influência das Controvérsias ASG sobre a Reputação Corporativa

Ana Clara Gomes Barreto¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: clara.barreto@fvj.br, Larissa Karoline Souza Silva² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a influência das controvérsias ambientais, sociais e de governança (ASG) sobre a reputação corporativa das empresas brasileiras. Com isso, foi realizado análises em 185 observações de empresas listadas na B3, nas quais estavam em *rankings* de reputação de acordo com dados do MERCO, e que essas apresentam controvérsias ASG de acordo com os relatórios do SITAWI, no período de 2013 a 2018, exceto o ano de 2015. Realizou-se uma regressão linear múltipla para averiguar a influência da participação das empresas em *rankings* de reputação corporativa no nível de controvérsias ASG. Efetuou-se ainda, uma estatística descritiva dos dados da pesquisa. Os resultados mostram que a existência de controvérsias ASG influenciam negativamente nos índices de reputação, visto essas empresas passam a ser vistas com receio por parte dos atuais e possíveis *stakeholders*. Desta forma, conclui-se que a presença de controvérsias ASG afetam diretamente no desempenho organizacional, reduzindo a eficácia e mérito das ações responsáveis perante a sociedade.

Palavras-chave: Controvérsias ASG. Reputação Corporativa. Responsabilidade Social Corporativa.

INTRODUÇÃO

Há décadas o principal foco organizacional abordado, ao nível global, trata-se da aptidão das organizações em gerar lucro. As grandes empresas, reconhecidas com alto rendimento, evidenciavam e denotavam seu desempenho através dos elevados números, tornando-as cada vez mais atrativas aos olhares dos investidores. Tal realidade, ainda presente no mercado financeiro, vem sofrendo mudanças significativas (KING; ATKINS, 2016).

Pode-se dizer que as controvérsias ASG são mecanismos de verificação, o qual os investidores podem analisar a efetivação das responsabilidades sociais e alcance de governança, desempenho ético e ambiental, relativo à responsabilidade e obrigatoriedade das organizações inseridas no mercado financeiro (KING; ATKINS, 2016).

Tendo em vista a relevância dos comportamentos socialmente irresponsáveis, como controvérsias ASG, e a sua consequência para a reputação corporativa, dispõe-se da seguinte questão de pesquisa: Como a participação das empresas em *rankings* de reputação corporativa influencia o nível de controvérsias ASG? Desta maneira, o estudo tem como objetivo geral investigar como a participação das empresas em *rankings* de reputação corporativa influencia no nível de controvérsias ASG.

Logo, a relevância deste trabalho pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, pois fornece reflexões e informações quanto à importância de evitar de práticas sociais irresponsáveis, dado que podem interferir em seu desenvolvimento estratégico, podendo causar grandes impactos negativos perante a mídia, os *stakeholders* e, em consequência, prejudicar a sua reputação corporativa.

MARCO TEÓRICO

Responsabilidade Social Corporativa

Castro e Becerra (2012) conceituam a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como uma responsabilidade assumida pelas empresas perante a sociedade, na qual a finalidade é a equiparação entre o bem-estar social e o avanço econômico. Bowen foi

precursor em levantar a pauta de responsabilidade social corporativa, defendeu a concepção de que as empresas devem assimilar e levar em consideração seu impacto social.

Reputação Corporativa

Weigelt e Camerer (1988, p. 443) trazem como base que a reputação corporativa é “um conjunto de atributos imputados a uma firma, inferido das ações passadas da firma”. Para Milani Filho (2007, p. 2), “essas medidas estão diretamente relacionadas com a sustentabilidade da organização e, supostamente, contribuem para melhorar os resultados futuros e aumentar o valor de mercado da empresa”. A inserção referente à reputação corporativa, em relação ao desenvolvimento empresarial, se tornou relevante a partir do momento que se percebeu a importância da avaliação social e ambiental da empresa como boa cidadã corporativa, ao longo do tempo, por parte dos diversos usuários (*stakeholders*) para os negócios (GOTSI; WILSON, 2001; ROBERTS; DOWLING, 2002).

Controvérsias ASG

Levando em consideração a gravidade das ações irresponsáveis perante a sociedade, em relação às estratégias de RSC abordadas pelas empresas, os gestores têm cada vez mais buscado agir com prudência, evitando ao máximo comportamentos irresponsáveis. Comportamentos esses, que podem ser definidos pelas controvérsias ASG, que são descritos como fatos de risco, notícias, escândalos ou fraquezas de caráter ambiental, social e de governança (AOUADI; MARSAT, 2018; LI et al., 2019). Brocket e Rezaee (2012) pontuam que existe importância em relacionar o desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento financeiro, visto que para levar pautas de práticas sustentáveis a outros aspectos, como ambientais, sociais e de governança, a entidade deve, antes de tudo, ser economicamente sustentável.

METODOLOGIA

De acordo com o objetivo da pesquisa, que é investigar como a participação das empresas em *rankings* de reputação corporativa influencia no nível de controvérsias ASG, esse trabalho pode ser classificado com caráter bibliográfico e documental, no qual utilizou-se uma abordagem de natureza quantitativa com uso de dados secundários. A amostra da pesquisa compreende as empresas brasileiras, listadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), que apresentem informações relativas às controvérsias ASG. Essas informações foram retiradas dos relatórios de controvérsias ASG divulgados pela SITAWI Finanças do Bem. Além disso, verificou-se se essas empresas estão presentes ou não em *rankings* de reputação corporativa, utilizando-se especificamente o *ranking* divulgado pelo Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (MERCOR). Para a realização da pesquisa foi necessária a utilização de variáveis dependente, independentes e de controle. Será realizado a estatística descritiva dos dados, utilizando-se a média, mínimo, máximo, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação das variáveis da pesquisa. Por fim, realizou-se uma regressão linear múltipla para averiguar a influência da participação das empresas em *rankings* de reputação corporativa no nível de controvérsias ASG. Ressalta-se que a aplicação dos testes estatísticos foi realizada por meio do software *R Studio*.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Tabela 1 apresenta a análise descritiva da variável dependente quantidade de controvérsias ASG. Nota-se que o número de observações da pesquisa oscilou a cada ano analisado, de 2013 a 2018, com exceção ao ano de 2015, no qual não foram emitidas informações, totalizando dessa forma 185 observações. Percebe-se que a média variou de 5,1000 a 7,5625, contudo a média de controvérsias ASG do período foi de 5,7300 por

observações analisadas. Logo, a mediana geral aponta que pelo menos 50% das observações tiveram 3 ou mais controvérsias ASG. Através do coeficiente de variação percebe-se uma heterogeneidade dos dados, pois evidencia-se uma diferença significativa entre os mínimos e máximos a cada ano.

A Tabela 3 expõe a primeira rodagem de dados referente a regressão. Observou-se que o modelo proposto apresenta significância estatística. De acordo com a Tabela 3, relativo a reputação corporativa percebe-se que estar em um *ranking* de reputação afeta negativamente as controvérsias ASG, que de fato era previsto, pois a presença das empresas em rankings de reputação faz com que elas apresentem um menor número e/ou grau de controvérsias ASG. Corroborando desta forma, a citação de Machado Filho e Zylbersztajn (2004), que afirmam que os *stakeholders* sentem mais confiança nas empresas que atuam de forma responsável perante a sociedade e evitam aquelas que tomam atitudes irresponsáveis. Relacionado à variável tamanho da empresa, constata-se que existe a significância positiva com relação às controvérsias ASG, o que demonstra que empresas maiores podem estar mais propensas a terem uma maior quantidade de controvérsias ASG.

A Tabela 4 expressa a segunda rodagem referente as regressões. Nesta segunda rodagem foram excluídas as empresas que não estavam listadas no *ranking* de reputação corporativa do Merco. Nesse segundo momento analisou-se a influência da pontuação obtida no *ranking* de reputação corporativa sobre as controvérsias ASG. Observou-se que apresenta influência negativa com relação às controvérsias ASG, o que evidencia que quanto mais pontos as empresas tiverem, menor será o número e/ou nível de controvérsias ASG. Relativo ao tamanho da empresa, percebe-se que existe uma significância positiva, atestando que quanto maior o tamanho da empresa, maior a possibilidade de existência das controvérsias ASG.

Esse estudo viabiliza a extensão informacional sobre os comportamentos socialmente irresponsáveis relacionado às controvérsias ASG, apontando dessa forma, sua influência negativa sobre a reputação corporativa, perante rankings, das empresas listadas na B3 S.A. Evidenciando assim, que a presença de controvérsias ASG afetam diretamente no desempenho organizacional, reduzindo a eficácia e mérito das ações responsáveis perante a sociedade.

A pesquisa manifesta a importância da responsabilidade das organizações com as causas socioambientais, que validam um melhor relacionamento com a sociedade, facilitando, dessa forma, a elaboração dos relatórios de Responsabilidade Social Corporativa, possibilitando a perspicuidade perante os seus usuários de informações.

REFERÊNCIAS

BOWEN, H. R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper, 1953.

CASTRO, A. A.; BECERRA, D. P. P. Crecimiento empresarial basado en la Responsabilidad Social. **Pensamiento & Gestión**, n. 32, p. 1-26, 2012.

KING, M.; ATKINS, J. **Chief value officer: accountants can save the planet**. Abingdon: Routledge, 2016.

WEIGELT, K.; CAMERER, C. Reputation and Corporate Strategy: A review of recente theory and applications. **Strategic Management Journal**, v. 9, n. 5, Sep.-Oct. 1988.

Centro de Educação

Letras

Pedagogia

Letras e Pedagogia

A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS PARA A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tânia Pinheiro de Sena¹ (Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: tania.sena@fvj.br), Artemízia Ribeiro Lima Costa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

Estudos e pesquisas veem mostrando que as brincadeiras contribuem para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças. Mas será que os que os docentes que lecionam na educação infantil realmente reconhecem o brincar como um recurso necessário para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças? A brincadeira é uma forma da criança aprender se divertindo e adquirir algumas capacidades como atenção, imitação, memória e investigação. Através deste estudo e das pesquisas realizadas é possível entender que habilidades sociais, afetivas, motores e cognitivas estão inseridas nesta primeira etapa da educação básica. Assim, através do estudo de campo, pode-se compreender que as brincadeiras são grandes aliadas do fazer docente, são vivenciadas em sala de aula com o objetivo que as crianças desenvolvam sua aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil. Brincadeiras. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre a possível importância das brincadeiras na educação infantil, ou seja, o lúdico como recurso pedagógico para as crianças de 0 a 5 anos. O lúdico faz com que os alunos manifestem os seus desejos de imediatamente se adaptarem aos objetivos de aprendizagem e a necessidade espontânea que faz a cada instante surgir um desdobramento natural, uma transmissão prazerosa e direta de informações dentro e fora da sala de aula.

As brincadeiras sendo realizadas de forma elaborada, planejada e com intensão de aprendizado, é uma forma infalível de obter o aprendizado e o engajamento dos pequenos. Através deste trabalho, busca-se mostrar e tentar conscientizar pais, familiares e a sociedade como um todo, que o lúdico é essencial para a formação dos alunos de educação infantil.

A pesquisa pode ser justificada pelas recordações que a pesquisadora tem de sua infância e algumas mudanças que ocorreram com o passar dos anos. Anteriormente, as crianças produziam seus próprios brinquedos e reinventavam suas brincadeiras. Reaproveitavam objetos que certamente iriam para o lixo, utilizavam tudo que era possível. Usavam a imaginação e a criatividade com bastante frequência.

Um outro ponto que também incentivou a escrita desse trabalho, está na experiência como auxiliar de sala de aula de turmas da educação infantil, lembranças do que foi possível presenciar ao longo de dois anos e trazem as brincadeiras como uma das metodologias para a aprendizagem.

Diante de todas estas recordações surge uma grande indagação: Será que os professores da educação infantil realmente reconhecem o brincar como um recurso necessário para o desenvolvimento da aprendizagem na educação infantil?

Através das pesquisas bibliográficas de autores como Vygotsky (1991; 1998), Salomão e Martini (2007), Brougère (2001; 2007) buscou-se esclarecer e mostrar várias maneiras de se obter um aprendizado tendo as brincadeiras como fonte principal do processo de aprendizagem. Afinal, por meio das brincadeiras, as crianças desenvolvem capacidades de extrema importância, tais como; memorização, imitação, atenção e imaginação, auxiliando na formação, socialização, desenvolvendo também habilidades psicomotoras, emocionais, cognitivas, afetivas, sociais e físicas. Independente da região, cultura, época, classe social, o brincar precisa fazer parte da vida da criança, pois as crianças vivem em um mundo onde a realidade e a fantasia se misturam o tempo todo e de uma forma incrível.

MARCO TEÓRICO

Para entender o sentido da brincadeira é possível adentrar em estudos de vários pesquisadores os quais desenvolveram teorias sobre a temática estudada, no entanto, é preciso entender um pouco mais sobre Levi S. Vygotsky (1896 – 1934), o qual procurou compreender a origem e os desenvolvimentos psicológicos ao longo da história humana. O autor sempre levava em conta a individualidade de cada sujeito. Para ele o ser humano é um ser social e necessita de outros para se desenvolver. Discutindo aspectos da infância e destacando as suas contribuições em relação ao papel que os brinquedos e as brincadeiras desempenham, fazendo referência a sua capacidade de estruturar o funcionamento psíquico e o desenvolvimento da criança.

As crianças satisfazem certas necessidades nos brinquedos e essas necessidades vão evoluindo no decorrer do desenvolvimento. Essas necessidades que vão mudando são tão importantes para compreender a singularidade dos brinquedos como forma de atividade para esse desenvolvimento (VYGOTSKY, 1998).

Para Vygotsky (1998), a imaginação surge da ação. A situação imaginária de qualquer criança está embutida de norma de comportamento. Segundo ele não existe brinquedo sem regras mesmo que não sejam regras estabelecidas *a priori*. O brincar está envolvido com as regras que a sociedade nos impõe. A forma com que as crianças brincam vão evoluindo com o passar do tempo, os bebês ainda são privados de se envolver em situações imaginárias.

É através dos brinquedos, que a criança entende a maioria dos problemas que são criados pela limitação do ambiente em que vive. No ato das brincadeiras os sinais, as expressões e os objetos usados podem significar muitas coisas. A criança recria e repensa os acontecimentos que lhe deram origem ao brincar.

O brinquedo se aproxima do sonho e do imaginário, reestrutura conteúdos inconscientes, podendo assim lidar com a realidade interna da criança sem perder o contato com a realidade externa. E é por isso que se faz necessário prever muito tempo e espaço para ela. Uma de suas primeiras brincadeiras infantis é imitar os adultos, muitas crianças se espelham em adultos próximos (SALOMÃO e MARTINI, 2007).

Na educação infantil vem ocorrendo muitas mudanças, desde que descobriram que as crianças merecem um estudo de qualidade. A creche era vista como um ambiente assistencialista que apenas dava assessoramento na alimentação, vestuário e higiene. Atualmente passou a ser vista como um ambiente de educação, onde a criança desenvolve seu potencial motor, cognitivo, simbólico, afetivo e expressivo.

A creche e a pré-escola que antes eram apenas um lugar de depósito de crianças, para serem tratadas fisicamente, enquanto suas mães trabalhavam, hoje mudou de método. As crianças aprendem e interagem com as outras. E para que seu desenvolvimento global seja feito da melhor forma possível, é preciso que os educadores estejam bem preparados, com metodologias atualizadas, onde essas crianças tenham interesse em aprender, pois estão trabalhando com crianças e não com adultos.

E diante deste novo contexto a educação infantil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, lei 9394/96, Art. 29:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL,1996).

E para que possa ter um direcionamento educacional precisa de “estratégias e ações para que as crianças possam observar, investigar e explorar o ambiente, manejar objetos e brinquedos, criar suposições e verificar as informações para confirmar as perguntas e curiosidades”, são algumas das necessidades a serem estabelecidas dentro da educação infantil (BRASIL, 2017, p. 47).

Para isto a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) garante as crianças seis direitos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. E como eixos estruturantes, as interações e brincadeiras. Propondo assim as brincadeiras como uma abordagem metodológica que favorece a aprendizagem e desenvolvimento infantil.

O principal meio de aprendizagem na primeira infância é por meio das brincadeiras, das músicas e dos jogos. As brincadeiras são entendidas como uma atividade social da criança, cuja natureza e origem específicas, são elementos essenciais para a construção de sua personalidade e compreensão da realidade na qual se insere (VYGOTSKY, 1991).

Assim, por meio dos brinquedos e das brincadeiras, a criança vai libertar seu pensamento para que não fique estritamente ligada aos estímulos perceptuais. Ela conseguirá imaginar uma situação desligando-se do meio material concreto no qual está tendo contato e assim criar capacidade de se desprender do real significado de um objeto.

Os professores, principalmente aqueles que trabalham com a educação infantil, necessitam de conhecimentos e habilidades lúdico-pedagógicas para reinterpretar, analisar, discutir e debater os principais problemas que afetam o rendimento escolar.

METODOLOGIA

Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, e traz como tema a importância das brincadeiras para criança na educação infantil. A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007), a partir do

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122)

Após esse processo metodológico aplicou-se uma pesquisa de campo para professores da educação infantil da rede pública do município de Fortim- CE. No intuito de verificar como se aplica as brincadeiras na realidade desses docentes em sua sala de aula. O método da pesquisa que foi utilizado, foi de cunho qualitativo. Para se adequar melhor com o tema que foi estudado. Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Por meio do questionário pode-se verificar e extrair dados, fazer reflexões, interpretação informações obtidas e assim saber mais sobre o dia a dia desses educadores descer tapa de ensino, com relação a utilização das brincadeiras nessa etapa.

Ao analisar as respostas dadas foi possível compreender que ao longo da educação infantil as brincadeiras são sim consideradas importantes pelos docentes para que as crianças adquiram habilidades voltadas para os aspectos cognitivos, sociais, afetivo, emocionais e motores. Além de estimularem a concentração, companheirismo, autoestima, espírito de liderança, afeto, comunicação, interação, diálogo, linguagem, criatividade e interpretação do real que serão aplicadas ao longo da vida. Sem esquecer que as crianças também irão aprender a importância da socialização e tudo isso sem se preocuparem com o local ou com as condições na hora de brincar. Tornando-se assim crianças espontâneas e felizes e aprendendo diariamente.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir dos estudos realizados para escrita do referencial teórico, referentes ao tema deste artigo, conclui-se que durante a infância a criança é um ser em formação que aprende a brincar e ao brincar ela consegue desenvolver sua imaginação e a percepção sobre sua realidade. O brincar ainda proporciona aprender e entender conceitos, se socializar e vivenciar novas descobertas.

Através da brincadeira, a criança se desenvolve de forma integral, começa a conhecer o mundo em que está inserida. Assim, o brincar não deve ser visto apenas como um momento de diversão, mas uma como uma forma de educar, de construir e de interagir.

Já, a pesquisa de campo, proporcionou compreender que os professores que atuam na educação infantil consideram a brincadeira uma ferramenta pedagógica que auxilia na aprendizagem das crianças de uma forma prazerosa e significativa.

REFERÊNCIAS

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACEDO, L. **O que não pode faltar na pré-escola**. Revista Nova Escola. : Abril, ed.217, Nov. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS¹

Sâmia da Silva Freitas² (Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: samia.freitas@fvj.br)

Artemízia Ribeiro Lima Costa³ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe e da Secretaria Municipal de Educação de Aracati. E-mail: artemizia@fvj.br)

RESUMO

Este artigo está voltado para o âmbito da educação inclusiva e tem o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as práticas pedagógicas de professores de uma escola confessional da rede privada do município de Aracati – CE em relação às crianças autistas. Sabe-se que deve haver uma maneira diferente de ensinar essas crianças e que os materiais utilizados, na maioria das vezes devem ser adaptados às suas necessidades. A pesquisa é de cunho qualitativo, para a base teórica foram utilizados documentos como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V, dentre muitos outros autores que contribuíram para essa pesquisa. No que se refere a pesquisa de campo, foram elaborados e aplicados questionários pelo *Google Forms* para os professores desta escola e para as famílias das crianças que lá estudam. As análises demonstraram que a relação família e escola é muito boa, no entanto, ainda é necessária maior ênfase na formação continuada dos professores para a utilização de estratégias que auxiliem e incluam as crianças com transtorno do espectro autista no processo de aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas pedagógicas. Autismo.

INTRODUÇÃO

Sobre a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN diz no Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Portanto, a educação é direito de todos para que haja uma preparação para a vida e o trabalho.

A educação possui algumas modalidades de ensino e dentre elas existe a Educação Especial, que tem o objetivo de incluir o aluno com necessidades educacionais especializadas naquele ambiente escolar. E neste artigo vai ser mencionado essa modalidade de ensino em relação ao Transtorno do Espectro Autista - TEA.

O artigo tem como objetivo geral entender como estão sendo vivenciadas as práticas pedagógicas em sala de aula com alunos que são autistas, assim, busca-se compreender como se desenvolve o processo de ensino e aprendizagem com turmas que tenham alunos autistas na visão dos docentes e familiares destas crianças.

O autismo é uma síndrome que afeta o desenvolvimento geral de uma pessoa, como o desenvolvimento motor, e para melhorar, a criança precisará de acompanhamento com fisioterapeutas e/ou praticar exercícios físicos; o desenvolvimento social, tendo que ser acompanhado por psicólogos, entre outros; o desenvolvimento cognitivo, com o acompanhamento escolar; entre outros. E todos esses profissionais devem estar interligados, para que o desenvolvimento geral ocorra de maneira significativa.

Com isso, surge a necessidade de ter uma pesquisa mais específica em relação ao autismo e as práticas pedagógicas dos professores de uma escola privada da cidade de Aracati-CE, pois fica um questionamento: Os profissionais da educação são qualificados para receber crianças da inclusão em sala de aula? As crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA conseguem

aprender de forma significativa com os conteúdos e atividades que são repassadas em sala de aula? Existe a adaptação de atividades para que esse aluno esteja, de fato, incluso na sala de aula?

MARCO TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno que implica diretamente no desenvolvimento de uma pessoa, causando algumas falhas na linguagem, na socialização, na questão comportamental, dentre outros pontos.

O termo “autismo” passou por muitas modificações à medida em que o tempo ia passando até encontrarem um termo que usa-se atualmente, onde é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Volkmar e Wiesner (2017) o transtorno do espectro autista foi percebido pela primeira vez, oficialmente, em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, quando ele fez alguns relatos sobre 11 crianças que eram consideradas autistas por apresentarem uma falta de afeto por conta da sociabilidade dessas crianças que eram mínimas.

Nos estudos do Dr. Kanner (1943) também foi possível perceber que essas crianças tinham resistência às mudanças e gostavam sempre de fazer a mesma rotina, por exemplo, quando iam a algum lugar tinham que fazer o mesmo percurso, além de estereotípias, que segundo Volkmar e Wiesner (2017, p. 2) são o “balanço do corpo, andar na ponta dos pés e sacudir as mãos”, além disso, a questão da linguagem dessas crianças também é algo que chama bastante atenção por parecer uma fala robotizada e de maneira repetitiva.

Segundo o American Psychiatry Association - APA (2014), o autismo ele possui 3 níveis. Nível 1, onde o autismo caracteriza-se de forma mais leve. O nível 2, onde possui um grau de dificuldade, no geral, de uma forma maior. E o nível 3, que é considerado o grau mais severo. Sobre a educação, currículo e inclusão escolar, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017, p. 16) fala que, “a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”. Além disso, a BNCC (2017) fala sobre algumas decisões que fazem com que o currículo seja posto em ação e em um dos tópicos voltados para essas decisões falam sobre contextualizar os objetos do conhecimento de cada componente curricular, trazendo estratégias para tornar aquele conteúdo de forma significativa.

Essas decisões também precisam estar adequadas a cada modalidade de ensino, que engloba também a Educação Especial, cabendo a cada escola garantir que essa adequação será feita para que as crianças possam aprender de forma significativa. Para que cada criança receba um olhar de atenção único, pois cada pessoa possui necessidades diferentes umas das outras, independente de dificuldade ou não.

O processo de aprendizagem de uma criança autista é algo muito delicado, pois essas crianças já possuem uma dificuldade na questão social, na comunicação, na afetividade e esses são pontos cruciais para um bom desenvolvimento. E quando uma criança autista conhece o ambiente escolar, é algo que é novo e algo que pode invadir seu espaço, na maioria das vezes, pois, como dito anteriormente, essas crianças não possuem um bom desenvolvimento na linguagem para a comunicação com outros coleguinhas, muitas vezes a criança autista prefere brincar sozinha, não porque ela não tenha sentimentos, mas porque a dificuldade em manter uma socialização, vai muito além do que as pessoas imaginam.

O professor tem o objetivo de auxiliar essas crianças em sala de forma que possa facilitar o processo de aprendizagem delas, fazendo com que elas possam ter um aprendizado de forma significativa e isso implica totalmente nas práticas pedagógicas de um professor, que deve sempre estar atento em tudo o que acontece de novo em nosso mundo, com isso, vai muito além de somente uma graduação na área na educação, esse profissional também precisará se comprometer com sua formação e ir sempre em busca de novos conhecimentos, além de buscar conhecer cada aluno afundo.

METODOLOGIA

Este artigo é uma pesquisa de cunho qualitativo e constitui-se, primeiramente, em uma revisão bibliográfica, onde foi feita uma pesquisa em diversos documentos que são de suma importância para a educação.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo que, onde foi feito um questionário para pais e professores de uma escola da rede privada do Município de Aracati – CE, a fim de investigar um pouco mais sobre às práticas pedagógicas dos professores em relação ao autismo e sobre o retorno que, essas práticas voltadas para esses alunos, trazem ou não.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para os professores foi elaborado um questionário e foi enviado a 6 professores, mas apenas 3 responderam. Foi realizada uma pesquisa para saber um pouco mais sobre as práticas pedagógicas, se produziam materiais adaptados e sobre como era o processo de aprendizagem dessas crianças. Procurou-se saber também um pouco mais sobre o perfil do professor em relação as especializações onde apenas 2, dos 3 professores respondentes, tinham especialização. Entre muitas outras perguntas que foram de suma importância para a pesquisa. Para os responsáveis, foi elaborado um questionário diferente e foi enviado a 2 mães. Nesse questionário haviam perguntas sobre como elas percebiam o aprendizado dos filhos na escola, se havia uma devolutiva com informações sobre os filhos em relação ao desenvolvimento deles, além de saber sobre a relação entre o filho e o professor.

No entanto, quanto as práticas pedagógicas adotadas não ficaram muito claras, somente um professor citou algumas práticas para a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem das crianças autistas, mas até mesmo este, em um determinado momento acabou relacionando a período de avaliações como algo pontual. As mães demonstraram acompanhar os estudos de seus filhos, mas fora os diálogos não apresentaram quais propostas adaptadas eram realizadas na escola.

Com isso, percebe-se que os questionários foram elaborados para conhecer um pouco mais sobre os profissionais que trabalham na escola em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que escolas, professores e famílias possam estar sempre em busca de melhorias para essas crianças, principalmente, quando fala-se em inclusão, porque é necessário pensar em práticas as beneficiem, porque quanto mais amparadas elas estiverem, melhor será seu desenvolvimento integral, para que elas cresçam e possam ser muito mais independentes na vida que irão construir. E se toda essa inclusão começa na escola, tudo se encaixará e caminhará de maneira mais leve.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

DO AUTISMO, A. DESCOBERTA. **O que é autismo?** 2017.

A PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FORTIM

Sabrina dos Santos Silva (Aluno do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: Sabrina.santos@fvj.br)

Márcia Ribeiro de Lima (Orientador Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail:)

RESUMO

Esta pesquisa analisa como é a percepção das famílias em relação a aprendizagem das crianças durante a pandemia. O estudo foi realizado em uma escola do município de Fortim - CE. Para obtenção dos dados foram aplicados dois questionários; um aos pais dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental: Anos Iniciais e outro aos professores dos mesmos níveis de ensino. No questionário aplicado aos pais constatou-se que a maioria acompanha a rotina dos seus filhos e responsabiliza-se por enviar as atividades dos alunos. Os resultados obtidos com o questionário aplicado aos professores evidenciaram que os docentes reconhecem a força da aliança dos pais com a escola e que eles eram um dos principais suportes para que acontecessem as aulas.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Escola. Família.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o mundo começava a registrar os primeiros casos e mortes por coronavírus. O grande impasse era que esse vírus se espalhava rapidamente, com sintomas desconhecidos e com sua capacidade letal alta. Desse modo, os cientistas e algumas autoridades perceberam que a única forma de conter a propagação da Covid-19 seria por meio de distanciamento social e quarentena.

Em abril de 2020 o CNE – Conselho Nacional de Educação através do Parecer Nº 5/2020 declarou que as atividades pedagógicas não presenciais seriam contabilizadas para cumprir a carga horária mínima anual, o órgão também orientou que essas atividades poderiam ser adaptadas as realidades das escolas e alunos. (BRASIL, 2020)

Diante disso, vimo-nos perante uma nova rotina, impactando nossas relações sociais, pessoais e de trabalho. Adotamos novos padrões de comportamento, consumo e de modalidade de trabalho, assim coube aos profissionais de educação improvisar recursos e adaptar o ensino, especialmente nas escolas públicas.

Esse novo modelo de ensino desvela e traz em debate um assunto que sempre fez parte da educação, mas que agora se apresenta de uma nova forma, ou seja, uma nova roupagem, que é o papel da família no processo de educação das crianças, pois nesse tempo pandêmico as crianças passaram a ter aulas em casa, partilhando mais efetivamente esse momento com a família.

Assim apresentamos o objetivo principal deste estudo: analisar a percepção da família sobre o processo de ensino aprendizagem das crianças durante a pandemia com as aulas sendo realizadas de forma remota e a família sendo um dos principais responsáveis pelo aprendizado dos alunos. Essa pesquisa defende a escola como espaço de conhecimento, socialização e vivências em parceria com a família, que são pontos importantes abordados, uma vez que, é imprescindível o diálogo entre educadores, familiares e estudantes, todos são considerados como os protagonistas do cotidiano escolar.

MARCO TEÓRICO

É de extrema importância que os laços entre família e escola sejam sempre fortalecidos para que as crianças cresçam e desenvolvam cada vez mais na aprendizagem. É através de uma boa interação que se forma indivíduos aptos, autônomos, com identidade própria, capazes de construir seus valores, tomarem atitudes e assumirem sua condição de cidadãos prontos para intervir na realidade em que vivem.

De acordo com Zagury (2008), historicamente, a escola e a família são instituições que surgem com o início da Idade Moderna, ambas com o objetivo de cuidar bem, como: responsabilizar-se cada uma a seu modo pela educação das crianças e jovens.

Sendo assim, é indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição, uma vez que a relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças. Esteves (1999), assegura que a família renunciou as suas responsabilidades no âmbito educativo, passando a exigir que a escola ocupe o vazio que eles não podem preencher.

Com a situação de pandemia declarada pela OMS em março de 2020, de acordo com a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância-, criada pela ONU – Organização das Nações Unidas-, cerca de 154 milhões de crianças ficaram sem aulas presenciais na América Latina e Caribe. (SANCHES; TOQUETÃO; MONTEIRO, 2021)

No Art. 205 da Constituição Federal de 1988, diz que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade.” Esse trecho da CF confere a todos a responsabilidade de educar e proteger as crianças, não isenta nem família, nem pais e muito menos a sociedade de ser participantes e colaboradores da educação e desenvolvimento das crianças.

METODOLOGIA

Esse estudo classifica-se como qualitativo, utilizando a misticidade dos métodos para proporcionar uma melhor abordagem, para os autores Spratt, Walker e Robison (2004), combinar métodos torna-se uma boa ideia, pois contribui mutuamente para pesquisa, um preenchendo as lacunas do outro.

Para obtenção dos resultados foi aplicado um questionário com os pais dos estudantes da escola, que terão o nome preservado, o público-alvo foram pais de discentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental: Anos Iniciais e professores dos mesmos níveis de ensino. A escolha desse público se deu a fim de compreender a visão de pais e professores a respeito da conexão entre escola e família durante o ensino remoto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na pergunta de número 5 do questionário aplicado aos pais dizia: “*Em seu ponto de vista, o formato de aula remota que o colégio propôs, gera conexão entre o aluno e a escola? Justifique sua resposta.*”

O responsável A respondeu que de modo remoto não acontece conexão entre aluno e escola. Isso se dá porque as conexões geradas entre aluno e escola vão além de aluno-professor, principalmente para alunos da Educação Infantil, onde o contato com colegas e demais pessoas que compõe a comunidade escolar. Os demais responsáveis responderam que a modalidade de ensino faz boa conexão e que os professores e gestores são eficazes em estabelecer esse elo.

Pergunta 9 do questionário aplicado aos professores : “*Que nota você daria para o desempenho dos alunos e pais e/ou responsáveis durante o ensino remoto? Justifique sua resposta.*” Ao desempenho dos pais que participam das aulas os professores atribuíram nota 10 a todos, já que entendem a dificuldade que é conciliar as tarefas domésticas, trabalho e outras

atividades com a atenção que o ensino remoto exige, principalmente para quem tem filhos que não sabe ler ou escrever, requer total atenção.

É de conhecimento geral que a aliança que a família e escola formam promove sucesso para o aluno tanto acadêmico quanto social e que esse sucesso beneficia a sociedade em geral, o que implica em voltarmos o olhar para como a escola busca aproximação com a família.

No questionário aplicado aos pais constatou-se que a maioria acompanha a rotina dos seus filhos e responsabiliza-se por enviar as atividades dos alunos, nem sempre durante o horário das aulas, mas cumprem com o dever de enviar, alguns terceirizam a responsabilidade contratando professores de reforço para auxiliar nas aulas. Os pais também evidenciaram a importância do ensino presencial e que as aulas remotas foram apenas um meio de sanar os prejuízos com a educação.

Os resultados obtidos com o questionário aplicado aos professores evidenciaram que os professores reconhecem a força da aliança dos pais com a escola e que eles eram um dos principais suportes para que acontecessem as aulas, também destacaram que pais que não tinham responsabilidade com os filhos durante o ensino presencial mantiveram a postura no ensino remoto. Os professores também destacaram que a modalidade de ensino não supre as necessidades de aprendizado dos alunos indo ao encontro da opinião dos pais sobre a relevância do ensino presencial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 set. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 maio 2021.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti; MONTEIRO, Shirlei Nadaluti; SANCHES, Emilia Cipriano. A educação na pandemia: as relações escola e família permeadas pela tecnologia. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, v. 2, n. 2, p. 129 - 147, jul. 2021. ISSN 2676-0355. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/14496>>. Acesso em: 10 set. 2021.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflitos: parcerias com os pais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ESTEVES, Jose M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. **Mixed research methods: Practitioner Research and Evaluation Skills Training in Open and Distance Learning**. Commonwealth of Learning, 2004.

LITERATURA DE CORDEL E SUA RELAÇÃO COM A LEITURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Maria das Graças da Silva Cunha¹ (Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maria.cunha@fvj.br), Maria Theresa Costa Zaranza² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: theresa@fvj.br).

RESUMO

O artigo tem como finalidade mostrar o quanto a literatura de Cordel pode ser eficaz, no processo de inicialização da leitura de alunos da Educação Infantil, assim como analisar a opinião de professores que fazem parte desta etapa inicial da educação básica. Considerando a problematização da pesquisa, a pergunta norteadora que a embasou foi: Como a literatura de cordel pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem? Os teóricos que contribuíram para uma maior fundamentação acerca do tema investigado foram: Eveline Charneux (1985), Paulo Freire (2006), Emília Ferreiro (2003), José Carlos Libâneo (2004), Marlyse Meyer (1980), Magda Soares (2006), Sônia Kramer (1986) e Ângela Kleiman (2008). Por meio da aplicação de um questionário pelo *Google Forms*, três professores da Educação Infantil de dois municípios diferentes, sendo eles, dois de Aracati/CE e um de Russas/CE, respectivamente, responderam às perguntas de forma clara e objetiva. Através desta pesquisa foi feita uma análise de dados de cunho qualitativo para a conclusão do estudo. Assim como contar como o cordel chegou ao Brasil, a relação das crianças com as rimas, e o desenvolvimento da consciência fonológica das mesmas. De forma geral, o trabalho foi concluído de maneira a perceber a importância dessa literatura nas salas de aulas atualmente, e sua importância para o crescimento educacional e social dos alunos.

Palavras-chave: Literatura de Cordel. Ensino e Aprendizagem. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A educação é a principal porta para o desenvolvimento na vida de um estudante, a relação entre escola e família é primordial quando se trata de obter resultados na sala de aula e outros espaços que possibilitem a construção do conhecimento. Em um ambiente que transmite conhecimento, a cultura não pode ser deixada de lado, marcos históricos não podem ser ignorados, fazendo com que assim sejam reconhecidos pelas crianças desde cedo. O cordel vem, portanto, para desencadear esse papel, com uma escrita que chama a atenção de quem lê, ele promoverá dinamismo e motivação ao ser escutado.

O cordel no Brasil, surge como algo relacionado à oralidade, por meio dela, se tornou popular no Nordeste, surgindo os primeiros folhetos dessa literatura, a qual se iniciou com a música, declamações públicas e contos, em que o público possui fácil acesso, devido ao baixo custo ou até mesmo sendo grátis, quando declamado em praça pública.

Uma das recentes pesquisas que tratam de tema semelhante, foi a realizada por Roberta Monteiro Alves (2010), tendo como título: “Literatura de Cordel: Por que e para que trabalhar em sala de aula?”. A pesquisa realizada por Roberta, se dividiu em partes, tendo ela o objetivo geral sendo, propor o trabalho com a Literatura de Cordel em sala de aula como forma de despertar o senso crítico do aluno, bem como sua capacidade de observação da realidade social, histórica, política e econômica, principalmente na região Nordeste.

Com o alcance de resultados, Roberta (2010) relatou que a Literatura de Cordel pode perfeitamente contribuir para uma educação voltada para a realidade, na medida em que apresenta ao aluno uma visão de mundo, que pode se assemelhar ou não à sua, mas que suscita variados questionamentos que podem levar o aluno a refletir sobre a sua posição social, política,

econômica e cultural dentro do contexto em que vive, assim como sobre a posição do outro nesse mesmo contexto.

A Literatura de Cordel é um marco na cultura popular nordestina, e desencadeou inúmeros talentos cordelistas como Apolônio Alves dos Santos, Patativa do Assaré. Manoel Monteiro, João Ferreira de Lima, entre muitos outros que levaram e ainda levam o nome dessa região como referência de criatividade e poesia.

Diante de uma sociedade que pouco lê, os livros acabam se tornando digitais pela facilidade, é preciso que haja concordâncias entre as histórias, que despertem a atenção do leitor. O cordel nordestino é por si só uma fonte de entretenimento, com versos rimados, palavras que descrevem a realidade de muitos de maneira irônica e chamativa.

Diversos alunos apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, tais como: dificuldades de raciocínio, dificuldades na escrita, problemas comportamentais, problemas na leitura, interpretação, problemas estruturais, como a falta de acompanhamento da família na vida escolar. A literatura de cordel, objeto de nosso estudo, pode representar um recurso didático significativo para o desenvolvimento nas habilidades da leitura e escrita de crianças e adolescentes. Nesse sentido, questiona-se: Como a literatura de cordel pode contribuir para o desenvolvimento da leitura e influenciar positivamente no processo de ensino e aprendizagem?

O referido estudo, tem como principal objetivo, reconhecer a Literatura de Cordel como ferramenta pedagógica no processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil, e como objetivos específicos, analisar a relação entre leitura e a literatura de cordel no ambiente escolar, além de compreender a importância da literatura de cordel em sala de aula e conhecer o percurso histórico do cordel no Brasil. Através dos objetivos, trazer o que o cordel tem de melhor, será algo para realizar, com toda a importância que ele terá na construção do conhecimento.

Grandes teóricos foram abordados nessa pesquisa, tais como: Marlyse Meyer (1980) que aborda como o cordel deu brecha para pessoas sem condições em meio a literatura, Paulo Freire (2006), que destaca como a leitura de mundo precede a leitura da palavra, que pode se relacionar com o cordel, pelo fato de ser algo muito pessoal de cada artista. Citando também Emília Ferreiro (2003), a qual aborda a consciência fonológica de forma a saber distinguir sons na hora de formar sílabas, e que um adulto analfabeto e uma criança analfabeta, não conseguem fazer isso de maneira espontânea.

Com o tema “Literatura de Cordel e sua relação com a leitura no processo de ensino e aprendizagem”, esse trabalho amplia o nosso conhecimento acerca da história do cordel, como se fez presente no Brasil e se estabilizou especificamente na região nordestina, assim como sugerir a implementação do tema no contexto escolar.

O trabalho estrutura-se considerando aspectos que abordam a evolução da Literatura de Cordel no Brasil, como chegou ao nosso país e quem foram os primeiros a terem contato com o tema, seguindo de uma abordagem sobre consciência fonológica e sua importância no processo de ensino, finalizando com uma análise de resultados discutindo as opiniões de quatro professores da Educação Infantil, ao qual responderam um questionário feito através do *google forms*, como forma de facilitar o acesso às perguntas que abordavam a Literatura de Cordel como ferramenta pedagógica. O percurso metodológico aqui evidenciado, será detalhado posteriormente em um tópico específico.

MARCO TEÓRICO

Marlyse Meyer (1980) ressalta como o cordel contribuiu para a entrada de pessoas sem condições em meio a literatura, e sendo algo inicialmente decorado, a partir do que se ouvia, tornava-se fácil um analfabeto declamar algo, que por sua vez não conseguiria escrever de imediato, mas não o impedindo de aprender em futuro próximo, para que além de declamar aquele cordel, ele possa aprender a escrevê-lo.

Segundo Kleiman (2008), “a leitura é um processo complexo que ocorre na interação entre pensamento e linguagem”. A leitura é algo extremamente complexo, que interliga o indivíduo com a sociedade, o tornando capaz de discernir diferentes modos de interpretação, não se limita a decifração de alguns sinais gráficos, ler é compreender.

Por sua vez, cada vez mais na vida moderna, o hábito de ler é tirado da aprendizagem, a tecnologia tomou conta da vida das crianças e o livro é pouco explorado. Não se tem a mesma visão da importância do papel nas mãos como antigamente.

Charmeux (1985, p. 30) afirma que:

[...] Antigamente saber ler era uma espécie de "luxo", que trazia "status" e elevava a classe social. Hoje em dia, a leitura se tornou uma ferramenta indispensável à vida em sociedade, o uso da leitura favorece a formação pessoal, não sendo apenas perceptível os diferentes contextos e nas mais elementares tarefas da vida cotidiana, como: tomar ônibus, fazer compras em supermercados, telefonar em uma cabine pública, utilizar carros entre outras. O ato de ler permite o desenvolvimento do senso crítico, aprimorando a capacidade e as possibilidades de participação social.

Diante da citação, uma sociedade que não lê, produz bem menos pessoas capazes de defender os seus direitos, e lutarem por aquilo que acreditam. Uma população que não adquiriu o conhecimento necessário para expressar opiniões de relevância. A leitura traz consigo o cargo importante de aprendizagem, sabendo pôr em prática diferentes formas de leitura.

METODOLOGIA

Por meio do tema proposto, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, quatro professores da Educação Infantil responderam um questionário sobre o cordel em sala de aula, com o objetivo de colher opiniões de professores sobre a importância da implementação dessa literatura no ambiente de trabalho.

As respostas foram obtidas pelo *google forms*, e transformadas em um texto. Nesse questionário, constava perguntas que exploravam como os professores trabalham em sala de aula, as dinâmicas utilizadas, assim como se a questão cultural está inclusa no dia-a-dia das crianças.

A referida pesquisa, se passou através de um formulário, contendo dez questões acerca do tema. Ao ser produzido, foi pedido a permissão dos entrevistados, se eles teriam a disponibilidade de responder ao questionário. Todos foram muito atenciosos, e responderam o questionário sem grandes dificuldades. O contato com os professores foi feito por meio de dois tipos de aplicativos de mensagens, em que foi enviado o link do formulário para que fossem respondidas as perguntas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O artigo desenvolvido, proporcionou vivências reais de professores, e sua maneira de trabalhar em sala de aula, um conhecimento rico sobre a história do cordel no Brasil, assim como a questão fonológica trabalhada diariamente com as crianças, fazendo com que o leitor do presente trabalho possa adentrar no mundo do cordel, conhecendo sua origem e importância para o desenvolvimento da leitura.

Podemos concluir que os objetivos foram alcançados de acordo com as atividades realizadas, não deixando de citar que ao fazer a realização deste trabalho, pretendo abranger ainda mais, pois a literatura de cordel possui inúmeras maneiras de ser trabalhada, e o que foi exposto aqui, é só uma parte delas.

REFERÊNCIAS

CHARMEUX, Eveline. **Aprender a Ler/ Vencendo o Fracasso**. São Paulo Cortez, 1985 - Tradução FERREIRA, Maria José do Amaral.

KLEIMAN, Angela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MEYER, Marlyse. **Autores de cordel**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Estefania Cristina da Silva Muniz (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: estefania.muniz@fvj.br), Orientadora: Maria das Graças Silva (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

A formação continuada trata-se de um processo profissionalizante do professor, na qual ele irá aperfeiçoar os saberes necessários para o trabalho em sala de aula, sendo capaz de oferecer propostas pedagógicas eficazes que gerem resultados positivos e, principalmente, que resulte em aprendizagem. No processo inclusivo, o mesmo irá aprender a adaptar o planejamento e seus procedimentos de ensino para que, assim, possa oferecer uma aprendizagem igualitária sem precisar excluir nenhum aluno de seus processos educacionais. Sendo assim, o estudo tem como objetivos: identificar a percepção dos professores que estão exercendo a docência sobre a sua formação para a atuação em sala com crianças com necessidades especiais, contribuindo para uma ação pedagógica que articula teoria e prática; descrever parte da trajetória educacional da inclusão, o conceito da educação inclusiva, seus desdobramentos e suas propostas educacionais; e retratar a importância da preparação teórica e profissional para aplicar a inclusão social. Assim, pretende-se realizar a reflexão sobre a importância da formação continuada dando foco principal no contexto da educação inclusiva. Desse modo, a investigação foi fundamentada a partir de referencial bibliográfico e pesquisa de campo, valendo-se de contribuições teóricas de autores como HENZ (2014), LIBÂNEO (2002), MATTOAN (2003), JANNUZI (2004), SALAMANCA (1994), FERREIRA (2005), entre outros. Dessa maneira, o presente artigo tem relevância, pois através da mesma (a pesquisa), foi possível compreender a realidade educacional dos alunos com necessidades especiais bem como a real situação do atendimento e da inclusão destes em sua vivência no âmbito escolar e a realidade profissional do grupo de docentes que atendem a este público. Ela ajudou aos docentes na reflexão sobre a prática e adaptação de suas didáticas, para que as aulas sejam verdadeiramente inclusivas. Para tanto, foram realizadas análises elaboradas sobre a prática docente e a formação continuada dentro e fora do contexto inclusivo, enfatizando a importância de uma excelente preparação teórica e prática para que haja um investimento significativo nos processos de ensino, para que os professores adquiram conhecimento, prática, engajamento e sucesso na aplicação dos procedimentos de ensino.

Palavras-chave: Formação. Continuada. Ensino. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço que recebe diversas pessoas com diferentes características. Neste espaço elas convivem, aprendem e são acolhidas. Neste local acontece a maior parte da formação destes indivíduos e, por este motivo, a escola precisa acompanhar as mudanças constantes pelas quais a sociedade vem passando ao longo dos anos. Este espaço irá influenciar de forma direta e indireta na aprendizagem de todas as crianças, conforme afirma Greenman (1999). Assim, mais do que espaço físico, este ambiente deve ser um sistema vivo e de transformação.

Nesse contexto, a escola precisa ser esse ambiente acolhedor. Se a necessidade de capacitação para fomentar a inclusão em vários setores da sociedade cresceu, muito mais na educação. A importância de tornar a escola inclusiva vai muito além do que está escrito no papel, como assegura diversas leis. O Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu Art. 4º determina que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade como as demais pessoas e não deve sofrer nenhuma espécie de discriminação, principalmente dentro deste ambiente, que é um espaço que, necessariamente, deve se tornar de inclusão para todos, desde a estrutura física à estrutura humana.

MARCO TEÓRICO

O professor como propagador do ensino, tem a importância de ser um mediador de conhecimento para cada criança. Sendo assim, além de ter que aprender a adaptar os procedimentos de ensino, faz-se necessário que os educadores olhem para as competências dos alunos e não apenas para as suas limitações. E tudo isso só acontece com estudo e preparação necessária. Libâneo (1998) diz que o professor media a relação aluno e matéria, dentro dos conteúdos próprios de cada disciplina. É como se fosse um repasse de vivências associada ao conteúdo, considerando o conhecimento que o aluno traz dentro de cada componente curricular mediando com os conhecimentos dos livros e técnicos do professor.

Um dos pontos fracos na implantação da inclusão é o despreparo dos profissionais da educação. Como poderão receber os alunos que necessitam de um cuidado maior e uma didática específica se não estiverem preparados, teoricamente e didaticamente falando? Vejamos o que diz este pensador: “Afirma-se que a escola e os professores não estão

preparados para receber os ‘estranhos’, os ‘anormais’, nas aulas” (SKLIAR, 2006). Isso é um dos pontos mais debatidos que vivenciamos dentro da formação dos professores, esse é o argumento mais descrito por eles. Mas compreende-se que não é correto utilizar essa ideia para negar a inclusão, impedindo que a teoria se torne prática e transformações aconteçam na escola.

É evidente que, embora a educação inclusiva seja muito discutida, há ainda uma certa falta de preparação profissional para atender a este público. As demandas educacionais mudam constante e rapidamente, tanto que alguns professores não conseguem acompanhá-las e a necessidade de formação básica e continuada do professor para a educação inclusiva está dentro dessas demandas e precisa ser levada a sério para que o ideal de educação da inclusão não se resuma apenas no esforço dos professores com as suas limitações.

Em virtude dos fatos mencionados, a formação continuada, da qual nos referimos, se torna indispensável, e é fundamental para que a inclusão aconteça realmente, transformando o panorama atual da educação especial, eliminando preconceitos, e construindo um novo olhar sobre a pessoa com necessidades educacionais especiais, pois, uma vez que os professores estejam bem qualificados o processo de incluir estes alunos em diversas atividades será mais prático e real.

Conforme Stainback (1999), o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos - independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. Partindo deste ponto de vista, pode-se afirmar que o ensino inclusivo na prática vai muito além das características já descritas. A questão não é somente oferecer estrutura adequada para por esta prática em ação e, sim, oferecer ensino e vivências de qualidade para que a mesma aconteça. Daí a importância de os docentes, além de aprender didáticas diferenciadas, adaptarem os seus procedimentos de ensino e organizar estrategicamente esta aplicação, para que tanto os alunos quanto seus responsáveis sintam-se seguros em relação ao tratamento dado a estes em período escolar.

Por esse motivo os pais e responsáveis questionam se os profissionais que receberão seus filhos, que estarão com eles todos os dias, estão preparados e qualificados para que esse atendimento aconteça de forma igualitária e inclusiva. Portanto, para que este processo de inclusão aconteça requer uma certa transformação na escola.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, conforme afirma Triviños (1987), o aspecto qualitativo trata-se de um estudo de campo, uma pesquisa interna, uma abordagem de um estudo de caso dentre outras denominações que o autor se refere ao termo, na qual se faz necessário a utilização de métodos como esse para o aprofundamento de dados para o desenvolvimento do estudo.

Para obtenção de dados foi aplicado um questionário estruturado via *Google Forms*, com dez perguntas, sendo duas questões subjetivas e oito objetivas. O público-alvo foram professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, todos docentes da mesma escola da rede pública, localizada no município de Beberibe-CE, no distrito de Paripueira, para saber sobre a formação destes profissionais e da sua preparação em relação à atuação em uma possível turma com alunos com necessidades educacionais especiais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para compreensão do assunto e a visão que os professores têm sobre a importância da formação docente no contexto da educação inclusiva, foram utilizados dados levantados por meio de uma pesquisa em forma de entrevista através do aplicativo *Google Forms*, com um questionário composto de 10 perguntas, sendo duas perguntas objetivas e oito subjetivas, aplicadas a cinco professores da educação infantil e do ensino fundamental de uma escola do município de Beberibe, na localidade de Prainha do Canto Verde. Dos cinco professores entrevistados somente quatro responderam o questionário. Para preservação da imagem e integridade dos entrevistados, não foi exigido, destes, identificação, portanto, iremos nos referir aos entrevistados como professor 1,2,3 e 4.

Dentro das 10 perguntas podemos destacar as seguintes algumas mais relevantes para a contribuição da reflexão sobre a importância da formação continuada no contexto da educação inclusiva: Questionou-se: **o que você pensa sobre a inclusão dos alunos com deficiência em sala de aula?** O professor 1 respondeu que, quando se trata dos alunos com necessidades especiais, há uma certa transferência de responsabilidade, quando se espera só do professor da turma, e que é uma irresponsabilidade quando se coloca [contrata] uma pessoa sem boa

formação para ser acompanhante. Isso no prisma prático, político e orçamentário. O professor 2 citou que poderia ser melhor se os órgãos públicos tivessem interesse e planos para instituição que as recebem, em apoiá-los com respeito. Já os outros dois falaram que é um direito de cada uma delas (das crianças portadores de necessidades especiais), e todos os alunos tem direito a educação. Os comentários não se coincidem entre si. É possível observar que cada professor tem uma compreensão distinta sobre o tema, sobre o questionamento realizado, e que dentro de sua realidade o que se interliga entre duas respostas é que o poder público não contribui para auxiliar os docentes que atuam em sala de aula com crianças portadoras de alguma necessidade especial.

Na quarta pergunta indagou-se: **Na sua opinião, essa inclusão acontece? (Tanto no acesso às dependências da escola, como nas aulas realizadas e nas atividades propostas).** O professor 1 comentou que essa inclusão não acontece na estrutura por falta de verbas ou das pessoas responsáveis pela estrutura não priorizarem essa inclusão. Isso depende muito da consciência política e da pressão por parte tanto dos que irão usufruir (pais das crianças) quanto de comunitários engajados com a causa da Educação para todos. No quesito plano de aula também é muito difícil, dependendo da deficiência ou do conteúdo. Mas em vários momentos é possível, sim. Quando isso se torna uma política cultural interna em uma instituição, as possibilidades se tornam hábitos corriqueiros e isso é bom. Dentro desta resposta podemos identificar que se depender mais uma vez dos poderes públicos é um tanto improvável que isto aconteça, principalmente na estrutura física, portanto dentro dos conteúdos há possibilidades de que esta inclusão possa acontecer e isto depende também de os profissionais estarem qualificados ou não. Em sua resposta o professor 2 relatou que ainda não há inclusão nem na estrutura física e muito menos nas aulas realizadas e nas atividades propostas, pois o poder público precisa dá mais suporte às escolas para que isso aconteça.

Ainda sobre a inclusão acontecer na estrutura física e na realização das aulas e conteúdos aplicados, o professor 3 descreveu que, quase sempre, não acontece a inclusão no quesito espaço físico, pois, muitas escolas não tem acessibilidade e não tem nenhum equipamento que proporcione isso. Os professores, por sua vez, com poucas condições de atender essa clientela em sala de aula normais, têm dificuldades de proporcionar atividades diversificadas para atender a todos nas suas especificidades. Observa-se na resposta a clareza e, ao mesmo tempo, o constrangimento, pois, muitas vezes, as escolas não oferecem quase nada de acessibilidade para este público. O professor 4 comentou que sim, que a inclusão acontece, mas ainda são necessárias muitas adequações. E citou como exemplos: preparo do corpo docente, parceria

entre escola e família, espaços adaptados, dentre outros. Já aqui, a partir desta resposta, podemos observar que a inclusão acontece, porém, ainda há muitos ajustes a se fazer para que esse atendimento seja eficaz, ou seja, o mais inclusivo possível.

Outro questionamento foi **como você avalia seu trabalho no processo de inclusão?** E as respostas desta vez se interligaram, pois, todos fazem o máximo possível junto com a instituição e os demais funcionários para que as aulas aconteçam o mais satisfatório possível no sentido do atendimento à diversidade da turma. O professor 1 retratou que pensa dentro das próprias possibilidades e faz o que pode. Para ele, nem sempre é fácil conseguir que algumas práticas se tornem rotinas e isso pode fazer com que ocorra algumas ausências. Crê, portanto, na força da discussão com o coletivo e da cultura organizacional como possibilidades para, individualmente, conseguirmos ser acessíveis, finaliza o mesmo.

O professor 2 descreveu que a escola tenta fazer da maneira mais adequada que seja, porém, não tem subsídio para esses alunos terem uma aprendizagem de qualidade, como merecem. Não se tem apoio de órgão nenhum, somente os professores com sua boa vontade. Os outros destacaram que se esforçam para garantir a todos o direito de aprender e fazem o que podem para atendê-los bem e dar atenção especial para as crianças que são mudas, mesmo em uma sala não adequada e superlotada.

No campo da formação continuada questionou-se: **você se sente preparado para receber um aluno com alguma limitação; seja ela física; psicológica ou cognitiva? Por gentileza, justifique sua resposta.** O professor 1 respondeu apenas que “sim”. Obteve-se, no entanto, duas respostas interligadas como “não” e foi relatado como justificativa o fato de não ter recebido nenhuma formação acadêmica nem continuada direcionada a esse tipo de atendimento. A outra justificativa, muito semelhante a esta, foi de que não recebeu nenhum curso preparativo para atender esse tipo de aluno. Por fim, a última resposta foi “sim”, que trabalha o ano todo com elas, sempre procurando se aprofundar em metodologias que promovam a inclusão e buscando novas maneiras de incluir sempre, em tudo que acontece na sala de aula, pois, sempre tem duas, três ou mais crianças nas turmas com alguma necessidade especial. E finaliza afirmando que “sempre incluímos todos”. Finalizando a entrevista indagou-se: **para você, qual a importância da inclusão na escola?** O professor 1 comentou que é um direito fundamental e a criança não tem culpa de sua deficiência. Portanto, nada lhe devia tirar esse direito, independente do custo que isso represente para os cofres públicos. Mas, sem soma de dúvidas, avanços como esses só ocorrem com a participação/pressão por parte de pessoas politizadas e engajadas com a coletividade local. Do contrário, não creio que possa ocorrer algo

efetivo e com qualidade, pois os políticos não estão dispostos a fazer tal investimento por serem bonzinhos, finaliza. O professor 2 relatou que a escola é para todos, porém seria necessário ter ambiente favorável, funcionários preparados, estrutura escolar, alimentação de qualidade para esses alunos terem uma aprendizagem favorável ao seu alcance. É importante tê-los, porém, com seus direitos garantidos também na prática. Na opinião do professor 3, a garantia do direito de aprender de cada criança bem como oferecer educação de qualidade com equidade para todos são responsabilidades da escola. Por fim, o professor 4 respondeu que a escola deve acolher e dar possibilidade de aprender a todas as crianças, independentemente da classe social, condição psicológica ou física.

Analisando todas as respostas, podemos concluir que a inclusão dentro do processo de formação ainda é algo um pouco distante, pois, conforme relataram os entrevistados, parece existir uma lacuna enorme no currículo da formação acadêmica a que estes profissionais se submetem quanto ao tema, deixando subentender que o currículo de algumas unidades de ensino superior é deficiente nestes termos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, V. **Educação especial** – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

HENZ, Celso I. et al. Formação permanente de educadores como práticas de gestão escolar democrática para uma educação humanizada. In: CORTE, Marilene G. D. et al.(Org.). **Interfaces entre políticas, gestão educacional e formação docente**. Santa Maria, RS, Brasil. Laboratório de Pesquisa, CE, 2014. p. 241-260.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J.C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. In_____. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 5.ed. São Paulo: Cortez,2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CONFERÊNCIA GERAL**,28,Atas da... Nova Iorque,1995.v.I: Resoluções.

SKLIAR, C. **A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros"**. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p.31-79.

EAD: O DESAFIO DE ENSINAR CRIANÇAS COM TDAH EM CASA

Érica Gomes Olinto (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: erica.gomes@fvj.br, Orientadora: Maria das Graças Silva (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

Ensinar crianças com o Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em casa é um grande desafio. E devido, ao Covid-19, este se tornou uma realidade para muitas famílias. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivos: abordar o desafio de ensinar crianças com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em casa; estudar os métodos que os responsáveis usaram, para que o ensino/aprendizagem acontecesse de maneira remota, e quais os seus maiores desafios; compreender como os responsáveis se saíram diante das aplicações de conteúdo em casa favorecendo ou não o desempenho do seu filho. É de fato desafiador, pois a criança estará em sua área de conforto e provavelmente haverá resistência nos momentos de realização das atividades propostas pelos professores. Sabendo que o acompanhamento pedagógico é importante para que a criança crie uma rotina que, irá ajudar no seu desenvolvimento social e cognitivo, os responsáveis terão de se reinventar para proporcionar uma qualidade de estudos a seus filhos. Para fundamentar a pesquisa foi utilizado o referencial teórico a partir das ideias de alguns autores, dentre os quais destacam-se: (ANTUNHA, 1998), (MATTOS, 2014), (PHELAN, 2005), (VISCA, 1991), (BOGDAN, 2003) utilizou-se ainda como referencial teórico a (BNCC 2018), pelo fato de ser um instrumento importantíssimo para o desenvolvimento da educação no Brasil. Para a pesquisa de campo, foi aplicado um questionário com uma amostra de cinco pais, para que pudessem relatar os impasses de atuar como professores e, também, os pontos positivos em ter a experiência de dar suporte em casa, com as aulas acontecendo de maneira online.

Palavras-chave: TDAH. Desafios. Covid-19. Aprendizagem. Aulas remotas.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 desarticulou a vida humana no planeta terra. Todas as esferas sociais enfrentaram o colapso e a incerteza de não saber como será o amanhã. Nesse contexto, a educação também foi envolvida e tudo que era certeza se desfez, surgindo a necessidade de organizar estratégias para que as aulas pudessem acontecer, pois vivia-se um

momento de grande dificuldade para o mundo, um vírus denominado Covid-19, fez a terra parar e obrigou os seres humanos a repensar a vida, forçando o isolamento social. Nessa perspectiva, os responsáveis se viram no papel de professores de seus filhos, precisando se reinventar para dar suporte para que a educação pudesse acontecer e assim os processos pedagógicos de ensino e aprendizagem não fossem comprometidos.

O trabalho dos profissionais especializados com esses alunos na escola vai além do decodificar os códigos linguísticos, passa por todo o processo de desenvolvimento humano, psíquico, físico, emocional, social, etc. A realidade mudou, a rotina das escolas e da vida das famílias foi modificada, tudo que era comum passa pela processo de estranhamento e de adaptação. A escola se reinventa, a educação se descobre como propulsora de novas experiências no campo das tecnologias, para favorecer a aprendizagem.

Diante dos fatos e da necessidade de se reinventar a educação foi necessário rever métodos, estratégias, possibilidades. Para obter o material fundante do presente trabalho foi utilizado o formato pesquisa online, tendo como base um questionário para saber como está o ensino-aprendizagem das crianças que usaram o método de ensino em EAD durante a pandemia.

Buscando uma maior compreensão e entendimento da problemática vivenciada na educação no contexto da pandemia, foi necessário ouvir os pais e responsáveis. Sabendo que as crianças precisam de uma atenção maior, pois ficou claro que durante esta modalidade de aulas, as famílias estavam apresentando muitas dificuldades em relação a manter os seus filhos em uma rotina adequada para que pudessem acompanhar os estudos.

Vale ressaltar, que este tema é de suma importância para ser trabalhado nas escolas, juntamente com a família. Sendo assim, a criança conseguirá ter um rendimento melhor, acreditando sempre em elaboração de rotinas especializadas, ter uma auxiliar de sala que acompanhe o aluno a todo o momento e ao sair do ambiente escolar, continuar com o acompanhamento pedagógico para que os educandos possam conseguir realizar as atividades adaptadas, encaminhadas como complemento das que foram apresentadas em sala de aula.

Portanto, a pesquisa irá estudar a metodologia que os responsáveis usaram com seus filhos, que possuem o Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), analisando como fizeram a elaboração da rotina diária da família, juntamente com os conteúdos transmitidos nas aulas online, tendo em vista o emocional da criança, de como ela reagiu diante dessa situação e quais estratégias precisaram ser direcionadas para que os filhos conseguissem se concentrar havendo o ensino/aprendizagem de forma efetiva, analisando assim quais foram as suas maiores dificuldades em lidar com o ensino a distância.

Nesse contexto, é importante considerar o papel da escola, fornecendo meios para que os responsáveis tenham mecanismos para auxiliar seus filhos e se apropriem do assunto, organizando formações para capacitar não somente os auxiliares e professores sobre como organizar rotinas e atividades, como no período de pandemia, orientar também os pais para que a aprendizagem seja adquirida de forma eficiente.

MARCO TEÓRICO

O transtorno de déficit de atenção segundo Nádia Bossa, “é um comportamento acompanhado de uma atividade motora acima do normal e disfuncional ou seja, uma atividade motora sem função específica.” Sendo ele visto também por Mattos (2014, p.53) ele aborda “Não existe um único “gene do TDAH”: o transtorno é chamado de poligênico (poli = muitos), porque vários genes em conjunto, somados, dão origem ao transtorno”. Portanto sabe-se que estas crianças precisam de uma atenção especializada e com alguns métodos e um acompanhante o mesmo, conseguirá progredir na alfabetização e letramento.

A BNCC estabelece que as aprendizagens “devem ocorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.” (BNCC, p. 81,2018). Acredita-se que as crianças precisam ter acesso a melhorias para que o seu desenvolvimento e competências sejam aprimorados, conseguindo evoluir de maneira positiva, utilizando métodos e técnicas apropriadas para cada fase.

Acredita-se que o começo da pandemia foi a causa para que as aulas online em 2020 fosse uma urgência, o primeiro caso da Covid-19 o SARS-CoV2 identificado na China, especificadamente na cidade de Wuhan, em 31 de dezembro de 2019. Logo, o vírus se espalhou pelo continente asiático e depois nos demais países do mundo. Contudo, em 30 de janeiro, após o crescimento do número de países afetados e a transmissão comunitária do novo vírus, a OMS declarou a situação como emergência de saúde pública de preocupação internacional sobre o surto global. (g1.globo.com)

METODOLOGIA

A abordagem metodológica é de cunho qualitativo, baseando-se em uma pesquisa social para coletar dados referentes ao tema. Para Bogdan & Biklen (2003) a pesquisa qualitativa envolve cinco características, são elas: atenção ao processo, preocupação com o processo de análise indutivo e significado, ambiente natural, dados descritivos. Sendo elas o marco para o desenvolvimento priorizando estas questões.

Nessa perspectiva, foi elaborado um questionário com intuito de entender como funciona o Ensino a distância (EAD), e buscar avaliar como foram elaboradas as rotinas para as crianças com o Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Para obter as respostas dos questionamentos sobre o ensino a distância entre escola e alunos, em meio a pandemia, foi aplicado um formulário com cinco pais, verificando as dificuldades e buscando compreender o que eles pensam a respeito do assunto, bem como se o desenvolvimento está acontecendo e quais as melhorias que poderiam ter em relação a esta experiência.

A pesquisa foi aplicada pelo Google Forms, onde os responsáveis responderam a cinco perguntas sobre o desafio que são as aulas a distância. Foram extraídas respostas de como pais e alunos se saíram nesse período e quais as formas de aprendizado desenvolvidas.

É perceptível a necessidade de um acompanhante em casa, assim como se tinha em sala de aula e de uma rotina de estudos, para obter o foco nas aulas e que pudesse desfrutar do ensino online de maneira significativa.

ANÁLISES E CONCLUSÕES

A pesquisa foi de suma importância para identificar as dificuldades que os cinco responsáveis obterão durante as aulas online. Sendo assim, foi desenvolvido aplicando o questionário de maneira remota, com questões abertas, referente as aulas durante o lockdown e quais foram as dificuldades, melhorias e métodos que os responsáveis tiveram durante esse período. As respostas serão apresentadas com as letras A,B,C,D,E, representando para identificar cada entrevistado. O tópico sobre o transtorno de deficit de atenção (TDAH) é bastante conhecido, mas os métodos e rotinas ainda precisam ser atualizados para obter evolução de melhorias. Os responsáveis responderam as perguntas de maneira satisfatória demonstrando algumas dificuldades apresentadas.

De modo geral, a pesquisa trouxe respostas significativas a problemática abordada, tratando a respeito de como os responsáveis se reinventaram para auxiliar seus filhos. A maioria se submeteu a cumprirem o papel de acompanhar as aulas, sendo apenas uma família a perceber a necessidade de contratar uma profissional capacitada.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, E. L. G Avaliação neurológica da infância (0 a 6 anos). In: BOSSA, N. A. et al. Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos. 6 ed, Petrópolis: Vozes 1998.

BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica/ organização Tereza Perez. - São Paulo: Editora Moderna,2018.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto:Porto,2003.

Da descoberta de uma nova doença até a pandemia: a evolução da covid-19 registrada nos tuites da OMS - G1.globo.com. Disponível em : <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/03/da-descoberta-de-uma-nova-doenca-ate-a-pandemia-a-evolucao-da-covid-19-registrada-nos-tuites-da-oms.ghtml> Acesso: 07/10/2021

TDAH – Transtorno de deficit de atenção. Disponível em: <http://www.nadiabossa.com.br/pdf/tdah-transtorno-de-deficit-de-atencao.pdf> Acesso 20/05/2021

MATTOS, Paulo. No Mundo da Lua - Perguntas e respostas sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade em Crianças, Adultos e Adolescentes. 15ª edição. Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), 2014.

IMAGEM CORPORAL E PSICOMOTRICIDADE: O CORPO INFANTIL EM DISCUSSÃO*

Duane Renalle Costa Ribeiro* (Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: duane.ribeiro@fvj.br)

Adriana Valentim Wandermurem* Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: adriana.valentim@fvj.br)

RESUMO

Esta pesquisa visa descobrir de que maneira o professor auxilia no processo de construção da imagem corporal da criança na Educação Infantil, tendo como referência a psicomotricidade dos estudos de Heuyer (1948), na qual se define como a associação estreita entre o desenvolvimento da motricidade, da inteligência e da afetividade, fazendo com que a educação se faça por meio de uma abordagem completa, valorizando cada aprendizagem e dignificando a criança em todos os seus espaços. Desse modo, procurou-se analisar as dificuldades e ou metodologias para se realizar, no cotidiano escolar, uma construção da imagem corporal da criança, no que tange ao seu tempo de aprendizagem e a forma como cada um aprende. Neste sentido, para a realização da pesquisa, utilizou-se a abordagem bibliográfica e qualitativa, sendo esta por meio de uma entrevista com questionário semiestruturado. Constatou-se que o tema em questão é pouco desenvolvido na área da educação, destarte foram utilizados autores que dialogam com o tema e trazem uma visão ampla sobre o sentido de se ter uma *práxis* docente bem fundamentada, entre eles estão Wallon (1974), Ajuariaguerra (1974), Schillder (1999). A pesquisa possibilitou compreender sobre a importância dada a esse processo de construção corporal, colocando a criança como partícipe de sua própria adaptação corpórea juntamente com o auxílio dos professores a partir das metodologias de ensino inseridas dentro do contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem Corporal. Psicomotricidade. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A produção científica, tem como objetivo compreender como os professores auxiliam na descoberta da construção da identidade na infância através do reconhecimento corporal e do uso da psicomotricidade, como ferramenta de aprendizado na educação infantil, usando dos artifícios pedagógicos para orientar e conduzir sobre como compreender o funcionamento do corpo em sua totalidade.

Os processos psicomotores que são desenvolvidos durante a infância, consideram em sua totalidade os aspectos físicos, emocionais e cognitivos, que são essenciais para que a criança seja instigada a pensar e a agir diante de quaisquer atividades propostas, desde o seu nascimento até a sua morte, vivenciando assim um ciclo de aprendizagens motoras, sensoriais, e cognitivas. É na educação infantil que a tonicidade, práxia grossa e práxia fina tendem a ser mais estimuladas e praticadas, afim de que a criança tenha consciência de quem é e do corpo que tem. A expressão corporal faz com que a criança desenvolva a consciência de que ela é um ser único, íntegro, sensível, material e espiritual, e de que ela possui uma rica capacidade de expressar suas ideias e emoções a partir do uso do seu corpo, tornando-se uma prática psicomotora. (Schinca,1991)

A problemática do referido artigo baseia-se em como as crianças se percebem enquanto construtores da sua imagem corporal e de como os professores auxiliam nessa descoberta, visto que os estudos sobre o tema são escassos e pouco abordados é que o interesse surgiu e se uniu

a curiosidade da descoberta e de como encontrar metodologias que facilitem a integração da criança ao meio em que vive a partir das experiências com o seu corpo.

Os autores referenciados, trazem contribuições acerca da importância da construção da imagem corporal e de como ela pode ser importante na aquisição dos processos psicomotores, visto que a partir das novas metodologias de ensino ligadas à participação conjunta dos pais e da escola, as crianças terão mais oportunidades no desenvolvimento de suas potencialidades motoras, cognitivas e emocionais.

MARCO TEÓRICO

Apesar de ser uma ciência recente, a história da psicomotricidade nasceu com a história do corpo e das inúmeras transformações e reformulações que ele passa ao longo da vida, a partir daí essas transformações culminaram nos estudos sobre a psicomotricidade, compreendendo também como ela funciona. (COSTE, 1992; MELLO, 1987).

Para que os estudos sobre a psicomotricidade fossem desenvolvidos, teve-se a necessidade de recorrer a outras áreas do conhecimento, em especial aquelas que estudavam o comportamento motor e o desenvolvimento humano.

A psicomotricidade se faz necessária para compreender como funciona o corpo e a mente do indivíduo, e dessa forma poder auxiliar da melhor maneira possível a aquisição do conhecimento sobre o próprio corpo e suas funcionalidades, desde os comandos básicos até aos mais estruturados. É nessa perspectiva que o emocional, o cognitivo e o físico devem andar juntos para oferecer através de atividades desenvolvidas pelo professor e também pela família, um melhor aproveitamento daquilo que o corpo humano oferece.

Imagem corporal é a representação mental que cada indivíduo reconhece do seu corpo, esse processo sofre variadas alterações conforme o decorrer da vida, atualmente nota-se a exagerada ambição pela condição da “magreza extrema” como indício de um corpo ideal. (JIMENEZ, 2010). A construção dessa imagem está diretamente relacionada a nossa cultura e história pessoal e também pelas experiências afetivas desenvolvidas ao longo da vida.

Para que a criança consiga criar uma boa imagem de si, é necessário que encontre na escola um lugar onde possa se expressar, onde possa ser vista e ouvida sem ser repreendida pela sua individualidade, formando assim uma imagem positiva de si mesmo e contribuindo para a sua prática psicomotora, visto que é a partir dessas práticas que a criança é levada ao campo do imaginário, reconhecendo assim seu corpo como ferramenta de aprendizagem e também de cuidado. Essa prática precisa ser para a criança um espaço acolhedor e seguro, onde ela poderá experimentar o prazer de se movimentar, desenvolvendo assim sua sensório motricidade.

Na escola, esse conceito de imagem corporal está diretamente atrelado à construção da identidade nas relações interpessoais e intrapessoais, esse fator é de extrema importância e também acaba por ser uma das maiores dificuldades no contexto escolar. Na área da educação, a imagem corporal está presente no Referencial Curricular Infantil (RCNEI) e deve ser trabalhado pelo pedagogo e pelo profissional de educação física, fazendo parte do conteúdo pedagógico que é desenvolvido dentro da sala de aula.

Dessa forma, é na educação infantil que a descoberta do corpo torna-se mais consciente e ativa, visto que através das aulas, essas habilidades vão sendo desenvolvidas no decorrer dos anos e para cada necessidade vão se adaptando e moldando o corpo para novas experiências. Como o professor realiza esse tipo de atividade motora, definirá em como o aluno suprirá necessidades básicas e se reconhecerá como indivíduo, consciente de suas percepções motoras, afetivas, emocionais, entre outras.

Uma educação bem orientada é determinante para a aprendizagem dos discentes, é necessário que o professor esteja em constante aperfeiçoamento de suas práticas, validando as necessidades e observando as lacunas de cada aluno, para que em conjunto com a escola essas

faltas sejam sanadas e o aluno entre na próxima etapa da educação básica desejoso do aprendizado e tendo internalizado que a escola será essa porta de entrada para a busca de mais conhecimento, reconhecendo as potencialidades de cada um.

METODOLOGIA

O modelo de entrevista utilizado foi a semiestruturada para a captação dos dados e análise das respostas. Marconi e Lakatos (2004.b) discorrem que a partir desse instrumento de pesquisa, o entrevistador tem possibilidades para desenvolver determinadas respostas em qualquer direção que considere adequada, tendo mais subsídios para explorar as questões. A partir da compreensão feita, com base nos autores supracitados, é que buscou-se compreender a realidade de cada respondente, a fim de que o espaço fosse um lugar onde pudessem compartilhar de suas práticas ao responderem as perguntas.

A pesquisa de caráter bibliográfico buscou ao longo de toda investigação responder os objetivos e as perguntas norteadoras iniciais, principiaram do contato com livros, artigos e produções na área estudada, baseado na entrevista semiestruturada e na abordagem qualitativa analisar os dados coletados e captar as informações pertinentes às indagações e os estudos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir das observações e questionamentos realizados ao longo da pesquisa foi percebido que trabalhar a aquisição da imagem corporal aliada a psicomotricidade traz inúmeros benefícios que auxiliam a criança na sua descoberta pessoal, em relação ao seu corpo e a forma como ele deve ser tratado.

Dessa forma, compreender como o professor contribui para a formação corporal das crianças na Educação Infantil e a partir de quais metodologias ele se utiliza para esse determinado fim, é que na referida pesquisa a curiosidade sobre tal tema foi sanada parcialmente, pois a pesquisadora notou os dados coletados a partir de outras pessoas e será por meio desse estudo que estará apta a realizar esse processo de construção, juntamente com seus futuros alunos.

Por ser um tema pouco explorado dentro da educação, a imagem corporal ainda não possui muitos autores na área, fazendo assim com que a pesquisa acontecesse de forma a entender o ponto de vista dos professores, a partir da entrevista semiestruturada e da revisão bibliográfica, que permitiu com que esse trabalho pudesse aliar teoria à prática. Com isso, ao perpassar desde os aspectos históricos que deram início aos estudos sobre imagem corporal e psicomotricidade, é que entende-se como elas não são dissociáveis e precisam da contribuição uma da outra, para que os professores apliquem suas metodologias de ensino e façam com que a criança aprenda integralmente. Ainda há um tabu gigantesco acerca do conhecimento do próprio corpo, do cuidado e da proteção que devemos ter com ele e sobretudo de como devemos formar a base do conhecimento que são nossas crianças.

Sair da zona de conforto impede que muitos profissionais da educação estejam atuando de maneira sincronizada e interdisciplinar, auxiliando e sendo mediador do processo de construção e aquisição da imagem corporal associada a psicomotricidade, validando que através delas será possível contribuir no processo de ensino e aprendizagem da Educação Infantil.

Na visão dos entrevistados, percebe-se uma constante preocupação em ofertar uma educação integral para seus alunos, apesar de na teoria não terem ouvido falar sobre a importância da imagem corporal, mas visualizaram na prática que através dessas inferências é possível construir um cidadão integralizado e consciente que seu corpo é um modelo único de aceitação e aprendizado e que a partir dele, o mesmo deve realizar experiências significativas que venham de encontro a sua liberdade de aprender e de se expressar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998.

COSTE, J. C. **A Psicomotricidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, p.274, 2004.

PINHEIRO, P,N.; JIMÉNEZ, M. **Percepção e insatisfação corporal: um estudo em crianças brasileiras**. *Psico*, v. 41 n. 4, p. 510-516, 2010.

SHINCA, M. **Psicomotricidade, Ritmo e Expressão Corporal**. São Paulo: Manole, 1991.

Centro de Saúde

Enfermagem

Farmácia

Fisioterapia

Nutrição

Psicologia

Enfermagem

MULTIFACES DO CORPO: DIVERGÊNCIAS E SIMILARIDADES DA PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NOS CICLOS DE VIDA

Sandy Souza do Amaral⁴ (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: sandy.amaral@fvj.br), Ma. Amália Gonçalves Arruda⁴ (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

As percepções acerca do corpo antecedem o nascimento e percorrem todos os ciclos de vida até a morte. Nesse sentido, a imagem corporal é uma construção mutável e dinâmica, sendo diretamente influenciada pelas experiências vivenciadas por cada indivíduo ao longo da vida. Apresenta como objetivo compreender as divergências e similaridades da percepção da imagem corporal em diferentes ciclos de vida. Trata-se de um estudo comparativo e narrativo de casos múltiplos com abordagem qualitativa com cenário em uma Unidade Básica de Saúde do município de Aracati/Ce e a população foram quatro grupos geracionais – infância, adolescência, maturidade e velhice. A unidade amostral caracterizou-se pela seleção de dois indivíduos, masculino e feminino, de cada população geracional. As oficinas ocorreram em quatro dias entre os meses de setembro e novembro de 2021. Aplicaram-se dinâmicas baseadas no Método Criativo Sensível, sendo exploradas através da técnica de Análise do Discurso de Pêcheux. A socialização dos resultados proporcionou uma análise do discurso do sujeito na sua integralidade, desenho e discurso. Partindo dos dados coletados, percebem-se semelhanças e distinções entre as gerações e gêneros, tipo: valores sobre conhecer e tocar o corpo fomentados desde a infância; percepção de corpo a partir da adolescência; interlocução corpo/vida na idade adulta; necessidade de cobrir/proteger o corpo na senescência. Conclui-se que as multifaces do corpo são construídas através das relações sociais, espirituais, geracionais, dentre outras. Essas conexões implicam diretamente no processo saúde/doença, físico e emocional dos indivíduos, necessitando de um olhar ampliado de todos os profissionais de saúde.

Palavras-chave: Imagem Corporal; Ciclo de vida; Saúde.

INTRODUÇÃO

As percepções acerca do corpo antecedem o nascimento e percorrem todos os ciclos de vida até a morte. No binômio mãe-filho, todas as trocas são feitas a partir de um relacionamento simbiótico e, no nascimento, esse contato pele a pele é capaz de estabilizar os batimentos cardíacos e a respiração da criança. “Corpo” provém do latim *corpus*, compreendido como limitado, visível e finito, o corpo que nasce também morre (BARBERO; PEDERNEIRA, 2016). A imagem corporal é uma construção passível a edições, transformações, reorganizações, ou seja, é mutável e dinâmico. Essa construção é diretamente influenciada pelas experiências vivenciadas por cada indivíduo ao longo da vida, unindo o ser interior ao ser exterior. Essa imagem corpórea em construção é fruto das dimensões perceptivas: afetiva, cognitiva e comportamental (SANTIN, 1996; GUIMARÃES, 2019). Comunicação, compreensão, interpretação, todas essas palavras contextualizam a linguagem verbal, mas é possível integrá-las à linguagem não verbal, aplicando ao corpo a condição de signo

(BLESSMANN, 2004). Em consonância, Weil e Tompakow (2007) ilustram no livro “O corpo fala” sobre a capacidade de comunicação corporal do homem através dos movimentos de suas partes, o que se chama cinésica. O presente estudo objetiva compreender as divergências e similaridades da percepção da imagem corporal em diferentes ciclos de vida. Assim sendo, os objetivos específicos são: identificar a representação de corpo para crianças, adolescentes, jovens adultos e idosos; refletir como cada sujeito, a depender do ciclo de vida, interage com o seu corpo e relacionar os sentimentos que emergem na relação com seus corpos em cada fase.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo comparativo e narrativo de casos múltiplos com abordagem qualitativa com cenário em uma Unidade Básica de Saúde do município de Aracati/Ce e a população foram quatro grupos geracionais – infância, adolescência, maturidade e velhice. A unidade amostral caracterizou-se pela seleção de dois indivíduos, masculino e feminino, de cada população geracional. As oficinas ocorreram em quatro dias entre os meses de setembro e novembro de 2021. Aplicaram-se dinâmicas baseadas no Método Criativo Sensível como a oficina **Esse sou eu e é isso que sou!** (baseada na DSC “Corpo Saber”), que gerou debate sobre a representação do corpo; **Escuta que o meu corpo está falando!** (baseada na DSC “Almanaque”), norteando sobre o diálogo do corpo; **De onde vem?** (baseada na DSC “Linha da Vida”), discutindo sobre a origem da percepção sobre o corpo; **Espelho, espelho meu!** Para fomentar a coletivização acerca dos sentimentos sobre o corpo. Os dados foram analisados pela técnica de Análise do Discurso (AD) de Pêcheux. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe e aprovada sob parecer Nº 4.954.707, estando assim, em consonância com as resoluções que discorrem sobre as questões de cunho ético envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A socialização dos produtos das oficinas fomentou uma análise do discurso do sujeito na sua integralidade, desenho e discurso. Os codinomes foram resultantes da DSC Esse sou eu e é isso que sou! A partir da exteriorização das ideias, notou-se a ligação afetiva na nomeação dos desenhos. Posteriormente, elencou-se dois eixos de discussão. Assim, uma nova subdivisão foi elaborada para contribuir com o processo comparativo dos dados.

Eixo 1. Representações do meu corpo: similaridades e divergências entre mulheres e homens nos diversos ciclos de vida

Apresentação das similaridades e divergências entre as mulheres em estudo, similaridades e divergências entre os homens em estudo e similaridades e divergências entre mulheres e homens no mesmo ciclo de vida.

Similaridades e divergências entre as mulheres em estudo

Os fragmentos do corpo e as figuras, escolhidas por Maria Alice (9 anos), representam acessórios que correspondem a cada parte. Assim, é ressaltada a necessidade do vestir ao utilizar a gravura da calça cobrindo a perna. Essa mesma percepção foi salientada por Isa (25 anos) e Anna (14 anos) ao serem indagadas sobre o contorno da roupa no desenho.

“Nem eu sei o porquê desse boneco está vestido, apenas fiz, foi inconsciente.”

(Anna, 14 anos)

“Desenhei ela vestida pelo fato dela ser mulher, ela ser feminina, né? Desenhei uma roupinha nela.”

(Isa, 25 anos)

O corpo vestido manifesta uma linguagem corporal pouco discutida, que muda no decorrer das etapas vividas. Segundo Lopes, Mendes e Sousa (2017), existe uma imposição social de elementos característicos do “ser mulher”, desde o vestuário e acessórios ao comportamento. A montagem elaborada por Maria Alice (9 anos) respalda essa citação quando ela acomoda o anel sob o dedo. As ilustrações de Aloan (72 anos), quando acompanhadas de sua fala, assemelham-se com as colocações da criança, onde os adereços são utilizados para embelezar o corpo.

Similaridades e divergências entre os homens em estudo

Léo Léo (6 anos) e Gabriel (18 anos) optaram pela bola como símbolo. Enquanto para a criança remete à diversão e imaginação, para o adolescente o formato arredondado do rosto foi decisivo na seleção. A escolha de Joel (61 anos) difere na representação, ao associar a um bicho preguiça, mas aproxima-se de Gabriel ao relacionar com a forma do rosto. Tyrone (39 anos) elege um videogame, que mesmo diferente, coincide com a motivação de Léo Léo. Todas as montagens realizadas pelo idoso expressam uma necessidade de proteção desse corpo agora envelhecido. O boné na cabeça, a bota no pé, os óculos no olho, são acessórios utilizados para evitar a degradação corporal, uma adaptação para lidar com as mudanças e possíveis marcas deixadas por essa fase.

Similaridades e divergências entre mulheres e homens no mesmo ciclo de vida

Quando analisadas as gerações separadamente, ainda na infância, nota-se que os objetos escolhidos foram relacionados às brincadeiras desta fase. O posicionamento de gênero pode ser notado mediante as opções de brinquedos, o menino com a bola, a menina com a boneca. Um conceito traçado no binarismo e produto dos preceitos criados pela sociedade. A construção da identidade corporal recebe influência dos espaços socioculturais em que o indivíduo está inserido. O comportamento padrão esperado na fase adulta, é que saibam o que, como e quando falar, além, do que ver e quando ouvir. Nessa etapa, todas as ações podem favorecer ou prejudicar sua comunicabilidade.

Eixo 2. Sentimentos emergentes quando reflito sobre meu corpo

No processo comparativo, designou-se três estratificações: mulheres nos diversos ciclos de vida, homens nos diversos ciclos de vida e homens e mulheres nos mesmos ciclos de vida.

Mulheres nos diversos ciclos de vida

O medo apontado pela adolescente é perceptível durante a observação dos movimentos frente ao espelho. É nesse ciclo que os sentimentos tendem a se intensificar. Para Isa (25 anos), o arrependimento vem acompanhado de lembranças originadas ainda na adolescência. As características negativas acerca da percepção da autoimagem são estruturadas no corpo feminino como apreciação sociocultural (LOPES; MENDES; SOUSA, 2017). Essas experiências deram lugar à admiração recordada pela idosa que, após todos os processos que

passou, sente-se admirável, guerreira e corajosa. Ao exprimir a palavra “ativa”, Aloan (72 anos) arrumava o vestido e os cabelos o tempo todo em frente ao seu reflexo, entretanto, a sociedade e a religião imponham que esse corpo deva ser coberto através de roupas compridas.

Homens nos diversos ciclos de vida

Léo Léo (6 anos), no papel de criança, olha com entusiasmo para a própria mão refletida no espelho. A mesma foi desenhada quando questionado sobre sua infância. Na fala de Gabriel (18 anos), a felicidade e a gratidão estão relacionadas ao corpo saudável, funcional e preservado, numa constante busca pela autoaceitação.

“(...) pelo formato do rosto mais arredondado, então, acho que combinaria com esse objeto.”
(Gabriel, 18 anos)

“(...) parecido com uma preguiça, foi o bicho que me assemelhou o formato do rosto.”
(Joel, 61 anos)

Os estereótipos criados sobre os formatos e tamanhos do corpo, demonstrando a apropriação dessas feições é percebida nos diálogos acima.

Mulheres e homens no mesmo ciclos de vida

Os representantes do G1 selecionam a mesma palavra: felicidade. Maria Alice (9 anos) enfatiza, através do rosto alegre na oficina anterior, a necessidade de estar feliz. Contudo, Léo Léo (6 anos) é desinibido ao observar o próprio corpo, enquanto Maria Alice (9 anos) responde ao questionamento com os olhos voltados para baixo. Presume-se que as meninas sejam mais críticas e retraídas em relação à imagem corporal. As figuras de “alegre” são posicionadas na boca ou no rosto durante a realização das colagens. Prosseguindo nessa argumentação, temos a boca como protagonista da comunicação na visão dos participantes.

“O principal é a boca, não tem outro lugar pra falar, né?”
(Léo Léo, 6 anos)

“(...) boca a gente pode se comunicar falando.”
(Anna, 14 anos)

“Essa boca é a respeito da gente ter a boca para falar.”
(Aloan, 72 anos)

As expressões faciais são rotineiramente utilizadas para manifestar as emoções e o estado de espírito, expandindo-se para além do sorriso e da felicidade. É uma comunicação vasta e ampla capaz de exteriorizar diversos sentimentos e emoções.

CONCLUSÕES

Conclui-se que as multifaces do corpo são construídas através das relações sociais, espirituais, geracionais, dentre outras. Essas conexões implicam diretamente no processo saúde/doença, físico e emocional dos indivíduos, necessitando de um olhar ampliado de todos os profissionais de saúde. É fundamental que a sociedade entenda o corpo no seu papel comunicador, edificando a construção de uma imagem corporal positiva desde o nascimento.

Essa conscientização tem como alvo o sujeito, a família e a coletividade, portanto, deve ser mediada pelos micro e macroambientes socioculturais. A enfermagem demanda dessa visão crítica da postura, da maneira de olhar, do tom da voz. É o corpo falando, sentindo e emitindo todos os códigos para a eficiência do diálogo. Esse conjunto de elementos torna o cuidado holístico e humanizado, proporcionado a promoção, prevenção e recuperação da saúde

REFERÊNCIAS

BARBERO, Luis Francisco; PEDERNERA, María Susana. Corpo 'biológico' e corpo 'erógeno'. **Organiza Federación Psicoanalítica de América Latina Septiembre**. 13 al 17 de 2016. Cartagena, Colombia. Disponível em: <http://www.fepal.org/wp-content/uploads/017-por.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BLESSMANN, Eliane Jost. Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 6, p. 21-39, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/4737/2661>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GUIMARÃES, Carolina. Como se veem os nossos adolescentes? Avaliação da percepção da imagem corporal numa população escolar. **Rev Port Med Geral Fam**. 2019;35:106-14. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v35n2/v35n2a04.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

LOPES, Muranna Silva; MENDES, Renata Caroline Pereira Reis; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. SER MULHER: uma análise da imagem corporal entre adolescentes. **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 29). Ano 2017. Pág. 3. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n29/a17v38n29p03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTIN, S. **Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. 2. ed. Porto Alegre: EST/ESEF-UFRGS, 1996.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal**. 61 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FATORES CONDICIONANTES DO AUTOCUIDADO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Yvana Lorena Rebouças¹⁰¹ (estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. yvanareboucas@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa (Professora Doutora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ – Orientadora da pesquisa .

RESUMO

O câncer, nas suas diferentes formas, constitui-se uma das mais importantes causas de mortes na população mundial na atualidade. Com os estudos sobre o câncer do colo do útero percebe-se que é um problema mundial que acomete mulheres de todas as idades independente de sua vida sexual. A pesquisa se propôs a analisar os fatores condicionantes do autocuidado na prevenção do câncer de colo de útero, fazendo pela revisão da literatura. Assim como resultado obteve-se a falta de políticas públicas voltadas para o autocuidado e prevenção e que fatores como o investimento na educação da população são primordiais para resultados mais efetivos.

Palavras-chaves: Autocuidado do câncer; Colo do útero; Educação em saúde; Saúde da mulher; Prevenção.

INTRODUÇÃO

O câncer, nas suas diferentes formas, constitui-se uma das mais importantes causas de mortes na população mundial na atualidade. Com os estudos sobre o câncer do colo do útero percebe-se que é um problema mundial que acomete mulheres de todas as idades independente de sua vida sexual. O CCU, considerando a presença de tumores malignos nos órgão reprodutores femininos, é sem dúvida o que mais se destaca justamente pela frequência com que tem acometido as mulheres.

METODOLOGIA

Nesse sentido, estudar a epidemiologia dessa doença é de suma importância para prática médica, pois com este objetivo será possível a identificação de fatores que possam se relacionar e controlar esse câncer. Considerou-se como questão de pesquisa: o que há na literatura sobre fatores condicionantes do autocuidado na prevenção do câncer de colo de útero? Assim procedeu-se a seleção leitura analítica de dez artigos de forma obter respostas ao problema da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os estudos apresentados conclui-se que a questão dos fatores condicionantes do autocuidado relativos à prevenção ao CCU mostra que existe uma necessidade de melhoria e implementação das políticas de saúde, bem como novas estratégias de alcance populacional, como forma de que a prevenção primária e secundária possa chegar a uma maior quantidade de mulheres, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social. Outra questão é que investimentos em educação, podem fazer com que as mulheres percebam a importância do autocuidado, para que se possa haver uma alteração no perfil de morbimortalidade da doença.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G. C., SÁ, E. M. M., PASSOS, M. R., *et al.* **Papilomavírus humano e carcinogênese no colo do útero.** J Bras Doen Sex Transm, 2000; 12:28-38.

ARAÚJO, E. M. *et al.* **Contribuição do enfermeiro no processo de prevenção do câncer do colo uterino: uma ação educativa.** Câncer do colo uterino, Sobral, Ceará, Brasil, ano 2019, v. 02, ed. 03, p. 03-04, 2019.

BOSCH, F. X., MUNOZ, N., SANJOSE, S. **Human papillomavirus and other risk factors for cervical cancer.** Biomed Pharmacother 1997; 51:268-75.

CARVALHO, M. C. MP; QUEIROZ, A. B. A. **Mulheres Portadoras de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero e HPV: Descrição do Perfil Socioeconômico e Demográfico.** Câncer de colo uterino, on-line, ano 2011, p. 03-05, 7 jun. 2011.

CASARIN, M. R. *et al.* **Educação em Saúde para Prevenção do Câncer de Colo do Útero em Mulheres do Município de Santo Ângelo/RS.** Câncer cérvico-uterino, Educação em saúde, Prevenção, Uruguaiana RS, ano 2009, p. 7-7, 10 jan. 2009.

INTERAÇÃO FAMILIAR E FATORES PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Vitória Pascoal do Nascimento¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: vitoriapascoal.n@gmail.com), José Pereira Maia Neto² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: maia@fvj.br).

RESUMO

O Transtorno do Déficit de Atenção da Hiperatividade (TDAH) se caracteriza pelo conjunto de sintomas envolvendo desatenção, hiperatividade e impulsividade. As interações familiares de pais e filhos que tenham TDAH são marcadas, frequentemente, por mais conflitos. A atuação do enfermeiro no reconhecimento de possíveis casos e no encaminhamento destes para o tratamento adequado e imediato, uma vez que, quando realizado precocemente, o cuidado ao paciente com TDAH resulta na diminuição dos danos causados pelo transtorno. O objetivo geral foi compreender as influências das interações familiares de crianças e adolescentes com TDAH e os fatores psicossociais relacionados a este tipo de distúrbio neste público. Tratou-se de uma revisão integrativa. Os estudos foram indexados da Scielo, Lilacs e Pubmed. Incluíram-se estudos longitudinais, prospectivos, teóricos, metanalítico e exploratórios. Eliminaram-se teses, estudos incompletos e pagos, estudos duplicados. Foram encontradas 176 referências, das quais somente 13 foram selecionadas para compor a amostra. Os resultados evidenciaram a compreensão no que se referem as influências das relações familiares e os fatores psicossociais associados ao TDAH em crianças e adolescentes, ressaltando ainda a importância do enfermeiro nesse tipo de transtorno e a ação conjunta com uma equipe multidisciplinar para promover uma conduta qualificada e satisfatória a esses pacientes. O enfermeiro deve atuar de forma consistente na identificação de atrasos no desenvolvimento da criança ou adolescente com TDAH e estabeleça medidas de orientação, autocuidado, ações de referência e contrarreferência, apoio aos pais e professores, assistência contínua na escola, criação de projetos educacionais e atendimentos individuais.

Palavras-chave: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Relações Familiares. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

Este artigo se justificou pela importância de conceber um trabalho científico com fundamentações teóricas bem delimitadas e sistematizadas, como também dados informacionais que contribuam para o enriquecimento da literatura científica. Além disso, ansiou-se o ajuntamento de achados pertinentes sobre o assunto abordado.

A hipótese de pesquisa partiu da ideia de que as relações familiares são importantes no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com TDAH e que através da percepção dos aspectos relacionados ao TDAH e as repercussões dos vínculos familiares na vida de indivíduos com TDAH, o enfermeiro pode compreender as alterações presentes e colaborar na identificação de agravos, déficits de aprendizagem, entre outros, sendo assim um profissional qualificado para estudar e dar assistência a este tipo de transtorno.

O objetivo geral foi compreender as influências das interações familiares de crianças e adolescentes com TDAH e os fatores psicossociais relacionados a este tipo de distúrbio neste público. Os objetivos específicos foram: 1 – Discutir acerca da associação entre depressão e ansiedade dos pais com o TDAH em crianças e adolescentes; 2 – Discorrer sobre as implicações

das interações familiares de crianças e adolescentes com TDAH para o trabalho do enfermeiro; 3 – Explicar acerca da atuação do enfermeiro no ambiente escolar com crianças ou adolescentes com TDAH.

MARCO TEÓRICO

O Transtorno do Déficit de Atenção da Hiperatividade (TDAH) se caracteriza pelo conjunto de sintomas envolvendo desatenção, hiperatividade e impulsividade, que se expressam de forma desproporcional tendo em mente a idade e o grau de desenvolvimento do indivíduo (SITNICK; GALÁN; SHAW, 2019). As interações familiares de pais e filhos que tenham o diagnóstico de TDAH são definidas, regularmente, por mais conflitos. Os pais tendem a considerar o seu filho como inoportuno, aversivo e indisciplinado ou, também, descuidado, mal-educado e indiscreto, e que tem muita dificuldade de adaptação no local onde convive e para satisfazer às expectativas dos adultos (BERTOLDO; FEIJÓ; BENETTI, 2018). O enfermeiro como membro da equipe multidisciplinar, frente a essa criança pode resolver problemáticas para atender suas necessidades assistenciais à saúde, o que envolve exame, coleta de dados, diagnóstico, planejamento, concepção e investigação, com as alterações subsequentes sendo usadas como mecanismos de diálogo que promovam a resolutividade dos diagnósticos de enfermagem em casos de TDAH (OLIVEIRA *et al.*, 2020). No ambiente escolar, o enfermeiro mostra-se como um consultor de saúde para os educadores, além de fornecer informações sobre práticas de saúde, dar aulas e participar do desenvolvimento do currículo de educação em saúde (SILVA; BARBOSA; SANTOS, 2020). Visgueira *et al.*, (2020) evidenciam ainda que o profissional de enfermagem vem ganhando um espaço cada vez maior de atuação nas escolas através de programas e políticas do sistema de saúde. Nas escolas, tem seus papéis de prestador de cuidados, educador de saúde, consultor e conselheiro.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa, com caráter exploratório, descritivo e qualitativo. As bases de dados foram: Scielo, Lilacs e Pubmed. Os descritores foram: transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, relações familiares, qualidade de vida. Incluíram-se estudos publicados entre 2011 a 2021, estudos gratuitos, estudos na língua portuguesa e inglesa, estudos que envolveram TDAH, depressão e ansiedade. Excluíram-se monografias; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; estudos duplicados e; teses de dissertação de mestrado e doutorado. Realizou-se a leitura do título e resumo. Posteriormente realizou-se leitura exploratória e profunda dos estudos selecionados. Foram encontrados 176 (cento e setenta e seis) estudos, todavia, com os filtros somente 13 (treze) compuseram a amostra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os 13 (treze) artigos que compuseram esta revisão foram publicados nos seguintes anos: 2012 (n = 02), 2013 (n = 01), 2015 (n = 02), 2016 (n = 02), 2017 (n = 01), 2018 (n = 01) e 2019 (n = 04). Quanto à base de dados, a predominância se deu na Pubmed (n = 07) seguido por Lilacs (n = 04) e Scielo (n = 02). Em relação ao tipo de pesquisa, ocorreu predomínio dos estudos qualitativos (n = 03) e estudos longitudinais (n = 03). Os demais foram: estudos exploratórios (n = 02), estudo psicossocial (n = 01), estudo metanalítico (n = 01), estudo prospectivo (n = 01), estudo teórico (n = 01) e estudo autorreferido (n = 01). Foram construídas duas categorias. A categoria temática I abordou as influências da interação familiar bem-estar de crianças e adolescentes que apresentam TDAH, possibilitando um arsenal de dados sobre as repercussões biopsicossociais que esse tipo de transtorno acarreta, favorecendo que as equipes multidisciplinares, especialmente, o enfermeiro, compreendam as singularidades do TDAH, a

importância da família sob um enfoque clínico, os conflitos intrafamiliares e, que através disso, seja possível estabelecer estratégias de assistência qualificada, visando à melhora do desenvolvimento linguístico, social, cultural, escolar, entre outros, de crianças e adolescentes com alterações de atenção e na personalidade hiperativa.

A categoria temática II explanou as implicações das alterações psicológicas e emocionais no ambiente familiar no bem-estar global de crianças e adolescentes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, destacando que os domínios mentais dos pais exercem influência direta sobre os comportamentos adotados pelos filhos, que externalizam sentimentos de ansiedade e depressão, ocasionando assim atraso nas atividades diárias, baixo rendimento escolar, diminuição das relações sociais, reduzindo, por conseguinte, sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Lao Tse Maria; FEIJÓ, Luan Paris; BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz.

Intervenções para o TDAH infanto-juvenil que incluem pais como parte do tratamento.

Revista da Faculdade de Psicologia. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 427 – 452, 2018.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/33454>. Acesso em: 22 Set. 2021 às 12h05.

OLIVEIRA, Priscila Mendes Graña; SOUZA, Nicole Miranda; COSTA, Simone Teixeira da Luz; BARBOSA, Luísa Carla Santos. TDAH e o processo de aprendizagem. **Jornal Brasileiro de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47492 – 47503, jul/2020.

Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13299/11179>. Acesso em: 22 Set. 2021 às 12h40.

SILVA, Dayse de Fátima Fonseca; BARBOSA, Diogo Jacintho; SANTOS, Vanessa Cristina de Souza. Orientação para Enfermagem - no cuidado a criança em conflito de aprendizagem TDAH. **Revista Pró-Universus**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 80 – 88, jul/dez, 2020. Disponível em: <http://192.100.251.116/index.php/RPU/article/view/2414>. Acesso em: 22 Set. 2021 às 12h35.

SITNICK, Stephanie; GALÁN, Chardée; SHAW, Daniel. Preditores de comportamento anti-social e violento de meninos na primeira infância no início da vida adulta. **Jornal de Saúde Mental Infantil**. Estados Unidos, v. 40, n. 1, p. 67 – 83, jan/2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30576588/#affiliation-1>. Acesso em: 22 Set. 2021 às 12h20.

VISGUEIRA, Maria Luiza; SOARES, Naiane de Sousa; SOARES, Rayane Sabrina da Costa; ANDRADE, Maria Karolainy Barroso; RAMOS, Zidane Sousa; ABREU, Isadora dos Santos; LEÃO, Greyce Kelle Soares Almeida; SOARES, Filipe Augusto de Freitas. Abordagens de saúde mental em pessoas com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**.

Teresina/PI, v. 9, n. 8, p. 62 – 89, 2020. Disponível em:

<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5933>. Acesso em: 22 Set. 2021 às 12h20.

A assistência de enfermagem na realização do exame preventivo do colo do útero: revisão integrativa.

Vanusa do Nascimento de Souza da Silva¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: vanusadeouza@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa² (professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O Papanicolau é um exame que serve para detectar alterações celulares no útero, popularmente dito, câncer de colo do útero (SILVA, *et.al.*, 2018). Este estudo teve como objetivo conhecer o que as publicações online discorrem sobre a assistência de enfermagem às mulheres na realização do exame preventivo do colo do útero. Com relação à metodologia, tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, cujos resultados foram extraídos das seguintes bases de dados: BDNF, LILACS, utilizando-se dos seguintes descritores: assistência de enfermagem, exame colpocitológico, cuidados de enfermagem, sendo selecionados 11 artigos. Identificou-se a promoção em saúde pelos profissionais da saúde para busca ativa das mulheres a realizarem o exame, receberem os resultados bem como dificuldades dos profissionais em realizarem o exame interferindo no diagnóstico e tratamento eficientes. Por esse meio concluiu-se que, a prática assistencialista do enfermeiro, o acolhimento, a escuta qualificada deve permanecer para que alcance às mulheres à realização do Papanicolau diminuindo o índice de mortes por CCU como qualificação e treinamento dos profissionais para realização do exame de forma segura.

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem. Exame Colpocitológico. Cuidados de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

O Papanicolau é um exame que serve para detectar alterações celulares no útero, popularmente dito, câncer de colo do útero, a realização desse exame é feita por meio da coleta de uma pequena amostra das células do tecido epitelial, cervical e vaginal, depois visto através de microscópio se há presença de células cancerígenas (SILVA *et. al*, 2018). A periodicidade de realização desse exame, segundo o INCA deve ser feita de 3 em 3 anos, quando após 2 anos consecutivos de realização do mesmo, o resultado seja negativo sendo que esse período de 3 anos é recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos demais países (SILVA *et.al*, 2018). Este exame previne contra o câncer de colo do útero, sendo que a detecção precoce dessa doença diminui os agravos e aumenta as chances de cura (SILVA *et.al*, 2018). Então, essa doença exige atenção para que diminua os casos, por isso é importante criar atividades que estimulem a prevenção, ressaltando a importância da realização do exame e dar orientações sexuais às mulheres, e isso é papel fundamental da Enfermagem (GURGEL *et.al*, 2019). Os enfermeiros precisam ofertar segurança a essas mulheres para que elas se sintam acolhidas ao procurar unidade de atendimento (GURGEL *et. al*, 2019). É na unidade básica de saúde que acontece um diálogo harmonioso entre profissional e paciente e isso fortalece o entendimento, o cuidado (OLIVEIRA, 2009 *apud* SANTOS, 2017)

MARCO TEÓRICO

O câncer de colo do útero acomete muitas mulheres contribuindo para um grave problema de saúde pública (BRASIL, 2019). É uma doença que se desenvolve lentamente podendo ser descoberta numa fase que traz chances de cura ou em estágio avançado levando à morte (SANTOS et.al, 2017). É o segundo tipo de câncer comum entre as mulheres, mais presente na faixa etária entre 20 a 29 anos alcançando a faixa etária entre 45 a 49 anos. Sendo o câncer de mama também um dos tipos que mais acomete as mulheres (MOREIRA, ANDRADE, 2018). No mundo acontece mais de 250.000 mortes em mulheres por CCU, sendo que essas mortes acontece em maioria (85%) nos países de baixa ou média renda (BRASIL, 2019). Na América Latina, parte das mulheres não realiza o exame como necessário, principalmente na população de baixa renda, 25% dos cânceres em mulheres são CCU. A estimativa no Brasil por ano é de 16.000 casos entre 2018 e 2019 significando um risco de 15,4 casos em cada 100 mulheres (BRASIL,2019).

METODOLOGIA

Revisão Integrativa da Literatura dividida em seis etapas: escolha do tema e delineamento da pergunta norteadora, seleção de critérios de exclusão e inclusão, classificação das informações dos artigos selecionados, observação dos artigos, apresentação dos resultados e conclusão dos conhecimentos obtidos. O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de setembro e outubro de 2021 nas bases de dados: BDNF, LILACS utilizando os seguintes descritores: assistência de enfermagem, exame colpocitológico e cuidados de enfermagem. O período de publicação dos artigos selecionados foi de 2016 a 2020 obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra em língua portuguesa e publicados em revistas e critérios de exclusão: os que não atendiam o objetivo da pesquisa. Ao todo, foram selecionados 11 artigos que foram divididos em três categorias temáticas: a importância da enfermagem na promoção da saúde, insegurança do enfermeiro (a) na realização do exame preventivo do colo do útero, relação entre profissional e paciente no âmbito da consulta ginecológica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Segundo a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) n. 385-2011 o exame preventivo do colo do útero deve ser realizada pelo profissional enfermeiro que é tecnicamente e cientificamente habilitado, pois exige um trabalho sistematizado. Desde o atendimento inicial, preparação da mulher fisicamente e psicologicamente até o diagnóstico o

enfermeiro tem que estar totalmente habilitado e capacitado para atuar no controle das doenças que o exame diagnóstico (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Mas existem dificuldades que o profissional enfermeiro enfrenta na realização do exame preventivo do colo do útero, como verificação do colo do útero, coleta insatisfatória ou inapropriada e isso complica no diagnóstico e tratamento. Por isso o enfermeiro que atua na Atenção Básica do SUS ou privada deve estar sempre em qualificação, capacitação, pois não só a graduação é necessária para atuação do profissional, porque muitos conceitos vão mudando, para que haja um atendimento qualificado (ROCHA, CRUZ, OLIVEIRA, 2019; AMORIM *et al.*, 2018). A realização do exame citopatológico do colo do útero não envolve somente a coleta cervical, mas todo um atendimento. O exame envolve a consulta primordial, anamnese, onde se prepara a paciente para o exame, realiza a coleta, percebe intercorrências, avalia a necessidade de encaminhamentos, marca o retorno do exame no tempo certo. Se faz importante ouvir as queixas da paciente, trabalhar os fatores negativos do exame e principalmente confortá-los num diagnóstico positivo (MAIA *et al.*, 2017). Muitos são os fatores que impedem essas mulheres a realizar o exame, como o medo, a vergonha, as dificuldades para marcação e realização da consulta, a não aceitação do cônjuge e o profissional de saúde deve entender essas dificuldades e repercutir para que haja promoção da saúde (MACIEL *et al.*, 2021). Em situações relacionadas à questões morais, religiosas, culturais o enfermeiro deve manter a ética em sua atuação respeitando mas resolvendo as questões para proporcionar a prevenção e saúde (LOPES *et al.*, 2019). Os artigos dispuseram que os enfermeiros apresentaram dificuldades na realização do exame, bem como na busca ativa para as mulheres realizarem o exame, receberem os resultados e manter a prática do mesmo no período correto. Vale salientar a capacitação dos profissionais de enfermagem para uma coleta mais precisa, diagnóstico, tratamento e encaminhamento eficientes. A promoção da saúde continua sendo imprescindível para motivar as mulheres ao exame, como ao comparecimento à unidade para demais atividades que envolvam prevenção à saúde, bem como o recebimento dessas mulheres nas unidades de forma acolhedora, garantindo segurança ao paciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Citologia em meio líquido para rastreamento de câncer de colo de útero e lesões precursoras. Relatório de Recomendação, 2019. Disponível em: conitec.gov.br. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

GURGEL, Lucineide Coqueiro; SOUSA, Alex Alves Sobral de; SOUSA, Carmelita Maria Silva, BRITO, Eulina Alves Sousa; LEITE, Reilanne Santana Sousa; SANTANA, Willma José

de; VIEIRA, Patrícia Dore. Percepção de mulheres sobre o exame de prevenção de colo de útero Papanicolau: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v. 13, n. 46, p. 434-445, 2019. Disponível em: idonline.emnuvens.com.br. Acesso em: 03 de novembro de 2011.

MOREIRA, Aliciane da Silva. ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. A importância do exame Papanicolau na saúde da mulher. **Revista de iniciação científica e extensão**. v.1, n.3, p. 267-271, 2018. Disponível em: revistasfacesa.senaaires.com.br. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Leticia Lima de; SANTOS, Marllon Rodrigo Sousa; RODRIGUES, Ivaneide Leal Ataíde; ANDRÉ, Suzana Rosa; SILVA; Ingrid Fabiane Santos da; NOGUEIRA, Laura Maria Vidal. Exclusividade na coleta de material para exame de colpocitologia oncótica: percepção dos enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFSM**. v.10, n.15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/33721>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

ROCHA, Camila Beatriz Alves da; CRUZ, Jakeline Weigert da. OLIVEIRA, Jânia Cristiane de Souza. Insegurança nas ações de controle do câncer de colo uterino: atuação do enfermeiro na estratégia saúde da família. **Revista Fundamento Care Online**. v. 11, n. 4, p. 1072-1080, 2019. Disponível em: seer.unirio.br. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

SILVA, Joyce Pereira da; LEITE, Kamila Nethiely Souza; SOUZA, Talita Araujo de; SOUSA, Kilmara Melo de Oliveira; RODRIGUES, Sheila da Costa; ALVES, Janiele Paulino; RODRIGUES, Ana Renata da Silva; SOUZA, Ana Regina Dantas de. Exame Papanicolau: fatores que influenciam a não realização do exame em mulheres de 40 a 65 anos. **Revista Arquivos Ciências Saúde**. v. 25, n.2, p. 15-19, 2018. Disponível em: <https://www.cienciasdasaude.famerp.br/>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

FATORES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO ESTUDANTE DE ENFERMAGEM DURANTE O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Maria de Fátima Silva dos Santos⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fattinhasantossy@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

Resumo: O presente trabalho objetivou-se descrever os fatores que afetam o estudante de enfermagem no decorrer de seu estágio curricular através de uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa, tendo como cenário a Faculdade Vale do Jaguaribe-FVJ, localizada na cidade de Aracati-CE com 26 alunos do 9º e 10º período de enfermagem, que estavam em campo de estágio, como sujeitos da pesquisa.

Palavras-chaves: Enfermagem. Apoio ao desenvolvimento de recursos humanos. Desempenho acadêmico.

Introdução

A preparação de um acadêmico como profissional para o mercado de trabalho não é enfatizada apenas no conhecimento teórico-reflexivo sendo necessário que o aluno tenha contato com sua extensão de trabalho e experimente a realidade da sua profissão. É através do estágio curricular supervisionado que é garantido ao discente à chance de aprimorar seus saberes, colocando em prática os conhecimentos adquiridos em teoria.

O estudo aqui apresentado originou-se através de indagações da pesquisadora, ao analisar que, durante o período do estágio, os acadêmicos passavam por dificuldades. Perante essa percepção originou-se o propósito de descrever os principais fatores que afetam o desempenho e desenvolvimento do estagiário de enfermagem.

A Resolução do COFEN (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM) 441/2013, revogada pela Resolução nº 539 de 07/03/2017, define o estágio curricular como um ato educativo através de supervisão, obrigatório, realizado no ambiente de trabalho, que objetiva à preparação para o exercício produtivo de discentes.

No âmbito do Estágio Curricular Supervisionado (ECS), o acadêmico tem várias possibilidades ao seu alcance, no entanto, ingressar no campo de estágio não é fácil. O aluno adentra na prática do exercício profissional e descobre novas experiências que acarretam sentimentos, muitas vezes insatisfatórios, que provavelmente nunca tenham sentido, podendo interferir no desenvolvimento de suas competências (SOUZA et al., 2020).

Perante as considerações aqui expostas surgiram as seguintes questões norteadoras: quais os principais fatores que afetam o desempenho do estagiário de enfermagem em campo de estágio? O que pode ser feito a fim de trazer um melhor aproveitamento no período do estágio?

Dessa maneira este trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de descrever os fatores que afetam o estudante de enfermagem no decorrer de seu estágio curricular. E como objetivos específicos: apresentar a avaliação dos alunos a respeito do ECS; identificar as dificuldades e os benefícios apresentados pelos acadêmicos de enfermagem, assim com o os impactos emocionais gerados no decorrer de suas vivências nos estágio; verificar sugestões de melhorias para um bom rendimento do aluno nessa etapa.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva e exploratória e o procedimento deste estudo é de abordagem quantitativa. A realização desta pesquisa foi desenvolvida na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Instituição de Ensino Superior, que é mantida pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe LTDA.

Após comunicação com responsável por estágio curricular de enfermagem na FVJ, oficializou-se a população (N:28) composta por acadêmicos de Enfermagem. Após a observância dos critérios mencionados foi estabelecido o número total da amostra (n:26), número muito próximo a totalidade da população visto haver uma certa homogeneidade nos alunos cadastrados no estágio curricular supervisionado, não sendo necessário a aplicabilidade de cálculo amostral. O instrumento utilizado na realização da coleta de dados foi o questionário online, na modalidade anônima e confidencial. O questionário passou por um processo de pré-teste para poder ser aplicado, afim de evidenciar possíveis falhas no questionário.

A organização dos dados foi feita através de tabelas de distribuição de frequência e gráficos, como também foram utilizadas análises descritivas de dados e porcentagens através do Google Forms, que é um instrumento que oferece suporte para a criação de formulários personalizados de forma simples, que auxilia no desenvolvimento do instrumento de coleta de dados, disponibiliza a apresentação dos dados em uma planilha, bem como os dispõem em gráficos(GOOGLE, 2017).

Os dados, após seu registro, foram organizados e classificados de forma sistemática com ferramentas do próprio sistema com as Planilhas Google além da análise interpretativa e descritiva do pesquisador a partir de referências teóricas.

A pesquisa seguiu os preceitos éticos de acordo com a Resolução 466/12 (BRASIL, 2012) do Conselho Nacional de Saúde sendo submetida ao Comitê de Ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ sendo aprovada através do parecer No 4.693.747.

Resultados e conclusões

A partir da análise dos dados, os resultados serão apresentados subdivididos nas seguintes etapas: 1. Identificação dos sujeitos da pesquisa; 2. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Avaliação dos alunos; 3. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Dificuldades; 4. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Impactos emocionais; 5. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Sugestões de como melhorar.

Na etapa 1. Identificação dos sujeitos da pesquisa: podemos conhecer características gerais dos sujeitos em estudo colabora para uma melhor reflexão sobre as respostas apresentadas no questionário. Identificaram-se que a maioria dos alunos eram do 10º período, o sexo feminino é predominante e que o conjunto amostral é composto por adultos jovens entre 21 e 34 anos, com média de idade 24,3 anos.

A etapa 2. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Avaliação dos alunos; Verificou-se que os alunos avaliam o ECS com conceito bom e ótimo desde ambiência, qualidade dos preceptores, das relações interpessoais e possibilidades de experiências significativas.

Prosseguindo a etapa 3. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Dificuldades: Após a análise dos resultados, percebeu- que as maiores dificuldades relatadas enfrentadas durante o estágio foram os gastos financeiros, falta de prática, deslocamento para o estágio, mudanças de unidade de saúde (pouco tempo em cada setor) e insegurança na realização dos procedimentos. Como todo curso de ensino superior o acadêmico enfrenta, em sua maioria, dificuldades e frustrações que são pertinentes durante a graduação. Os alunos de enfermagem experenciam isto, principalmente durante o período dos estágios. O momento do estágio se torna assim, muito crítico em decorrência das dificuldades que os alunos enfrentam nesse período.

Verificou-se na etapa 4. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Impactos emocionais: Através do instrumento de coleta de dados foi possível detectar os sentimentos apresentados pelos estudantes durante o estágio, que foram divididos entre positivos e negativos. Pode-se observar sentimentos negativos predominantes, sendo eles: nervosismo, ansiedade, medo, incapacidade, despreparo emocional e impotência. Também foram apontados sentimentos positivos, como: gratidão, realização pessoal, alegria, felicidade, satisfação e êxtase. Durante o estágio, os estudantes vivenciam diversas emoções, pois é nesse período que são encontrados conflitos e desafios referentes a demanda do exercício profissional e essas experiências, expressas através de sentimentos e

emoções, comprometem o desenvolvimento dos estudantes.

Por último a etapa 5. Estágio Curricular Supervisionado (ECS): Sugestões de como melhorar. Observou-se que as repostas mais frequentes foram favorecer um tempo maior nos campos de estágio e ampliar os campos de estágios. Subsequente foi sugerido teoria interligado a prática durante os anos de faculdade. De acordo com os estudantes que participaram desta pesquisa, eles consideram que o estágio deixa muito a desejar, que durante suas vivências práticas as oportunidades são insuficientes para suprir a demanda exigida pelo mercado de trabalho. Alguns relatam que necessitam até de se voluntariar em unidades de saúde para que se possam obter mais experiência e qualificação profissional, conquistar mais segurança na realização dos procedimentos e aperfeiçoar suas práticas, visto que eles consideram que durante o estágio são poucas práticas e muitos relatam não terem autonomia nos setores de atuação.

Concluiu-se que o estágio é de suma importância para os estudantes, para sua formação, onde é possível suprir carências inerentes a prática profissional, embora durante essa vivência os alunos despertem dificuldades que afetam seu desempenho. Visto que, precisa de contínua avaliação para se adequar as necessidades reais e potenciais de todos os atores envolvidos no processo. Dessa maneira, se faz necessário que a instituição de ensino esteja certificada dos desafios pertencentes aos estágios relatados pelos estudantes, com o objetivo de buscar métodos de melhorar a oferta de práticas educacionais.

Referências

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: Disponível em: <<http://bit.ly/1mTMIS3>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 441 DE 15/05/2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=254527>. Acesso em 06 abr. 2020.

GOOGLE. **Formulários**. Disponível em: <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/forms/>. Acesso em 20 mar. 2020.

SOUZA, Luiz Basso de et al. Estágio curricular supervisionado em enfermagem durante a pandemia de Coronavírus: experiências na atenção básica. J. nurs. health, p. 20104017-20104017, 2020.

O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS DA LINHA DE FRENTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA*

Magda Maria Cardoso Nogueira da Silva** (Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: magdanogueira35@yahoo.com.br); Carla Nadja Santos de Sousa*** (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: Carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde - OMS foi notificada sobre um novo vírus que vinha causando um tipo de "pneumonia viral" em Wuhan, na República Popular da China. A doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 seria, posteriormente, denominada COVID-19 (WHO, 2020). Ainda no início de 2020, no dia 11 de março, a OMS tipificou a Covid-19 como pandemia (WHO, 2020; OPAS, 2020). Este artigo foi pensando a partir dos vários relatos sobre problemas psicológicos desenvolvidos por enfermeiros ao longo da pandemia do Covid-19 e tem por objetivo empreender uma reavaliação de produções científicas existentes sobre o impacto da pandemia do covid-19 na saúde mental dos enfermeiros da linha de frente no enfrentamento à pandemia de covid-19. Tipifica-se como uma revisão integrativa da literatura, em outubro de 2021, com procura nas bases de dados on-line PubMed e SciELO. Os estudos versaram sobre os impactos na saúde mental dos profissionais da área de enfermagem que trabalham na linha de frente de enfrentamento à emergência do covid-19 e destacaram vários tipos de problemas, como medo, ansiedade, depressão, isolamento, fadiga, síndrome de Burnout e apontaram a importância dos enfermeiros no cuidado aos pacientes acometidos pelo coronavírus e a necessidade de atenção especial para a saúde mental e melhoria das condições no recinto de trabalho dos enfermeiros que trabalham na vanguarda da pandemia do covid-19.

Palavras - chave: Saúde mental. Enfermeiro. Covid-19.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 afetou os serviços de saúde e o exercício dos trabalhadores da saúde, especialmente, os que estiveram na anteguarda para confrontar o coronavírus, que, além das mudanças sofridas em seus processos de trabalho, tiveram de exercer suas funções durante longas e fatigantes jornadas sob forte tensão emocional, como o medo, o estigma, a solidão, a vigilância constante para evitar contaminação, a preocupação com familiares, a angústia, o desconhecido, as incertezas, a morte de colegas de trabalho, familiares, amigos e pacientes, entre outras coisas (QUEIROZ et al., 2021).

A pandemia fez com que a importância dos profissionais de enfermagem ganhasse visibilidade, pois a imprensa deu destaque ao trabalho dessa categoria enquanto expunha seu protagonismo durante o evento epidêmico e, ao mesmo tempo, revelava suas condições de trabalho, o adoecimento e a morte de muitos profissionais de enfermagem da linha de frente e as conseqüências na vida profissional e pessoal deles (COFEN, 2021).

* Artigo apresentado ao Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem, Aracati – CE, 2021.

** Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati- CE, 2021. E-mail: magdanogueira35@yahoo.com.br

*** Mestre em Saúde e Sociedade pela UERN professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da Pesquisa. E-mail: carlanadja@hotmail.com

Diante disso, o estudo é oportuno para detectar na literatura o protagonismo do enfermeiro no enfrentamento da pandemia do Covid-19 e relevante para a produção científica da enfermagem, pois o conhecimento da temática é merecedor de atenção para evitar o afastamento destes profissionais do ambiente de trabalho por doença de cunho psíquico correlacionado com a pandemia do Covid-19 e serve ao propósito de chamar a atenção das autoridades para o aprimoramento das conjunções no ambiente de trabalho, carga horária excessiva, segurança e valorização profissional e salarial dos enfermeiros e outros profissionais de enfermagem.

MARCO TEÓRICO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde - OMS foi notificada sobre um novo vírus que vinha causando um tipo de "pneumonia viral" em Wuhan, na República Popular da China. A doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 seria, posteriormente, denominada COVID-19 (WHO, 2020). Em 30 de janeiro de 2020, O Comitê de Emergência da OMS concordou, em sua segunda reunião sobre o covid-19, que a Organização Mundial da Saúde – OMS, declarasse o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII e no início de 2020, no dia 11 de março, a OMS tipificou a Covid-19 como pandemia (WHO, 2020; OPAS, 2020). O ano de 2020 foi constituído pela Organização Mundial da Saúde como o “Ano Internacional dos Profissionais de Enfermagem e Obstetrícia” com o intuito de alertar o mundo sobre a necessidade de aumentar o contingente desses profissionais e de aprimorar seu contexto de trabalho, educação e progresso profissional e, coincidentemente, no mesmo ano, a OMS declarou a pandemia por Covid-19 e esses profissionais foram destaque na linha de frente de combate ao novo vírus (SILVA et al., 2020). Até o dia 8 de janeiro de 2021, o COFEN assinalou a morte de quinhentos profissionais da área de enfermagem no Brasil por Covid-19, entre 2020 e 2021 (COFEN, 2021). Os profissionais enfermeiros foram protagonistas no enfrentamento à pandemia do Covid-19, produzindo um trabalho com humanização e com o máximo de segurança que puderam oferecer durante o evento, ainda que em condições de trabalho não adequadas e colocando em risco sua saúde e suas próprias vidas para salvar outras pessoas (COFEN, 2021). Os enfermeiros na pandemia do covid-19 desenvolveram, além da função de gerência e no ordenamento dos serviços do setor da saúde, a assistência aos pacientes infectados e a vigilância em saúde (COFEN, 2021).

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho exploratório, descritivo e qualitativo operada mediante uma revisão integrativa da bibliografia e foi montado aplicando-se o protocolo para revisão integrativa, mediante as seis etapas próprias para este tipo de trabalho. A perguntadora norteadora para a pesquisa foi: quais problemas de saúde mental atingiram os enfermeiros da linha de frente no enfrentamento ao coronavírus durante a pandemia do covid-19? O arrolamento dos acervos técnicos foi empreendido no mês de outubro de 2021, através de plataformas virtuais nas seguintes bases de dados: PubMed (National Library of Medicine) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Os descritores controlados e as combinações de palavras chaves utilizados em português, e seus correspondentes na língua inglesa, foram os seguintes: no DeCs (descritores em ciências da saúde), saúde mental, enfermeiro, Covid-19; no meSH (Medical Subject Headings), mental health, nurse; Covid-19. Na busca da literatura, foram encontrados 42 artigos relacionados

ao tema proposto. Após a verificação dos parâmetros de inclusão e exclusão, 6 estudos foram selecionados para esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os enfermeiros desempenharam um papel fundamental no enfrentamento à pandemia do covid-19, no entanto, os contratempos e as adversidades enfrentados por eles nesse ciclo acarretaram adoecimento de ordem mental em muitos desses profissionais. Os artigos utilizados para a revisão foram publicados nos anos de 2020 e 2021, sendo a maior parte em 2021 e mencionam a magnitude dos enfermeiros na dianteira do cuidado aos pacientes infectados pelo novo Coronavírus e clamam pela atenção para os problemas de saúde mental desenvolvidos pelos trabalhadores da enfermagem durante a pandemia de Covid-19. Os principais resultados dos estudos foram divididos em categorias temáticas: O ambiente, as relações e as condições de trabalho dos enfermeiros durante a pandemia do Covid-19; o sofrimento psíquico dos enfermeiros que trabalham na linha de frente no atendimento e no cuidado aos pacientes Covid-19 e Estratégias de amparo enfermeiro durante a emergência do Covid-19. Os achados evidenciaram: as relações de trabalho, as condições laborais inseguras, os recursos insuficientes, os atritos com os colegas de trabalho, a falta de compreensão e a discriminação por parte da comunidade e mesmo da família, o contato direto com o paciente infectado, a convivência com a dor, o sofrimento, a perda e o excesso de informações por parte da mídia aumentaram o sofrimento psicológico dos profissionais de enfermagem; a pandemia do Covid-19 influenciou muito na saúde mental dos enfermeiros que trabalham na linha de frente prestando atendimento e cuidados a pacientes infectados pelo coronavírus, desenvolvendo neles um grande sofrimento psíquico; a necessidade de elaboração de estratégias para mitigar os problemas de saúde mental que estão sendo desenvolvidos pelos enfermeiros da linha de frente no enfrentamento à pandemia do Covid-19 e evitar baixas desses profissionais de saúde; a situação especial contribuiu para o crescimento e o reconhecimento profissional dos enfermeiros.

CONCLUSÃO

Este estudo detectou que os enfermeiros da linha de frente no combate à pandemia do Covid-19 enfrentaram situações de grande estresse que geraram exaustão física e mental, sofrimento emocional e transtornos mentais e comportamentais. Alguns elementos foram basilares para as manifestações de problemas de saúde mental nos enfermeiros durante a pandemia como, o desconhecimento da doença, as condições de trabalho inadequadas e inseguras, a sobrecarga de trabalho, as mudanças na rotina, a situação financeira, a violência sofrida, o isolamento, o medo, o contato direto com paciente infectado e a necessidade de suportar a dor, o sofrimento, a perda, o fracasso e o finamento, além do desapontamento e sentimento de impotência. Embora a situação emergencial tenha evidenciado o adoecimento psíquico dos profissionais de enfermagem, a pandemia meramente acentuou a falta de condições decentes de trabalho dos profissionais enfermeiros e a falta de reconhecimento financeiro e social. As informações retiradas deste estudo reforçam a necessidade da formação de uma rede de apoio e da elaboração de estratégias para a garantia da qualidade de vida dos enfermeiros, evitando ou diminuindo o sofrimento emocional desses profissionais, para que eles possam exercer seu papel com eficiência, visto que o bem-estar influencia na qualidade do trabalho. Arrematando, os estudos enfatizaram o protagonismo da enfermagem

durante a pandemia, revelando a importância dos enfermeiros como essenciais no cuidado aos pacientes infectados pelo coronavírus e a necessidade dos governantes e gestores compreenderem a urgência de suporte psicológico, social e financeiro para esses profissionais, evitando baixas na categoria e garantindo a sustentabilidade dessa força de trabalho com competência, habilidade, eficiência e qualidade na assistência.

REFERÊNCIAS

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Medidas de prevenção e controle para profissionais na vacinação contra covid-19.** (Internet). Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/medidas-de-prevencao-e-controle-para-profissionais-na-vacinacao-contra-covid-19_84612.html>. Acesso em: 02 out. 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. OMS – Organização Mundial de Saúde. **Histórico da Pandemia de COVID-19.** 2021. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 15 out. 2021.

QUEIROZ, A.M. et al. O “NOVO” da COVID-19: impactos na saúde mental de profissionais de enfermagem? **Acta Paul Enferm.** v.34, 2021. Disponível em: <https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-34-eAPE02523/1982-0194-ape-34-eAPE02523.x16677.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, M.C.N. et al. Protagonismo da Enfermagem Brasileira no combate ao COVID-19. **Enferm. Foco.** v.11, n.1 p. 8-9. 2020. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4073>>. Acesso em: 15 out. 2021.

WHO - World Health Organization (2020). Coronavirus disease (COVID). **WHO.** Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19>>. Acesso em: 15 out. 2021.

WHO - World Health Organization. Statement on the second meeting of the international health regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). **WHO.** Geneva: 30, jan. 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-secondmeeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergencycommittee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-secondmeeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergencycommittee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 21 out. 2021.

ISOIMUNIZAÇÃO DE GESTANTES E ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

¹ Artigo apresentado ao Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Enfermagem – FVJ. Aracati-CE, 2021. ² Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: lucileneicapui@hotmail.com. ³ Orientadora. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe–FVJ. Aracati-CE, 2021. Email:carlanadja@ hot mail.com.

Introdução: isoimunização Rh é a formação de anticorpos adversos ao sistema Rh da gestante exposta, com ocorrência na gestação quando o feto possui antígenos Rh positivo que atingem a circulação da gestante no período da gravidez/parto/aborto ou por transfusões sanguíneas com Rh incompatível. **Objetivo:** analisar a produção científica a partir do ano 2000 acerca da isoimunização e assistência pré-natal. **Metodologia:** estudo de Revisão Integrativa da Literatura. A pesquisa dos artigos científicos foi realizada no período de agosto a outubro do ano 2021, nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde com base nos seguintes descritores: *pré-natal* AND *isoimunização*. Entre os setenta estudos identificados, sete constituíram a mostra final. Por ser assunto de conhecimento público, não houve necessidade de aprovação do projeto de investigação pelo comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados e Discussão:** foram analisados três aspectos sobre a isoimunização, cuja análise apontou para resultados insatisfatórios no processo de profilaxia Anti D, pois muitos fetos e recém-nascido desenvolveram a eritroblastose; das políticas ou programas de assistência materno-fetal para gestantes expostas à isoimunização que carecem de melhorias para maior eficácia e acerca do conhecimento dos profissionais de saúde sobre a isoimunização RhD, cujos médicos e enfermeiros não apresentaram conhecimento adequado para uma boa atuação na assistência à gestante com risco para a isoimunização. **Considerações finais:** apesar dos avanços tecnológicos na área da saúde e, especificamente, na área obstétrica, a isoimunização materno-fetal ainda é um problema importante de saúde pública em todo o mundo, especialmente, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Palavras-chave: Isoimunização. Gestantes. Pré-natal.

INTRODUÇÃO

A isoimunização ou isoimunização Rh é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Embora, o conhecimento sobre as bases moleculares do gene RHD e de suas variantes tenha crescido muito, nos últimos anos e a introdução da imunoprofilaxia RhD tenham tornando essa condição evitável, no Brasil, seu uso ainda não é amplamente difundido (SCHMIDT; CORRÊA JÚNIOR; LOURES, 2010). Embora a profilaxia com a imunoglobulina anti-D seja conhecida, divulgada e eficaz, a isoimunização materno-fetal atinge cerca de cinco em cada 1.000 gestantes e tem por principais causas, falhas na administração da imunoglobulina, dosagem inadequada, uso de drogas endovenosas e transfusões de sangue (BRASIL, 2013). A incidência antes do parto atinge 1 a 2% dos casos, sendo que em 90% deles, ocorre após a 28^a semana e não expõem o feto a risco de doença hemolítica perinatal (DHPN) grave na gravidez atual, dispensando o tratamento nessa gestação (LUBUSKY, 2010). Enquanto a ocorrência durante o parto corresponde a 14% dos casos de isoimunização (NARDOZZA et al, 2010).

METODOLOGIA

O estudo foi uma revisão de literatura com abordagem integrativa (RIL) que, segundo Soares et al. (2014), trata-se de uma investigação elaborada a partir dos resultados de várias pesquisas já realizadas e que sintetiza esses resultados para a produção de novos conhecimentos sem, contudo, modificá-los, independente das diversas metodologias utilizadas nos estudos originais. A partir da pergunta metodológica: o que tem sido discutido na literatura atual sobre o pré-natal e a isoimunização de gestantes?, esta revisão baseou-se nas seis etapas preconizadas por Souza, Silva e Carvalho (2014), a saber: a primeira etapa foi a elaboração da pergunta norteadora; na segunda etapa, foram delimitados os critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem revisados e os meios para a identificação dos mesmos; na terceira etapa, definiram-se os indexadores a serem explorados; na quarta etapa foi realizada análise crítica dos estudos incluídos para garantir a validade da pesquisa; na quinta etapa foi desenvolvida a discussão dos resultados e na sexta etapa foi realizada a apresentação da revisão, através do relatório final da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 08 artigos, cujas principais características estão descritas nos quadros 1, 2 e 3. Embora o espaço temporal da pesquisa tenha sido compreendido pelos anos 2007 a 2021, os artigos revisados representaram o período de 2007 a 2021, sendo que os anos 2009, 2014, 2016 e 2020 tiveram um estudo revisado, cada, e os anos 2011 e 2013 teve cada um, dois estudos revisados. Cinco estudos foram publicados em inglês e três tiveram publicação em português e a base de dados que mais contribuiu com a identificação dos estudos originais foi a MEDLINE com seis estudos. A LILACS e a BDEF apresentaram um estudo, cada.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa permitiu a análise da isoimunização em gestantes no contexto da assistência pré-natal com base na produção científica a partir do ano 2000 sob três principais aspectos, a saber: a profilaxia para a isoimunização materno-fetal; as políticas ou programas de assistência materno-fetal para gestantes expostas à isoimunização e o conhecimento dos profissionais de saúde sobre a isoimunização RhD. Desta forma, os estudos revisados permitiram concluir que, apesar de todos os avanços tecnológicos na área da saúde e, especificamente, na área obstétrica, a isoimunização materno-fetal ainda é um problema importante de saúde pública em todo o mundo, especialmente, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Segundo os resultados desta revisão, os altos índices de isoimunização materna e de DHPF existentes podem estar associados aos fatores negativos identificados nas três categorias exploradas nesta investigação, caracterizados pelo próprio processo de imunização, cujos resultados foram considerados insatisfatórios mesmo entre as gestantes submetidas à profilaxia anti D, uma vez que muitos fetos e/ou recém-nascidos desenvolveram a doença, destarte a profilaxia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n° 32).

LUBUSKY, M. Prevention of RhD alloimmunization in RhD negative women. Biomedical papers of the Medical Faculty of the University Palacky, Olomouc, Czechoslovakia. **Biomed Pap Med Fac Univ Palacky Olomouc Czech Repub**, v. 154, n. 1, p. 3-7, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/RJ%20Assessoria/Downloads/Prevention_of_RhD_alloimmunization_in_RhD_negative.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

SCHMIDT, L. C.; CORRÊA JÚNIOR, M. D.; LOURES, L. F. Atualizações na profilaxia da isoimunização Rh. **Femina**, v. 38, n. 7, 2010. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2010/v38n7/a1522.pdf> Acesso em: 7 out. 2021.

NARDOZZA, L. M. M. Doença hemolítica perinatal. **FEMINA**, v. 48, n. 6, p. 369-74, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1102809/femina-2020-486-369-374.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

A ENFERMAGEM E A QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE EM PACIENTES COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Luane de Sousa Maia¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: luanesousamaia@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Introdução: O lúpus eritematoso sistêmico (LES) se trata de uma enfermidade considerada grave, sendo que pode levar o indivíduo à morte, sobretudo, quando não existem os cuidados necessários. **Objetivo:** Descrever o impacto da atuação do enfermeiro na qualidade de vida de pacientes acometidos de lúpus eritematoso sistêmico. **Metodologia:** Foram analisados 09 artigos selecionados das bases científicas LILACS (02), BDENF (02) e SCIELO (05) selecionados por os descritores “Enfermagem”; “Lúpus Eritematoso Sistêmico” e “Qualidade de vida”, estes usados com o operador booleano AND sendo estudos completos; publicados entre os anos de 2014 e 2020; que respondessem a problemática da pesquisa; em línguas português e inglês. **Resultados:** Ao final da busca por arquivos acerca do assunto tratado, foram separadas uma amostra de 09 pesquisas científicas. Entre os critérios para escolha dos mesmos estão, conforme apontado anteriormente, estes precisariam estar contidas nas bases de dados BDENF, LILACS e SCIELO. **Considerações finais:** Conclui-se que a assistência de enfermagem qualificada é capaz de promover a qualidade de vida de pacientes portadores de LES associada a assistência multiprofissional e efetiva adesão ao tratamento do paciente enfatizando o autocuidado.

Palavras-chave: Assistência à saúde. Enfermagem. Lúpus eritematoso sistêmico. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A doença do Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) compreende características crônicas e inflamatórias nas quais ensejam problemas tanto em situações hormonais, emocionais ou mesmo ambientais nos sujeitos acometidos. Cabe salientar que se trata de uma enfermidade considerada grave, sendo que pode levar o indivíduo à morte, sobretudo, quando não existem os cuidados necessários. Estima-se que, apenas no Brasil, cerca de 65.000 pessoas acometam-se da LES, sendo que 75% desses ficam comprometidos no Sistema Nervoso Central (SNC) e apresentam, ao longo do tratamento, sintomas como convulsões, depressão, problemas nas habilidades motoras, entre outras (REIS, 2020). A LES, apresenta-se com incidência de 8,7 casos para cada 100.000 pessoas/ano. As mulheres são as que mais são acometidas com a doença, estando essas na faixa etária entre 35 e 39 anos, representado por 32,7 casos para cada 100.000 mulheres por ano (ARRAIS *et al.*, 2020). No estudo de Alves *et al.* (2015), os autores também enfatizam que a problemática tende a acometer, em sua grande maioria o gênero feminino, sendo que a cada dez casos, nove ocorrem em mulheres jovens. É importante salientar que a LES se trata de uma falha imunológica e é considerada uma patologia autoimune e também apontada como pouco conhecida. Além de acometer mais mulheres, alguns autores defendem que estas geralmente são da raça negra e estão em idade reprodutiva (ABBAS *et al.*, 2008). Skare *et al.* (2016) salientam que o diagnóstico precoce é devidamente relevante para o cuidado com os sujeitos acometidos pela doença, a fim de que o tratamento seja iniciado o mais breve possível. A LES acomete os órgãos internos dos enfermos e é conhecida por ter períodos em que se apresenta com maior evidência e também em momentos de remissão, o que dificulta a atuação dos médicos que lidam com o cenário (DORIA *et al.*, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final da busca por arquivos acerca do assunto tratado, foram separadas uma amostra de 09 pesquisas científicas. Entre os critérios para escolha dos mesmos estão, conforme apontado anteriormente, estes precisariam estar contidas nas bases de dados BDENF, LILACS e SCIELO. Com relação aos arquivos separados, os mesmos foram resumidos e inseridos no Quadro 1, sendo este responsável por apresentar ao leitor indicativos como: autores; título; tipo de estudo; bases de dados e, ano de publicação dos arquivos selecionados. Levando em consideração as informações acerca dos arquivos escolhidos, verificou-se que a enfermagem e todos que a compõem, realizam um trabalho multidisciplinar, traçando meios relevantes de melhora da qualidade de vida do usuário, não só dentro do tratamento, mas, também, realizando promoção à saúde, explicando, e orientando sobre a patologia da LES, além de suas consequências, e suas formas de tratamento (JANSEN *et al.* 2020). Vale salientar que, o acompanhamento do profissional de enfermagem, ao paciente com LES, permite, que através de seus cuidados, seja possível que esse indivíduo tenham uma maior qualidade de vida (SANTOS, 2019). Conforme abordam Dias, Zeferino e Almeida (2015), a equipe de enfermagem possui um objetivo em comum dentro da atenção ao paciente com LES, o de promover uma boa qualidade de vida para o mesmo, fazendo com que eles sintam-se bem, porém, quando esse tratamento não ocorre de forma eficaz, toda a assistência anterior se torna falha, e, conseqüentemente, regride a situação do paciente. Uma estratégia importante utilizada pela equipe de Enfermagem, no momento do atendimento, é a Sistematização da Assistência, ela funciona como um artifício para facilitar no momento de abordar o usuário, destacando possíveis consequências do tratamento, e fomentando a prevenção dos mesmos (SANTOS *et al.* 2019). Dias *et al.* (2015), enfatizam que a qualidade de vida de um sujeito requer que os profissionais tenham cuidado com o devido manuseio dos medicamentos, controlando e recomendando, sobretudo, quando relacionados ao auxílio de exames. Correia (2019) corrobora com a informação, quando discorre que viver com a LES requer um tratamento intensivo e longo, cabendo salientar a importância de o profissional orientar o paciente a mudar seus hábitos e estilo de vida. Compreende-se, que, por causa das medicações que precisam tomar e os cuidados relacionados ao tratamento, é relevante que os pacientes se cuidem melhor no seu dia a dia, tendo por intuito que não existam complicações no quadro do paciente. Para tanto, dizem Feitosa *et al.* (2019), que os pacientes precisam ser cientes dos efeitos colaterais causados pelos medicamentos, que vão usar em seus tratamentos, visando compreender sobre as dificuldades que irão enfrentar. De acordo com Santos *et al.* (2019), a equipe de Enfermagem, também dissemina informações para os usuários a respeito de todos os efeitos colaterais que podem ou não ocorrer durante o tratamento, sendo assim, a equipe de saúde funciona como suporte. Compreende-se que, o autocuidado é imprescindível no momento de realizar o atendimento ao paciente, tendo em vista que estimula a independência do mesmo, principalmente em relação aos efeitos adversos que ocorrem durante o tratamento. A equipe de enfermagem, nesse quesito, tem como objetivo informar aos pacientes sobre os efeitos, ajudando que os mesmos consigam encontrar formas de lidar com esses sintomas (PRAXEDES, 2020). O acesso ao benefício, valor financeiro, como auxílio, ao sujeito com a LES, melhora sua qualidade de vida, pois nem sempre o sujeito tem como custear os cuidados necessários que a sua saúde exige, o que atualmente, é garantido por meio do projeto de Lei 7797/10 (HAJE, 2010). Existem duas formas, que permitem que o tratamento não seja realizado, com relação ao LES, sendo um compreendido como intencional, quando os pacientes não cuidam de seus horários de medicação, por exemplo. E, ainda quando a não intencional, que está relacionada a não

adesão ao tratamento (PRAXEDES, 2020). A não adesão ao tratamento relaciona-se não apenas ao fato de não uso dos medicamentos, mas também se relaciona a não aceitar suas limitações ou mesmo não aderir as recomendações dos médicos (COELHO, 2014).

CONCLUSÕES

Ficou claro que, não apenas o profissional da enfermagem, é fundamental nesse tratamento, mas, sobretudo, outros profissionais, considerando uma equipe multiprofissional, ou seja, fala-se em psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, técnicos, residentes e outros diversos. Com relação a possíveis doenças que podem ser acometidos pelos indivíduos com LUPUS, e que podem piorar o quadro dos sujeitos, encontram-se os problemas renais e as doenças do coração. O texto salienta ainda a síndrome da imunodeficiência adquirida, tuberculose, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, transtornos mentais, estando esses últimos relacionados a má ingestão dos medicamentos que esses indivíduos precisam usar. Desse modo, verifica-se que a problemática do estudo foi atendida, já que a pesquisa esclarece que os enfermeiros precisam manter contato com os pacientes com lúpus, e direcioná-los nos cuidados relacionados ao devido manuseio de seus medicamentos, pouca exposição ao sol, ou mesmo orientação aos seus familiares, sendo estes responsáveis por ajudar os pacientes nos devidos cuidados com o tratamento que executam. Sobre as dificuldades encontradas, para que a pesquisa atendesse as expectativas dos objetivos, é possível enfatizar que os arquivos encontrados apresentam muitas informações repetidas, o que minimiza as chances de que o estudo seja expandido, permitindo enfatizar a relevância de se fazer uma pesquisa de campo sobre o assunto, visando trazer para a literatura dados inovadores. No que tange a relevância da pesquisa, para a enfermagem, é possível discorrer sobre como a mesma permite que os profissionais vejam, sobre várias óticas, como a atuação dos enfermeiros, junto aos pacientes com lúpus eritematoso sistêmico, é relevante para sua recuperação, sobretudo, com relação, não apenas a seu acolhimento, mas também de seus familiares. Por fim, salienta-se, que além dos problemas físicos, sentidos pelos pacientes com lúpus, esses ainda podem ser acometidos por sentimentos como depressão, angústias ou doenças do mesmo nível, dificultando os cuidados que esses pacientes precisam demandar. Também, cabe destacar que existem pacientes que decidem não aderir ao tratamento a doença, pois os mesmos limitam as rotinas diárias deles ou mesmo porque alguns não aceitam a demora do tratamento para sua rápida recuperação.

REFERÊNCIAS

- ABBAS, A. K; LICHTMAN, A. H; PILLAI, S. **Imunologia celular e molecular**. Elsevier, 6 ed., p. 420-438, 2008.
- ALVES, Vera Lucia Pereira *et al.* Significados do adoecer para pacientes com lúpus eritematoso sistêmico: revisão da literatura. **Rev bras reumatol**; v.55, n.6, p. 522–527, 2015.
- ALMEIDA, Ingrid Janine Gomes Vieira de *et al.* **Lúpus eritematoso sistêmico grave: relato de caso**. Temas em saúde, v. 18, n. 02, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/07/18211.pdf>. Acesso em 10 mai. 2021.
- ARRAIS, Barbara Mamede *et al.* Relato de caso: Psicose no Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Revista de Patologia do Tocantins**, v. 7, n. 2, p. 14-16, 2020.
- COELHO, Daniella Antunes Pousa Faria. **Resiliência e adesão ao tratamento em pacientes com lúpus eritematoso sistêmico**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

DIAS, Fernanda Sousa; ZEFERINO, Mariana Gondim Mariutti; DE ALMEIDA, Denize Alves. Reflexões acerca do Lúpus Eritematoso Sistêmico e gravidez: uma revisão bibliográfica. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 5, n. 2, 2016.

DORIA, A *et al.* **Clinical profile and direct medical cost of care of adults presenting with systemic lupus erythematosus in Italy**. *Clinical and experimental rheumatology*, v. 33, n. 3, p. 375- 384, 2015.

FEITOSA, Mairla Bernardino *et al.* Lúpus eritematoso sistêmico: uma análise clínico-assistencial. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 34451-34463, 2020.

HAJE, Lara. **Projeto facilita aposentadoria em caso de lúpus e epilepsia**. Trabalho, previdência e assistência, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/144265-projeto-facilita-aposentadoria-em-caso-de-lupus-e-epilepsia/>. Acesso em 25 mai. 2021.

JANSEN, Raphaella Castro *et al.* Sistematização da assistência de enfermagem ao paciente com complicações decorrentes do Lúpus Eritematoso Sistêmico. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 6098-6112, 2020.

LINO, Juliana de Castro. **Qualidade de vida relacionada à saúde em pacientes com PRAXEDES, Marcus Fernando da Silva. A enfermagem centrada na investigação científica 3** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

REIS, Thamires Soares dos. **A enfermagem no tratamento do lúpus eritematoso sistêmico: a modernização da terapia**. *Braz. J. of Develop, Curitiba*, v. 6, n. 6, p. 6710-6726 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/12003/10033>. Acesso em 23 mar. 2021.

SANTOS, Sarah Cristianny Dantas dos *et al.* Principais cuidados de enfermagem aos pacientes portadores de Lúpus Eritematoso Sistêmico: relato de experiência. **Revista Pró-UniversUS**, v. 10, n. 2, p. 39-47, 2019.

SKARE, T. L *et al.* **Infecções e Lúpus eritematosos sistêmico**. *Curitiba*, v.14, n. 1, p.47-51, 2016.

SILVA, Mariana Branco da. **Assistência de enfermagem em pacientes com lúpus eritematoso sistêmico, atendidos no ambulatório de reumatologia do Hospital Universitário de Brasília, Distrito Federal, 2016**. 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23211/1/2018_MarianaBrancoDaSilva_tcc.pdf. Acesso em 10 mai. 2021.

IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA PÓS-ESTOMIA INTESTINAL: INTERFACE DA CIÊNCIA À UM OLHAR LEIGO.

Luana Lara Uchôa Sales¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: luana.lara@fvj.br), José Ossian Almeida Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

O aparecimento abrupto de uma doença ou uma cirurgia imprevista e mutiladora da integridade humana, a exemplo, a estomia intestinal, pode gerar grandes impactos físicos e psicossociais na qualidade de vida da pessoa. O objetivo do presente trabalho foi discorrer sobre os impactos na qualidade de vida pós-estomia intestinal. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativa. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e MEDLINE. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos de 2016 a 2021, que abordaram a temática conforme os descritores citados, estudos publicados na língua portuguesa, espanhola e/ou inglesa, estudos experimentais e não experimentais, ensaios clínicos randomizados, pesquisas qualitativas, e pesquisas na íntegra que abordassem o referido tema alusivo à revisão integrativa. Foram excluídos monografias; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado, doutorado e estudos que não respondam à questão norteadora. Foram encontrados 174 arquivos, dos quais somente 10 foram selecionados e lidos na íntegra, compondo a amostra do presente trabalho. Observou-se que o tal procedimento interfere negativamente no contexto psicológico, social, laboral, amoroso, nutricional, na sexualidade e no bem-estar físico do paciente. Comovendo-se com a tristeza que estas pessoas lidam com sua nova condição de vida e ressaltando a contribuição indispensável do enfermeiro, torna-se vital a construção de um delineamento estratégico assistencial, o qual possa ser implementado de modo terapêutico, auxiliando, principalmente, quanto ao autocuidado como o manejo da bolsa de forma autônoma, quanto à auto aceitação.

Palavras-chave: Estomia. Adaptação. Enfermagem. Qualidade de Vida. Impacto Psicossocial.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo qualidade de vida (QV), reflete o sentimento que o indivíduo tem quanto à sua inserção no campo individual da vida e no contexto social, ou seja, é o modo como a sociedade mensura o seu próprio bem-estar. Este conceito levanta uma avaliação das possíveis repercussões que as sequelas físicas, psicossociais e espirituais ocasionam na saúde e na plenitude das pessoas (MATTEVI et al., 2012). Assim, o aparecimento abrupto de uma doença ou uma cirurgia imprevista e mutiladora da integridade humana, a exemplo, a estomia intestinal, causa um evento perturbador na vida de qualquer indivíduo, podendo gerar grandes impactos físicos e psicossociais em variados níveis de intensidade, afetando, diretamente, na qualidade de vida da pessoa (MALAGUTTI; KAKIHARA, 2014). A Portaria nº 400, de 16 de novembro de 2009, definiu estomia como uma intervenção cirúrgica, caracterizada pela abertura de um canal artificial até o exterior do corpo, chamado estoma, que favorece a eliminação de fezes ou urina e facilita a respiração, quando prejudicada. Diante de toda hesitação que a confecção do estoma causa na vida dos indivíduos, o presente estudo justificou-se pela relevância de aprofundar-se acerca das principais dificuldades sofridas pelo portador de estomia de eliminação intestinal definitiva, no decorrer de sua adaptação, assim como, identificar a visão do paciente frente a esta realidade e ampliar

a inserção desta realidade pouco conhecida, tanto para a sociedade em geral, enfatizando a família, quanto para os profissionais da saúde, no intuito de que ambos conheçam e norteiem-se, propondo estratégias adequadas e eficientes para melhorar a assistência e a qualidade no viver dos estomizados. Fundamentado nessas considerações, este estudo teve como objetivo discorrer sobre os impactos na qualidade de vida pós- estomia intestinal.

MARCO TEÓRICO

No Brasil, segundo a International Ostomy Association, há uma estimativa de 170 mil ostomizados; mesmo com a desatualização dos dados estatísticos sobre o número de estomizados no país, essas informações podem ser colhidas por publicações pelo Ministério da Saúde em revistas ou sites das associações dos ostomizados do Brasil, ou de outros países (RIBEIRO, 2015).

METODOLOGIA

O método do presente trabalho caracterizou-se como alusiva ao método revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativo. O trabalho foi realizado no período de agosto a novembro de 2021, utilizando dos seguintes descritores: estomia; adaptação; enfermagem; qualidade de vida e impacto psicossocial, ambos foram traduzidos para a língua inglesa. A estruturação e observação dos dados foram viabilizadas pelo estudo de Ursi e Galvão (2006), onde recomendam as seguintes etapas para a construção de revisões integrativas da literatura: identificação do tema da pesquisa e seleção das hipóteses problemáticas; desenvolvimento de uma pergunta norteadora; processo e estratégia de busca através dos descritores e dos operadores booleanos; escolha dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação e discussão dos principais resultados e apresentação da revisão integrativa. Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS e MEDLINE. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos nos anos 2016 a 2021, que abordaram a temática conforme os descritores citados. Além disso, estudos publicados na língua portuguesa, espanhola e/ou inglesa, estudos experimentais e não experimentais; ensaios clínicos randomizados, pesquisas qualitativas, e pesquisas na íntegra que abordassem o referido tema alusivo à revisão integrativa. Já os elementos de exclusão foram: monografias; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado, doutorado e estudos que não respondam à questão norteadora.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir dos descritores utilizados e em direcionamento com a sugestiva temática, foram encontrados 174 artigos, sendo 44 na Lilacs, 94 no MedLine e 36 no Scielo. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 10 artigos, os quais foram lidos na íntegra, compondo a amostra do presente trabalho. As publicações encontradas correspondiam ao referido tema; entretanto, muitos não apresentavam o objetivo proposto, tampouco estavam disponíveis na íntegra, o que corroborava em sua exclusão. Isto explica, no decorrer do presente trabalho, a eliminação (164 artigos) significativa de acervos científicos. Fica evidente que a estomia de eliminação intestinal repercute diretamente e de forma repetitiva na qualidade de vida do portador de estomia intestinal. Observou-se que o tal procedimento interfere negativamente no contexto psicológico, social, laboral, amoroso, nutricional, na sexualidade e no bem-estar físico do paciente, justificado pelos próprios estomizados por relatos e sentimentos de vergonha, desespero, medo, sensação de inutilidade e deficiência. Considerando a junção de todos os impactos ocasionados em diversos âmbitos da vida cotidiana desses indivíduos, aliado ao fato deles terem um olhar leigo, por não conhecerem o lado da ciência que denomina a estomia

como um ato cirúrgico capaz de promover mais dias de vida, conseqüentemente, acabam preferindo e cogitando a própria morte do que aceitar a nova realidade. Ademais, as repercussões causadas na vida do portador de estomia se dão pela falta de informação multiprofissional, desde a fase pré-operatória até a fase de reabilitação. Com isso, torna-se necessário um apoio coletivo multiprofissional, de modo a propor estratégias adequadas e eficientes para melhorar a assistência técnica e humana de forma holística, assim como, implementar métodos que ajudem o estomizado no desafio de enfrentar a nova condição e adaptação de vida. A atenção dessa rede coletiva também deve ser voltada para as pessoas que convivem com o portador da estomia, pois são eles que, também, se adaptam à esta nova realidade, tornando-se a principal linha de força, suporte e cuidado dos pacientes. Comovendo-se com a tristeza que estas pessoas lidam com sua nova condição de vida e ressaltando a contribuição indispensável do enfermeiro, torna-se vital a construção de um delineamento estratégico assistencial, o qual possa ser implementado de modo terapêutico, auxiliando, principalmente, quanto ao autocuidado como o manejo da bolsa de forma autônoma, quanto à autoaceitação. Ou seja, estratégias que diminuam os impactos causados na qualidade de vida dos estomizados e favoreçam a continuidade deles na sociedade, logo após o ato cirúrgico, para que eles não necessitem primeiro perder o sentido da vida, para depois se reestabelecer-se psicossocialmente.

REFERÊNCIAS

COSTA, S. P. R. **Perfil de qualidade de vida dos portadores de colostomia** Dissertação (mestrado). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 103 p. 2007.

MALAGUTTI, W.; KAKIHARA, C. T. **Curativos, estomias e dermatologia: uma abordagem multiprofissional**. 3ª ed. São Paulo: Martinari. 2014. 637 p. Acesso em: 20 out. 2021.

SELAU, C. M. et al. Percepção dos pacientes com estomia intestinal em relação às mudanças nutricionais e estilo de vida. **Texto & Contexto-Enfermagem**. v. 28, e20180156. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/CBkBX45qjzdjVdjCpzb78kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUSA, L. M. M. et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista Investigação em Enfermagem**. Portugal, v. 2, n. 1, p. 17 – 25, 2017. Disponível em: <http://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>. Acessado em: 15 out. 2021.

URSI, E. S.; GALVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista latino-americano de enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 124-131, jan./feb. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/7hS3VgZvTs49LNX9dd85VVb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2021.

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM FORENSE PARA SAÚDE PÚBLICA

Livia Maria de Oliveira (Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade Vale do Jaguaribe. Email: oliveiralivia0601@gmail.com), José Ossian Almeida Souza Filho (Professor da Faculdade Vale do Jaguaribe. Email: ossian@fvj.br)

RESUMO

O propósito da enfermagem forense é acolher os pacientes vítimas de violência e colaborar com as autoridades civil e criminal. A utilização dessa ciência resume-se a prática na obtenção provas e evidências, no decorrer da prestação de cuidados às vítimas de abuso físico, sexual, psicológicos, acidentes traumáticos e atividades/mortes criminais. O enfermeiro tem um papel crucial na área forense, pois atua com intervenções importantes para a investigação, tais como: coleta de vestígios; atuação, de modo direto, com vítimas, réus e familiares; contribuição na perícia e investigação da morte; e atuação como testemunha, quando exigido. Por conseguinte, o trabalho do enfermeiro na especialização forense é extenso, colaborando em momentos e lugares diferentes, que variam de hospitais à tribunais de justiça.

Palavras-chaves: Enfermagem Forense. Papel do profissional de Enfermagem. Medicina legal.

INTRODUÇÃO

A enfermagem forense, ainda pouco conhecida no país, tem um papel de suma importância para a sociedade, pois trabalha nos meios de saúde e jurídicos, podendo auxiliar na justiça com inúmeros serviços, incluindo a investigação da morte, formas de violência, conservação de vestígios, dentre outros. Recentemente reconhecida pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), a enfermagem forense é novidade como especialidade na profissão, podendo gerar dúvidas ainda se é uma boa área para trabalhar; porém esse conceito está sendo modificado pelo conhecimento transpassado pelos profissionais da área (ABEFORENSE, 2015; COFEN, 2017).

A especialidade forense contém diversas áreas de atuação, tais como maus tratos, abuso sexual, trauma e outras formas de violência, desastres de massa, sistema prisional, psiquiátrico, investigação da morte, preservação de vestígios, testemunho pericial e consultoria (ABEFORENSE, 2015).

A habilidade dos enfermeiros vem da necessidade de proporcionar o reconhecimento de alguns sintomas e sinais de violência pela assistência que é promovida à pessoa, uma vez que muitas vítimas apelam para o serviço de saúde com reclamações clínicas, que podem ter acontecido por situações de violência no contexto social e domiciliar (FELIPE et al., 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica feita nos seguintes indexadores: Biblioteca Virtual em Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e PubMed. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: Enfermagem Forense; Papel do profissional de Enfermagem; Medicina legal. Foram usados 14 artigos, publicados de 2015 a 2020, estudos publicados na língua portuguesa, espanhola e inglesa, estudos experimentais e não experimentais, estudos disponíveis na íntegra e gratuito. Os elementos de exclusão foram: monografias, dissertações e teses; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na atualidade, presencia-se a era da ciência e da tecnologia, que tem exercido várias modificações na vida das pessoas. Assim, como a indústria da saúde vem adotando novas tecnologias para buscar mais eficácia nas ações do dia a dia, as Ciências Forenses foram integradas à engenharia e computação forense, entre outras (PATEL et al., 2018; QUAIL, 2015).

Ainda de acordo com os referidos autores, o Princípio de Locard, segundo o qual todos os profissionais de saúde devem ter em mente, orienta para a preservação e coleta de vestígios, defendendo a hipótese de que o réu sempre deixa vestígios no local de crime e remove, com ele, vestígios do local. Ainda, torna o trabalho seguro para a equipe multidisciplinar, evidenciando a transferência de vestígios do réu para a vítima, do réu para o local, da vítima para o réu e do local para o réu (PATEL et al., 2018; QUAIL, 2015).

Em 1992, nos Estados Unidos, foi formada a Internacional Association Forensic Nursing, integrado por 72 enfermeiros, tendo como fundadora e presidente a enfermeira Virgínia Lynch, no mesmo ano a Enfermagem Forense foi aceita oficialmente como ciência e especialização (ROCHA et al., 2020).

A Enfermagem Forense teve aceitação de pós-graduação após a dissertação de mestrado de Virginia Lynch, em 1992, já os cursos de ciências forenses, foram criados por Arlene Kent-Wilkinson em 2008, que, em sua tese de doutorado, defendia a temática “Formação em Enfermagem Forense na América do Norte: um Estudo Exploratório”, estimulando e provando a importância das ciências forenses na grade curricular dos cursos de saúde. (BERISHAJ et al., 2020).

No Brasil, tal modalidade foi aprovada pelo decreto do Conselho Federal de Enfermagem no ano de 2011, onde é listada a especialidade sob o título da enfermagem forense. Depois dessa aprovação, foi criada a Associação Brasileira de Enfermagem Forense, em 2014, assim como a Sociedade Brasileira de Enfermagem Forense (SOBEF), no ano de 2017 (SANTOS, et al. 2019).

A Enfermagem Forense é a agregação do sistema de saúde com o sistema judicial, promovendo a união entre a enfermagem e as ciências forenses, a que permite buscar respostas decorrentes de atos violentos, não apenas na clínica hospitalar e nos cuidados à vítima ou agressor, mas também podendo incluir a competência de preservar vestígios e auxiliar nas suspeitas de casos insinuantes não acidentais (FATEMEH et al., 2020).

Existe um extenso percurso a ser conhecido no Brasil; porém, a categoria dos enfermeiros forenses do país busca diariamente estratégias e fundamentações jurídicas para aumentar o conhecimento da atuação de profissionais aptos na referida especialidade (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Por ser uma especialização indispensável e significativa, mostra-se a exigência de incluir a enfermagem forense na graduação do referido curso, colocando a temática da violência, que se torna relevante no âmbito acadêmico, principalmente este curso. Justifica-se a introdução da enfermagem forense na graduação para que os acadêmicos tenham entendimento sobre o trabalho deste profissional e os procedimentos que são realizados nesta especialidade (MACHADO et al, 2020; CARNEIRO et al., 2019; MARINHO; GONÇALVES, 2016). Em cursos de graduação Cunha, Libória e Coelho (2016) classificaram o nível de conhecimento sobre as práticas de enfermagem forense em estudantes e chegaram à conclusão de que existe uma influência do período de curso e da assiduidade de informação sobre os cursos extracurriculares de determinados assuntos, concluindo que seria relevante investir nas informações e nas percepções desses acadêmicos sobre a importância das práticas de enfermagem forense. Na mesma concepção, Machado, Araújo e Figueiredo (2019) determinaram com êxito uma

interferência ordenada de enfermagem forense no âmbito acadêmico, aumentando os conhecimentos de práticas desta área, resultando em efeitos positivos.

Ainda segundo este autor, existe uma carência de informações desses assuntos na grade curricular dos cursos de enfermagem, de forma que se torna indispensável que as faculdades e universidades apliquem uma reforma nestas grades, com informações e saberes dessa nova área do conhecimento (CAMILO, 2015).

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o enfermeiro tem um papel crucial na área forense, pois atua com intervenções importantes para a investigação, tais como: coleta de vestígios; atuação, de modo direto, com vítimas, réus e familiares; contribuição na perícia e investigação da morte; e atuação como testemunha, quando exigido.

É perceptível a necessidade de enfermeiros neste campo de atuação, uma vez que são eles que têm contato direto com as vítimas, as quais trazem consigo diversos traumas (físicos, sociais ou psicológicos).

Desse modo, o profissional deve estar preparado para fornecer uma assistência necessária e especializada, tornando-se primordial uma capacitação específica para a formação de enfermeiros forenses, com intuito de preparar tais profissionais para a atuação nesta área, a qual está em plena ascensão na atualidade.

REFERENCIAS

CARNEIRO, J. B. et al. Contexto da violência conjugal em tempos de Maria da Penha: um estudo em Grounded Theory. **Cogitare enfermagem**, v. 24, e59431, 2019.

Disponível em: < www.redalyc.org/jatsRepo/4836/483660296010/483660296010.pdf >

Acesso em: 10 de set. 2021.

CUNHA, M. et al. Knowledge questionnaire over forensics nursing practices. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 217, p. 1089–1097. 2016. Disponível em:

<<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877042816001439?token=C02D7010A000409BB8EE03BBD6E4C927BACA385B3B4BD6359A2EB95B2A5E2D31748295D7ABDD1F067AD760CA11B474DE&originRegion=us-east-1&originCreation=20211128224604>> . Acesso em: 16 de set. 2021.

MACHADO, B. P.; ARAÚJO, I. M. B.; FIGUEIREDO, M. C. B. Forensic nursing practice - What do the students know anyway? **Forensic Science International: Synergy**. v. 2, p.138-143. 2020. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589871X20300358>>. Acesso em: 10 de set. 2021.

MARINHO, P.; GONÇALVES, H. As práticas dos profissionais de saúde em relação à violência de gênero em uma maternidade no Rio de Janeiro. **HU Revista**. v. 42, n. 2, p. 97-104. 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2434>>. Acesso em: 23 de set. 2021.

SANTOS, A. A et al. Estado da arte da Enfermagem Forense no cenário atual da saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde / Electronic Journal Collection Health**. v. 27, p. 1-6. 2019. Disponível em:< <https://doi.org/10.25248/reas.e1015.2019>>. Acesso em: 06 de nov. 2021.

PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS ACERCA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PARTO NORMAL HUMANIZADO: REVISÃO INTEGRATIVA

Janylene Souza Santiago⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe), e-mail:(janylene.santiago@fvj.br), Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

Humanização na assistência ao pré-parto, parto e pós-parto consiste em adotar medidas que englobam a ampliação da cobertura ao acesso e melhoria da qualidade da atenção materno-infantil, utilizando-se de condutas benéficas, a fim de prevenir o surgimento de complicações, desenvolvendo uma assistência qualificada, integral e humanizada, respeitando a dignidade e autonomia da mulher. Objetivou-se descrever a percepção das puérperas acerca da assistência de enfermagem no parto normal humanizado. Tratou-se de uma revisão integrativa. A coleta de dados ocorreu de abril a agosto/2021, utilizando-se os descritores em português: “Parto Humanizado”, “Parto Normal” e “Assistência em Enfermagem”. E em inglês: “*Humanized birth*”; “*Normal birth*” e “*Nursing care*”, usados com o operador booleano AND, sendo estudos completos; publicados entre os anos de 2017 e 2021. Foram encontrados 81 artigos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, somente 10 artigos constituíram a amostra, sendo distribuídos nas bases científicas LILACS (05), SciELO (04) e PubMed (01). Os estudos evidenciaram que a percepção das puérperas é dicotômica, no entanto se mostram satisfeitas com a assistência de Enfermagem relacionada à aplicação dos métodos não farmacológicos para alívio da dor, apoio e promoção do bem-estar, embora também se fez presente a verticalização das relações e a falta de qualificação profissional juntamente com a ausência desse acompanhamento, precárias condições estruturais dos hospitais e maternidades e a falta de conhecimento da gestante e família, deixando evidente a necessidade de qualificar a equipe na estruturação de ferramentas que promovam um ambiente acolhedor e propício para o parto humanizado.

Palavras-Chave: Parto humanizado. Parto normal. Assistência em Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) vem mostrando inúmeras ampliações no ramo das pesquisas em se tratando de parto normal, e orienta que o real objetivo da assistência ao parto é fornecer para a gestante um atendimento com o mínimo de intervenções possíveis, gerando segurança, para assim termos mães e bebês saudáveis, além disso, deve haver uma razão válida para que haja algum tipo de interferência sobre o processo fisiológico (BRASIL, 2014). Sendo assim, diante de relatos de experiência vivenciados por gestantes, na qual retratam um cenário bem diferente do que deveria ser implantado, buscando entender qual é a verdadeira realidade dessa tão falada humanização ao parto, partindo desse pressuposto, surgiu a seguinte questão norteadora: como se caracteriza o atendimento humanizado da equipe de enfermagem ao parto normal sob a percepção das puérperas? Desse modo objetivou-se descrever a percepção das puérperas acerca da assistência de enfermagem no parto normal humanizado.

MARCO TEÓRICO

Em 25 de maio de 1998, o Ministério da Saúde instituiu a Portaria Ministerial de Nº 2.815 na qual destaca e considera, que o enfermeiro (a) obstetra é de suma importância para o acompanhamento do trabalho de parto e parto com o intuito de reduzir as práticas de intervenções garantindo assim a promoção de segurança e respeito ao processo (BRASIL,

1998). Em 1 de junho de 2000, a portaria nº 569 institui o programa de humanização no pré-natal e nascimento, a qual visa uma política onde coloca a mulher como principal protagonista do seu parto, contudo a prática dessas políticas revela um enfrentamento de dificuldades que são vivenciadas por essas gestantes, como a não obtenção de serviços que sejam condizentes com o preconizado (BRASIL, 2000). Nesse aspecto considera-se a mortalidade materna e neonatal como indicadores de suma importância quando se trata da assistência ao parto e nascimento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa que percorreu seis etapas distintas: 1) escolha da hipótese; 2) estipulação de fatores para inclusão e exclusão de pesquisas; 3) análise dos estudos que foram incluídos na revisão integrativa; 4) determinação das considerações a serem tiradas dos estudos escolhidos; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação da síntese do conhecimento. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de abril a agosto de 2021 por meio de plataformas virtuais nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS, e PubMed utilizando os descritores: parto humanizado, parto normal e assistência de enfermagem. Desse processo, foram selecionados 10 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão seguintes: artigos publicados no período de 2018 a 2021, em inglês e português, completos e gratuitos, do tipo estudos qualitativos, pesquisas analíticas, sínteses descritivas, estudos quali-quantitativos e estudos transversais. Foram excluídos da amostra: anais de congresso, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, monografias, teses de dissertação de mestrado e doutorado. Após a leitura dos artigos selecionados surgiram duas categorias temáticas: 1) Percepção de puérperas acerca da assistência de enfermagem ao parto e; 2) Boas práticas na assistência de enfermagem ao parto: conhecimento das puérperas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário enfatizar a importância da valorização do protagonismo dessas gestantes durante o processo parturitivo, sendo uma das maneiras mais eficientes de humanizar a assistência recebida por elas durante o parto, compartilhando seus saberes e o mais importante, reconhecer os direitos de cada uma delas nesse momento tão singular, é necessário e respeitoso informar a mulher sobre todos os procedimentos que serão realizados em seu corpo durante o processo parturitivo, a fim de proporcionar à mulher a liberdade de escolher ou recusar conscientemente qualquer procedimento relacionado com seu corpo; e esta escolha precisa ser convergente ao seu bem-estar (BOMFIM et al., 2018). No entanto, para alcançar um cuidado ao parto normal e humanizado satisfatórios, há a necessidade da realização de ações conjuntas e mais efetivas durante a assistência pré-natal, sugerindo-se que as instituições de saúde realizem práticas que levem informações e empoderem a mulher para o trabalho de parto e parto, evitando-se a desinformação (SILVA et al., 2021). Por fim, mostram-se necessárias mais pesquisas que maximizem o acervo literário sobre a temática proposta e proporcionem diferentes formas para conceber um parto que respeite a individualidade de cada gestante e melhore sua qualidade de vida durante e após o parto.

CONCLUSÕES

Evidenciou-se que a falta de estrutura nos setores das esferas primária e secundária de saúde e a falta de qualificação profissional inviabilizam e dificultam a implantação desse atendimento mais acolhedor que supra as expectativas das mulheres em trabalho de parto, a ambiência inadequada influencia diretamente na prática humanizada que as parturientes deveriam receber, uma vez que estes setores necessitam de reparos. Percebeu-se que as condutas realizadas pelos enfermeiros para implantar a assistência humanizada devem levar em consideração os aspectos físicos e emocionais das pacientes e que os achados expressam a

necessidade de planejar medidas mais organizadas e sólidas para a realização de um parto natural, saudável e sem intercorrências, como também o apoio das instituições de saúde e gestores para que essas condutas sejam realmente colocadas em prática. Observou-se ainda que as percepções das puérperas sobre a construção desse processo humanizado são dicotômicas, destacando o desconhecimento profissional sobre humanização e modelo de assistência, bem como a ausência de um serviço focado no aspecto global da paciente, bem como para compreender os sentimentos da mulher inerentes ao processo parturitivo, na intenção de conceber uma relação dialógica. Considerando que a enfermagem deve prestar uma assistência humanizada de qualidade, é primordial que a equipe de saúde tenha um diálogo e que desenvolva ações que chamem a atenção das gestantes, levando informações precisas de uma maneira que as pacientes compreendam as informações principais, diminuindo assim a escassez de informações quanto aos seus direitos durante todo o processo gestacional e de parturição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Análise da Atenção Obstétrica Hospitalar: Sistema Único de Saúde**, Brasil 1998. Brasília, DF.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa de Humanização no Parto: Humanização do parto e do Nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL Ministério da Saúde. **Programa de Humanização no Parto: Humanização no Pré-Natal e Nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BOMFIM, Aiara Nascimento Amaral et al. Percepções de mulheres sobre a assistência de enfermagem durante o parto normal. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v.35, e39087, 2021. Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100316&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2021. Epub 02-Abr-2021. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.39087>.

SILVA, Elias de Almeida et al. Conhecimento de puérperas sobre boas práticas em centro de parto. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 15, n. 1, fev. 2021. ISSN 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/246029/37781>>. Acesso em: 17 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.246029>.

ESTRESSE: DESAFIOS ENCONTRADOS ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ESUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS.

Helenn Santos de Sousa⁴ (Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: helennsantosdesousa@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O estresse é considerado uma doença ocupacional que causa preocupação. Cada vez mais profissionais são afetados pelo estresse, o que nos leva a tratar as doenças ocupacionais como fator relevante no tratamento das questões de saúde pública. objetivo: conhecer as o que as publicações científicas online discorrem sobre o estresse e os desafios encontrado na assistência de enfermagem e suas consequências na saúde mental dos profissionais. Pesquisa abrangente de revisão da literatura. A revisão abrangente é um método que visa formular resultados obtidos por meio de pesquisas sobre determinado tema ou problema. Estratégias de intervenção relacionadas à organização podem ser utilizadas para aliviar o estresse e direcionar a atenção aos profissionais de saúde. Essas estratégias indicam mudanças no ambiente de trabalho, seja em termos de estrutura organizacional, condições de trabalho, formação e desenvolvimento do enfermeiro, participação e autonomia. Levando-se em consideração a importância dos profissionais de saúde em seu ambiente de trabalho para a promoção da saúde, espera-se que a pesquisa sirva como subsídio teórico para a discussão da saúde mental, possibilitando, assim, uma atuação destacada no trabalho.

Palavra-chaves: Estresse Ocupacional. Saúde Mental. Assistência de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

O estresse ocupacional é um estado em que ocorre desgaste do organismo humano e/ou diminuição da capacidade de trabalho. Por si só, não é capaz de desencadear uma enfermidade orgânica ou provocar uma disfunção significativa na vida do indivíduo. Para que isso ocorra, é necessário que outras condições estejam presentes, como a vulnerabilidade orgânica ou a forma inadequada de avaliar e enfrentar a situação estressante. A preocupação científica com a questão do estresse ocupacional reside na sua provável relação com o adoecimento ou sofrimento que acarreta. (PRADO, 2016) A seleção e interesse pela temática

apresentada manifestou-se mediante a importância do conhecimento sobre os agentes estressores na assistência em enfermagem, independente do setor de atuação. Conhecendo para intervir nesses agentes de forma eficaz, para a prevenção da saúde mental dos profissionais de enfermagem, surgindo a seguinte questão norteadora: O que os estudos discorrem sobre o estresse na assistência de enfermagem? Diante dessas considerações e para responder à questão norteadora, esse estudo tem como objetivo: conhecer as o que as publicações científicas online discorrem sobre o estresse e os desafios encontrado na assistência de enfermagem e suas consequências na saúde mental dos profissionais.

MARCO TEÓRICO

O estresse é considerado uma doença ocupacional que causa preocupação. O número de profissionais acometidos pelo estresse é crescente, no Brasil e no mundo. O que leva a olhar está doença ocupacional como um fator relevante ao tratar-se de problemas de saúde pública, ocasionando consequências a saúde mental dos profissionais acometidos por ele. (Organização Mundial da Saúde – OMS, 2020).

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa de Literatura. A revisão integrativa é um método que tem como finalidade formular resultados obtidos através de pesquisas sobre um tema ou questão, de forma sistemática, ordenada e abrangente. Tem o termo integrativa porque fornece informações amplas sobre determinado assunto ou problema possibilitando discussões sobre métodos e resultados de pesquisa, constituindo um maior conhecimento. Deste modo o pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionado para uma definição de conceitos, revisões de teorias ou até mesmo análises metodológicas de estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esgotamento profissional, dependendo das estratégias de enfrentamento de problemas no trabalho (coping) utilizadas, podem levar ao desenvolvimento de síndrome de burnout, estresse crônico. Voltando o olhar para o processo de saúde e doença. A síndrome de burnout apresenta-se, hoje, como um grande problema psicossociais que afeta a qualidade de vida de profissionais

de diversas áreas, ela ganhou bastante visibilidade durante a pandemia do COVID-19, com profissionais da saúde. Durante esse episódio o assunto ficou com bastante visibilidade e levantou muitos questionamentos, além de gerar grande interesse e preocupação na comunidade científica internacional, bem como em entidades governamentais, empresariais, educacionais e sindicais. Mas, importante ressaltar que não é um problema atual, e que já se estende por muito tempo aos profissionais da saúde e de outras áreas (CRUZ, 2006; CALIL, 2020).

O processo de trabalho em saúde é uma ocorrência complexa e dinâmica, que é frequentemente influenciado por mudanças socioeconômicas, políticas, tecnológicas e outros diversos fatores. Tais mudanças ocorridas nos últimos tempos modificaram e modificam as condições de trabalho, principalmente as exigências, o que resultou em um aumento dos riscos ocupacionais. Todo esse processo criou um cenário que tem sido considerado por diversos pesquisadores como uma grande ameaça, visto que interfere na segurança e saúde dos trabalhadores de saúde, e os torna vulneráveis ao estresse ocupacional e ao adoecimento. Entendendo o estresse ocupacional como aquele que provém do ambiente de trabalho e envolve elementos da organização, da gestão, das condições e da qualidade das relações interpessoais no trabalho. (MARTINEZ et al. 2017; MEIRELLES 2003)

CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou uma reflexão sobre como a assistência de enfermagem é influenciada pelo estresse, e como esses fatores estendem-se até outros campos da vida do profissional afetando sua saúde mental e física e influenciando sua vida social. Os estudos mostram que os profissionais de enfermagem refletem ao que são expostos do ambiente de trabalho. Observou-se nos artigos pesquisados que o estresse torna-se a primeira etapa para o desenvolvimento do burnout. Por isso, ele deve ser evitado e, quando já constatado, deve ser cuidado antes que se torne crônico. O que deixa ainda mais em evidência a necessidade de ações preventivas e regenerativas visando à promoção da capacidade para o trabalho (coping). A análise dos resultados apontados nesse estudo possibilitou a conclusão que o perante a crescente predisposição ao estresse nas instituições de saúde, o reconhecimento dos fatores estressores no trabalho, relaciona-se a um dos maiores agentes de mudança, visto que reconhecendo a causa, facilita o planejamento e a implementação de ideias e ações para melhorias no trabalho e conseqüentemente na assistência, já que a prevenção e o controle do estresse dos trabalhadores de enfermagem está associado diretamente a satisfação no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

Andolhe R, Barbosa RL, Oliveira EM, Costa ALS, Padilha KG. Estresse, coping e burnout da equipe de enfermagem de unidades de terapia intensiva: fatores associados. Reg. Esc. Enferm. USP 2015.

Bastos RA, Quintana AM, Carnevale F. Angústias psicológicas vivenciadas por enfermeiros no trabalho com pacientes em processo de morte: estudo clínico-qualitativo. Trends Psychol. 2018.

o CM. Estratégias nas instituições de saúde para reduzir estresse na enfermagem. Revista Recien. 2020.

Cruz EBS. Estudo sobre a problemática de saúde dos trabalhadores de enfermagem: perspectivas para Vigilância à Saúde [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2006.

Farias AAR, Cardoso LS, Silva JJS, et al. Saúde dos trabalhadores de enfermagem: revisando as estratégias de promoção à saúde. J Res Fundam Care Online. 2019.

Nascimento KC, Erdman AL, Campos JC, Rosa MC. Percepções acerca do estresse no trabalho de uma equipe de atendimento pré-hospitalar. Revista Baiana de Enfermagem 2007.

Prado, C. E. P. (2016). Estresse ocupacional: causas e consequências. Rev Bras Med Trab.

Ribeiro RP, et al. Estresse ocupacional entre trabalhadores de saúde de um hospital universitário. Rev. Gaúcha de enfermagem, 2018.

Ueno LGS, Bobroff MCC, Martins JT, et al. Estresse ocupacional: estressores referidos pela equipe de enfermagem. Rev Enferm UFPE. 2017.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO EXAME DE TOQUE RETAL DIGITAL PARA A POPULAÇÃO MASCULINA NO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE PRÓSTATA

Francisco Cleonilson Monteiro da Silva¹ (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: franciscocleonilson3210@ gmail.com; José Pereira Maia Neto² (Orientador - Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati-CE, 2021. E-mail: maia@fvj.br).

RESUMO

O exame de toque retal digital é o principal exame preventivo para o câncer de próstata. Todavia, carrega consigo, representações sociais machistas que favorecem o comportamento negativo dos homens quanto à sua realização. O objetivo desta pesquisa foi analisar na bibliografia publicada, a percepção masculina sobre o exame de toque retal. A pesquisa foi uma revisão bibliográfica integrativa, realizada no período de junho a agosto de 2021, nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde a partir de três descritores controlados: saúde do homem *AND* exame de toque retal *AND* câncer de próstata. A seleção dos estudos considerou os seguintes critérios de inclusão: ser estudo original e gratuito; ter texto completo; ter sido publicado entre os anos 2010 e 2021; ter versão em português ou espanhol; ser artigo, monografia, dissertação ou tese e não ser repetido. Dos vinte e dois estudos identificados, nove compuseram a amostra final e foram analisados com base num instrumento validado por Ursi e Galvão (2005). Os resultados foram interpretados a partir das diferentes representações sociais identificadas com destaque para o preconceito, o medo e a vergonha como fatores justificadores para a não realização do exame entre os homens menores de sessenta anos enquanto o desconhecimento sobre a doença foi a principal causa entre os homens acima dessa idade. Concluiu-se que as representações sociais masculinas acerca do exame de toque retal digital são produto do machismo, caracterizado pelo preconceito, medo e vergonha que geram graves consequências à saúde do homem, sobretudo, à saúde sexual.

Palavras-chave: Saúde do homem. Exame de toque retal. Câncer de próstata.

INTRODUÇÃO

No ano 2040, cerca de 29 milhões de pessoas sofrerão de câncer (OMS, 2018). No Brasil, de acordo com a mesma projeção (OMS, 2018), 998 mil indivíduos deverão ter diagnóstico de câncer em 2040, um aumento de 78% no número de casos previstos para o ano 2020 que foi de 559 mil casos novos e um aumento de 95% no número de óbitos que atingirá o total de 476 mil mortes provocadas pelo câncer. A taxa de incidência do câncer de próstata é maior em países desenvolvidos. Entretanto, no Brasil, ele é o segundo mais comum entre os homens, sendo o câncer de pele não-melanoma o mais incidente (BRASIL, 2020). Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de próstata é considerado um câncer da terceira idade, isso porque 75% dos casos diagnosticados no planeta ocorrem em pacientes a partir dos 65 anos. A maioria, dos tumores prostáticos cresce de forma muito lenta que não interfere nem ameaça a vida do homem. Outros, porém, crescem de forma acelerada, podendo-se espalhar para outros órgãos e levar à morte (BRASIL, 2020). Para o estado do Ceará, a projeção do

INCA, era a de que haveria no ano 2018, 2.700 novos casos de câncer de próstata, o que representaria uma taxa de 60, 01 novo caso para cada 100 mil homens residentes no estado (CEARÁ, 2018). De acordo com a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), no ano 2013, o câncer de próstata levou a óbito, 622 homens enquanto as mortes provocadas pelo câncer de mama em mulheres foram 529 em todo o estado, uma diferença de 93 (15%) óbitos a mais, provocados pelo câncer de próstata. Considerando-se os óbitos ocorridos por tipo de câncer na população idosa (a partir de 60 anos), o câncer de próstata ficou em primeiro lugar com 95,3% e matou mais do que o câncer de estômago com 75,5%; pulmão com 73,1% e colo de útero com 49,2%. O câncer de mama ficou em quinto lugar em número de óbitos com 47,6% (CEARÁ, 2020).

OBJETIVO

Analisar, na bibliografia publicada, a percepção masculina sobre o exame de toque retal.

METODOLOGIA

A pesquisa foi uma revisão bibliográfica com abordagem integrativa, realizada entre junho e agosto de 2021, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos descritores: saúde do homem AND exame de toque retal AND câncer de próstata e dos seguintes critérios de inclusão: ser estudo original e, gratuitamente, disponível; ter texto completo; ter sido publicado entre os anos 2010 e 2021; ter versão em português ou espanhol; ser artigo, monografia, dissertação ou tese. Inicialmente, foram identificados 22 estudos com a utilização dos descritores. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão esse quantitativo caiu para 15 estudos; depois da análise dos títulos e resumos, diminuiu para 10 e depois para 09 estudos, após a leitura dos textos na íntegra. Os resultados foram analisados a partir das diferentes representações sociais identificadas nos estudos revisados, atribuídas pelos homens ao ETRD para o rastreamento do câncer de próstata. Em respeito aos aspectos éticos, preservou-se o direito de produção e publicação dos autores, conforme a Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 2013).

RESULTADOS

Nos estudos realizados com homens, cuja idade era menor que 60 anos, foi possível analisar que os sujeitos envolvidos eram afetados, principalmente, pelo medo e preconceito; dor e vergonha, fazendo com que os exames para rastreamento do câncer de próstata não fossem realizados. Entre os estudos revisados, com sujeitos a partir de 60 anos, os resultados revelaram como principal fator para o adiamento ou não realização do ETRD a falta de conhecimento sobre o CP ou sobre o exame, cuja procura dos sujeitos que realizaram o exame se deu por causa dos sintomas presentes. Os resultados mostraram que alguns problemas clínicos, especialmente, do sistema urinário; informação sobre o câncer de próstata e conversas positivas com amigos sobre o tema foram as principais justificativas para a realização do ETRD. Os aspectos negativos que envolveram a não realização do exame foram o descrédito na prevenção do câncer de próstata e o fato dos idosos considerarem o exame agressivo e vergonhoso; a má informação sobre o exame, a ausência de sintomas, a resistência do próprio profissional de saúde ao exame e o preconceito contra o ETRD. O estudo 5 (AMTHAUER, 2016) ratificou que o gênero, entendido como princípio norteador do pensamento e da ação imprime aos sexos atributos culturais.

DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que as representações sociais construídas pelo imaginário masculino acerca do ETRD são construções baseadas no machismo e no preconceito quanto ao toque da região anal e do reto que dificultam ou impedem a realização do exame, expondo o homem ao

risco de desenvolver CP e ter diagnóstico tardio, cujas possibilidades para tratamento e taxa de sobrevivência relativa se tornam cada vez menores. As atitudes masculinas frente à realização do ETRD foram ratificadas nesta pesquisa pelo estudo de Amthauer (2016), ao referir que o gênero norteia o pensamento e a ação, designando aos sexos, atributos culturais. A partir daí, foi possível compreender por que os homens com faixa etária menor de 60 anos justificavam a não realização do ETRD por medo, preconceito, dor e vergonha. Tanto os homens que fizeram os exames quanto os que não o fizeram, consideraram o ETRD necessário, permitindo entender que, embora seja vergonhoso fazer esse exame, faz-se acreditando que há vantagens já que alguns homens reconhecem sua *susceptibilidade* à doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais masculinas acerca do exame de toque retal digital são produto do machismo, caracterizado pelo preconceito, medo e vergonha que geram graves consequências à saúde do homem, sobretudo, à saúde sexual.

REFERÊNCIAS

AMTHAUER, C. As representações da masculinidade na adesão do toque retal como prevenção contra o câncer prostático. **Rev. Pesqui.**, RJ, v. 8, n. 3, p. 4733-4737, jul./set. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/>?. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.853 de 14 de agosto de 2013. Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm. Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer-INCA. **Câncer de Próstata**. INCA, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/assuntos/cancer>. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009**. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html. Acesso em: 3 out. 2021.

CEARÁ. Hospital Universitário Walter Cantídio. Universidade Federal do Ceará. Câncer de próstata mata mais do que câncer de mama no Ceará. **Hospital Universitário Walter Cantídio**, 2020. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2020/15203-hospital-universitario-walter-cantidio-lanca-mais-uma-edicao-da-campanha-novembro-azul>. Acesso em: 3 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Masculinidades y salud en la Región de las Américas. **Organización Panamericana de Saúde**, Washington, 2018. Disponível em: <http://iris.paho.org>. Acesso em: 3 out, 2021.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE ACERCA DOS DESAFIOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Francisco Alisson Da Silva¹ (Aluno do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: Alisson-silvash@hotmail.com), Carla Nadja Santos De Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A maioria das gestações em adolescentes não são planejadas, causando um problema de saúde pública, levando a impasses na comunicação em nível familiar, pessoal e social. Temos que a sexualidade não está só ligada a assuntos de mudanças do corpo do ser humano, ela aborda questões como o desenvolvimento emocional e intelectual e o reconhecimento dos desejos. **Objetivo:** Investigar a atuação do enfermeiro nas práticas em educação e saúde com adolescentes grávidas. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão teórica do tipo integrativa. Os estudos foram selecionados por meio de busca eletrônica nas bases de dados LILACS, SCIELO e BDENF no período dos 05 anos vigentes disponíveis nas plataformas de dados. **Resultados e Discussão:** Foram selecionados 10 artigos, e após análise foram desenvolvidos dois eixos temáticos: O papel do enfermeiro na estratégia de saúde da família com a gravidez na adolescência; Adolescência e gravidez: contribuições preventivas do enfermeiro na perspectiva da educação em saúde. **Considerações finais:** Inferiu-se que a pesquisa levantou questões no qual chamasse a atenção dos jovens, elaborando estratégias a fim de chegasse no foco principal que é a gravidez na adolescência, para chegar nesse assunto foram debatidos temas como a sexualidade, cuidados e prevenção.

Palavras-chave: Adolescentes. Educação e saúde. Gravidez na adolescência. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é uma problemática que vem impondo diversos desafios sendo eles, econômicos, psicológicos e educacionais, assim afetando diretamente a economia e o sistema público de saúde de um país. Os cuidados prestados na assistência às adolescentes grávidas se dão na Unidade Básica de Saúde (UBS) por meio de consultas e acompanhamento durante o pré-natal. Os principais profissionais da área da saúde responsáveis pelo acompanhamento das gestantes são os enfermeiros e os médicos (QUEIROZ; *et al.*, 2016). Estudos realizados no Brasil mostram uma descontinuidade no tratamento do pré-natal das gestantes, devido a inibição dos assuntos abordados e a vergonha em compartilhar incertezas e dificuldades. Outro fator relacionado a essa descontinuidade é a sobrecarga de trabalho dos profissionais de saúde (QUEIROZ; *et al.*, 2016). A adolescência é uma fase de transição importante para a vida da mulher, onde se enfrentam desafios biopsicossociais tornando-se às vezes críticas, visto que fatores como a pobreza e o baixo índice de escolaridade ainda influenciam bastante na questão da gravidez em adolescentes (LEAL; *et al.*, 2018; ARAÚJO; *et al.*, 2016).

MARCO TEÓRICO

A atuação dos profissionais de saúde durante o pré-natal vem construindo um espaço singular que é influenciado pelo contexto familiar e social das pacientes. Assim, os profissionais preocupados com esses adolescentes nesses contextos vêm dando ênfase a alguns elementos no

que diz respeito à sua intervenção para proporcionar uma melhor adesão ao tratamento, sendo eles: respeito com a paciente e aos princípios éticos, autonomia e dignidade e, sobretudo, tendo foco ampliado para as necessidades das adolescentes grávidas (BARRETO; *et al.*, 2015). A maioria das gestações em adolescentes não são planejadas, causando um problema de saúde pública, levando a impasses na comunicação em nível familiar, pessoal e social. O Ministério da Saúde (MS) disponibiliza ações de preparação, acompanhamento e orientação no período da gravidez ao parto (ARAÚJO; *et al.*, 2016). A maioria das gestações em adolescentes não são planejadas, causando um problema de saúde pública, levando a impasses na comunicação em nível familiar, pessoal e social. O Ministério da Saúde (MS) disponibiliza ações de preparação, acompanhamento e orientação no período da gravidez ao parto (ARAÚJO; *et al.*, 2016).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão teórica do tipo integrativa. De acordo com Treinta; *et al.*, (2012) a pesquisa bibliográfica “busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele”. A revisão integrativa tem como finalidade sintetizar os resultados obtidos em pesquisas sobre determinado tema, isso de maneira ordenada, sistemática e abrangente. Esse tipo de estudo permite que uma variedade de amostras componha na pesquisa (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). Os estudos foram selecionados por meio de busca eletrônica nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS via BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *base de dados da Enfermagem* (BDENF) no período dos 05 anos vigentes disponíveis nas plataformas de dados, além de artigos publicados em todas as regiões do Brasil na língua portuguesa (brasileira). O levantamento bibliográfico ocorreu no período de 19 e 28 de AGOSTO de 2021. Os descritores, ou seja, os termos padrões que foram usados para definir o assunto destaca de acordo com a base de dados pesquisada, e escolhidos por meio da consulta aos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Assim foram utilizados os termos “adolescentes” “educação e saúde”; “prevenção”; “gestação na adolescência”, em ligação com o operador *and*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam publicações entre o ano de 2016 à 2021, que mostra a atuação do enfermeiro a frente dos desafios encontrados com as adolescentes grávidas, considerando os descritores utilizados na pesquisa, apresentaram educação e saúde sobre gestação precoce. A

respeito o delineamento da pesquisa, destacaram os estudos com abordagem qualitativa, com total de cinco artigos. No que se refere ao tipo de revista nas quais foram utilizadas, grande maioria publicadas em revista de enfermagem. Os principais resultados da pesquisa foram discutidos por categoria temática: O papel do enfermeiro na estratégia de saúde da família com a gravidez na adolescência; Adolescência e gravidez: contribuições preventivas do enfermeiro na perspectiva da educação em saúde.

CONCLUSÕES

Podemos notar no presente estudo atuação do enfermeiro nas práticas em educação e saúde acerca dos desafios da gravidez na adolescência, falta de conhecimentos das adolescentes sobre a educação em saúde e os cuidados com a gravidez precoce. Diante dessa problemática, buscamos uma estratégia no qual facilitamos a compreensão chamando atenção dos jovens sobre o tema debatido. A pesquisa levantou questões no qual chamasse a atenção dos jovens, elaborando estratégias a fim de chegasse no foco principal que é a gravidez na adolescência, para chegar nesse assunto foram debatidos temas como a sexualidade, cuidados e prevenção. Essas estratégias elaboradas pelo profissional de saúde de grande importância para aproximação entre o profissional e os adolescentes. Vale ressaltar a importante presença do homem durante o pré-natal que tem como incentivo a participação do homem no serviço de saúde. Um dos pontos que dificultaram o desenvolvimento do trabalho é escassez de estudos que abordassem o papel do enfermeiro no atendimento em saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Daí a importância de mais estudos de campo com abordagem qualitativa para que sejam verificadas estratégias que o enfermeiro possa utilizar para atingir a população adolescente. Espera-se que através deste estudo seja possível que os profissionais de saúde entendam a importância de sensibilizar os adolescentes na educação sexual e reprodutiva. Também se é esperado que este trabalho possa contribuir com a sociedade de um modo geral para que possam compreender a importância da educação em saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. L. D.; *et al.* Gravidez na adolescência: consequências centralizadas para a mulher'. **Rev. Temas em Saúde**. v. 16, n. 12, p. 567-587, 2016.

BARRETO, C. N.; *et al.* O Sistema Único de Saúde que dá certo: ações de humanização no pré-natal. **Rev. Gaúcha Enferm.** V. 36, p.168-176, 2015.

LEAL, N. J.; *et al.* 'Assistência ao pré-natal: depoimento de enfermeiras'. **Rev Fund Care Online.** V. 10, n. 1, p.113-122, 2018.

QUEIROZ, M. V. O.; *et al.* ‘‘Grupo de gestantes adolescentes: contribuiçõs para o cuidado no pré-natal’’. **Rev. Gaúcha Enferm.** V. 37, p.1-7, 2016.

REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID – 19 NO COTIDIANO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: REVISÃO INTEGRATIVA

Francisca Ivaniza Silva Maia⁴, Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: nizemaia10@gmail.com, Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴, Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br.

RESUMO

A pesquisa trata sobre as dificuldades sentidas pelos discentes para finalização do Curso de Enfermagem em tempos de pandemia, uma vez que passam a ter contato minimizado com seus professores, líderes de sala e colegas de curso. Compreende-se que as adversidades frente a esses problemas são vários, desde falta de recursos físicos ao desenvolvimento de problemas emocionais. Objetivou-se compreender o impacto da pandemia da Covid-19 no cotidiano dos acadêmicos da graduação em enfermagem. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura. Foram analisados 10 artigos no período de novembro e dezembro de 2021, por meio de bibliotecas virtuais, nas seguintes bases de dados: SciELO, Lilacs e PubMed. Estabeleceram-se como critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra, entre os anos 2020 e 2021, disponíveis gratuitamente, publicados em português e inglês utilizando-se os descritores: “Acadêmicos”, “Enfermagem” e “Pandemia” separados pelo operador booleano AND entre as palavras. E em inglês: “Academic”; “Nursing” e “Pandemics”. No que tange aos critérios de exclusão, compreenderam-se artigos duplicados, artigos incompletos, cartas ao editor e os que não respondiam aos objetivos do estudo. Evidenciaram-se como problemas físicos relatados pelos discentes: a falta de computador, o pouco acesso à *internet*, e os entraves para manusear plataformas digitais. Com relação aos aspectos emocionais, observaram-se: o medo de não aprender os conteúdos das aulas teóricas e práticas de forma remota; não saber atuar no mercado formal, e os problemas como depressão, estresse e ansiedade, em virtude do distanciamento social e da sobrecarga de atividades a ser desenvolvida de forma virtual.

Palavras-chave: Acadêmicos. Enfermagem. Pandemia.

INTRODUÇÃO

Os primeiros casos de COVID-19 foram relatados à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019, após 30 dias, no final de janeiro de 2020, o surto que teve início em Wuhan na China foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional e, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 como pandemia (WHO, 2020). O final de fevereiro de 2020, foi marcado pela chegada do vírus da COVID-19 no Brasil, ao mesmo tempo em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarava pandemia mundial. Diante desse cenário preocupante, autoridades governamentais decretavam o distanciamento social, como principal medida para diminuir o risco de contaminação pelo vírus (BRASIL, 2020). Desse modo, as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado, professores e alunos tiveram que se adaptar à nova realidade, utilizando dos meios tecnológicos e plataformas virtuais de ensino para dar continuidade ao ano letivo. Essa mudança repentina gerou um sentimento de medo, falta de liberdade, angústia, estresse, preocupação e incertezas quanto ao futuro. Sendo uma das preocupações dos alunos, não concluir com sucesso o ano letivo devido a pandemia. Outra causa de estresse elevado entre os estudantes foram as mudanças dos métodos de ensino (XAVIER et al., 2020). Com a problemática ocasionada pelo isolamento social, suspensão das aulas e a vivência desse processo como acadêmica de

enfermagem surgiu a seguinte pergunta norteadora: quais os reflexos da pandemia da covid-19 no cotidiano dos acadêmicos do Curso de Enfermagem? Assim, este estudo tem como objetivo geral compreender o impacto da pandemia da covid-19 no cotidiano dos acadêmicos do curso de graduação em enfermagem. E como específicos: Identificar possíveis problemas físicos e mentais acarretados pela pandemia no cotidiano dos acadêmicos de enfermagem; Avaliar como os acadêmicos se adaptaram a essa nova realidade e verificar quais as dificuldades enfrentadas para concluir a graduação de enfermagem.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida sob a vertente da revisão integrativa, qualitativa, onde efetivou-se por meio de etapas específicas. A primeira compreende o desenvolvimento do problema de pesquisa, o segundo fala sobre a definição de critérios de exclusão e inclusão, o terceiro a definição das categorias desenvolvidas, a quarta etapa relaciona-se a avaliação dos estudos incluídos, o quinto fala sobre a interpretação dos estudos e por último a apresentação da revisão (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008). O levantamento dos artigos científicos foi realizado no período de novembro e dezembro de 2021, por meio de bibliotecas virtuais, nas seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed. Inicialmente os estudos foram selecionados de acordo com o tema em estudo, posteriormente deu-se a leitura dos títulos e dos resumos. Foram utilizados para a seleção dos artigos, visando a composição da pesquisa, os descritores: “Acadêmicos”, “Enfermagem” e “Pandemia” separados pelo operador booleano *AND* entre as palavras. E em inglês: “Academic”; “Nursing” e “Pandemics”. Estabeleceram-se como critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra, entre os anos 2020 e 2021, disponíveis gratuitamente, publicados nas línguas inglês e português, que responderam a problemática da pesquisa. No que tange aos critérios de exclusão, compreenderam-se artigos duplicados, artigos incompletos, cartas ao editor e os que não respondiam aos objetivos do estudo. No total foram identificados 40 artigos referentes aos descritores, sendo 12 na base de dados da SciELO, 15 na base e dados Lilacs e 13 no PubMed, após a aplicação dos filtros foram excluídos 30 estudos, desse modo foram incluídos e analisados 10 estudos, sendo que 3 (três) constam na base de dados da SciELO, 5 (cinco) na base de dados Lilacs e 2 (dois) na PubMed.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a caracterização da amostra foram definidos os seguintes critérios: nome dos autores, título do artigo, objetivos, tipo de estudo, amostra e conclusões. Essas informações foram sintetizadas e agrupadas. Evidenciou-se quanto ao ano de publicação, que 2021 foi o de maior número de publicações (n=6/60%), seguido do ano de 2020 com 4 publicações (40%). Além disso, é notável a preocupação dos autores dos estudos com as metodologias de ensino, principalmente, o ensino remoto, utilizadas durante a pandemia da covid-19 e seus reflexos na saúde mental dos estudantes. Quanto os tipos de estudo predominaram os transversais descritivos com 4 publicações (40%), seguidos dos relatos de experiência (n=2/20%), também foram incluídos na amostra um estudo quantitativo, um estudo qualitativo, uma pesquisa de campo e um ensaio randomizado. Em relação ao tamanho da amostra, a maior amostra foi composta por 1.957 estudantes universitários e a menor por 12 discentes de um mestrado profissional. Frente a análise dos estudos foram elaboradas três categorias temáticas: 1) Pandemia da Covid-19 e os reflexos na saúde mental de estudantes universitários; 2) Ensino EAD: desafios vivenciados por

docentes e discentes durante a pandemia e 3) Dificuldades para concluir a graduação, descritas a seguir.

Pandemia da Covid-19 e os reflexos na saúde mental de estudantes universitários

A Covid-19 desencadeou diversas condições que serviram como fatores estressores para os universitários, gerando danos para a saúde mental dos mesmos, e isso foi comprovado por meio de estudos acerca do tema, que ressaltam os agravos psicológicos causados pelo vírus e por todas as medidas adotadas de contenção.

Ensino EAD: desafios vivenciados por docentes e discentes durante a pandemia

De acordo com pesquisas, alguns professores visualizaram essa forma de ensino como um desafio, e, por isso, precisaram se adequar à nova realidade, fizeram treinamentos e estudaram para continuar fornecendo uma educação de qualidade para os alunos, independentemente da situação atual do mundo. Por meio dessas tecnologias é possível realizar atividades educativas a fim de fornecer conhecimento. A Covid-19 trouxe mudanças significativas, e, com isso, a educação foi um dos setores mais atingidos por essas mudanças.

Dificuldades para concluir a graduação

Devido as diversas atividades que são direcionadas aos discentes, estes se sentem sobrecarregados e estressados, como consequência de não existir uma válvula de escape para o pleno desenvolvimento do curso, dado que o isolamento social não permite esse cenário. Os alunos abordam sobre as dificuldades para manusear as plataformas de ensino-aprendizagem e discorrem ainda sobre a crise com relação a falta de apoio dos professores e líderes de sala, que também assoberbados, não conseguem atender a todas as necessidades dos estudantes (BASTOS et al., 2020).

CONCLUSÕES

Levando em consideração as informações que foram explanadas ao longo do estudo, é possível enfatizar que a problemática da pesquisa foi respondida, visto que compreender os reflexos da pandemia da Covid-19 no cotidiano dos discentes do Curso de Enfermagem. Evidenciou-se que os acadêmicos se sentem comprometidos no aprendizado, tanto teórico quanto prático, uma vez que os medos e dificuldades para acompanhar as aulas e tirar dúvidas, desencadeia ansiedade e insegurança para concluir o curso e iniciar suas atividades enquanto profissional. Também fica claro que os objetivos foram atendidos, quando a pesquisa esclarece que entre os problemas mentais identificados nesses estudantes estão as dificuldades concernentes a depressão, uso de medicamentos diversos e medo em não conseguir manusear as ferramentas tecnológicas necessárias para o acompanhamento das aulas e consequente aprendizado. Suas dificuldades físicas estão relacionadas a falta de *internet*, para contato com professores e colegas ou mesmo problemas com seus computadores e afins para conseguir efetivar suas atividades e acompanhar o desenrolar das aulas. Vê-se que o estudo é relevante para o curso de enfermagem, porque permite que os discentes e docentes identifiquem a necessidade de inserir os recursos tecnológicos ao dia a dia das atividades curriculares dos cursos de graduação, visando a devida identificação com esses recursos, o que culmina em melhor entendimento em como manusear as plataformas, com eficácia e qualidade de seu aprendizado, que passa a ser autônomo. Com relação as dificuldades para a aplicação da pesquisa, compreende-se que a falta de oportunidade para efetivar uma entrevista junto a docentes e discentes, em virtude do distanciamento social, minimizou as informações que poderiam ser apresentadas ao campo acadêmico. Assim, salienta-se que o estudo não se encerra com essa pesquisa, sendo importante desenvolver um estudo com acadêmicos de enfermagem, visando apresentar suas vivências e dificuldades acerca do cenário da pandemia da Covid-19, e as dificuldades sentidas na finalização do curso.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Milena de Carvalho et al. Ensino remoto emergencial na graduação em enfermagem: relato de experiência na COVID-19. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1335.pdf>. Acesso em 01 dez. 2021.

Presidência da República (BR). **Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União. 2020. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,objetivam%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20coletividade> acesso em: 23 jun. 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto de Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/>. Acesso em 01 dez. 2021.

XAVIER, Beatriz et al. Impacto da COVID-19 nas dinâmicas sociofamiliares e acadêmicas dos estudantes de enfermagem em Portugal. **Revista de Enfermagem Referência**, v.5, n.4, e20104, 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/pt/covidwho-1049203>> Acesso em: 23 jul. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Doenças tropicais negligenciadas: impacto da COVID-19 e resposta da OMS, **Weekly epidemiological record**. v. 95, n. 39, p. 461-476, 2020, Geneva [Internet]: Disponível em: <https://www.who.int/wer/2020/wer9539/en/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

EXECUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO EXAME DE ELETROCARDIOGRAMA: REFLETINDO OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Francisco Fernando Matias Moura¹ (Aluno do curso de enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe, email: fernandomatias702@gmail.com) Carla Nadja Santos de Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: carlanadja@hotmail.com).

RESUMO

O exame de eletrocardiograma é considerado padrão ouro para o diagnóstico não invasivo das arritmias e distúrbios de condução, além de ser significativo nos quadros isquêmicos. Por ser um método de simples realização, seguro e de baixo custo. Está presente em cenários como situações de emergência, nas rotinas ambulatoriais e hospitalares. Este estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por enfermeiros acerca da execução e interpretação do eletrocardiograma. Portanto, foi realizada uma revisão de literatura que permite contrapor as informações de diversos autores acerca do assunto, possibilitando assim uma reflexão no que tange o papel do enfermeiro sobre o exame de eletrocardiograma. As bases de dados que suscitou o encontro das pesquisas cabidas são: BDENF, LILACS, SCIELO e PUBMED, levando em consideração estudos publicados entre os anos de 2015 e 2020. O texto evidenciou sobre a relevância do exame de eletrocardiograma.

Palavras-chave: Cuidado de Enfermagem. Eletrocardiograma. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Os profissionais de enfermagem estão frequentemente na “linha de frente” com a execução e interpretação do ECG, principalmente nos serviços de emergência, onde as causas de atendimentos e especialidades clínicas prevalentes são neurológicas, cardiológicas e pneumológicas com diagnósticos frequentes de dor precordial, cefaleia e acidente vascular cerebral (PEREIRA et al., 2019). O enfermeiro tem importância significativa pelo atendimento aos pacientes que recebem o monitoramento cardíaco pelo ECG, no qual é responsável pelos aspectos técnicos de monitoramento, como implante de eletrodos. Considerando os fatos anteriormente referidos, é imprescindível o papel da enfermagem no processo de cuidado e cura de pacientes cardiopatas em unidades de emergência, para a prestação de uma assistência de enfermagem, os profissionais devem receber incentivos e subsídios que possam melhorar a assistência integral aos pacientes em situações de emergência, em especial as cardiológicas.

MARCO TEÓRICO

Conforme determinado pela Lei do Exercício da Profissão de Enfermagem, Lei nº. 7.498/86, regulamentada pelo Decreto nº. 94.406/87, sobre o exercício da profissão de enfermagem (BRASIL, 1986, 1987) no que se refere as atividades dos profissionais que podem ser desenvolvidas durante a realização de exames de diagnóstico e métodos gráficos, consideram-se ações referentes ao preparo do usuário e administração de medicamentos nos diversos exames contrastados ou não; orientação do usuário antes e após os exames, preparo do ambiente e dos materiais a serem utilizados; realização de exames de Eletrocardiograma e Eletroencefalograma, prevenção e tratamento de possíveis complicações e emergências que acometem os usuários do setor. É necessário monitorar atentamente as alterações nas formas de onda do ECG, mantendo-se atento nas respostas fisiológicas dos pacientes, caso haja alterações e intervir quando necessário (FUNK, et al., 2016). De acordo com Andrade et al. (2015), o tempo de realização do primeiro eletrocardiograma na chegada do paciente a sala de emergência é um dos principais preditivos de sucesso do diagnóstico e tratamento de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM). Uma vez que, para Monteiro et al. (2018), o conhecimento sobre a atuação do enfermeiro na execução e interpretação do ECG ainda é incipiente, visto que, a realização

do procedimento de forma inadequada por falta de conhecimento pode interferir na organização da equipe, no ambiente e na preparação de equipamentos e materiais indispensáveis para eventos que possam ocorrer em decorrência das arritmias cardíacas.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura. A condução da pesquisa partiu da seguinte pergunta norteadora: Conhecer o que a literatura científica discute em relação aos desafios enfrentados pelos enfermeiros na execução e interpretação do exame de eletrocardiograma. A escolha dos artigos científicos foi realizada considerando os anos de 2015 e 2020, utilizando dos seguintes descritores: Eletrocardiograma, Conhecimento e Cuidado de Enfermagem. Esses foram traduzidos para a língua inglesa, apresentando-se como: *Electrocardiogram, knowledge e nursing care*. Buscando sempre selecionar os arquivos que auxiliassem em relação aos desafios enfrentados pelos enfermeiros na execução e interpretação do exame de eletrocardiograma. Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: artigos nos anos de 2015 e 2020 que abordem a temática de acordo com os descritores citados, além disso, estudos publicados na língua portuguesa e inglesa, estudos que discorram sobre a atuação do enfermeiro ao paciente cardiopata. Já os critérios de exclusão foram: monografias; anais de congresso; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado. A amostra da revisão é composta por oito artigos científicos, escolhidos depois de aplicar os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos na metodologia da pesquisa. As bases de dados utilizados foram BDENF, Scielo, Lilacs e Pubmed.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram escolhidas as seguintes categorias temáticas para serem abordadas nas discussões do artigo desenvolvido: A prática clínica do enfermeiro diante do eletrocardiograma; Habilidade conhecimento teórico-prático e interpretação do ECG entre os profissionais de enfermagem; e Fragilidades que envolvem a assistência de enfermagem diante do ECG. O seguinte estudo permitiu uma reflexão em relação aos desafios enfrentados pelos enfermeiros na execução e interpretação do eletrocardiograma. No ambiente hospitalar, principalmente setores críticos, o ECG é amplamente utilizado, seja na identificação de sintomas inespecíficos para prevenção do agravamento clínico ou fechamento de diagnósticos. Os achados mostraram que há diferenças significativas entre os grupos e suas respectivas áreas de atuação, enfermeiros de unidades coronarianas, UTIs e enfermeiros emergencistas se sobressaíram com melhores resultados no que tange a identificação de ritmos de parada cardiorrespiratória e de arritmias cardíacas, entretanto, possuem dificuldades para identificar as alterações eletrocardiográficas relacionadas ao infarto agudo do miocárdio, evidenciando lacunas em seus conhecimentos. A educação continuada é demonstrada na discussão deste estudo como uma importante estratégia, que deve ser conduzida de acordo com as dificuldades e conhecimento prévio dos profissionais, já que o tema ECG é desafiador e possui especificidades mais complexas do que outros treinamentos. A reflexão dos resultados apresentados nesse estudo permitiu concluir que os conhecimentos dos enfermeiros ainda são incipientes e necessita de aprofundamento, sendo necessário atualização sobre a temática direcionada para profissionais tanto no processo de formação quanto para aqueles que estão atuando em unidades específicas, com vistas a minimizar e evitar possíveis complicações que poderão ser identificadas a tempo de se ter uma intervenção exata no momento certo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karla Biancha Silva de; PINHEIRO, Ana Paula Brito; BESSA, Amanda Trindade Teixeira de; et al. A avaliação do tempo de espera do eletrocardiograma inicial em pacientes com síndrome coronariana aguda. **Revista Enfermagem UERJ**, n 4, 2015.

Disponível em:

<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/18332>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 94.406, de 08 de julho de 1987. **Regulamenta Lei nº 7.489, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D94406.htm. Acesso em: 03 abr. 2020.

FUNK, et al. Association of Implementation of Practice Standards for Electrocardiographic Monitoring With Nurses' Knowledge, Quality of Care, and Patient Outcomes. *Circulation: Cardiovascular Quality and Outcomes*, **West Haven**, v. 10, n. 2, p. 134-146, fev. 2017.

Disponível em:< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28174175/>>. Acesso em: 10 abr. .2020.

MONTEIRO, Natália de Oliveira. et al. Habilidades dos enfermeiros na realização e interpretação do eletrocardiograma em pronto atendimento, **Revista Científica Univiçosa**, Viçosa, v. 10, n.1, 2018.

Disponível:<<https://academico.univicoso.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/view/1197>>. Acesso em 07 abr. 2020.

PEREIRA, Juliana Andrade et al. Perfil epidemiológico da demanda em unidades de emergência hospitalar: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 32, p. 1178, 7 out., 2019.

Disponível:<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1178>>. Acesso em 05 abr. 2020.

LUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO DE ENFERMAGEM NA SALA DE VACINAÇÃO INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Francisco Igor Pinto Silva¹ (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: igorfvjenfermagem@gmail.com), José Ossian Almeida Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: ossian@fvj.br).

RESUMO

Dentre o público prioritário para vacinação as crianças são as que recebem maior parte das vacinas, principalmente na faixa etária de zero a cinco anos; logo, merecem uma atenção especial, por apresentarem características próprias, entre elas destaca-se o ato de brincar. Existe uma associação entre o lúdico e o ato de cuidar, uma vez que constitui uma conexão da criança com o mundo exterior, devendo ser construída a partir de ferramentas tais como o brinquedo. Objetiva-se apresentar, através de uma revisão da literatura, a importância da ludicidade como estratégia de cuidado de enfermagem na sala de vacinação infantil. Trata-se uma revisão bibliográfica integrativa, do tipo descritiva e qualitativa. Foi realizada a busca de material nos meses de agosto a novembro de 2021, nas bases de dados da BDENF, LILACS e SciELO. Como critérios de inclusão, tem-se: artigos que responderam à questão norteadora; textos online, na íntegra e gratuitos; em português e inglês; recorte temporal, com artigos publicados no período de 2019 a 2021; que abordaram a temática de acordo com os descritores citados. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos que possuíam delineamento metodológico incompleto; publicações duplicadas; monografias, dissertação de mestrado e teses de doutorado; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos. A amostra foi composta por seis artigos, os quais evidenciaram o quão importante é a introdução de práticas lúdicas da hora da vacinação, visto que estas trazem impactos extremamente positivos. Diante do exposto, pode-se observar que a utilização de estratégias envolvendo a ludicidade no cuidado de enfermagem na sala de vacinação infantil é uma prática viável, além de extremamente útil e aplicável ao cotidiano da equipe profissional.

Palavras-chave: Jogos e Brinquedos. Vacinas. Criança. Cuidados de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

É sabido que a diminuição da incidência e da mortalidade da população brasileira por doenças imunopreveníveis, sobretudo no público de faixa etária infantil, aumentou a expectativa de vida e reduziu os números de hospitalizações, mostrando, assim, a sua eficácia (TEIXEIRA, DOMINGOS, 2013). Para que isso ocorra, o MS operacionalizou ações específicas para as salas de vacinação no âmbito nacional (BRASIL, 2020). Dentre o público prioritário para vacinação, as crianças são as que recebem maior parte das vacinas, principalmente na faixa etária de zero a cinco anos. É importante compreender que existe uma associação entre o lúdico e o ato de cuidar, uma vez que constitui uma conexão da criança com o mundo exterior, devendo ser construída a partir de ferramentas como o brinquedo. Com este, é possível ensinar a criança sobre os procedimentos que serão realizados através da fantasia, ajudando, assim, o menor no enfrentamento da realidade, que às vezes é dolorosa (CUNHA; SILVA, 2012). Portanto, os profissionais devem utilizar o lúdico, em todos os seus espaços de trabalho, prestando um cuidado diferenciado e acolhedor, para que a criança se sinta menos ansiosa, irritada, ou desenvolva sentimentos de medo durante a consulta e/ ou procedimento de enfermagem. É sabido que a relação com o brinquedo em uma unidade de saúde torna a passagem desse menor mais dinâmica, ressignificando os procedimentos realizados e diminuindo tanto o sofrimento como as sequelas psicológicas. A equipe de enfermagem costuma ser o grupo profissional que mais atua na sala de vacina, ou seja, acaba por impactar e influenciar o processo de saúde-

doença de maneira mais eficaz e possibilitando que a população participe do processo como um todo, uma vez que estes profissionais também possuem um olhar mais holístico em relação ao cliente, dessa forma facilitando o acesso consciente (GODOY et al., 2018). Diante das informações supracitadas, observa-se a importância de estudos voltados para essa temática, que visem quantificar e apontar quais são os principais problemas enfrentados por todos os protagonistas (enfermagem, cuidador e criança), assim como qual seria a melhor ferramenta, de acordo com faixa etária e condição de cada unidade. Esta pesquisa justifica-se pela relevância de conhecer, de forma mais aprofundada, sobre a importância da ludicidade como estratégia de cuidado da equipe de enfermagem na sala de vacinação, voltada para o público infantil. O estudo tem como questão norteadora: Qual a importância da ludicidade como estratégia de cuidado de enfermagem na sala de vacinação infantil? Diante do exposto, objetiva-se apresentar, através de uma revisão da literatura, a importância da ludicidade como estratégia de cuidado de enfermagem na sala de vacinação infantil.

METODOLOGIA

Trata-se uma revisão bibliográfica integrativa, do tipo descritiva e qualitativa. Metodologia que possibilita a condensação de conhecimento e narração dos resultados de pesquisas relevantes na prática. Visa sintetizar os resultados já existentes na literatura, que são obtidos em diversas fontes de pesquisa e direcionar a prática alicerçada em conhecimento técnico, ou seja, para a prática fundamentada na evidência (SOUSA et al., 2017). Foi realizada a busca de material, nos meses de agosto a novembro de 2021, no sítio da BVS, e nas seguintes bases de dados: BDENF, LILACS e SciELO. Para realização das buscas, como forma de melhorar o resultados a serem buscados, foram utilizadas combinações de descritores. Como critérios de inclusão, tem-se: artigos que responderam à questão norteadora; textos on-line, na íntegra e gratuitos; em português e inglês; um recorte temporal, ou seja, os que foram publicados no período de 2019 a 2021; e os que abordaram a temática de acordo com os descritores citados. Os critérios de exclusão utilizados: artigos que possuíam delineamento metodológico incompleto; publicações duplicadas; monografias, dissertação de mestrado e teses de doutorado; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos. Para coletar as informações dos estudos e como forma de análise, optou-se por utilizar um instrumento previamente elaborado, adaptado de Ursi e Gavão (2005), de maneira que pudesse se ressaltar as seguintes dimensões: *autores, ano de publicação, objetivo, resultados e conclusões*. Na análise de dados, cada estudo selecionado foi analisado detalhadamente, observando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos juntamente com o instrumento norteador da coleta de dados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De início obteve-se um total de 319 artigos, que perpassou pelos critérios avaliativos de análise citados anteriormente, o que resultou num total final de 6 artigos para as discussões. Deste modo, a discussão foi embasada por dados da literatura que se confrontou com o quadro sinóptico que foi elaborado. Segundo a amostra desse estudo, tornou-se notório que a tentativa do uso das práticas lúdicas associado com a administração das vacinas voltado para o público infantil nas unidades de Estratégia de Saúde da Família, impactaram de forma positiva, a qualidade da assistência prestada. Impacto esse que recai não só sobre a criança, mas em seus cuidadores também. Deste modo, se fez importante discorrer sobre os autores utilizados, abordando pontos convergentes e divergentes entre si. Diante do exposto, notou-se o quão importante é a introdução de práticas lúdicas da hora da vacinação, visto que estas trazem impactos extremamente positivos. As crianças perdem o medo de futuras vacinas e não expressam sentimentos de dor e angústia, assim como a participação dos cuidadores é bem maior, principalmente quando se volta para a genitora e, no final, isso tudo faz com que a adesão ao calendário nacional de vacinação seja maior. Sobre os profissionais de enfermagem, é

importante que eles busquem cada vez mais capacitação em relação ao tema, assim como este já deveria ter sido inserido nas grades curriculares dos cursos técnicos e de graduação. Identificou-se ainda que as principais lacunas eram acerca do conhecimento sobre a prática lúdica na vacinação como forma de qualificar a assistência em enfermagem, mas também observou-se as possibilidades para as futuras pesquisas que ainda podem ser realizadas.

REFERÊNCIAS (Até 5 autores)

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vacinação: quais são as vacinas, para que servem, por que vacinar, mitos.** 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/vacine-se>. Acesso em: 13 set. 2021.

CUNHA, G. L.; SILVA, L. F. O lúdico como recurso para o cuidado de enfermagem pediátrica na punção venosa. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 13, n. 5, p. 1056-1065. 2012. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/49/pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

GODOY, L. A. et al. A enfermagem no despertar populacional frente ao compromisso com a imunização. **Revista Científica Univçosa**. jan/dez, v. 10, n. 1, Viçosa-MG. 2018. Disponível em: <https://academico.univçosa.com.br/revista/index.php/RevistaSimpac/article/view/1166>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, L. E. et al. Atividades lúdicas desenvolvidas pela enfermagem em um hospital materno infantil. **Rev. Ciênc. Ext.** v.14, n.3, p.159-169, 2018. INSS: 1679-4605. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1659. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUSA, L. M. M. et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem.

Revista Investigação em Enfermagem. Portugal, v. 2, n. 1, p. 17 – 25, 2017. Disponível em: <http://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>. Acesso em: 15 out. 2021.

CUIDADOS PARENTAIS NA INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS APÓS AMAMENTAÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Andreza Laene Sousa de Jesus¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: andrezamelissa7@gmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A alimentação saudável na infância tem influência positiva por toda vida do indivíduo. Após o nascimento do bebê, a alimentação saudável tem início com o aleitamento materno e o hábito de ingerir alimentos nutritivos deve ser continuado depois dos seis meses de vida, momento esse que o aleitamento materno deixa de ser exclusivo e passa a ser complementado com outros alimentos, sendo nesse momento a importância dos cuidados parentais na introdução de novos alimentos. **Objetivo:** Identificar os cuidados parentais no processo de introdução de alimentos após a amamentação. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura com artigos indexados nas bases de dados Scielo, Lilacs e BDEF. Incluíram-se estudos gratuitos, qualitativos, descritivos, quantitativos, entre outros disponíveis integralmente. Eliminaram-se estudos duplicados, teses, dissertações, monografias. Foram encontrados 60 estudos, todavia somente 17 referências foram selecionadas. **Resultados e Discussão:** Os estudos evidenciaram que os cuidados parentais na inclusão de alimentação complementar são múltiplos, cabendo aos pais discernir sobre os alimentos que serão fornecidos à criança através do entendimento das composições nutricionais, formas de processamento, combinação e diversidade de alimentos, levando em consideração os gostos e aceitação da criança. **Conclusão:** Conclui-se que a ingestão de alimentos polivitamínicos, proteicos, com níveis diminuídos de gorduras insaturadas é eficiente para reduzir as taxas de mortalidade infantil, aumentar o fortalecimento do sistema imunológico, diminuir processos inflamatórios, respostas alérgicas e melhorar a qualidade de vida de forma geral e que os cuidados parentais devem ser realizados de modo gradual atentando-se à aceitação e às necessidades da criança.

Palavras-chave: Amamentação. Alimentação Complementar. Introdução de Alimentos. Alimentação Saudável.

INTRODUÇÃO

O estudo contemplou a importância de conceber um trabalho científico com fundamentações teóricas bem delimitadas e sistematizadas, como também dados informacionais que contribuam para o enriquecimento da literatura científica. Os cuidados parentais na introdução de alimentos após a amamentação são importantes para assegurar a ingestão dos nutrientes necessários para o desenvolvimento integral da criança, contribuindo assim para a prevenção de disfunções nutricionais e problemas na fase adulta. Deste modo, através da percepção acerca dos cuidados familiares no processo de alimentação infantil, o enfermeiro irá compreender os impactos da alimentação saudável, as formas de intervenção e direcionamentos em casos de transtornos alimentares na infância e estará qualificado ainda para estruturar programas de prevenção e educação em saúde para mães no período pré-natal e durante o puerpério. O objetivo estudo foi identificar discussões na literatura científica que envolva os cuidados parentais no processo de introdução de alimentos após a amamentação.

MARCO TEÓRICO

A nutrição adequada na infância é fundamental para garantir o crescimento e desenvolvimento da criança, ao mesmo tempo em que se constitui um dos fatores fundamentais para a prevenção de doenças na fase adulta (LOPES *et al.*, 2018). A primeira medida a ser estimulada para promoção da saúde e formação de hábitos alimentares saudáveis é a amamentação, atendendo às necessidades fisiológicas e digestivas da criança, considerando o seu metabolismo (SILVA; COSTA; GIUGLIANI, 2016). A partir dos seis meses de vida, deve-se iniciar a introdução gradual e diária de alimentos complementares, qual deve ser baseados em alimentos in natura, obtidos diretamente de plantas e animais, tais como as frutas, legumes, verduras, ovos, carnes, tubérculos, grãos e cereais (WERE; LIFSCHITZ, 2018). A família desenvolve um papel fundamental no que diz respeito ao estado de nutrição infantil, isto é, tanto o consumo alimentar quanto estado de saúde, pois é a mãe que irá propor a orientação correta sobre a forma de escolhas dos alimentos (SANTOS *et al.*, 2017). É imprescindível que o enfermeiro realize o aconselhamento nutricional infantil, visando uma estratégia de promoção da saúde (MOURA *et al.*, 2020).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura e desenho qualitativo com estudos publicados entre 2016 a 2021. As bases de dados foram: Scielo, Lilacs e BDNF com os descritores: amamentação, alimentação complementar, introdução de alimentos e alimentação saudável. Incluíram-se estudos na Língua Portuguesa, descritivos, qualitativos, quantitativos, prospectivos, transversais, entre outros. Excluíram-se teses, cartas ao editor, anais de congresso, artigos duplicados e/ou incompletos, entre outros. A coleta de dados foi realizada de forma sistemática, crítica, aprofundada e seletiva do título e resumo. O percurso metodológico consistiu na identificação (60 estudos encontrados), seleção (27 estudos pré-selecionados pelo título e resumo), elegibilidade (10 estudos não respondendo à pergunta norteadora) e inclusão dos estudos (amostra de 17 artigos com 43 estudos excluídos ao total).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Amostra de 17 (dezessete) referências com predominância de estudos no ano de 2021 (n = 05). O tipo de estudo predominante foram os artigos qualitativos (n = 05). Com relação ao tipo de autores, houve domínio de enfermeiros (n = 15). No que se refere ao tipo de revista, houve predominância de periódicos de enfermagem (n = 15). Os estudos encontrados abordaram: aleitamento materno e influências socioculturais, alimentação entre crianças, importância nutricional da alimentação complementar, decisão materna e inserção de alimentos complementares, conhecimento de puérperas sobre alimentação complementar, bem como fatores de riscos na interrupção precoce da alimentação exclusiva. Foram construídas três categorias temáticas. Na categoria I, observou-se que a assistência do enfermeiro na resolução de problemáticas envolvendo o desmame precoce do aleitamento materno deverá ser pautada em princípios integrais de saúde, sanando dúvidas sobre amamentação exclusiva, inserção da alimentação complementar, bem como fornecendo informações acerca de micronutrientes, tipos de alimentos, identificando fatores determinantes de interrupção precoce e alertando sobre possíveis prejuízos para o bebê. Na categoria II, depreendeu-se que o enfermeiro deve criar mecanismos para conhecer melhor as mudanças de comportamento provenientes das próprias mães, aprimorando e integrando ações de práticas alimentares saudáveis, principalmente nos serviços de atenção primária com vistas à prevenção de maiores agravos nutricionais, como sobrepeso ou obesidade, por meio de intervenções que priorizem e melhorem a qualidade da alimentação complementar da criança

a partir do sexto mês de vida. Na categoria III, mostrou-se que os pais devem atentar-se às composições nutricionais, escolhendo alimentos diversos com uma variedade de legumes, carnes e acompanhamentos, sendo importante o processamento adequado dos alimentos para estimular o paladar da criança e colaborar na digestão.

Conclui-se que os cuidados parentais na inclusão de alimentação complementar são múltiplos, cabendo aos pais discernir sobre os alimentos que serão fornecidos à criança através do entendimento das composições nutricionais, formas de processamento, combinação e diversidade de alimentos, levando em consideração os gostos e aceitação da criança.

REFERÊNCIAS

- LOPES, Wanessa Castelar; MARQUES, Fúlvia Karine Santos; OLIVEIRA, Camila Ferreira; RODRIGUES, Jéssica Alkmin; SILVEIRA, Marise Fagundes; CALDEIRA, Antônio Prates; PINHO, Lucinéia. Alimentação de bebês nos primeiros dois anos de vida. **Revista Paulista de Pediatria**. Montes Claros/MG, v. 36, n. 2, p. 164 – 170, abr/jun, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29947724/#affiliation-1>. Acesso em: 26 Nov. 2021 às 23h27.
- MOURA, Jefferson Wildes da Silva; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro; VASCONCELOS, Célia Maria Ribeiro; SILVA, Alex Alexandre; MEDEIROS, Kaili da Silva; LEMOS, Felipe Souza; SILVA, Maria Gabrielle Moreira Santos. Promoção da alimentação complementar saudável em menores de dois anos por enfermeiros: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**. Pernambuco, v. 12, n. 7, p. 1 – 8, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/redcps.com.br/pdf/aop2119.pdf>. Acesso em: 26 Nov. 2021 às 22h36.
- SANTOS, Daniela Ferreira Barbosa dos; STRAPASSON, Giovanna Chipon; GOLIN, Samantha Daliana Pacheco; GOMES, Eliane Carneiro; WILE, Grace Maria Ferreira de Castro; BARREIRA, Sandra Mara Woranovicz. Implicações da pouca preocupação e percepção familiar no sobrepeso infantil no município de Curitiba. **Ciência e Saúde Coletiva**. Curitiba/PR, v. 22, n. 5, p. 1717 – 1724, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n5/1717-1724/pt>. Acesso em: 26 Nov. 2021 às 23h09.
- SILVA, Giselia; COSTA, Karla; GIUGLIANI, Elsa. Alimentação infantil: além dos aspectos nutricionais. **J. Pediatr**. Rio de Janeiro, v. 92, n. 3, p. 2 – 7, mai/jun, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26997355/>. Acesso em: 26 Nov. 2021 às 23h24.
- WERE, Fred; LIFSCHITZ, Carlos. Alimentação complementar: além da nutrição. **Anais de Nutrição e Metabolismo**. Buenos Aires/Argentina, v. 73, n. 1, p. 20 – 25, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30196293/>. Acesso em: 26 Nov. 2021 às 23h13.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NOS CUIDADOS ESTÉTICOS COM FOCO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ana Larissa Pires Lima Gonçalves⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: analarissadelima@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Estética é um termo ligado à autoestima e a boa imagem corporal sendo a atuação da enfermagem estética voltada a indivíduos saudáveis e patológicos. Revisão integrativa da literatura com caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa com objetivo de realizar um levantamento de informações sobre a atuação do enfermeiro nos cuidados estéticos como mecanismo de promoção da saúde. As bases de dados usadas foram: SciELO, Lilacs e PubMed. Os descritores utilizados foram: estética; enfermagem; assistência à saúde; promoção à saúde onde foram selecionados 12 artigos para análise. Verificou-se que a relação saudável profissional e paciente é primordial para se obter resultados; que a função educativa do enfermeiro em relação ao tratamento assegura uma recuperação saudável; a importância da atuação do enfermeiro nas disfunções estéticas é capaz de promover saúde e bem-estar. Pode-se concluir que a atuação do enfermeiro nos cuidados estéticos com pacientes patológicos e saudáveis é de suma importância na promoção da saúde por possuir estratégias de cuidado integral e de educação em saúde voltado para a melhoria do aspecto físico, psicológico e social do indivíduo.

Palavras-chave: Estética. Enfermagem. Assistência à Saúde. Promoção à Saúde.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde frisam que a concepção de saúde vai mais adiante do que a simples ausência de doenças. Só é concebível ter saúde quando se possui um pleno bem-estar físico, mental e social do sujeito (SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019). Já a estética é o termo que está ligado à autoestima e a boa imagem corporal, visto que é vista como um indicativo importante de saúde mental (FLORIANI; MARCANTE; BRAGGIO, 2016). Além do exercício clínico do enfermeiro no campo da estética, este profissional é um ser participativo para prevenir e promover saúde. O trabalho do enfermeiro especialista na área da estética não se reduz a terapêutica estética da pessoa sadia, liberta de doenças e limitações; mas também daquele sujeito que manifesta enfermidades, alguma restrição, necessidade de ser orientado, de ser cuidado e outros eventos que se consegue juntar as competências e os fundamentos do enfermeiro ao serviço estético (KAHLOW; OLIVEIRA, 2014). Desse modo, este trabalho tem por objetivo realizar um levantamento de informações sobre a atuação do enfermeiro nos cuidados estéticos como mecanismo de promoção da saúde.

MARCO TEÓRICO

No ano de 2016, a Resolução COFEN Nº 529/2016, instituiu diretrizes que regulamentam o exercício específico do Enfermeiro no ramo de Estética. Estabeleceu-se como competência do Enfermeiro: efetuar consulta de enfermagem; avaliação e determinar o tratamento apropriado; prescrever cuidados para se ter em casa e instruções para o autocuidado; a execução dos procedimentos: ultrassom cavitacional, nutricosmético, intradermoterapia, escleroterapia, depilação a laser, entre outros; fixar em prontuário informações e acontecimentos relacionados ao procedimento; efetuar processo de escolha para compra de objetos para uso estético; instituir

protocolos das práticas estéticas; manter-se atualizado (BRASIL, 2016). Nessa linha de raciocínio, a enfermagem estética pode operar em inúmeros quadros clínicos que abrangem o aspecto físico, como por exemplo: a mastectomia total. Neste âmbito, é função do enfermeiro a instrução; o ensinamento; a avaliação e a assistência, proporcionando o cuidado devido às pacientes. Em vista disso, a utilidade do estudo para uma provável intervenção de enfermagem com uma prática instrutiva, com a visão de acompanhar todos os cuidados dirigidos a essa mulher antes da cirurgia até a sua alta. Para tanto, tem que ser levado em consideração que a terapêutica e cuidado do indivíduo doente não se delimita a aparência física; tem cunho de abordagem integral, tendo em vista um bem-estar completo para essas mulheres, motivo pela qual se retrata a eficácia da formação de uma sistemática de cuidados para elas (SILVA, et al., 2017).

METODOLOGIA

Revisão integrativa percorrendo seis etapas distintas, conforme orientado por Mendes, Silveira e Galvão (2008); 1) escolha da hipótese; 2) estipulação de fatores para inclusão e exclusão de pesquisas; 3) análise dos estudos que foram incluídos na revisão integrativa; 4) determinação das considerações a serem tiradas dos estudos escolhidos; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação da síntese do conhecimento. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de agosto a novembro de 2020 através de plataformas virtuais nas seguintes bases de referências: SciELO, LILACS e PubMed, utilizando os descritores: estética, enfermagem, assistência à saúde e promoção à saúde. Desse processo, foram selecionados 12 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão seguintes: artigos publicados nos anos 2009 a 2020 que abordassem o tema conforme as palavras-chave citadas; estudos publicados dentro da Língua Portuguesa; estudos transversais; estudos de coorte; estudos bibliográficos; conteúdos de teses de mestrado e doutorado; estudos que abordassem a atuação da enfermagem nas inúmeras doenças que prejudicam a aparência estética dos pacientes; estudos que salientassem a atuação da enfermagem estética na educação e promoção da saúde e estudos que discorressem sobre os cuidados estéticos do enfermeiro nos diversos setores de saúde com indivíduos patológicos e saudáveis. Foram excluídos da amostra: monografias, cartas ao editor, revisões de literatura, artigos científicos incompletos, anais de congresso e artigos que não abordaram os descritores estabelecidos. Após a leitura dos artigos selecionados surgiram cinco categorias temáticas: compreendendo a estética no campo da saúde; os cuidados do enfermeiro na estética; subjetividades por trás da estética; práticas educativas nos cuidados estéticos desenvolvidos pelo enfermeiro; peculiaridades de cuidados estéticos em algumas patologias.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A dedicação do enfermeiro percorre a educação em saúde e é na área da estética que se fala do interesse, da delicadeza no cuidado com o corpo (NICOLAU, 2015). A cirurgia plástica do gênero estética é o fato mais perceptível; contudo, ramos como oftalmologia, endocrinologia, gerontologia, dermatologia, como outras, da mesma forma ajudam com os processos estéticos (LEAL, et al; 2010). A execução de uma técnica de cuidados do enfermeiro focada em uma ideia que é centrada no ser de forma integral, assim como a concepção estética e sociopoética, unido ao paciente com sofrimento psicológico, colabora com a saúde e bem-estar do paciente e do profissional no qual auxilia a se cuidar (SILVA, 2015). A estratégia de cuidados do enfermeiro a todo momento irá considerar o cumprimento da assistência das necessidades básicas do ser humano, do conforto com as mudanças corporais, da beleza, da qualidade de vida e do bem-estar (KAHLOW; OLIVEIRA, 2012). Pensar no paciente como gestor de cuidados, proporcionando qualidade de vida, no qual o enfermeiro é fundamental como tradutor, em um vocabulário mais completo, referente a dois cuidados somos capazes de encarregar, além de preservar o funcionamento do corpo melhoram ainda mais sua autoestima (ROCHA, et al;

2019). Sabe-se que a maioria das reações que não se deseja ter do pós-operatório conseguiriam ser minimizadas com explicações e conhecimentos prévios, unindo o exercício da cirurgia com o de educar em saúde (LEAL, et al; 2010). Observa-se a importância da atuação do enfermeiro nas disfunções estéticas capaz de promover saúde, qualidade de vida e bem-estar através de um tratamento qualificado e instruções bem fundamentadas sobre a patologia daquele paciente. Diante dos resultados desse estudo, foi possível verificar que a atuação do enfermeiro nos cuidados estéticos com pacientes patológicos e saudáveis é de suma importância na promoção da saúde por possuir estratégias de cuidado integral e de educação em saúde voltado para a melhoria do aspecto físico, psicológico e social do indivíduo. Outro fator que o estudo revela é a importância da relação saudável profissional e paciente para uma maior aceitação ao tratamento e muitos problemas são resolvidos e até evitados quando se tem uma escuta ativa e compreensão do enfermeiro para com os pacientes.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jose Wicto Pereira; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; MENEZES, Anaíze Viana Bezerra; LOUREIRO, Aline Maria Oliveira; CARVALHO, Irialda Saboia; FLORÊNCIO, Raquel Sampaio. Compreensão da relação interpessoal enfermeiro-paciente em uma unidade de atenção primária fundamentada em Imogene King. **Revista de Enfermagem do Centro-oeste Mineiro**. Minas Gerais/MG, p. 1 – 9, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/3011-12268-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2020 às 13h48.

FLORIANI, Flávia Monique; MARCANTE, Márgara Dayana da Silva; BRAGGIO, Laércio Antônio. **Autoestima e autoimagem: a relação com a estética**. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú/SC, p. 1 – 15, 2016. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Flavia%20Monique%20Floriani,%20M%C3%A1rgara%20Dayana%20da%20Silva%20Marcante.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2020 às 12h49.

KAHLOW, Andréa; OLIVEIRA, Lígia Colombo de. **A estética como instrumento do enfermeiro na promoção do conforto e bem-estar**. Artigo Científico apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de pós-graduação Lato Sensu em Estética Facial e Corporal da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação, Turismo e Lazer, sob orientação da Profª Dra. Yolanda Flores e Silva. Fev de 2012. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Andrea%20Kahlow,%20Ligia%20Colombo%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 Abr 2020 às 13h42.

LEAL, Virginia Costa Lima Verde et al. O corpo, a cirurgia estética e a Saúde Coletiva: um estudo de caso. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro/RJ, v. 15, n. 1, jan, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100013&lang=pt. Acesso em: 23 Out 2020 às 13:05.

PAIVA, Andyara do Carmo Pinto Coelho et al. Cuidado de enfermagem na perspectiva do mundo da vida da mulher-que-vivencia-linfedema-decorrente-do-tratamento-de-câncer-de-mama. **Escola Anna Nery**. Rio de Janeiro/RJ, v. 24, n. 2, jan, 2020. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200206. Acesso em: 23 Out 2020 às 14:00. SILVA, Marcelo José de Souza; SCHRAIBER, Lilia Lima;

MOTA, André. O conceito de saúde na saúde coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/RJ, v. 29, n. 1, p. 1 – 18, 2019. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/pdf/physis/2019.v29n1/e290102/en>. Acesso em: 10 Abr. 2020 às 12h43.

NICOLAU, Sandra Regina Terra Campos. **Cuidados sensíveis de enfermagem a mulheres submetidas a mastectomia: subsídios para uma ação educativa com enfoque na dimensão ética e estética.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Enéas Rangel Teixeira. Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3059/1/Sandra%20Regina%20Terra%20Campos%20Nicola.pdf>. Acesso em: 25 Out 2020 às 12:10.

ROCHA, *Camilla Brasil et al.* **Sentimentos de mulheres submetidas a mastectomia total.** **Rev. Cuid. Bucaramanga**, v. 10, n. 1, jan/abr 2019. Disponível em: <https://revistacuidarte.udes.edu.co/index.php/cuidarte/article/view/606/1084>. Acesso em: 25 Out 2020 às 14:15.

SILVA, Leandro Andrade da. **Perspectiva estética e sociopoética ao cuidar junto com as pessoas com sofrimento psíquico aplicando a Teoria Tidal Model.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Curso de Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Enfermagem, Saúde e Sociedade, sob orientação da Prof^a Dra. Iraci dos Santos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10517. Acesso em: 22 Out 2020 às 13:30

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DO PARTO HUMANIZADO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Kalyne Silva de Queiroz¹ (Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: Queirozkalyne72@gmail.com), Prof.^a M^a. Carla Nadja Santos de Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A atenção humanizada ao parto, envolve: atitudes, práticas, condutas e conhecimentos saudáveis, tanto no processo de parto como no nascimento, respeitando a individualidade e assim, valorizando as mulheres. A enfermagem oferece uma assistência com as mínimas intervenções possíveis, práticas baseadas em evidências e disposta a resgatar o protagonismo da mulher no processo parturitivo. **Objetivo:** Conhecer e descrever os cuidados da enfermagem frente ao parto humanizado. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de novembro e dezembro de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); base de dados da Enfermagem (BDENF). Utilizando os seguintes descritores: Assistência de enfermagem; enfermeiro; parto e parto humanizado. Dessa forma, foram propostos 10 artigos que compuseram esta revisão. **Resultados e Discussão:** Os estudos abordaram sobre os cuidados de enfermagem com as gestantes, destacando a sistematização do mesmo no momento do parto como um elemento fundamental para o resultado de um cuidado integral e qualitativo da enfermagem obstetra. **Considerações finais:** é nítida a importância do papel do profissional de enfermagem na assistência ao parto humanizado, pois se obtém um atendimento integral, capaz de compreender os medos e anseios das gestantes, bem como os seus direitos, acolhendo e respeitando sua fisiologia e seu processo parturitivo, fazendo assim, com que a mesma não deixe de ser protagonista nesse momento.

DESCRITORES: Assistência de enfermagem; Enfermeiro; Parto; Parto humanizado.

INTRODUÇÃO

A humanização do parto envolve a participação de toda equipe multidisciplinar munida de conhecimento técnico-científico, ética profissional, responsabilidade e respeito à mulher assistida ofertando um processo de parto e nascimento saudável e digno (OLIVEIRA JC; SOUZA MKB, 2013).

O Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN) se inseriu em 2000 com o objetivo de garantir a qualidade da assistência prestada, iniciada desde as consultas de pré-natal até o puerpério. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002)

Para que haja um parto humanizado são necessários alguns requisitos, dentre eles: direitos de a parturiente passar por no mínimo seis consultas de pré-natal, ter seu acompanhante no momento do parto e garantir sua vaga em um hospital no momento em que estiver dando à luz. Dessa maneira, o parto humanizado está voltado para garantir a autonomia da mulher sob a escolha do seu parto de acordo com o que ela julgar mais adequado e confortável para o nascimento do seu filho. (VELHO, M.B et al. 2012)

MARCO TEÓRICO

Historicamente, essa assistência ao parto era de responsabilidade unicamente feminina, apenas as parteiras executavam essa prática e eram conhecidas na sociedade por suas experiências, apesar de não dominarem o conhecimento científico, ou seja, todo o processo de trabalho de parto e o parto aconteciam em sua residência, onde as mulheres trocavam conhecimento e descobriam suas semelhanças. (MOURA et al. 2007)

Atualmente, o modelo de assistência obstétrica no Brasil é caracterizado pelo excesso de intervenção do parto, o que tem contribuído para o aumento de taxas de cesáreas e a morbimortalidade materna e perinatal. (NASCIMENTO et al. 2016)

É importante frisar que a equipe de enfermagem é respaldada pela Lei do exercício profissional n. 7.498 de 25 de junho de 1986 para atuar diretamente no cuidado à mulher em trabalho de parto e no parto. Entender como a equipe de enfermagem vem atuando na assistência obstétrica permite propôr melhorias na atenção às parturientes e dessa forma, contribuir para o crescimento e avanço da prática de enfermagem, no que diz respeito à humanização do cuidado. (SILVA et al., 2016)

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura, que consiste na análise ampla de estudos publicados que possibilitam discussões sobre métodos e resultados de pesquisas. Esse método de pesquisa permite a realização de uma análise de vários tipos de delineamentos sob uma determinada temática e segue as etapas de definição de: investigação do problema, coleta e avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados coletados e apresentação dos resultados. (SOUZA et al. 2010).

Para conduzir a pesquisa, seguiu-se a seguinte pergunta norteadora: O que os estudos discorrem sobre a assistência de enfermagem no processo do parto humanizado

A seleção dos artigos científicos se deu durante os meses de novembro e dezembro de 2021, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados: base de dados da Enfermagem (BDENF); e biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados para a seleção dos artigos, descritores padrões e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Assistência de enfermagem; Enfermeiro; Parto; Parto humanizado em conjunto com o operador and. para combinações de descritores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final dessa revisão é composta por 10 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos, dispostos nas bases de dados SciELO e BDENF. O Quadro 1 traz uma apresentação geral dos estudos abordados, indicando: autoria do estudo, título, delineamento de pesquisa, periódico e ano de publicação. Os resultados indicaram que a publicação dos estudos se concentrou no ano de 2019 e 2020 com quatro artigos cada ano, seguidos dos anos 2017 e 2018 com um artigo cada ano. O

Quadro 2 traz o número de participantes, os objetivos das pesquisas e os principais resultados apresentados pelas pesquisas.

Os principais resultados expostos pelos estudos foram discutidos em categorias temáticas, que são: assistência da enfermagem no parto humanizado, análise da visão das gestantes sobre a assistência de enfermagem no momento do parto humanizado e as práticas que podem ser utilizadas durante o partear (aromoterapia/episiotomia).

CONCLUSÕES

O presente trabalho trouxe uma reflexão com relação a assistência de enfermagem frente as puérperas no momento do parto. A pesquisa demonstrou que o enfermeiro vem assumindo uma assistência obstetra cada vez mais integral e humanizada. A assistência de enfermagem no parto humanizado é exemplificada pelos artigos pesquisados como uma forma de cuidado que valoriza o binômio mãe-bebê, desempenhando assim, seus cuidados em princípios de humanização. As publicações estudadas destacaram que o cuidado, seguindo da sistematização dessa assistência, permite promover ações pautadas no processo de enfermagem, utilizando o conhecimento científico, juntamente ao conhecimento prático, para atender as necessidades assistenciais de cada realidade e/ou situação.

Os desafios enfrentados no cuidado de enfermagem referente a essa assistência são a limitação de conhecimentos e práticas integrativas que podem ser estudadas e repassadas durante o momento do parto. Diante dessa problemática, o conhecimento em saúde se destaca como uma estratégia de suma importância que irá contribuir para a qualificação do cuidado da enfermagem no campo obstétrico. A reflexão dos resultados apresentados nesse estudo permitiu concluir que o enfermeiro, na assistência obstetra, busca atuar na promoção e humanização de cuidados assistenciais, desempenhando papel sistematizado, acompanhados de orientações para a efetivação de uma assistência qualificada as gestantes.

Espera-se que a discussão apresentada, contribua como subsídio teórico para discussão das práticas de enfermagem em obstetrícia, tendo em vista a importância da promoção de uma assistência humanizada, integral e resolutiva para as gestantes no momento do parto e do pós parto.

REFERÊNCIAS

MOURA, F. M. J. S. P. et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Revista brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 60, n.4, p. 452-455, jul/ago, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672007000400018>. Acesso em 12 dez. 2021.

NASCIMENTO, E. S. S. **O resgate histórico do nascimento**. 2016. 28p. Centro Universitário São Lucas. Porto Velho. 2016

OLIVEIRA, N. H. O parto “natural” e “humanizado” na visão de mulheres de camadas médias e populares no Rio de Janeiro. **Cívicas, Rev. Ciênc. Soc.** Rio de Janeiro, v.15,

n.2, abr-jun 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.17933>. Acesso em: 15 dez. 2021

SIVA, T. M. A; GÓIS, G. A. S; FILGUEIRAS, T. F; CANDEIA, R. M S. Significados e práticas da equipe de enfermagem acerca do parto humanizado: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Cirurgia e Pesquisa Clínica-RBCPC**. João Pessoa, v.26, n.1, p.90-94, mar - mai 2019. Disponível em: <http://www.mastereditora.com.br/bjsr>. Acesso em 20 dez. 2021.

SOUZA, M.T; SILVA, M.D; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em 13 de dez. 2021.

VELHO M. B, et al. Vivência do parto normal ou cesáreo: revisão integrativa sobre a percepção de mulheres. **Texto Contexto Enferm**, v.21, n.2, p. 458-466, abr-jun, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200026>. Acesso em 12 de jan. 2022.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM À PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Ana Carla Monteiro de Sousa¹ (Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: anacarlasmonteiro178@gmail.com), **Prof.^a M^a. Carla Nadja Santos de Sousa²** (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

O câncer de mama é uma doença crônica que exige uma assistência qualificada, para promoção de um cuidado integral à pacientes acometidas com câncer de mama, permeado pelo respeito e humanização. Atualmente a realização dessa assistência deve ser redobrada em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID – 19), por ser uma doença em que a fisiopatologia ainda é desconhecida. A enfermagem evidencia-se na efetivação desse cuidado, promovendo uma assistência à saúde que respeita o indivíduo como um todo em sua realidade. Nesse sentido esse artigo tem como objetivo conhecer o que as bases de dados científicas online discorrem sobre a assistência de enfermagem desenvolvidos junto aos pacientes com câncer de mama em tempos de pandemia. O estudo trata-se de uma revisão integrativa. O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante o mês de outubro de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Bases de dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): assistência de enfermagem, neoplasias da mama e covid-19 em conjunto com o operador and para conjunção dos descritores. Nesse processo foram selecionados 11 artigos científicos que constituíram a revisão. Os estudos abordaram sobre os cuidados de enfermagem aos pacientes oncológicos em tempos de pandemia, destacando a sistematização do cuidado como um elemento fundamental para a promoção de um cuidado de enfermagem integral e qualitativo.

Palavras-chave: Neoplasias da mama. Assistência de enfermagem. COVID-19

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é uma doença crônica que provoca uma serie de sentimentos nas pessoas acometidas e em seus familiares. Devido ao grau dessa doença é necessário que seja realizada uma assistência de qualidade, visando garantir o bem-estar biopsicossocial das pessoas acometidas por ela. Assim, a promoção de um cuidado de enfermagem que vise garantir conforto, acolhimento e bem estar respeitando as particularidades de cada paciente acometida por essa doença, é fundamental para uma assistência de qualidade e integralidade. Atualmente a realização dessa assistência deve ser redobrada em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID – 19), por ser uma doença em que a fisiopatologia ainda é desconhecida.

MARCO TEÓRICO

O COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARSCOV-2), que teve início em dezembro de 2019 na China, espalhando-se por todo o mundo. A pandemia pelo COVID-19 tornou-se um dos grandes desafios do século XXI, causando impactos inestimáveis afetando direta e/ou indiretamente na saúde e economia da população mundial. Devido o contágio repentino da população, as autoridades sanitárias empregaram medidas para o controle da propagação da doença, as quais foram: o isolamento, a quarentena, o distanciamento social e contenção comunitária (SOUZA et al, 2020). A atual pandemia da COVID-19 tem provocado estresse na população. Um grupo que se torna vulnerável ao sofrimento psicológico são as pessoas acometidas por câncer por serem imunossuprimidos. Devido sua malignidade e tratamentos, essas pessoas correm maior risco de infecção, portanto foram reconhecidos como grupo de alto risco levando a serias complicações e a um péssimo prognóstico se contraírem a doença (SAVARD et al, 2021).

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa. O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante o mês de outubro de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Bases de dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE). Para seleção dos artigos, foram utilizados descritores padronizados e disponíveis no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): assistência de enfermagem, neoplasias da mama e covid-19 em conjunto com o operador and para conjunção dos descritores. Nesse processo foram selecionados 11 artigos científicos que constituíram a revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que a predominância de publicação dos estudos deu-se nos anos de 2020 com cinco artigos selecionados, seguido do ano de 2021 com quatro artigos. Entre os autores predominaram-se enfermeiros, tendo em conta que os descritores utilizados na pesquisa, abordaram sobre a assistência de enfermagem voltada ao paciente com câncer de mama em tempos de pandemia. Sobre o delineamento da pesquisa, destacam-se os estudos com abordagem qualitativa, com um total de 08 artigos. Em relação ao tipo de revista nas quais foram publicados, a maioria, 06 foram publicadas em revistas de enfermagem. Os resultados obtidos nessa pesquisa evidenciaram que o cuidado de enfermagem é fundamental para a assistência de saúde a essas mulheres, visto que essa doença provoca uma série de sentimentos tornando-as vulneráveis diante ao diagnóstico e processo de tratamento. Essa assistência é realizada através do processo de Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) utilizado por profissionais de enfermagem para a elaboração de métodos interdisciplinares e humanizados de cuidado ao paciente (SILVA; OLIVEIRA et al, 2011). As Unidades Básicas de Saúde (UBS) configuram-se como a primeira e principal fonte de contato do paciente com o sistema. Portanto, as UBS precisam estar preparadas para atender às necessidades desses pacientes de forma holista (SOUSA; MANOROV et al, 2021). Em meio a uma pandemia global a pessoa com câncer se tornar limitado em sua relação com o mundo social bem mais que o vivenciado devido sua patologia (SOUZA JB et al., 2020). Desse modo, os pacientes com câncer de mama em meio a uma pandemia global podem experimentar inúmeras

sensações como o medo de infecção por COVID-19 podendo causar estresse, ansiedade, depressão e diminuição no bem-estar (SEVEN et al., 2021).

CONCLUSÕES

Diante os resultados apontados observou-se que a pandemia do novo COVID-19 é uma crise de saúde inesperada e em rápida evolução em todo o mundo tornando-se uma experiência estressante para todos. Nesse contexto, apresenta-se algumas dificuldades enfrentadas na promoção da assistência de enfermagem em oncologia, a restrição quanto aos conhecimentos específicos em enfermagem oncológica, foi evidenciada como fator limitado da execução da qualificação do cuidado de enfermagem. Diante disto, a educação continuada em saúde é fundamental para a qualificação da assistência de enfermagem na oncologia em meio a pandemia. Conclui-se que o enfermeiro na assistência em oncologia durante a pandemia busca atuar na promoção de cuidados assistenciais, desenvolvendo ações e diretrizes de cuidados para efetivação de uma assistência qualificada da pessoa com câncer durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

SAVARD, J.; JOBIN-THÉBERGE, A.; MASSICOTTE, V.; BANVILLE, C. Como as mulheres com câncer de mama experimentaram a primeira onda da pandemia COVID-19? Um estudo qualitativo. Support Care Cancer. Março de 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/?lang=pt&q=au:%22Savard,%20Jos%C3%A9%22>. Acesso: 17/11/2021.

SEVEN, M.; BAGCIVAN, G.; PASALAK, S.I. Experiências de sobreviventes de câncer de mama durante a pandemia de COVID-19: um estudo qualitativo. Support Care Cancer. Abril de 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/en/covidwho-1151397>. Acesso: 17/11/2021.

SILVA, E.C.G.; OLIVEIRA, V.C.; NEVES, G.B.C.; GUIMARÃES, T.M.R. O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática. Abril de 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/ddQxzyWyJjkNGZzSfrn7Dfz/?lang=pt>. Acesso: 16/11/2021.

SOUZA, J.B.; CONCEIÇÃO, V.M.; ARAÚJO, J.S.; BITENCOURT, J.V.O.V.; SILVA FILHO, C.C.; ROSSETTO, M. Câncer em tempos de COVID-19: repercussões na vida de mulheres em tratamento oncológico. Revista de enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, dezembro/janeiro de 2020. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/en/covidwho-1016415>. Acesso: 17/11/2021.

SOUZA, J.B.; MANOROV, M.; MARTINS, E.L. Itinerários terapêuticos das mulheres com câncer de mama: percepções dos enfermeiros da atenção primária em saúde. Revista Cuidado é Fundamental Online. Dezembro/janeiro de 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1253083>. Acesso: 17/11/2021.

TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE FERIDAS CRÔNICAS EM PORTADORES DE DIABETES MELLITUS

Amanda Maria da Silva Ferreira⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amanda.enfermagem17.1@gmail.com), Maria Amália Gonçalves Arruda⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

As feridas crônicas são prejudiciais ao diabético pois o portador da Diabetes Mellitus não tem boa cicatrização das feridas principalmente as que são localizadas nos membros inferiores. Este estudo teve como objetivo verificar ações e tratamentos desenvolvidos para a prevenção de feridas crônicas em portadores de Diabetes Mellitus. Com relação a metodologia, tratou-se de uma revisão integrativa de literatura, cuja amostra envolveu artigos científicos acessados nas seguintes bases de dados: LILACS, SCIELO. Foram incluídos artigos publicados em revistas de enfermagem correspondente a temática, além disso foram selecionados artigos publicados no período de 2010 a 2020 nas línguas: portuguesa, inglesa e espanhola. Os descritores utilizados foram: Diabetes Mellitus, Ferimentos e lesões, Prevenção primária. Com relação aos resultados, 11 artigos foram selecionados após o refinamento final. Identificou-se o agravamento das feridas crônicas em relação ao diabetes mellitus, o protagonismo e a importância da enfermagem acerca da prevenção e cuidado quanto as feridas crônicas, os problemas encontrados quanto ao vínculo da equipe de saúde com os pacientes, que a assistência de enfermagem deve ocorrer desde a prevenção ao diagnóstico da Diabetes Mellitus auxiliando o paciente de forma preventiva, ou se caso o mesmo apresentar a lesão, ter conhecimento dos tratamentos necessários para determinada lesão. Concluiu-se que é fundamental investir em ferramentas para a qualificação do cuidado com o portador de Diabetes Mellitus, procurando formas de abordagem sobre os cuidados com os membros inferiores favorecendo conhecimento para profissionais, pacientes e familiares.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Ferimentos e lesões. Prevenção primária.

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica que tem afetado milhares de pessoas, podendo trazer diversas complicações para o portador prejudicando tanto a sua saúde física quanto a sua saúde mental. As feridas crônicas são devidamente elementos prejudicáveis para o diabético pois quem é portador da DM não tem uma boa cicatrização das feridas principalmente as que são localizadas nos membros inferiores (MI). Estas feridas são causadas por neuropatias diabéticas que costumam vir acompanhada da diminuição da energia, mobilidade, satisfação com a vida e envolvimento com as atividades sociais (BRASIL, 2019). A mesma pode causar amputações dos membros fazendo com que o físico e psicológico do portador fiquem comprometido. É preciso, portanto, investir em ferramentas para a qualificação do cuidado com o portador de DM, procurando formas de abordagem sobre os cuidados com os MI, para que este tenha total conhecimento sobre o assunto. Com isso o Ministério da Saúde (MS), organizou um manual para que seja abordado no mesmo a relevância do cuidado com os pés, ações preventivas e educativas (BRASIL, 2016). Uma das principais informações necessária para os portadores de DM é os cuidados com os MMII. Cuidando dos mesmos o portador irá evitar complicações que podem levar até mesmo a amputação do membro. É

essencial, portanto, certificar-se que o portador tem conhecimento e prática do cuidado diário recomendado com os seus membros inferiores, principalmente os pés, pois é onde as feridas são mais recorrentes (BRASIL, 2016). Portanto este estudo teve como objetivo verificar ações e tratamentos desenvolvidos para a prevenção de feridas crônicas em portadores de Diabetes Mellitus.

MARCO TEÓRICO

Uma das principais informações necessária para os portadores de DM é os cuidados com os MMII. Cuidando dos mesmos o portador irá evitar complicações que podem levar até mesmo a amputação do membro. É essencial, portanto, certificar-se que o portador tem conhecimento e prática do cuidado diário recomendado com os seus membros inferiores, principalmente os pés, pois é onde as feridas são mais recorrentes (BRASIL, 2016). De acordo com o IBGE (2008 a 2018) o diagnóstico de DM cresceu em 24% entre brasileiros com 18 anos ou mais. O número saiu de 6,2% para 7,7%, entre as mulheres, a prevalência da doença é mais crescente atingindo 8,1% da população feminina, contra 7,1% dos homens (IBGE, 2019). As feridas crônicas são devidamente elementos prejudicáveis para o diabético pois quem é portador da DM não tem uma boa cicatrização das feridas principalmente as que são localizadas nos membros inferiores (MMII). Estas feridas são causadas por neuropatias diabéticas que costumam vir acompanhada da diminuição da energia, mobilidade, satisfação com a vida e envolvimento com as atividades sociais (BRASIL, 2019). A mesma pode causar amputações dos membros fazendo com que o físico e psicológico do portador fiquem comprometido.

METODOLOGIA

Revisão integrativa percorrendo seis etapas distintas 1) escolha da hipótese; 2) estipulação de fatores para inclusão e exclusão de pesquisas; 3) análise dos estudos que foram incluídos na revisão integrativa; 4) determinação das considerações a serem tiradas dos estudos escolhidos; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação da síntese do conhecimento. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de junho a setembro de 2021 através de plataformas virtuais nas seguintes bases de referências: SciELO, LILACS, utilizando os descritores: diabetes mellitus, ferimentos e lesões, prevenção primária, técnicas de fechamento de ferimentos. Desse processo, foram selecionados 11 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão seguintes: artigos publicados nos anos 2010 a 2020 que abordassem o tema conforme as palavras-chave citadas; estudos publicados dentro da Língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola; estudos transversais; estudos de coorte; conteúdos de teses de mestrado e doutorado; estudos que abordassem o protagonismo enfermagem nas prevenções e cuidados das feridas crônicas. Foram excluídos da amostra: monografias, revisão de literatura, revisões de literatura, artigos científicos incompletos, anais de congresso e artigos que não abordaram os descritores estabelecidos. Após a leitura dos artigos selecionados surgiram quatro categorias temáticas: Diabetes mellitus e agravamentos para feridas crônicas, aspectos relacionados a fragilidades na prevenção e promoção da saúde em casos de Diabetes Mellitus, protagonismo da Enfermagem no tratamento de feridas crônicas causadas pela diabetes mellitus, potencialidades na prevenção e tratamento da diabetes com ênfase nas feridas crônicas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O diabetes permanece promovendo complicações que são normalmente evitáveis e muito comuns como por exemplo o pé diabético. Esse é um problema que apesar de envolver as micro e macro circulações, os pés geralmente são os primeiros a serem afetados. Para que esse problema seja visto de maneira mais ampla, os serviços de saúde principalmente as ESF que são portas de entrada para prestarem assistência a população, devem investir em novas

ferramentas que possibilitem os processos de trabalho pensando no enfrentamento das doenças crônicas (BEZERRA, 2018). De acordo com a SBD (Sociedade Brasileira de Diabetes), o envelhecimento populacional, o sedentarismo, uma maior incidência de doenças como a obesidade e a maior sobrevivência dos portadores de DM são fatores que tem contribuído para um aumento do número desses indivíduos. Enfrentar essas doenças envolvendo uma abordagem comunitária tendo em vista que é mais efetiva que as ações individuais, reduz, controla os danos e ajuda no controle dessas doenças (BEZERRA, 2018). Portadores de DM tendem a ter ressecamento na pele por perderem maior quantidade de líquido, comparando com as pessoas sem a patologia e a idade avançada, em muitos casos, também contribui para essa condição. Diante disso, durante a avaliação dos membros inferiores, é necessário observar a hidratação dos pés e, em caso de ressecamento, o enfermeiro deve orientar o uso de hidratantes para a pele, com o intuito de prevenir fissuras e ulcerações, pois os pacientes com a pele seca apresentam mais probabilidade de desenvolver ulcerações nos pés (LIRA et.al, 2020). O manual do pé diabético orienta acerca do tipo de sapato ideal o qual nem pode ser apertado, nem folgado demais, sendo o horário mais adequado para compra de novos calçados novos e apropriados na parte da tarde em que os pés tendem a estar mais edemaciados, além de os portadores de DM poderem apresentar aumento da pressão nas regiões do pé e possível edema (SOUSA et al., 2020). Os resultados do estudo demonstraram a importância do conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca do tratamento e da prevenção das feridas crônicas e abordagem com os portadores de pé diabético que tem início na APS. Considerando que a enfermagem deve prestar uma assistência de qualidade, é primordial que a equipe de saúde faça ações que chamem a atenção do paciente quanto ao autocuidado, levando informações precisas e abordando as patologias de uma maneira que o paciente absorva todas as informações principais. Para que a equipe de enfermagem tenha mais atenção acerca das feridas crônicas alguns estudos desenvolveram aplicativos que ajudam na abordagem do paciente em suas consultas, fazendo com que se tenha uma base de como o cliente está cuidando de si mesmo, e se ele tem conhecimento quanto as complicações do DM, se sabe cuidar dos seus pés, a importância do calçado adequado e evitar certas atitudes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual do Pé Diabético: Estratégias para o Cuidado da Pessoa com Doença Crônica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus.** Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica.** Brasília, DF, 2016.

DIABETES CRESCE 24% SEGUNDO DADOS DO IBGE. **Folha vitória**, Espírito Santo, 30 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/saude/noticia/10/2019/diabetes-cresce-24-em-10-anos-segundo-dados-do-ibge>. **educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

LIRA, Jefferson Abraão Caetano et al . **AVALIAÇÃO DO RISCO DE ULCERAÇÃO NOS PÉS EM PESSOAS COM DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.** Reme: Rev. Min. Enferm., Belo Horizonte. V.24, e1327,2020. Disponível em:

<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415 Acessos em 16 jul. 2021. Epub 16-Out-2020. <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20200064>.

Sousa VM, Sousa IA, Moura KR, Lacerda LSA, Ramos MGS, Silva ARV. **Knowledge about preventive measures for the development of diabetic foot.** Rev Rene. 2020;21:e42638. DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20202142638>

PERSPECTIVAS DAS MULHERES PARA NÃO ADESÃO AO EXAME DE PAPANICOLAU COM PERIODICIDADE: REVISÃO INTEGRATIVA

Alyne Grazielly Moreira Do Nascimento (Graduanda em Enfermagem pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: alynegrazielly1@gmail.com, Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (docente de graduação do curso de Enfermagem pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: Considerando-se que o Câncer de Colo Uterino (CCU) é a terceira neoplasia maligna que mais acomete as mulheres, e tal fato pode ser amenizado a partir de um diagnóstico precoce, reforçando assim, a importância da realização do Exame de Papanicolau, o qual ajuda não só a detectar lesões que antecedem o câncer, mas também, doenças ou Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). **Objetivo:** compreender fatores que influenciam e/ou interferem na periodicidade da realização do exame de Papanicolau. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura, no qual o levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de janeiro a abril de 2021, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs), utilizando os seguintes Descritores: Exame de Papanicolau. Saúde da Mulher. Câncer de colo uterino. Desse processo, foram selecionados 08 artigos científicos que compuseram essa revisão. **Resultados e Discussão:** Os estudos abordaram a percepção das mulheres sobre o exame preventivo. Foram evidenciados barreiras, crenças, e sentimentos que limitam e/ou impossibilitam as mulheres a realizarem o procedimento, fatores estes que tem ligação direta com a falta de conhecimentos sobre o exame de Papanicolau. **Considerações finais:** Mediante os estudos, concluiu-se que, alguns dos resultados foram esperados, principalmente os que estão ligados a não adesão no exame de Papanicolau relacionado os sentimentos diretamente com a sensação de vergonha, medo, constrangimento e dentre outros.

Descritores: Exame de Papanicolau. Saúde da Mulher. Câncer de colo uterino.

INTRODUÇÃO

A motivação para o presente estudo, deu-se por conta da vivência da pesquisadora, que devido a algumas percepções, passou um longo período sem a realização do Exame Cervicovaginal, tal fato afetou a assiduidade e monitoramento de agravos. Despertando assim o interesse sobre o estudo, motivada pela possibilidade de perceber se outras mulheres também tenham passado ou passam por alguma situação que a desencorajam a realizar o procedimento com a frequência orientada pelo Ministério da saúde.

De acordo com INCA (2019) com exceção do câncer de pele não melanoma, o câncer de útero é a terceira neoplasia maligna que mais acometem as mulheres, refletindo anualmente na ocorrência do óbito de 265 mil vítimas. O autor afirma ainda, que em 2014 no Brasil as estimativas foram de 15.590 novos casos. De acordo com INCA (2019) a estimativa de novos casos no Brasil segundo o sexo e localização primária são de 16.590 pacientes com o câncer de colo uterino, dados estes que deixam claro o fato de que os casos estão em crescimento, o que pode ser revertido com uma maior frequência da realização do exame, assim como a maior adesão por parte das mulheres.

METODOLOGIA

Diante do exposto, surgiu a seguinte questão norteadora: como é visto, entendido e sentido pelas mulheres o Exame de Papanicolau, e de que forma essas percepções pode resultar em uma não adesão ao exame ou periodicidade? O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de janeiro a abril de 2021 no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados para seleção dos artigos, descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Exame de Papanicolau. Saúde da Mulher. Câncer de colo uterino em conjunto com o operador and para combinação dos descritores. A seleção dos artigos de publicação dos artigos foram os anos de 2009 a 2020, objetivando selecionar a produção científica da atualidade quanto à realização do exame de Papanicolau, sua frequência de realização e motivos que interferem nesta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos foram divididos em 3 categorias: conhecimento quanto ao exame e condições de realização, na qual foram analisados e expostos fatores ligados aos conhecimentos das pacientes quanto à realização do exame, assim como, das condições e realização do procedimento, levando em consideração a postura de alguns profissionais; Fatores sentimentais, que traz relatos de sentimentos das pacientes quanto ao procedimento, seja ele advindo de experiências passadas ou por relatos de terceiros; e por últimos os fatores socioeconômicos e culturais, que vão desde condições econômicas, trabalhistas e composição familiar, perpassando pelo papel social da mulher diante sua condição de esposa e mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os estudos, conclui-se que as hipóteses iniciais da pesquisa foram confirmadas em partes, visto que pode ser observado alguns fatores que não haviam sido pensados inicialmente. Como era objetivo do trabalho, foi possível compreender fatores que influenciam e/ou interferem na periodicidade da realização do exame de Papanicolau. Considerasse que as contemplações em relação a perspectiva das mulheres para não adesão ao exame de Papanicolau com periodicidade são questões tratadas há muito tempo, e pode ser percebido que mesmo sendo um questionamento, as coberturas e periodicidade do exame não tem o alcance que preconiza o Ministério da Saúde.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Rebeca Pinheiro; SOARES, Daniela Arruda. Barreiras à realização do exame Papanicolau: perspectivas de usuárias e profissionais da Estratégia de Saúde da Família da cidade de Vitória da Conquista - BA. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 359-379, junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312015000200359&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ALVES, Fernanda de Amorim; SÁ, Letícia Ferreira; SILVA, André Oliveira. **Revista Faculdade Montes Belos (FMB)**, v. 7, núm. 1, p. 16-33, 2014 ISSN 18088597.

Disponível em: <<http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/download/106/101>>
Acesso em: 14 mar. 2020.

ANDRADE, Smalyanna Sgren da Costa *et al.* Compreensão de usuárias de uma Unidade de Saúde da Família sobre o exame Papanicolaou. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2301-2310, 2013.

BRASIL, **Portal de Boas Práticas**\Atenção à Mulher\Coleta e Indicações para o Exame Citopatológico do Colo Uterino, 2019 Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/coleta-e-indicacoes-para-o-exame-citopatologico-do-colo-uterino/>> Acesso em: 15 mar. 2020.

CARVALHO, Flávia Oliveira; ALTINO, Kelly Kristina Moraes; DA SILVA ANDRADE, Erci Gaspar. Motivos que influenciam a não realização do exame de Papanicolaou segundo a percepção de mulheres. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 1, n. Esp 5, p. 416-424, 2018. Disponível em <<https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/108>> Acesso em: 22 mar. 2020.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO PARTO HUMANIZADO¹

Andressa Cruz de Melo² (Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: andressamelo2011@gmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto³ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelleprof@fvj.br).

RESUMO

Ultimamente partos humanizados feitos pela assistência da enfermagem obstetra vem ganhando cada vez mais espaço. De maneira instrutiva ao que deseja aprender, o enfermeiro obstetra tem conseguido uma considerável oportunidade em unidades de saúde pública, sendo por sua vez de forma segura, acompanhados por um médico residente em obstetrícia. O estudo foi do tipo exploratório descritivo, de abordagem qualitativa. Tendo como objetivo descrever os desafios vivenciados por profissionais da enfermagem, com foco no enfermeiro, obstétrica no parto humanizado. O campo de pesquisa foi no Hospital e Maternidade Santa Luíza de Marilac, localizado no município de Aracati-CE. A população usada para análise foi um conjunto de seis profissionais que atuam na área enfermagem obstétrica. Utilizou-se como ferramenta uma entrevista semiestruturada. Pode-se averiguar, com as entrevistas, que um grande desafio nos dias atuais para a escolha desse tipo de parto é a cultura de que o parto humanizado é um sofrimento, que vai doer que a mesma não vai conseguir; o medo, há uma diversidade de pensamentos que acabam fazendo a parturiente optar pela cesariana.

Palavras-chave: Parto humanizado. Parturiente. Obstetrícia. Cuidados de enfermagem.

INTRODUÇÃO

Ultimamente partos humanizados feitos pela assistência da enfermagem obstetra vem ganhando cada vez mais espaço. Mesmo com o crescimento da área da enfermagem obstetra, a maior dificuldade das futuras mães ao escolherem esse tipo de parto é a dor na hora de parir. Dentre os argumentos benéficos sobre parto humanizado, cita-se: recuperação da mãe, sem riscos de infecções, grande quantidade de leite para sustentar o pequeno recém-nascido, útero e órgãos genitais retrocedendo seus tamanhos normais em menos espaço de tempo, o pequeno se tornasse possuidor de uma respiração fácil, principalmente quando este é posto no colo delicado e sensível de sua mãe (OLIVEIRA; GONZAGA, 2017).

Os enfermeiros obstetras necessitam constantemente do auxílio do Ministério da Saúde para terem êxito em suas funções profissionais. Haverá algumas impossibilidades no decorrer da jornada profissional, desafios a serem manejados e conquistados, tudo exigirá paciência, domínio e sabedoria por parte desses determinados profissionais (ALMEIDA; GAMA; BAHIANA, 2015).

Os enfermeiros obstetras tem a segurança de uma lei para seu aprendizado profissional, bem como uma cadeia de legislações que delimitam sua área de atuação. Com isto, não existe prática ilegal desses enfermeiros obstetras, ou até duvidar da capacidade e respaldo para que adquiram encargos cada vez maiores no exterior da atenção à gestação, parto, puerpério e ao recém-nascido, visto que, se para desempenhar uma profissão há que se confirmar o acolhimento de requisitos legais, estes enfermeiros obstetras têm seu aprendizado profissional regulamentado e farta legislação respalda seu fazer profissional (SAMPAIO et al., 2014).

A respeito dos progressos alcançados sobre o parto humanizado, um grande exército de enfermeiros obstetras tem se preparado de forma incansável para conseguirem maiores reconhecimentos e habilidades favoráveis para transmitir as parturientes e seus achegados familiares na firme decisão de optarem pelo parto humanizado, de forma segura e com total assistência pelos profissionais da saúde. Um vasto acervo de conhecimento em relação ao assunto deve ser partilhado com a parturiente e família, trazendo-lhes segurança, com pronúncias de linguagem clara, simples, mais instrutivas e em fim compreendida por parte das famílias interessadas por tal inovação de escolha (CORDEIRO et al., 2018).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória descritiva, de abordagem qualitativa. Em estudos do tipo exploratório descritivo é possível observar a necessidade de uma ampla compreensão do assunto por parte do pesquisador (GIL, 2008). Já a pesquisa qualitativa, baseia-se no caráter subjetivo, dessa forma serão usadas atitudes diversas em diferentes opiniões (MINAYO, 2009).

A pesquisa aconteceu no Hospital e Maternidade Santa Luíza de Marilac, localizado no município de Aracati-CE, que possui aproximadamente 72.727 habitantes. Estabelecimento hospitalar especializado na assistência às grávidas, às parturientes, às puérperas e aos recém-nascidos. Única maternidade a atender as cidades de Aracati, Fortim, Itaiçaba e Icapuí. Antes da realização da pesquisa foi feita uma visita a Secretaria de Saúde para esclarecer ao gestor sobre a pesquisa solicitando sua autorização através de uma Carta de Anuência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de informações foi realizada através de uma entrevista semiestruturada. O instrumento de coleta foi composto por oito perguntas norteadoras, tendo como objetivo descobrir os principais desafios da assistência do enfermeiro no parto humanizado.

O grupo amostral constou de quatro enfermeiros obstetras do Hospital e Maternidade Santa Luíza de Marilac. As entrevistas dos quatro participantes do grupo amostral (TABELA 1) foram gravadas em um aparelho Tablet celular (Galaxy Tab A, 2019) e armazenadas numa pasta específica no cartão SD (cartão de memória).

TABELA 1 – Grupo amostral (Representação de enfermeiros obstetras de um hospital público, localizado no município de Aracati-CE no ano de 2021).

Pseudônimos	Sexo	Idade	Formação profissional	Curso de pós-graduação	Tempo de experiência profissional
Liberdade	F	66 anos	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica	20 anos
Humanidade	F	59 anos	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica	26 anos
Amor	F	27 anos	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica	3 anos
Independência	M	37 anos	Enfermagem	Enfermagem Obstétrica	10 anos

Fonte: autoria própria.

CONCLUSÕES

O estudo feito através de uma entrevista semiestruturada, composta por oito perguntas norteadoras, tendo como espera uma compreensão mais ampla dos desafios da enfermagem na área da obstetrícia, poder averiguar se de fato enfermeiros obstetras tem a capacidade e habilidades para efetuar um parto humanizado.

Compreendendo melhor que o parto humanizado na enfermagem obstetra vem ganhando espaço cada vez mais. Podendo destacar que um grande desafio nos dias atuais para a escolha desse tipo de parto é a cultura de que o parto humanizado é um sofrimento, que vai doer que a mesma não vai conseguir; o medo, há uma diversidade de pensamentos que acabam fazendo a parturiente optar pela cesariana.

Apesar de existirem diversos desafios na área da enfermagem obstetra, um enfermeiro com capacitação, autonomia e domínio de conhecimento é capaz de levar um parto humanizado a parturiente, mesmo sem ter uma estrutura hospitalar ou até mesmo falta de aparelhos adequados. Isso faz com que a enfermagem ganhe cada vez mais espaço e reconhecimento, e quebrando o tabu de que somente médicos é que fazem partos, mas para isso o enfermeiro tem que ter domínio total sobre a área escolhida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. S. C. et al. Humanização do parto: A atuação dos enfermeiros. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.1-13, 28 ago. 2015. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/456/437>. Acesso em: 19 abril 2020.

CORDEIRO, T. M. S. et al. A humanização na assistência ao parto e ao nascimento. **Revista enfermagem UFPE online. Recife**, 12(8):2154-62, ago., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236334/29731>. Acesso em: 19 abril 2020.

OLIVEIRA, M. F. Benefícios do parto humanizado com a presença do acompanhante. **Revista Saúde em Foco**. v 9 – Ano: 2017. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/025_beneficios_parto_humanizado.pdf . Acesso em: 07 abril 2020.

SAMPAIO, V. H. A. et al. Reflexões Éticas e Legais Sobre a Atuação da Enfermeira Obstétrica no Parto e Nascimento. **Revista Enfermagem Obstétrica**, 2014; 1(2):72-76. Disponível em: <http://www.enfo.com.br/ojs/index.php/EnfObst/article/view/13/16>. Acesso em: 19 dezembro 2021.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA CANDIDÍASE VAGINAL: UMAREVISÃO INTEGRATIVA¹

Amanda Thays de Lima Sousa⁴ (Aluna do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: thays-amanda2012@hotmail.com), Carla Nadja Santos de Sousa⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: carla.sousa@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A candidíase Vaginal (CV) é uma infecção causada pelo fungo da espécie *Candida albicans*, que habita na mucosa do trato genital feminino, no qual afeta muitas mulheres ao decorrer de suas vidas. O desenvolvimento desse microrganismo ocorre em áreas mais quentes e úmidas. **Objetivo:** conhecer o que as publicações científicas online discorrem sobre assistência de enfermagem aos cuidados com mulheres com candidíase vaginal. **Metodologia:** Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. O recolhimento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de setembro e outubro de 2021, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: *base de dados da Enfermagem* (BDENF); *Literatura Latino Americana e do Caribe* (Lilacs) e na biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a seleção dos artigos foi aplicado descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): candidíase vulvovaginal, saúde da mulher, fatores de risco e cuidado de enfermagem em conjunto com o operador *and* para conciliação dos descritores. **Resultados e Discussão:** Na revisão da literatura, 10 artigos foram selecionados e a análise deles permitiu a identificação de três categorias: fatores predisponentes para o desenvolvimento da candidíase vaginal, atuação do enfermeiro na prevenção de candidíase vaginal e utilização de fitoterápicos na prevenção de candidíase. **Considerações finais:** Concluiu-se que a candidíase vaginal mesmo sendo uma patologia comum nas mulheres, ainda necessita práticas de educação em saúde, em especial pelo enfermeiro para que as mulheres possam ter o tratamento apropriado.

Palavras-chaves: Candidíase vulvovaginal. Saúde da mulher. Fatores de risco. Cuidado de enfermagem.

INTRODUÇÃO

A candidíase Vaginal (CV) é uma infecção causada pelo fungo da espécie *Candida albicans*, que habita na mucosa do trato genital feminino, no qual afeta muitas mulheres ao decorrer de suas vidas. O desenvolvimento desse microrganismo ocorre em áreas mais quentes e úmidas, tornando a vagina um lugar propício para seu crescimento (MEGA, et al.,2015).

A candidíase pode ocasionar corrimentos vaginais com aspecto esbranquiçados, sem odor, grumosos e não purulentos. Proliferam-se em ambientes ácidos quando há a queda do pH vaginal, evento bem comum em mulheres grávidas, mulheres que fazem uso de anticoncepcionais orais com uma alta taxa de estrogênio, uso contínuo de corticoides, obesidade e uso de antibióticos (VASCONCELOS et al., 2016). O estudo em questão tem como objetivo conhecer o que as publicações científicas online discorrem sobre assistência de enfermagem aos cuidados com mulheres com candidíase vaginal.

MARCO TEÓRICO

Em média de 75% de todas as mulheres vivenciaram no mínimo um episódio de candidíase vulvovaginal durante sua vida. os fatores que potencializam a vulvovaginite fúngica está associado ao uso de antibióticos, anticoncepcionais orais, existência de diabete mellitus, gestação, uso de vestimentas apertadas, absorventes e hábitos higiênicos irregular possam está sendo possíveis fatores predisponentes para infecção vaginal (CHAVES; SANTOS; CAJUEIRO, 2015).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. A revisão integrativa consiste em uma metodologia que possibilita a síntese do estudo e aplicação de resultados de pesquisa importantes na prática. A seleção dos períodos de publicação dos artigos científicos foram entre os anos de 2015 à 2021, visando selecionar a elaboração científica atualizada quanto à atuação do enfermeiro na assistência à saúde das mulheres. A inclusão dos artigos no estudo deu-se a partir da obtenção dos seguintes critérios: artigo disponível na íntegra e publicados em português, com a versão online e gratuita. Foram excluídas da amostra: artigos publicados antes do ano de 2015, trabalho de conclusão de curso, resumos publicados, dissertações, artigos de língua estrangeira e artigos que não atendiam o objetivo do estudo proposto.

O recolhimento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de setembro e outubro de 2021, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: *base de dados da Enfermagem* (BDENF); *Literatura Latino Americana e do Caribe* (Lilacs) e na biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a seleção dos artigos foi aplicado descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): candidíase vulvovaginal, saúde da mulher, fatores de risco e cuidado de enfermagem em conjunto com o operador *and* para conciliação dos descritores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente revisão integrativa foram encontrados 57 artigos, dos quais foram utilizados 10 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Esta categoria procurou apresentar os fatores predisponentes para o desenvolvimento da candidíase vaginal.

No artigo 09 cita que a candidíase vulvovaginal tem sido vista como um problema de saúde pública pela quantidade de mulheres que são adoecidas anualmente. É uma infecção que ocasiona inúmeros desconfortos, interferindo nas relações sexuais. Neste caso, verifica-se que o corrimento vaginal é uma das queixas ginecológicas mais comum nas unidades de saúde primária do Estado do Pará e entre elas encontra-se a candidíase vulvovaginal causada pelo fungo *Candida albicans* (SCALABRIN et al. 2021).

O artigo 08 destaca os principais sinais e sintomas da candidíase vaginal sendo o corrimento um sinal bem frequente, além do corrimento, a candidíase pode causar hiperemia, ardência no ato sexual, desconforto ao urinar, polaciúria e edema vulvar, e tem seus sintomas agravado no período menstrual. Apesar de não ser considerada sua transmissão sexualmente, ela está mais presente em mulheres que possuem vida sexual ativa (VASCONCELOS et al., 2016).

Na consulta de enfermagem ginecológica objetiva não somente oferecer um atendimento focado para os aspectos biológicos das mulheres, como também correlaciona com os aspectos sociais e psicológicos, tornando, desta forma, um atendimento integral. Com isso torna crucial um atendimento voltado para mulher respeitando suas singularidades (CATAFESTA et al. 2015).

CONCLUSÃO

Podemos concluir através do presente estudo que a candidíase vaginal apesar de ser uma patologia comum nas mulheres, ainda necessita de maiores intervenções educacionais, em especial pelo profissional enfermeiro para que a mulher tenha o tratamento adequado. O enfermeiro durante a consulta de enfermagem deve reconhecer todas as necessidades da mulher para que sejam atendidas na sua integralidade.

Espera-se que através deste estudo seja possível contribuir como subsídio teórico para discussão da atuação do enfermeiro na prevenção de candidíase. Destaca-se a importância da educação em saúde, promoção de assistência humanizada e implementação métodos que visem amparar essas mulheres que necessitam de cuidados.

REFERÊNCIAS

CATAFESTA, G.; *et al.* ‘‘Consulta de enfermagem ginecológica na estratégia saúde da família’’. **Arq. Ciênc. Saúde. Ed.** 22(1). Pag. 85-90. 2015.

CHAVES, G. B.; SANTOS, M. S.; CAJUEIRO, S. D. ‘‘ Avaliação do nível de conhecimento de discentes dos cursos superiores de saúde a respeito da candidíase vaginal’’. **Res. Saúde e Ciência Online**, Vol. 4, N. 1 Pag. 99. 2015.

MEGA, T. P.; *et al.* ‘‘ Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas no SUS: histórico, desafios e perspectivas’’. **Revista Eletrônica Gestão e Saúde.** 2015; (4):3275-3285.

SCALABRIN, A. C.; *et al.* ‘‘ Utilização do óleo essencial de TEA TREE (*Melaleuca alternifolia* Cheel) em mulheres com candidíase vulvovaginal: uma revisão sistemática’’. **Produtos Naturais e Suas Aplicações: da comunidade para o laboratório**, 2021.

VASCONCELOS, C. N. E.; *et al.* ‘‘ Estudo comparativo entre terapia oral e local no tratamento de corrimentos vaginais: candidíase, tricomoníase e vaginose bacteriana’’. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, Vol. 15. Pag. 123-128. 2016.

DIFICULDADES DAS PUÉRPERAS NA ADESÃO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Samara Bezerra da Silva¹ (Aluna do Curso Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: samaraslv@outlook.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: emanuelleprof@fvj.br).

RESUMO

O aleitamento materno é de grande importância para mãe e filho, sendo vantajoso para ambos tendo benefícios físicos e imunológicos para o binômio. O presente estudo tem como objetivo identificar dificuldades das puérperas no aleitamento materno exclusivo. O estudo trata – se de uma revisão integrativa. A busca por artigos foi realizada entre julho e novembro de 2021 foram utilizados como critérios de inclusão os artigos disponíveis no Scielo, Biblioteca virtual em saúde (BVS) e PubMed utilizando os descritores: puerpério; aleitamento materno e desmame precoce. No final desta revisão foram selecionados 19 artigos a partir dos critérios de inclusão dispostos. O desmame precoce e introdução alimentar antes dos seis meses do lactente ainda é uma prática comum, mesmo com os estudos comprovando o quanto o leite materno é importante e rico em nutrientes. Dos fatores que mais marcaram o desmame precoce foram fatores sociais, econômicos, falta de apoio familiar, oferta de bicos, chupetas, água e chá para o lactante.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Desmame. Puérperas.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é de grande importância para mãe e filho, sendo vantajoso para ambos. A prática do aleitamento materno exclusivo (AME) ocasiona vantagens físicas, nutricionais, imunológicas, desenvolvimento e aumento do vínculo entre binômio.

O profissional de saúde, principalmente o enfermeiro, tem uma grande importância no incentivo das lactantes ao AME, por acompanhar a mulher muitas vezes até antes dela engravidar, conhecer a condição social e possíveis mitos que possam desestimular o desmame precoce.

O aleitamento materno exclusivo é uma forma eficaz de prevenção e cuidado com as doenças causadoras de mortalidade infantil, como as doenças infecciosas e diarreias, melhorando o sistema imunológico e digestivo do bebê (VICTORA et al., 2016; SILVA, 2020).

O vínculo profissional e paciente facilita à aceitação das lactantes as orientações sobre como proceder com a lactação e desmitificar crenças da comunidade. A consulta de puericultura é um dos momentos propícios para incentivar e apoiar a lactante a dar continuidade ao aleitamento materno exclusivo durante o período adequado (LAHÓS; PRETTO; PASTORE, 2016; FRANCISCO et al., 2019).

MARCO TEÓRICO

O desmame e a inserção de outras formas de alimentação ainda é um problema recorrente na atualidade alguns dos principais motivos são a falta de flexibilidade do trabalho, falta de tempo, falta de ajuda familiar e crenças culturais (FRANCISCO et al., 2019; LAHÓS; PRETTO; PASTORE, 2016).

Dos fatores associados ao desmame precoce a maioria são suscetíveis de evitar com intervenções da equipe de saúde nas consultas de pré-natal, puerpério e na primeira hora de vida do bebê com o estímulo ao aleitamento materno (NASS et al., 2021).

O vínculo profissional e paciente facilita à aceitação das lactantes as orientações sobre como proceder com a lactação e desmitificar crenças da comunidade. A consulta de puericultura é um dos momentos propícios para incentivar e apoiar a lactante a dar continuidade ao aleitamento materno exclusivo durante o período adequado (LAHÓS; PRETTO; PASTORE, 2016; FRANCISCO et al., 2019).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa. A busca por artigos foi realizada entre julho e novembro de 2021 foram utilizados como critérios de inclusão os artigos disponíveis no Scielo, Biblioteca virtual em saúde (BVS) e PubMed; artigos publicados de 2015 a 2021 com o objetivo de identificar problemas enfrentados pelas puérperas durante a amamentação. Foram usados os seguintes descritores: puerpério; aleitamento materno e desmame precoce.

Já os critérios de exclusão foram: artigos em outro idioma que não seja em português, que não tinha o objetivo de identificar dificuldades das puérperas durante a amamentação e não estavam disponíveis de forma gratuita.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As estratégias para a promoção e conservação do AME durante os seis meses é bem formulada no Ministério da Saúde para dar apoio às mulheres durante toda a gestação, pós- parto e puerpério, mas ainda existe um déficit no momento de os profissionais colocarem em prática essas ações por falta de conhecimento e/ou demanda de atendimento muito intensa para a quantidade de profissionais disponíveis (NASS et al., 2021).

Dos fatores relatados nessa pesquisa todos poderiam ser esclarecidos nas unidades de saúde durante consultas ou ações com as gestantes e puérperas diminuindo os índices de desmame precoce. Foram pontuados alguns défices de conhecimento e preparo dos profissionais para atender um público tão grande que necessita de uma grande atenção e que precisa de confiança nos profissionais para que aconteça a aceitação das orientações.

Com os resultados obtidos no estudo sugere-se que sejam realizados projetos como cursos e especializações para capacitar as equipes de saúde das unidades, mantendo os profissionais sempre atualizados sobre os conhecimentos para que os mesmos fiquem sempre capacitados para suprir a necessidade dessas nutrizas e dos familiares para dar apoio durante a lactação, para ter uma boa prática de amamentação a nutriz necessita de apoio não apenas da equipe de saúde, mas dos parentes próximos.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Milena Brasil de Sousa et al. Percepção das gestantes acerca do aleitamento materno exclusivo em uma Estratégia de Saúde da Família na cidade de Icó-Ceará/Perception of pregnant women about exclusive breastfeeding in a Family Health Strategy in the city of Icó-Ceará. REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 13, n. 47, p. 383-396, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2026> Acesso em: 10 set. 2020.

LAHÓS, Nathália Toschi; PRETTO, Alessandra Doumid Borges; PASTORE, Carla Alberici. Mitos e crenças acerca do aleitamento materno no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Nutrición clínica y dietética hospitalaria, v. 36, n. 4, p. 27-33, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5774890> Acesso em: 10 set. 2020.

NASS, Evelin Matilde Arcain et al. FATORES MATERNOS E O DESMAME PRECOCE DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, [S. l.], v. 13, p. 1698–1703, 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10614>. Acesso em 10 nov. 2021

SILVA, Jaine Nogueira. ALEITAMENTO MATERNO: MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DO DESMAME PRECOCE EM CRIANÇAS. Revista Artigos. Com, v. 20, p. e4756-e4756, 2020. Disponível em: <https://www.acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/4756>. Acesso em: 11 set. 2020.

VICTORA, Cesar G. et al. Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. Epidemiol Serv Saúde, v. 25, n. 1, p. 1-24, 2016. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao1.pdf> Acesso em: 20 set. 2020.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR CUIDADORES DE SUJEITOS EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE.

Mariane Zaranza Galvão¹ (Aluno (a) do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: mariane.zaranza@fvj.br), Amália Gonçalves Arruda² (Professor (a) da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Orientador da Pesquisa, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Introdução: Ser cuidador é uma função árdua, requer preparo físico e, principalmente, psicológico. **Objetivo:** compreender as dificuldades enfrentadas por cuidadores de sujeitos em tratamento de hemodiálise. **Metodologia:** estudo narrativo, com abordagem qualitativa, realizado em uma Unidade Básica de Saúde no município de Aracati Ceará, com composição amostral constituída por 01 cuidador de paciente que realizava acompanhamento para terapia de hemodiálise. Foi utilizada uma entrevista semiestruturada que após a análise deram origem a quatro categorias temáticas: substituição de papeis; doação; desgaste físico e mental no cuidado com o outro; suporte pessoal para o cuidado. **Resultados:** compreendeu-se os desafios enfrentados por cuidadores de sujeitos em tratamento de hemodiálise, que está relacionado principalmente ao cansaço físico e a exaustão emocional de cuidar de um sujeito adoecido praticamente sozinho. **Conclusão:** Conclui-se que os cuidadores precisam de apoio social, emocional e assistencial para prevenir e ou tratar problemas de saúde como depressão, ansiedade, dentre outros.

Palavras chaves: Diálise Renal. Fardo do Cuidador. Falência Renal Crônica.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

A doença renal crônica representa a perda gradual e irreversível da função renal. Os rins são responsáveis por filtrar o sangue, remover os resíduos tóxicos produzidos no organismo, eliminar água e outras substâncias, encarregados de excretar hormônios responsáveis por controlar a pressão arterial, metabolismo ósseo e produzir glóbulos vermelhos. Danificar sua função ocasionará complicações como hipertensão arterial, anemia, retenção de líquido, potássio, ureia, creatinina, entre outros (SANTOS et al. 2020). Ao perder a função renal, o paciente terá opções de tratamento, como: utilização medicamentosa, restrição hídrica, hemodiálise, diálise peritoneal ou transplante renal, mas a intervenção dependerá da evolução da doença. Segundo Cruz et al (2018), a hemodiálise gera impactos físicos e emocionais, uma vez que compromete o desenvolvimento de atividades diárias, autocuidado, e afeta as atividades sociais e de lazer, resultando em uma vivência fatigante, definida como uma situação de dependência e perda de autonomia. Existem diferentes níveis de dependência ao tratar-se de pacientes em terapêutica hemodialítica. As necessidades de cuidado, envolvimento e disponibilidade do cuidador dependerá do grau de dependência do doente. Os cuidadores desempenham uma função importante na reabilitação dos doentes, a prestação do cuidado trará impactos positivos no bem-estar a longo prazo. A assistência carregará interferências significativas no envolvimento do sujeito ao tratamento e na adaptação aos aspectos psicológicos (LIMA et al, 2019). De acordo com Lima et al (2019), ser cuidador é uma função árdua, requer preparo físico e, principalmente, psicológico. O familiar não está preparado para assumir esta função, por essa razão tem sua saúde lesada, tornando-se doente. O paciente deposita angústias e anseios no cuidador, que se torna apoio e sustenta as situações

que lhes são depositadas. A rede de apoio social ao paciente renal crônico é composta por familiares, o cuidador principal, especialmente, e por profissionais de saúde, que apresentam informações sobre a IRC (Insuficiência Renal Crônica), cuidados, intervenções terapêuticas e orientações para o cuidador coordenar o cuidado em domicílio (SANTOS et al, 2020). Os profissionais de saúde centralizam a atenção na saúde dos doentes, e na saúde dos cuidadores, uma vez que o cuidador será importante para manutenção dos cuidados em domicílio. No momento em que o cuidador está com sobrecarga elevada, os pacientes estarão suscetíveis ao descontentamento dos afazeres no lar (LIMA, 2016). Nesse sentido, o ato de cuidar produz alterações e esgotamentos significativos à saúde do cuidador. Estes encontram adversidades, como: medo, estresse, impotência e cansaço físico. Estes desafios ocasionarão prováveis adoecimentos, ansiedade, angústia, agressividade com o enfermo, ou tornará o cuidador o próprio doente. (Souza et al, 2015).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo, com abordagem qualitativa., realizado em uma Unidade Básica de Saúde no município de Aracati Ceará. O grupo-alvo desta pesquisa envolveu cuidadores de pacientes que realizam tratamentos de hemodiálise, os quais se encontram acompanhados numa unidade básica de saúde do município Aracati Ceará. Para a coleta de dados, foi-se utilizado um roteiro norteador de caráter científico, com formato de entrevista semiestruturada (MINAYO, 2002). Este formato permitirá que o pesquisado discorra sobre o assunto sem está preso ao que foi previamente elaborado. Os dados foram transcritos e organizados, para serem analisados de acordo com a proposta de Minayo, seguindo a operacionalização dessa proposta, que é: a) ordenação de dados; b) classificação de dados; c) análise final. (MINAYO, 2001). Em relação aos aspectos éticos o presente estudo concerni O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe, sendo aprovado sob parecer ético nº 5.072.574. Destaca-se que o participante da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo de gravação de voz.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com os dados coletados, as informações foram organizadas e analisadas em quatro categorias:

Categoria 1 - Substituição de papéis.

Existem situações que fomentam a prestação do cuidado. Geralmente um familiar necessita de ajuda para tomar medicações, para se deslocar ao médico e para alimentar-se e nessas situações tem-se um familiar ou um amigo próximo para fazer este papel. No decorrer do tempo esse sujeito necessita de um apoio maior devido a possíveis complicações em doenças crônicas que desencadeiam outros problemas de saúde tornando o sujeito adoecido dependente de um cuidador. Segundo Machado et al. (2017), a manifestação de um familiar com doenças crônicas necessitará de um cuidador, pois há possibilidades de complicações na saúde do sujeito que precisará ser cuidado. Eles afirmam que o cuidador poderá ter comprometimentos em determinadas áreas da vida, como por exemplo no autocuidado e lazer. O seu tempo será utilizado principalmente com o sujeito adoecido, lhe faltando espaço para cuidar de si e ter relações externas com outros familiares.

Categoria 2 – Doação.

Assistência familiar ao cuidador é significativa. Nas situações de pacientes em tratamento de hemodiálise, que necessitam se deslocar para outras cidades acompanhados de seus cuidadores, que carecem de ajuda de outros familiares para que o não deixe a desejar na prestação de cuidados a saúde e no bem-estar do sujeito adoecido. Floriano et al. (2012), relatam que o suporte da família é uma tática importante para combater às exaustões resultantes do cuidado, mas é essencial que a família se organize realizando ajustes internos. Com o apoio familiar nas atividades diárias, os cuidadores conseguem conter as situações fatigantes, logo que a família executa dinâmicas no cuidado ao sujeito adoecido em suporte ao cuidador.

Categoria 3 - Desgaste físico e mental no cuidado com o outro

Segundo Coelho et al. (2015), paralelo ao desejo de cuidar, os indivíduos que realizam esta função vivenciam possíveis complicações de saúde na vida de seus entes queridos e acabam sofrendo danos ao seu estado emocional, que acabam por gerar grandes estressores como angústia, solidão, cansaço físico e emocional e até mesmo a falta de apoio de outros membros da família. Em concordância com Coelho et al. (2015), os autores Pereira e Soares (2014) afirmam que os cuidadores familiares citam que a experiência de cuidar do sujeito adoecido é uma tarefa fatigante, tanto nos aspectos emocionais, por motivos do vínculo afetivo, quanto as restrições que acontecem devido a prestação de cuidados em vários campos da vida, tendo que readequar sua rotina em favor do sujeito adoecido para suprir as necessidades do sujeito adoecido.

Categoria 4 - Suporte pessoal para o cuidado.

Os cuidadores firmam a sua fé, sua esperança em algo ou alguém, para enfrentar os problemas que podem surgir, e por ter essa confiança, essa força lhe serve como válvula de escape para enfrentar os dias difíceis. Essa cuidadora de paciente em tratamento de hemodiálise, firma sua fé em Deus, afirma que ele lhe dá forças pra continuar, para estar ali. Maffei et al. (2019) dizem que os cuidadores aderem às crenças espirituais e religiosas orando e adorando a Deus, como forma de enfrentar as possíveis ameaças de morte do sujeito adoecido. Nesse contexto, Deus aparece em uma forma de conforto e força, e confiar em Deus é uma fonte de segurança. Acreditar que existe algo superior é uma forma de apoio e proteção, visto que é uma única pessoa cuidando de um ente querido que não tem perspectiva de cura. Através desta pesquisa foi possível compreender alguns desafios enfrentados por cuidadores de sujeitos em tratamento de hemodiálise. Dentre os desafios, os mais destacados é o cansaço físico e a exaustão de exercer essa função de cuidador, principalmente quando lida com essa tarefa praticamente sozinho. Ao realizar este estudo é perceptível a importância que existe quando o cuidador tem uma rede de apoio familiar, onde há uma divisão de tarefas para que o cuidador não se sinta sobrecarregado e tenha uma vida sociável, para o lazer e autocuidado.

REFERÊNCIAS

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1766>.

Acesso em: 31 abr. 2021.

GONÇALVES, Fernanda Aguiar; DALOSSO, Ingrid Fernandes; *BORBA*, Jéssica Maria Camargo; BUCANEVE, Juliana; VALERIO, Nayra Maria Prado; OKAMOTO, Cristina Terumy; BUCCHARLES, Sergio Gardano Elias Bucharles et al. **Qualidade de vida de pacientes renais crônicos em hemodiálise ou diálise peritoneal: estudo comparativo em um serviço de referência de Curitiba - PR**. *Jornal Brasileiro de Nefrologia* [online]. 2015, v. 37, n. 4, pp. 467-474. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0101-2800.20150074>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MINAYO, M. C. S. et al. **Teoria, Métodos e Criatividade**. Ed 21^o. Petrolina: Editora Vozes, 2002. E-book. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

FLORIANO, L. A; AZEVEDO, R. C. de S; REINERS, A. A. O. **Cuidador familiar de idosos: a busca pelo apoio social formal e informal**. > - doi: 10.4025/ciencuidsaude.v11i1.18854. *Ciência, Cuidado E Saúde*, 11(1), 18-25. <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v11i1.18854>. Acesso em: 20 dez.2021.

MUDANÇAS PSICOSSOCIAIS VIVENCIADAS POR ADOLESCENTES GRÁVIDAS

Maria Lenita de Oliveira⁴, Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: lennyta46@gmail.com, Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴, Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br.

RESUMO

A gravidez na adolescência é uma fase de grandes mudanças e transformações na vida da adolescente por ser um período de desenvolvimento mais rápido nos aspectos físico, psíquico e social, provocando muitas vezes instabilidade emocional, o que pode vir a ocasionar vários impactos sociais negativos e uma perspectiva de vida frustrada. Desse modo, este estudo objetivou descrever as mudanças psicossociais vivenciadas por adolescentes diante da gravidez. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Foram analisados 11 artigos selecionados das bases de dados científicas LILACS n=07 e SciELO n=04, incluíram-se 10 pesquisas de campo com abordagem qualitativa e 01 estudo teórico-reflexivo, utilizando-se os descritores em português: “Adolescentes”, “Gravidez” e “Saúde da Mulher”, e em inglês: “*Adolescent*”, “*Pregnancy*” e “*Women’s Health*”, separados pelo operador booleano AND, sendo estudos na íntegra, disponíveis gratuitamente, publicados no período entre 2014 e 2021, que respondessem a problemática da pesquisa. Verificou-se que diante da descoberta da gravidez, as adolescentes vivenciam mudanças nos aspectos físicos, psíquicos, sociais, além do desamparo pelo parceiro e pela família; dificuldade de se relacionar com as pessoas; abandono dos estudos e dificuldade de aceitação da gravidez. Desse modo, o estudo aponta para as vulnerabilidades vivenciadas pela adolescente grávida, o que demanda a formulação de políticas públicas de promoção e educação em saúde, com o intuito de minimizar o impacto biopsicossocial de uma gravidez não planejada, além da necessidade de uma rede de apoio fortalecida que possa amenizar as dificuldades vividas pela experiência da maternidade na adolescência.

Palavras-chave: Adolescentes. Gravidez. Saúde da Mulher.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência gera mudanças e transformações na adolescente e na sociedade. Sendo um tema bastante discutido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), uma vez que é considerada um período de risco e da existência de outros fatores que geram complicações (ROCHA; SOUZA; BITTAR, 2020). Ocorre que na adolescência, as mulheres passam por fases de mudanças que tendem a ter um desenvolvimento mais rápido nos aspectos físico, psicológico e hormonal. Ocasionalmente assim uma desordem em seu estado emocional, quando se trata de uma gravidez na adolescência. A gravidez na adolescência sempre foi uma preocupação de órgãos governamentais, profissionais de saúde, educação e da sociedade como um todo. Nas últimas duas décadas, muitos programas foram implementados para reduzir sua prevalência, com foco em ações de prevenção e orientação sexual (COIMBRA et al., 2018). O aconselhamento de enfermagem deve fazer parte de um plano para grupos de saúde de adolescentes, que inclui uma variedade de ações para prestar serviços de saúde em diferentes níveis de assistência, incluindo equipes multiprofissionais e práticas interdisciplinares (ANDRADE et al., 2015). O presente estudo justifica-se em virtude da importância de compreender as mudanças vivenciadas pelas adolescentes na descoberta da gravidez. Diante do exposto surgiu a seguinte questão norteadora: qual a importância do acolhimento do enfermeiro

frente as mudanças psicossociais ocorridas na gestante adolescente? Desse modo, esta revisão integrativa tem como objetivo descrever as mudanças psicossociais vivenciadas por adolescentes diante da gravidez.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Organização Mundial de Saúde há um aumento de gestações em adolescentes entre 13 a 20 anos de idade. Alguns fatores contribuem para que isso aconteça, como: a pobreza, a baixa escolaridade, o início de uma atividade sexual precoce (ROCHA; SOUZA; BITTAR, 2020). A gravidez na adolescência é uma fase de mudanças inesperadas trazendo instabilidade emocional ocasionando vários impactos sociais negativos (AGUIAR et al., 2018). A maternidade na adolescência é compreendida como um contexto individual e de risco social, pela circunstância de sua gravidade e de algumas questões de desentendimento familiar, rejeição social, afastamento dos estudos (ROSANELI; COSTA; SUTILE, 2020). A gravidez na adolescência tem atraído muito a atenção dos profissionais de saúde e da Estratégia Saúde da Família, indicando que alguns estudos têm sido realizados com o objetivo de tentar desvendar os motivos, dificuldades e experiências da gravidez na adolescência (COIMBRA et al., 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, que segue as seis etapas de investigação do problema: Elaboração da pergunta norteadora, pesquisa ou amostragem, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e interpretação dos resultados. O levantamento dos artigos científicos foi realizado no período de abril a novembro de 2021, por meio de bibliotecas virtuais, nas seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Lilacs (Biblioteca Virtual em Saúde). Os descritores em português utilizados para a seleção dos artigos, visando a composição da pesquisa foram: “Adolescentes”, “Gravidez” e “Saúde da Mulher”, e em inglês: “*Adolescent*”, “*Pregnancy*” e “*Women’s Health*”. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados na íntegra, entre os anos de 2014 e 2021, disponíveis gratuitamente, que respondessem a problemática da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: cartas ao editor, dissertações de mestrado e teses de doutorado, anais de congresso e artigos científicos incompletos. Após os critérios de exclusão foram selecionados 11 artigos para compor esse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 11 artigos para compor esta revisão. Com base na análise dos artigos foi elaborada uma categoria temática: “Mudanças psicossociais que ocorrem nas adolescentes grávidas e a importância do profissional da saúde”, nesta categoria evidenciou-se que a vivência da gravidez não planejada é permeada por sentimentos, que os profissionais de saúde precisam estar alerta para a necessidade de se reconhecer as vulnerabilidades porquê perpassam as adolescentes grávidas. Além disso, a representação da gravidez na adolescência, aponta para a importância da formulação de estratégias na implementação de políticas públicas. Quanto a perspectiva da maternidade em mães adolescentes, a descoberta da gravidez e a relação com a família evidenciou sentimentos como o medo de revelar aos pais e que as mudanças iniciais com a descoberta da gravidez provocam desajustes emocionais na adolescente. Percebeu-se ainda que a maternidade gerou modificações no viver das mães adolescentes, onde o significado da maternidade refere-se ao cuidado, ao carinho e ao apego pelo(a) filho(a). Acrescenta-se que

a mulher adolescente vivencia no período gravídico-puerperal, sentimentos de insegurança, medo e rejeição, o que permite compreender a importância do profissional de saúde nessa fase tão importante da vida.

CONCLUSÕES

Esse estudo proporcionou a identificação das mudanças que ocorrem na descoberta da gravidez na adolescência, onde observou-se que a puberdade precoce e a atividade sexual estão acontecendo cada vez mais cedo, além disso muitas jovens acabam engravidando na primeira relação sexual por falta de orientações sobre planejamento familiar, dentre outros fatores, o que acaba levando a problemas psicossociais. A gravidez na adolescência é um tema muito discutido e um importante problema de saúde pública. Esta fase envolve além das transformações anteriormente relatadas, constantes acontecimentos e adaptações nessa nova fase que se inicia na vida da adolescente, e que possui diferentes significados e influências. Alterações no cotidiano, desprezo familiar, afastamento do parceiro, abandono da escola, rejeição social, perspectiva profissional prejudicada, insegurança, medo, ansiedade e depressão, foram pontos negativos identificados nessa fase de vida da adolescente. Em contrapartida, identificaram-se como pontos positivos: o apoio da família desde o início da gravidez, junto ao acolhimento dos profissionais da saúde que irão repassar orientações sobre os cuidados pré-natais, além da oferta de apoio, e confiança para se sentirem mais encorajadas, para vivenciar uma gestação mais saudável e de uma forma positiva. É importante ressaltar que a presença e apoio familiar e o acompanhamento do profissional enfermeiro são de grande relevância diante das transformações e mudanças que ocorrem em uma gestação na adolescência. Desse modo, o estudo aponta para as vulnerabilidades vivenciadas pela adolescente grávida, o que demanda a formulação de políticas públicas de promoção e educação em saúde, com o intuito de minimizar o impacto biopsicossocial de uma gravidez não planejada, além da necessidade de uma rede de apoio fortalecida que possa amenizar as dificuldades vividas pela experiência da maternidade na adolescência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, *Francisca Alanny Rocha*; DOURADO, João Victor Lira; PAULA, Paulo Henrique Alexandre de et al. Experiência da gravidez entre adolescentes gestantes. **Revista de Enfermagem**, v.12, n.7, p.1986-96, Jul., 2018. Disponível

em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236243/29489>>.

Acesso em 10 Out 2021.

ANDRADE, Paula Rosenberg de; OHARA, Conceição Vieira da Silva; BORBA, Regina Issuzu Hirooka de et al; Enfrentando uma experiência difícil mesmo com apoio: a adolescente menor vivenciando a maternagem. **Revista Gaúcha Enfermagem**, São Paulo, v.36(esp): p.111-8, dez., 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.56751>>.

Acesso em 28 Set 2021.

COIMBRA, William da Silva; FERREIRA, Helen Campos; FEIJÓ, Edmar Jorge et al. Preparo de acadêmicos de enfermagem para o cuidado a adolescentes grávidas. **Revista Mineira de Enfermagem**, v.22, p.1-7, Nov. 2018. Disponível em:

<<http://www.reme.org.br/exportar-pdf/1238/e1102.pdf>>. Acesso em 27 Jun 2021.

ROCHA, Rosangela Malard Neves; SOUZA, Pauliana Carolina De; BITTAR, Cléria Maria Lobo. Relatos sobre a percepção da gravidez para um grupo de adolescentes e jovens mulheres. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.10, n.1, p.59-68, jan-jun, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/07.pdf>>. Acesso em 29 Set 2021.

ROSANELI, Caroline Filla; COSTA, Natalia Bertani; SUTILE, Viviane Maria. Proteção a vida e a saúde da gravidez na adolescência sob olhar da bioética. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p.300-114, Jun.,2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300114>>. Acesso em 28 Nov 2021.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Karolayne dos Santos Ribeiro¹ (Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: kaahribeiro0123@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

A Covid-19 é uma doença infecciosa causada por um vírus da família coronavírus – Sars-Cov-2. O paciente infectado pode apresentar desde um quadro assintomático a sintomas graves, e ainda não há terapêuticas para a prevenção ou para o tratamento da doença. Neste aspecto, as práticas integrativas e complementares contribuem para a qualidade de vida, o autocuidado e o equilíbrio geral do indivíduo, seus benefícios podem auxiliar no manejo de sinais e sintomas desencadeados por enfermidades e atuar na prevenção, promoção e tratamento em pacientes com Covid-19. O objetivo desta revisão foi identificar as contribuições das práticas integrativas e complementares no tratamento de pacientes com Covid-19. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com artigos indexados na Medline via Pubmed, Scielo e Lilacs. Foram incluídos estudos clínicos, metanalítico, teste controlado e aleatorizado; estudos de 2020 a 2021, gratuitos e disponíveis integralmente. Eliminaram-se cartas ao editor, artigos científicos incompletos, fichamentos, artigos duplicados, teses de dissertação de mestrado e doutorado. Foram encontradas 964 referências, contudo, através de filtros, apenas 17 estudos foram elegíveis. Os resultados promoveram um levantamento de conhecimentos acerca das ações terapêuticas das práticas integrativas e complementares na atenuação de sintomas clínicos, como febre, tempo de internação hospitalar, secreção pulmonar, tosse, expectoração, esforços respiratórios, assim como melhorou os índices de fadiga, taxa de mortalidade e diminuição dos processos inflamatórios. Ademais, os níveis de respostas imunológicas aumentaram em decorrência de intervenções com planos de tratamentos orientais, promovendo uma reabilitação eficiente nos múltiplos aspectos que englobam a condição clínica do paciente com Covid-19.

Palavras-chave: Terapias Complementares. Práticas Integrativas. Medicina Alternativa. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O estudo justificou-se pela importância de compreender o cenário pandêmico atual, suas implicações, consequências e os impactos causados na saúde pública, como também a necessidade de identificar os benefícios das práticas integrativas e complementares no tratamento de pacientes com Covid-19. A hipótese de pesquisa partiu da ideia de que as técnicas não farmacológicas maximizaram suas aplicações no contexto da pandemia, destacando diversos benefícios para o quadro clínico de pacientes com Covid-19 e que através da percepção acerca da utilização das PICs, o enfermeiro pode compreender a relevância científica – indicações, contraindicações – das técnicas e usá-las para prevenir agravos pulmonares, redução de qualidade de vida e processos infecciosos, bem como fomentar a elaboração de planos terapêuticos específicos para cada indivíduo com o desígnio de restaurar a funcionalidade, capacidade de adaptação pós-Covid e colaborar para a redução de sequelas. O objetivo desta revisão foi identificar as contribuições das práticas integrativas e complementares no tratamento de pacientes com Covid-19. Os objetivos específicos foram: 1 – Mostrar os benefícios das

técnicas de relaxamento muscular progressivo e exercícios respiratórios no tratamento de Covid-19; 2 – Elencar as contribuições, tipologias e atuação das plantas herbáceas medicinais na reabilitação de Covid-19 e; 3 – Discorrer sobre tratamento ayurvédico e medicina integrada na terapia de Covid-19.

MARCO TEÓRICO

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada por um vírus da família coronavírus – Sars-Cov-2 – descoberta em Dezembro de 2019 na Cidade de Wuhan, Província de Hubei, na China (HARAPAN et al., 2020). Nesse contexto, o Brasil tem se destacado por sua elevada taxa de contaminação, ocupando a terceira posição no ranking mundial em casos ativos, superando oito milhões de infectados, e a segunda posição em número de mortos – mais de 209 mil óbitos até 19 de Janeiro de 2021 (AQUINO et al., 2020). As PICs – Práticas Integrativas e Complementares –, em saúde, foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde por meio da PNPIC, aprovada pela Portaria GM/MS 971 de 3 de Maio de 2006. A PNPIC – Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – contempla diretriz e responsabilidades institucionais para oferta de serviços e produtos de homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura (TERRA; PIZUTTI, 2021). As PICs contribuem para a qualidade de vida, o autocuidado e o equilíbrio geral do indivíduo, seus benefícios podem auxiliar no manejo de sinais e sintomas desencadeados por enfermidades e atuar na prevenção, promoção e recuperação da saúde. Com isso, ressalta-se a possibilidade para o uso das PICs na assistência aos pacientes com COVID-19 nesse período de distanciamento social (DAMASCENO, 2021).

METODOLOGIA

O estudo apresentou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura através da questão norteadora: Quais os benefícios das práticas integrativas e complementares na reabilitação de pacientes acometidos com Covid-19? As bases de dados usadas foram: Medline via Pubmed, Scielo e Lilacs Via BVS. Os descritores foram: Terapias Complementares, Práticas Integrativas, Medicina Alternativa e Covid-19. Incluíram-se estudos clínicos, metanalítico, teste controlado e aleatorizado; estudos publicados no período de 2020 a 2021; estudos na Língua Inglesa e Portuguesa; estudos disponíveis gratuitamente e na íntegra. Eliminaram-se cartas ao editor; artigos científicos incompletos; fichamentos, artigos duplicados, teses de dissertação de mestrado e doutorado. Foi realizada a leitura do título e resumo do material encontrado. Foram encontrados 964 estudos, dos quais 40 estudos foram pré-selecionados pelo título e resumo. 924 estudos não respondiam à pergunta norteadora e os objetivos, sendo excluídos da pesquisa. Foram incluídos 17 estudos na amostra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final desta revisão foi 17 (dezessete). O tipo de estudo predominante foi: estudo metanalítico e revisão sistemática (05) e estudo bibliográfico (05). Os demais foram: teste controlado e aleatorizado (03), estudo clínico (02), estudo analítico (01) e revisão de diretrizes (01). O ano de publicação predominante foi: 2020, total de 09 (nove) estudos e 2021, com 08 (oito) artigos. Os estudos selecionados compreenderam: exercícios de relaxamento muscular progressivo (01), exercícios de respiração (01), fitoterapia (09), ayurvédica (01), medicina tradicional chinesa e ocidental (05). Foram construídas quatro categorias temáticas. Tornou-se possível compreender os benefícios das terapias integrativas e complementares na reabilitação de pacientes com Covid-19 através de protocolos terapêuticos sistematizados com enfoque nas sintomatologias clínicas do indivíduo. Além disso, considera-se que o entendimento acerca dos tratamentos integrativos para o enfermeiro é de uma suma importância, visto que este

profissional atua diretamente com pacientes infectados, sendo um sujeito indispensável para fornecer uma assistência qualificada conjuntamente com a equipe multidisciplinar por meio de recursos adjuvantes focados na integralidade e nas singularidades de cada paciente. Os achados discutidos possibilitaram um levantamento de conhecimentos acerca das ações terapêuticas das práticas integrativas e complementares na atenuação de sintomas clínicos, como febre, secreção pulmonar, tosse, expectoração, esforços respiratórios, assim como melhorou os índices de fadiga, tempo de internação hospitalar, taxa de mortalidade e diminuição dos processos inflamatórios. Ademais, os níveis de respostas imunológicas aumentaram em decorrência de intervenções com planos de tratamentos envolvendo fitoterápicos. Foi possível ainda perceber melhora da ansiedade e do sono com técnicas relaxantes, promovendo assim uma reabilitação eficiente nos múltiplos aspectos que englobam a condição clínica do paciente com Covid-19. Evidencia-se também que o estudo metodológico desta revisão permitir fomentar a discussão sobre a importância de utilizar métodos não farmacológicos como recursos promissores para o tratamento de pacientes com pneumonia em decorrência do novo coronavírus, levando em consideração que os tratamentos adjuvantes mostraram embasamento científico e clínico para melhorar o funcionamento pulmonar e as funções orgânicas de pacientes com covid-19.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Estela; SILVEIRA, Ismael Henrique; PESCARINI, Júlia Moreira; AQUINO, Rosana; SOUZA-FILHO, Jaime Almeida; ROCHA, Aline dos Santos; FERREIRA, Andrea. Medidas de distanciamento social para controle da pandemia COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. Salvador/BA, v. 25, n. 1, p. 2423 – 2446, jun/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32520287/>. Acesso em: 06 Out. 2021 às 19h52.
- DAMASCENO, Kairo Silvestre Meneses. Práticas integrativas e complementares de saúde e trabalhadores de saúde na crise sanitária do Covid-19. **Journal of Multiprofessional Health Research**. Salvador/BA, v. 2, n. 2, p. 2107 – 2110, 2021. Disponível em: <https://journalmhr.com/index.php/jmhr/article/view/26>. Acesso em: 06 Out. 2021 às 20h07.
- HARAPAN, Harapan; ITOH, Naoya; YUFIKA, Amanda; WINARDI, Wira; KEAM, Synat; TE, Haypheng. Doença por coronavírus 2019 (COVID-19): uma revisão da literatura. **J. Infectar. Saúde Pública**. Indonésia, v. 13, n. 5, p. 667 – 673, mai/2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32340833/>. Acesso em: 06 Out. 2021 às 19h48.
- TERRA, Melaine; PIZUTTI, Paola Lucca. A trajetória da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares do Rio Grande do Sul: uma narrativa de potencialidades e resistências. **Saúde e Sociedade**. Rio Grande do Sul/RS, v. 30, n. 2, p. 1 – 11, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/187272>. Acesso em: 06 Out. 2021 às 20h12.

RESUMO EXPANDIDO

DESMAME PRECOCE E COMORBIDADES: AVALIANDO FATORES RELACIONADOS

Karla Thaís Bernardo Paula Santos (aluna do curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: k.thais-21@hotmail.com); Orientadora: Amália Gonçalves Arruda (professora do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

O ato de amamentar de forma natural é de suma importância para o vínculo mãe e filho e benéficos para a saúde dos dois. A interrupção do aleitamento materno exclusivo ou até mesmo associação com outros tipos de alimentos antes de completar os seis meses de idade traz certos tipos de desvantagens e consequências e pode estar relacionada na qualidade de vida daquela criança na idade adulta ou em um futuro próximo. Dessa forma, o objetivo do estudo é averiguar as principais comorbidades em crianças de 6 meses a 5 anos e sua relação com o desmame precoce. Para alcançar êxito nos resultados, optou-se por realizar uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário junto às mães participantes do Programa Saúde da Família, especificamente na Unidade Básica de Saúde (UBASF) do município de Aracati-Ceará. Participaram do estudo 28 mães. Entre os resultados verificou-se que as principais comorbidades apresentadas nas crianças submetidas ao desmame precoce, de acordo com as mães foram doenças respiratórias, processos alérgicos, anemia, alteração no desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Para fundamentar as informações enfatizadas pelas mães, realizou-se também um levantamento teórico, visando identificar o que os autores relatam acerca do cenário tratado. Por fim, conclui-se que o desmame precoce, afeta consideravelmente o desenvolvimento de um indivíduo em crescimento, afetando também as questões motoras e cognitivas, e que para minimizar as problemáticas, é necessário devido acompanhamento profissional por meio de consultas e exames.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Desmame. Doenças crônicas. Comorbidade.

INTRODUÇÃO

O leite materno é um alimento de suplementação fundamental no início de vida, sendo benéfico não só para o bebê, como também para a mãe. Além disso, o leite materno é considerado padrão ouro para nutrição de recém-nascidos (RNs), pois previne e controla morbidades na infância e vida adulta entre elas fatores relacionados a prematuridade, infecção no trato urinário, sepse, doenças respiratórias entre outros. O aleitamento materno exclusivo (AME) definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é conhecido pela sua alta superioridade comparado a outras formas de alimentação como determinação de oferta apenas de leite materno exclusivo, sem inclusão de água ou chá, abrindo exceção apenas gotas de vitaminas e/ou medicamentos sendo preconizado até o sexto mês de vida das crianças. Desta forma quando se é oferecido ao bebê outros tipos de alimentos/suplementos que não seja o leite materno antes da criança fazer seis meses de vida, há início do processo de desmame precoce. É fundamental a assistência da enfermagem no puerpério imediato e na visita domiciliar para a prática da amamentação, esclarecer dúvidas, informar de forma positiva sobre as vantagens da amamentação. Oferecendo um suporte social abrangendo os benefícios. Conforme os pressupostos apresentados, emergiu-se o seguinte questionamento norteador. Quais fatores estão relacionados ao desmame precoce e surgimento de comorbidades na

criança? Com relação ao objetivo do estudo, o mesmo busca averiguar as principais comorbidades em crianças de 6 meses a 5 anos e sua relação com o desmame

METODOLOGIA

O estudo foi realizado junto ao Programa Saúde da Família, que é uma estratégia desenvolvida pelo Ministério da Saúde com o objetivo de oferecer a atenção básica/primária de forma mais resolutiva e humanizada, sendo fundamental à consolidação do Sistema Único de Saúde. Essa pesquisa foi realizada em uma Unidade Básica de Saúde (UBASF) do município de Aracati-Ceará. Em síntese, as UBASF são pontos de serviços em saúde, instalados nas comunidades, que desenvolvem um papel importante na garantia de uma atenção de saúde adequado as pessoas, objetivando uma atenção integral comunitária, dando-a voz, influenciando no condicionamento e determinantes coletivos (BRASIL, 2012). Com isso, o campo apresentado, foi escolhido por apresentar o menor índice de aleitamento materno exclusivo no ano de 2021. A pesquisa contemplou mães de crianças de 6 meses até 5 anos acompanhadas na UBASF escolhida, do município de Aracati- Ceará. A amostra foi definida pelos seguintes critérios inclusivos: a) Mães que pararam de amamentar antes de 4 meses de vida do filho; b) Mães de crianças que tenham idade de 6 meses a 5 anos de idade; c) Mães primíparas e múltíparas; d) Mães com idade igual ou superior a 18 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as informações levantadas, fica claro que a maioria (n:14) (50%) das mulheres tem como grau de escolaridade o ensino médio completo, o que na visão de Guimarães e Cunha (2020) relaciona-se com a sua pouca informação ou pouco interesse em buscar o mesmo, o que culmina em problemas de saúde. Além disso, os autores enfatizam que mulheres com maior nível de instrução conseguem atividades de trabalho melhores, o que consequentemente permite que elas ganhem, financeiramente melhor. Esse fator está intimamente associado a uma melhor alimentação, menor estresse no dia a dia e uma qualidade de vida melhor. Com relação a sua ocupação, a predominância foram atividades do lar (n:13) (46,4%) seguido de agricultoras (n:08), com 28,6%. Neste sentido, Andrade, Pessoal e Donizete (2018) destacam que a sobrecarga do trabalho, que ambas as atividades expressam, aumenta as chances de as mulheres efetivarem a amamentação precoce. Conforme os autores, quanto maior a independência feminina, ou seja, trabalho fora do lar, e o apoio da família, menor a sobrecarga de trabalho e consequentemente menores chances de ocorrer o desmame precoce. Já com relação ao número de filhos, aquelas que cuidam do lar também são predominantes, com 57% (2 a 3 filhos) (n:16), o que exige mais tempo dedicado às crianças e consequentemente menor tempo para exercer a nova maternidade, culminando em pouco tempo para dedicar a amamentação. Andrade, Pessoal e Donizete (2018) exprimem que quanto mais filhos, mais tempo dedicado aos cuidados domésticos, o que aumenta as chances de desmame precoce. No que tange a situação conjugal, destacaram-se aquelas com união estável (39,28%) (n:11) seguido das casadas (35,71%) (n:10). Brito et al. (2020) destacam que quanto mais os pais se envolvem no cuidado com a puérpera e seu filho, menores são as chances de ocorrer o desmame precoce. Conforme ainda apontam, a mulher se sente segura com seu esposo auxiliando nesse processo de cuidado e por isso fica mais confortável com os cuidados necessários a criança. Conforme aborda, 14,29% (n:4) das mulheres apresentavam hipertensão arterial, ao passo que 7,14% (n:02) apresentaram cálculo renal e gastrite, e 3,57% apresentavam surdez (n:01), hérnia de disco (n:01) e ansiedade (n:01). Compreende-se que essas doenças são comuns em donas de casa, pois as mesmas, segundo Silva et al. (2021) são mulheres com pouca escolaridade e por não ter atividades diversas a realizar, no mercado de trabalho, por exemplo, passam a ficar muito tempo em casa, sobrecarregadas com suas

atividades domésticas, entre os afazeres de cuidado com o lar e cuidados com às crianças. Quando questionadas sobre comorbidades adquiridas na gravidez apenas as que já tinham hipertensão pregressa se manifestaram comprovando que nenhuma desenvolveu comorbidades no período gravídico/puerperal.

CONCLUSÕES

Diante do que foi explanado ao longo do texto, pode-se enfatizar que a pergunta norteadora da pesquisa foi respondida, pois visava saber quais fatores estão relacionados ao desmame precoce e surgimento de comorbidades, e ficou claro que a criança pode ser acometida de dificuldades como doenças respiratórias, processos alérgicos, anemia, alteração no desenvolvimento cognitivo e psicomotor. Dessa forma, fica evidente a relevância da amamentação durante o período enfatizado pelos profissionais, sem que a criança tenha acesso a mamadeiras, sopas e outros alimentos que não estejam disponibilizados pela mãe, no seu peito, pois o rompimento precoce, na grande maioria das vezes culmina em problemas não apenas para as crianças, mas também para suas mães. Para as mães, o texto esclarece que os problemas se relacionam a doenças adquiridas durante esse processo, tais como hipertensão, cálculo renal, hérnia de disco e ansiedade. No processo de amamentar, as mães relatam que se sentem incomodadas no que tange a ferimentos no peito e cansaço na rotina da amamentação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Heuler Souza; PESSOA, Raquel Aparecida; DONIZETE, Livia Cristina Vasconcelos. Fatores relacionados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 13, n. 40, p. 1-11, 2018.
- BRITO, João Gabriel Cordeiro et al. A Presença Paterna no Aleitamento Exclusivo/The Parental Presence in Exclusive Breastfeeding. **ID online REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 14, n. 52, p. 799-812, 2020.
- GUIMARÃES, Lucas Melo; CUNHA, Geraldo Marcelo da. Diferenças por sexo e idade no preenchimento da escolaridade em fichas de vigilância em capitais brasileiras com maior incidência de dengue, 2008-2017. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00187219, 2020.
- SILVA, Larissa Arielly Cunha da et al. Prevalência do aleitamento materno exclusivo e fatores relacionados ao desmame precoce em um Hospital Amigo da Criança. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e52510918375-e52510918375, 2021. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38683>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FRAGILIDADES DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE NA ATENÇÃO À PESSOA LGBTQIA+

Francisco de Jesus da Rocha Neto¹ (Aluno do curso de enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe, email: scullyribeiro@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professora Mestra da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Esse estudo tem o objetivo de conhecer as fragilidades no sistema público de saúde na atenção integral à população de Lésbicas, Gays, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com análise qualitativa, realizado numa comunidade cristã inclusiva, tendo como sujeitos da pesquisa seis pessoas que se autodeclararam LGBT. O instrumento de coleta de dados foi o Grupo Focal analisado de acordo com o Discurso do Sujeito Coletivo. Diante dos resultados, percebeu-se uma angústia das minorias sexuais e de gênero, quando procuram uma unidade básica de saúde, pois nas suas realidades, lidam com diversas situações constrangedoras relacionadas a suas sexualidades, dentro dos serviços de saúde. Semelhantemente, existem alguns déficits nas competências e habilidades técnico-científicas e ético-humanísticas dos profissionais de saúde quanto a atenção à comunidade LGBTQIA+, evidenciadas por estigmas preconceituosos nos atendimentos, além do desconhecimento sobre esses pacientes, que resultam na evasão dessa população nesses ambientes. Conclui-se, que as condições de acesso da população LGBTQIA+ aos serviços é demarcado por um sistema com vulnerabilidades, visualizado acerca das dificuldades de serem atendidos de forma humanizada e profissional. Compreende-se assim que, há uma emergência na ressignificação do formato como esses são assistidos nos espaços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias sexuais e de Gênero. Saúde pública. Atenção.

INTRODUÇÃO

Com o avanço histórico da saúde pública no Brasil, o direito a saúde se torna um parâmetro sócio universal, caracterizando-a como direito de todos, que, por sua vez, objetiva a igualdade dentro dos serviços. Contudo, a ausência de algumas minorias sociais enquanto usuários destes, como a população de Lésbicas, Gays, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais (LGBTQIA+), definem uma necessidade no preparo político-social e científico de demandas igualitárias nos ambientes de saúde. Sendo assim, o Ministério da Saúde adota e amplifica a Política Nacional de Atenção Integral à Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis (PORTARIA Nº 2.836/2011), com o intuito de proporcionar uma saúde igualitária para a população LGBT, vetando qualquer forma de intolerância institucionalizada, colaborando para o fim das desigualdades nos sistemas de saúde (BRASIL, 2013). Contudo, mesmo com a criação de uma política voltada para atenção do bem estar das pessoas LGBTQIA+, nota-se uma falha na aplicação dessas questões nos boletins de saúde coletiva (BEZERRA et al., 2019). Desse modo, esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de conhecer as fragilidades no sistema público de saúde na atenção integral à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais.

MARCO TEÓRICO

As adversidades nos serviços de saúde ultrapassam as discriminações contra as pessoas não heterossexuais, percorrem a aceitação como indivíduos com direitos e necessidades específicas de saúde, necessitando de acolhimentos humanizados para escutar tais especificações (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019). Somado a isso, Ferreira, Pedrosa e Nascimento (2017), dissertam que, a discriminação para com este público na assistência de

saúde reflete em um sistema desigual, prejudicando o princípio da universalização do SUS. Nesse sentido, é essencial que se investigue mais as necessidades do bem estar dessas pessoas, incluindo pesquisas sobre o assunto com as equipes de saúde (BARBOSA; BERIGO; ASSIS, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. O local do estudo foi comunidade cristã inclusiva para pessoas LGBTQIA+, localizada no município de Fortaleza-Ceará. A população foi composta por pessoas que se declaram lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos ou assexuais, frequentadoras de uma comunidade cristã inclusiva. A amostra foi representada por 6 (seis) frequentadores, deliberados pelos critérios de inclusão da pesquisa, sendo: a) Pessoas autodeclaradas LGBTQIA+; b) Com idade igual ou superior a 18 anos; c) Que utilizem ou utilizaram os serviços de saúde pública nos últimos 05 anos. Como instrumento para coletar os dados foi-se utilizado o grupo focal, realizado de forma remota pelo Google Meet, guiado por seis questionamentos norteadores. Conseqüentemente, os dados foram transcritos, organizados para serem analisados conforme o Discurso do Sujeito Coletivo. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado sob parecer nº 4.954.708. Além disso, todos os participante assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e termo para gravação de voz e imagem.

RESULTADOS

Com o propósito de entregar aos leitores uma amostra dos resultados mais dinâmicos e discutidos, foram estabelecidas seis (06) categorias temáticas: Formas de acesso e sentimentos ao procurarem uma unidade de saúde; Ações preconceituosa nos atendimentos de saúde; Motivos que aproximam e distanciam a população LGBTQIA+ dos serviços de saúde; Sentimento em declarar sua sexualidade e/ ou identidade de gênero no espaço de saúde; Concepções de desigualdades nos atendimentos de saúde; Conceitos de atendimento equitativos

Formas de acesso e sentimentos ao procurarem uma unidade de saúde

Verifica-se uma debilitação no acolhimento entregue a essa população nos serviços, sendo perpassado por estigmas sociais. Nesse sentido, Araújo (2020) relata que os atendimentos nos serviços de saúde do SUS, apresentam dificuldades pela falta de humanização e profissionalismo nas redes de assistência. Enfatiza ainda o despreparo durante atendimento a esse público, principalmente no acolhimento e recepção. Diante disso, Shinadeh, Pessoa e Silva (2021) consideram a ausência de uma assistência especializada a esse público, o que se materializa em acolhimento estigmatizado e os eventos opressores, contribuindo para o afastamento desses clientes, justificados pelo desconhecimento profissional, crenças e preconceitos.

Ações preconceituosas dentro dos atendimentos de saúde

Percebeu-se que há diversas irregularidades durante a assistência aos indivíduos da comunidade LGBTQIA+, expondo a presença de estigmas preconceituosos por parte das equipes de saúde durante os atendimentos a esse público. A discriminação por orientação sexual e identidade gênero nos serviços se configura como desrespeito às normas constitucionais, uma vez que configura-se na lei constitucional que todos são iguais, garantindo a proteção ao direito à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança e propriedade, além de definir a saúde como um direito universal (BRASIL, 1988).

Motivos que aproximam e distanciam a população LGBTQIA+ dos serviço de saúde

O principal motivo elencado que gera uma aproximação do grupo está relacionado as acessibilidades do sistema em atender a algumas necessidades da população. Demonstrando

assim, uma sensibilidade do SUS em garantir a promoção, prevenção e cuidado de saúde à essas minorias, acerca de procedimentos acessíveis a população. Bem como, as práticas de discriminação contra a orientação sexual e identidade de gênero nos serviços de saúde acarretam num bloqueio da busca de serviços voltados à saúde, fazendo com que essa população se afaste, com medo de que novas experiências que intimidam e discriminam as mesmas, voltem a acontecer. Sobre isso, a ausência dessa população nas unidades de saúde é parte do compromisso da estrutura organizacional desses espaços, que sofrem influência dos padrões estigmatizados acerca da heteronormatividade, do bipoder e práticas de homofobia institucionalizada (GUIMARAES, 2017). Similarmente, observou-se que o distanciamento dessa população, estar além das questões relacionadas com suas sexualidades, existem também os problemas que perpassam os usuários do sistema de saúde público de forma geral, relacionados as falhas burocráticas que geram lentidões nos serviços de saúde

Sentimento em declarar sua sexualidade e/ ou identidade de gênero no espaço de saúde

Diante do discurso, uma desatenção do profissional ao atender uma queixa de uma pessoa não heterossexual é evidenciada, pois o paciente sente-se intimidado ao informar sobre sua sexualidade. Verifica-se assim, um bloqueio comunicativo entre paciente e profissional, por medo de ter suas falas silenciadas e estigmatizadas. Conforme isto, Albuquerque et. al. (2016), corrobora quando diz que essas minorias apresentam uma dificuldade em se expressar com os profissionais de saúde, como também o receio do constrangimento devido aos episódios de homofobia presente nas falas e condutas profissionais.

Concepções de desigualdades nos atendimentos de saúde.

Para o grupo, existe uma distinção nas condutas profissionais durante as consultas, observando uma diferenciação na forma de tratamento ao descobrirem sua sexualidade. Diante disso, percebe-se uma discriminação durante os atendimentos, que podem ser comprovados a partir dos estereótipos dos profissionais, assim como, suas condutas quando se sabe a orientação sexual e identidade de gênero do paciente. Consequentemente, tais episódios de homofobia presente nos discursos, incidem na determinação social da saúde pois fragmentam a integralidade do olhar biopsicossocial, gerando sofrimento, adoecimento e até morte prematura devido ao preconceito (PEREIRA, 2015).

Conceitos de atendimento equitativos

O grupo em sua fala, determinou a necessidade das mudanças na forma como as pessoas são atendidas, compreendendo que todos possuem necessidades diferentes, mesmo que busquem um tratamento igualitário nos serviços, deve-se atentar as questões de equidade, onde cada grupo apresentará especificidades e necessidades diferentes. Diante disso, Pereira (2015), reconhece que há uma necessidade da universalidade do direito a saúde em promover a equidade, acerca do acolhimento e atenção segundo as particularidades dos pacientes, visto que, a política nacional de atenção integral a saúde LGBT, anseia promover uma saúde integralizada (BRASIL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa de caráter qualitativo, as discussões evidenciaram que as condições de acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde, é demarcado por um sistema cheio de vulnerabilidades, visualizado acerca das dificuldades desses pacientes ao serem atendidos de forma humanizada e profissional. Ademais, o caminho percorrido por essa população nos aspectos da saúde é marcado por uma série de percalços que inviabilizam a

garantia dos direitos inerentes a todo cidadão. Conseqüentemente, há uma emergência na ressignificação da forma como essa população é assistida dentro dos espaços de saúde, visando concertar os problemas estruturais dos serviços, que essa população enfrenta recorrentemente nas unidades, buscando assim, entregar um serviço equânime, fazendo com que todos possam ser livres dentro desses espaços, sem medo da rejeição e do preconceito.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* **Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review.** *Bmc International Health And Human Rights*, 2016. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <https://bmcinthealthhumrights.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12914-015-0072-9.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

ARAÚJO, Ellen Thallita Hill et al. **Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica.** *Revista Enfermagem Atual In Derme*. 2020. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/637>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BARBOSA, Gustavo Carrijo; BERIGO, Milena Rezende; ASSIS, Thaís Rocha. **Saúde para a população LGBT+: uma revisão bibliométrica.** *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, 2020 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2020000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha et al. **Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva.** *Saúde em Debate* [online], 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S822>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** LGBT. Brasília; 2013. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_1esbicas_gays.pdf.] Acesso em: 14 abr. 2021.

FERREIRA, Breno de Oliveira; PEDROSA, José Ivo dos Santos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde.** *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 2018. Fundacao Edson Queiroz. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6726/pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos et al. **Assistência a população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os agentes comunitários de saúde?** *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 121, 2017. Núcleo de Estudos em Saúde Publica. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2327/1754>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PAULINO, Danilo Borges; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2019. FapUNIFESP. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832019000100249&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2021.

PEREIRA, Edson Oliveira. **Acesso e qualidade da atenção à saúde para a população LGBT: a visão dos médicos de uma capital do nordeste brasileiro.** Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20070>. Acesso em 13 nov. 2021.

SHIHADDEH, Nizar Amin; PESSOA, Elisângela Maia; SILVA, Fabiane Ferreira da. **A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade lgbtqia+.** Barbarói, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ABORTO EM ADOLESCENTES E FATORES CAUSAIS: REFLETINDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS

Denise Leila da Silva Oliveira⁴ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe, email: Denise.oliveira@fvj.br), Fabianne Ferreira Costa Róseo⁴ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

Abortamento é definido como a interrupção da gravidez, até a 20^a ou 22^a semana de gestação e com o feto pesando menos de 500 gramas. Considera-se aborto o produto da concepção eliminado no abortamento, está presente na trajetória de inúmeras mulheres, apesar de muito debatido ainda carrega diversos estigmas e tabus. Este estudo tem como objetivo geral discutir sobre as percepções do enfermeiro em relação aos fatores causais do aborto em adolescentes. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, realizado no setor de obstetrícia do Hospital e Maternidade de referência para parto, em Aracati-Ceará. A amostra contou com 5 enfermeiros que atuam no setor de obstetrícia. A coleta de dados ocorreu durante o período de novembro de 2021, utilizando-se da entrevista semiestruturada composta por cinco perguntas norteadoras. As entrevistas foram gravadas. Os dados foram organizados e analisados pela técnica da análise de conteúdo temática de Minayo. As repercussões sociais do aborto em diferentes esferas na vida da mulher precisam ser analisadas e respeitadas, tendo em vista que o abortamento atinge mulheres jovens, em plena idade produtiva e reprodutiva, levando-as a um possível óbito ou resultam em sequelas à sua saúde física, mental e reprodutiva. Acredita-se que o aborto necessita ser mais discutido pelo enfermeiro, uma vez que este é um dos profissionais que mantêm maior contato com as pacientes, muitas vezes lhes sendo confiado os reais motivos que culminaram no aborto. **Palavras-chave:** Aborto. Enfermagem. Obstetrícia.

INTRODUÇÃO

Apesar de ainda muito complexo, o aborto se faz presente na trajetória de inúmeras mulheres, e implica em diversos estigmas e tabus, isso devido a sua prática ser permitida em poucos motivos circunstanciais. Todavia, são amplas as circunstâncias que levam as mulheres à realização do abortamento como gestação não planejada, ambiente familiar, vulnerabilidade socioeconômica, entre outros. O Ministério da Saúde do Brasil adota a seguinte definição para abortamento: é a interrupção da gravidez até a 20^a - 22^a semana de gestação e com o produto da concepção pesando menos de 500g; enquanto aborto é o produto da concepção eliminado no abortamento (BRASIL, 2014). A gravidez na adolescência é um dos temas que gera bastante repercussão, tanto na adolescente que engravida quanto para a sociedade, a maioria culmina em dificuldades para prosseguir com a maternidade precoce não planejada (VAZ; MONTEIRO; RODRIGUES, 2016). Durante o atendimento às mulheres em situação de abortamento, considera-se que o enfermeiro seja um dos profissionais que mantêm o maior contato, muitas vezes sendo-lhe confiado os reais motivos que culminaram neste processo final (SANTOS, 2016). Ainda diantedesses motivos, à assistência por parte desses profissionais merece uma abordagem ética e humanizada, se desprendendo de quaisquer discriminações. Por conseguinte, espera-se que esse estudo possa ajudar a romper às resistências e pré-julgamentos por parte dos enfermeiros, visando desenvolver uma melhor humanização na assistência as adolescentes que passaram pelo processo de aborto. Objetivou-se: Discutir sobre as percepções do enfermeiro em relação aos fatores causais do aborto em adolescentes em uma maternidade do município de Aracati, Ceará.

MARCO TEÓRICO

De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) de 2016 comparada aos resultados da PNA 2010, quanto ao perfil das mulheres e a magnitude do aborto, constatou-se por meio de um levantamento domiciliar, que em 2016, quase 1 a cada 5 mulheres, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto, enquanto em 2015, 416 mil mulheres vivenciaram pelo menos um processo abortivo no Brasil (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Dados publicados no Boletim Epidemiológico Nº1 sobre Mortalidade Materna da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará revelaram que de 2011 para 2019 o número de mortes maternas por aborto no Ceará variou de 1 a 6 óbitos por ano, enquanto a Razão de Mortalidade Materna pelo mesmo agravo reduziu de 2,3/100.000 nascidos vivos em 2011 para 0,8/100.000 nascidos vivos em 2019. Os anos com o menor número de óbitos por aborto foram 2016 e 2019, com um óbito em cada ano respectivamente, sendo que o ano de 2013 registrou 6 óbitos, com uma razão de mortalidade materna de 4,8/100.000 nascidos vivos (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. O local do estudo foi o Hospital e Maternidade Santa Luiza de Marilac (HMSLM), situado no município de Aracati – CE referência para parto na região Litoral - Leste. O HMSLM foi selecionado como local do estudo por possuir o setor obstétrico onde é oferecido todos os cuidados para diversas causas ginecológica na região Litoral - Leste. Desse modo, a amostra foi composta por 05 (cinco) enfermeiros. Para definição da amostra foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: enfermeiros que exercem suas atividades no setor de obstetrícia; com experiência de no mínimo 1 ano na instituição, e pelo menos 3 anos de experiência no setor obstétrico, independente da instituição. Foram excluídos: enfermeiros com menos de 1 ano de experiência, que trabalham somente no setor de pediatria, no alojamento conjunto, ou em outro setor da referida maternidade. A coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2021 a novembro de 2021. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas individuais semi – estruturadas contendo alguns dados de identificação profissional e cinco questões norteadoras sobre a temática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir dos depoimentos dos (as) enfermeiros (as) emergiram 5 (cinco) categorias analíticas, a saber: 1) Fatores sociais e emocionais, 2) Ausência de planejamento x gravidez precoce, 3) Aborto provocado: o medo de revelar o ato, 4) Assistência integral: um olhar além do sociocultural e 5) Legislação: o sofrimento por trás do aborto assistido. É evidente nesta pesquisa que o aborto durante a adolescência é acompanhado de inúmeras repercussões na vida dessas adolescentes. A fragilidade de laços familiares pouco estruturados surge como um dos principais aspectos sociais que contribuem na tomada de decisões. Os fatores que podem contribuir para elevar os números de abortos induzidos são a falta de acesso e atenção à saúde sexual e reprodutiva das mulheres na oferta de medicamentos e no aconselhamento reprodutivo. Considerado um problema de saúde pública que apresenta implicações políticas, econômicas e sociais. Destarte, as repercussões sociais na vida pessoal, familiar, e no mundo do trabalho precisam ser analisadas e respeitadas, na medida em que o abortamento atinge mulheres jovens, em plena idade produtiva e reprodutiva, levando-as desnecessariamente ao óbito ou resultando em sequelas à sua saúde física, mental e reprodutiva.

Diante do exposto, acredita-se que o foco principal do aborto induzido seja ainda a gravidez indesejada e de forma precoce, e apesar de todas as criações e formulações de políticas públicas de atenção sexual e reprodutiva necessita-se de um dinamismo na forma de repassar essas informações. O Planejamento Familiar necessita de um maior debate em espaços de diálogo entre os adolescentes, onde se faz necessário a presença não só de mulheres, mas também de homens, para que todos possam estar envolvidos na decisão de uma gravidez segura e planejada, pois assim é possível decidir o momento ideal para a geração de uma vida que possa ser amparada com todo às condições necessárias possíveis. Fica entendível que o enfermeiro, como parte da equipe de cuidados, detém um olhar bastante afetuoso diante da assistência a essas mulheres, a empatia oferecida o torna essencial para que esse momento seja o menos doloroso possível. O aconselhamento reprodutivo também poderá contribuir para futuras tomadas de decisões conscientes por parte dessas jovens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica** / Ministério da Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Caderno nº 4). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento-norma_tecnica_2ed.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 abr. 2021.

SANTOS, Ana Lúcia Correia dos. **O processo de aborto na vida das mulheres sob a visão do enfermeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul 2016. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/1350>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde. Núcleo de Vigilância Epidemiológica. **Boletim Epidemiológico sobre Mortalidade Materna**, Ceará, 2020. Disponível em: www.saude.ce.gov.br. Acesso em: 14 abr. 2021.

VAZ, Raquel Ferreira; MONTEIRO, Denise Leite Maia; RODRIGUES, Nádia Cristina Pinheiro. Trends teenage pregnancy in Brazil, 2000-2011. **Revista de Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 330-335, Jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302016000400330&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 abr. 2021.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DIALOGANDO SOBRE OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS CAUSADOS NA FAMÍLIA

Débora dos Santos da Silva¹

Mayra Serley Barreto de Oliveira²

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral investigar quais os impactos psicossociais causados na família de uma criança com transtorno do espectro autista – TEA. O estudo objetivou ainda discutir sobre o transtorno do espectro autista – TEA, seu desenvolvimento, aspectos históricos e sociais, discorrer sobre a relação entre a família e a criança autista e investigar quais os impactos psicossociais causados na família relacionados à responsabilidade de cuidar de uma criança com TEA. A metodologia adotada foi o estudo bibliográfico a partir de uma revisão integrativa sobre o objeto de estudo. Ao final, foi possível refletir sobre a relação do objeto de estudo dessa pesquisa com o trabalho dos profissionais de enfermagem, os quais precisam estar preparados para atuarem em casos como os de famílias com crianças autistas, pois o atendimento profissional não se inicia e nem se encerra no diagnóstico e nem na formalidade de um processo de tratamento, mas na confiança, na humanização e no suporte afetivo e emocional que devem ser compartilhados com essas famílias.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista. Impactos psicossociais. Família.

Introdução

Também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), o autismo é classificado, de acordo com o DSM 5, como um transtorno com diagnóstico clínico que pode ser feito a partir de observações da criança, assim como a partir de relato de cuidadores e de aplicação de instrumentais (HOFZMANN et al., 2019).

O autismo se caracteriza, segundo Portes e Vieira (2020), por prejuízos persistentes na comunicação e interação social, apresentando padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Ainda de acordo com os autores, tais sintomas costumam aparecer em torno do segundo ano de vida da criança. Ou seja, são observados comportamentos relacionados à interação social, como por exemplo, a falta de interesse em comunicar-se ou a dificuldade em comunicar-se com terceiros, assim como são repetitivos os comportamentos, a busca pelas mesmas atividades ou objetos para ‘brincar’.

De acordo com Moreira, Lima e Guerra (2020), os membros da família de uma criança com autismo são expostos a situações de mudanças nas atividades cotidianas, sobrecarga de

¹ Aluna Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: deborasantosfvj@gmail.com.

² Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: mayra.serley@fvj.br.

tarefas, exigências e, inclusive, reajustamento psíquico. Para as autoras, os sujeitos que compõem a família de uma criança autista estão vulneráveis a consequências de nível profissional e/ou social acarretadas pelos conflitos que ocorrem no âmbito intrafamiliar a partir da responsabilidade e necessidade de cuidar da criança com TEA.

Destarte, a pesquisa tem como objetivo geral investigar quais os impactos psicossociais causados na família de uma criança com transtorno do espectro autista – TEA. O estudo tenciona ainda discutir sobre o transtorno do espectro autista – TEA, seu desenvolvimento, aspectos históricos e sociais; discorrer sobre a relação entre a família e a criança autista; e investigar quais os impactos psicossociais causados na família relacionados à responsabilidade de cuidar de uma criança com TEA.

Metodologia

O estudo foi realizado com base em análises bibliográficas realizadas na base de dados Scielo. Desse modo, foi realizada uma revisão integrativa sobre o tema em questão. Os critérios de inclusão e exclusão para a seleção de fontes para a pesquisa foram o ano da publicação (últimos cinco anos) e sua relação direta com o tema. Os principais descritores foram: enfermagem, assistência psicossocial, autismo, transtorno do espectro autista, família e impactos psicossociais.

Discussão teórica

De acordo com o Ministério da Saúde (MS), o transtorno do espectro autista (TEA) é considerado um distúrbio do neurodesenvolvimento e tem como característica o desenvolvimento atípico, manifestações corporais, déficits na comunicação, assim como na interação social e padrões de comportamentos repetitivos e/ou estereotipados (BRASIL, 2020).

Destarte, é importante retratar, então, que a chegada de uma criança, independentemente de suas particularidades, gera diversas mudanças no seio familiar. No entanto, quando essa criança apresenta alguma deficiência ou transtorno, essas alterações no cotidiano da família são acentuadas.

Dialogando com esta percepção, Sousa (2018) destaca que a chegada de uma criança autista numa família vem acompanhada de desafios e dificuldades, transformando a rotina daquela família, necessitando de adaptações, cuidados e atenção especiais, acompanhamento especializado, bem como, a perseverança na busca por progressão no quadro da criança.

Compreende-se, destarte, que a presença de uma criança autista na família gera diversos impactos que implicam nas relações criança autista-parente, assim como nas relações parente-parente. Tais implicações giram em torno de diversos aspectos, mas é provável que o período da descoberta do diagnóstico de uma criança autista gera maior tensão no âmbito familiar.

Pinto et al. (2016) dialoga sobre o fato de que o diagnóstico de autismo em uma criança é um momento complexo para a família. É uma etapa delicada e cheia de desafios que se tornam uma missão não apenas para os profissionais da saúde, mas também para os membros da família da criança. Para os autores, “o ambiente físico associado às demais circunstâncias relacionadas à notícia poderá interferir positivamente ou não para a minimização do sofrimento familiar” (p. 2).

De acordo com Souza e Souza (2021), são elencados como aspectos psicossociais afetados pela chegada de uma criança autista em uma família: rejeição, reação, insegurança, medo, negação, tristeza, pessimismo etc. Aspectos estes que podem oscilar dependendo do nível do transtorno em que a criança se encontra, bem como da realidade social, econômica e afetiva da família que a concebe.

Muitos são os fatores psicossociais afetados pela chegada de uma criança com TEA, como foi possível constatar nessa breve discussão. Isso revela o fato de que o atendimento multiprofissional, incluindo a enfermagem, é necessário nesse contexto por um viés humanizado, pois a criança autista, bem como sua família, não necessitam apenas de atendimento relacionado ao transtorno exclusivamente, mas também em relação a questões psicossociais de todos os que compõem aquele seio familiar.

Conclusões

A pesquisa sobre os impactos psicossociais nas famílias de crianças com autismo revelou muitas informações e reflexões sobre como as famílias se comportam nessa etapa da vida não apenas da criança com TEA, mas de todos que convivem com ela no seio familiar. Esse tópico traz informações importantes sobre como os familiares se comportam após a descoberta do diagnóstico e que aspectos são afetados nesse período.

Em suma, a discussão possibilitou reflexões necessárias sobre a relação do objeto de estudo dessa pesquisa com o trabalho dos profissionais de enfermagem, os quais precisam estar preparados para atuarem em casos como os de famílias com crianças autistas, pois o atendimento profissional não se inicia e nem se encerra no diagnóstico e nem na formalidade

de um processo de tratamento, mas na confiança, na humanização e no suporte afetivo e emocional que devem ser compartilhados com essas famílias.

Referências

HOFZMANN, Rafaela da Rosa. PERONDI, Márcia. MENEGAZ, Jouhanna. LOPES, Soraia Geraldo Rozza. BORGES, Dayanne da Silva. Experiência dos familiares no convívio de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). In: **Enferm. Foco** 2019; 10 (2): 64-69. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1671>. Acesso em: 03 out. 2021.

MOREIRA, Maria Teresa Ferreira. LIMA, Andreia Maria Novo. GUERRA, Manuela. Sobrecarga do cuidador informal de crianças com transtorno do espectro do autista. In: **Journal Health NPEPS**. 2020 jan-jun; 5(1):38-51. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/4200>. Acesso em: 03 out. 2021.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz. TORQUATO, Isolda Maria Barros. COLLET, Neusa. REICHERT, Altamira Pereira da Silva. NETO, Vinicius Lino de Souza. SARAIVA, Alynne Mendonça. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. In: **Rev Gaúcha Enferm**. 2016 set;37(3):e61572. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov 2021.

PORTES, João Rodrigo Maciel. VIEIRA, Mauro Luís. Coparentalidade no contexto familiar de crianças com transtorno do espectro autista. In: **Psicol. estud.**, v. 25, e44897, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100205. Acesso em: 03 out. 2021.

SOUSA, Andréa Cristina de. O perfil psicossocial do autismo e suas relações familiares. In: **Revista Científica FacMais**, Volume. XII, Número 1. Março. Ano 2018/1º Semestre. ISSN 2238- 8427. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2018/06/11.-O-PERFIL-PSICOSSOCIAL-DO-AUTISMO-E-SUAS-RELA%C3%87%C3%95ES-FAMILIARES.pdf>. Acesso em: 29 nov 2021.

SOUZA, Rachell Fontenele Alencar de. SOUZA, Júlio César Pinto de Souza. Os desafios vivenciados por famílias de crianças diagnosticadas com transtorno de espectro autista. In: **Perspectivas em diálogo: Revista de Educação e Sociedade** – ISSN 2358-1840. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10668>. Acesso em: 29 nov 2021.

COMPORTAMENTO SUICIDA EM JOVENS ADULTOS DO SEXO MASCULINO: AVALIANDO A REALIDADE DE BEBERIBE-CE.

Amanda Sângela de Oliveira Silva¹ (Aluno do curso de enfermagem da Faculdade do vale do Jaguaribe, email: amandasan3525@gmail.com), Amália Gonçalves Arruda² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

O suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, perdendo apenas para acidentes de trânsito, tornando-se um problema na saúde pública. Partindo da necessidade de avaliar a assistência prestada as pessoas em potencial suicida, o objetivo geral da pesquisa é investigar os fatores de risco e de proteção relacionados à tentativa e/ou ideação suicida de jovens adultos do sexo masculino que residem no município de Beberibe-CE. O estudo foi do tipo exploratório, descritivo com abordagem qualitativa, tendo como lócus um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Instituiu a amostra 06 pacientes do sexo masculino, maiores de dezoito anos, com cognição para responder as perguntas da pesquisa. Foram realizadas as entrevistas e após análise emergiram quatro categorias: autoconcepção sobre doença mental com comportamento suicida; cenários da vida promotores do pensamento e/ou atos autolesivos; fatores de risco e proteção quanto a pensamento e/ou atos autolesivos; tratamento em saúde mental: atores e tipos de tratamentos. Dessa forma, verificou-se que o comportamento suicida é um acontecimento multicausal, que provoca e prejudica os sujeitos que desenvolve a conduta contra sua vida. Na pesquisa surgiram os seguintes fatores de risco: aversão a busca por tratamento, traumas por abuso sexual, preconceito em relação orientação sexual, insucesso profissional, perdas familiares, infecção do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), falta de apoio familiar, preconceito em relação a doenças mentais e dentre os fatores de proteção podemos destacar: a acessibilidade ao tratamento farmacológico, o atendimento desenvolvido no CAPS, apoio familiar, interação com a religião e acolhimento profissional.

INTRODUÇÃO

É crescente o número de casos de suicídio em todo o mundo. Dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), aponta que a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio, totalizando cerca de 800 mil casos por ano. Ainda de acordo com a OMS, o suicídio é a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, perdendo apenas para acidentes de trânsito, tornando-se um problema na saúde pública (OMS, 2018). Avaliando as estatísticas da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) percebe-se que suicídio não ocorre apenas em países de alta renda, cerca de 79% dos casos sucede em países de baixa e média renda (OPAS, 2018). Segundo Pereira *et al.*, (2018) os fatores de risco são aqueles que se relacionam com eventos estressores e características negativas da vida, e sua presença aumenta as chances de manifestação de problemas físicos, emocionais e sociais. Dessa forma, o atentado contra a própria vida pode ocorrer de forma impulsiva, determinado pelo momento de crise financeira, estresse agudo, relacionamentos malsucedidos, estado terminal ou doenças graves. Na perspectiva da literatura existem fatores relacionados ao gênero sendo mais propenso a população masculina cometer suicídio do que o público feminino. Observa-se que o público feminino apresenta maiores taxas de tentativas de suicídio, que na maioria das vezes não terá êxito. Já as tentativas praticadas por homens, são consideradas mais brutais e comumente o desfecho para esses casos é a morte (OPAS, 2018). O grande obstáculo para pessoas que tentam suicídio é a incompreensão tanto pelos profissionais da saúde quanto pela própria família. Muitos prováveis suicidas sentem-se ignorados quanto aos seus sentimentos.

Botega (2015) afirma que, há um esforço social para manifestar ações para a prevenção do suicídio, as abordagens dos profissionais devem partir do pressuposto holístico, de forma que a interação dos pacientes esteja vinculada com o profissional, assim a permanência desse indivíduo será efetivo e terá potencial chance de adesão do tratamento. A existência de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) - estruturas do Sistema Único de Saúde (SUS) compostas de equipes interdisciplinar que exerce o atendimento a pessoas com problemas de saúde mental – reduziu em até 14% a ocorrência de suicídios nos municípios. (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

MARCO TEÓRICO

A OMS relata que os métodos prevalentes são envenenamento, arma de fogo e enforcamento. Uma das formas de prevenção do autoextermínio está relacionado com a dificuldade de acesso ao formato da prática. Do mesmo modo, identificar o grupo de risco é fundamental para as ações de prevenção, avaliando e prestando cuidados as vítimas que tentaram o ato como também capacitar profissionais para identificar e compreender as necessidades individuais. Nessa perspectiva ações como abordar o tema com mais clareza e buscar quebrar tabus sociais sobre o tema tem impactos positivos, observando a realidade social e emocional dos envolvidos (OMS, 2018). De acordo com Santos (2018), o suicídio pode ser abordado sob diversas particularidades e a escolha principal para este assunto foi discuti-lo do panorama da sua dor emocional. Desse modo deve-se compreender o suicídio como problema de saúde coletiva e um problema comunitário difícil e resultado de múltiplos fatores psicossociais e intrapsíquicos. É preciso considerar a clínica do suicídio como consequência final de um processo de crises.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa que procura especificar e proporcionar um maior entendimento de determinado assunto. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador busca por um maior conhecimento sobre o tema proposto para o estudo (GIL, 2008). A pesquisa foi realizada no município de Beberibe-CE, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com a autorização da secretaria municipal de saúde. A população foi composta por pacientes do sexo masculino acompanhados no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), do município de Beberibe-CE. A amostra foi desenvolvida com 6 (seis) pacientes. A princípio realizou-se a primeira fase da análise onde existe uma interação significativa do pesquisador com o material de analisado, posteriormente na segunda fase, deu-se a construção das categorias; com a exploração do material, na qual o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado; na terceira fase o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que consiste na classificação e a agregação dos dados (MINAYO, 2002) surgindo assim as seguintes categorias de análise: autoconcepção sobre doença mental com comportamento suicida; cenários da vida promotores do pensamento e/ou atos autolesivos; fatores de risco e proteção quanto a pensamento e/ou atos autolesivos; tratamento em saúde mental: atores, equipamentos, meios de tratar. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa esteve de acordo com as resoluções 466/12 (BRASIL, 2012) e 510/16 (BRASIL, 2016) e foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe por meio da Plataforma Brasil, sendo aprovada em agosto de 2021, com o número de parecer: 4.880.480.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi elaborada no município de Beberibe-CE, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com 06 pacientes que fazem seu acompanhamento na unidade. Conforme os dados recolhidos, após estudo minucioso das narrações, foram estabelecidos as seguintes categorias

temáticas: autoconcepção sobre doença mental com comportamento suicida; cenários da vida promotores do pensamento e/ou atos autolesivos; fatores de risco e proteção quanto a pensamento e/ou atos autolesivos; tratamento em saúde mental: atores e tipos de tratamento. É importante destacar, a percepção principal do sofrimento psíquico na qual foi o motivo para a busca por atendimento. De acordo com Junior et al., (2014) o conhecimento do adoecimento potencialmente surge após consequências negativas produzidas no ciclo vital do indivíduo. Para a pessoa em sofrimento psíquico, a compreensão de que algo está lhe prejudicando, e que pode ser anormal gera comprometimento a sua rotina, por intermédio médico, ou mesmo pelo demérito que a vivência de adoecimento se mostra para o indivíduo. Os fatores têm diferentes visões para cada indivíduo, o ônus para as pessoas será distinto, porque o suicídio é um ato singular, sugestionado por um complexo fatores em diferentes intensidades para cada sujeito. Deste modo, não cabe uma única interpretação ocasional para o ensejo da morte contra si próprio, como se apenas um aspecto ou pessoa fosse o critério por essa morte. Há fatores biopsicossociais existente que tem participação na vida de cada um de nós. Investigar a história pregressa tem relação com todo um contexto atual, ampliando olhares, possibilidades e caminhos (SCAVACINI, 2018). Os fatores de risco mais frequentes de violência autoinfligida apontados, abrangem precedentes psiquiátricos, próprios ou familiares, instabilidade no ambiente familiar, estigmas sociais, diminuição em atividades de lazer, falta de apoio espiritual/religioso, consumo de drogas, discussões ou separação com companheiros conjugais, baixa alfabetização, atingido a área de poucas oportunidades laboral e eventos estressantes, sempre associados ao gênero e à veemência do planejamento suicida (FÉLIX et al., 2016). Percebe-se como é indispensável o máximo de informação sobre as competências e técnicas de prevenção da saúde mental e da qualidade do sono sugeridas pela OMS, sociedades e associações de profissionais da saúde mental. Igualmente é eficaz a disponibilização de serviços on-line para cuidado a pacientes que necessitam de determinados cuidados quanto às suas condições emocionais e mentais (BARROS; GRACIE, 2020). Para Sequeira (2021) uma dificuldade secundária na saúde mental relaciona-se com o preconceito associado à doença mental, e, ao retardamento na busca por apoio profissional apropriado, o que tem repercussões no tratamento e restabelecimento da pessoa afetada. A intervenção precoce, potencializa as saídas das pessoas, no enfrentamento a episódios de vida contraproducentes. A problematização na atuação da família como rede de apoio no cuidado em saúde mental esta alicerçada na teoria de desospitalização dos sujeitos com transtorno mental e a reinserção deles no convívio familiar. Para tanto é necessário garantir a viabilidade de sua vida cotidiana, com isso, fortalecendo seus vínculos familiares e social, de modo que ele possa obter distintas redes no território quando precisar de amparo (FERREIRA et.al., 2019). Para Santos et al., (2017) o cuidado multidisciplinar é imprescindível a decisória dos feitos. A avaliação a pessoa com o comportamento suicida, observa-se que a dinâmica ocorre no âmbito multidisciplinar, havendo uma responsabilidade conjunta entre os profissionais, compartilhamento interdisciplinar, com incumbências aos demais serviços da rede de saúde, com base numa rede semântica, apoio matricial e envolvimento mútuo. Situa-se autenticidade que reforça com o estudo, refletindo o desempenho do profissional enfermeiro nas finalidades relacionada ao comportamento suicida, uma vez que este deve estar disposto para identificar e estimar o potencial suicida, coparticipar com a equipe multidisciplinar e fazer referência e contra referência aos demais serviços de saúde, no momento indispensável, mediante a complexidade do caso, o profissional saiba interpretar que não deve deliberar essas necessidades separadamente, todavia somar empenho e domínios com a equipe (SANTOS, 2017). Sobre a importância de conversar com os profissionais enfermeiros, eles alegaram ser essenciais, pois terá direcionamento, instruções quanto ao uso de medicamentos, compreensão, que pedir ajuda é um gesto de humildade,

revelam um vínculo de intimidade e entendem que os profissionais dão o seu melhor no atendimento. É fundamental que a mediação do enfermeiro ao comportamento suicida seja a escuta. Perceber e planejar as razões que possam estar relacionadas com a conduta de autocídio é uma percepção dos participantes do estudo. A empatia, ademais é pontuado como um método de cuidado, no objetivo de admitir que a pessoa fale francamente sobre o assunto. Atitudes como introdução de acordo de não autocídio, encontros com a rede de apoio familiar, acompanhamento por meio de consultas de retorno (BENDER; CONTO; RODRIGUES, 2021).

REFERÊNCIAS

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. 27, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2020.v29n4/e2020427/pt>. Acesso em: 08 dez. 2021

BENDER, K. G.; CONTO, F.; RODRIGUES, J. Cuidado de enfermagem à pessoa com comportamento suicida na Atenção Primária. **Research, Society and Development**. V. 10. 10.33448/rsd-v10i11.20002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.20002>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FÉLIX, T. A et al. Fatores de risco para tentativa de suicídio: produção de conhecimento no Brasil. **Revista Contexto & Saúde**, 16(31), 173–185. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2016.31.173-185>. Acesso em: 28 out. 2021.

FERREIRA, T. P. S et al. A família no cuidado em saúde mental: desafios para a produção de vidas. **Saúde Debate**. Rio De Janeiro, V. 43, N. 121, P. 441-449, Abr-Jun, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2019.v43n121/441-449/pt>. Acesso em: 29 out. 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Suicídio é grave problema de saúde pública e sua prevenção deve ser prioridade**, OPAS/OMS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2019-uma-pessoa-morre-por-suicidio-cada-40-segundos-afirma-oms>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ATENDIMENTO OBSTÉTRICO ÀS MULHERES NEGRAS: COMPREENDENDO A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA E CLASSE EM SAÚDE PÚBLICA EM ARACATI-CE.

Alycia Lara Souza Damasceno¹ (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: alycia_lara@hotmail.com), Amália Arruda Gonçalves² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Orientadora da Pesquisa, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

O cenário da atenção à saúde da população negra ainda se encontra em desfalque, e isso precariza-se quando referido à saúde da mulher negra. Em todos os dados estatísticos dos últimos anos do IBGE a mulher negra representa maiores taxas de discriminação por raça, classe social e gênero. Evidencia-se uma intersecção de eixos de opressão, e estas interligações são explicadas pela teoria da interseccionalidade. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa de caráter descritivo exploratório e tem por objetivo compreender como o contexto social da interseccionalidade de raça e classe refletem no atendimento obstétrico em saúde pública de mulheres residentes no município de Aracati-CE. A pesquisa foi realizada na comunidade do Cumbe e contou com a participação de duas mulheres. As iniquidades quando o atendimento obstétrico, que afetam majoritariamente mulher negras e pobres, apresentam-se como problemática de gestão, não aplicabilidade de políticas públicas que buscam aplacar o racismo institucional e promover melhor desempenho da atenção básica, o despreparo dos profissionais quanto a aplicabilidade e execução de um atendimento humanizado. É necessário despertar nos profissionais um olhar mais holístico para o atendimento deste público, ao tempo que também é necessário que estes estejam capacitados para avaliar o contexto biopsicossocial dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. População Negra. Enfermagem Obstétrica. Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A percurso histórico da população negra no Brasil é marcada por muitas lutas. Escravizados por quase 400 anos, somente há 4 gerações este povo encontra-se em liberdade, liberdade essa marcada por lento desenvolvimento governamental de ações e medidas de reparação histórica e social. Quando se refere a saúde da mulher negra, este cenário demonstra um contexto de vulnerabilidade ainda maior. Em todos dados estatísticos dos últimos 10 anos de pesquisa do IBGE as mulheres negras representam maior taxa de discriminação por raça, classe social e gênero. Evidencia-se uma intersecção de eixos de opressão, e estas interligações são explicadas pela teoria da interseccionalidade (IBGE, 2008 – 2019). Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender as problemáticas sobre as vulnerabilidades socioeconômicas e institucionais e sua persistência nas diversas camadas estruturais, como o exemplo do racismo institucional e como estes refletem no atendimento obstétrico de mulheres negras no município. Descartes, este estudo tem por objetivo compreender como a perspectiva da interseccionalidade de raça e classe social interferem na saúde pública nos diferentes níveis de atendimento obstétrico no município de Aracati-CE.

MARCO TEÓRICO

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) pretos e pardos representam 55,8% da população brasileira. Apesar dos números, esses ainda se encontram nos mais baixos níveis de representação social em universidades, mercado de trabalho, educação, representação política e distribuição de renda. Em contrapartida, os negros e/ou pardos concentram as maiores taxas de vítimas da violência, tendo o jovem negro ou pardo 2,7 vezes mais chances de morrer por homicídio intencional em relação aos brancos (IBGE, 2019). Quando se refere a saúde da mulher negra, este cenário demonstra um contexto de vulnerabilidade ainda maior. Essas vulnerabilidades percorrem camadas, intersecções de eixos de opressão, que colocam a mulher negra em um patamar estatístico de inferioridade, caracterizada pela omissão/negligência ao acesso à direitos constitucionais (BRASIL, 2019). Considera-se ainda uma problemática inerente às mulheres: a discriminação de gênero. A violência de gênero é descrita por SARDENBERG E TAVARES (2016) como violações direcionadas exclusivamente ao sexo feminino. As autoras frizam ainda que para além da discriminação de gênero, considera-se que este tipo de violência predomina em mulheres negras.

METODOLOGIA

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-exploratório realizado em Aracati-Ce em 2021. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada que contou com a participação de duas mulheres autodeclaradas negra e parda e quilombolas.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e duraram, em média, 20 minutos, e foram gravadas por meio de aparelho eletrônico. As participantes, após receber orientações sobre o estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Gravação de Voz e Imagem. Como critérios de inclusão foi considerado: mulheres negras e/ou pardas, mulheres que passaram por período gravídico nos últimos 5 anos, mulheres que iniciaram seu pré natal antes do fim do primeiro trimestre gestacional na unidade de Estratégia de Saúde da Família de sua comunidade. E como critérios de exclusão: mulheres menores de 18 anos, mulheres com idade maior que 40 anos, mulheres que passaram por processo abortivo e não possuem filhos vivos e mulheres que se encontram em período inferior a 120 dias pós parto. Para preservar o anonimato das entrevistadas, foi designado a cada uma pseudônimo sendo estas mulheres representadas por figuras de enfermeiras negras importantes para a história da enfermagem. de organização (fase exploratória, pesquisa de campo e tratamento de dados) e a técnica adequada escolhida para o estudo. Foram transcritos os áudios gravados das entrevistas e a análise de dados foi realizada a partir da técnica de análise do discurso. A análise do discurso é descrita por Orlandi (2005) com uma técnica que visa não somente decodificar o discurso em seu aspecto linguístico, como também entender o contexto em que o sujeito esteve e está inserido. É compreender a fala considerando seu aspecto histórico, social e subjetivo.

Em relação aos aspectos éticos, o presente estudo concerniu as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A pesquisa teve sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) (CAAE: 51699821.4.0000.9431).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As entrevistadas relataram grande barreira de acesso aos serviços de saúde pois estas necessitam locomover-se para outra região para então conseguir atendimento obstétrico. Além de enfrentarem a indisponibilidade uma unidade básica de saúde com oferta dos serviços fundamentais para as mulheres e dificuldade de locomoção, se veem ainda mais afetadas

quando se menciona o fator econômico. A cidade de Aracati-CE é um desses municípios que enfrentam a problemática quanto a acesso a exames de rotina que deveriam ser ofertados no pré-natal, o que vitimiza as mulheres negras e pobres atendidas nessas unidades. Todo esse contexto, para além das questões que envolve a maternidade, evidencia grande necessidade de uma rede de apoio e que essas mulheres não o encontram na saúde pública. O desamparo assistencial vivenciado por Rosalda neste período lesa a possibilidade de rastreamento e prevenção desses casos. Além de acarretar danos psíquicos e infração dos direitos garantidos, estas práticas perpetuam a conduta de abandono dessas mulheres negras pelo sistema de saúde. As falas de ambas expressam diferentes tipos de violência obstétrica. Além disso mostram também despreparo da equipe profissional que as assistiu ao realizarem procedimentos desnecessários, práticas abolidas pelo Ministério da Saúde (MS) e conselhos de medicina e por apresentarem postura descontrolada em momentos de pressão. Há também as situações onde as entrevistadas vivenciaram momentos onde seus corpos e falas foram negligenciados, obtiveram informações parciais ou não obtiveram informação de medicação e procedimento realizados sem autorização da paciente. É possível identificar a problemática de gestão e despreparo profissional em unidades do município nas falas das entrevistadas quanto seus acolhimentos. Porém seus atendimentos não foram negligentes em sua plenitude, durante seus atendimentos de pré-natal ambas relatam ótima comunicação da equipe (enfermeira-médica), suprimento de dúvidas e aflições, apoio moral e psicológico ao enfrentamento do momento de parto e puerpério, e respeito e apoio no pré-natal ao desejo de um método contraceptivo irreversível. Evidencia-se então um contexto de vulnerabilidade interseccional, onde as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas por esse grupo também implicam em fragilidades para obtenção de atendimento em saúde. Percebe-se o desenvolvimento de mecanismo pessoais e sociais como o empoderamento e sororidade para enfrentamento dessas problemáticas.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Censo demográfico 2019: **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil** - 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 11 abril 2021.

LEAL, Maria do Carmo, et al. **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, suppl.1, e00078816. Epub July 24, 2017. ISSN 1678-4464. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00078816>. Acesso em: 06 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. Disponível em: (PDF) ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso - Princípios & procedimentos (1)* | Adriana Silveira - Academia.edu. Acesso em: 02 dez. 2021.

THEOPHILO, Rebecca Lucena *et al.* Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, p. 3509-3514, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.31552016>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ENTRAVES ENCONTRADOS NA COMUNICAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E A COMUNIDADE SURDA NAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO CEARÁ.

Alan Carlos Ferreira de Jesus¹ (Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: alan.jesus@fvj.br), José Ossian Almeida Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, Orientador da Pesquisa, e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

A sociedade atual é caracterizada por padronizar a comunicação do tipo oral para a interação social entre seus indivíduos, fator que gera dificuldades na acessibilidade da comunidade surda nas esferas públicas, em especial nas instituições de saúde. O débil nível de conhecimento, do profissional de enfermagem, da Língua Brasileira de Sinais resulta em um atendimento fragilizado e constituído por entraves nos elos comunicativos entre esses e os surdos nas unidades de urgência e emergência. Assim, o presente estudo tem como objetivo elencar os entraves encontrados na comunicação entre profissionais de enfermagem e a comunidade surda nas unidades de urgência e emergência em um município do interior do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa, realizado na Unidade de Pronto Atendimento 24h no município de Russas – Ceará. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista, do tipo semiestruturada, pautada em quatro perguntas subjetivas à cinco enfermeiros e cinco técnicos de enfermagem. Com os resultados obtidos foi possível evidenciar que os profissionais assistencialistas não se sentem preparados para prestar um atendimento qualificado ao paciente surdo por diversos fatores. Esses também apresentam que as unidades de ensino, como as instituições de ensino superior e os cursos técnicos, não oferecem, de modo satisfatório, a disciplina de Libras em suas grades curriculares. Dessa forma, com as análises realizadas, faz-se essencial a criação e aprovação de políticas públicas que forneçam capacitação aos profissionais assistenciais de saúde, para esses desenvolverem um atendimento integral e equânime ao paciente surdo e, conseqüentemente, favorecer o desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva.

Palavras chaves: Surdez. Emergências. Enfermagem. Integralidade. Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

A comunicação é entendida como aspecto indispensável no cuidado em saúde, bem como em todas as circunstâncias de vida dos seres humanos. Visto isso, um dos principais desafios para os surdos é serem melhor compreendidos pelas pessoas ouvintes, uma vez que a maioria não tem, em seu repertório linguístico, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), incluindo os profissionais da saúde, em especial a equipe de enfermagem nas unidades de urgência e emergência. Destarte, o presente trabalho justifica-se pela importância da temática, tendo em vista que, apesar do Brasil ser bilíngue, sua população desconhece a LIBRAS como segunda língua pátria e, portanto, não detém conhecimento/ fluência da mesma. Além disso, percebe-se a insatisfatória gama de artigos e publicações quanto às dificuldades de comunicação entre os pacientes surdos e os profissionais de saúde, nas unidades de urgência e emergência. Nesse ínterim, o estudo tem como pergunta norteadora: Quais os entraves encontrados na comunicação entre profissionais de enfermagem e a comunidade surda nas unidades de urgência e emergência? Em síntese, o objetivo do estudo é elencar os entraves encontrados na comunicação entre profissionais de enfermagem e a comunidade surda nas unidades de urgência e emergência em um município do interior do Ceará.

MARCO TEÓRICO

Em relação ao atendimento dos pacientes surdos, o sistema de saúde brasileiro possui um déficit em sua acessibilidade, resultante da ausência de qualificação e conhecimento dos profissionais assistencialistas, causada por carência na formação acadêmica, que, em sua maioria, não aborda disciplinas de ensino da LIBRAS (GOMES; et al, 2020). Tal conjuntura afeta, principalmente, as consultas médicas e de enfermagem, devido a comunidade demonstrar restrições frente à uma sociedade ainda precária no conhecimento de sua cultura (PIRES; ALMEIDA, 2016). Estudos mostram que, no intuito de criar um elo com os surdos, os profissionais de saúde fazem uso de estratégias de comunicação durante o atendimento. Utilizam-se de mímicas e gestos, leitura labial, uso de prancheta com papel e caneta, aparelhos eletrônicos e intermediação de uma acompanhante/familiar (PIRES; ALMEIDA, 2016; COELHO, AIRES, SCHMIDT, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa, realizado na Unidade de Pronto Atendimento 24h no município de Russas – Ceará, no mês de agosto de 2021. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista, do tipo semiestruturada, pautada em quatro perguntas subjetivas à cinco enfermeiros e cinco técnicos de enfermagem. As entrevistas foram realizadas por meio do aplicativo de comunicação remota *Google Meet* e duraram, em média, 15 minutos, e gravadas pela mesma plataforma. Os participantes, após receber orientações sobre o estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Gravação de Voz e Imagem. Como critérios de inclusão foi considerado: ser enfermeiro ou técnico de enfermagem, com habilitação ativa do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), e possuir vínculo empregatício na unidade referida para o cenário de estudo. E como critérios de exclusão: profissionais que não atuam diretamente no atendimento ao paciente e os que estão afastados do serviço por motivo de licenças e férias. Com isso, para preservar o anonimato dos entrevistados, foi designado a cada um código alfanumérico composto pelas iniciais de sua categoria profissional, seguido por um número de acordo com a sequência em que as entrevistas ocorreram. Ressalta-se que a análise de dados aconteceu segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009), nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Os dados foram classificados segundo características comuns ou feixes de relação, dando origem às seguintes categorias: Capacitação e Estratégias de comunicação da equipe de enfermagem e o paciente surdo. Em relação aos aspectos éticos, o presente estudo concerniu as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A pesquisa teve sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) (CAAE: 50202921.4.0000.9431).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com os dados coletados, as informações foram organizadas e analisadas em três fases: 1ª fase – o investigador avaliou, em um contexto geral, as informações coletadas; 2ª fase – o investigador realizou uma avaliação mais detalhada, analisando as informações específicas; e 3ª fase – o investigador buscou a subjetividade nas informações encontradas, interpretando-as imparcialmente e realizando uma síntese diante dos achados. Assim, foi possível entender que o déficit assistencial da equipe de enfermagem, no atendimento ao paciente surdo, possui múltiplos fatores que nele resultam. Mesmo com ordenamentos jurídicos vigentes, a comunicação é comprometida pelo despreparo profissional às demandas básicas dos surdos, no oferecimento de cuidados em saúde nos âmbitos públicos e privados. O desconhecimento e a não utilização da LIBRAS na unidade de urgência de emergência, evidencia que a formação

educacional das EIS e das escolas técnicas de enfermagem não oferecem, de modo satisfatório, a preparação do profissional na comunicação com o surdo, nem tampouco as próprias organizações de saúde. Como resultado, o atendimento dessa comunidade fica subordinado à presença de um acompanhante, a fim de intermediar a conversação entre o profissional e o doente. Pois, mesmo fazendo uso de metodologias alternativas, sabe-se que ainda existem vários entraves durante o processo de comunicação entre as partes, dificultando o vínculo de acolhimento, relações solidárias e humanas. Assim, pode-se considerar, também, os estudos a respeito da temática discutida é insatisfatória e pouco explorada. Existe a necessidade de mais pesquisas que versem sobre a atuação do profissional de enfermagem na assistência ao paciente surdo. Demonstrando-se, assim, a importância da criação e aprovação de políticas públicas que capacite e treine os profissionais assistencialistas de saúde para uma comunicação efetiva com a comunidade surda, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva. Em síntese, destaca-se que as unidades educacionais de ensino superior e técnico devem outorgar a inclusão da LIBRAS, bem como da cultura desses indivíduos, em suas grades curriculares, a fim de proporcionar ao seus discentes e futuros profissionais a possibilidade de oferecer um cuidado qualificado a esse contingente populacional, proporcionando circunstâncias dignas de atendimento e autonomia.

REFERÊNCIAS

COELHO, Karla Ramlow; AIRES, Luana Claudia dos Passos; SCHMIDT, Jelson Budal. Atendimento da equipe de enfermagem ao paciente surdo: percepções e estratégias de comunicação. **Redes-Revista Interdisciplinar do IELUSC**, v. 1, n. 3, p. 39-48, 2020. Disponível em: < <http://revistaredes.ielusc.br/index.php/revistaredes/article/view/80/66>> Acesso em: 15 mar. 2021.

GOMES, Edine Dias Pimentel et al. Reflexões acerca da comunicação na Assistência de enfermagem a pessoa surda. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 93179-93186, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/20687/16521>> Acesso em: 15 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Revista Série Manuais Acadêmicos, 2016. p. 95. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047761>> Acesso em: 09 jun. 2021.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 68-77, 26 ago. 2016. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v5i1.912>. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912/650>> Acesso em: 18 mar. 2021.

PERCEPÇÕES DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO NATURAL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS: REVISÃO DA LITERATURA

Kerssy Cavalcante Leitão¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: kerssy.leitao@fvj.br), Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

O parto humanizado está ganhando mais espaço entre as parturientes a cada ano. Nesse aspecto, os enfermeiros são agentes na inserção das grávidas no processo do parto e por isso é preciso haver confiança entre profissional e paciente. O parto humanizado envolve relacionamento e comunicação interpessoal e seus desafios associam-se ao desconhecimento das mulheres, de seus familiares e acompanhantes acerca dos direitos reprodutivos da mulher. O objetivo deste estudo foi compreender os desafios enfrentados pelos enfermeiros na humanização do parto natural, assim como suas percepções sobre a implantação do cuidado humanizado. Trata-se de uma revisão da literatura. As bases de dados foram: Scielo, Lilacs e Pubmed. Incluíram-se estudos exploratórios e descritivos, estudos bibliográficos e teses. Eliminaram-se cartas ao editor, anais de congresso, artigos científicos incompletos. Foram encontrados 97 estudos, mas somente 13 constituíram a amostra. Os estudos disseram que as barreiras encontradas compreenderam: ausência de habilitação profissional, precárias condições físicas dos hospitais, maternidades e quantidade insuficiente de enfermeiros. As percepções sobre a implantação do cuidado humanizado envolveram: o parto natural como agente na redução de mortalidade para os bebês, a escuta qualificada e atenção às individualidades da gestante no momento da parição como relevante no sucesso do parto e a necessidade de qualificar a equipe na estruturação de ferramentas que promovam um ambiente acolhedor e propício para o parto humanizado, sendo o enfermeiro um profissional que promove um bem-estar global no momento e pós-parto através de técnicas específicas e orientações de autocuidado.

Palavras-chave: Parto Humanizado. Parto Natural. Enfermagem Obstétrica.

INTRODUÇÃO

O estudo contemplou as percepções que o enfermeiro apresenta acerca das dificuldades, desafios e as percepções do parto humanizado como estratégia importante e segura que oferece conforto, praticidade, bem-estar e autonomia no período do parto, corroborando para um puerpério satisfatório e uma recuperação mais rápida.

Sendo assim, o presente estudo justificou-se pela importância de apresentar as percepções da enfermagem na humanização no parto natural, assim como os obstáculos que o profissional de enfermagem responde diante desse processo. Dessa maneira, este estudo pretende auxiliar os profissionais de enfermagem na busca de uma assistência humanizada na saúde da mulher diante do parto natural.

Diante do exposto, esta revisão da literatura teve como objetivo compreender os desafios enfrentados pelos enfermeiros na humanização do parto natural, assim como suas percepções sobre a implantação do cuidado humanizado.

MARCO TEÓRICO

O parto humanizado está ganhando mais espaço entre as parturientes a cada ano, isso porque o pós-parto, nessa situação, possui diversos benefícios, como o início precoce da

amamentação, redução de intervenções, menor risco a manobras cirúrgicas, além de ser menos doloroso, porém ainda há tabus para serem desmistificados (DOL et al., 2019). As práticas humanizadas constituem um processo onde o profissional deve respeitar a fisiologia da mulher e do bebê por meio da promoção de local aconchegante, silencioso e seguro, assim como oferta de equipamentos que ajudam nas posições verticalizadas (OU; ZHOU; XIANG, 2018). Os profissionais de enfermagem devem sempre buscar conhecimento sobre o parto, pois são os principais acolhedores na atenção a mulher desde o pré-natal. Na atenção básica a mulher deve receber todas as informações a respeito do seu parto tirando todas as suas dúvidas e conhecendo seus direitos (FREITAS; NARCHI; FERNANDES, 2019). Na percepção dos profissionais da equipe de saúde, o parto humanizado envolve relacionamento e comunicação interpessoal, tendo em vista que se trata de subsídios importantes tanto no processo administrativo de trabalho, quanto na assistência propriamente dita (NASCIMENTO; SILVA; VIANA, 2018). As barreiras encontradas na implementação do cuidado humanizado se relacionam ao desconhecimento das mulheres, de seus familiares e acompanhantes sobre os direitos reprodutivos na atenção ao parto e nascimento, a atividade da resignação das mulheres, etc. (AMARAL et al., 2019).

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo uma revisão integrativa da literatura do tipo quantitativo. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: parto humanizado, parto natural, enfermagem obstétrica. Incluíram-se estudos exploratórios e descritivos, estudos bibliográficos, assim como teses; ano de 2014 a 2021. Excluíram-se cartas ao editor, anais de congresso, artigos científicos incompletos, artigos não disponíveis na íntegra, bem como artigos com duplicidade nas bases de dados. As bases de dados usadas foram: Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Pubmed (*National Library of Medicine*). Realizou-se leitura do título e resumo para seleção dos artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Encontraram-se 97 artigos, dos quais somente 13 estudos compuseram a amostra. Os 13 artigos que compuseram esta revisão foram publicados nos seguintes anos: 2010 (n=1), 2014 (n=2), 2016 (n=2), 2017 (n=2), 2018 (n=1), 2019 (n=2), 2020 (n=3) e 2021 (n=1). Quanto à base de dados, a maioria foi publicada na Scielo (n=7/53,84%), os demais na Lilacs (n=5/38,46%) e somente um na Pubmed (n=1/7,69%). Em relação ao tipo de estudo, ocorreu predomínio dos estudos qualitativos (n=8/61,53%). Os demais estudos foram: estudos bibliográficos (n=2), relato de experiência (n=1) e estudo quali-quantitativo (n=1). No tocante aos desafios da humanização da enfermagem no parto humanizado, a enfermagem é responsável pelo atendimento humanizado, de forma esclarecedora, para que ocorra uma assistência de qualidade. Contudo, as dificuldades em prestar uma assistência humanizada podem ser exemplificadas com o despreparo ou desconhecimento dos profissionais sobre os processos, a falta de interesse e vontade das instituições, a acomodação e o espaço físico, a desmotivação da equipe e o número insuficiente de enfermeiros. Além disso, nota-se a necessidade de os profissionais de enfermagem mudar a atitude e a postura diante da assistência ao parto e nascimento, reconhecendo sua importância como membro da equipe de saúde na assistência à mulher e ao neonato, usando o conhecimento técnico científico para promover a saúde e o bem-estar de suas pacientes, ajudando na implementação das práticas humanizadoras dentro dos hospitais e maternidades. Já com relação à percepção do enfermeiro sobre a implantação do cuidado humanizado, destaca-se que o cuidado baseado

em intervenções e no uso de procedimentos e tecnologias invasivas pode fazer com que as mulheres desempenhem apenas um papel secundário, transferindo o papel de liderança para os profissionais de saúde. Essa situação resulta no aumento da taxa de mortalidade materna e contribui para o desrespeito aos direitos reprodutivos e; que a atuação da enfermagem frente ao parto humanizado requer um profissional qualificado, sem prejulgamentos, sem danos e sem intervenções desnecessárias, além da disponibilidade de meios tecnológicos e infraestrutura apropriada das instituições e que os aspectos como respeito, comunicação ativa, auxílio e orientação denotam o quão importante é a assistência humanizada do profissional de enfermagem diante do parto.

Considerando as informações discorridas anteriormente, percebeu-se que a enfermagem obstétrica enfrenta diversos obstáculos na implantação do cuidado humanizado no momento de realizar o parto natural. Observou-se ainda que as percepções sobre a construção desse processo são múltiplas variando conforme as análises individuais de cada profissional, envolvendo a relevância de entender a heterogeneidade de cada paciente e suas expectativas. O estudo metodológico sobre a temática estabelecida configurou-se como satisfatória para compreender os desafios encontrados na prática clínica do enfermeiro e a instauração da assistência humanizada, sendo possível encontrar casuísticas para o baixo cuidado humanizado no parto realizado pela equipe multidisciplinar, destacando o desconhecimento profissional sobre humanização e modelo de assistência, bem como a ausência de um serviço focado no aspecto global da paciente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rosângela da Conceição Santana; ALVES, Valdecy Herdy; PEREIRA, Audrey Vidal; RODRIGUES, Diego Pereira; SILVA, Luana Asturiano; MARCHIORI, Giovanna Rosário Soanno. A inserção da enfermeira obstétrica no parto e nascimento: obstáculos em um hospital de ensino no Rio de Janeiro. **Revista de Pesquisa Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1 – 10, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/dn3bd7j5vHK95QVX9D5XpMh/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DOL, Justine; KOHI, Thecla; CAMPBELL-YEO, Marsha; MURPHY, Gail Tomblin; ASTON, Megan; MSELLE, Lilian. Explorando a educação pós-natal sobre os cuidados maternos pós-natal em Dar es Salaam, Tanzânia: Barreiras, facilitadores e oportunidades. **Obstetrícia**. Canadá, v. 77, p. 137 – 143, out/2019. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31325744/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

FREITAS, Juliana Manoela dos Santos; NARCHI, Nádia Zanon; FERNANDES, Rosa Áurea Quintella. Práticas obstétricas em centro de parto normal intra-hospitalar realizadas por enfermeiras obstetras. **Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery**. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1 – 7, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/mSWXF8whLGGcWtkN5LRwVfP/?lang=pt>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

NASCIMENTO, Fernanda Carline; SILVA, Mônica Pereira; VIANA, Magda Rogéria Pereira. Assistência de enfermagem no parto humanizado. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, Piauí, v. 4, n. 2, p. 1 – 10, 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6821/pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

OU, Youliang; ZHOU, Yanli; XIANG, Ping. Efeito da enfermagem obstétrica fina na dor durante o parto natural e a recuperação pós-parto. **Jornal de Saúde Pública do Irã**. China, v. 47, n. 11, p. 1703 – 1708, nov/2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30581787/>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

CÂNCER DE MAMA: CONHECENDO A ASSISTÊNCIA EM ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA

Raquel Ferreira Maia da Silva¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: rachelferreira@outlook.com), Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

De todos os tipos de cânceres que acometem as mulheres no Brasil, o câncer de mama é o segundo tipo mais ocorrente, sendo em torno de 25% dos que afetam o sexo feminino. A atenção primária é o principal lugar para detectar precocemente este câncer a partir de seus sinais e sintomas, sendo o enfermeiro o profissional com respaldo para identificar o problema por sua atuação ampla e integral. Assim, esse estudo tem como objetivo geral conhecer a assistência do enfermeiro a mulheres em tratamento de câncer de mama na ESF. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, realizado com sete enfermeiras que atuam na ESF da zona urbana do município de Aracati-Ceará. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário enviado as participantes digitalizado para ser respondido a próprio punho. Os dados coletados foram analisados em seis categorias temáticas: 1) Câncer de mama: atuação do enfermeiro da ESF diante do diagnóstico, 2) Tomando atitudes, 3) Implementando o plano assistencial, 4) Estratégia Saúde da Família e Suporte de Cuidados, 5) Cuidados Paliativos na APS e 6) Enfrentando dificuldade de acesso. Foi possível entender e conhecer a realidade enfrentada pela equipe de enfermagem atuante na ESF, ao longo da pesquisa compreendeu-se que apesar de todo o cuidado, conhecimento teórico, programas de suporte para pacientes oncológicos, ações integradas com NASF e EMAD, ainda se observa resistência dos pacientes-familiares para retorno a APS e dificuldades rotineiras nas UBS que dificultam a assistência.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família. Enfermagem. Câncer de Mama.

INTRODUÇÃO

De todos os tipos de cânceres que acometem as mulheres no Brasil, o câncer de mama é o segundo tipo mais ocorrente, sendo em torno de 25% dos que afetam o sexo feminino. O câncer de mama se manifesta e evolui de diferentes formas podendo crescer rápido ou mais lentamente, dependendo das características próprias de cada tumor. Existindo assim vários tipos de câncer de mama, podendo acometer inclusive homens, sendo equivalente a 1% dos casos totais da doença. Assim sendo, Ferreira et al. (2020) afirmam que a atenção primária é o principal lugar para realizar medidas de detecção do câncer de mama. O enfermeiro da atenção primária tem um grande papel de atuação ampla, integral e marcante. Sendo reforçado que é na atenção básica que se encontra equipe multiprofissional com capacidade de atuação no território para medidas de proteção, prevenção, reabilitação e cuidados paliativos para a população definida. Assim, este estudo tem como objetivo geral conhecer a assistência do enfermeiro a mulheres em tratamento de câncer de mama na Estratégia Saúde da Família, e como específicos: Identificar as estratégias de acompanhamento do tratamento de mulheres com câncer de mama utilizadas pelos enfermeiros da ESF; Averiguar os cuidados de enfermagem às pacientes em cuidados paliativos do câncer de mama na ESF e Investigar as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros durante o tratamento do câncer de mama de mulheres acompanhadas pela ESF.

MARCO TEÓRICO

No Brasil, a taxa de mortalidade por câncer de mama é considerada baixa, com uma taxa de 13 mortes por cada 100 mil habitantes, acompanhando países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Austrália. Entretanto, a incidência do câncer está na segunda faixa mais alta entre todos os países, com 62,9 casos por 100 mil habitantes, dentro da taxa padrão mundial (BRASIL, 2019). Sendo o Sistema Único de Saúde o grande responsável pelo acesso ao diagnóstico e tratamento de qualidade (INCA, 2019). Pelo Sistema Único de Saúde - SUS, em 2018, foram realizadas cerca de 2.465.101 mamografias bilaterais para rastreamento. Sendo indicado a realização do exame uma vez a cada dois anos, como modo de rastreamento para mulheres sem sinais ou sintomas da doença na faixa etária entre 50 e 69 anos (BRASIL, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado na Estratégia de Saúde da Família (ESF) do município de Aracati-CE. As unidades selecionadas para o estudo estão localizadas na zona urbana do município por ser local de grande concentração populacional e realização de atendimento à mulher e de maior número de enfermeiros que atuam na Estratégia Saúde da Família. A amostra do estudo contou com sete enfermeiras atuantes na Estratégia Saúde da Família, obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: enfermeiros de ambos os sexos e com tempo mínimo de 1 ano de atuação na ESF. Foram excluídos os enfermeiros que não atuam diretamente no atendimento às usuárias e os que atuam como gerentes de Unidade da ESF. Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, por meio de um roteiro composto por sete questões norteadoras, aplicada individualmente. As entrevistadas responderam a um questionário com sete perguntas de maneira manuscrita, devido a pandemia e o tempo limitado das enfermeiras por estarem participando de testagens e campanha de vacinação contra a covid-19. A análise dos dados se deu pelo método de Minayo (2009), sendo ele a Trajetória da Análise de Conteúdo Temática que se divide em três etapas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência/interpretação, os dados foram agrupados em seis categorias temáticas. Utilizou-se o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) garantindo o anonimato e sigilo de acordo com as resoluções nº466/12 e a de nº510/2016. O projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Vale do Jaguaribe, pelo Parecer nº4.562.915 e CAAE 39178420.8.0000.9431.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo contou com a participação de sete enfermeiras, com idade entre 26 e 60 anos, com tempo de atuação na Estratégia Saúde da Família variando de 1 ano a 15 anos. Entre as sete entrevistadas, duas informaram que não acompanham, nem acompanharam mulheres diagnosticadas com câncer de mama. Do conjunto de dados obtidos e analisados emergiram seis categorias: 1) Câncer de mama: atuação do enfermeiro da ESF diante do diagnóstico, 2) Tomando atitudes, 3) Implementando o plano assistencial, 4) Estratégia Saúde da Família e Suporte de Cuidados, 5) Cuidados Paliativos na APS e 6) Enfrentando dificuldade de acesso. O enfermeiro que atua na Estratégia Saúde da Família vem sendo um forte aliado, auxílio e até mesmo amparo a mulher durante todo o processo desde o diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados paliativos. É de suma importância que na rotina de atendimento os profissionais estejam capacitados para atuar com pacientes oncológicos e em estado terminal, não só para proporcionar um final de vida mais tranquilo, mas também para dar suporte a família que está passando por adaptações e dificuldades durante esse momento. Evidenciou-se que é de grande relevância a parceria com o NASF para o acompanhamento completo e nos casos em que o

tratamento não tem eficácia, se fazem necessários os cuidados paliativos. Sendo relatado que em alguns casos não é possível prestar total apoio a paciente-família por falta de insumos, precariedade das UBS e até mesmo falta de transporte para visitas domiciliares. Enquanto, em outras UBS as visitas domiciliares são possíveis, há o acompanhamento até mesmo da equipe multiprofissional e da equipe do EMAD. Apesar de todo empenho dos profissionais durante o acompanhamento do tratamento do câncer de mama, as enfermeiras discorrem sobre as maiores dificuldades encontradas e citam que os mecanismos de referência e contrarreferência são falhos e acabam dificultando: o retorno da mulher a Atenção Primária, o acesso ao diagnóstico precoce, burocratização dos serviços, rede de suporte não integradas e falta de insumos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de setembro de 2017. Seção I, p.68. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/161636273/dou-secao-1-22-09-2017-pg-68> . Acesso em: 15 mar 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Câncer de mama no Brasil: mortalidade está abaixo da média mundial. 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45879-cancer-de-mama-no-brasil-mortalidade-esta-abaixo-da-media-mundial> . Acesso em: 14 abr. 2020.

FERREIRA, Diego Silva da et al. Conhecimento, atitude e prática de enfermeiros na detecção do câncer de mama. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 1-9, e20190054, Jan, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200203&lang=pt . Acesso em 15 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil. Sumário Executivo. 2017. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario-diretrizes-deteccao-precoce-mama-2017.pdf> . Acesso em: 27/03/2020.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Câncer de mama. 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama> . Acesso em: 14 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Confira as recomendações do Ministério da Saúde para o rastreamento do câncer de mama. 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/noticias/confira-recomendacoes-do-ministerio-da-saude-para-o-rastreamento-do-cancer-de-mama>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SEGUIMENTO DE MULHERES PARA CÂNCER DE MAMA: DETECÇÃO POR MEIO DO TABNET/TABWIN, EM RUSSAS-CE*

Mariana Martins de Oliveira¹ (Aluna do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: marianaana3026@gmail.com), Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

O câncer de mama é um grande problema de saúde pública global, a cada ano o número de casos aumenta, principalmente em mulheres. Sendo o risco superior a 80% em mulheres de 50 a 65 anos, com maior ocorrência de óbitos antes dos 70 anos. Objetivou-se descrever o seguimento das mulheres com mamografia de rastreamento com achados mamográficos suspeitos ou confirmados de câncer de mama, residentes em Russas-CE. Estudo descritivo e quantitativo, realizado com dados do TABNET/TABWIN. A amostra contou com 19.981 mamografias bilaterais realizadas de janeiro/2010 a outubro/2020. Incluíram-se mulheres de 35 anos a 70 ou mais, sendo excluídas as mamografias realizadas em mulheres com menos de 35 anos e no sistema de saúde suplementar. Os dados foram organizados em planilha do Microsoft Excel®. A análise foi feita utilizando-se da estatística descritiva. Por tratar-se de dados de domínio público, não foi necessária submissão ao CEP. Analisaram-se 19.994 mamografias bilaterais de rastreamento, em pessoas de ambos os sexos, na faixa etária de 35 a 70 ou mais, sendo 19.981 mulheres e 13 homens. Identificou-se uma redução expressiva do número de mamografias de 2019 para 2020, sendo 1.702 em 2019 e 622 em 2020. A faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para rastreamento do câncer de mama em mulheres, por meio da mamografia, é entre 50 e 69 anos, entretanto, somente 10.979 (55%) foram feitas na idade preconizada. Diante dos achados é importante a elaboração de estratégias que priorizem as ações de diagnóstico precoce e tratamento do câncer de mama.

Palavras-chave: Câncer de mama. Saúde da Mulher. Mamografia

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é um grande problema de saúde pública global, a cada ano o número de casos aumenta tanto em homens, quanto em mulheres. O risco de desenvolver a doença é superior a 80% em mulheres de 50 a 65 anos de idade, sendo esse tipo de câncer o que mais mata mulheres antes dos 70 anos de idade (BRASIL, 2019). Os fatores de risco relacionados ao câncer de mama são: idade, fatores externos, alimentos ricos em gorduras e carboidratos, condições de trabalho, sedentarismo, tabagismo, consumo de álcool, alguns estudos revelam o uso de contraceptivos orais por mais de 10 anos e por último, os fatores genéticos. O histórico familiar e pessoal também contribui para o desenvolvimento do câncer de mama: um ou mais parentes de primeiro grau que tiveram câncer de mama antes dos 50 anos de idade, ou parentes de primeiro grau que tiveram câncer de mama ou de ovário em qualquer idade e doença mamária benigna prévia (BRASIL, 2019). A mamografia é usada para diagnosticar o câncer de mama precocemente, é um exame não invasivo que captura imagens da mama feminina por meio do mamógrafo. A mamografia de rastreamento é realizada como exame de rotina em mulheres sem sinais e sintomas de câncer de mama, é recomendada na faixa etária de 50 a 69 anos, a cada dois anos. Quando o exame é realizado fora dessa faixa etária e periodicidade, os riscos aumentam e existe maior incerteza sobre seus benefícios (BRASIL, 2015).

MARCO TEÓRICO

O diagnóstico precoce, aumenta as chances de cura e reabilitação. Nesse sentido os profissionais de saúde, em especial, os enfermeiros que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuem tanto para a educação em saúde, quanto para o diagnóstico são essenciais nesse processo, o que demanda dos gestores investimento nas políticas públicas na área da saúde da mulher, a fim de reduzir o número de casos e óbitos e promover qualidade de vida das mulheres afetadas.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como sendo um estudo exploratório descritivo, com abordagem quantitativa. Os descritores utilizados para seleção dos artigos foram: Câncer de mama. Saúde da Mulher. Mamografia. Incluíram-se estudos exploratórios e descritivos, estudos bibliográficos. A população foi constituída por mulheres residentes na cidade de Russas que realizaram mamografia de rastreamento para câncer de mama no período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de outubro de 2020, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A amostra seguiu os seguintes critérios de inclusão: mulheres de 35 anos a 70 anos ou mais, com resultado de mamografia de rastreamento suspeito ou confirmado, registrados no aplicativo de tabulação dos dados e cruzamento de informações (TABNET/TABWIN). Como critérios de exclusão: mulheres com idade menor que 35 anos e as que realizaram mamografia no sistema de saúde suplementar. Assim, a amostra final contou com 19.981 mulheres.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram analisadas 19.994 mamografias bilaterais de rastreamento registradas no DATASUS, em ambos os sexos, na faixa etária de 35 a 70 ou mais, sendo 19.981 em mulheres e 13 em homens, no período de janeiro de 2010 a outubro de 2020 no município de Russas-CE. A faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para rastreamento do câncer de mama em mulheres, por meio da mamografia, é de 50 a 69 anos (BRASIL, 2015). Quanto ao sexo, 19.981 (99,93%) das mamografias foram realizados em mulheres e 13 (0,07%) em homens. O câncer de mama masculino representa menos de 1% de todos os tumores mamários. Em homens ocorre com maior frequência na faixa etária maior que 60 anos, a distribuição da incidência por região mostra que a Região Sudeste concentra mais de 60% da incidência, seguida pelas Regiões Nordeste com (27,8%) e Sul com (23,4%) (BRASIL, 2019). De acordo com dados coletados, o número de mamografias realizadas no sexo masculino foi de 13 o que representa (0,07%) dos exames. Das 5.148 mulheres que foram submetidas ao tratamento do câncer no período de janeiro de 2010 a outubro de 2020, a hormonioterapia foi o tratamento mais frequente com 4.113 (79,9%), seguido da quimioterapia com 1.013 (19,7%) e da radioterapia 22 (0,4%). O tratamento para o câncer de mama é o mesmo para homens e mulheres, os quais são cirúrgicos, depois do uso ou não de radioterapia, quimioterapia e hormonioterapia. Apesar da doença e do tratamento ser semelhante em ambos os sexos, a sobrevida do sexo masculino é considerada baixa comparada com a da mulher. O tratamento irá variar de acordo com o estadiamento da doença, características do tumor e as condições da paciente (idade, se já passou ou não pelo processo da menopausa, doenças atuais, entre outros) (HAAS; COSTA; SOUZA, 2009). Uma pesquisa realizada em 2020 evidenciou que nos anos de 2004 a 2014 foram notificados 141.168 óbitos por câncer de mama no Brasil. Destes óbitos 139.635, foram do sexo feminino, representando 98,91% dos casos. Já no Ceará foram notificados 5.213 óbitos no sexo feminino, o que correspondeu a 3,73% do total (BARROS et al., 2020). No período entre 2010 a 2014, a taxa de mortalidade no estado do Ceará permaneceu estável. Já em 2015, a taxa de mortalidade sofreu uma alta de 14,05%. Também foi observado que o maior número de óbitos entre 2005 a

2015 foi aumentando consideravelmente depois dos 40 anos, os óbitos foram especificamente de 50 a 69 anos com 43,5% das mulheres acometidas pelo câncer de mama (BARROS et al., 2020).

REFERÊNCIAS

BARROS, Liana de Oliveira et al. Mortalidade por Câncer de Mama: uma Análise da Tendência no Ceará, Nordeste e Brasil de 2005 a 2015. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n. 1, p. e-14740, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/740> Acesso em: 30 ago. 2021

BRASIL. Estimativa 2020: Incidência de Câncer no Brasil. Instituto nacional José de Alencar. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa2020incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>. Acesso em: 8 jun.2020

BRASIL. Diretrizes para a Detecção Precoce do Câncer de Mama no Brasil. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes Silva. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//diretrizes_deteccao_pr ecoce_cancer_mama_brasil.pdf. Acesso em: 8 jun. 2020

HAAS, Patrícia; COSTA, Alessandra Bortoluzzi; SOUZA, Alyne Proença de. Epidemiologia do câncer de mama em homens. **Revista do Instituto Adolfo Lutz (Impr.)**. São Paulo, v.68, n.3, p. 476-81, 2009. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0073-98552009000300021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2021.

HEMODIÁLISE E AS SUAS REPERCURSSÕES NO PACIENTE E NA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gardênia Braz dos Anjos ¹⁰¹ (estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. gardenia-braz@hotmail.com), Amália Gonçalves Arruda (Professora Mestra da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ – Orientadora da pesquisa. amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

A Insuficiência Renal Crônica (IRC) considerada um problema de saúde pública, pela alta prevalência entre a população, associada ao impacto que causa na morbimortalidade das vítimas acometidas por essa doença. Ao receber um diagnóstico positivo, a não aceitação é bem comum nos pacientes. Assim, este estudo teve como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre a hemodiálise e as suas repercussões no paciente e na família. Para isso houve a seleção dos artigos obedecendo a critérios de inclusão e exclusão, de forma que somente alguns artigos puderam contribuir diretamente para a pesquisa. Por fim conclui-se que a realização da hemodiálise é muito dolorosa ao paciente, pois a sua vida depende desse processo, bem como o sucesso do tratamento também depende em cumprir o que é repassado pela equipe médica e do apoio familiar.

Palavras-chaves: Diálise Renal. Qualidade de vida. Pacientes. Relações Familiares.

INTRODUÇÃO

A hemodiálise pode ser definida como o processo de filtração e depuração que ocorre no sangue das substâncias indesejáveis, entre elas a creatinina e a ureia, que fisiologicamente precisam ser eliminadas do sangue humano. É sabido que nos últimos anos vem aumentando o número de pacientes renais com Insuficiência Renal Crônica que precisam ser submetidos a esse tipo de tratamento. Como observado, essa doença causa uma série de mudanças, restrições e compromete as atividades cotidianas, além da interação social do indivíduo, logo surgem algumas indagações sobre o tema: Quais as repercussões que a hemodiálise pode acarretar para o paciente? E para família? Tornando-se necessário conhecer e avaliar o seu impacto na qualidade de vida. Assim, possibilitará não só ao enfermeiro, mas a toda equipe de saúde, estabelecer intervenções terapêuticas a partir do conhecimento, uma vez que este visa subsidiar as ações por parte da equipe de enfermagem, estabelecendo vínculo e apoio tanto ao paciente como a família, a partir de uma assistência ampla, integral e humanizada, possibilitando melhor adaptação ao tratamento e às modificações nos hábitos de vida.

METODOLOGIA

Trata-se uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Esse método permite analisar os estudos com diferentes metodologias e possibilita a síntese de evidências disponíveis sobre o tema. A revisão foi baseada nas seguintes etapas: identificação do problema, busca na literatura, avaliação dos dados, análise dos dados e apresentação da síntese do conhecimento. Nesse sentido a pesquisa buscou identificar a relação dos pacientes com sua família durante o processo de hemólise; evidenciar os desafios enfrentados pelo o paciente em tratamento e, por fim, verificar as mudanças em sua rotina e as consequências causadas pela hemodiálise. Para o presente estudo optou-se pela seguinte pergunta: Quais as repercussões da hemodiálise em pacientes e familiares? Realizou-se a busca de material nos meses de março e abril de 2021, no *site* da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: Base de Dados de Enfermagem (BDENF),

Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram utilizados como descritores: “Dialise Renal”, “Qualidade de vida”, “Pacientes” e “Relações Familiares”, além de seus termos correspondentes na língua inglesa. Ao serem inseridos na busca avançada, utilizou-se o operador booleano “and”. Como critérios de inclusão: artigos que responderam à questão norteadora, textos online na íntegra, nos idiomas inglês e português, publicados no período dos últimos quatro anos. Critérios de exclusão: artigos que possuíam delineamento metodológico incompleto, publicações duplicadas, dissertações e teses.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após colocar nas bases de dados, a busca alcançou oitenta e quatro (n=84) artigos, destes onze (n=11) estudos eram repetidos, sendo excluídos da amostra de seleção. Ao considerar os critérios de exclusão utilizados nesta revisão, vinte e dois (n=22) foram excluídos devido à inadequação do título ao objeto de pesquisa. Em seguida, vinte e oito (n=28) artigos foram eliminados após a leitura do resumo, sendo avaliado como inapropriado para análise deste estudo. Após leitura completa, foram excluídos quatorze (n=14) estudos, pois os resultados não atingiram o objetivo da pesquisa. Portanto, após avaliação criteriosa, foram incluídos nessa revisão integrativa nove (n=09) artigos. Considerando os anos de publicação, os artigos foram publicados em 2018 (n=01), 2019 (n=03), 2020 (n=04) e 2021 (n=01), com idioma predominante da língua portuguesa (n=09). Já em relação a metodologia utilizada, a mais presente foi do tipo qualitativa (n=04), seguido da revisão de literatura (n=03) e quantitativa (n=02). Baseado nos estudos consultados, aos quais foram utilizados como fonte de informações para a revisão de literatura e de acordo com o objetivo da pesquisa, que foi o de verificar nos artigos científicos as repercussões da hemodiálise na vida do paciente e seus familiares, foi possível observar que o processo de hemodiálise realmente causa várias repercussões na vida dos pacientes e nas dos seus familiares. Prova disso é que, nos resultados, mostra que os pacientes quando são submetidos ao tratamento por hemodiálise estas pessoas passam por problemas que podem gerar sequelas graves e que eles precisam de todo apoio possível para que todo esse processo possa ser o menos doloroso diminuindo assim os impactos em suas vidas.

REFERÊNCIAS (Até 5 autores)

ACOSTA, A. M.; DURO, C. L. M.; LIMA, M. A. D. S. **Atividades do enfermeiro nos sistemas de triagem/classificação de risco nos serviços de urgência: revisão integrativa.** Revista gaúcha de enfermagem, v. 33, p. 181-190, 2012.

BRASIL, **Saúde Brasil.** Ministério da Saúde, 2019.

CARVALHO, F.P.; CARVALHO, I.L.N.; SOUSA, A.S.J.; SIMÕES, C.D.; SILVA, E.S.; SANTOS, J.A.F. **Avaliação da capacidade funcional de idosos com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise.** Revista Saúde - Santa Maria. v.42, n.2, p. 175-184, 2016.
Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/21515>. Acesso em 11 de dez 2021.

CARVALHO, I.; BARROS, A.; CAMPOS, J.; SILVA, M.; MONTE, E.; SOARES F. N.; MOURA, M.; LUZ, D. C. **Hemodiálise e seus impactos psicossociais em mulheres em idade fértil.** Brazilian Journal of Development. 6. 62461-62472. 10.34117/bjdv6n8-615. 2020

EVANGELISTA, A. T.; BEZERRA, M. M. M.; **Estratégias utilizadas durante a adaptação da criança ao tratamento da hemodiálise.** Id on Line Rev.Mult. Psic., Fevereiro/2021, vol.15, n.54, p. 793-800. ISSN: 1981-1179. Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

ALVARENGA, G. C., SÁ, E. M. M., PASSOS, M. R., *et al.* **Papilomavírus humano e carcinogênese no colo do útero.** J Bras Doen Sex Transm, 2000; 12:28-38.

ARAÚJO, E. M. *et al.* **Contribuição do enfermeiro no processo de prevenção do câncer do colo uterino: uma ação educativa.** Câncer do colo uterino, Sobral, Ceará, Brasil, ano 2019, v. 02, ed. 03, p. 03-04, 2019.

BOSCH, F. X., MUNOZ, N., SANJOSE, S. **Human papillomavirus and other risk factors for cervical cancer.** Biomed Pharmacother 1997; 51:268-75.

CARVALHO, M. C. MP; QUEIROZ, A. B. A. **Mulheres Portadoras de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero e HPV: Descrição do Perfil Socioeconômico e Demográfico.** Câncer de colo uterino, on-line, ano 2011, p. 03-05, 7 jun. 2011.

CASARIN, M. R. *et al.* **Educação em Saúde para Prevenção do Câncer de Colo do Útero em Mulheres do Município de Santo Ângelo/RS.** Câncer cérvico-uterino, Educação em saúde, Prevenção, Uruguaiana RS, ano 2009, p. 7-7, 10 jan. 2009.

AS IMPLICAÇÕES DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NO PROCESSO DE MORTE E MORRER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Maria de Fátima Ribeiro Caminha (aluna do curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: caminhafatima258@gmail.com); Orientadora: **Mayra Serley Barreto de Oliveira** (professora do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa busca enfatizar como os profissionais da enfermagem lidam com o processo de morte/morrer, isso porque os mesmos são os que mais estão próximos aos pacientes e seus familiares no percurso do adoecimento até a morte. Compreende-se que é um momento de elevado estresse para a enfermagem porque o acolhimento é cabido a profissão e nem sempre estes conseguem demandar qualidade no atendimento aos pacientes e familiares, sem se afetar com o cenário. Dessa forma, o objetivo geral do estudo é identificar as implicações na literatura da formação em enfermagem no processo de morte-morrer. Para que a pesquisa tenha êxito foi realizado um estudo de revisão de literatura, sendo o mesmo responsável por demandar um afinamento de estudos escolhidos por meio de critérios de inclusão e exclusão para compor a pesquisa. Entre as bases de dados escolhidas, salientam-se SCIELO, LILACS e MEDLINE.

Palavras-chave: Enfermagem. Graduação. Implicações. Morte e morrer.

INTRODUÇÃO

Inúmeras produções científicas de diversas áreas abordam enfaticamente o evento da morte como um problema doloroso ao ser humano, que traz à tona lembranças de perdas passadas, a dor do luto, o sentimento de acabamento e o medo do futuro desconhecido e incerto. Na sociedade ocidental, o tema da morte ainda é visto e considerado tabu, portanto, necessita ser abordado nas diversas situações de cuidar com franqueza e seriedade. A literatura sobre o assunto tem apresentado frequentes problemas relacionados à comunicação entre profissional de saúde, pacientes e familiares, sendo que chega a ser classificada como “precária”. Ainda segundo Koch, Rosa e Bedin (2017), o imediatismo da sociedade, a rapidez e a urgência exigidas do profissional, o uso demorado de jargões técnicos, a fala infantilizada, o cansaço, o contexto cultural, as crenças e a falta de treinamento são outros fatores que podem influenciar a qualidade da comunicação. Durante o processo de graduação, os métodos para os tópicos acima são muito escassos, de forma que a discussão de tais incidentes na prática dos serviços de saúde não é suficiente. É muito importante compreender a atitude dos profissionais de saúde em relação à morte, visto que, muitas vezes, eles lidam com esse fenômeno. Pelo fato de a enfermagem firmar-se como a profissão responsável pela gestão do cuidado ao ser humano em todo o seu ciclo vital, é fundamental abordar com profundidade aspectos referentes à morte/morrer durante a formação do enfermeiro.

METODOLOGIA

A pesquisa consiste em uma revisão integrativa de literatura de caráter exploratório, através de busca controlada em bancos de dados de artigos científicos. De acordo com Sousa, Silva e Carvalho (2010) a mesma compreende a síntese das informações coletadas nos estudos que foram selecionados para integrar esse estudo. A finalidade inicial deste modelo de pesquisa é alcançar uma percepção relevante de um determinado fato fundamentado em estudos já publicados, permitindo a construção de uma vasta análise da literatura. As bases de dados

utilizadas para se alcançar as pesquisas necessárias foram Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) e Revistas de Enfermagem (Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem, REBEn- Revista Brasileira de Enfermagem e REME - Revista Mineira de Enfermagem).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A enfermagem compreende acolhimento junto aos pacientes, e por essa razão precisa se preocupar em demandar informações atualizadas as suas famílias, visando que os mesmos sintam-se acolhidos no processo de internação, mas, sobretudo, no momento de suas mortes. Isso porque os familiares precisam se sentir seguros com os profissionais que os rodeiam, pois esse sentimento possibilita colocar os pacientes junto a seus cuidados sem receio, principalmente para que estes profissionais consigam efetivar seus trabalhos na aplicação de medicamentos e procedimentos, mais calmos ou invasivos (DUARTE, 2018). Cabe aos profissionais que se preparem devidamente, ainda no processo de graduação, para que os pacientes e seus familiares consigam manter uma relação de cumplicidade junto aos enfermeiros, visando que os mesmos sintam-se acolhidos durante o tratamento ou mesmo no processo de morte. Os profissionais são cuidados ainda em formação, estes compreendem com mais facilidade a importância da construção de sua identidade, como um profissional da enfermagem, respeitado pelos pacientes. Esse esse processo de preparação dos profissionais, ainda em formação, compreende falhas significativas, pois os cursos ainda não tem material nem mesmo professores prontos para assumir a responsabilidade junto aos discentes sobre a necessidade desses se prepararem para a atuação junto a familiares, mas também junto aos próprios pacientes. A grade curricular dos cursos enfatiza a morte de forma superficial, dificultando que os discentes fiquem mais acessíveis ao processo de morte, isso porque é importante que eles desmistifiquem a problemática da morte. O autor enfatiza que cabe aos docentes permitir que o assunto humanização ao atendimento não afete o profissionalismo do enfermeiro, quando ele precisa lidar com a morte de seus pacientes, e a informação desta junto aos familiares. Já no que tange aos receios dos profissionais, é possível relatar que os mesmos temem que não consigam demandar segurança para o paciente e aqueles que estão em torno dele, seja no processo de cura ou no momento de morte. É inevitável que exista um vínculo afetivo neste cenário, pois os profissionais passam muitos dias atuando junto aos indivíduos, muitas vezes, demandando mais tempo aos mesmos do que a si mesmos (JASKOWIA; ZAMBERLA; FONTAN, 2013). O cenário de morte é envolto a diversos questionamentos, tanto por parte dos pacientes quando pelos seus familiares, dessa maneira, cabe aos profissionais, assegurar que estas respostas sejam dadas, nos mínimos detalhes e de forma acolhedora, visando que não existam falhas nessa comunicação, nem que a mesma seja motivo de fazer com os sujeitos tenham esse momento (HOTT; REINALDO, 2020).

CONCLUSÕES

Compreendendo o cenário que se apresenta, cabe ressaltar que o texto responde ao problema de pesquisa, quando esclarece que a formação da enfermagem precisa ser mais incisiva com relação ao processo de morte/morrer. Isso porque os cursos e suas grades curriculares, atualmente, não conseguem balancear aulas teóricas com aulas práticas acerca do cenário tratado, minimizando as chances do profissional, quando começar a atuar, saber lidar com a morte em si. Os autores enfatizados na pesquisa dizem que o processo de morte fica complicado para os profissionais porque eles não conseguem estabelecer sua identidade enquanto enfermeiro, deixando suas emoções o afetarem. Vê-se que trata-se de um processo que precisa

ser repensado, pois os pacientes e familiares confiam no profissional e esperam acolhimento dele no momento da morte.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Lavine Rosa Silveira. **Processo morte e morrer na Unidade de Terapia Intensiva: reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros**. 2018.

HOTT, Márden Cardoso Miranda; REINALDO, Amanda Márcia dos Santos. O processo de morte e morrer: educação da enfermagem na escola e em serviço. **Revista HISTEDBR Online**, v. 20, p. e020055-e020055, 2020.

JASKOWIAK, Caroline Raquele; ZAMBERLAN, Pamalomida; FONTANA, Rosane Teresinha. Processo de morte e morrer: sentimentos e percepções de técnicos em enfermagem. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 5, n. 1, pág. 3515-3522, 2013.

KOCH, Caroline Lau; ROSA, Aline Badch; BEDIN, Simone Caldas. Malas notícias: significados atribuídos en la práctica asistencial neonatal/pediátrica. **Revista Bioética**, v. 25, p. 577-584, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2021.

Farmácia

COMPOSIÇÃO QUÍMICA E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DO ÓLEO DO FRUTO DA *Ouratea fieldingiana* (Gardner): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Vitória Queiroz de Souza¹ (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: vitoria.queiroz@fvj.br), Jorge Ricardo de Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: jorge.ricardo@fvj.br)

RESUMO

A utilização das plantas medicinais acompanha a história da Humanidade desde tempos imemoriais. O Nordeste brasileiro é rico e diversificado em sua fauna e flora, essa riqueza vegetal permanece desconhecida do ponto de vista químico e farmacológico. A *Ouratea fieldingiana* é uma planta arbórea ou arbustiva, pertencente ao gênero *Ouratea sp.* O óleo do batiputá é utilizado para tratar doenças da pele e estomacais. Desse modo, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa, identificar os principais compostos químicos e atividade antioxidante do óleo da *O. fieldingiana*. Foram escolhidos 6 artigos dentre 156 artigos selecionados que abordavam composição química e atividade antioxidante da *O. fieldingiana*. Foram identificados compostos químicos como fenóis, apigenina, amentoflavona, flavonoides, ácidos graxos como ácido linoleico, ácido oleico e o ácido palmítico, além de possuir atividade antioxidante, anti-inflamatória, antifúngica e antibacteriana. Portanto, a *O. fieldingiana* pode ser considerada uma espécie de grande potencial químico e farmacológico, fornecendo evidências científicas da viabilidade de aplicação do óleo de batiputá na dermocosmética.

Palavras-chave: Plantas medicinais, Batiputá, *Ouratea sp.*, antioxidante, flavanoides.

INTRODUÇÃO

A utilização de plantas medicinais reflete intrinsecamente a identidade de um povo, visto que esse conhecido é passado de geração em geração. É nesse conhecimento que surge estudos para o desenvolvimento de fitoterápicos, insumos farmacêuticos e princípios ativos, sendo cruciais principalmente para a população. O uso de plantas medicinais no Nordeste brasileiro é vasto, mas muitas dessas plantas permanecem desconhecidas tanto do ponto de vista químico, quanto do ponto de vista farmacológico. Entre essas plantas, a *Ouratea fieldingiana*, também conhecida por batiputá é uma planta arbórea ou arbustiva, sendo utilizada pela população para cicatrização de feridas, doenças estomacais, processos infecciosos e atividade anti-inflamatória. Aliado a isso, observa-se que o uso de plantas medicinais tem despertado o interesse de muitos pesquisadores e da própria indústria farmacêutica, na busca de desenvolver novos agentes terapêuticos que atendam às necessidades da população mais carente, com mais eficácia, confiabilidade e segurança, sendo de baixo custo, baixo risco, reprodutibilidade e constância de qualidade, principais diretrizes da OMS para a produção de um fitoterápico ou produto farmacêutico. O objetivo deste estudo é identificar quais são os principais compostos químicos e atividade antioxidante encontrada na literatura em relação ao batiputá.

MARCO TEÓRICO

Muitas espécies da *Ouratea sp.* são utilizados na medicina tradicional, principalmente no tratamento de inflamações e doenças infecciosas (CARBONARI et al., 2006). Tipos de *O.*

castanaefolia e *O. parviflora* são comumente usadas como tônicos e adstringentes, e *O. parviflora* também é usada como um agente anti-inflamatório e de cuidados com a pele (CARBONARI et al., 2006). As flores de *O. reticulata* é usada para dor de dente (MANGA et al., 2001). As folhas de *O. elongata*, *O. sulcata* e *O. flava* são usados em casos de reumatismo e distúrbios gastrointestinais (MBING et al., 2009). *O. spectabilis* são utilizados como anti-inflamatórios para tratar principalmente doenças reumáticas e artríticas (ROCHA et al., 2020). Partindo neste sentido, é possível destacar várias atividades biológicas relatadas ao longo do tempo em relação às espécies de *Ouratea* e seus constituintes, como antimalárico, antiviral, antimicrobiano (FIDELIS et al., 2014), atividades anti-hipertensivas, vasodilatadora e antitumoral (PINTO, 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa a respeito do potencial químico e antioxidante do óleo do fruto da *Ouratea fieldingiana* (gardner). O estudo foi desenvolvido através de pesquisas em revistas, artigos, teses, dissertações e resumos científicos que foram coletados nas seguintes bases de dados Scielo, PubMed, ScienceDirect, LILACS, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e Periódicos CAPES. Os descritores utilizados foram plantas medicinais, batiputá, *Ouratea sp*, antioxidante, flavonoides. O método de inclusão foi para artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra, artigos publicados nos referidos bancos de dados nos anos de 2000 a 2020. A exclusão foi feita para aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão. Verificou-se 156 artigos que retrataram assuntos relacionados a *Ouratea fieldingiana*, mas apenas 6 desses artigos abordavam estudos em relação a sua composição química e o potencial antioxidante. Após a escolha construiu-se uma tabela contendo nome do autor, ano, local de publicação, objetivo, métodos e resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A identificação dos compostos químicos presente no óleo da *Ouratea fieldingiana* nos referidos artigos foram realizados através de métodos de cromatografia e prospecção preliminar, sendo determinados fenóis totais, flavonoides como apigenina e amentoflavona, além de outros metabólitos secundários como catequinas, cumarinas, esteroides, taninos, antocianinas, tripterpenóides e saponinas. Apresentaram perfil de ésteres metílicos de ácidos graxos, com predomínio de ácido palmítico, oleico e linoleico. Os métodos para determinação de atividade antioxidante se deram mediante a liberação de radicais DPPH e ABTS, exibindo potencial antioxidante. A realização de teste de edema na orelha em camundongos por TPA demonstrado no artigo nº 6, destacou o potencial anti-inflamatório da *O. fieldingiana*, sendo semelhante à indometacina.

Os radicais livres são responsáveis por promover o envelhecimento celular, contribuindo para o surgimento de diversas doenças. Os antioxidantes propiciam a inibição do estresse oxidativo ocasionado pelos radicais livres, sendo obtidos através da alimentação ou de componentes exógenos.

O óleo do batiputá é utilizado pela população afim de terapias anti-inflamatórias, para doenças de pele e por sua ação na proteção gástrica, provável resultado dos compostos químicos

presentes nele, pois os flavonoides e outros metabólitos são característicos de oferecer ação antioxidante e anti-inflamatória.

Dessa forma, observa-se que uma infinidade de fitoterápicos são testados e usados no processo de cicatrização de feridas e lesões cutâneas que se mostraram propícias, apresentando bons resultados no discurso da população.

CONCLUSÕES

Os resultados fornecem evidências científicas da viabilidade da aplicação do óleo de batiputá na dermocosmética, pelo potencial emoliente relacionado à quantidade e qualidade de ácidos graxos presentes que permitem, por exemplo, a formulação de um linimento óleo calcário, forma farmacêutica presente no Formulário Terapêutico Nacional para uso tópico em dermatoses pruriginosas e queimaduras. Portanto, a espécie *Ouratea fieldingiana* (Gardner) pode ser considerada uma espécie de grande potencial, apresentando riqueza química e farmacológica, onde mais estudos possam contribuir para que a mesma seja incluída na Relação Nacional de Plantas Medicinais e sua utilização segura promova efetivamente a melhoria da qualidade de vida de pessoas que a utilizam.

REFERÊNCIAS

CARBONARI, Karina Azambuja et al. Free-radical scavenging by *Ouratea parviflora* in experimentally-induced liver injuries. **Redox Report**, v. 11, p. 124- 130, 2006. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16805967/>>. Acessado em: 03 de set.2021.

MANGA, Salvador S Elo et al. 7,8-dihydrobenzofuranones from *Ouratea reticulata*. **Fitoterapia**, v. 72, 706-708, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0367326X01002842#!>>. Acessado em: 05 de set.2021.

MBING, Josephine Ngo et al. Flavonoids from the leaves of *Ouratea zenkeri* and *Ouratea turnerae*. **Asian Chem. Lett**, v. 13, p. 81- 88, 2009.

PINTO, Talita Rocha de Miranda. Estudo do potencial farmacológico do óleo de batiputá (*ouratea fieldingiana* (gardner) engl.) como insumo farmacêutico. **UFC**. Fortaleza – CE, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28011/1/2017_dis_trmpinto.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2021.

ROCHA, Marina et al. (3,3'')-Linked Biflavanones from *Ouratea spectabilis* and Their Effects on the Release of Proinflammatory Cytokines in THP-1 Cells. **Journal of Natural Products**, 2020.

AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS E RISCOS ASSOCIADOS A UTILIZAÇÃO DE ANTI-INFLAMATÓRIOS NÃO ESTEROIDAIIS (AINES): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Thaís Silvano dos Santos¹ (Aluna do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: thais.santos@fvj.br), Anielle Torres de Melo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: anielle.torres@fvj.br).

RESUMO

A automedicação é uma prática comum e consiste na utilização de medicamentos sem prescrição ou orientação de profissional habilitado. Esse uso inadequado pode trazer riscos à saúde como, interações medicamentosas e reações adversas, além de mascarar diagnósticos e requer maior atenção nos indivíduos em idade avançada. O presente estudo busca avaliar a prática da automedicação e uso de anti-inflamatórios não esteroidais, além dos possíveis riscos associados ao uso inadequado dessa classe terapêutica em idosos. Este estudo apresenta-se como uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados Pubmed, SciElo, Science Direct e Periódicos CAPES. A pesquisa se deu no período de outubro a novembro de 2021, utilizando combinações dos seguintes descritores: “Selfmedication”, “NSAIDs”, “Elderly”, “Adverse reactions”. Ao fim, foram selecionados 13 artigos completos de periódicos, gratuitos, em inglês ou português, relacionados ao tema de interesse. A automedicação com AINEs é frequente em idosos e está relacionada principalmente aos sintomas dessa faixa etária, como dores musculares e nas articulações. Os AINEs são enquadrados como medicamentos potencialmente inadequados a esse grupo e estão associados ao desenvolvimento de reações adversas gastrointestinais, renais e risco cardiovascular, principalmente em uso prolongado e em presença de comorbidades e polifarmácia, comum em idosos. Desse modo, fica evidente, que ações de educação em saúde são necessárias a população, sendo o farmacêutico o principal responsável nesse processo.

Palavras-chave: Automedicação; AINEs; Idosos; Reações adversas.

INTRODUÇÃO

A automedicação consiste na utilização de medicamentos para tratar sintomas por conta própria, ou seja, sem a prescrição e supervisão de profissional de saúde habilitado. Em relação aos idosos a automedicação é comum e está relacionada aos sintomas dessa faixa etária, que correspondem muitas vezes, a presença de doenças crônicas não tratadas, aumentando assim o consumo de medicamentos, dentre os quais os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) se encontram.

Essa é uma prática comum e que pode trazer riscos, principalmente nos idosos, com reações adversas como: sangramento gastrointestinal, aumento do risco cardiovascular, problemas renais e também a uma maior possibilidade de interações medicamentosas. A automedicação pode ser considerada também como um problema relacionado a medicamentos, tendo em vista, as consequências que a prática pode apresentar.

Nesse contexto, o profissional farmacêutico tem um importante papel, onde pode atuar fornecendo todas informações aos pacientes sobre medicamentos, visto que, este é um profissional da saúde bem acessível ao paciente e dessa forma pode contribuir para a redução do consumo abusivo de medicamentos, principalmente, os medicamentos de venda livre. Diante do que foi abordado, o presente estudo busca avaliar a prática da automedicação e uso de anti-

inflamatórios não esteroidais, além dos possíveis riscos associados ao uso inadequado dessa classe terapêutica em idosos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, realizada através de um levantamento bibliográfico nas bases de dados Pubmed, SciElo, Science Direct e Periódicos CAPES. A pesquisa dos artigos se deu no período de outubro a novembro de 2021, utilizando combinações dos seguintes descritores: “Selfmedication”, “NSAIDs”, “Elderly”, “Adverse reactions”. A princípio ocorreu a definição do tema de interesse, em seguida foram delimitados os critérios de inclusão, foram incluídos: Artigos completos gratuitos, disponíveis online; Artigos publicados nos anos de 2015 a 2021; Artigos relacionados ao tema; Estudos publicados nos idiomas: português ou inglês; e excluídos: Publicações anteriores a 2015; Artigos não relacionados ao tema de estudo; Artigos de revisão. A seguir, foi realizado o reconhecimento dos estudos pré-selecionados, através da leitura dos principais pontos dos artigos, título, resumo e palavras-chave. Após isso, foram selecionados no total 13 artigos e estes foram categorizados, com base nas informações relevantes ao tema de estudo, da seguinte forma: n° do artigo, título, autor, ano, título do periódico, objetivo, método, além de principais resultados e a partir de então, foi realizada a análise e interpretação dos resultados dos estudos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Carvalho, Carvalho e Portela (2018), a dor é o sintoma mais comum para a utilização de AINEs, sendo esta, principalmente por meio da automedicação, o que gera um alerta, pois o uso inadequado e abusivo dessas substâncias está relacionado a eventos adversos e interações medicamentosas em idosos, devido à presença de doenças crônicas, bem como uso de medicações contínuas, contribuindo para piora na qualidade de vida.

Segundo Lopes et al. (2016), em análise da utilização de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos (MINPI) em domicílio, de acordo com o grupo farmacológico, os AINEs não seletivos foram os mais citados, sendo considerado possivelmente inadequados a esse público com ou sem diagnósticos clínicos.

Com base na análise de vários estudos Bindu, Mazumder e Bandyopadhyay (2020), identificaram a presença de efeitos adversos relacionados aos AINEs, sendo estes, gastrointestinal, hepático, renal, cardiovascular, entre outros. Consideram ainda que os idosos estão mais sujeitos a esses eventos, sendo necessário estratégias específicas para esse público. Segundo Moore, Pollack e Butkerait (2015), as chances de sangramento aumentam com o uso simultâneo de AINEs com aspirina. Além disso, observaram que o uso prolongado de AINEs e com doses mais elevadas pode associar-se a um aumento no risco cardiovascular, bem como, avaliaram que efeitos adversos renais podem ser relacionados a AINEs. Consideram ainda que, os AINEs podem reduzir a resposta a diuréticos, além de agravar a insuficiência renal associada ao uso de Inibidores da Enzima Conversora de Angiotensina e Antagonistas dos Receptores de Angiotensina AT1.

Conforme Lima et al. (2016), é dever do farmacêutico detectar os possíveis problemas relacionados a medicamentos, visto que, representa o último contato do paciente com um profissional da saúde antes da utilização do medicamento. Os autores consideram ainda, que ações como reconciliação medicamentosa, escolha adequada de medicamentos, bem como a aplicação da atenção farmacêutica em idosos são medidas relevantes na utilização segura dos AINEs.

CONCLUSÕES

A automedicação com AINEs é frequente em idosos e está relacionada principalmente aos sintomas dessa faixa etária. Essa utilização requer cuidado, visto que, são um grupo mais suscetível ao desenvolvimento de interações medicamentosas e reações adversas. Além disso, foi frequente a utilização de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos, dentre os quais os AINEs se enquadram.

Quanto as reações adversas, foi identificado que a utilização de AINEs em idosos, em períodos e doses maiores, está relacionada ao risco de sangramento do trato gastrointestinal, possível aumento do risco cardiovascular e lesões renais, bem como, interação com outros medicamentos intensificando essas reações. Desse modo, fica evidente, que ações de educação em saúde são necessárias a população, sendo o farmacêutico o principal responsável nesse processo.

REFERÊNCIAS

BINDU, S.; MAZUMDER, S.; BANDYOPADHYAY, U. Non-steroidal anti-inflammatory drugs (NSAIDs) and organ damage: a current perspective. **Biochem. Pharmacol.** Vol.180, outubro. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000629522030383X>>. Acesso em 24 out. 2021.

CARVALHO, C. S.; CARVALHO, A. S.; PORTELA, F. S. Uso Indiscriminado e Irracional de Antinflamatórios não esteroidais (Aines) por pacientes idosos em uma rede de farmácias do Sudoeste da Bahia. **Id on Line Rev. Mult. Psicol.** vol.12, n.40, p.1051-1064. 2018. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezlp.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>>. Acesso em: 13 out. 2021.

LIMA, T. A. M. et. al. Análise de potenciais interações medicamentosas e reações adversas a anti-inflamatórios não esteroides em idosos. **Rev. bras. Geriatr. Gerontol.** Maio-junho. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/hY8QWF4Ht4kNnLP9QfqwxBL/?lang=pt>>. Acesso em: 25 out. 2021.

LOPES, L. M. et.al. Utilização de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos em domicílio. **Ciênc. saúde colet.** Volume 21, Nº 11, Páginas 3429 – 3438, Nov. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/YMfLtC8RNcwwQW79MgYXykb/?lang=pt>>. Acesso em: 25 de out. 2021.

MOORE, N.; POLLACK, C.; BUTKERAIT, P. et al. Adverse drug reactions and drug-drug interactions with over-the-counter NSAIDs. **Ther. Clin. Risk Manag.** vol. 11 1061-75. 15 Jul. 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4508078/>>. Acesso em: 23 out. 2021.

Avaliação do Perfil Clínico-Epidemiológico de Pacientes Incluídos no Programa de Medicamentos Especializados da Assistência Farmacêutica.

Samara de Oliveira Silva¹ (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, oliveirasha92@gmail.com), Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br).

RESUMO

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) é uma estratégia que visa garantir o acesso a medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os medicamentos disponibilizados pelo programa são destinados ao tratamento de doenças consideradas de alta complexidade. O estudo objetivou avaliar o perfil clínico epidemiológico de usuários incluídos no programa de medicamentos especializados da assistência farmacêutica, encontrado na literatura. Tratou-se de uma revisão integrativa. Realizou-se uma busca de conteúdos sobre o tema em estudo, no período de Outubro a Novembro de 2021. Observou-se que a esquizofrenia paranoide foi considerada o diagnóstico clínico de maior predominância. Os medicamentos dispensados com maior frequência foram Olanzapina 10 mg comp (28,8%), seguido da Olanzapina 5 mg comp (24,8%) e Risperidona 2 mg comp (12,2%). Os medicamentos em uso necessitam de orientação farmacêutica para melhor adesão ao tratamento farmacológico e assim, obter uma efetividade terapêutica que ajude na qualidade de vida. A prática do acompanhamento farmacoterapêutico consiste em um modelo da atenção farmacêutica de grande importância para a otimização da farmacoterapia dos pacientes cadastrados no CEAF.

Palavras-chave: Idosos. Polifarmácia. Patologias. Farmacoterapia

INTRODUÇÃO

A Assistência Farmacêutica, através de suas ações e serviços voltados à saúde, busca aprimorar o seu processo de descentralização, reestruturando-a em três componentes: básico, estratégico e especializado. Segundo Tavares e Pinheiro (2014), o componente básico refere-se aos medicamentos e insumos que atendem aos agravos prioritários no âmbito da atenção básica. Já o componente estratégico, inclui medicamentos para o atendimento de programas elaborados pelo Ministério da Saúde, como programa de DST/AIDS, tuberculose, hanseníase e outras endemias focais, e o componente especializado, de acordo com a portaria nº 1.554, de 30 de Julho de 2013, relata ser uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do SUS, que tem por finalidade, proporcionar a integralidade ao tratamento medicamentoso para os pacientes que necessitam de atendimento, em nível ambulatorial, cujas linhas de cuidado estão instituídas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2013).

O componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF), criado em 1982, busca garantir estratégias de acesso aos medicamentos, destinados a doenças consideradas de alta complexidade no ponto de vista clínico-epidemiológico que requerem um tratamento prolongado ou até mesmo permanente, tornando-os, assim, demasiadamente caros. (CARIAS et al., 2011).

Segundo Reis (2013), os medicamentos excepcionais da assistência farmacêutica encontram-se divididos em três grupos, de acordo com a complexidade do tratamento da

doença, as linhas de cuidado e o equilíbrio financeiro entre as esferas de gestão do SUS (municipal, estadual e federal).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), inúmeros são os fatores que podem influenciar na adesão farmacológica. Dentre eles, a complexidade da farmacoterapia, o tempo de tratamento, as reações adversas, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde, assim como a condição de cronicidade da doença. Desta forma, torna-se indispensável instituir medidas que auxiliem de forma significativa na redução desses fatores que interferem diretamente no sucesso da terapia farmacológica.

Nesse contexto, o presente estudo objetivou avaliar o perfil clínico epidemiológico de usuários incluídos no programa de medicamentos especializados da assistência farmacêutica, encontrado na literatura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Realizou-se uma busca de conteúdos sobre o tema em estudo entre os anos de 2008 a 2015, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora, que deu suporte para a tomada de decisão no aperfeiçoamento e melhoria da pesquisa.

O desenvolvimento da revisão integrativa transcorreu por seis etapas distintas, a saber: primeiro foi realizada a identificação do tema, com a escolha da hipótese, e investigação para a elaboração do estudo. Depois caracterizou-se os critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa, bem como a conceituação do conhecimento a ser retiradas dos estudos escolhidos e classificação dos mesmos. Logo depois, foi realizada a avaliação das pesquisas adicionadas na revisão integrativa, assim como a interpretação dos resultados. Por fim, contou-se os principais resultados do conteúdo a partir dos artigos incluídos.

A seleção dos estudos decorreu no período de Outubro a Novembro de 2021, para embasamento da revisão integrativa, deu-se através da busca online na literatura a partir da biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), empregando os descritores: Sistema Único de Saúde (SUS); medicamento excepcional; assistência farmacêutica.

A pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, para ser avaliada mediante as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, pois não envolve pesquisas com seres humanos e nem amostras biológicas (BRASIL, 2012).

A análise e interpretação dos dados foram realizadas de forma organizada e resumida por meio da elaboração de um quadro distribuído com os seguintes itens: autor/ano, título, tipo de estudo, e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos 13 artigos selecionados, foram analisados tópicos relacionados aos resultados de cada publicação escolhida. Na base de dados da SCIELO a utilização dos descritores selecionados permitiu localizar um total de 25 artigos. Após leitura dos títulos pré-selecionados de interesse, resultou na inclusão de 07 artigos. Na LILACS o uso dos descritores forneceu 20 estudos, que após leitura resultou em 06 artigos.

De acordo com os estudos analisados os medicamentos antipsicóticos foram considerados a principal classe farmacológica utilizada pelos pacientes do CEAF. Esses fármacos têm finalidade terapêutica para diversas condições psicóticas, sobretudo no tratamento da esquizofrenia. São classificados em típico ou de primeira geração (APG) ou atípicos ou de segunda geração (ASG). A diferença entre as duas classificações se dá pelo mecanismo de ação, em que o APG atua no bloqueio dos receptores dopaminérgicos D2 e o

atípico no bloqueio dos receptores serotoninérgicos 5-HT_{2A}, onde apresenta menos efeitos extrapiramidais.

Complementando esse perfil de doenças mais presentes foi possível observar nos dados que dentre os laudos médicos especializados (LME's) analisados, alguns pacientes apresentaram subtipos clínicos do TAB, entre eles: transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco sem sintomas psicóticos (F-31.1) e transtorno afetivo bipolar, episódio atual maníaco com sintomas psicóticos (F-31.2) (COSTA; ANDRADE, 2012).

CONCLUSÕES

Os resultados encontrados neste estudo possibilitaram identificar que a esquizofrenia paranoide foi considerada o diagnóstico clínico de maior ocorrência na população. Quanto aos medicamentos excepcionais, foi possível observar que a Olanzapina 10 mg comp, seguido da Olanzapina 5 mg comp e Risperidona 2 mg comp foram os mais dispensados. Essas informações, quando associadas a outros estudos nessa área, poderão contribuir como subsídios teóricos para tomada de decisões no que se refere aos programas governamentais.

Conclui-se, então, que os medicamentos que hoje integram o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) consolidam o processo de criação de políticas públicas de saúde, principalmente na gestão da Assistência Farmacêutica no SUS.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Simone; NOVARETTI, Marcia Cristina Zago. Medicamentos de Alto Custo: Compreendendo o Gerenciamento e Falhas de Dispensação em Cinco Estados Brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 138-147, 2015. Disponível em: <<https://www.apgs.ufr.br/index.php/apgs/article/view/768/422>>. Acesso em: 10 out.2021.

BIN, Luiz Carlos Pereira et al. Significados dos episódios maníacos para pacientes com transtorno bipolar em remissão: um estudo qualitativo. **J Bras Psiquiatr**, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 142-148, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v63n2/0047-2085-jbpsiq-63-2-0142.pdf>>. Acesso em: 10 out.2021.

LIMA-DELLAMORA, Elisangela da Costa; CAETANO, Rosangela; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. Dispensação de medicamentos do componente especializado em polos no Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2387-2396, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a19v17n9.pdf>>. Acesso em: 13 nov.2021

MENDONÇA, Suzana Maria Fernandes. **Medicamentos de alto custo: a judicialização e o papel do Estado**. 2016. 83 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/retrieve/22717/21171143.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2021.

PEREIRA, Leonardo Régis Leira; FREITAS, Osvaldo de. A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n. 4, p. 601-612, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v44n4/v44n4a06.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CANNABIS SATIVA E SEU AMPLO POTENCIAL TERAPÊUTICO: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA.

Raphael Rabelo de Lima (Aluno do curso de farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: raphaelrabelo.lima@gmail.com), **Orientador: Jorge Ricardo de Souza filho** (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jorge.ricardo@fvj.br).

RESUMO

A *Cannabis sativa* ou comumente conhecida como maconha, é uma planta do gênero *Cannabaceae*, a maconha já era utilizada como um fitoterápico para tratamento de dor e ansiedade em dois mil e setecentos(2700) A.C, e diversas pesquisas vem sido feita por conta de seus fitocanabinoides e seus potenciais terapêutico, nessa revisão de literatura foi utilizado pesquisas e artigos científicos que comprovassem o efeito terapêutico desses fitocanabinoides em doenças neurodegenerativas e no câncer.

Palavras-chaves: *Cannabis Sativa*, CBD, THC, doença neurodegenerativa, câncer.

INTRODUÇÃO

Os principais fitocanabinoides da maconha são o Δ^9 -tetrahydrocannabinol(THC) que é uma substancia psicoativa que possui seu mecanismo de ação principalmente focado nos receptores canabinoides como CB1 e CB2 podendo causar efeito de euforia e psicose dependendo da quantidade, e o canabidiol(CBD) que é o princípio ativo não psicoativo mais abundante na maconha, o seu mecanismo de ação se principalmente pela inibição da enzima amida hidrolase de ácido graxo (FAAH), aumentando a biodisponibilidade do endocanabinoides anandamida, que possui efeitos antidepressivos, ansiolítico e antipsicótico.

Pesquisas científicas utilizando ratos e camundongos viram que o CBD também possui efeitos em doenças neurodegenerativas, diminuindo a neuroinflamação e causando efeitos neuroprotetores, em ratos com Parkinson, Alzheimer e esclerose múltipla, foi mostrado também que o CBD regula a neurotransmissão através da inibição de GABA, ajudando pacientes com epilepsia.

Um dos grandes potenciais da maconha que está sendo pesquisado, é sua utilização para o tratamento de câncer, foi visto através de testes laboratoriais com células cancerígenas que a maconha consegue causar a apoptose de cânceres de pulmão e de mama, principalmente pelo aumento da espécie reativa de oxigênio (ROS) que gera um estresse em células cancerígenas.

MARCO TEÓRICO

Foi percebido um grande potencial terapêutico na Cannabis sativa, principalmente pela descoberta de vários princípios ativos nela, como supracitado o THC e o CBD são os principais fitocanabinoides presente na maconha que vem sendo estudado em diversos exames laboratoriais e testes clínicos para poder designar seu possível mecanismo de ação e para qual patologia pode ser utilizado esses fitocanabinoides, tornando a maconha um grande alvo para tratar doenças neurodegenerativas e o câncer.

METODOLOGIA

Este artigo se trata de uma revisão de literatura, onde foram utilizadas pesquisas científicas com um recorte temporal de onze(11) anos, os presentes artigos selecionados tem como embasamento o estudo sobre a maconha, seu mecanismo de ação, e seu potencial terapêutico em doenças neurodegenerativas e câncer, foi selecionado artigos tanto em inglês como em português em meios de pesquisas como SCIELO, Pubmed, CORE, FRONTIER, Reseach Gate, google acadêmico, SUS e INCA.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Um estudo foi levantando com o uso CBD junto com a carbamazepina, a combinação desses dos fármacos tem um efeito antidiscinético em ratos com parkinson. O CBD por agir nos receptores 5-HT1A consegue diminuir significativamente a expressão da proteína c-Fos no estriado dorsal diminuindo a rigidez muscular e diminuindo os movimentos involuntários causados pelo Parkinson (DOS-SANTOS-PEREIRA, et al. 2019).

Estudos mais recentes em camundongos com encefalomielite autoimune experimental (EAE) demonstraram uma melhora no quadro inflamatório ao se utilizar o fitocanabinoides como o CBD, por agir na regulação das células T encefalitogênicas diminuindo sua super proliferação também tem ação ajudando na recuperação da bainha de mielina e retardando as convulsões nos camundongos com esclerose múltipla (KOZELA, et al. 2011).

Foi feito vários estudo sobre o CBD já que o mesmo tem função anti-inflamatória e também tem ação neuroprotetora, o CBD conseguiu diminuir a hiperfosforilação e da superprodução da proteína β -amiloide e acompanhado da redução da gliose conseguindo auxiliar na recuperação do hipocampo e diminuir a morte prematura de neurônios em ratos com Alzheimer. (ESPOSITO, et al, 2011)

Um estudo realizado em camundongos com síndrome de Dravet, foi percebido que o CBD tem uma função inibindo a metabolização do clobazam, aumentando assim o tempo de interação do fármaco, essa inibição se das proteínas enzimáticas CYP3A4 e CYP2C19, o que torna o uso de CBD interessante em casos de pacientes com resistência ao tratamento de epilepsia(ANDERSON, et al.2019)

Foi percebido que a via de ação antitumorais do CBD, é principalmente pelo aumento espécie reativa de oxigênio (ROS), também se dá pela inibição de moléculas ERK e PI3K que são responsáveis pela proliferação de células tumorais, além de inibir também a transcrição de HIF-1 α que é um grande estímulo para a angiogênese tumoral (SHRIVASTAVA, et al. 2011).

Foi concluído que a Cannabis sativa tem ações medicamentosa bem amplas, que pode ser um avanço no tratamento de doenças neurodegenerativa e um auxílio em pacientes farmacorresistente, mesmo com poucos estudos sobre sua ação, o canabidiol já mostrou em teste *in vitro* e *in vivo* seu potencial como potente anti-inflamatório e antioxidante,

também em doenças como Parkinson, Alzheimer, Epilepsia, Esclerose múltipla, Transtorno de ansiedade generalizada, Transtorno do pânico e também como um potencial medicamentoso para combater o câncer.

REFERÊNCIAS

DOS-SANTOS-PEREIRA, Maurício *et al.* Co-administration of cannabidiol and capsazepine reduces L-DOPA-induced dyskinesia in mice: Possible mechanism of action. **Neurobiol Dis**, [S. l.], p. 179–195, 17 out. 2016. DOI: 10.1016/j.nbd.2016.06.013. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27373843/>>. Acesso em: 23 set. 2021.

KOZELA, Ewa *et al.* Cannabidiol inhibits pathogenic T cells, decreases spinal microglial activation and ameliorates multiple sclerosis-like disease in C57BL/6 mice. **British journal of pharmacology**, [S. l.], p. 1507–1519, 19 ago. 2011. DOI: 10.1111/j.1476-5381.2011.01379.x. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21449980/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

ESPOSITO, Giuseppe *et al.* Cannabidiol reduces A β -induced neuroinflammation and promotes hippocampal neurogenesis through PPAR γ involvement. **PloS one**, [S. l.], p. e28668, 5 dez. 2011. DOI: 10.1371/journal.pone.0028668. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22163051/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

ANDERSON, Lyndsey L. *et al.* Coadministered cannabidiol and clobazam: Preclinical evidence for both pharmacodynamic and pharmacokinetic interactions. **Epilepsia**, [S. l.], p. 2224–2234, 17 out. 2019. DOI: 10.1111/epi.16355. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6900043/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

SHRIVASTAVA, Ashutosh *et al.* Cannabidiol Induces Programmed Cell Death in Breast Cancer Cells by Coordinating the Cross-talk between Apoptosis and Autophagy. **Molecular Cancer Therapeutics**, [S. l.], p. 1161–1172, 11 jul. 2011. DOI: 10.1158/1535-7163. Disponível em: <<https://mct.aacrjournals.org/content/10/7/1161>>. Acesso em: 29 out. 2021.

A INFLUÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO FARMACOTERAPÊUTICO PARA PACIENTES HIPERTENSOS—UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.

Rafaella Nunes da Silva ¹ (Aluna do curso de farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: nunesrafaella141@gmail.com) Rodolfo de Melo Nunes ² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: rodolfo.nunes@fvj.br)

RESUMO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por taxas de Pressão Arterial (PA) iguais ou superiores a 140/90 mmHg, considerando que a PA ideal é 120/80mmHg. Os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através deles é possível proporcionar ao paciente um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclarece questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de estratégias para a garantia do tratamento. Assim o objetivo do estudo é avaliar a influência do acompanhamento farmacêutico em pacientes hipertensos. Trata-se de uma revisão integrativa, por meio da qual foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos, dando sequência a uma seleção mais específica, focando no tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora. O estudo foi desenvolvido a partir da busca por estudos na base de dados PubMed, Periódicos CAPES, Scielo, MEDLINE e LILACS, o que resultou em 12 artigos para as discussões. Os artigos inclusos foram analisados na íntegra entre os meses de agosto a outubro de 2021 com a finalidade de extrair o cerne de cada resultado das investigações. Os resultados deste estudo apontaram que os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através dele é possível ver os benefícios que o paciente com HAS pode ter com um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclareça questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de traçar estratégias para a garantia deste tratamento.

Palavras- chaves: Hipertensão Arterial Sistêmica. Acompanhamento farmacoterapêutico. Doenças cardiovasculares.

1 INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por taxas de Pressão Arterial (PA) iguais ou superiores a 140/90 mmHg, considerando que a PA ideal é 120/80mmHg. Taxas a partir de 130/85 mmHg para os níveis de pressão arterial sistólico e diastólico, respectivamente, devem ser reavaliadas anualmente e estimuladas mudanças no estilo de vida (SBC, 2018).

Cunha, Lopes e Leite afirmam que o envelhecimento da população somado a diversos fatores como a urbanização, estilos de vida pouco saudáveis, pouca atividade física, dieta inadequada, obesidade e tabagismo contribuem para o aumento da incidência e prevalência de doenças crônicas, como a HAS (CUNHA, LOPES, LEITE 2010).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, foram realizados estudos nos últimos anos em cidades brasileiras que apontam prevalência da HAS acima de 30%, considerando-se valores de PA \geq 140/90 mmHg, afetando 22,3% a 43,9% da população adulta, ou seja, média de 32,5%. A hipertensão pode ser assintomática e

silenciosa, desta forma podendo trazer diversas consequências e complicações ao longo dos anos, causando prejuízos ao funcionamento de diversos órgãos (SBC, 2018).

Frisa-se que as doenças cardiovasculares são apontadas como a principal causa de mortalidade no Brasil desde os anos 60. É importante salientar, que na mesma época, o Framingham Heart Study foi o pioneiro no diagnóstico da hipertensão. O Framingham é uma fórmula de previsão na população em geral da probabilidade do desenvolvimento de doença coronariana, sendo determinado através da faixa etária, sexo, valores de pressão arterial sistólica, valores da razão entre o colesterol total e a fração HDL, presença de tabagismo e diagnóstico de diabetes. Dessa forma, é possível estabelecer o risco de desenvolvimento de doença coronariana na próxima década de vida (LOTUFO, 2008).

Os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através deles é possível proporcionar ao paciente um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclarece questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de estratégias para a garantia do tratamento. Dessa maneira, nesse processo de conscientização fez-se necessário o profissional de saúde, especialmente, o farmacêutico, uma vez que o mesmo ao atuar diretamente com esse público, tem a possibilidade de despertar nos pacientes hábitos preventivos e/ou a motivação para o exercício de ações de autocuidado para aqueles que já têm a doença, buscando assim, mudanças de ideias e concepções.

Ter conhecimento a respeito do que integra e abrange a Assistência Farmacêutica é ferramenta crucial para se obter a eficácia desejada no desempenho do sistema de saúde quanto ao acesso, gestão de recursos públicos e educação em saúde.

É válido inferir que é também de responsabilidade do farmacêutico a realização de intervenções em casos de observações de interações, efeitos adversos e identificação de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRM). Desta forma estudos observaram a evolução e a importância do cuidado farmacêutico em relação a pacientes hipertensos, esse cuidado pode colaborar com a diminuição da taxa de risco cardiovascular, e entre outras doenças. Complicações cardiovasculares são consequências graves e consideravelmente frequentes no quadro da HAS (FIRMINO, 2015).

Apesar de importante e relevante o acompanhamento de pacientes, a participação do profissional farmacêutico aliado a farmacoterapia ainda não têm grandes proporções no Brasil, esse fato pode ser justificado devido à área de farmácia clínica ser um seguimento relativamente novo no país. Assim o objetivo do estudo é avaliar a influência do acompanhamento farmacêutico em pacientes hipertensos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, onde foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos, dando sequência a uma seleção mais específica, focando no tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora, que dará suporte para a tomada de decisão no aperfeiçoamento e melhoria da pesquisa.

Na base de dados PubMed, Periódicos CAPES a utilização dos descritores selecionados permitiu localizar um total de 10 artigos. Após o uso dos filtros: texto completo-disponível, limite- humanos, idioma-português e, tipo de documento-artigo, o quantitativo de estudo resultou em 3 artigos, com leitura dos títulos pré- selecionados de interesse, resultando na inclusão de 7 artigos.

Na seguinte é da SCIELO, MEDLINE e LILACS o uso dos descritores forneceram 14 estudos, onde foram adotados os filtros: coleção-Brasil; idioma-português; área temática-enfermagem, tipo de leitura-artigo, o quantitativo de estudo resultou em 09

artigos. Após esse refinamento, ao final das buscas, a amostra final foi composta por 05 artigos.

Como critério de inclusão desses artigos foram adotados os seguintes quesitos: artigos originais integralmente disponíveis, com a versão on-line de maneira gratuita, e outras produções nacionais, como manuais e teses, além de artigos que pesquisaram acompanhamento farmacoterapêutico, atenção e assistência farmacêutica em pacientes hipertensos.

Serão excluídos artigos que abordem hipertensão como comorbidade, ou seja, hipertensão não é o centro da temática. Além do mais, artigos teóricos ou de revisão, bem como artigos que não deixarem claro qual o tipo, condição de hipertensão avaliada e qualquer outro tipo de pesquisa que não atenda ao objeto de estudo proposto, além das publicações que se repetirem nas bases de dados.

Nessa perspectiva, a análise constitui-se pela leitura de 12 artigos escolhidos e selecionados, onde buscou-se descobrir o real sentido que compõem o decorrente estudo, sob a forma de dados onde se realizou nova análise e dela se extraiu categorias respectivamente para embasamento da pesquisa, na qual segue um padrão que atinja os objetivos, além de distinguir uma base teórica e conceitual concernente ao destaque das etapas essenciais para compor o projeto de pesquisa.

A pesquisa não será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, para ser avaliada mediante as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, por se tratar de uma revisão integrativa da literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois da fase inicial do levantamento de dados, os procedimentos que se seguiram se constituíram na leitura e na análise dos artigos escolhidos baseados nos critérios de inclusão. Os artigos inclusos foram analisados na íntegra entre os meses de agosto a outubro de 2021 com a finalidade de extrair o cerne de cada resultado das investigações. Em relação aos 12 artigos selecionados, foram analisados tópicos relacionados aos resultados de cada publicação escolhida.

A Atenção Farmacêutica está inserida na Assistência Farmacêutica e se destaca como uma prática onde o farmacêutico assume a responsabilidade e o compromisso de identificar e satisfazer as necessidades dos usuários. Durante a prática ocorre interação direta do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos voltados para a melhoria da qualidade de vida (Costa, Martins, Pedroso et al. 2014 & Reinhardt, Ziulkoski, Andrighetti et al 2012).

Atenção Farmacêutica prestada aos pacientes idosos hipertensos, por sua vez, contribuiu para uma maior redução da pressão arterial e para a detecção e resolução de resultados clínicos negativos associados à medicação. O acompanhamento farmacoterapêutico nessa fase da vida exige cuidados individualizados e assume um papel ativo na relação farmacêutico-paciente medicamento, colaborando para alcance do tratamento desejado.

Um estudo feito em Jequié (BA) com pacientes hipertensos, evidenciou como principais PRMs na terapia dos idosos: não adesão, farmacoterapia com indicação inapropriada, contraindicações, problema de saúde insuficientemente tratado, interação e administração errônea, o que gerou como Resultados Negativos Associados ao medicamento (RNM) problemas de Necessidade (23,5%), Efetividade (47,1%) e Segurança (29,4%) (RIBEIRO, FARIA & LEMOS. 2013).

Outro estudo realizado por Brune, Ferreira e Ferrari, (2014) feito com pacientes hipertensos no município de Pontal do Araguaia (MT) com adultos de idade média de 64 anos, identificaram que 100% dos pacientes apresentaram algum tipo de PRM.

A maioria das RNM poderiam ser evitados e solucionados por meio de intervenções simples como a recomendação sobre o modo de administração, aderência e orientação em medidas não farmacológicas ao passo que poderia contribuir e ampliar a assistência multiprofissional a pacientes hipertensos. A PRM 1 que está relacionada à apresentação de um problema de saúde por não utilizar o medicamento que necessita (Necessidade) foi a mais prevalente entre os idosos. Como benefícios do estudo, os autores ressaltam uma melhoria significativa nos níveis pressóricos dos pacientes ao longo do acompanhamento farmacoterapêutico, confirmando sua importância no manejo ambulatorial da hipertensão arterial (BRUNE, FERREIRA E FERRARI, 2014).

Outro fator a ser considerado é o aumento excessivo da adiposidade corporal, que é um fator de risco para uma série de doenças cardiovasculares e metabólicas, com prevalência a HAS (RIBEIRO, FARIA & LEMOS. 2013). Corroborando com esta inferência, a Sociedade Brasileira de Cardiologia apontou que 75% dos homens e 65% das mulheres apresentam HAS diretamente atribuída a sobrepeso e obesidade (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2007). Apesar do ganho de peso estar intrinsecamente associada com o aumento da PA, nem todas as pessoas obesas, por exemplo, tornam-se hipertensas. Pesquisas têm revelado que o ganho de peso e conseqüentemente o aumento da circunferência abdominal configuram-se como prognósticos relevantes de HAS, sendo um indicador de risco cardiovascular aumentado.

Diante do exposto, salienta-se que a HAS é uma doença degenerativa que caracteriza risco para a saúde das pessoas. Contudo, considera-se PA normal quando as medidas de rotina são $\leq 120/80$ mmHg, sendo assim considera-se hipertensão arterial (HA) controlada quando, sob tratamento anti-hipertensivo, o paciente continua com a PA controlada tanto no consultório como fora dele. A hipertensão é considerada a partir de 140/90 mmHg. HAS não controlada é definida quando, mesmo sob tratamento anti-hipertensivo a PA se mantém elevada tanto no consultório como fora dele. No que concerne a pré-hipertensão baseia-se em valores entre pressão arterial sistólica entre 121 e 139 e/ou pressão arterial diastólica entre 81 e 89 mmHg, tendo assim maior risco de desenvolver hipertensão sendo, portanto, necessário acompanhamento regular (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2016).

A Sociedade Brasileira de Cardiologia destaca que o consumo elevado de bebidas alcoólicas pode aumentar a pressão arterial. Estudos apontam ainda que a redução do consumo de álcool é componente importante na mudança do estilo de vida para a prevenção e tratamento da hipertensão entre os bebedores assíduos (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2016 & Xin, Frontini, Ogden et al., 2001).

No tratamento e controle da hipertensão aplica-se terapia nutricional, pois os hábitos alimentares têm produzido grandes desequilíbrios nutricionais, o uso excessivo de gorduras saturadas e trans, o baixo consumo de potássio, excesso de calorias, o elevado consumo diário de sal, falta de ingestão de alimentos ricos em carboidratos complexos e fibras (frutas, verduras, legumes, leguminosas, e cereais integrais), elevado consumo de açúcares refinados, deficiência de alguns minerais e vitaminas e o excesso de bebida alcoólica tem proporcionado quadros de doenças cardiovasculares (Carneiro, Faria, Ribeiro, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo apontaram que os serviços clínicos farmacêuticos vêm mostrando sua importância no tratamento de doenças cardiovasculares como a HAS. Através dele é possível ver os benefícios que o paciente com HAS pode ter com um acompanhamento criterioso, seguido de orientações por um profissional qualificado, que esclareça questões sobre a doença, a importância da adesão ao tratamento, além de traçar estratégias para a garantia deste tratamento. Dessa maneira, nesse processo de conscientização faz-se necessário o profissional de saúde, especialmente, o farmacêutico, uma vez que o mesmo ao atuar diretamente com esse público, tenha a possibilidade de despertar nos pacientes hábitos preventivos e/ou a motivação para o exercício de ações de autocuidado para aqueles que já têm a doença, buscando assim, mudanças de ideias e concepções.

REFERÊNCIAS

- Borges, A. D. V. S., Silva, E. F., Mazer, S. M., Toniollo, P. B., Valle, E. R. M., & Santos, M. A. (2016). Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 11(2), 361-369. Acesso em: 04 de Mar de 2021.
- Costa, A. L., Jr. (2001). O desenvolvimento da psico-oncologia: Implicações para a pesquisa e intervenção profissional em saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(2), 36-43. Acesso em: 15 de Maio de 2021.
- Duarte TP, Andrade AN. Enfrentando a mastectomia: análise dos relatos de mulheres mastectomizadas sobre questões ligadas à sexualidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*. v. 8, ed. 1, p. 155-163, 2003. Acesso em: 25 de Out de 2021
- Gillis T. Reabilitação do paciente com câncer. In: União internacional contra o câncer (UICC). *Ma clínica*. 8ª ed. São Paulo: Wiley; nual de oncologia 2006. Acesso em: 16 de Mar de 2021. Acesso em: 20 de Ago de 2021
- Instituto Nacional de Câncer (INCA). Coordenação de Prevenção e Vigilância de Câncer: Estimativas 2020: Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA; 2020. Acesso em: 02 de Ago de 2021
- Leite RC, Oliveira C, Ribeiro L. Câncer de mama: prevenção e tratamento. Rio de Janeiro: Prestígio; 2002. Acesso em: 12 de Out de 2021
- Machado SM, Sawada NO. Avaliação da qualidade de vida de pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico adjuvante. *Texto & contexto enferm* 2018; 17(4):750-757. Acesso em: 30 de Set de 2021
- Pruzinsky T, Cash TF. Understanding Body Images: Historical and Contemporary Perspectives. In: Cash TF, Pruzinsky T. *Body Image: A Handbook of Theory, Research, and Clinical Practice*. New York, London: The Guilford Press; p. 3-12. 2002. Acesso em: 28 de set de 2021.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FARMACÊUTICO A PACIENTES ACOMETIDOS POR HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

THE IMPORTANCE OF PHARMACEUTICAL FOLLOW-UP TO PATIENTS AFFECTED BY SYSTEMIC ARTERIAL HYPERTENSION: A LITERATURE REVIEW

Marlice Alves da Costa¹
Francisco Wanderlei Lima Silva²

RESUMO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é a elevação da pressão sob a qual o sangue circula dentro do sistema arterial, em decorrência de fatores como aumento da frequência cardíaca ou redução da capacidade de relaxamento das artérias. A HAS se caracteriza por níveis elevados superiores a 140x90mmHg, sendo, sua prevenção, diagnóstico e tratamento de suma importância para diminuir os riscos cardiovasculares. Esse estudo tem por objetivo realizar uma revisão da literatura sobre a farmacoterapia e ação assistencialista do farmacêutico no auxílio aos pacientes acometidos de hipertensão. Trata-se de uma revisão de literatura, desenvolvida através de uma coleta de dados realizada em revistas e artigos científico nas bases de dados de portais de periódicos. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2021 de artigos completos, que contemplavam relevância ao estudo. Os resultados apontaram a prevalência de interações medicamentosas potenciais (IMP) em pacientes hipertensos acompanhados na atenção primária, visto que, existe uma associação entre a idade, polifarmácia e a ocorrência de IMP, em maiores de 60 anos. Os estudos mostram a importância fundamental do acompanhamento farmacoterapêutico, para diminuição dos riscos pressóricos da hipertensão arterial, sendo dessa forma, uma ferramenta indispensável nos cuidados a pessoa hipertensa. Conclui-se que o profissional farmacêutico tem um papel importante na vida dos pacientes hipertensos, com o acompanhamento farmacoterapêutico, no intuito de melhorar a qualidade de vida do paciente, colaborando com outros profissionais da saúde, desse modo, objetivando alcançar a efetividade no tratamento.

Palavras-chaves: Hipertensão. Adesão. Interações medicamentosas. Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é a elevação da pressão sob a qual o sangue circula dentro do sistema arterial, em decorrência de fatores como aumento da frequência cardíaca ou redução da capacidade de relaxamento das artérias. Quando a pressão está alta, o coração faz mais força para bombear o sangue, porque com a idade as artérias ficam mais dilatadas e oferecem mais resistência a sua passagem. A HAS se caracteriza por níveis elevados repetidamente superiores a 140x90mmHg. O diagnóstico depende da avaliação clínica (ARAÚJO et al., 2019).

¹Artigo apresentado ao Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Farmácia, Aracati-CE, 2020.

²Aluna do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, marlice.costa@fvj.com.br

³Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br

O tratamento não-medicamentoso tem como objetivo o controle da HAS de modo a minimizar os riscos de complicações, por meio da redução ou eliminação da ingestão de bebidas alcoólicas, cigarro e a prática de hábitos de vida saudáveis. Já o tratamento medicamentoso possui finalidade terapêutica de diminuição da morbidade e da mortalidade das doenças cardiovasculares, com o uso de anti-hipertensivos como diuréticos, betabloqueadores, inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), bloqueadores dos receptores de AT1 da angiotensina II e com bloqueadores dos canais de cálcio (LOPES et al., 2015; ARAÚJO et al., 2019).

A Assistência Farmacêutica (AF) é o conjunto de ações voltadas para promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual quanto coletiva, tendo sempre o medicamento como insumo essencial de fácil acesso e uso racional. Existem dúvidas frequentes quanto a posologia correta do uso de medicamentos, isto torna o profissional farmacêutico assistencialista indispensável, para adequar a rotina dos pacientes e ajudar na melhoria dos dias dos mesmos, diminuindo o sofrimento dos mesmos e evitando posologias erradas e reações adversas indesejadas (ARAÚJO e ARAÚJO, 2020).

Interação medicamentosa é um evento clínico que pode ocorrer entre medicamento-medicamento, medicamento-alimento ou medicamento-drogas. (ANDRADE e SOUZA, 2018). A associação de algumas classes anti-hipertensivas pode potencializar os efeitos farmacológicos no efeito anti-hipertensivo e associações de algumas classes anti-hipertensivas com anti-inflamatório não esteroidais- AINES pode elevar a pressão arterial (DA MAIA e FREITAS, 2021).

A adesão ao tratamento por vezes é imprescindível para os indivíduos hipertensos, mas no dia a dia observa-se o abandono ao tratamento medicamentoso por pelo menos 16% a 50% dos pacientes no primeiro ano, o que acarreta no descontrole da doença e complicações bem como retardo de agravos. Os fatores de não adesão dos adultos ao tratamento farmacológico é o grau de instrução, déficit cognitivo, a falta de sintomas da doença, a falta de interação com os profissionais da saúde, bem como a presença de sintomas depressivos e fatores estressantes da vida (AMARAL et al., 2019).

O estudo então teve por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a farmacoterapia e ação assistencialista do farmacêutico no auxílio aos pacientes acometidos de hipertensão.

2 METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de revisão da literatura do tipo integrativa sobre a farmacoterapia e ação assistencialista do farmacêutico no auxílio aos pacientes acometidos de hipertensão.

Foi desenvolvido através de coleta de dados realizada em revistas e artigos científicos. Todo o estudo sobre a temática foi realizado com buscas na base de dados de portais de periódicos: CAPES; MEDLINE; LILACS; SciELO e Science Direct. Os dados foram coletados de julho a novembro de 2021 de artigos completos, que contemplavam relevância ao estudo, utilizou-se como palavras-chave, em separado ou agrupadas: hipertensão, farmacoterapia, assistência farmacêutica, medicamentos, interação medicamentosa.

Foram inclusos na pesquisa 18 artigos de 2015 a 2021 que estavam relacionados a temática proposta, textos completos, gratuitos e de linguagem portuguesa. Foram excluídos artigos anteriores a 2015, artigos que abordem outra temática, e outros idiomas.

Os artigos foram organizados em uma tabela e categorizados identificando-se o autor, ano de publicação, tipo de estudo e resultados. A pesquisa não necessitou de aprovação do Comitê de Ética da FVJ.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a fase inicial do levantamento de dados, os procedimentos que se seguiram se constituíram na leitura e na análise dos artigos escolhidos firmados nos critérios de inclusão. Os artigos inclusos foram analisados na íntegra com finalidade de extrair as principais informações apresentadas nos resultados das investigações.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma patologia sistêmica de grande interesse para pesquisa e estudos clínicos, por desencadear uma série de anormalidades, em especial, na população idosa. HAS em idosos possui vieses assistencialista, cultural e fisiológico, como: senescência vascular, patologias em geral, sedentarismo e hábitos alimentares impróprios, desinformação e falta de assistência, bem como, irregularidades na farmacoterapia (SANTOS, et al. 2019; DA MAIA e DE FREITAS, 2021). Ocorrências dessas, isoladas ou em conjunto, elevam potencialmente a morbidade e mortalidade em idosos (DA MAIA e DE FREITAS, 2021). Interações medicamentosas podem ocasionar eventos adversos mais frequentes nos idosos e em usuários de múltiplos fármacos (LEÃO et al., 2020).

A assistência farmacêutica a pacientes com hipertensão arterial sistêmica é um auxílio durante o tratamento pois orienta o paciente, trabalhando as dúvidas, evitando problemas como posologia, erros de administração das substâncias, evitando interações medicamentosas e efeitos colaterais. Logo, a contribuição que a assistência farmacêutica traz ao tratamento medicamentoso é indispensável (LOPES et al., 2015; ARAÚJO et al., 2019).

A não adesão dos idosos ao tratamento farmacológico podem estar relacionados ao grau de instrução, déficit cognitivo e fragilidade, ausência dos sintomas da doença e a falta de vínculo com o profissional de saúde. Já a presença de um membro responsável da família facilitaria o processo de adesão ao tratamento (ARAÚJO e ARAÚJO, 2020). O farmacêutico assume papel importante no cuidado e acompanhamento do paciente, no uso racional da medicação e por meio da aferição de pressão por exemplo (SOUSA e PINTO, 2021).

O acompanhamento farmacoterapêutico ajuda na promoção da educação em saúde, resolução dos problemas relacionados a adesão farmacoterapêutica, e como consequência traz o reconhecimento do profissional farmacêutico, trazendo o bem estar do paciente (CAMPOS et al., 2020).

Os dados reforçam a necessidade da atenção farmacêutica devido aos grandes números de interações medicamentosas possíveis nas prescrições dos pacientes. As interações medicamento-medimento em idosos é preocupante e tem elevada significância clínica e alta prevalência, ficando assim comprometida a segurança da farmacoterapia neste grupo populacional (SOUZA et al., 2018).

Numa última análise, é importante destacar interações medicamentosas também relacionadas ao uso de fitoterápicos, conforme apontou o trabalho de Da Silva et al. (2021), visto que é prática muito comum entre idosos para prevenção, tratamento e cura de patologias, mesmo que empiricamente, é a utilização de fitoterápicos. Situações essas que tem demonstrado vastas evidências de interações medicamentosas com a utilização concomitante com fármacos para o tratamento da hipertensão, conforme apontou o estudo.

Todos os estudos deixaram claro a linha tênue entre interações medicamentosas, polifarmácia, reações adversas, falta de informações, ausência da assistência farmacêutica e profissional farmacêutico, bem como, equipe multidisciplinar, para o cuidado e à atenção ao idoso hipertenso, necessitando uma reavaliação de todos esses parâmetros.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, ISABEL L P da S et al. Prevalência de interações medicamentosas potenciais em indivíduos hipertensos acompanhados na estratégia de saúde da família, **Enferm Bras**, v. 18, n. 2, p. 303-313, 2019.
- ANDRADE, KAIO V F; SOUZA, ALYNE M. Prevalência de interações medicamentosas potenciais em indivíduos hipertensos acompanhados na estratégia de saúde da família, **J. Health Biol Sci.**, v. 6, n. 4, p. 405-411, 2018.
- ARAÚJO, GRAZIELLA de S B et al. Hipertensão arterial sistêmica: problema de saúde pública nos dias atuais, **ReBIS**, v. 1, n. 1, p. 39-43, 2019.
- ARAÚJO, THADEU R; ARAÚJO, POLYANNA R. Assistência do farmacêutico em pacientes com hipertensão, **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.4, p.17806-17820 apr. 2020.
- CAMPOS, LEHTICIA da S et al. A prática da atenção farmacêutica no acompanhamento farmacoterapêutico de idosos diabéticos e hipertensos: relato de caso. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 2287-2296 mar/abr. 2020.
- DA MAIA, ANA PAULA ALVES; DE FREITAS, LEDA TEREZINHA. Hipertensão arterial e possíveis interações medicamentosas: Um olhar atento do farmacêutico no cuidado ao idoso. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 48245-48255, 2021.
- DA SILVA, HYAN RIBEIRO et al. Análise do perfil de interação medicamentosa de plantas medicinais com os medicamentos mais utilizado por idosos hipertensos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e50510414115-e50510414115, 2021.
- GONÇALVES, DANIEL; PEREIRA, RODOLFO MENDONÇA. Análise de possíveis interações medicamentosas em prescrições para idosos hipertensos. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 35912-35926, 2021.
- LEÃO, INGRID N et al. Prevalência das interações medicamentosas potenciais em hipertensos atendidos na atenção primária, **Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 63, p. 05-13, jan./mar., 2020.
- LOPES, JOÃO H P et al. Adesão do paciente à terapia medicamentosa da hipertensão arterial: revisão da literatura. **Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 235-243, set-dez, 2015.
- LOUZEIRO, ALYNE DE OLIVEIRA; TREVISAN, MÁRCIO. Riscos da polifarmácia em idosos hipertensos. **Revista Artigos. Com**, v. 27, p. e7397-e7397, 2021.
- MEDEIROS, KALINE A et al. Relato do acompanhamento farmacoterapêutico de um paciente Hipertenso, Diabético e Lipêmico atendido em um centro de saúde. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 90277-90288, nov. 2020.

PENHA, BRUNA C M et al. Acompanhamento farmacoterapêutico do paciente idoso com hipertensão arterial em população brasileira: achados de revisão sistemática. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.3, p. 11412-11425 mai./jun. 2021.

SANTIMARIA, MARIANA REIS et al. Falha no diagnóstico e no tratamento medicamentoso da hipertensão arterial em idosos brasileiros – Estudo FIBRA. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24 n. 10, p. 3733-3742, 2019.

SILVA, ADRIANA CONCEIÇÃO BORGES et al. A polifarmácia entre pacientes hipertensos e diabéticos em uma unidade de saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 8, p. e8006-e8006, 2021.

SOUZA, DAYANA M et al. Uso inapropriado de medicamentos pelo idoso: polifarmácia e seus efeitos. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 16, n. 2, p. 166-178, jul.-dez, 2018.

SOUZA, LINDERLANE O et al. Acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes portadores de hipertensão arterial de diabetes Mellitus. **Braz. J. Hea. Rev**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 19540-19551. nov./dez. 2020.

SOUZA, TUANY SANTOS et al. Interações medicamentosas potenciais em idosos com síndrome metabólica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e29410918080-e29410918080, 2021.

SOUZA, VILCILENE D de S; PINTO, GEISE R S. A importância do farmacêutico no acompanhamento de pacientes hipertensos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e88101014809, 2021.

Uso de pílula de emergência e suas consequências

Luana Raquel Sombra Pontes (Aluno (a) do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, luanapontes@gmail.com, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

O conceito de contraceptivo emergencial é designado a fármacos popularmente conhecidos como “pílula do dia seguinte” estas drogas devem ser utilizadas posteriormente a relação sexual que não se tenha feito uso de outro método contraceptivo, alguns efeitos adversos importantes estão associados ao uso de contraceptivos combinados, o uso destes medicamentos de forma automedicada e de forma indiscriminada altera o organismo da paciente devido às altas cargas do hormônio progesterona presente em sua estruturação, podendo levar a possíveis reações adversas e efeitos colaterais. As consequências do uso descontrolado dos CE têm o potencial de causar deficiência em sua efetividade terapêutica, o profissional farmacêutico detém uma importante tarefa quando a orientação dessas mulheres quanto à forma correta de se administrar estes medicamentos evitando problemas futuros.

Palavras-chave: pílulas de emergência, complicações, riscos.

INTRODUÇÃO

As mulheres em todos os lugares do mundo buscam de forma adequada a programação do planejamento familiar evitando a gravidez em períodos não desejados e a escolha do método de anticoncepção mais adequado para a necessidade de cada mulher se faz importante, por isso as orientações médicas são fundamentais para a deliberação do método mais oportuno para cada paciente, podendo ser estes uso de preservativos masculinos ou femininos, dispositivos de uso intrauterino (DIU), procedimentos cirúrgicos como ligadura das trompas de falópio ou vasectomia masculina, também podem ser indicado uso de anéis vaginais, uso de pílulas anticoncepcionais de uso mensal e contraceptivos de emergência CE (COSTA ET AL 2021).

Estes medicamentos são compostos por substâncias hormonais e são bastante utilizadas no Brasil para evitar gravidez indesejada sendo esta situação decorrente de uso incorreto de anticoncepcionais convencionais ou em caso de relação sexual desprotegida, ou seja, ausência de métodos físicos de barreira. Para a sua uma melhor eficácia quanto ao seu funcionamento estes medicamentos devem ser administrados logo em seguida a relação sexual ou em até 120 horas após o ato sexual, estes medicamentos também podem ser usados para evitar gravidez indesejada pós-violência sexual (FERREIRA ET AL 2021).

A recomendação para o uso dos CE é que não se ultrapasse a quantidade de uma dose completa por ano, pois a reincidência em seu uso pode ser fator determinante no aumento do risco de gravidez indesejada e alteração ou confusão no ciclo menstrual quando a mulher passa a não reconhecer o funcionamento do próprio corpo, os CE são vendidos no Brasil e em outros países sem receita a necessidade de medica cabendo à mulher sobre a decisão de sua necessidade de fazer uso ou não. (LEAL et al., 2019).

Portanto, é necessário afirmar que deve ser discutido a prática do uso destes medicamentos de forma automedicada e de forma indiscriminada, pois podem alterar o organismo da paciente devido às altas cargas do hormônio progesterona presente em sua estruturação, e combinado com o acesso facilitado a droga, a precariedade e falta de informações sobre a adequada forma de utilização sobre estes medicamentos tornando-se um

conjunto de agravos e riscos a saúde trazendo graves consequências à saúde da usuária (Al HAFI, et al., 2020).

O consumo destes fármacos tem crescido exponencialmente nos dias atual muito relacionado com a forma de vida que muitas mulheres adotam para si, e as gestações por vezes ficam fora do planejamento de vida dessas mulheres ou estão adiadas para momentos futuros da vida destas pessoas, contudo o uso dos CE acaba por suprir a necessidade emergencial e que este uso é muitas vezes feito de forma inadequada e sem as devidas orientações, diante disto este trabalho tem como objetivo sinalizar os problemas e os riscos do uso indiscriminado dos CE

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo bibliográfico com revisão de literatura, elaborado com base em pesquisas realizadas as quais trazem uma abordagem exploratória e descritiva visando avaliar o conhecimento entre as mulheres quanto o uso destes métodos contraceptivos, e demonstrar através da perspectiva científica os riscos do uso sem orientação adequada destes fármacos.

A pesquisa ocorreu no período de agosto a novembro de 2021, para a elaboração da pesquisa utilizou-se artigos publicados nos portais de busca Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico. Para as pesquisas nas bases de dados eletrônicas foi utilizado palavras chave que remetem ao tema “pílulas de emergência”; “complicações” e “riscos”, tendo em vista responder os objetivos propostos pela pesquisa optando por periódicos dentre os anos de 2017 a 2021.

Como critério de exclusão foram trabalhos que estavam nas bases de pesquisa de forma repetidos, fora do objetivo da pesquisa e os que não versavam temática importante para este trabalho similarmente os que estavam com o período de anos demasiadamente extenso da data de pesquisa deste trabalho, considerando este valor de cinco anos julgado pertinente para a pesquisa.

DISCUSSÃO

Segundo ARÊAS et al, (2021) que buscou investigar a abordagem da pílula contraceptiva de emergência nas aulas de professores de Biologia atuantes no Ensino Médio de escolas públicas e particulares do município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, relata que os adolescentes estão iniciando a vida sexual mais cedo, o autor ainda descreve em seu trabalho que em uma pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS) no ano de 2006, 33% das meninas já estavam com a vida sexual ativa com a faixa etária de 15 anos, e essa idade nos meninos é superior sendo a media destes 16 anos, no ano de 2017 53% dos adolescentes afirmavam que possuíam vida sexual ativa.

Diante destas constatações existe a necessidade de dar início a educação sexual estrategicamente em idades anteriores a população mais jovem, de preferência no período anterior da menarca, estas responsabilidades da abordagem desse tema deve ser dividida entre família e escola, porem ainda temos resistência em alguns lares no Brasil quando o tema da conversa é referente a sexo, pois alguns pais são carentes de informações completas e necessárias para a elucidação de todas as duvidas sobre o tema e de qual a melhor maneira de passar os valores desejados pela família. (ARÊAS et al, 2021)

Algumas mulheres ainda relatam que sentem reações adversas ao uso dos CE, estas manifestações estão apenas em parte das mulheres usuárias destes métodos contraceptivos que são alteração transitória no ciclo menstrual, cansaço corporal, aumento da sensibilidade das

mamas, cefaleia, a maioria das pacientes relatam que após o tratamento com os CE sangram por um período que pode variar entre 14 a 21 dias (Al HAFI, et al., 2020).

Por fim é fundamental destacar a importância do profissional farmacêutico quanto às orientações aos pacientes e sua capacidade para responder todas as dúvidas sobre a utilização dos CE, sendo este profissional um dos mais indicados para esta tarefa desempenhando um papel na sociedade de qualidade quanto a sua prestação de serviços e orientação farmacêutica evitando abusos de fármacos e uso inadequado e que ocasionam danos a saúde da população. (LEAL ET AL 2019)

REFERÊNCIAS

AL HAFI I; Penteadó CVS; Chen M: Riscos associados ao uso consecutivo de método contraceptivo de emergência e mapeamento do consumo em Foz do Iguaçu-PR, **Brazilian Journal of Health Review**. v. 3, n. 6, p.18864-18877, Disponível em < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/21773/17365> > Acesso em : 17/11/2021.

ARÊAS IMRL; Almeida SR; Gonçalves GF: Dificuldades na abordagem da pílula contraceptiva de emergência por docentes de biologia do ensino médio do município de Campos dos Goytacazes/Rj. **Research, Society and Development Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e55910212768, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12768, Disponível em: < <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12768>. Acesso em: 24 nov. 2021.> Acesso em 24/11/2021.

COSTA WR; Pugliese FS; Silva MS; Andrade LG : Pílula do dia seguinte: importância da atenção farmacêutica no uso de contraceptivo de emergência para as adolescentes, **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo**, v.7.n.8. ago. 2021, Disponível em: < <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/2039/836> > Acesso em 14/11/2021.

FERREIRA JAP; Silva RA; Lima PSF: Riscos associados ao anticoncepcional de emergência, **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo**, v.7.n.10. out. 2021. Disponível em: < <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/2730/1104> > Acesso em 15/11/2021.

LEAL AV; Rodrigues C; Dalcin MF; Atenção farmacêutica no uso de contraceptivos de emergência: Uma breve revisão: **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, Vol.27,n.2,pp.159-163, Ago 2019, Disponível em: < https://www.mastereditora.com.br/periodico/20190704_103151.pdf> Acesso em 21/11/2021

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE A AUTOMEDICAÇÃO POR ALUNOS DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Iara Vieira de Lima¹ (Aluna do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, iara.vieira@fvj.br, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

No Brasil, estudos acerca da automedicação entre universitários ainda é escasso, o que dificulta uma maior elaboração de políticas relacionadas a conscientização sobre o uso de medicamentos sem orientação de um profissional adequado e habilitado. Dessa forma, fica bastante interessante analisar esses perfis que mais utilizam medicações, deixando em evidencia que os principais usuários são aqueles que possuem um maior grau de conhecimento acerca disso. Esta pesquisa objetivou revisar as evidencias científicas sobre a automedicação por alunos da saúde, mostrando o papel do farmacêutico nesse processo. Tratou-se de uma revisão integrativa, nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS, BIREME e BVS. As palavras-chave utilizadas foram: automedicação, alunos, saúde e farmacêutico. A coleta dos dados ocorreu no segundo semestre de 2021 e as discussões com 08 artigos. No Brasil, a automedicação é considerada um problema de saúde pública, correspondendo a 35% do consumo total de medicamentos, originando aproximadamente 20 mil mortes anualmente. Tal ocorrência é facilitada pela pratica comum nas farmácias de venda de medicamentos sem receita ou isentas de prescrição. Na análise ficou evidente que os estudantes da saúde (enfermagem, acupuntura e osteopata) se mostraram com percentual considerável da automedicação. Sinais e sintomas mais frequentes para a automedicação: cefaleias, dismenorreia, febre, dores musculares e alergia. Os medicamentos mais usados foram os analgésicos/antipiréticos, anti-inflamatórios, vitaminas/sais minerais, anti-histamínicos e antibióticos respectivamente. Além disso, a influência por prescrições anteriores, seguido por familiares e autoconhecimento sobre os medicamentos foram as principais motivações. A farmácia é ambiente de acesso primário a saúde no Brasil, sendo o farmacêutico, o profissional que pode orientar e educar a população. Torna-se evidente a importância da conscientização sobre a automedicação, não somente da população a nível geral, mas também daqueles que futuramente serão parte integrante dos profissionais da área da saúde.

Palavras-chave: automedicação, alunos, saúde, Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prática de automedicação consiste na seleção e na utilização de medicamentos sem que haja uma prescrição para tratar doenças autolimitadas ou seus sintomas. A automedicação e a venda livre de medicamentos acarretam, muitas vezes, em um consumo indevido e desnecessário, sendo alvo de muitos acertos, mas também de muitos erros (LIMA et al, 2019).

De diversas maneiras a automedicação pode ser praticada, como por exemplo, adquirir o medicamento sem receita, compartilhar remédios com membros da família ou do círculo social de amigos, desviar unidades de receitas destinadas a outra terapêutica, reutilizar antigas prescrições e descumprir orientação profissional, aumentando ou interrompendo precocemente a posologia e o período de tempo assinalado na receita (SOUSA, 2016).

Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, 40% dos casos de intoxicação no Brasil são decorrentes do uso de medicamentos (COSTA, 2015). Sendo assim, a mesma é altamente comum não somente na população de forma geral, mas também em estudantes de nível superior nas áreas de saúde, principalmente, Enfermagem, Farmácia e Medicina, sendo eles grupos sociais diferenciados, que obtêm de informações a respeito dos medicamentos e da sua relação com a saúde (PALODETO, 2018).

No Brasil, ainda existem poucos estudos relacionados a essa temática especial, principalmente por que a avaliação do consumo de medicamentos sem uma prescrição possibilita dados que vão auxiliar no planejamento e execução de diversas intervenções futuras. Diante disso, faz-se necessário fomentar a discussão acerca dessa área tão importante, visto que a mesma pode interferir na vida e atuação dos estudantes, bem como na sociedade como um todo também.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo revisar na literatura as evidências científicas sobre a automedicação por alunos da saúde, mostrando além disso que o farmacêutico tem um papel primordial em todo esse processo.

METODOLOGIA

O presente estudo utiliza como método a revisão integrativa da literatura, a qual apresenta como finalidade reunir e concentrar o conhecimento científico já produzido sobre a automedicação por alunos da saúde, além do papel do farmacêutico nesse processo, oportunizando a busca e a síntese das evidências contidas na literatura para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática.

Foram estabelecidas as seguintes bases de dados, levando em consideração a facilidade e a gratuidade do acesso: SciELO; LILACS; BIREME e BVS.

Para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves em português selecionadas mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Bireme: Automedicação. Alunos. Saúde. Farmacêutico.

Como passo seguinte, elegeu-se os critérios de inclusão e exclusão dos textos. Os de inclusão foram: apresentar como data de produção o período entre 2015 a 2021; ser escritos em português; apresentar a automedicação por alunos da saúde, além do papel do farmacêutico entre as temáticas principais; ter como modalidade de produção científica: relatos de pesquisa, estudos de caso e revisão de literatura em formato de artigos, revisões, dissertações e teses que foquem como amostra os indivíduos com transtornos mentais. Enquanto os critérios de exclusão foram: ser predominantemente teórico; não apresentar resumos na íntegra nas bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas e apresentar duplicidade.

A coleta dos textos ocorreu durante o segundo semestre do ano de 2021. Inicialmente, foram lidos o título e o resumo, porém, quando estes não deixavam claro se a pesquisa possuía todos os critérios de inclusão adotados, o texto integral era examinado. Primeiramente foram selecionados 50 textos, contudo, após uma segunda inspeção, foram excluídos 25 trabalhos por não explicitarem a natureza da pesquisa ou não apresentarem a normatização científica estipulada (exemplo: resenhas, resumos, capítulos de livros, notícias).

Na última etapa do processo, outras produções também foram eliminadas (n = 17) em virtude de referência em duplicata. Restando 08 artigos, que foram analisados e assim selecionados para serem a base para a elaboração dos resultados e da discussão.

Apesar de tratar-se de uma pesquisa, o presente estudo não apresentou a necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pois todos os dados utilizados são de domínio público e estão disponíveis em base de dados na internet, não se tratando, portanto, de documentos que requeiram sigilo ético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a automedicação é considerada um problema de saúde pública, pois o mesmo corresponde a 35% do consumo total de medicamentos, originando aproximadamente 20 mil mortes por ano. Tal ocorrência é bastante facilitada pela prática comum nas farmácias de venda de medicamentos sem receita e/ou atendimento médico no Sistema Único de Saúde (SUS). Os estudantes da área da saúde (enfermagem, acupuntura e osteopata) apresentam um consumo de automedicação com uma frequência de 1-3 vezes (48%). Os sinais e sintomas mais frequentes para a automedicação foram: cefaleias (29,8%), dismenorreia (13,5%), febre (9,9%), dores musculares (9,6%) e alergia (8,2%). Além disso, os medicamentos mais usados pelos estudantes foram os analgésicos/antipiréticos (34,6%), anti-inflamatórios (29,2%), vitaminas e sais minerais (7,4%), anti-histamínicos (6%) e antibióticos (4,9%), onde os menos utilizados eram os psicofármacos (0,2%). Além disso, 49,8% (n = 158) são influenciados por prescrições anteriores, seguido por familiares (27,8%) e ainda autoconhecimento sobre os medicamentos (9,8%).

CONCLUSÕES

É possível concluir que os objetivos foram atingidos, mostrando de fato uma automedicação por alunos da saúde. Além disso, foi evidenciado que é de extrema importância o processo de conscientização sobre a automedicação, não somente da população a nível geral, mas também daqueles que futuramente serão parte integrante dos profissionais da área da saúde.

Precisa-se ainda ser incentivado programas de orientação aos estudantes e aos profissionais de saúde, justamente com o objetivo de reduzir o máximo a automedicação entre a população e os respectivos públicos, mostrando e instruindo quanto aos riscos e implicações negativas do ato de se automedicar-se. É de extrema importância o futuro profissional da saúde se conscientizar sobre isso para que assim possa assumir seu papel perante a sociedade como um todo, levando a diminuição dos agravos de saúde pública.

Outro fato bastante importante é ver o profissional farmacêutico como um dos profissionais nesse estudo, além do grande destaque que o mesmo tem nessa área que ainda não é tão estudada e se apresenta cheia de grandes desafios. Porém, faz-se necessário ainda novas pesquisas relacionando o farmacêutico a essa área, principalmente como forma de elucidar sobre a importância do mesmo.

REFERÊNCIAS

SOUSA, F. T.; OLIVEIRA, T. B.; LEITE, C. L. B. Abordagem interdisciplinar de educação em saúde: a prática da automedicação entre universitários. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras*, v. 1, Ed. Especial, 106 – 113, set/dez. de 2016

LIMA, M.F.P.; LIMA, D.B.S.; OLIVEIRA, F.B.; OLIVEIRA, C.C.; MACEDO, M.A.; PEREIRA, T.K.A. A prática da automedicação em crianças por pais e responsáveis. HOLOS, n. 35, v. 5, 2019.

COSTA AO, ALONZO HGA. Casos de exposições e Intoxicações por medicamentos registrados em um Centro de Controle de intoxicações do interior do Estado de São Paulo. Rev Bras Pesq Saúde. 2015; 17(2):52-60. doi: <http://dx.doi.org/10.21722/rbps.v17i2.13188>.

PALODETO MFT, FISCHER ML. Representation of the medication under the bioethics perspectives. Saúde Soc. São Paulo. 2018;27(1):252- 67. doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170831>

AUTOMEDICAÇÃO: UMA ABORDAGEM NA PEDIATRIA

Francisco Bruno Santiago Ribeiro (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, bruno.ribeiro@fvj.br, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

A automedicação é caracterizada como a escolha e o uso de medicamentos por pessoas ou responsáveis para tratar sintomas ou doenças autodiagnosticadas, sem a prescrição médica. A presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre as complicações provocadas na saúde da criança com a automedicação, identificando a prevalência desta prática, a frequência de uso e os medicamentos mais utilizados. Levando a conhecer as principais motivações dos pais e relacionar a importância da atenção farmacêutica nessa prática da automedicação em crianças. Tratou-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo a partir da busca de artigos que abordassem a automedicação na pediatria. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de agosto a setembro de 2021 através de plataformas virtuais nos respectivos endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e que resultou em 10 artigos para as discussões. De modo geral, os estudos apresentaram como resultado uma questão de saúde pública o fato de a automedicação em crianças acontecerem de forma inadequada. Conclui-se que a prática da automedicação na pediatria torna-se comum por seus responsáveis, e que a principal classe de medicamentos mais utilizada foram os antitérmicos. No entanto sendo eles as principais causas de reações adversas quando administrado na dosagem incorreta. Por isso a importância do farmacêutico nas drogarias e farmácias, sendo ele o profissional capacitado na orientação do uso racional de medicamentos.

Palavras- chaves: Automedicação. Pediatria. Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A automedicação é caracterizada como a escolha e o uso de medicamentos por pessoas ou responsáveis para tratar sintomas ou doenças autodiagnosticada, sem a prescrição médica. Pois esta prática se torna muito comum por diversos fatores, entre elas, a obtenção de produtos farmacêuticos adquiridos sem a prescrição médica, compartilhamentos por membros da família ou do círculo social, reutilização de prescrição antigas ou por medicamentos de tratamentos anteriores (BELO;MAIO;GOMES, 2017).

Vale ressaltar que esta prática inadequada da automedicação pode acarretar prejuízos a saúde do indivíduo, sendo eles: efeitos indesejáveis, interações com alimentos e medicamentos, erros na dose, agravos no quadro de saúde e mascaramento de doenças. No Brasil diversas pesquisas apontam que através desses riscos a automedicação é uma prática muito preocupante, e o grupo que está ainda mais propenso a essa prática inadequada com e sem a supervisão médica é o das crianças (PARDO et al, 2013).

Já a automedicação adequada é denominada e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em situações específicas. Como exemplo, quando os responsáveis por uma criança, sendo eles os pais ou parentes, nota que a menor apresenta uma sintomatologia igual a um episódio patológico já evidenciado pela mesma, esses oferecem uma medicação já utilizada,

prescrita por um profissional habilitado, que foi eficaz para resolver a problemática anterior. Consequentemente, as superlotações nos sistemas de saúde regridem satisfatoriamente (MARTINS et al., 2011; SOUSA et al., 2010).

Neste sentido a automedicação, na população infantil reforça principalmente a necessidade de esclarecer aos pais sobre seus riscos, evitando realizar essa prática em suas crianças para que não haja complicações em seu quadro clínico, evitando também acidentes no alcance as medicações, minimizando possíveis casos de intoxicações (SILVA et al., 2018).

A presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre as complicações provocadas na saúde da criança com a automedicação, identificando a prevalência desta prática, a frequência de uso e os medicamentos mais utilizados. Levando a conhecer as principais motivações dos pais e relacionar a importância da atenção farmacêutica nessa prática da automedicação em crianças. Tratou-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo a partir da busca de artigos que abordassem a automedicação na pediatria.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo da revisão integrativa, transcorreu-se por seis etapas distintas, a saber: primeiro foi realizada a identificação do tema, com a escolha da hipótese, e investigação para a elaboração do estudo. Depois caracterizou-se os critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa, bem como a conceituação do conhecimento a ser retiradas dos estudos escolhidos e classificação dos mesmos. Logo depois, foi realizada a avaliação das pesquisas adicionadas na revisão integrativa, assim como a interpretação dos resultados. Por fim, contou-se os principais resultados do conteúdo a partir dos artigos incluídos.

O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de agosto a setembro de 2021 através de plataformas virtuais nos respectivos endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e que resultou em 10 artigos para as discussões.

Os critérios de inclusão previamente determinados foram artigos publicados nas revistas eletrônicas SCIELO, LILACS e BVS que tivessem pelo menos 7 anos de vigência da publicação, além de estarem escritos em Língua Portuguesa e gratuitos na plataforma na sua integralidade. Desta forma, para critérios de exclusão: artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas e que não respondiam à pergunta problema. Através da investigação ativa nas bases eletrônicas online, consistiu-se seleção e avaliação de 80 artigos e que na fase final ficaram apenas 10 artigos após eliminação pelos critérios de exclusão os quais foram publicação fora do período estipulado, aqueles que não dispuseram do link de acesso funcional, que não apresentarem de forma direta e objetivo ou assunto relacionado ao tema da pesquisa, publicação de artigos repetidos, artigos internacionais, cartas ao leitor, dissertações e teses.

Elaborado um fluxograma representando como transcorreu todo o processo desde a identificação até a inclusão dos estudos, facilitando a compreensão dos leitores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As pesquisas apresentaram como resultado uma questão de saúde pública o fato da automedicação em crianças acontecerem de forma inadequada. Tendo como sintomas mais comuns em crianças: febre, inflamação de garganta e resfriados, ficando assim os analgésicos e antitérmicos como medicações mais utilizados. Sendo o paracetamol (84,7%), ibuprofeno (53,1%) antitussígenos (20,6%). No entanto os antitérmicos são as principais causas de toxicidade e reações adversas nas crianças, geralmente causado por dosagens incorretas, ou até mesmo por interações medicamentosas

Observou-se que os principais motivos de automedicarem seus filhos, foram a praticidade de ir até a farmácia comprar um medicamento, a demora em filas de hospitais ou programas de saúde da família (PSF), sendo que muitas vezes os medicamentos orientados pelos os médicos são isentos de prescrição. Desta forma tornando o acesso a farmácias mais rápidos na aquisição. Compreendendo-se então a importância do profissional farmacêutico no manejo dessa prática tão comum na atualidade.

Conclui-se que a prática da automedicação na pediatria torna-se comum por seus responsáveis devido ao fácil acesso a medicamentos, indisponibilidade médica e indicação de terceiros. Isso reforça os pais a administrar medicamentos sem receitas ou até mesmo medicamentos que já tenham em casa de uso anterior. A mídia também é apontada como uma grande influenciadora dessa prática, sendo visto como sério problema, pois as diversas informações incorretas estimulam o uso de vários medicamentos em todas as faixas etárias facilitando a pratica inadequada da automedicação.

Por isso a importância do farmacêutico nas drogarias e farmácias, pois como profissionais de saúde podem auxiliar na triagem de casos que requeiram medicamentos, evitando a compra de medicamentos sem necessidades. Sendo que em algumas situações podem existir tratamentos alternativos e mais práticos, onde a criança pode não precisar de um medicamento para seu tratamento. Pois o farmacêutico tem um vasto conhecimento para auxiliar a família, e orientar sobre a dosagem e posologia correta, assim realizando o uso adequado de medicamentos. Em casos especiais o farmacêutico deve encaminhar o paciente para o profissional médico capacitado.

REFERÊNCIAS

BELO, N.; MAIO, P.; GOMES, S. Automedicação em idade pediátrica. **Nascer E Crescer - Birth And Growth Medical Journal**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 234–239, 2017. DOI: 10.25753/BirthGrowthMJ.v26.i4.10489. Disponível em:

<<https://revistas.rcaap.pt/nascercrescer/article/view/10489>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FUCHS, Flávio Danni. **Farmacologia clínica e terapêutica** / Flávio Danni Fuchs, Lenita Wannmacher. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

MARTINS, M. C. C.; LEAL, L. M. M.; FILHO, M. D. S.; COSTA, E. M.; HOLANDA, L. G. M.; MESQUITA, L. P. L.; FILHO, H. A.C.; OLIVEIRA, G. P.; ASSIS, R. C. **Uso de medicamentos sem prescrição médica em Teresina, PI**. ConScientiae Saúde, vol. 10, núm. 1, 2011, pp. 31-37. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92917188005>>. Acesso em: 03 set. 2021.

PARDO, I. M. C. G.; JOZALA, D. R.; CARIOCA, A. L.; NASCIMENTO, S. R. D.; SANTUCCI, V. C. R. Automedicação: prática frequente na adolescência? Estudo em uma amostra de estudantes do ensino médio de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 11–15, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/10399>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SILVA, J. G da.; GOMES, G. C.; COSTA, A. R.; JULIANO, L. F.; ARUDA, C. P.; CARVALHO, L. N. **A prática da automedicação em crianças por seus pais: atuação da enfermagem**. Rev.Enferm.UFPE, online. Recife, Vol. 12, Num. 6,jun, 2018, p.1570-7. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-981978>>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOARES, C. B., et al. Integrative Review: Concepts And Methods Used In Nursing. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2014, v. 48, n. 02, pp. 335-345. ISSN 1980-220X. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-6234201400002000020>>. Acesso em: 14 ago. 2021

UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Francisca Deusimara Lima Ferreira¹
Bruno de Castro Amoni²

¹ Aluna da Faculdade do Vale do Jaguaribe, do curso de Farmácia.

² Professor do Curso de Farmácia na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a utilização de medicamentos genéricos utilizado pela população brasileira. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de artigos completos, publicados em periódicos, disponíveis gratuitamente, obtidos através de pesquisa, com limite de tempo nos últimos 10 anos. Para a coleta de dados, buscou-se artigos nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os descritores: Medicamento genérico, aceitação, utilização e prescrição. Constata-se um resultado com significância relativo ao conhecimento dos usuários em relação a saber diferenciar os medicamentos entre os genéricos, referência e similar. A aceitação e utilização do fármaco mencionado que em sua maioria são em tratamentos de doenças crônicas, em problemas agudos ou outros problemas de saúde, sendo com mais frequência. Quanto à eficácia, os usuários declaram confiança e credibilidade. A prevalência do uso de medicamentos é maior entre as mulheres, desta forma, esse resultado pode estar relacionado ao fato das mulheres utilizar o medicamento desde infância, mais que os homens. E os fatores que influenciam na compra do medicamento foi ao fácil acesso, o baixo custo e também pela distribuição gratuita.

PALAVRAS-CHAVE: Medicamento genérico. Aceitação. Utilização. Prescrição.

INTRODUÇÃO

Ao se tratar de saúde no Brasil, em 1999 entrou em vigor, a lei dos medicamentos genéricos, nº 9.787/1999, que definiu medicamento genérico, bem como as políticas públicas de incentivo à pesquisa técnico-científico para a produção e comercialização de medicamentos deste tipo (BRASIL, 1999).

Segundo Monteiro et al. (2016) todo cidadão brasileiro tem direito aos serviços de saúde, evidenciado pelas políticas públicas que disponibilizam medicamentos essenciais para o tratamento de doenças que prevalecem na população, e traz a política de redução dos preços

de alguns medicamentos. Neste caso, trata-se dos medicamentos genéricos que apresentam um menor custo ao consumidor.

O medicamento genérico é definido como aquele que é produzido livremente após o prazo de proteção da patente do produto de referência, devendo ser semelhante ao de referência em bioequivalência, a fim de obter o mesmo efeito terapêutico (ANVISA, 2014). Assegurados e atestados pelo órgão mencionado, os genéricos fazem parte de uma política pública de ampliação ao acesso de medicamentos para a população, com custos considerados acessíveis e de qualidade igual aos de referência (ANVISA, 2014).

No estudo sobre os genéricos, Blatt et al. (2009) demonstrou que esses medicamentos estão conquistando cada vez mais espaço no mercado, tornando-se concorrente frequente alcançado suas metas de vendas. Os autores ressaltam ainda que os genéricos têm seus menores preços devido ao baixo investimento em marketing e pela falta de despesas com o desenvolvimento de princípios ativos e ensaios clínicos solicitados para o produto de origem.

Em um estudo, Lira et al. (2014) ressaltou que os medicamentos genéricos possuem o mesmo efeito terapêutico no organismo que os medicamentos de referência, pela sua eficácia, segurança e qualidade estabelecida através de teste de bioequivalência e equivalência farmacêutica. Porém, o seu conhecimento e sua utilização ainda estão em processo de aceitação por parte dos consumidores e prescritores.

Desta forma, pretende-se com este estudo analisar a utilização de medicamentos genéricos pela população brasileira. Na oportunidade, buscou-se identificar o perfil dos usuários dos medicamentos genéricos; verificar o nível de conhecimento dos medicamentos genéricos pela população brasileira; relatar os desafios quanto ao consumo de medicamentos genéricos no Brasil e contribuir para o uso racional de medicamentos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de artigos completos, publicados em periódicos, disponíveis gratuitamente, obtidos através de pesquisa, com limite de tempo nos últimos 10 anos. Para a coleta de dados, buscou-se artigos nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os descritores: Medicamento genérico, aceitação, utilização e prescrição.

<i>CÓDIGO DAS ESTRATÉGIAS</i>	<i>ESTRATÉGIAS DE BUSCA</i>	<i>BASE ESPECIALIZADA/BANCO DE DADOS</i>	<i>RESULTADOS</i>
<i>#1</i>	("medicamento generico AND utilização")	SCIELO	17
<i>#2</i>	("medicamento generico AND aceitação")	SCIELO	4
<i>#3</i>	("medicamento generico AND	SCIELO	13

	prescrição”)		
#4	(“medicamento generico AND utilização”)	LILACS	39
#5	(“medicamento generico AND aceitaçao”)	LILACS	2
#6	(“medicamento generico AND prescrição”)	LILACS	66
#7	(“medicamento generico AND utilização”)	BVS	949
#8	(“medicamento generico AND aceitaçao”)	BVS	36
#9	(“medicamento generico AND prescrição”)	BVS	1148
			2274

RESULTADOS

Os medicamentos genéricos através das Políticas de Medicamentos têm facilitado o acesso, promoção e propagação sobre a utilização e expansão do mesmo. As informações sobre o medicamento repercutem no território nacional de forma positiva, por vários meios, presencial ou virtual, com o uso de novas tecnologias, canais áudio visuais, televisivos, internet, programas ou diretamente presencial por profissionais da área da saúde e por pessoas informadas que transmite o conhecimento para os demais que buscar conhecer sobre o medicamento.

Observou um resultado com significância relativo ao conhecimento dos usuários em relação a saber diferenciar os medicamentos entre os genéricos, referência e similar. Os compradores conseguem identificar os medicamentos através de embalagens. A letra “G” nas embalagens dos genéricos, facilita a identificação do medicamento. A maior parte dos usuários reconhecem o medicamento por este símbolo na parte externa da caixa e pela cor amarela, tornou-se marcas registradas na memória dos compradores.

A aceitação e utilização do fármaco mencionado que em sua maioria são em tratamentos de doenças crônicas, em problemas agudos ou outros problemas de saúde, sendo com mais frequência. Quanto à eficácia, os usuários declaram confiança e credibilidade. As classes farmacológicas mais consumidas foram: os analgésicos, os antibacterianos para uso sistêmico, bloqueadores de canal de cálcio, agentes que atuam sobre o sistema renina-angiotensina e medicamentos utilizados no diabetes.

A prevalência do uso de medicamentos é maior entre as mulheres, desta forma, esse resultado pode estar relacionado ao fato das mulheres utilizar o medicamento desde infância, mais que os homens. E os fatores que influenciam na compra do medicamento foi ao fácil acesso, o baixo custo e também pela distribuição gratuita. Há um resultado significativo em relação

aqueles que costumam comprar medicamentos genéricos quanto aqueles que relataram comprar os medicamentos por prescrição médica.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a utilização de medicamentos genéricos utilizado pela população brasileira. Concluiu-se com o estudo que há um alto grau de utilização dos medicamentos genéricos por usuário e como também uma significância relativa ao conhecimento pelos compradores em relação a saber diferenciar os medicamentos entre os genéricos, referência e similar.

A aceitação e utilização do fármaco mencionado que em sua maioria são em tratamentos de doenças crônicas, em problemas agudos ou outros problemas de saúde, sendo com mais frequência. Quanto à eficácia, os usuários declaram confiança e credibilidade. A prevalência do uso de medicamentos é maior entre as mulheres, desta forma, esse resultado pode estar relacionado ao fato das mulheres utilizar o medicamento desde infância, mais que os homens. E os fatores que influenciam na compra do medicamento foi ao fácil acesso, o baixo custo e também pela distribuição gratuita.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamento similar. [Internet]. ANVISA; 2014 [citado 2014 Mai 31]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Medicamentos/Assunto+de+Interesse/Medicamentos+similares>.

BLATT, C. R., et al. Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC. *Ciência & Saúde Coletiva*. outubro, 2009. Disponível em: [http://www.SciELO - Saúde Pública - Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC \(scielosp.org\)](http://www.SciELO - Saúde Pública - Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC Conhecimento popular e utilização dos medicamentos genéricos na população do município de Tubarão, SC (scielosp.org)). Acesso em 18 de nov. 2021.

LIRA, C. A., et al. Conhecimento, percepções e utilização de medicamentos genéricos: um estudo transversal. *Einstein*. 2014; 12(3): 267 – 273.

MONTEIRO, C. N., et al. Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional. *Epidemiol. Serv. Saúde* 25 (2) Apr-Jun 2016. Disponível em: [http://www.SciELO - Saúde Pública - Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional \(scielosp.org\)](http://www.SciELO - Saúde Pública - Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional Utilização de medicamentos genéricos no município de São Paulo em 2003: estudo de base populacional (scielosp.org)). Acessado em 19 nov. 2021.

ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM PACIENTES COM DIABETES: FATORES QUE PREDISPÕEM O USO INADEQUADO DE INSULINAS

Fernando Emílio Silva Brito¹ (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, fernando.emilio@fvj.com, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

O diabetes mellitus é uma doença crônica que afeta o metabolismo da glicose, comprometendo diversos mecanismos fisiológicos. E o acompanhamento do farmacêutico no controle glicêmico é de fundamental importância, pois vale destacar o cuidado e a interação direta entre o farmacêutico e o paciente. A presente pesquisa teve como objetivo identificar dificuldades no uso de insulinas em pacientes que possam estar relacionados a falhas no tratamento. O trabalho tratou-se de uma revisão integrativa, de natureza qualitativa, apresentado sob a forma de revisão bibliográfica a partir dos artigos que abordassem atenção farmacêutica em pacientes diabéticos. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de agosto a setembro de 2021 através de plataformas virtuais nos respectivos endereços eletrônicos: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e que resultou em 10 artigos para as discussões. De modo geral, os estudos apresentaram como resultados a orientação sobre a forma correta de aplicação da insulina, e os problemas relacionados ao uso incorreto de insulina. Conclui-se que o diabetes mellitus é uma doença que exige cuidados, especialmente para pacientes que fazem uso de insulina, sendo assim, vale ressaltar a importância do autocuidado dos usuários, dominando e conhecendo a doença. E o farmacêutico possui um amplo conhecimento e domínio sobre os medicamentos e uso da insulina, auxiliando assim ao paciente sobre o uso racional do medicamento, identificando problemas e soluções relacionados ao uso desses medicamentos.

Palavras- chaves: Diabetes. Insulina. Atenção Farmacêutica.

INTRODUÇÃO

O diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica que afeta o metabolismo da glicose, comprometendo diversos mecanismos patogênicos. É um problema de saúde que vem surgindo cada vez mais na vida humana, tornando-se um problema relevante em todos os países (CHAVES et al., 2021).

A classificação do DM proposta feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Associação Americana de Diabetes (ADA) se baseia na etiologia da doença, sendo classificada em quatro classes clínicas: DM tipo 1, que caracteriza a destruição das células beta pancreáticas, resultando na insuficiência de insulina. O DM tipo 2, caracterizado por ter falhas na ação e secreção da insulina. Outros tipos menos comuns de DM são gestacional, diagnosticado durante a gestação e outras formas de diabetes, que envolvem formas menos comuns da doença (SBD, 2015).

A DM tipo 1, se encontra presente em pacientes de 5% a 10% dos casos, e na grande maioria, a destruição das células beta pancreáticas é intercedida por autoimunidade, contudo, há casos que não comprovam esse processo de autoimunidade, denominadas de forma idiopática de DM tipo 1. O DM tipo 2 está presente em 90% a 95% dos casos, em pacientes

geralmente com obesidade, podendo ocorrer em qualquer faixa etária, sendo que, na maioria das vezes diagnosticada depois dos 40 anos de idade (SBD, 2015).

Estudos identificaram dificuldades e erros na administração de insulina, por exemplo: aspiração de doses diferentes da prescrição, e a não realização do rodízio dos locais de aplicação. No entanto, não há provas de quais fatores levam o paciente ao uso errado da insulina, que vai desde o transporte até a sua administração (BARROS et al., 2021).

O acompanhamento do farmacêutico no controle glicêmico é de fundamental importância, pois vale destacar o cuidado e a interação direta entre o farmacêutico e o paciente, nas estratégias de uso racional dos medicamentos e na aquisição de resultados positivos para qualidade de vida dos pacientes (OPAS, 2002).

A principal finalidade do farmacêutico em pessoas com doenças crônicas é do avanço positivo nos resultados clínicos, trazendo ao paciente uma melhor vivência e um cuidado maior com sua saúde (TEXEIRA, 2008).

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão integrativa, de natureza qualitativa, apresentado sob a forma de revisão bibliográfica, como resultado das informações encontradas em artigos indexados nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), desenvolvendo novos estudos que possibilitem achados e novas informações, permitindo preencher espaços, capazes de apresentar suporte para a tomada de decisões de forma crítica, implementando evidências e avaliando os resultados obtidos, favorecendo o cuidado com o paciente (SOARES et al., 2014).

O desenvolvimento da revisão integrativa transcorreu por seis etapas distintas, a saber: primeiro foi realizada a identificação do tema, com a escolha da hipótese, e investigação para a elaboração do estudo. Depois caracterizou-se os critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa, bem como a conceituação do conhecimento a ser retiradas dos estudos escolhidos e classificação dos mesmos. Logo depois, foi realizada a avaliação das pesquisas adicionadas na revisão integrativa, assim como a interpretação dos resultados. Por fim, contou-se os principais resultados do conteúdo a partir dos artigos incluídos e feito as análises comparativas que geram discussões sobre o tema.

Os critérios de inclusão usados foram artigos publicados nas revistas eletrônicas entre 2016 - 2021 que estivessem de acordo com a abordagem temática em questão. Já os de exclusão foram artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas e que não respondiam à pergunta problema. Assim, foi realizada a leitura do título e resumo e organizados todos os dados mais relevantes em um quadro que facilitou as análises e comparações dos dados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O diabetes é uma doença caracterizada por hiperglicemia sendo associada a disfunções, complicações e insuficiência de vários órgãos do corpo humano. Resultando assim em diversos defeitos na ação da insulina em processos patogênicos (SATURNO, 2016).

Sobre às práticas no uso da insulina, há hipóteses que podem levar o paciente com DM a ter práticas inadequadas na administração de insulina. Barros (2021) constatou inúmeras práticas inadequadas cometidas pelos usuários de insulina. Sendo a falta de conhecimento do local da aplicação da insulina, a conservação correta da insulina, e de não realização do rodízio dos locais de aplicação de insulina. Tendo assim dificuldades na sua administração.

Sendo assim, é de extrema importância implantar um profissional farmacêutico na atenção primária, onde esse profissional irá poder orientar de forma correta sobre o controle e

registro dos valores glicêmicos, sabendo identificar os fatores no controle da glicose (SOUSA et al., 2019).

O sofrimento por não sentir à vontade durante a aplicação de insulina, também é um dos aspectos mais frequentes da não administração de insulina, a dor sentida na aplicação é incomodo, fazendo com que os usuários de insulina tenham dificuldades no manuseio da sua aplicação (PIRES, et al., 2016).

O farmacêutico participa de forma direta no processo de evolução do paciente no acompanhamento do tratamento da diabetes. Desempenhando de forma ativa seu papel como profissional da saúde no processo terapêutico (SOARES et al., 2020). Isso porque o farmacêutico tem uma posição privilegiada de proximidade com o paciente com DM nos conhecimentos de farmacoterapia, tendo desempenhado um papel decisivo, com resultados positivos, na educação e inclusão da gestão terapêutica (SOARES et al., 2020).

Por fim, no tratamento do DM, é importante que o farmacêutico ofereça informações de cuidados com a saúde, mostrando quais consequências o DM pode causar, e informando sobre a importância de fazer o tratamento correto, ajudando os pacientes que tem dificuldades com a doença (BALTAR et al., 2021).

REFERÊNCIAS

BALTAR, K. C. et al. **ATENÇÃO FARMACÊUTICA AO PACIENTE IDOSO DIABÉTICO**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. Disponível em:
<<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2433/1002> > Acesso em: 01/08/2021

BARROS, D. G. et al. **CUIDADOS COM O USO DE INSULINAS DISPONIBILIZADAS PELO SUS: SUBSÍDIOS PARA O CONTROLE EM *DIABETES MELLITUS***. Enfermeira. Mestranda em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, GO, Brasil. Cienc Cuid Saude 2021. Disponível em:
<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/50524/751375151606>
> Acesso em: 12/08/2021

CHAVES PRD, Silva MCF, Mendonça TS, Baldoni AO, Silva ES, Belo VS. **Desenvolvimento e validação de cartilhas para cuidado farmacêutico de pacientes com diabetes mellitus em uso de insulinas**. J Health Biol Sci. 2021; 9(1):1-5. Acesso em 23/03/2021

CONSENSO BRASILEIRO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA. **Atenção farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos**. Brasília: OPAS, 2002. Acesso em 13/04/2021

PIRES, M. R. et al. **Análise das dificuldades relacionadas ao seguimento de condutas terapêuticas do adolescente com diabetes mellitus tipo 1**. Graduada em Enfermagem – Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente (SP), Brasil. 2016. Disponível em:
<[file:///D:/Dados%20\(N%C3%A3o%20Apagar\)/Downloads/114431-Texto%20do%20artigo-208001-1-10-20160415.pdf](file:///D:/Dados%20(N%C3%A3o%20Apagar)/Downloads/114431-Texto%20do%20artigo-208001-1-10-20160415.pdf)> Acesso em: 10/08/2021

SATURNO, R. S. et al. **ESTUDO DE CASO: SERVIÇO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA AO IDOSO COM DIABETES TIPO II**. Mostra Científica da Farmácia, 10., 2016, Quixadá. Anais... Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2016. Disponível em:

<<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mostracientificafarmacia/article/view/1235/1003>> Acesso em: 12/09/2021

SBD – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes.** São Paulo, AC Farmacêutica, 2015. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/publico/images/2015/area-restrita/diretrizes-sbd-2015.pdf>> Acesso em 16/03/2021

SOARES, R. A. et al. **Fatores relacionados a adesão ao uso de Insulinas em pacientes atendidos na Atenção Básica, Marialva, Paraná.** Brazilian Journal of health Review. Curitiba, set./out. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/18743/15093>> Acesso em: 20/09/2021

SOUZA, A, F.: GARCIA, R. M. A. **A importância da atenção farmacêutica para o acompanhamento do paciente portador de diabetes insulínodépendente.** Revista Saúde Dinâmica, vol. 1, núm. 2, 2019. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Disponível em: <<http://revista.faculdaadedinamica.com.br/index.php/sausedinamica/article/view/19>> Acesso em 22/08/2021

TEXEIRA, M. M. **Atenção Farmacêutica: Experiência em Farmácia comunitária em Portugal.** In: STORPIRTIS, S. et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. p. 430 – 442. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/userfiles/2019%20-%20Segundo%20lugar%20-%20Luana%20da%20Cruz%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em 22/02/2021

AValiação DA CORRELAÇÃO DA RESISTÊNCIA BACTERIANA COM O USO IRRACIONAL DE ANTIBIÓTICOS

Daynna dos Santos Oliveira¹ (Alunado curso Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ)

Jorge Ricardo Almeida de Souza Filho ² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as correlações da resistência bacteriana devido o uso irracional de antibióticos. Um quadro foi elaborado especificando os estudos em código, autoria, ano de publicação, título e conclusões, finalizando um total de onze trabalhos selecionados. Posteriormente os principais resultados dos achados foram colocados na seção referente à discussão do trabalho e feita análise dos resultados.

Palavras-chave: Resistência bacteriana. Antibióticos. Infecções.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos são essenciais e muito utilizados pela população brasileira. Os antibióticos vieram para revolucionar o tratamento de doenças infecciosas causadas por bactérias. As taxas de morbidade e mortalidade causadas por infecção bacteriana diminuíram, estudo teve como objetivo geral. Avaliar os impactos do uso irracional de antibióticos. Como objetivos específicos destacamos os seguintes: Avaliar a importância do uso racional de antibióticos; Investigar o mecanismo de ação dos antibióticos; Investigar o mecanismo de resistência das bactérias; Avaliar se o uso irracional leva a toxicidade. No tocante a justificativa deste estudo, podemos afirmar que na dimensão científica, sendo essa a justificativa da produção deste estudo: correlações da resistência bacteriana com o uso irracional de antibióticos. A pesquisa irá procurar por possíveis aumento da resistência bacteriana por conta do uso exacerbado de antibiótico. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica integrativa. Uma espécie de resumo que possibilita resumir estudos já publicados para gerar novos conhecimentos.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo caracterizado por uma revisão bibliográfica integrativa que está inserido dentro da revisão bibliográfica sistematizada. Esta, por sua vez, consiste em uma revisão planejada que objetiva responder uma pergunta e utiliza métodos diferentes para buscar, selecionar e avaliar, para em seguida analisar criticamente os estudos e incluir seus dados na revisão (CASTRO,2006). Para executar a pesquisa foram utilizados artigos, revistas, algumas plataformas onde contém artigos publicados, como, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Ao todo foram selecionados onze para análise e extração de informações, dessa forma consegue-se eliminar estudos que mesmo dentro da temática abordada nessa pesquisa, não consegue apresentar conteúdo que vá ao encontro do que buscamos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 - Caracterização amostral conforme especificações das pesquisas selecionadas.

Nº	AUTOR/ ANO	TÍTULO	CONCLUSÕES
01	PELICIOLOI et al. (2014)	Prescrição de antibacterianos: Prevalência, perfil e adesão de pacientes da atenção básica.	Demostrou-se que o uso de antibióticos é influenciado por vários fatores, dentre eles: as expectativas dos próprios pacientes quando procuram atendimento; o imaginário popular de que o uso de medicamentos é o meio mais eficaz para ter saúde; a indústria farmacêutica, que possui estratégias eficazes de persuasão junto à população e aos médicos; a automedicação, estimulada pela facilidade de aquisição, embora os medicamentos antimicrobianos exijam prescrição médica.
02	FARIA et al. (2016)	Fatores de risco no uso de antimicrobianos em uma instituição hospitalar: reflexões bioéticas.	A <i>Klebsiella pneumoniae</i> é uma das bactérias mais resistentes, sendo resistente a maioria dos antimicrobianos testados estando sensível ao Meropenem (Amplio espectro), Amicacina e Piperaciclina. Oito <i>Staphylococcus epidermidis</i> , 8; 15,7% foram resistentes a Penicilina e a Oxacilina (metecilina), e por último apenas duas (2; 3,9%) <i>Escherichia coli</i> mostrou resistência, sendo uma a Gentamicin e Amicacina.
03	VIEIRA; VIEIRA. (2017)	Uso irracional e resistência a antimicrobianos em hospitais.	Os antimicrobianos que se mostraram com maior sensibilidade foram Amicacina (97,5%) e Gentamicina (70%).
04	SOUZA et al. (2019)	Perfil e adequação do uso de antibacterianos em crianças internadas em hospital geral no sul do Brasil.	O estudo verificou que em 11,7% dos casos o antibacteriano foi administrado em superdosagem. Constataram superdosagem nos antibacterianos ampicilina, gentamicina e penicilina. E também foi observado que 11,5% das prescrições continham erros em relação ao intervalo da dose, o que representa um risco devido à meia vida do medicamento.
05	PAULA et al. (2018)	Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultura.	Observa-se a prática irracional em relação aos antimicrobianos e consequências trazidas, que seria a resistência bacteriana, a seleção e disseminação dos microrganismos resistentes, fazendo com que se utilize drogas cada vez mais fortes para tratamentos.
06	SANTOS. (2019)	Uso Racional de antimicrobianos e no ambiente hospitalar.	As prescrições erradas por parte dos profissionais de saúde tornam os pacientes gradativamente susceptíveis ao ataque das superbactérias.
07	<u>MARCELO.</u> (2019)	Multirresistência bacteriana e a consequência do uso irracional dos antibióticos.	Observa-se que as bactérias se tornam multirresistentes a antibióticos geneticamente modificando-se. Ocorre pelo fato do uso irracional de antibiótico, que ocorre em virtude da descontinuação da terapia, tratamentos empíricos e não laboratoriais, e escassez de condições sanitárias em algumas regiões do mundo.
08	TRAVASSOS E MIRANDA. (2014)	Resistência bacteriana como consequência do uso inadequado de antibióticos	Fator preocupante é a interrupção do tratamento quando observadas melhoras dos sintomas. Esse fato não permite que algumas das bactérias perigosas morram, resultando na reincidência da doença, e até mesmo tornando as bactérias, que sobreviveram após o tratamento incompleto, resistentes.

			Isto faz com que a infecção se torne mais difícil de ser tratada e os antibióticos não serem tão eficazes, quando necessários.
09	CUNHA et al. (2017)	Aspectos relevantes da Prevenção e controle de infecções hospitalares.	Aponta que a <i>Escherichia Coli</i> é o principal agente nas bacteriúrias hospitalares, seguido pelos <i>Enterococos sp.</i> , <i>Pseudomonas aeruginosa</i> e <i>Klebsiella</i> .
10	BRITO et al. (2018)	O uso de antibióticos e sua relação com as bactérias multirresistentes.	No Brasil, as infecções hospitalares correspondem a cerca de 14% do total geral de internações. Em relação aos dados mundiais esse número é elevado, dando margem aos óbitos e as complicações pós-operatórias.
11	PEREIRA et al. (2015)	Resistência bacteriana e o papel do farmacêutico frente ao uso irracional de antimicrobianos: revisão integrativa.	Conclui que o farmacêutico é de suma importância na assistência farmacêutica voltada para a racionalização de antimicrobianos.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

CONCLUSÕES

De acordo com os estudos sobre a descrição da avaliação da correlação da resistência bacteriana com o uso irracional de antibiótico conclui-se que, o uso irracional de antibióticos está ocasionando problemas de saúde. A resistência bacteriana representa um problema de saúde grave, sendo uma prática que requer da vigilância epidemiológica, medidas socioeducativas, afim de promover o uso racional desses medicamentos, principalmente no ambiente hospitalar, onde essa prática é ainda mais preocupante. O farmacêutico é o profissional apropriado para fazer a conscientização da população e dos outros profissionais.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado, et al. **Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados**. Revista de Saúde Pública, v. 50, p27, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

FRACAROLLI, Isabela Fernanda Larios, et al. **Colonização bacteriana e resistência antimicrobiana em trabalhadores de saúde: revisão integrativa**, Acta Paulista de Enfermagem, v. 30, p. 6, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0194201700086>>. Acesso em: 11 de ago. 2021.

MEDINA, Diego Alejandro, et al. **Resistencia a antibióticos, uma crise global**. Revista médica Risaralda, v. 21, n. 1, p. 74, jan. 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-06672015000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 set. 2021.

MELO, José Romério Rabelo, et al. **Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19.** Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 4, p.32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>>. Acesso em: 17 out. 2021.

OMS. (2020). Resistência antimicrobiana. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/resistencia-antimicrobiana>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SHENOY, Macy, et al. **Avaliação e gestão da alergia à penicilina: uma revisão.** Disponível em: <scielo.br/j/eins/a/DqckCyJcVWVxNXVSrDjFqfz/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, João Paulo, et al. **Impactos da automedicação em tempos de pandemia COVID-19.** SC: UNESC, p.74-75, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/7823>>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, Rafael Almeida, et al. **Resistência a Antimicrobianos: a formulação da resposta no âmbito da saúde global.** Saúde em Debate, jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202012602>>. Acesso em: 13 set. 2021.

TAVARES, Walter, et al. **Rotinas de Diagnóstico e Tratamento das Doenças Infecciosas e Parasitárias.** 4 ed. Atheneu, p.206, 2015. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf>. Acesso em: 30 out 2021.

COSTA, Glairta de Souza. **Resistência bacteriana decorrente do uso inadequado de antibiótico.** 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40492#>>. Acesso em: 02 set 2021.

FRANCO, João Marcos, et al. **O papel do farmacêutico frente à Multirresistência bacteriana e a consequência do uso irracional dos antibióticos.** maio, 2019. Disponível em: <<https://sustenere.co/index.php/sciresalutis/article/view/CBPC2236-9600.2019.002.0001>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

NAVARRETE-MEJIA, Pedro Javier, et al. **Automedicação em tempos de pandemia: Covid-19.** 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org/pe/scielo.php?pid=S2227-47312020000400350&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, Rocca, et al. Colistin resistance in non fermenting Gram negative bacilli in a university hospital. **Brazilian Journal of Infectious Diseases**, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bjid/a/WqXVhKhQXQT73bmxHQKDKgP/?lang=en>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SERAFIN, Bottega, et al. **Synergistic effect of sertraline and disulfiram against multidrug resistant bacteria as a new alternative to drug repositioning.** **Brazilian** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bjps/a/ckfNChjdT4jLV5gB8PLdhML/>>. Acesso em: 01 out. 2021.

Inibidores da bomba de prótons: estudo do uso crônico na população idosa

Danilo Gonçalves Claudio (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, danilo@gmail.com, Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

Os fármacos pertencentes a classe dos inibidores da bomba de prótons (IBPs), agem inibindo a enzima H^+/K^+ -ATPase, os IBPs agem suprimindo a ação do ácido gástrico por meio de inibição específica na região estomacal e posteriormente obtém-se a diminuição da secreção gástrica. Os IBP são prescritos de forma indiscriminada por profissionais de saúde habilitados, e apresentam padrões de consumo excessivo pela população, sendo os idosos os mais vulneráveis a efeitos colaterais de importância clínica, sendo a diminuição da absorção da vitamina B12 e o desenvolvimento da Doença de Alzheimer (DA) os principais problemas relacionados. Ficou evidente a importância na continuidade de pesquisas relacionadas ao uso de IBPs, na busca da relação do melhor custo benefício e na qualidade de vida dos usuários destas drogas em idosos.

Palavras-chave: Idosos, inibidores da bomba de prótons, ácido gástrico.

INTRODUÇÃO

A indústria farmacêutica vem crescendo a cada ano, e decorrente desse fenômeno percebemos a chegada de números significativos de novos fármacos no mercado. Entre estes daremos destaque nesse estudo os IBP (Inibidores de bomba de prótons) onde esse fenômeno não é diferente, esses fármacos são utilizados cotidianamente por algumas pessoas de forma crônica por vezes de forma automedicada e sem as devidas orientações médicas. Os fármacos inibidores da bomba de prótons (IBP) estão entre os medicamentos mais prescritos no mundo, devido a sua eficácia considerada de alto nível terapêutico e combinada com a baixa toxicidade desses fármacos pelo organismo humano (VIEIRA et al., 2019).

Os fármacos pertencentes a classe dos (IBP), agem inibindo a enzima H^+/K^+ -ATPase, Os IBPs agem suprimindo a ação do ácido gástrico por meio de inibição específica na região estomacal e posteriormente obtém-se a diminuição da secreção gástrica, na célula parietal gástrica esse mecanismo se dá na parte secretora da célula envolvida nesse mecanismo, por mais que existam variações nos mecanismos da farmacocinética entre os representantes dos IBPs, todos os exemplares dessa classe farmacológica são equivalentes nos resultados farmacológicos e terapêuticos esperados, mostrando uma redução em até 95% da produção diária de ácido gástrico (VIEIRA et al., 2019).

O uso dos IBPs, durante um curto prazo demonstra ter poucos efeitos colaterais, contudo estudos demonstram que o uso desses fármacos por períodos prolongados podem estar relacionados com efeitos adversos, exemplo de efeito adverso relacionado ao uso prolongado a demência, e alguns estudos demonstram relação com o aparecimento de câncer de estômago o Adenocarcinoma, outras evidências relacionam o uso prolongado dos IBPs, com o aparecimento da deficiência de vitamina B12 e Ferro (CAMPOS, 2018).

Além dos efeitos indesejáveis já descritos dos fármacos pertencentes da família dos IBPs, sendo estes medicamentos os mais indicados ao consumo no mundo e entre os efeitos indesejados do consumo prolongado também é descrito infecções por *Clostridium difficile*, fraturas em idosos e osteoporose, além de ter participação em diversas interações medicamentosas (ARAÚJO et al., 2019).

O estudo, portanto, buscou elucidar as mais recentes discussões sobre a uso de IBPs na população idosa que frequentemente é polimedicada e precisa conviver com uma carga de medicamentos gerando um ambiente favorável as interações e efeitos colaterais. E como objetivo geral buscou falar sobre os malefícios que os IBPS causam ao longo prazo nesta população.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido seguindo os critérios de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão integrativa de leitura, que tem por natureza averiguar os pormenores reais existentes, onde se observa a possibilidade de descrever de modo interpretativo os fenômenos que sejam estes acontecimentos do passado ou fatos em evolução atual, a pesquisa dar se á com prioridade nos fatos e elementos que compõem a abordagem da pesquisa (AUGUSTO et al., 2013).

A seleção dos estudos decorreu no período de Agosto a Setembro de 2021, deu-se através da busca online na literatura a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), empregando os descritores: inibidores da bomba de prótons; uso crônico; efeitos colaterais; idosos, disponível nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). critérios de inclusão dos artigos que estavam publicados nos sítios eletrônicos pertencentes nas bibliotecas virtuais, SCIELO, LILACS e BVS, estes trabalhos estavam em sua integralidade e foram obtidos de forma gratuita conforme o padrão de busca destas plataformas de busca, o período de pesquisa se deu no período de 5 anos a contar com a data de pesquisa, os artigos incluídos estavam datados entre os anos de 2017 a 2021, foram inclusos artigos nos idiomas Português e Espanhol, usando os descritores inibidores da bomba de prótons; uso crônico; efeitos colaterais e idosos.

DISCUSSÃO

Partindo dos dados evidenciados no estudo de Araújo et al (2019) fica claro que os IBSs são uma das classe de fármacos com o maior índice de prescrição medica mundial, o autor afirma ainda que o uso por períodos prolongados podem estar associados a diversos efeitos considerados como indesejáveis, e que esta relação estaria presente no aparecimento de problemas como, pneumonia, infecções por *Clostridium difficile*, osteoporose e fratura em idosos, ademais seriam responsáveis por algumas interações medicamentosas.

A diminuição da absorção da vitamina B12 por intermédio dos IBPs ocorre devido uma alteração no ciclo do pepsinogênio que necessita de certa quantidade de acidez para se converter em pepsina, extraindo dos alimentos ingeridos pelos pacientes a vitamina B12, de forma agravante os pacientes idosos podem ter essa absorção deficiente resultando em concentrações séricas de vitamina B12 abaixo do desejado, fato justificável pela junção de problemas relacionados a idade avançada como a atrofia gástrica sendo esta possivelmente desenvolvida por *H.pylori*, ou uso crônico de IBPs (VIEIRA et al., 2019).

Outro fator importante ressaltado por Costa et al, (2021) é dá associação que alguns estudos tem mostrado da prevalência de demência em idosos que fazem uso dos IBPs, estas pesquisas demonstraram que estas drogas têm o poder de interferência no processo da degradação do peptídeo beta-amiloide, conseqüentemente contribuindo pelo acumulo desses subprodutos enzimáticos que é característica fundamental para o desenvolvimento da Doença de Alzheimer (DA), ademais outro fator relacionado a este problema é que os IBPs, conseguem permear a barreira hematoencefálica e seria esta característica também fator que vem a contribuir no desenvolvimento da DA, pois esta interferência repercute no aumento do peptídeo beta-amiloide pois os IBPs interferem nas bombas de prótons presentes na micróglia

que são dependentes da acidificação lisossomal e igualmente do pH para a depuração de peptídeo beta-amiloide fibrilar, por fim os IBPs agem por inibir este processo de acidificação essencial que sucede na apresentação de níveis aumentados do peptídeo beta- amiloide.

Nesta logica é primordial ao profissional da área da saúde a capacidade de reconhecer a realidade em que este idoso está inserido, observando suas limitações e dificuldades, pois deste modo será mais objetivo e eficaz os métodos de tentativa de elucidação e orientação sobre o adequado uso racional dos fármacos, neste processo de orientação o profissional deverá levar em conta as patologias já pré-existentes no histórico deste paciente do mesmo modo relacionar este uso com os parâmetros de qualidade de vida que esta terapia irá levar ao paciente, visando sempre na minimização dos problemas secundários a esta terapia, priorizando métodos de educação em saúde continuada (SANTOS et al., 2018).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO ES, Modesto AC, Ferreira TX, Provin MP, Lima DM, Amaral RG. Intervenção farmacêutica no uso racional de omeprazol intravenoso. **Einstein (São Paulo)**. 2020;18:eAO4433. http://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2020AO4433. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/V4mNgkFYFwzqX8p4TZyWsyw/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em : 04 Set 2021.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007 >. Acesso em: 29 ago. 2021.

CAMPOS L T, Efeitos do uso crônico dos inibidores de prótons, **Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de ciências da saúde Departamento de saúde pública**, Disponível em: < https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13173/1/Lilia_Teixeira_de_Campos.pdf > Acesso em: 29 Ago 2021

COSTA, S, Marques L, Aleixo G, Silva L, Santos N, Caramalac A, Neto A, Castro E, Fernandes B, Ayres A, Efeitos do uso prolongado de Inibidores de Bomba de Prótons em idosos, **Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.2**, Disponível em: < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/25602/20371> > Acesso em 30 Ago 2021

MORSCHER C F, Mafra D, Eduardo JC, Inibidores da bomba de prótons e sua relação com a doença renal, **Braz. J. Nephrol. (J. Bras. Nefrol.)**, Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/jbn/a/fvRWmFdyPsMFyzTNNFLHVcR/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 28 Ago. 2021.

SANTOS SLF, Pessoa C V, Barros BN, Prevalência de doenças gástricas não-infecciosas em idosos, **Revista de Enfermagem e Atenção a Saúde**, 10.18554/reas.v7i2.2154, Disponível em: < http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/download/2154/pdf_1> Acesso em: 03 Set 2021.

VIEIRA, M, Tomain P M; Borja A, Uso contínuo de inibidores da bomba de prótons e seus efeitos a longo prazo, **Centro de Pós Graduação Oswaldo Cruz**, Disponível em: <

http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_17_MARIANA_TOMAIN.pdf > Acesso em : 29 ago 2021.

DETERMINAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS DE COMPRIMIDOS DE HIDROCLOROTIAZIDA ADQUIRIDOS EM FARMÁCIAS COMERCIAIS

Caio Rodrigues do Amaral¹ (Aluno do curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, caio.rodrigues@fvj.br

Jorge Ricardo Almeida de Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, jorge.ricardo@fvj.br

RESUMO

Este estudo tem como caráter pesquisa experimental, com abordagem na área de controle de qualidade, e com o objetivo analisar as características físico-químicas de comprimidos de hidroclorotiazida 25mg adquiridos em farmácias comerciais. Quatro tabelas foram produzidas a partir dos resultados dos testes de peso médio, dureza e friabilidade, para haver uma comparação entre eles. Foram analisados comprimidos de hidroclorotiazida provenientes de dois laboratórios. As análises foram identificadas como: referência (denominado A), genérico (denominado B), referência vencido (denominado C) e genérico vencido (denominado D), a fim de se manter o sigilo e a segurança das amostras em análise.

Palavras-chave: Hidroclorotiazida. Comprimidos. Controle de qualidade. Hipertensão.

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, a hipertensão arterial é uma das doenças que mais atinge a população brasileira e mundial. As possíveis consequências decorrentes da pressão alta estão relacionadas com acidente vascular cerebral, dano renais, derrame, dor de cabeça, infarto, tontura, trombose, e entre outros sintomas. A hidroclorotiazida é um fármaco da classe dos tiazídicos, eficaz por via oral, sendo bem absorvida pelo trato gastrointestinal e eliminada pela urina, é usada em edemas e no tratamento da hipertensão arterial isolada ou em conjunto com outros fármacos. O processo de controle de qualidade é importante pois vai garantir que serão cumpridos os pré-requisitos mínimos exigidos pela legislação vigente para se obter um medicamento com segurança, eficácia, e a qualidade, seguindo parâmetros descritos na Farmacopeia Brasileira 6ª edição. Diante disso, objetivou-se realizar um estudo comparativo para avaliar a qualidade físico química de comprimidos de hidroclorotiazida. O estudo foi de caráter pesquisa experimental, com abordagem na área de controle de qualidade, com aplicação de testes físico-químicos específicos. A mesma foi realizada no laboratório de Química da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ entre os meses de setembro a novembro de 2021. Foram analisados comprimidos de hidroclorotiazida provenientes de dois laboratórios. As análises foram identificadas como: referência (denominado A), genérico (denominado B), referência vencido (denominado C) e genérico vencido (denominado D), a fim de se manter o sigilo e a segurança das amostras em análise. Os ensaios que foram aplicados são: determinação do peso médio, teste de dureza e teste de friabilidade. Os medicamentos de referência, genérico de hidroclorotiazida 25 mg encontram-se adequadamente qualificados para o consumo. Já as amostras de referência vencido e genérico vencido estão fora do padrão aceitável da farmacopeia brasileira 6ª edição. Isso pode acarretar em problemas na apresentação dos mesmos, além de afetar diretamente a absorção, a biodisponibilidade e a ação terapêutica do fármaco.

METODOLOGIA

O estudo foi de caráter pesquisa experimental qualitativa na área de controle de qualidade, com aplicação de testes físico-químicos específicos. A pesquisa foi realizada no Laboratório de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade Do Vale do Jaguaribe (FVJ), localizada em Aracati - CE entre os meses de setembro a novembro de 2021. No estudo foram analisados comprimidos de hidroclorotiazida 25mg, provenientes de dois laboratórios. As análises foram identificadas como: referência (denominado A), genérico (denominado B), referência vencido (C), e genérico vencido (denominado D), a fim de se manter o sigilo e a segurança das amostras em análise. Todos os lotes foram adquiridos em uma drogaria localizada na cidade de Aracati – CE, tendo a mesma uma parceria com o autor do estudo. Os ensaios que foram aplicados são: determinação do peso médio, teste de dureza e teste de friabilidade. Todos os métodos aqui descritos serão realizados conforme descritos pela 6ª edição da Farmacopeia Brasileira. Para determinar o peso médio, foram pesados individualmente 20 comprimidos. A literatura determina que pode tolerar no máximo duas unidades fora dos limites especificados. Em relação ao peso médio de comprimidos não-revestidos ou revestidos com filme, comprimidos efervescentes, comprimidos sublinguais, comprimidos vaginais e pastilhas com peso médio de 80 mg ou menos, o limite de variação é de $\pm 10,0\%$, de acordo com a Farmacopeia Brasileira 6º Ed. 2019. O teste de dureza possibilita determinar a resistência do comprimido ao esmagamento ou à ruptura sob pressão radial. O teste se aplica, principalmente, a comprimidos não revestidos. O teste foi realizado através de um aparelho denominado durômetro, o qual mediu a força necessária para esmagar cada um dos 10 comprimidos de hidroclorotiazida 25 mg. O valor médio foi obtido através da média das 10 amostras. Conforme preconizado pela farmacopeia brasileira 6º ed., nenhuma unidade pode apresentar dureza inferior a 30 Newtons (N). O teste de friabilidade permite determinar a resistência dos comprimidos à abrasão, quando submetidos à ação mecânica de aparelhagem específica. O teste se aplica, unicamente, a comprimidos não revestidos. Para determinar a friabilidade, 20 comprimidos de hidroclorotiazida foram pesados e introduzidos no cilindro de acrílico do friabilômetro. Os comprimidos foram retirados após 4 minutos a 25 rpm. Após remover os resíduos de pó da superfície dos comprimidos, os mesmos foram pesados novamente. A diferença entre o peso inicial e o final representou a friabilidade. Tendo sua margem de aceitabilidade igual ou inferior 1,5% de perda de massa conforme a Farmacopeia Brasileira 6º Ed. 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na avaliação das características físico-químicas dos comprimidos de hidroclorotiazida 25 mg foram realizados testes físico-químicos, sendo eles: peso médio, friabilidade e dureza. Onde foram utilizadas amostras de diferentes marcas, de abrangência nacional, sendo referência (A), genéricos (B), referência vencido (C), e genéricos vencido (D). Na tabela 1, estão dispostos os resultados obtidos nos ensaios de peso médio, friabilidade e dureza para as amostras de referência e genérico. Nos ensaios de qualidade realizados, as amostras apresentaram resultados semelhantes em relação aos valores farmacopeicos, demonstraram baixos valores de desvio padrão no peso médio, friabilidade abaixo de 1,5% que é a tolerância máxima, e dureza consistente em ambas as amostras.

Tabela 1 – Análise de determinação de Peso, friabilidade e dureza, para os comprimidos de HCTZ 25 mg nas amostras, referência (A) e genérico (B).

AMOSTRA	A	B
PESO MÉDIO	106	108,79
FRIABILIDADE	Peso Antes= 107 Peso Depois= 106,95 Perda de massa(%)= 0,04 %	Peso Antes= 108 Peso Depois=107,7 Perda de massa(%)= 0,27 %
DUREZA	33,2N	29N

Fonte: Próprio autor (2021).

Na tabela 2, estão dispostos os resultados obtidos nos ensaios para as amostras de referência (A) e referência vencido (C). Nos ensaios de qualidade realizados, a amostra C apresentou resultados onde ressalta um percentual próximo ao limite de perda no teste de friabilidade, e no teste de dureza a consta uma baixa de 24,69% comparado com a amostra A, onde pode ter impacto no tempo de desintegração do comprimido.

Tabela 2 – Análise de Determinação de Peso, friabilidade e dureza, para os comprimidos de HCTZ 25 mg nas amostras, referência (A), referência vencido (C).

AMOSTRA	A	C
PESO MÉDIO	106	103,34
FRIABILIDADE	Peso Antes= 107 Peso Depois= 106,95 Perda de massa(%)= 0,04 %	Peso Antes= 103,34 Peso Depois=102,22 Perda de massa(%)= 1,08 %
DUREZA	33,2N	25 N

Fonte: Próprio autor (2021).

A tabela 3, estão dispostos os resultados obtidos nos ensaios de peso médio, friabilidade e dureza para a amostra de genérico (B) e genérico vencido (D). Nos ensaios de qualidade realizados, constam alterações nos ensaios de friabilidade e dureza da amostra B. No teste de friabilidade mostra o limite de perda próximo ao padronizado pela farmacopeia, e o teste de dureza teve 34,48% a menos de durabilidade da amostra B. Assim como a amostra de referência vencido, já pode-se ver diferenças nos testes, e com o passar do tempo esses comprimidos vão ficando fora de padrão para consumo, perdendo sua biodisponibilidade, efeito e podendo levar ao paciente um quadro mais grave.

Tabela 3 – Análise de Determinação de Peso, friabilidade e dureza, para os comprimidos de HCTZ 25 mg nas amostras, genérico (B), genérico vencido (D).

AMOSTRA	B	D
PESO MÉDIO	108,79	102,35

FRIABILIDADE	Peso Antes= 108 Peso Depois=107,7 Perda de massa(%)= 0,27 %	Peso Antes= 102,25 Peso Depois=101,24 Perda de massa(%)= 0,98 %
DUREZA	29N	19N

Fonte: Próprio autor (2021).

Na tabela 4, estão dispostos os resultados obtidos nos ensaios de peso médio, friabilidade e dureza para a amostra de referência vencido e genérico vencido. Nos ensaios de qualidade realizados, as amostras apresentaram resultados semelhantes demonstrando valores de desvio padrão próximo do limite padronizado na farmacopeia.

Tabela 4 – Análise de Determinação de Peso, friabilidade e dureza, para os comprimidos de HCTZ 25 mg nas amostras, referência vencido (C), genérico vencido (D).

AMOSTRA	C	D
PESO MÉDIO	103,34	102,35
FRIABILIDADE	Peso Antes= 103,34 PD=102,22 Perda de massa (%)= 1,08 %	Peso Antes= 102,25 Peso Depois=101,24 Perda de massa (%)= 0,98 %
DUREZA	25 N	19N

Fonte: Próprio autor (2021).

CONCLUSÕES

Ao concluir a pesquisa, pôde-se perceber que os objetivos foram atingidos, possibilitando uma análise, avaliação e comparação da qualidade dos comprimidos de hidroclorotiazida 25 mg nas apresentações referência, genérico, referência vencido e genérico vencido. Além disso, as amostras de referência e genérico analisadas que estão dentro do prazo de validade, encontraram-se dentro dos limites aceitáveis para os parâmetros físico-químicos de friabilidade, dureza, e peso médio. Já as amostras de referência vencido e genérico vencido estão fora do padrão aceitável da farmacopeia brasileira 6^o edição. Apresentaram valores de dureza abaixo do recomendado pela Farmacopeia Brasileira. Isso pode acarretar em problemas na apresentação dos mesmos, além de afetar diretamente a absorção, a biodisponibilidade e a ação terapêutica do fármaco. Por fim, os medicamentos de referência, genérico de hidroclorotiazida 25 mg encontram-se adequadamente qualificados para o consumo, segundo os parâmetros preconizados pela 6^o edição da Farmacopeia Brasileira. Assim, os estudos de controle de qualidade são importantes para verificara qualidade dos produtos que a população está consumindo uma vez que produtos falsificados e/ou de má qualidade podem afetar a saúde, assim como a eficácia do tratamento, comprometendo a vida das pessoas que dependem desses medicamentos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Weimar Kunz Sebba, et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial–2020**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia 116 (2021): 516-658.

BIANCHIN, M. D. et al. A avaliação da qualidade de comprimidos de propranolol e enalapril distribuídos no sistema público de saúde de uma cidade do sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, Rio de Janeiro, fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 301, de 21 de agosto de 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 ago. 2019.

FARMACOPÉIA brasileira – parte 1. 6ed. São Paulo: Atheneu, 2019

GONÇALVES, André Carvalho, et al. Benefícios da Associação Medicamentosa de Diuréticos e Inibidores da enzima conversora de angiotensina no tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, p. 6, 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LONGO, Marco Aurelio Tosta, et al. Hipertensão arterial sistêmica: aspectos clínicos e análise farmacológica no tratamento dos pacientes de um setor de psicogeriatría do Instituto Bairral de Psiquiatria, no município de Itapira, SP. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, n. 2, p. 271-284, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1809-98232011000200008>>. Acesso em: 10 maio 2021.

LOPES, Louisy; MORAES, Elzir. **Tratamento não-medicamentoso para hipertensão arterial**, LONDRINA, 2011, Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista_saude/arquivos/arq-idvol_10_1339682941.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

MALTA, Deborah Carvalho, et al. Prevalência de alto risco cardiovascular na população adulta brasileira segundo diferentes critérios: estudo comparativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1221-1231, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.01592021>>. Acesso em: 17 mar 2021.

MANO R. **Diuréticos**. Rio de Janeiro, p. 6, 2021. Disponível em: <<http://www.manuaisdecardiologia.med.br/has/Pag6.htm>> Acesso em: 11 de maio. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia 2017;107(3): 1-83. Disponível em: <<https://www.sbc.org.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

TEIXEIRA, Maria Emília Figueiredo, et al. **Fatores de Risco Cardiovascular em Cardiologistas Especialistas pela Sociedade Brasileira de Cardiologia**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, n. 4, p. 774-781, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.36660/abc.20200125>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEDICAMENTOS DE USO *OFF-LABEL* NAS INFECÇÕES POR SARS-COV-2*

André Jailson Cabral da Silva¹
Anielle Torres de Melo²

RESUMO

Os primeiros medicamentos testados para combater o vírus causador da Covid-19 foram todos medicamentos reposicionados, que testa a eficácia em doenças não listadas na bula: *medicamentos off-label*. O presente estudo é uma revisão da literatura sobre moléculas de ação farmacológicas de uso *off-label* nas infecções por SARS-COV-2, causador da Covid-19. O estudo compilou, no período de 2017 a 2021, periódicos científicos e registros de pesquisas clínico-científicas para identificar artigos relevantes ao trabalho. Não existe um medicamento antiviral mundialmente reconhecido para o tratamento da Covid-19, muitos ainda continuam sob investigação. Os principais alvos são as enzimas virais específicas: RNA polimerase dependente de RNA e as duas proteases. Os desenvolvedores chegaram a anunciar resultados encorajadores e com alta performance, porém os estudos randomizados evidenciaram que não houve benefícios em ensaios clínicos tampouco evidências de inativação do SARS-CoV-2.

Palavras-chave: SARS-CoV-2, COVID-19, drogas-alvo, testes clínicos, mecanismos de ação

INTRODUÇÃO

O vírus SARS-CoV-2 é descrito como uma variação do vírus da família coronavírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS) nomeou oficialmente como Covid-19 a doença causada pela variação originária da China, no dia 11 de fevereiro.

O uso de medicamentos licenciados para indicações terapêuticas que não foram aprovadas por uma autoridade reguladora é considerado de uso *off-label*. A prescrição de medicamentos para uso *off-label* por médicos pode estar sujeita às leis e regulamentação nacional. Todos os profissionais de saúde devem estar cientes e cumprir as leis e regulamentos que regem sua prática. Além disso, essa prescrição deve ser feita caso a caso. Deve-se evitar o armazenamento desnecessário e a escassez de medicamentos aprovados, necessários para o tratamento de outras doenças (WHO, 2020).

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão qualitativa dos mecanismos de ação farmacológica de medicamentos de uso *off-label* utilizados na pesquisa de combate às proteínas-alvo do SARS-CoV-2, causador da Covid-19.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão sobre moléculas de ação farmacológicas de uso *off-label* nas infecções por SARS-COV-2 realizada em plataformas digitais de periódicos como: CAPES, MEDLINE, LILACS, SciELO, Science Direct-Elsevier, ClinicalTrials.gov, PubMed,

*Artigo apresentado ao Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Farmácia, Aracati-CE, 2021.

¹Aluno do curso de Bacharel em Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, andre.jailson@fvj.br

²Orientadora – Professora Dra. da Faculdade do Vale do Jaguaribe, anielle.torres@fvj.com.br

Science, Cell, Nature, Lancet, American Chemical Society, BVS, para identificar artigos relevantes ao trabalho.

O desenvolvimento da revisão se deu considerando: (a) investigação e elaboração do plano de estudo; (b) critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa; (c) avaliação das pesquisas adicionadas à revisão e (d) interpretação e discussão dos resultados. Por fim, atualizou-se os principais resultados do conteúdo a partir dos artigos recém publicados até o fechamento do trabalho. A busca foi realizada utilizando os termos, isolados ou associados, nos idiomas Português e Inglês: SARS-CoV-2, COVID-19, ECA2, fármacos, antivirais, mecanismos, tratamento e estudos clínicos,

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os primeiros medicamentos testados para combater o vírus causador da Covid-19 foram todos *reposicionados*, os principais estudos tiveram como alvos enzimas virais específicas: RNA polimerase dependente de RNA e as duas proteases (ALANAGREH et al., 2020).

Camostat mesilate é um medicamento inibidor de protease TMPRSS2. A descoberta dos mecanismos envolvendo os receptores de ECA2 e da protease TMPRSS2 forneceram um alvo para estudos adicionais e discussões. Pesquisas adicionais mostraram que a inibição da TMPRSS2 poderia evitar a clivagem e a ativação da *Proteína Spike S*. Porém, rotas alternativas são comprovadamente utilizadas pelo vírus por meio de outras proteases, como a Catepsina ou a Furina (COUTARD et al., 2020).

Umifenovir é um agente antiviral usado para a profilaxia e o tratamento da *Influenza A e B*, mostrando grande atividade contra vírus de DNA/RNA envelopados e não-envelopados. Similaridades estruturais entre HA do vírus *Influenza H3N2* e a porção S2 da *Proteína Spike*, responsável pela trimerização e eficiente ligação com receptores de ECA2, candidataram o Um estudo experimental randomizado e controlado na China, para avaliar a eficiência do medicamento em pacientes hospitalizados, apresentou poucos benefícios para melhorar o resultado clínico acometidos com a Covid-19 nas formas leve e moderada (LI et al., 2020).

Hidroxicloroquina contra o SARS-CoV-2 incide sobre as características imunomoduladoras e múltiplos mecanismos de ação do medicamento por: (a) *atenuação*, tempestade de citocinas (*kitocines storm*); (b) *inibição*, fusão endossomal por alcalinização, atividade autofágica e lisossomal, atividade proteolítica e inoculação do material genético e (c) *bloqueio*, glicolização na célula hospedeira (LAM et al., 2020). Mesmo diante de tantas possibilidades de ação, os estudos *in vitro*, em primatas e randomizados multicêntricos não mostraram benefícios clínicos quando usada exclusivamente ou em associação com outras drogas (e.g. Azitromicina) seja de forma profilática ou terapêutica (BUTLER et al., 2021).

Lopinavir/Ritonavir é uma combinação de fármacos aprovados pelo U.S. Food and Drug Administration (FDA) para o tratamento do vírus da imunodeficiência adquirida (HIV), que atua inibindo a protease 3-quimiotripsina (3CLpro), enzima essencial na mediação da replicação e da transcrição virais (MODY et al., 2021). Presente nos β -coronavírus, a 3CLpro já era alvo de estudos e desenhos de antivirais para as espécies SARS-CoV e MERS-CoV. Os ensaios não foram animadores, pois em pacientes hospitalizados com estado grave, houve piora em comparação à nenhuma terapia, bem como, nenhum benefício em casos leves/moderados foi relatado em comparação à terapia convencional de suporte (LI et al., 2020).

Ainda sobre a protease 3CLpro, uma ampla discussão composta por diversos estudos randomizados comparando o uso da Ivermectina a nenhum tratamento, cuidados padrão ou uso de placebo, mostrou qualquer amplitude de vantagens na utilização da molécula, pois, para atingir eficácia *in vivo* seriam necessárias concentrações plasmáticas elevadas e incompatíveis com a segurança (POPP et al., 2021).

Darunavir age inibindo a clivagem de proteínas Gag-Pol codificadas pelo HIV por complexação inibidor-enzima, entrando no sítio ativo da protease por meio de várias ligações de hidrogênio, e produzindo partículas virais imaturas não-infecciosas. Experimentos *in vitro* demonstraram resultados substanciais para inibição do vírus causador da Covid-19, porém não houve estudos clínicos ou evidências de inativação *in vivo* (DONG et al., 2020).

Favipiravir é um pró-fármaco de combate a surtos emergentes e reemergentes, sofre múltiplas etapas de biotransformação intracelular, convertido a ribofuranosil trifosfato de favipiravir, inibe competitivamente a RNA polimerase RNA-dependente (RpRd). Múltiplos estudos randomizados avaliaram positivamente a ação do Favipiravir Estudos estatisticamente mais robustos e com número expressivo de indivíduos seriam necessários para consolidar a eficácia do tratamento com Favipiravir (IVASHCHENKO et al., 2021).

Remdesivir foi aprovado pelas agências europeia, americana e brasileira, no tratamento da Covid-19 (BRASIL, 2021). Apresentando potente ação antiviral *in vitro* contra Ebola, SARS-CoV-1 e MERS-CoV-1, o medicamento intravenoso foi reposicionado no combate ao SARS-CoV-2 por razões óbvias. Estudos *in vivo* de profilática e/ou terapêutica para SARS-CoV-1 e MERS-CoV-1 indicaram recuo na carga viral, melhorando a função pulmonar. Resultados dos estudos randomizados foram conflitantes, e não encontraram diferenças significativas entre o remdesivir e o grupo controle (placebo e tratamento padrão respectivamente) para nenhum dos desfechos analisados (ZHAO et al., 2021).

Os tratamentos atuais se baseiam no manejo das complicações provocadas pela doença. Globalmente, múltiplos ensaios clínicos envolvendo medicamentos reposicionadas ou novas moléculas para o tratamento da Covid-19 estão em andamento.

REFERÊNCIAS

ALANAGREH, Lo'ai et al. The human coronavirus disease COVID-19: its origin, characteristics, and insights into potential drugs and its mechanisms. **Pathogens**, v. 9, n. 5, p. 331, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0817/9/5/331> Acesso em: 01 setembro de 2021.

BUTLER, Christopher C. et al. Azithromycin for community treatment of suspected COVID-19 in people at increased risk of an adverse clinical course in the UK (PRINCIPLE): a randomized, controlled, open-label, adaptive platform trial. **The Lancet**, v. 397, n. 10279, p. 1063-1074, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00461-X) Acesso em: 01 setembro de 2021.

COUTARD, Bruno et al. The spike glycoprotein of the new coronavirus 2019-nCoV contains a furin-like cleavage site absent in CoV of the same clade. **Antiviral research**, v. 176, p. 104742, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.antiviral.2020.104742> Acesso em: 01 setembro de 2021.

DONG, Liying; HU, Shasha; GAO, Jianjun. Discovering drugs to treat coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Drug Discoveries & Therapeutics**, v. 14, n. 1, p. 58-60, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5582/ddt.2020.01012> Acesso em: 01 setembro de 2021.

IVASHCHENKO, Andrey A. et al. AVIFAVIR for treatment of patients with moderate coronavirus disease 2019 (COVID-19): interim results of a phase II/III multicenter randomized clinical trial. **Clinical Infectious Diseases**, v. 73, n. 3, p. 531-534, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa1176> Acesso em: 01 setembro de 2021.

LAM, Sarah et al. COVID-19: A review of the proposed pharmacological treatments. **European Journal of Pharmacology**, v. 886, p. 173451, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejphar.2020.173451> Acesso em: 01 setembro de 2021.

LI, Yueping et al. An exploratory randomized, controlled study on the efficacy and safety of lopinavir/ritonavir or arbidol treating adult patients hospitalized with mild/moderate COVID-19 (ELACOI). **MedRxiv**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.03.19.20038984> Acesso em: 01 setembro de 2021.

POPP, Maria et al. Ivermectin for preventing and treating COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 7, 2021. Disponível em: <https://doi:10.1002/14651858.CD015017.pub2> Acesso em: 01 setembro de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, WHO. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard, 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: 30 outubro de 2021.

ZHAO, Mengmeng et al. Recent progress of antiviral therapy for coronavirus disease 2019. **European Journal of Pharmacology**, v. 890, p. 173646, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ejphar.2020.173646> Acesso em: 30 outubro de 2021.

A ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SEUS DESAFIOS NO MERCADO FARMACÊUTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Maria Rebouças Matos¹ (Aluna do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: aninharmatos@hotmail.com), Dra. Darcielle Bruna Dias Elias² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: darcielle.elias@fvj.br).

RESUMO

Os medicamentos genéricos passaram a circular no Brasil em 2000 após a Lei dos Genéricos que estabelece o genérico como um medicamento similar e intercambiável com um produto de referência ou inovador. A medida veio como maneira de gerar concorrência no mercado interno, promovendo uma redução dos preços, o que de fato ocorreu. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa visa avaliar a aceitação e utilização de medicamentos genéricos no Brasil a partir da descrição do perfil de usuários de medicamentos genéricos, identificação dos genéricos mais aceitáveis e dos possíveis motivos da aceitação ou rejeição de genéricos. Para isso, foi realizada uma revisão literária de caráter qualitativo por meio do site Scielo, onde foi buscado pelas palavras chave: medicamentos genéricos, intercambialidade, ensaios de bioequivalência. A pesquisa permitiu identificar que nos anos iniciais após a aplicação da Lei dos Genéricos ainda havia desconfiança por parte dos consumidores em relação à eficácia comparada aos medicamentos de referência, no entanto, reconheceu-se a diferença de preço entre ambos. Ao longo dos anos a desconfiança foi se dissipando e os genéricos são consumidos por mais de 70% dos brasileiros.

Palavras-Chave: Medicamentos Genéricos. Intercambialidade. Ensaio de Bioequivalência.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos genéricos foram estabelecidos pela Lei nº 9.787/99, conhecida como a Lei dos Genéricos com a finalidade de proporcionar à população o acesso a tratamentos medicamentosos, com baixos custos e boa qualidade. Esta estratégia visava obter desenvolvimento industrial do país, visto que, em outros locais, houve sucesso (QUENTAL C. et al., 2008).

Medicamentos genéricos são fármacos que possuem o mesmo princípio ativo que medicamentos de referência, para que os mesmos possam ser intercambiáveis. Para serem aceitos no mercado, precisam ter passado pelos testes de bioequivalência e biodisponibilidade (ARAÚJO *et al.*, 2010).

A utilização dos medicamentos genéricos no Brasil é muito ampla, porém ainda existem preconceitos. Uma parcela da população ainda acredita que não haja tanta eficácia quanto no tratamento com medicamentos de referência, por esse motivo, precisamos de estratégias para promover o uso destes medicamentos, como forma de acessibilidade à população e crescimento econômico do país (LUPPE et al, 2020).

Dessa forma, este trabalho possui como objetivo geral avaliar a aceitação e utilização de medicamentos genéricos no Brasil a partir do alcance dos objetivos específicos de descrever o perfil de usuários de medicamentos genéricos, identificar quais medicamentos genéricos são mais aceitáveis e identificar quais os motivos da aceitação ou rejeição de genéricos.

MARCO TEÓRICO

A inserção dos medicamentos genéricos compõe um dos mecanismos que visam regular o valor dos preços dos fármacos em geral. Isso ocorre porque não recaem sobre o genérico os custos

relativos ao desenvolvimento da nova molécula e dos estudos clínicos necessários, além de não haver custo com propaganda para promover a marca. Reconhecendo isto, o Brasil adotou em 1993 medicamentos genéricos como política do setor de saúde e de economia, mas foi em 1999 que a política foi efetivamente implantada, com a entrada em vigor da Lei dos Genéricos e a Política de Medicamentos Genéricos (DIAS et al, 2006).

Esta lei permitiu assegurar a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos genéricos no Brasil a partir do estabelecimento de bases legais para a sua instituição, possibilitando sua intercambialidade com o produto de referência. Dessa maneira, foi possível oferecer à população medicamentos acessíveis e com a mesma aplicabilidade, gerando melhoria na qualidade de vida dos brasileiros que passaram a ter a possibilidade de além de iniciar um tratamento medicamentoso, dar continuidade devido ao baixo custo dos preços.

Ainda assim, a quantidade de pessoas ainda receosas de utilizar medicamentos genéricos atualmente é baixa em relação à aceitabilidade. No entanto, é imprescindível que se tenha políticas que visem informar esta população sobre a seguridade do medicamento. A desconfiança acerca dos genéricos se dá principalmente pela falta de conhecimento sobre a credibilidade que os produtos possuem e a sua regulamentação, obtendo uma sensação de medicamento não seguro, preferindo-se adquirir os medicamentos de referência mesmo que mais caros.

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado a partir de uma revisão da literatura, mediante abordagem quali-quantitativa, a partir da sistematização e análise de um compilado de artigos que abordam o tema trabalhado. Os artigos foram buscados nas plataformas digitais Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medline, PubMed e Google acadêmico.

A critério de inclusão, foram escolhidos aqueles que detinham o conteúdo que atendia ao objetivo da pesquisa, que se discutisse acerca da aceitação de medicamentos genéricos e as razões determinantes para utilização desses fármacos para o tratamento medicamentoso, totalizando 10 artigos. Foram excluídos os que não apresentavam proximidade com o tema estudado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo permitiu observar que há uma grande ausência de pesquisas voltadas para uma análise nacional acerca da distribuição de medicamentos no território brasileiro, suas diferenças sociais e regionais, além da compreensão da aceitabilidade da população quanto a sua utilização. Dessa forma, fica limitado a possibilidade de traçar um perfil do consumo de medicamentos genéricos e, conseqüentemente, melhor conhecer o alcance das políticas públicas relacionadas ao acesso e uso racional de medicamentos no Brasil.

Percebeu-se com a pesquisa que a aceitabilidade das pessoas não está atrelada a fatores puramente de escolha, mas de conhecimento acerca dos medicamentos. À medida em que o conhecimento foi tomando o território brasileiro ao longo dos anos, maior foi a quantidade de aceitação da população em utilizar os medicamentos genéricos, dado o custo benefício, ou seja, compreendeu-se por parte da sociedade que eles são mais baratos e possuem a mesma eficácia dos produtos de referência.

Dessa forma, conclui-se que o acesso a medicamentos genéricos no Brasil alcançou gradualmente a população, fornecendo a opção de cuidados de saúde mais baratos e acessíveis. Ainda se faz necessário preocupar-se com pesquisas nacionais de uso de medicamentos em território nacional com vistas a melhor conhecer o alcance das políticas públicas relacionadas ao acesso e uso racional de medicamentos no Brasil.

REFERENCIAS

QUENTAL C.; ABREU J C; BOMTEMPO J V; GADELHA C A G. **Medicamentos genéricos no Brasil: impactos das políticas públicas sobre a indústria nacional.** Ciência & Saúde Coletiva, 13(Sup):619-628, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yMjXNgrfvxNtLGbCCNstjsb/?lang=pt#:~:text=Com%20isso%2C%20amplia%2Dse%20o,os%20medicamentos%20comercializados%20no%20Brasil.&text=Do%20ponto%20de%20vista%20da%20pol%C3%ADtica%20industrial%2C%20o%20impacto%20da,da%20competitividade%20das%20empresas%20brasileiras.> Acesso em: 27, agosto, 2021.

ARAÚJO, L. U. ALBUQUERQUE, K. T. DE. KATO, K. C. SILVEIRA, G. S. MACIEL, N. R. SPÓSITO, P. Á. BARCELLOS, N.M. S. SOUZA, J. DE. BUENO, M. STORPIRTIS, S. **Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação.** Rev Panam Salud Publica 28(6), 2010. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpsp/v28n6/v28n6a10.pdf Acesso em 3, setembro, 2021.

LUPPE, M. R.; ROSSI, C. M.; TORRES, R. R.; AGUIAR, H. DE. S.; **ANÁLISE DE ATRIBUTOS NA PREFERÊNCIA ENTRE CONSUMO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES OU MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA.** RGO - Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 48-66, maio/ago. 2020. Disponível em: <file:///C:/Downloads/4881-Texto%20do%20Artigo-20403-1-10-20200603.pdf> Acesso em: 25, agosto, 2021.

DIAS, Cláudia Regina Cilento; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. **Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 22, n. 8, p. 1661-1669, Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000800014. Acesso em: 27, novembro, 2021.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO CONTROLE DA ANSIEDADE DURANTE A PANDEMIA DO SARS-COV-2: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Aila Maria Cavalcante de Oliveira ¹

Rodolfo de Melo Nunes ²

RESUMO

O ano de 2020 iniciou-se com a pandemia de Covid-19, a doença atingiu todo o mundo, não só de forma viral, mas também causando problemas sociais e psicológicos. É normal algumas pessoas sentirem ansiedade diante de alguma situação, mas se torna preocupante quando medos representam angústia e interferem na vida diária, o que pode resultar em transtorno de ansiedade, causada de forma intrínseca ou extrínseca pelo novo coronavírus. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo revisar na literatura a utilização de plantas medicinais no combate a ansiedade durante a pandemia do SARS-COV-2. O estudo foi uma revisão integrativa da literatura, com caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizado durante o segundo semestre do ano de 2021 e os artigos encontrados se encontram nos indexadores, Scientific Electronic Library On-line (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); BIREME e BVS – Biblioteca Virtual Das 50 publicações encontradas, somente 05 atenderam aos critérios mencionados, que foram: ser artigos de pesquisas originais, ter textos completos disponíveis eletronicamente, publicados em português, que apresentavam resultados de pesquisas envolvendo o uso de plantas medicinais durante a pandemia do COVID-19 e que foram publicados nos últimos 02 anos. A preocupação persistente e excessiva é a característica principal do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), porém essas preocupações são acompanhadas de sintomas físicos relacionados à hiperatividade autonômica e a tensão muscular. Com base nos artigos permitiu ver as grandes expansões de diversidade de opções de tratamento partir das plantas medicinais, principalmente para o tema em questão.

Palavras-chaves: Plantas medicinais. Ansiedade. Pandemia. COVID-19.

ABSTRACT

The year 2020 began with the Covid-19 pandemic, the disease reached the entire world, not only virally, but also causing social and psychological problems. It is normal for some people to feel anxiety about a situation, but it becomes worrying when fears represent anguish and interfere with daily life, which can result in anxiety disorder, caused intrinsically or extrinsically by the new coronavirus. Thus, this research aimed to review in the literature the use of medicinal plants to combat anxiety during the SARS-COV-2 pandemic. The study was an integrative literature review, with a descriptive character and a qualitative approach, carried out during the second semester of the year 2021 and the articles found are found in the indexers, Scientific Electronic Library On-line (SciELO); Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS); BIREME and BVS – Virtual Health Library, Of the 50 publications found, only 05 met the criteria mentioned, which were: being original research articles, having full texts available electronically, published in Portuguese, which presented research results involving the use of medicinal plants during the COVID-19 pandemic and that were published in the last 02 years. Persistent and excessive worry is the hallmark of Generalized Anxiety Disorder (GAD), but these worries are accompanied by physical symptoms related to autonomic hyperactivity and muscle tension. Among these symptoms are tachycardia, sweating,

¹Discente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: xxxxxxxx@gmail.com

²Docente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe– FVJ. Doutorado em Ciências Médicas (UFC); E-mail: rodolfo.nunes@fvj.br

insomnia, fatigue, difficulty relaxing and muscle pain. Based on the articles, it was possible to see the great expansions in the diversity of treatment options from medicinal plants, mainly to the topic in question.

Keywords: Medicinal plants. Anxiety. Pandemic. COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

O vírus, chamado de SARS-CoV-2, foi identificado pela primeira vez em pessoas expostas em um mercado de frutos do mar e de animais vivos em Wuhan, na província de Hubei, China (PERLMAN, 2020).

O uso das plantas medicinais é bastante comum especialmente, em regiões mais pobres do Brasil onde aparece muitas vezes, como único recurso terapêutico, sendo uma prática alternativa para as comunidades. O Ministério da Saúde desenvolve diversas ações visando promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros, como oficinas, cursos, palestras, dentre outros. Os estudos revelam que as plantas medicinais são usadas no preparo de xaropes, principalmente para as doenças respiratórias, bronquite, asma e sintomas como tosse, gripe, prática baseada no saber popular para manutenção da saúde ou cura das doenças (ARAÚJO *et al.*, 2012).

As plantas medicinais, diferente dos medicamentos convencionais industrializados, que acompanha o ser humano desde os primórdios da civilização, têm baixo custo não necessariamente e muitas vezes são encontradas na própria região de moradia. Assim, na maioria das vezes, o uso é praticado sem acompanhamento de um profissional de saúde, podendo apresentar um risco à saúde para a população, como dores abdominais, irritações, efeitos adversos, interações, abortos, anemia, doenças renais, dentre outros (SILVA, 2015).

2 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza como método a revisão integrativa da literatura, a qual apresenta como finalidade reunir e concentrar o conhecimento científico já produzido sobre o uso de plantas medicinais no controle da ansiedade durante a pandemia do Sars-CoV-2, além do papel do farmacêutico nesse processo, oportunizando a busca e a síntese das evidências contidas na literatura para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática.

Foram estabelecidas as seguintes bases de dados, levando em consideração a facilidade e a gratuidade do acesso: SciELO; LILACS; BIREME e BVS.

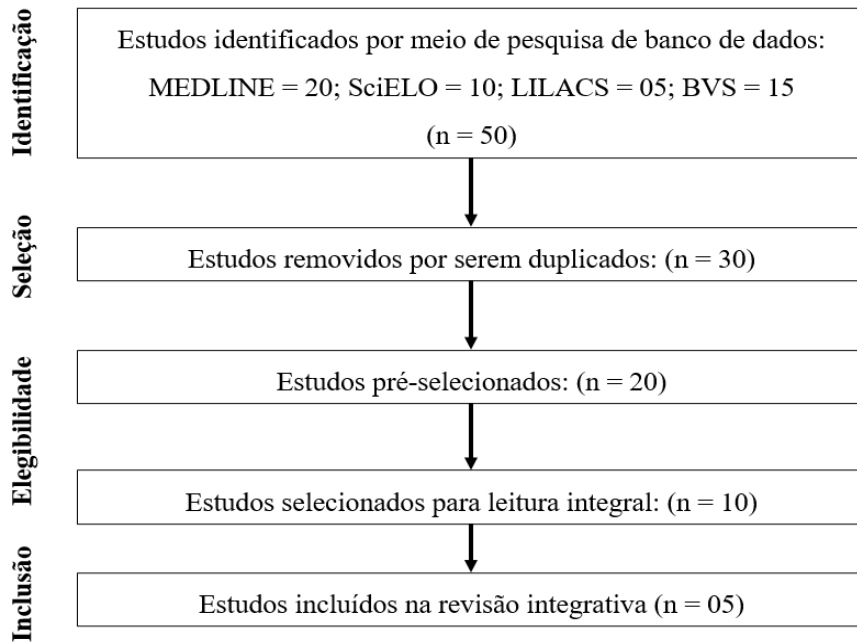
Para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves em português selecionadas mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Bireme: Plantas medicinais. Ansiedade. Pandemia. COVID-19.

Como passo seguinte, elegeram-se os critérios de inclusão e exclusão dos textos. Os de inclusão foram: apresentar como data de produção o período entre 2020 a 2021; ser escritos em português; apresentar o uso de plantas medicinais no controle da ansiedade durante a pandemia, além do papel do farmacêutico entre as temáticas principais; ter como modalidade de produção científica: relatos de pesquisa, estudos de caso e revisão integrativa da literatura em formato de artigos, revisões, dissertações e teses que foquem como amostra os indivíduos com ansiedade. Enquanto os critérios de

exclusão foram: ser predominantemente teórico; não apresentar resumos na íntegra nas bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas e apresentar duplicidade.

A coleta dos textos ocorreu durante o segundo semestre do ano de 2021. Inicialmente, foram lidos o

Figura 1 – Fluxograma do trajeto da busca dos artigos



Fonte: Próprio autor (2021).

Foram selecionados 05 artigos que são a base para a elaboração dos resultados e da discussão.

Apesar de tratar-se de uma pesquisa, o presente estudo não apresentou a necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pois todos os dados utilizados são de domínio público e estão disponíveis em base de dados na internet, não se tratando, portanto, de documentos que requeiram sigilo ético.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 05 artigos que se encontram organizados no quadro 1. O respectivo quadro está voltado para a apresentação da amostra de acordo com título, autor/ano, tipo de estudo, e principais achados.

Quadro 1 – Caracterização amostral conforme especificações das pesquisas selecionadas.

TÍTULO/ANO	AUTOR	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS ACHADOS
Utilização da piper methysticum (l.) E passiflora incarnata (l.) no tratamento de transtorno de ansiedade generalizada. 2021	SILVA et al.,	Revisão bibliográfica sistemática qualitativa	Observou-se que os principais benefícios da utilização de fitoterápicos diz respeito ao custo reduzido, à facilidade de acesso e ao baixo índice de efeitos colaterais e reações adversas. Encontrou-se um número considerável de informações que demonstraram a utilização e a procura de fitoterápicos à base de P. Incarnata para tratar as psicopatologias como o TAG, durante o isolamento social e a quarentena.
Práticas Integrativas e Complementares como possibilidade de cuidado em saúde mental. 2021.	MIRANDA, G. U.; VIEIRA, C. R.	Revisão bibliográfica sistemática qualitativa	Conclui-se que a aromaterapia, a homeopatia, a MA, a medicina tradicional chinesa e acupuntura, as plantas medicinais e fitoterapia, o termalismo social ou crenoterapia e o yoga apontam resultados positivos na saúde mental daqueles/as que as praticam, como redução de sintomas, melhora do sono e aumento de bem-estar.
A busca pelo uso de produtos naturais na prevenção de infecção por Covid-19. 2021	PRÍNCIPE et al.,	Quantitativo e descritivo	Constatou-se que diversos fatores socioculturais podem influenciar na utilização de medicamentos naturais, como no caso da faixa etária, religião e nível de escolaridade. Devido à falta de acesso a informações a respeito dos tipos de produtos naturais disponíveis, os chás e sucos vêm se mostrando como a alternativa mais viável e segura para os consumidores. Sendo então muito utilizados como prevenção e tratamento de questões relacionadas ao controle da

			ansiedade, impostos pelas mudanças no estilo de vida na pandemia.
Alimentos, nutracêuticos e plantas medicinais utilizados como prática complementar no enfrentamento dos sintomas do coronavírus (Covid-19): uma revisão. 2020	SILVA et al.,	Revisão bibliográfica sistemática qualitativa	Alguns alimentos, produtos apícolas e plantas medicinais listados neste trabalho de revisão da literatura científica que demonstraram ação antiviral, anti-SARS, anti-COV-2 baseados na medicina tradicional e em estudos científicos podem ser consumidos e utilizados pela população em terapias profiláticas e paliativas na busca de evitar possíveis sintomas severos ou morte pelo COVID-19. Associado a estas terapias antivirais alternativas faz-se necessário também o consumo de alimentos, produtos apícolas e plantas medicinais com atividade antiinflamatória e imunomodulatória durante este longo período de surto pelo COVID-19.
Uso de plantas medicinais no tratamento de ansiedade no ambiente acadêmico. 2020	SILVA et al.,	Estudo observacional do tipo transversal	Apenas 13,3% dos participantes não se consideram ansiosos, contudo, foi constatado que, mesmo o participante levando em consideração não ser ansioso, se queixou de alguns sintomas físicos, psicológicos ou ambos relacionados a quadros de ansiedade. A pesquisa identificou que 31,6% dos participantes relataram que já fizeram uso de medicamentos alopáticos e 31,1% relataram o uso de plantas medicinais para tratamento de TAG.

Fonte: Próprio autor, 2021

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma pandemia devido ao surto da doença coronavírus em 2019 (COVID-19). Naquela época, havia mais de 118.000 casos em 114 países, com cerca de 4.291 mortes causadas pela doença. Em apenas um mês, o número

de casos registrados no mundo ultrapassou 2 milhões de infectados, com mortalidade próxima a 6,9% (DÍAZ; XABALETA-TABOADA, 2020).

Nesse contexto, as secreções respiratórias foram consideradas o principal meio de propagação do vírus. A análise de cultura de células epiteliais das vias aéreas humanas, a microscopia eletrônica e o sequenciamento completo do genoma da cultura sobrenadante foram compartilhados com a Organização Mundial da Saúde, destinando-se à vigilância e detecção da infecção 2019-nCoV globalmente e na China (BELASCO; FONSECA, 2020).

O perfil clínico da doença não está estabelecido por completo, demandando maiores investigações e tempo para a sua caracterização. Assim, tem-se estabelecido a avaliação clínica e o tratamento a partir das definições de síndrome gripal (SG) e síndrome respiratória aguda grave (SRAG), baseada no Protocolo de Influenza do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018; BRASIL, 2020).

taquicardia, sudorese, insônia, fadiga, dificuldade de relaxar e dores musculares. As preocupações não se restringem a uma determinada categoria, mas são generalizadas, excessivas, por vezes envolvendo temas que não preocupam a maioria das pessoas e de difícil controle. Para o diagnóstico, é importante, também, que esses sintomas causem uma interferência no desempenho da pessoa ou um sofrimento significativo (ZUARDI, 2017).

Os movimentos sociais da década de oitenta reivindicavam a inclusão de cuidados, visando traduzir e integrar, para a sua realidade, práticas do sistema médico complexo. Esta discussão culminou na aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), credenciando serviços de homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, medicina tradicional chinesa/acupuntura, e termalismo social, como práticas de cuidado (LIMA et al., 2017).

Segundo a OMS, 80% da população mundial faz uso de algum tipo de planta em busca de alívio para sua sintomatologia. A alta incidência de uso de plantas medicinais possivelmente deve-se ao fácil acesso, baixo custo e por serem consideradas inofensivas por grande parte da população. Além disso, medicamentos industrializados são caros, enquanto plantas medicinais muitas vezes são cultivadas nos quintais (ZENI et al., 2017).

O reconhecimento dessas práticas possibilita o empoderamento das comunidades que as mantêm, uma vez legitimado o saber popular por estudos metodologicamente estruturados de seu papel efetivo na cura de enfermidades adicionalmente, a legitimidade científica de tais conhecimentos associados à biodiversidade, contribui decisivamente na redução da vulnerabilidade de extinção das espécies (DUARTE et al., 2020).

A espécie *Piper methysticum* pertencente à família Piperaceae, é conhecida popularmente como pimenta intoxicante, kava, kavakava, pimenta kava e raiz kava, apresenta em sua composição química ácido benzóico, ácido cinâmico, bornil-cinamato, kavalactonas, (cavaína, iangonina, diidrocavaína, metisticina) estigmasterol, dentre outros, tem sido utilizada para o tratamento da

Passiflora incarnata L., conhecida como maracujá, é uma planta que tem sido ação sedativa experimentalmente comprovada no sistema nervoso. Outras propriedades atribuídas são seus efeitos contra cólicas, epilepsia, neuralgia, neurose, etc. Entre os componentes da planta está um glicosídeo cianogênico chamada cianocarcina, foram encontrados alcalóides e flavonóides, responsável pelo efeito sedativo (PEÑA, et al., 2009).

A camomila (*Chamomilla recutita*) é uma planta herbácea, anual e aromática, originária do sul e leste da Europa, bem como do oeste asiático. Seus capítulos florais possuem óleo essencial composto por terpenos, flavonoides e outras substâncias orgânicas, essas propriedades da camomila é de interesse alimentício, cosmético e principalmente farmacológico, devido às suas ações antiinflamatória, bactericida, antisséptica, calmante, cicatrizante e antiflogística (AMARAL et al., 2014).

A *Valeriana officinalis*, conhecida popularmente como “erva-dos-gatos” é amplamente incorporada em grande número de produtos fitoterápicos devido principalmente às suas propriedades ansiolíticas. A literatura relata estudos que constataram seu efeito anticonvulsivante a partir do extrato aquoso de valeriana em um modelo experimental de epilepsia. No Brasil, é usada na medicina tradicional por seus efeitos sedativos, anticonvulsivantes, hipnóticos e atividade ansiolítica (MAIA et al., 2020).

4 CONCLUSÃO

É possível concluir que os objetivos foram atingidos, mostrando de fato um uso de diversas plantas medicinais para a ansiedade durante a pandemia do COVID-19. O uso das plantas medicinais nos dias atuais se mostra uma grande aliada da medicina moderna. Com base nos artigos permitiu ver as grandes expansões de diversidade de opções de tratamento partir das plantas medicinais, principalmente para o tema em questão.

É notório que as plantas medicinais, como qualquer medicamento, podem provocar efeitos terapêuticos, mas também efeitos adversos, principalmente se não usadas com cautela. O profissional farmacêutico possui um papel central na divulgação e orientação de plantas medicinais por meio da assistência farmacêutica e de atividades ligadas à farmácia clínica, proporcionando seu uso racional.

O estudo possibilitou fortalecer evidências sobre uso terapêutico de plantas para infecções respiratórias agudas, embora é interessante ressaltar que ainda se necessita de mais estudos acerca da temática em questão, visto que é algo ainda bastante novo e inovador.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.; RAFAELA, K. et al. Plantas medicinais no tratamento de doenças respiratórias na infância: uma visão do saber popular. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 13, núm. 3, 2012, pp. 659-666.
- ARAÚJO, A. da S. F. et al. Avaliação Do Consumo Alimentar Em Pacientes Com Diagnóstico De Depressão E / Ou Ansiedade Depression and / or Anxiety. **Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás- RRS-FESGO**, v. 03, p. 18–26, 2020.
- AMARAL, W. et al. Desenvolvimento da camomila, rendimento e qualidade do óleo essencial em diferentes idades de colheita. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 16, n. 2, p. 237–242, 2014.
- BELASCO, A. G. S.; FONSECA, C. D. Coronavírus 2020, Brasília: **Revista Brasileira de Enfermagem**, V.73, N.2, mar., 2020.
- DUARTE, A. M. et al. Saberes e práticas populares no uso de plantas medicinais em espaço urbano no sul do Brasil. **Associação Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 1, p. 27–39, 2020.
- LIMA, C. K. T.; CARVALHO, P. M. M.; LIMA, I. A. S.; NUNES, J. A. V. O.; SARAIVA, J. S.; SOUZA, R. I.; ROLIM NETO, M. L. The emotional impact of coronavirus 2019-Ncov (new Coronavirus Disease). **Psychiatry Research**, v. 287, n. e112915, 2020.
- LIMA, C. A. B. de et al. O uso das plantas medicinais e o papel da fé no cuidado familiar. **Revista Gaucha de enfermagem**, v. 37, n. spe, p. e68285, 2017.
- MATTOS, G. et al. Medicinal plants and herbal medicines in primary health care: The perception of the professionals. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3735–3744, 2018.
- PESSANHA, C. Et al. Impacto orçamentário da incorporação da claritromicina no tratamento da infecção pelo novo coronavírus. Hospital Federal Cardoso Fontes, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 2020.
- SILVA, H. P. da et al. Fostering the common good in times of COVID-19: The responsible innovation in health perspective. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, p. 1–6, 2020.

SILVA, A. A. da; SANTANA, L. B. de. Os riscos do uso de plantas medicinais durante o período gestacional: uma revisão bibliográfica. **Acta Toxicológica Argentina**, v. 26, n. 3, p. 118–123, 2018.

SILVA, Roberto Pereira da; ALMEIDA, Aila Kaliana Pereira de; ROCHA, Francisco Angelo Gurgel da. OS RISCOS EM POTENCIAL DO USO INDISCRIMINADO DE PLANTAS MEDICINAIS. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Mossoró, v. 10, n. 2, p. 1-7, ago. 2015.

SILVA, Manuela Conceição da; SOUZA, Natalia Batista de; ROCHA, Thifani dos Santos; PAIXÃO, Juliana Azevedo da; ALCANTARA, Ana Maura Carvalho Moura de. Utilização da piper methysticum (l.) E passiflora incarnata (l.) No tratamento de transtorno de ansiedade generalizada. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.L.], v. 7, n. 4, p. 959-973, 10 maio 2021.

SILVA, F.G.C.; BORGES, A.L.T. F.; OLIVEIRA, J. V. L.; PRATA, A.P.N.; PORTO, I.C.C.M; ALMEIDA, C.A.C.; SOUSA, J.S.; FREITAS, J.D.; OLIVERIA-FILHO, A. D.; REIS, F.M.P.; OLIVEIRA, R. A. G.; SILVA, S.A.S.; NASCIMENTO, T.G. Foods, nutraceuticals and medicinal plants used as complementary practice in facing up the coronavirus (covid-19) symptoms: a review. 2020.

SILVA, Alana Luisa Sampaio da; COCOLETE, Andressa Alexandre; FERREIRA, Ellen Cristina; ANTUNES, Alyne Alexandrino; GONZAGA, Rodrigo Vieira; ALMEIDA, Carlos Arthur Cardoso de; SOUSA, Jonas dos Santos; FREITAS, Johnnatan Duarte; OLIVEIRA-FILHO, Alfredo Dias de; REIS, Fernando Minervo Pimentel. Uso de plantas medicinais no tratamento de ansiedade no ambiente acadêmico. **Brazilian Journal Of Natural Sciences**, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 458-472, nov. 2020.

ZUARDI, A. W. Características básicas do transtorno de ansiedade generalizada. **Medicina (Brazil)**, v. 50, p. 51–55, 2017.

Fisioterapia

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA EM CRIANÇAS COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

Thiago Henrique Silva Lima¹ (Aluno do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: henriquethiago@gmail.com), Jose Ossian Almeida Souza Filho² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: ossian@fvj.br)

RESUMO

Introdução: O atraso de desenvolvimento neuropsicomotor é identificado como uma adversidade parcial ou completa do corpo humano em relação ao movimento, equilíbrio e coordenação motora. Contudo, o atraso do neurodesenvolvimento está relacionado à escassez dessas habilidades. **Objetivo geral:** Explorar a literatura acerca da atuação da fisioterapia em crianças com atraso de desenvolvimento neuropsicomotor. **Metodologia:** Os dados obtidos evidenciam que a estimulação precoce da fisioterapia contribuiu, de forma benéfica, na diminuição das sequelas e ganho de habilidades funcionais desses pacientes. **Considerações Finais:** A assistência da Fisioterapia na intervenção em crianças com atraso de desenvolvimento neuropsicomotor assume um papel crucial, visando estabelecer ou restabelecer as funcionalidades motoras e amenizar as sequelas, possibilitando, assim, uma melhoria da qualidade de vida dessas crianças.

Palavras-Chave: Fisioterapia. Desenvolvimento Neuromotor. Crianças.

INTRODUÇÃO

De acordo com Miranda et al. (2003) o desenvolvimento é a capacidade progressiva dos seres humanos de realizar funções cada vez mais complexas. Este processo é o resultado da interação entre espécies biológicas específicas e fatores individuais e culturais, portanto, a aquisição de novas competências não está apenas relacionada à idade da criança, mas também à sua interação com outras pessoas do grupo social, este tipo de aquisição lhes permite explorar mais e mais o mundo ao seu redor de forma independente.

MARCO TEÓRICO

O desenvolvimento psicológico, sensorial e cognitivo é essencial e também influenciado pelas pessoas ao seu redor. Embora esses fatores indiquem déficits motores neurosensoriais, essas anormalidades são difíceis de detectar durante os primeiros quatro meses de vida ectópica, este período é caracterizado pela variabilidade do comportamento infantil, bem como pela instabilidade da tensão muscular, postura e atividades reflexas e capacidade funcional (BRITO et al., 2011).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2020 a maio de 2021, nas bases de dados Medline, Physiotherapy Evidence Database (PEDro) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como critérios elegibilidade foram determinados como requisitos para inclusão periódicos no lapso temporal de 2016 a 2021, nas línguas inglês e português, do tipo ensaio clínico, publicados na íntegra e gratuitos. Optou-se por excluir publicações de trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações e teses, periódicos duplicados, revisões sistemáticas com ou sem metanálise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que algumas intervenções tiveram um efeito significativo mais do que outras, tanto no equilíbrio como nas habilidades neuromotoras. O estudo de Ansari et al. (2020) incluiu crianças com transtornos do espectro do autismo e atraso no desenvolvimento neuromotor. Um total de 30 crianças foram divididas em dois grupos, um grupo de controle, outro de intervenção; o grupo de intervenção recebeu treinamento de natação e exercícios de caratê, cujo objetivo central é o desenvolvimento neuromotor pessoal, que está diretamente relacionado ao equilíbrio e marcha dos participantes. A intervenção durou 10 semanas, duas vezes por semana, 60 minutos cada vez. Observou-se que o grupo intervenção teve uma melhora significativa nos fatores relacionados ao desenvolvimento motor, exceto nas técnicas de caratê, que indicaram melhora nos problemas de equilíbrio individual. Clark et al. (2020), implementou intervenção motora consciente para crianças com transtorno do espectro do autismo, transtorno de hiperatividade e paralisia cerebral em crianças com transtornos do desenvolvimento motor de 6 a 12 anos. Participaram do estudo 34 participantes, divididos em dois grupos, o grupo controle e grupo intervenção, foram divididos aleatoriamente, o grupo intervenção recebeu um programa de exercícios que visa melhorar a consciência corporal e realiza exercícios respiratórios duas vezes por semana, por 60 minutos, em 10 semanas. Constatou-se que o programa retarda direta e efetivamente o desenvolvimento neuromotor, que está relacionado à melhora do equilíbrio e da força. Em um estudo realizado por Cavalcante Neto, Steenbergen e Tudella (2019), intervenções práticas baseadas em realidade virtual foram observadas em crianças com distúrbios do desenvolvimento da coordenação e alteração do desenvolvimento neuromotor. A amostra foi composta por 44 participantes, com idades entre 7 e 10 anos, divididos em dois grupos, grupo controle e grupo intervenção. O grupo de intervenção usou consoles de videogame Nintendo Wii para exercícios de realidade virtual ativa por 60 minutos, duas vezes por semana, durante 10 semanas. Compreendeu-se que os atrasos referentes ao desenvolvimento neuromotor foram reduzindo nos participantes que fizeram o uso da gameterapia.

CONCLUSÃO

Como explanado pode-se compreender que as técnicas de fisioterapia e a devida atuação desta promoveram eficácia direta na atenuação do atraso do desenvolvimento motor de crianças. Isso no caso do maior público dos estudos, que foram os autistas e os portadores de paralisia cerebral. Deve-se salientar que as técnicas com maior poder de eficácia foram os programas de exercícios resistidos e fortalecimento.

REFERÊNCIAS

ANSARI, S. *et al.* The Effects of Aquatic Versus Kata Techniques Training on Static and Dynamic Balance in Children with Autism Spectrum Disorder. **Journal Of Autism And Developmental Disorders**, [S.L.], v. 51, n. 9, p. 3180-3186, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33206268/>. Acesso em: 22 maio 2020.

BRITO, C. M. L. *et al.* Desenvolvimento neuropsicomotor: o teste de denver na triagem dos atrasos cognitivos e neuromotores de pré-escolares. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 27, n. 7, p. 1403-1414, jul. 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21808824/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CAVALCANTE NETO, J. L; STEENBERGEN, B; TUDELLA, E. Motor intervention with and without Nintendo® Wii for children with developmental coordination disorder: protocol for a randomized clinical trial. **Trials**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 1-12, dez. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31888736/>. Acesso em: 22 maio 2020.

CLARK, D. *et al.* Subtle Motor Signs as a Biomarker for Mindful Movement Intervention in Children with Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder. **Journal Of Developmental & Behavioral Pediatrics**, [S.L.], v. 41, n. 5, p. 349-358, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32555070/>. Acesso em: 22 maio 2020.

MIRANDA, L. P. *et al.* A criança e o adolescente com problemas do desenvolvimento no ambulatório de pediatria. **Jornal de Pediatria**, [S.L.], v. 79, n. 1, p. 33-42, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/mQ9rhQQXrtFjQTkCpJdyHjD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2020.

EFEITOS DO FORTALECIMENTO MUSCULAR EM PACIENTES COM OSTEOARTRITE DE JOELHO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Mayara Maria de Lima Silva¹ (Aluna do curso 65 da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: mayara_otaku@hotmail.com), José Ossian Almeida Souza Filho² (Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: ossian@fvj.br)

RESUMO

A osteoartrite (OA) é uma patologia que acontece em diferentes faixas etárias, sendo ela caracterizada pelo desgaste da cartilagem articular. As articulações do joelho e do quadril são as articulações de sustentação de peso mais comumente afetadas. Devido a isso, a OA tem impacto relevante no indivíduo, principalmente nos idosos. O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura acerca dos efeitos do fortalecimento muscular em pacientes com osteoartrite de joelho. O presente estudo caracterizou-se como sendo uma revisão integrativa da literatura. Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados dos indexadores PEDro, Pubmed e Cochrane Library. Os critérios de elegibilidade foram: artigos publicados a partir de 2015, na língua portuguesa e/ou inglesa, publicados na íntegra e gratuitos, bem como artigos do tipo ensaios clínicos randomizados. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, teses de dissertação de mestrado e doutorado; anais de congressos e conferências; relatórios técnicos e científicos; cartas ao editor; artigos científicos incompletos. Foram usados os seguintes descritores: Osteoarthritis, Knee [Mesh]; Muscle Strengthening. 9 artigos compuseram a amostra total utilizada no trabalho. A variação de idade dos participantes dos artigos encontrados foi entre 40-80 anos, sendo as mulheres predominantes. Na abordagem fisioterapêutica, foram utilizados diferentes métodos de exercício que estimulassem a contração muscular. Exercícios aeróbicos, como ciclismo ou caminhada, bem como exercícios direcionados ao fortalecimento de músculos específicos e à flexibilidade muscular. Estudos que investigam os efeitos do fortalecimento muscular em pacientes com OA se concentram, principalmente, no quadríceps. Pode-se inferir que o fortalecimento muscular apresenta efeitos significativamente positivos quando utilizado no tratamento de pacientes com osteoartrite de joelho. Nesse ínterim, o papel do fisioterapeuta é de suma importância, uma vez que este atua no alívio da dor, na melhoria funcional, na amplitude de movimento do joelho, na marcha e na qualidade de vida do indivíduo com a patologia referida.

Palavras-chave: "Osteoarthritis, Knee". Muscle Strengthening.

INTRODUÇÃO

A osteoartrite (OA) é uma patologia que acontece em diferentes faixas etárias, sendo ela caracterizada pelo desgaste da cartilagem articular. Vários fatores de risco intrínsecos e extrínsecos estão relacionados à OA, tais como idade, sobrepeso, sexo, fatores genéticos, cargas articulares ocupacionais etc. As articulações do joelho e do quadril são as articulações de sustentação de peso mais comumente afetadas. Devido a isso, a OA tem impacto relevante no indivíduo, principalmente nos idosos. A primeira linha de tratamento para OA envolve exercícios, educação e perda de peso, se aplicável. Os exercícios de fortalecimento de joelho demonstram reduzir o avanço das alterações radiográficas do membro, com isso, melhorando as atividades diárias ou de ocupação do indivíduo. Uma variedade de exercícios foi proposta na literatura para tratar OA, incluindo exercícios aeróbicos, como ciclismo ou caminhada, bem como exercícios direcionados ao fortalecimento de músculos específicos e à flexibilidade muscular. Estudos que investigam os efeitos do fortalecimento muscular em pacientes com OA se concentram, principalmente, no quadríceps, contribuindo para o alívio da dor, melhorando a função corporal bem como a qualidade de vida dos pacientes, além de retardar a

progressão da doença. O objetivo do trabalho foi revisar a literatura acerca dos efeitos do fortalecimento muscular em pacientes com osteoartrite de joelho.

METODOLOGIA

Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados nos seguintes indexadores: PEDro (Physiotherapy Evidence Database), Pubmed (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica) e Cochrane Library. Foram usados os seguintes descritores: Osteoarthritis, Knee [Mesh]; Muscle Strengthening. Os critérios de elegibilidade foram: artigos publicados a partir de 2015, na língua portuguesa e/ou inglesa, publicados na íntegra e gratuitos, bem como artigos do tipo ensaios clínicos randomizados. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, teses de dissertação de mestrado e doutorado; anais de congressos e conferências; relatórios técnicos e científicos; cartas ao editor; artigos científicos incompletos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A variação de idade dos participantes dos artigos encontrados foi entre 40-80 anos, em geral sendo as mulheres predominantes. Na abordagem fisioterapêutica foram utilizados diferentes métodos de exercício que estimulassem a contração muscular. Isocinéticos, que têm como objetivo melhorar a força e a resistência muscular, são obtidos pela ação muscular onde a velocidade angular é constante durante toda a amplitude de movimento; isotônicos são os que produzem contrações que proporcionam os movimentos corporais, ou seja, são os realizados para movimentar o corpo; isométricos são aqueles onde o músculo desenvolve tensão, porém não há alteração em seu comprimento externo (o músculo se contrai e produz força sem nenhuma alteração macroscópica no ângulo da articulação). Diante das informações expressadas anteriormente, pode-se inferir que o fortalecimento muscular apresenta efeitos significativamente positivos quando utilizado no tratamento de pacientes com osteoartrite de joelho. Nesse ínterim, o papel do fisioterapeuta é de suma importância, uma vez que este atua no alívio da dor, na melhoria funcional, na amplitude de movimento do joelho, na marcha e na qualidade de vida do indivíduo com a patologia referida. Ademais, o tratamento convencional se mostrou eficaz, podendo haver implementação de outros exercícios dependendo do grau de gravidade da OA de joelho em que o paciente se encontra e da sua tolerância ao exercício, a critério do fisioterapeuta.

REFERÊNCIAS

ÇAKIR, T. et al. Isokinetic Exercise Improves Concentric Knee Flexion Torque Better Than Isometric Exercise in Patients with Advanced Osteoarthritis. **Isokinetics and Exercise Science**. v. 24, n. 1, p. 7-15. 2016. Disponível em: <<https://www.cochranelibrary.com/central/doi/10.1002/central/CN-01141811/full>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DEVITA, P. et al. Quadriceps-strengthening exercise and quadriceps and knee biomechanics during walking in knee osteoarthritis: A two-centre randomized controlled trial. **Clinical biomechanics**. v. 59, p. 199-206. 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30273922/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GOHIR, S. A. et al. Evaluating the efficacy of Internet-Based Exercise programme Aimed at Treating knee Osteoarthritis (iBEAT-OA) in the community: a study protocol for a randomised controlled trial. **BMJ Open**. v. 9, n. 10, e030564. 2019. Disponível em: <<https://bmjopen.bmj.com/content/bmjopen/9/10/e030564.full.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HALL, M. et al. Knee extensor strength gains mediate symptom improvement in knee osteoarthritis: secondary analysis of a randomised controlled trial. **Osteoarthritis Cartilage**. v. 26, n. 4, p. 495-500. 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29427725/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

HERNANDEZ, D. et al. Efficacy of core exercises in patients with osteoarthritis of the knee: A randomized controlled clinical trial. **Journal of bodywork and movement therapies**. v. 23, n. 4, p. 881-887. 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31733777/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

EFEITOS DA MANIPULAÇÃO EM PACIENTES COM DOR LOMBAR: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Gilmara da Silveira Silva¹ (Discente do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: gilmara.silva@fvj.br, José Ossian Almeida Souza Filho² (Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: ossian@fvj.br)

RESUMO

Introdução: A dor lombar é uma condição musculoesquelética que afeta pessoas em todo o mundo, a qual é responsável por gerar altos custos para a saúde, uma vez que pode provocar quadros de incapacidade funcional. Dentre os profissionais envolvidos na reabilitação de indivíduos com tal condição está o fisioterapeuta, considerado essencial nesse processo, atuando desde o aparecimento dos primeiros sinais e sintomas. Como parte das técnicas adotada por tal profissional está a manipulação quiroprática, técnica da quiropraxia utilizada para a intervenção no tratamento da dor lombar, a qual propõe melhoria deste quadro algíco e na mobilidade da coluna vertebral, por meio de movimentos rápidos e de pequena amplitude. Partindo-se deste pressuposto, se fomentou a necessidade de investigar evidências científicas que discorressem a respeito dos efeitos da manipulação na redução da dor em pacientes com dor lombar, salientando as particularidades dos mecanismos de tratamento. **Objetivo:** revisar a literatura acerca dos efeitos da manipulação em pacientes com dor lombar. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, na qual realizou-se uma busca nos indexadores PEDro, PUBMED e Cochrane, utilizando os descritores em inglês *manipulation chiropractic AND low back pain*. Os critérios de elegibilidade utilizados foram: estudos publicados entre 2016 a 2021, na língua inglesa, do tipo ensaio clínico randomizado, e que atingissem nota igual ou superior a 4 na escala PEDro. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado, anais de congressos e conferências, relatórios técnicos e científicos, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, estudos exploratórios, observacionais, transversais, revisão de literatura, relatos de casos, bem como estudos duplicados, *pré-prints* e protocolos de ensaios clínicos. **Resultados:** Foram identificados 538 artigos, dos quais 4 foram selecionados e incluídos no presente estudo. Foi possível observar que, a curto prazo, a manipulação não se mostrou mais eficaz que nenhum outro tipo de acompanhamento, exceto quando comparada à tração ou ao placebo, onde a técnica apresentou um resultado semelhante, quanto à melhoria da intensidade da dor em pacientes com lombalgia. **Conclusão:** pode-se concluir que a eficácia da técnica e seu real impacto, quando utilizada como intervenção no tratamento da dor lombar, não ficou evidente. Desse modo, faz-se necessário que mais estudos relacionados à temática sejam desenvolvidos, avaliando, também, os efeitos a longo prazo, através da aplicação de metodologias com um padrão de qualidade mais elevado para que sejam obtidos desfechos cada vez mais fidedignos.

Palavras-chave: Dor Lombar. Manipulação Quiroprática.

INTRODUÇÃO

A dor lombar é uma dor de origem musculoesquelética que se estende desde a última costela até a dobra glútea, sendo considerada, também, como tensão ou rigidez muscular, capaz de atingir um ou ambos os membros inferiores e manifestar indicadores neurológicos, tais como formigamento e parestesia.

Existem duas classificações comuns a dor lombar, sendo elas quanto a duração, aguda, subaguda e crônica e quanto a causa, específica ou inespecífica.

Além de ser uma condição mundialmente frequente ela incide de forma mais recorrente em adultos jovens, provocando custos elevados para a saúde e afastamentos no trabalho.

O fisioterapeuta é um dos profissionais mais capacitados e recomendados a fazer parte processo de recuperação de indivíduos com esse tipo de dor, e suas principais abordagens são aplicação da estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), Método McKenzie, alguns tipos de exercícios, bem como a manipulação e mobilização da coluna vertebral.

Partindo-se deste pressuposto, se fomentou a necessidade de investigar evidências científicas que discorressem a respeito dos efeitos da manipulação na redução da dor em pacientes com dor lombar, enfatizando as particularidades dos mecanismos de tratamento. O objetivo do trabalho foi revisar a literatura acerca dos efeitos da manipulação em pacientes com dor lombar.

MARCO TEÓRICO

A manipulação é uma técnica da quiropraxia, que é um recurso terapêutico manual desenvolvido por David D. Palmer, que propõe alívio da dor em afecções vertebrais por meio de correções vertebrais realizados de forma rápida em uma amplitude reduzida. A quiropraxia mostra ser um recurso de baixo custo-benefício que sugere que afecções inflamatórias podem ser amenizadas através desses ajustes manuais.

METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como pertencente ao método revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativo, que é um procedimento vasto que permite a coleta de muitas informações e possibilita um discernimento integral do fato que está sendo examinado, promovendo associação de informações bibliográficas teóricas e práticas (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A pesquisa ocorreu entre agosto e novembro de 2021, por meio de buscas nas bases de dados Physiotherapy Evidence Database (PEDro), MEDLINE (por meio da via de acesso Pubmed) e Cochrane, utilizando os seguintes descritores elegidos do Medical Subject Headings (MeSH): Low Back Pain, Manipulation Chiropratic. Foi utilizado o operador booleano do tipo *and* e a combinação: Low Back Pain AND Manipulation Chiropratic.

Os critérios de elegibilidade foram: estudos publicados entre 2016 a 2021, na língua inglesa, do tipo ensaio clínico randomizado, e que atingissem nota igual ou superior a 4 na escala PEDro. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos de conclusão de cursos, anais de congressos e conferências, relatórios técnicos e científicos, cartas ao editor, artigos científicos incompletos, estudos exploratórios, observacionais, transversais, revisão de literatura, relatos de casos, bem como estudos duplicados, *pré-prints* e protocolos de ensaios clínicos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram identificados um total de 538 artigos, dos quais 4 foram selecionados e incluídos de acordo com os critérios citados anteriormente, sendo um estudo nota 4 e três estudos com nota 8 que serão descritos, respectivamente, a seguir.

Conforme o estudo desenvolvido por Ward, Tyer e Pourmoghaddam (2018), que buscou investigar os efeitos imediatos da manipulação na dor, alcance funcional, equilíbrio estático e biomecânica da marcha em indivíduos com dor lombar aguda, com 68

participantes, comparando uma única sessão de manipulação versus nenhuma manipulação mostrou que o grupo manipulação teve um efeito superior ao outro na intensidade da dor e no comprimento do passo.

De acordo com o estudo elaborado por Loss et al (2020) que investigou os efeitos imediatos da manipulação na sensibilidade à dor e no controle postural em indivíduos com dor lombar inespecífica, com 24 participantes, comparando uma única sessão de manipulação versus manipulação simulada mostrou que ambos os grupos tiveram efeitos positivos na redução da dor, contudo sem diferença significativa sugerindo que a manipulação teve um efeito semelhante ao placebo.

Conforme o estudo realizado por Eklund et al (2018) que se propôs a investigar a eficácia da manipulação versus tratamento guiado por sintomas, com 328 participantes com lombalgia inespecífica e que respondessem bem a um tratamento quiroprático antecipado de quatro sessões, que comparou 12 meses de atendimentos com manipulação versus 12 meses de tratamento guiado por sintomas apontou que o grupo que recebeu a manipulação mostrou uma melhoria na redução da dor, quando comparado ao grupo controle. Contudo, isso poderia ser justificado pelo fato de que os indivíduos do primeiro grupo haveriam recebido mais atendimentos do que o último.

De acordo com o estudo de XIA et al (2016) que se dispôs a investigar os efeitos da manipulação quiroprática, com e sem impulso, em indivíduos com dor lombar subaguda e crônica, com 192 participantes, que comparou quatro sessões de manipulação versus quatro sessões com tração, versus o grupo lista de espera que não recebeu nenhum acompanhamento. O desfecho foi que os grupos de manipulação, com e sem impulso, apresentaram resultados superiores, em relação ao grupo lista de espera, na dor e incapacidade a curto prazo. Contudo, não houveram diferenças significativas entre os mesmos, quando comparados entre si.

Foi possível observar que, a curto prazo, a manipulação não se mostrou mais eficaz que nenhum outro tipo de acompanhamento, exceto quando comparada à tração ou ao placebo, onde a técnica apresentou um resultado semelhante, quanto à melhoria da intensidade da dor em pacientes com lombalgia. Pode-se concluir que a eficácia da técnica e seu real impacto, quando utilizada como intervenção no tratamento da dor lombar, não ficou evidente. Desse modo, faz-se necessário que mais estudos relacionados à temática sejam desenvolvidos, avaliando, também, os efeitos a longo prazo, através da aplicação de metodologias com um padrão de qualidade mais elevado para que sejam obtidos desfechos mais confiáveis.

REFERÊNCIAS

EKLUND, A. et al. The nordic maintenance care program: effectiveness of chiropractic maintenance care versus symptom-guided treatment for recurrent and persistent low back pain – A pragmatic randomized controlled trial. **PLoS One**, v. 13, n. 9, p. 1-20. 2018. Disponível em: <<https://search.pedro.org.au/search-results/record-detail/54962>>. Acesso em 16 out. 2021.

LOSS, J. F. et al. Immediate effects of a lumbar spine manipulation on pain sensitivity and postural control in individuals with nonspecific low back pain: a randomized controlled trial. **Chiropractic & Manual Therapies** v. 3, n. 28, p. 25. 2020. Disponível em: <<https://search.pedro.org.au/search-results/record-detail/62038>>. Acesso em 12 nov. 2021.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R.. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>>. ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 29 out. 2021.

WARD, J.; TYER, K.; POURMOGHADDAM, A. Immediate influence of lumbar spine manipulation on pain, functional reach, static balance, and walking gait kinematics of individuals with acute low back pain. **Chiropractic Journal of Australia**, v. 46, n. 2, p. 135-150. 2018. Disponível em: ><https://search.pedro.org.au/search-results/record-detail/54051>>. Acesso em 15 out. 2021.

XIA, T. et al. Similar effects of thrust and nonthrust spinal manipulation found in adults with subacute and chronic low back pain [with consumer summary]. **Spine**, v. 41, n. 12, p. 702-709. 2016. Disponível em: <<https://search.pedro.org.au/search-results/record-detail/49783>>. Acesso em: 15 out. 2021.

BENEFÍCIOS DO USO DA BOLA SUIÇA NO TRABALHO DE PARTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

BENEFITS OF USING THE SWISS BALL IN LABOR: AN INTEGRATIVE REVIEW

Andréia Nunes Lima¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: andreia.lima@fvj.br), Kariza Lopes Barreto² (Orientadora – Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

A bola suíça ou a bola do nascimento, vem sendo introduzidas nas maternidades com intuito de proporcionar as parturientes alívio das tensões, uma melhora na postura e um relaxamento, promovendo uma melhor experiência e fazendo com que a mesma esteja participativa durante o trabalho de parto. A bola se torna viável para as instituições por ser um material de baixo custo, reutilizável e uma opção não farmacológica. O presente estudo tem como objetivo mensurar a importância do uso da bola suíça no processo de trabalho de parto. Este estudo caracterizar-se como sendo uma pesquisa que seguiu os preceitos de um estudo integrativo, por meio de uma revisão bibliográfica, no qual a busca dos artigos ocorreu de forma online, priorizando ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas com ou sem metanálise. Toda pesquisa sobre a temática foi realizada nas bases de dados PubMed, PEDro (Physiotherapy Evidence Database), Cochrane e o LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Foram encontrados 1.799 artigos relacionados ao tema, porém, após análise amostra constituiu-se de 07 artigos para a construção do estudo, sendo 1 do PEDro, 4 do LILACS e 2 da PubMed. Assim mediante ao foi evidenciado, a literatura mostra que o uso da bola suíça durante o trabalho é uma importante ferramenta não farmacológica, acarretando na diminuição da dor, adoção de posturas verticais e na progressão do parto.

Palavras – chave: Trabalho de parto. Modalidades da Fisioterapia e Saúde da Mulher.

INTRODUÇÃO

A bola suíça ou a bola do nascimento, vem sendo introduzidas nas maternidades com intuito de proporcionar as parturientes alívio das tensões, uma melhora na postura e um relaxamento, promovendo uma melhor experiência e fazendo com que a mesma esteja participativa durante o trabalho de parto. A bola se torna viável para as instituições por ser um material de baixo custo, reutilizável e uma opção não farmacológica. O presente estudo tem como objetivo mensurar a importância do uso da bola suíça no processo de trabalho de parto.

METODOLOGIA

Este estudo caracterizar-se como sendo uma pesquisa que seguiu os preceitos de um estudo integrativo, por meio de uma revisão bibliográfica, realizada entre os meses de agosto à dezembro de 2021, no qual a busca dos artigos ocorreu de forma online, priorizando ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas com ou sem metanálise, com os descritores: *Trabalho de Parto, Modalidades da Fisioterapia, Saúde da Mulher*. Toda pesquisa sobre a temática foi realizada nas bases de dados PubMed, PEDro (Physiotherapy Evidence Database), Cochrane e o LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram encontrados 1.799 artigos relacionados ao tema, porém, após análise amostra constituiu-se de 07 artigos para a construção do estudo, sendo 1 do PEDro, 4 do LILACS e 2 da PubMed. Com base nos artigos lidos, notou-se que o uso da bola suíça é imprescindíveis durante o trabalho de parto e que a associação de exercícios com a bola Suíça, foi a mais eficaz no momento do parto, acarretando benefícios para a parturiente como, reduzir a dor, incentivar a parturiente adotar posturas verticais e na progressão do parto. Conclui-se que o uso da bola suíça durante o trabalho é uma importante ferramenta não farmacológica.

REFERÊNCIAS

- GOIS, F.L.M.; V, J.B.B; F, L.A.L. O uso da bola suíça no alívio da dor no trabalho de parto: revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e 50973783, 2020.
- NUNES, G.S.; S, P.C.; V, D.S. Recursos fisioterapêuticos para o alívio da dor no trabalho de parto. **Revista faipe**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 90-99, July 2017.
- OLIVEIRA, B.S. **Atuação da fisioterapia em obstetrícia: uma análise do grau de conhecimento das gestantes brasileiras**. 2018. 27 P. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Fisioterapia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

Nutrição

OS EFEITOS DO β -GLUCANO DA AVEIA NO CONTROLE GLICÊMICO DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 2: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nádia do Nascimento Oliveira¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: nadia.oliveira@fvj.br), Paloma Kathleen Moura Melo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.melo@fvj.br).

RESUMO

As recomendações dietéticas propõem o consumo de fibras no tratamento da DM2, dentre elas, o beta-glucano vem sendo observado pelos seus efeitos de alterar as concentrações de glicemia. Assim, este estudo teve como objetivo analisar os efeitos do β -glucano da aveia no controle glicêmico de pacientes com diabetes *mellitus* tipo 2. Foram pesquisados nas bases de dados PubMed, BIREME e SciELO ensaios clínicos randomizados que relataram os efeitos do β -glucano da aveia no controle glicêmico de pacientes com DM2 até novembro de 2021. Os critérios de busca foram os termos “*type 2 diabetes*”, “*beta glucan*”, “*oat*” e “*glucose*” nos idiomas inglês e português. Foram encontrados 636 estudos, dos quais foram selecionados 3 ensaios clínicos randomizados para esta revisão de literatura, contando ao todo com 378 participantes, do sexo feminino e masculino, com idade variando entre 44 a 75 anos de idade. Em síntese, alguns estudos não encontraram efeitos significativos do beta-glucano da aveia nos parâmetros glicêmicos de diabéticos tipo 2, em contrapartida, outro estudo mostrou diminuição significativa de glicose plasmática de jejum, glicose plasmática pós-prandial, hemoglobina glicada e HOMA-IR. Portanto, o uso do beta-glucano da aveia mostrou-se como uma estratégia nutricional que pode auxiliar no controle glicêmico de diabéticos tipo 2 quando associado a uma dieta saudável.

Palavras-chave: Diabetes tipo 2. Beta-glucano da aveia. Glicemia.

INTRODUÇÃO

Para tratamento da DM2 a terapia nutricional é fundamental, sendo necessárias intervenções dietéticas que auxiliem em um controle eficaz (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 2021). Os efeitos dos beta-glucanos na glicose sanguínea são atribuídos a propriedade de tornar-se viscoso no trato gastrointestinal, entretanto isso tem influência de vários fatores que podem alterar essa ação. (HENRION et al, 2019). Entretanto, são necessárias pesquisas para analisar a eficácia de seus efeitos nos parâmetros bioquímicos relacionados ao controle da DM2. Portanto, este estudo buscou revisar na literatura ensaios clínicos randomizados acerca dos efeitos do uso do beta-glucano da aveia no controle glicêmico de pacientes com diabetes mellitus tipo 2.

METODOLOGIA

Este estudo foi uma revisão de literatura de Ensaio Clínicos Randomizados. Os bancos de dados PubMed, BIREME e SciElo foram pesquisados para encontrar ensaios clínicos randomizados que relatassem os efeitos do beta-glucano da aveia no controle glicêmico de pacientes diabéticos tipo 2, da literatura existente até novembro de 2021. Foi utilizada a estratégia PICOS para a seleção de palavras-chaves, em que a população é representada por adultos com diabetes tipo 2, a intervenção sendo o uso do beta-glucano da aveia, o comparador como grupo controle, o desfecho sendo o controle glicêmico e o tipo de estudo sendo os ensaios clínicos randomizados. A pesquisa foi realizada com os termos determinados através dos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS), no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e do Medical

Subject Headings (MeSH), no idioma inglês foram “type 2 diabetes”, “beta glucan”, “oat” e “glucose” e suas respectivas traduções em português: “diabetes tipo 2”, “beta glucano”, “aveia” e “glicose”, com os operadores booleanos “AND” e “OR”. Assim ficaram as strings completas: (type 2 diabetes) AND (beta glucan) OR (oat) AND (glucose); (diabetes tipo 2) AND (beta glucano) OR (aveia) AND (glicose). Critérios de Inclusão foram: ensaios clínicos randomizados; participantes com diabetes mellitus tipo 2 independentemente de sexo, nacionalidade, anos de duração do diabetes ou IMC; participantes maiores de 18 anos; intervenção com beta-glucano da aveia suplementado ou com uma dieta enriquecida de aveia ou farinha de aveia ou produtos que continham aveia; relatar pelo menos um dos parâmetros usados para avaliar mudanças de glicose no sangue como hemoglobina glicada (HbA1c), glicose de jejum, glicose pós-prandial, insulina de jejum ou homa-ir. Critérios de exclusão foram: participantes gestantes ou com diabetes tipo 1 analisados de forma conjunta; participantes tratados com nutrição enteral ou parenteral; estudos que não estavam disponíveis na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos foram selecionados no mês de novembro de 2021 e foram encontrados 636 estudos através dos descritores escolhidos, sendo 500 resultados da PubMed, 135 resultados da BIREME e 1 resultado da SciELO. Dos 636 artigos, foram excluídos 67 estudos que estavam duplicados, restando 569 artigos para leitura de título. Após isso, 30 artigos foram selecionados para a leitura de resumos, que se reduziram a 14 artigos para leitura completa, dos quais foram excluídos 11 por não estarem de acordo com os critérios propostos. Por fim, restaram 3 artigos que foram incluídos na revisão. Um ensaio paralelo cego, controlado por placebo e randomizado, com 53 participantes, tinha como intervenção uma sopa pronta para consumo congelada e enriquecida com 3,5 g/d e um concentrado de aveia solúvel de beta-glucano, por um período de 2 meses. Os resultados mostraram que a HbA1c e a glicose de jejum não foram reduzidas em nenhum grupo, pelo contrário, houve um leve aumento na glicemia de jejum, que pode estar relacionada a uma pequena diminuição do consumo de fibras das pessoas durante a intervenção. (CUGNET-ANCEAU *et al.*, 2009). Outro estudo cruzado e randomizado, com 27 voluntários, tinha como intervenção aconselhamento dietético e dieta modificada, por um período de 8 semanas consecutivas cada um. O aconselhamento era baseado em recomendações de alimentação saudável e a dieta era enriquecida com produtos de aveia comerciais. Esses produtos deviam substituir uma parte dos carboidratos de cada refeição de modo que contabilizassem de 60 a 100 g de aveia por dia (MCGEOCH *et al.*, 2013). Como resultado, não obtiveram efeitos significativos de controle glicêmico, apesar de que a ingestão média de aveia foi superior a 100 g/dia. Entretanto, não houve diferenças na ingestão de energia, nos macronutrientes, na carga glicêmica e no índice glicêmico. Assim, percebe-se que a constância do índice glicêmico, bem como a permanência da quantidade geral de fibras da dieta, podem ser responsáveis pelos resultados bioquímicos não significativos, uma vez que com o seu uso seria esperado que esses dois fatores melhorassem (MCGEOCH *et al.*, 2013). No entanto, um estudo mais recente apontou melhorias nos resultados glicêmicos. Eles realizaram um estudo, com 298 participantes que tinham DM2 e sobrepeso, divididos em quatro grupos: grupo de cuidado usual, que foi o grupo de; grupo de dieta saudável, que recebeu uma dieta com baixo teor de gordura e fibras (“dieta saudável”); grupo de 50 g de aveia e grupo de 100 g de aveia, que receberam a “dieta saudável” com a mesma quantidade de cereais substituída por 50 g e 100 g de aveia integral, respectivamente. Também houve educação nutricional e treinamento aos três grupos de intervenção (LI *et al.*, 2016). As intervenções dos três grupos promoveram uma redução significativa de glicose plasmática de jejum, glicose plasmática pós-prandial de 2h e HbA1c, enquanto uma diminuição significativa no HOMA-IR foi observada no grupo de

50 g de aveia e no grupo de 100 g de aveia (LI *et al.*, 2016). Ele também mostrou que a ingestão de aveia quando associada a uma dieta saudável com baixa quantidade de gordura e alta quantidade de fibras teve efeitos benéficos no metabolismo de glicose em indivíduos com DM2 e sobrepeso. Os efeitos encontrados foram relacionados com o beta-glucano proveniente da aveia, pelas suas propriedades de se tornar viscoso, dificultar a digestão dos carboidratos e diminuir a ingestão de alimentos pela saciedade que provoca, dessa forma auxiliando no controle glicêmico de diabéticos tipo 2 (LI *et al.*, 2016).

CONCLUSÃO

Conclui-se a partir dos estudos revisados que o beta-glucano da aveia pode ajudar no controle glicêmico dos pacientes com DM2 quando associado a uma alimentação saudável, independente do gênero, uma vez que promoveu mudanças significativas de glicemia em vários exames, tanto a curto como a longo prazo, mostrando-se como uma intervenção dietética que pode ser implementada. Por fim, sugere-se a realização de mais estudos com essa população, que avaliem variáveis associadas ao uso do beta-glucano da aveia, de forma que os efeitos do beta-glucano possam ser potencializados.

REFERÊNCIAS

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. 2. Classification and Diagnosis of Diabetes: Standards of Medical Care in Diabetes—2021. **Diabetes Care**, v. 44, n. Supplement 1, p. S15-S33, 2021.

CUGNET-ANCEAU, C. et al. A controlled study of consumption of β -glucan-enriched soups for 2 months by type 2 diabetic free-living subjects. **British journal of nutrition**, v. 103, n. 3, p. 422-428, 2010.

HENRION, M. et al. Cereal B-glucans: the impact of processing and how it affects physiological responses. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1729, 2019.

LI, X. et al. Short-and long-term effects of wholegrain oat intake on weight management and glucolipid metabolism in overweight type-2 diabetics: a randomized control trial. **Nutrients**, v. 8, n. 9, p. 549, 2016.

MCGEOCH, S. C. et al. A randomized crossover study to assess the effect of an oat-rich diet on glycaemic control, plasma lipids and postprandial glycaemia, inflammation and oxidative stress in Type 2 diabetes. **Diabetic medicine**, v. 30, n. 11, p. 1314-1323, 2013.

O EFEITO DOS PROBIÓTICOS NAS INTERCORRÊNCIAS INTESTINAIS EM ADULTOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Meryellen Ferreira da Fonseca Silva¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: meryellen.fonseca@fvj.br), Paloma Katlheen Moura Melo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.melo@fvj.br).

RESUMO

A microbiota gastrointestinal é constituída por microrganismos que podem sofrer alterações com a alimentação, estilo de vida e exposição ao uso de antibióticos. Os probióticos são microrganismos vivos capazes de manter a microbiota intestinal saudável, de forma benéfica ao seu consumidor, sem causar nenhum dano a flora intestinal. O objetivo deste estudo foi analisar o efeito dos probióticos nas intercorrências intestinais em adultos, através de uma revisão de literatura com base em ensaios clínicos randomizados relacionados ao efeito dos probióticos nas doenças intestinais. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed e Bireme com artigos nos idiomas português e inglês. Os termos utilizados na pesquisa segundo os descritores (DeCS) foram: "Probiotics", "Diseases", "Gut Microbiota" e "Adults" que resultaram em 748 estudos. Após a seleção dos estudos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, 4 estudos foram incluídos nesta revisão. De acordo com os estudos analisados, foi possível concluir que a utilização de probióticos na prevenção e tratamento de intercorrências intestinais contribuiu para a regulação da flora intestinal dos pacientes e na diminuição dos sintomas das doenças inflamatórias intestinais e da síndrome do intestino irritável.

Palavras- chave: Microbiota intestinal. Doenças intestinais. Probióticos.

INTRODUÇÃO

A microbiota gastrointestinal é constituída por microrganismos que podem sofrer alterações com a alimentação, estilo de vida e exposição ao uso de antibióticos. Uma dieta hipercalórica, o estresse, o sedentarismo, a obesidade e o uso contínuo de antibióticos são as causas mais comuns de doenças intestinais. Nesse sentido, a regulação da flora intestinal pode ser mediada pelo uso de probióticos que atuam em amplamente em diferentes doenças, favorecendo o tratamento e a recuperação dos pacientes. (WILKINS; SEQUOIA, 2017). Os probióticos são microrganismos vivos capazes de manter a microbiota intestinal saudável, de forma benéfica ao seu consumidor, sem causar nenhum dano a flora intestinal. São utilizados para reduzir os sintomas de patógenos e micróbios que causam infecções do trato gastrointestinal, aumentando o número de bactérias benéficas no intestino e reduzindo o número de bactérias capazes de causar doenças intestinais. (KIM et al., 2019). As doenças inflamatórias intestinais também estão relacionadas à microbiota, e são caracterizadas pela inflamação intestinal que podem causar sintomas como dores abdominais, perda de peso, constipação, náuseas e diarreia. As doenças mais comuns classificadas como doenças inflamatórias intestinais são a Colite ulcerativa e a doença de Crohn. (LLOYDE-PRICE et al., 2019). Uma dieta aliada a suplementação de probióticos tem o papel de restaurar e equilibrar a flora intestinal, melhorando os sintomas das doenças inflamatórias intestinais e aumentando os níveis de nutrientes que auxiliam na redução dos processos inflamatórios. (TOMASELLO et al., 2016).

Os probióticos atuam na regulação da microbiota intestinal e reduzem o desenvolvimento de doenças relacionadas ao intestino, por esse motivo essa revisão tem como objetivo analisar o efeito dos probióticos nas intercorrências intestinais em adultos.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, reunindo artigos de ensaios clínicos randomizados da temática trabalhada. Foram utilizados como fonte de dados, artigos de ensaios clínicos randomizados relacionados ao efeito dos probióticos nas doenças intestinais. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed e Bireme com artigos nos idiomas português e inglês. As palavras-chaves utilizadas para a pesquisa foram baseadas no PICOS (P- População, I- Intervenção, C- Controle, O- Desfecho, S- Tipo de estudo), sendo P- Adultos, I- Utilização de probióticos, C- Grupo controle, O- Doenças intestinais e S- Ensaios clínicos randomizados. Os termos utilizados na pesquisa segundo os descritores (DeCS) foram: "Probiotics", "Diseases", "Gut Microbiota" e "Adults". Esses termos foram unidos pelo operador booleano "AND", resultando na string de busca: (Probiotics) AND (Diseases) AND (Gut Microbiota) AND (Adults). O estudo foi realizado com base nos seguintes critérios de inclusão: 1) Adultos com idade \geq 18 anos, do sexo feminino e masculino; 2) Artigos publicados em inglês e português; 3) Artigos publicados de 2015 até 2021; 4) Estudos que examinaram os efeitos dos probióticos. Foram excluídos os estudos que apresentaram os seguintes critérios: Estudos que associaram o efeito dos probióticos com doenças intestinais e outras doenças relacionadas ao organismo humano; 2) Estudos que examinaram adultos e outro tipo de população; 3) Experimentos com animais; 4) Estudos que não identificaram as cepas probióticas utilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, foram identificados 748 registros nas bases de dados pesquisadas, restando 535 após a remoção das duplicatas. Após a leitura dos títulos e resumos, 510 estudos foram excluídos por não estarem de acordo com os critérios e 25 estudos foram avaliados por elegibilidade. Por fim, 4 estudos foram incluídos na revisão por se encontrarem em maior consonância com a proposta do trabalho. Os diferentes estudos incluídos na amostra final avaliaram a utilização de probióticos em doenças relacionadas a microbiota intestinal, por meio de ensaios clínicos randomizados, disponíveis nas bases de dados PubMed e Bireme. Conforme os resultados apresentados na pesquisa, todos os estudos selecionados demonstraram efeitos positivos na administração de probióticos tanto para o tratamento das doenças inflamatórias intestinais quanto para o tratamento da síndrome do intestino irritável. A administração de um iogurte probiótico contendo *Lactobacillus acidophilus* La-5 e *Bifidobacterium* BB-12 por oito semanas demonstrou uma melhora na função intestinal de indivíduos que sofrem com doenças inflamatórias intestinais, quando comparados á placebo. Dessa forma, entende-se que esse efeito foi observado pela modulação da microbiota intestinal, a qual foi demonstrada pelo aumento do número de bactérias como *Lactobacillus* e *Bifidobacterium* no intestino e no cólon nos participantes do estudo. (SHADNOUSH et al., 2015). Um estudo realizado recentemente, também com pacientes com doenças inflamatórias intestinais, apresentou uma melhora significativa nas dores abdominais, distensão abdominal e qualidade de vida quando comparados ao grupo controle após a administração por quatro semanas de um kefir com seis cepas diferentes de lactobacilos (*L. pentosus*, *L. brevis*, *L. plantarum*, *L. fermentum*, *L. kefir* e *L. lindneri*). (YILMAZ, DOLAR E ÖZPINAR, 2019). Majeed et al. (2016) trazem efeitos positivos quanto a combinação do tratamento padrão (Domperidona 30 mg

+ Esomeprazol 40 mg e Metronidazol 400 mg) e de *Bacillus coagulans* MTCC 5856 em pacientes com diarreia predominante com Síndrome do Intestino Irritável. A administração do probiótico por 90 dias resultou na melhora dos sintomas como inchaço, vômito, diarreia, dor abdominal e frequência de fezes quando comparados ao grupo do placebo. Assim, *B. coagulans* MTCC 5856 se mostrou seguro para o consumo como suplemento dietético juntamente com a medicação, mas ao ser administrado exclusivamente, não apresenta resultados relevantes. Outro estudo realizado por Francavilla et al. (2019) também demonstrou uma melhoria nos sintomas relacionados à síndrome do intestino irritável, em pacientes com doença celíaca em uma dieta sem glúten quando comparados à placebo, mediante a administração de uma mistura probiótica com cinco cepas de bactérias do ácido láctico e bifidobactérias por 6 semanas. O sucesso do tratamento pode ser explicado pelo aumento de bifidobactérias nas amostras de fezes dos pacientes participantes do estudo.

CONCLUSÃO

Nos estudos analisados nessa revisão, foi possível concluir que a utilização de probióticos na prevenção e tratamento de intercorrências intestinais contribui para a regulação da flora intestinal dos pacientes e na diminuição dos sintomas das doenças inflamatórias intestinais e da síndrome do intestino irritável. O uso dos probióticos demonstraram ser eficientes e seguros quando administrados na dosagem e indicação adequada para cada doença específica. Porém, vale ressaltar que, ainda é necessário estudos que relatem os efeitos adversos dos probióticos na mucosa intestinal, além de estudos com uma quantidade maior de participantes para um melhor resultado no tratamento.

REFERÊNCIAS

AZAD, Md Abul Kalam et al. "Probiotic Species in the Modulation of Gut Microbiota: An Overview." *BioMed research international* vol. 2018 9478630. 8 de maio. 2018, doi: 10.1155 / 2018/9478630. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5964481/>> Acessado em: 20/04/2021

DE OLIVEIRA, Gislane Lelis Vilela et al. Intestinal dysbiosis and probiotic applications in autoimmune diseases. *Immunology*; 152(1): 1-12, 2017.

Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5543467/>> Acessado em: 14/04/2021

KIM, Seon-Kyun et al. Role of Probiotics in Human Gut Microbiome-Associated Diseases. *J Microbiol Biotechnol*. 29(9):1335-1340, 2019. Disponível em:

<<https://www.jmb.or.kr/journal/view.html?doi=10.4014/jmb.1906.06064>> Acessado em: 12/04/2021

LLOYD-PRICE, Jason et al. Multi-omics of the gut microbial ecosystem in inflammatory bowel diseases. *Nature*. 569(7758):655-662. doi: 10.1038/s41586- 019-1237-9. PMID: 31142855; PMCID: PMC6650278, 2019. Disponível

em:<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6650278/>> Acessado em: 16/04/2021

MCDOWELL, Christopher; FAROOQ, Umer; HASEEB, Muhammad. Inflammatory Bowel Disease. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; PMID: 29262182, 2020. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK470312/>> Acessado em: 17/04/2021

WILKINS, Thad; SEQUOIA, Jacqueline. Probiotics for Gastrointestinal Conditions: A Summary of the Evidence. *Am Fam Physician*. 96: 170-178, 2017. Disponível em:

<<https://www.aafp.org/afp/2017/0801/p170.html>> Acessado em: 13/04/2021

GÓMEZ MJ, FERNÁNDEZ CM, DONLO MR. Nutrición en enfermedad infl amatoria intestinal. *Nutr Hosp* 2016;33(Supl. 4):59-62 DOI:<http://dx.doi.org/10.20960/nh.348>. Disponível em:

<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27571867/>> Acessado em: 25/11/2021

TOMASELLO G, MAZZOLA M, LEONE A, SINAGRA E, ZUMMO G, FARINA F, et al. Nutrition, oxidative stress and intestinal dysbiosis: Influence of diet on gut microbiota in inflammatory bowel diseases. *Biomed Pap Med Fac Univ Palacky Olomouc Czech Repub*. 2016; 160 (4): 461–6. Disponível em:

<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27812084/>> Acessado em: 25/11/2021

SHADNOUSH M, HOSSEINI RS, KHALILNEZHAD A, NAVAI L, GOUDARZI H, VAEZJALALI M. Effects of Probiotics on Gut Microbiota in Patients with Inflammatory Bowel Disease: A Double-blind, Placebo-controlled Clinical Trial. *Korean J Gastroenterol*. 2015 Apr;65(4):215-21. doi: 10.4166/kjg.2015.65.4.215.

PMID: 25896155. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25896155/>> Acessado em: 30/11/2021

Yılmaz İ, Dolar ME, Özpınar H. Effect of administering kefir on the changes in fecal microbiota and symptoms of inflammatory bowel disease: A randomized controlled trial. *Turk J Gastroenterol*. 2019;30(3):242-253. doi:10.5152/tjg.2018.18227. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6428516/>> Acessado em: 30/11/2021

MAJEED, Muhammed et al. *Bacillus coagulans* MTCC 5856 supplementation in the management of diarrhea predominant Irritable Bowel Syndrome: a double blind randomized placebo controlled pilot clinical study. *Nutrition journal* vol. 15 21. 27 Feb. 2016, doi:10.1186/s12937-016-0140-6 Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4769834/>>Acessado em: 01/12/2021

FRANCAVILLA, Ruggiero et al. “Clinical and Microbiological Effect of a Multispecies Probiotic Supplementation in Celiac Patients With Persistent IBS- type Symptoms: A Randomized, Double-Blind, Placebo-controlled, Multicenter Trial.” *Journal of clinical gastroenterology* vol. 53,3 (2019): e117-e125. doi:10.1097/MCG.0000000000001023 Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6382041/>> Acessado em: 01/12/2021

INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR NO TRATAMENTO DA OBESIDADE EM ADULTOS

Marcos Gerônimo Lima Silva¹ (Aluno do curso de nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: marcos.silva@fvj.br), Livia Viviane Guimarães do Couto² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: livia.couto@fvj.br).

RESUMO

A obesidade é uma comorbidade classificada como doença crônica, a qual se caracteriza pelo excesso de peso derivado do acúmulo de gordura corporal. Embora muitas vezes associem o comportamento alimentar com o hábito alimentar, ambos são conceitos distintos. Diante deste cenário, torna-se relevante revisar a literatura com a finalidade de avaliar de que forma o comportamento alimentar auxilia no cenário do tratamento da obesidade em adultos. O trabalho desenvolvido trata-se de uma revisão integrativa, e seguiu os preceitos do estudo de caráter descritivo, através de estudos nas bases de dados: Scielo, LILACS, MEDLINE, PUBMED, BVS e COCHRANE CENTRAL. O comportamento alimentar participa de diversas funções internas relacionadas a alimentação, como pode-se destacar o fator de confundir o estado interno da fome/saciedade, aumentando assim as chances do consumo de alimentos acima das necessidades energéticas, além da seletividade alimentar. O que desenvolve assim uma fome emocional, a qual é induzida mediante a situação vivenciada no momento. Portanto pode-se concluir que o comportamento alimentar está diretamente relacionado ao ganho de peso e desenvolvimento da obesidade. Respondendo assim o intuito da pesquisa.

Palavras chaves: obesidade. prevalência da obesidade. comportamento alimentar. alimentação emocional.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma comorbidade classificada como doença crônica, que desde 1998 passou a ser reconhecida como doença pela National Institutes of Health (NIH), por possuir relações com o aumento do número dos casos de mortalidade, doenças cardiovasculares e várias doenças crônicas a ela associadas. Desse modo se caracteriza pelo excesso de peso derivado do acúmulo de gordura corporal e teve um acréscimo na sua taxa de prevalência mundial, sendo que nas últimas três décadas esse aumento foi de 27,5% no número de adultos obesos. (TCHANG; SAUNDERS; IGEL, 2020). Por se tratar de uma condição multifatorial ao qual possui muitas relações interligadas, como a genética, estilo de vida, situação socioeconômica, hábitos alimentares, hábitos culturais, desenvolvimento urbano e uso de fármacos como sendo alguns dos fatores que podem estar atrelados ao seu desenvolvimento. Dessa forma o portador precisa de uma avaliação profunda e individual no quadro, reconhecendo as causas do desenvolvimento da doença. (CARE, 2016).

METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido trata-se de uma revisão integrativa, e seguiu os preceitos do estudo de caráter descritivo, elaborado com emprego de método qualitativo de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O comportamento alimentar participa de diversas funções internas relacionadas a alimentação, como pode-se destacar o fator de confundir o estado interno da fome/saciedade, aumentando assim as chances do consumo de alimentos acima das necessidades energéticas, além da seletividade alimentar, o que desenvolve assim uma

fome emocional, a qual é induzida mediante a situação vivenciada no momento. Onde nessas situações de tristeza, solidão, depressão mostram induzirem a fome. (PIGEYRE, *et al.*, 2016).

CONCLUSÃO

Portanto o comportamento alimentar está diretamente relacionado ao ganho de peso e desenvolvimento da obesidade. Respondendo assim o intuito da pesquisa. Onde tem-se destacado que situações principalmente as de caráter negativo, como estresse, raiva, depressão, participam da seletividade alimentar, aonde na maioria dos casos se dar por alimentos palatáveis, como também mostrou confundir o estado interno da fome, fazendo com que indivíduos comam mesmo em ausência de fome.

Dessa forma nota-se importante o acompanhamento nutricional personalizado para cada pessoa, observando assim a necessidade de um acompanhamento multiprofissional para redução e tratamento do quadro de sobrepeso e obesidade.

REFERÊNCIAS

GRIMM, Eleanor R *et al.* Genética do comportamento alimentar: conceitos estabelecidos e emergentes. **Genética do comportamento alimentar: conceitos estabelecidos e emergentes**, [s. l.], v. 69, ed. 1, 1 jan. 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/nutritionreviews/article/69/1/52/1844570>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SOMINSKY, Luba *et al.* Comportamento alimentar e estresse: um caminho para a obesidade. **Comportamento alimentar e estresse: um caminho para a obesidade**, Austrália, 13 maio 2014. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2014.00434/full#h7>. Acesso em: 28 nov. 2021.

USO INADEQUADO DE SUPLEMENTOS HIPERPROTEICOS POR PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Francisco Eudenis da Silva Monteiro¹, (Aluno do curso de nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: denisilva.ds@gmail.com), Orientador², Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

É comum, na rotina dos praticantes de musculação, o consumo de suplementos nutricionais, principalmente entre os indivíduos que querem obter resultados melhores e em curto espaço de tempo. O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura acerca do uso inadequado de suplementos hiperproteicos por praticantes de musculação. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, cuja coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO, Google acadêmico e PubMed, utilizando os seguintes descritores: Suplementos nutricionais; Musculação; Dieta. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados no período de 2016 a 2021, em inglês e português, completos e gratuitos, do tipo estudos experimentais e não experimentais; qualitativos, pesquisas analíticas, sínteses descritivas, estudos quali-quantitativos e estudos transversais. Foram excluídas monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado; revisões de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; artigos publicados em dois ou três indexadores. Foram encontrados 35.298 arquivos, dos quais somente 9 foram selecionados e incluídos na amostra. Inferiu-se que os suplementos nutricionais têm um melhor aproveitamento se forem prescritos pelo profissional nutricionista, o qual atua, de modo humanístico e cuidadoso, prescrevendo os suplementos nutricionais de maneira individualizada e apropriada. Pode-se concluir que o uso de suplementos nutricionais por praticantes de musculação é realizado de forma inadequada, pois grande parte dos frequentadores das academias os consome em excesso ou mesmo em quantidades nutricionais abaixo dos limites exigidos. Nesse sentido, se faz necessário o acompanhamento por profissional nutricionista, de modo que os praticantes tenham conhecimento dos riscos que o uso aleatório de suplementos pode trazer ao organismo, além dos diversos benefícios que uma orientação adequada pode proporcionar.

Descritores: Suplementos nutricionais. Academias. Praticantes de musculação.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a mídia acabou ganhando bastante visibilidade da população, recebendo um poder de influência considerável na atualidade. Influenciando a população impondo a definição de um físico estético a ser conquistado. Com isso, estes indivíduos procuram obter resultados praticando exercícios físicos e utilizando recursos como suplementos nutricionais, onde esperam alcançar um melhor condicionamento físico (ALBUQUERQUE, 2012).

Na vida dos praticantes de atividade física é rotineiro o consumo de suplementos nutricionais, principalmente para os indivíduos que querem obter resultados rápidos e em curto espaço de tempo. O uso de suplementos nutricionais, entre os praticantes de exercício físico, tem a finalidade somente estética, seja visando emagrecer ou ganhar massa muscular (CARVALHO et al., 2018).

MARCO TEÓRICO

Os praticantes de musculação estão expostos a diversas fontes de informações nutricionais, porém só o nutricionista é o profissional que tem amplo conhecimento na área e que pode possibilitar várias informações que levam o praticante a ter um bom estado nutricional, além de proporcionar a manutenção de uma boa saúde e reduzir riscos associados ao uso incorreto de suplementos (ADAM et al, 2013).

Este estudo acadêmico justificou-se pela relevância de conhecer, com mais detalhes, sobre o consumo de suplementos nutricionais em praticantes de musculação, para que se possa avaliar os principais hábitos e em seguida, propor medidas educativas a fim de melhorar a saúde desses praticantes. Desse modo, a questão norteadora da pesquisa foi: como ocorre o consumo de suplementos nutricionais em praticantes de musculação?

O objetivo do presente trabalho foi revisar a literatura acerca do uso inadequado de suplementos ergogênicos ou hiperproteicos para hipertrofia.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracterizou-se como uma revisão integrativa da literatura, do tipo qualitativa.

O trabalho foi realizado no período de agosto a novembro de 2021, utilizando dos seguintes descritores: Suplementos nutricionais; Musculação; Dieta. Estes foram traduzidos para a língua inglesa, apresentando-se como: Dietary Supplements; Resistance Training; Diet. As combinações estabelecidas foram: Suplementos nutricionais E Musculação, Suplementação nutricionais e Dieta / Dietary Supplements AND Resistance Training, Dietary Supplements AND Diet.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No que tange o uso inadequado de suplementos, verifica-se no estudo de Borges et al. (2016) que a maioria dos frequentadores de academias que compuseram a amostra utilizava suplementação sem acompanhamento do profissional adequado, o nutricionista. A motivação para tal consumo era apenas o corpo perfeito, desconhecendo os riscos e consequência desse uso irregular.

Sob a perspectiva do consumo alimentar e composição corporal, Bernardes, Lucia e Faria (2016) reforçaram a importância e as vantagens do consumo de carboidratos na prática esportiva. Todavia, chama atenção os dados de micronutrientes abaixo do recomendado, alto consumo de lipídios, além de correlações negativas entre percentual de gordura corporal com a relação cintura/estatura.

Diante das informações expressas anteriormente, tornou-se notório que os suplementos nutricionais atuam de forma significativa nos frequentadores de academias, que buscam resultados rápidos. Deste modo, se fez importante discorrer sobre os autores utilizados, abordando pontos convergentes e divergentes entre si.

As pesquisas indicam, ainda, que deveria existir, nas próprias academias, o direcionamento e a motivação para a busca pelas recomendações realizadas pelo profissional nutricionista, de modo que os praticantes tenham conhecimento dos riscos que o uso aleatório de suplementos pode trazer ao organismo, além dos diversos benefícios que uma orientação adequada pode proporcionar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. Avaliação do consumo de suplementos alimentares nas academias de Guará-DF. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 6, n. 32, p. 112-117. 2012. Disponível em: <<http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/286/287>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BERNARDES, A. L.; LUCIA, C. M. D.; FARIA, E. R. Consumo alimentar, composição corporal e uso de suplementos nutricionais por praticantes de musculação. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 10. n. 57. p. 306-318. 2016. Disponível em: <<http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/639/553>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BORGES, N. R. et al. Consumo de suplementos alimentares em academias de Montes Claros/MG. **Revista Multitexto**. v. 4, n. 01, p. 54-59. 2016. Disponível em: <<http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/1371>>. Acesso em 19 nov. 2021.

CARVALHO, J. O. B. N.; MACHADO, A. A. N.; MACHADO, E. P.; OLIVEIRA, B. N. Uso de suplementação alimentar na musculação: revisão integrativa da literatura brasileira. **Conexões**. v. 16, n. 2, p. 213-225. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8648126>>. Acesso em 17 nov. 2021.

AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE IDOSOS COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL EM PROCESSO DE REABILITAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA.

Bianca da Silva Sena¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: bianca.sena@fvj.br), Paloma Katlheen Moura Melo² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.melo@fvj.br).

RESUMO

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma doença, que acarreta danos graves resultando em uma doença de extrema importância no âmbito da saúde pública. Existem inúmeros fatores de risco relacionados ao AVC, como hipertensão, diabetes *mellitus*, obesidade, dislipidemia, hereditariedade e idade. Embora o AVC possa acontecer em diversas fases da vida, encontra-se um pico de ocorrência após os 65 anos e que dobra a incidência toda década após os 55 anos. Este acometimento vem crescendo substancialmente caracterizando a idade como um fator significativo em razão da ampliação da longevidade. Ao envelhecer naturalmente surgem alterações fisiológicas que podem influenciar diante o estado nutricional, sendo capazes de originar doenças e problemas habituais nestes indivíduos. Portanto, considera-se de extrema importância a avaliação do estado nutricional do paciente, em que buscará identificar os riscos a que está suscetível e objetivando a diminuição de complicações. Essa identificação precoce permite o tratamento adequado, bem como a reabilitação do paciente de forma efetiva. Em vista disso, esse trabalho tem por objetivo avaliar o estado nutricional de idosos que estão em reabilitação pós-AVC. Neste trabalho, o tipo de estudo trata-se de uma revisão de literatura com a busca realizada nas bases de dados PubMed e Portal da Biblioteca Virtual em Saúde: BVS (BIREME), no mês de novembro de 2021. Em suma, os resultados demonstraram que o estado nutricional deficiente relaciona-se ao maior desenvolvimento de complicações na reabilitação e o bom estado nutricional colabora para reabilitação de forma eficiente. Deste modo, conclui-se que o estado nutricional é um fator de grande influência no tocante da reabilitação de pessoas que sofreram AVC.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral. Reabilitação. Idosos. Estado Nutricional.

INTRODUÇÃO

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) acarreta danos graves resultando em uma doença de extrema importância no âmbito da saúde pública, uma vez que é considerada a segunda causa com maior mortalidade no mundo (DONKOR, 2018). O estado nutricional consiste em um fator de caráter essencial principalmente quando relacionado a recuperação de pacientes que sofreram AVC, visto que estes são descritos em risco clínico e carecem de assistência (FREITAS *et al.*, 2018). Portanto, considera-se de extrema importância a avaliação do estado nutricional do paciente, em que buscará identificar os riscos a que está suscetível e objetivando a diminuição de complicações. Essa identificação precoce permite o tratamento adequado, bem como a reabilitação do paciente de forma efetiva (FERREIRA *et al.*, 2017). Em vista disso, esse trabalho tem por objetivo avaliar o estado nutricional de idosos que estão em reabilitação pós-AVC

METODOLOGIA

Neste trabalho, o tipo de estudo trata-se de uma revisão de literatura. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed e Portal da Biblioteca Virtual em Saúde: BVS (BIREME), utilizando

palavras-chaves em inglês e português, no mês de novembro de 2021. Foi utilizada a estratégia PICOS (P – população; I – intervenção; C – comparador; O – desfecho; S – tipo de estudo) para a seleção de palavras-chaves, em que a população é representada por idosos com acidente vascular cerebral, a intervenção sendo a avaliação do estado nutricional, o comparador como grupo controle, o desfecho sendo estado nutricional e reabilitação do acidente vascular cerebral e o tipo de estudo sendo os estudos transversais e ensaios clínicos. A *string* de busca foi estruturada por palavras-chaves, que foram definidas por meio dos Descritores de Ciências de Saúde (DeCs/MeSH), no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As palavras-chaves foram em inglês, “Stroke”; “CVA”; “Rehabilitation”; “Aged”; e “Nutritional Status” e em sua tradução para o português, “Acidente Vascular Cerebral”; “AVC”; “Reabilitação”; “Idosos”; “Estado Nutricional”. As palavras-chaves formaram os termos de busca juntamente com os operadores booleanos AND e OR, sendo assim: “(Stroke) OR (CVA) AND (Rehabilitation) AND (Aged) AND (Nutritional Status)” em inglês, e em português “(Acidente Vascular Cerebral) OU (AVC) E (Reabilitação) E (Idosos) E (Estado Nutricional)”. Os critérios de inclusão foram: (1) artigos que avaliem o estado nutricional; (2) estudos que contenham participantes maiores de 60 anos; (3) artigos em português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão foram: (1) estudos que não contenham o processo de reabilitação física, funcional ou nutricional; (2) estudos que relacionem o estado nutricional a outros tipos de patologia; (3) artigos de opinião.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número total de artigos achados na busca para inclusão neste estudo foi de 252 artigos, sendo 143 encontrados na PubMed e 109 encontrados no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde: BVS (BIREME). Do total de 252 artigos, 65 foram removidos por estarem duplicados, sobrando 187 para leitura de título. Desses 187 artigos, 12 foram excluídos após a leitura de títulos, restando 66 para leitura de resumo. Em seguida 55 foram excluídos, sobrando 11 para leitura completa no qual excluíram-se 8 artigos por serem 6 artigos pagos, 1 não ter possibilidade de tradução e 1 ser outro tipo de estudo, resumindo-se a 3 artigos inclusos no estudo.

O estado nutricional deficiente propiciará o desenvolvimento de problemas na reabilitação além de, apresentar maior possibilidade de óbitos quando ligado aos outros pacientes, podendo ser explicado pela quantidade de complicações (LEWIS *et al.*, 2003; LÓPEZ ESPUELA *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

Baseado no que foi exposto, o estado nutricional quando adequado atuará como colaborador para a recuperação de forma eficiente. E ao encontrar-se deficiente, influenciará diretamente no desenvolvimento de complicações, consequentemente impossibilitando o quadro de melhoria do paciente.

Deste modo, conclui-se que o estado nutricional é um fator de grande ligação e influência no tocante da reabilitação de pessoas que sofreram AVC. E sua avaliação é um método de suma importância, visto que, identificará previamente futuros riscos e complicações a esses pacientes como desnutrição e disfagia.

Recomenda-se a realização de novos estudos que possam avaliar a influência do estado nutricional quando relacionado a vítimas de AVC, assim, avaliando mais parâmetros do estado nutricional. Além de reforçar a necessidade da avaliação do estado nutricional destes pacientes.

REFERÊNCIAS

DONKOR, E. S. Stroke in the 21st Century: A Snapshot of the Burden, Epidemiology, and Quality of Life. **Stroke Research and Treatment**, v. 2018, p. 1-10, nov. 2018. <https://doi.org/10.1155/2018/3238165>

FREITAS, J. N. Z. de; SCHIESSEL, D. L.; MACEDO, D. S.; MAZUR, C. E. Perfil clínico e nutricional de pacientes hospitalizados acometidos por acidente vascular cerebral. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 17, n. 3, p. 398-402, dez. 2018. Universidade Federal da Bahia. DOI: <https://dx.doi.org/10.9771/cmbio.v17i3.26226>

FERREIRA, F. V.; DE MELO, T. S.; FÉLIX, T. A.; MONTE CUNHA, F. M. A.; MATOS, T. A. TRIAGEM NUTRICIONAL NO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERFIL DE RISCO EM PACIENTES HOSPITALIZADOS. **Revista Contexto & Saúde**, v. 17, n. 33, p. 88–97, 2017. DOI: 10.21527/2176-7114.2017.33.88-97. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/6695>.

LEWIS, S. et al. Poor nutritional status on admission predicts poor outcomes after stroke: observational data from the FOOD trial. **Stroke**, v. 34, n. 6, p. 1450-6, 2003.

LÓPEZ ESPUELA, F. et al. “Valoración nutricional y su relación con la situación funcional tras sufrir un ictus” [Nutritional status and the relationship regarding functional status after stroke]. **Nutricion hospitalaria**, vol. 34,5 1353-1360. 14 Sep. 2017, doi:10.20960/nh.874.

FATORES ASSOCIADOS AO DESPERDÍCIO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Anderson Silva de Assis¹ (Aluno do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: dersonsilvap14@gmail.com), **Orientador²** (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: livia.couto@fvj.br).

RESUMO

Uma unidade de alimentação e nutrição é responsável pela oferta de refeições a um determinado grupo de pessoas. Dessa forma um dos objetivos da pesquisa foi investigar na literatura os principais fatores associados ao desperdício de alimentos, dentro de unidades de alimentação e nutrição e abordar as ações utilizadas para minimizar essas perdas. O presente trabalho trata se de uma revisão integrativa da literatura, onde utilizou-se as plataformas, PubMed, Portal Capes, Lilacs, BVS, através de um método qualitativo. Foram identificados 477 estudos nas bases, após a seleção foram elegidos 10 estudos para a revisão. Nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), o desperdício de alimentos demonstra a falta de qualidade e que por obrigação deve ser evitado, essas perdas podem ser ocasionadas por diversos fatores como: ausência de planejamento estratégico, estrutura inadequada, falta de treinamento entre outras causas, que podem ser evitadas através de uma boa gestão com profissionais capacitados e estratégias como campanhas, treinamentos e orientações.

Palavras Chave: Sustentabilidade. Resíduos de alimentos. Capacitação. Desperdícios de alimentos.

ABSTRACT

A food and nutrition unit is responsible for providing meals to a certain group of people. Thus, one of the objectives of the research was to investigate in the literature the main factors associated with food waste, within food and nutrition units, and to address the actions used to minimize these losses. The present work is an integrative literature review, using the platforms, PubMed, Portal Capes, Lilacs, BVS, through a qualitative method. A total of 477 studies were identified in the databases, after selection, 10 studies were selected for review. In the Food and Nutrition Units (UAN), food waste demonstrates the lack of quality and that it must be avoided by obligation, these losses can be caused by several factors such as: lack of strategic planning, inadequate structure, lack of training, among others causes, which can be avoided through good management with trained professionals and strategies such as campaigns, training and guidance.

Keywords: Sustainability. Food waste. Training. Food waste.

1 INTRODUÇÃO

Uma unidade de alimentação e nutrição é responsável pela oferta de refeições a um determinado grupo de pessoas, buscando de forma constante um padrão de qualidade dentro do local com preparações nutricionalmente equilibradas e agradáveis de acordo com o público atendido pela unidade de alimentação, visando a saúde destes e a melhor aceitabilidade do público (DIAS, OLIVEIRA,2016).

Através de refeições elaboradas afim de proporcionar uma melhor qualidade de vida e rendimento no trabalho, evitando lesões ou risco a saúde, seguindo os parâmetros de gerenciamento para permanecer os índices de resto-ingesta o mais baixo possível. Vários fatores podem estar associados ao desperdício e restos de alimentos (SABINO,2016).

A ausência de campanhas de conscientização para o público e colaboradores junto a falta de capacitação periódica dos colaboradores são grandes fatores associados ao desperdício dos alimentos em UANs, exigindo uma elaboração de monitoramento das atividades, rotinas do local e ações para redução de sobras, avaliação dos cardápios e estudos de aceitação para esse público alvo (BORGES et al, 2019).

Sendo esses alimentos altamente nutritivos que acabam possuindo altas taxas de desperdícios, como os vegetais, frutas, frutos do mar, e laticínios que ocorrem desde os processos primários como a produção, transporte, varejo até a chegada ao consumidor ou a unidade a qual aquele alimento será manipulado e ofertado ao público alvo (SPIKER; HIZA; SIDDIQI; NEFF,2017).

Um fato preocupante para o meio ambiente pois foi demonstrado em alguns estudos realizados que o número de resíduos orgânicos dentro das unidades chega em torno de 73,2%, não somente os custos desses alimentos, mas todo o processo de produção como os recursos de água, energia, gás e os recursos agrícolas que estão cada vez mais escassos. O desperdício de alimento atinge a cifra de 20% prejudicando a escala produtiva e utilizando recursos desnecessários (NASCIMENTO,2018).

Dessa forma esse trabalho tem como objetivo analisar os fatores que ocasionam o aumento de desperdícios de alimentos em unidades de alimentação e nutrição, e se essas unidades praticam ações estratégicas como forma de amenizar os custos para a unidade.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo que utiliza como método de pesquisa a revisão integrativa de literatura, através de uma busca qualitativa, utilizando o Rayyan um aplicativo de web gratuito que auxilia pesquisadores na análise dos artigos selecionados, para obtenção dos resultados mais fidedignos evitando artigos duplicados. Foi utilizando as bases de dados da PubMed, Lilacs, BVS e portal de periódicos Capes na qual busca reunir diversos estudos científicos já publicados sobre o tema selecionado sobre desperdícios de alimentos em unidades de alimentação e nutrição, utilizando os descritores “desperdício de alimentos” e “unidades de serviço”, “Food waste” and “Service units” em base de dados e bibliotecas da área da saúde. Buscando entender dessa forma quais as causas para geração de resíduos dentro de Unidades de Alimentação e Nutrição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa foi realizada mediante uma análise dos artigos científicos sobre os desperdícios de alimentos em unidades de alimentação e nutrição buscando entender quais as consequências dessas ações tanto para a UAN como para o meio ambiente. Para a elaboração desta pesquisa foi avaliada as variáveis geradas por unidades de alimentação, que inseriram em sua rotina de trabalho medidas estratégicas para diminuição do desperdício de alimentos.

Foram identificados 477 artigos no total, somados cada estudo selecionado das bases Pubmed, BVS, Lilacs, Portal Capes, que passaram por uma análise criteriosa seguindo os critérios de inclusão e exclusão, leitura dos resumos e textos completos. Foram eliminados os estudos que não se encaixavam na presente pesquisa por serem pagos, estudos com animais, desvio do tema, ou duplicados.

Em uma UAN o planejamento na quantidade de alimentos distribuídos é fundamental para gerar um bom desempenho, havendo de certa forma um controle na quantidade de alimento desperdiçado (BORGES, Moniele et al, 2019). Outros estudos observaram-se que tanto a qualidade do alimento como a temperatura não estão associados diretamente a perda dos alimentos, pois para matéria prima ser utilizada nessas unidades ela precisa ser de boa procedência e passa por um rigoroso padrão de qualidade. Assim nas como em UANs hospitalares grandes partes das perdas são ocasionadas por clientes/pacientes que possuem mais estudos e melhores condições financeiras. (SABINO, Jéssika; BRASILEIRO, Nicole; SOUZA, Leonardo, 2016)

De forma geral as ações utilizadas para minimização do desperdício de alimentos nas unidades devem ser realizadas de forma constante, envolvendo todo o grupo desde os comensais aos colaboradores para que haja um comprometimento de forma consciente afim de evitar o desperdício e possíveis prejuízos para o local, cabendo ao nutricionista todas as estratégias e cuidados dentro da UAN assim como o conceito da sustentabilidade. (DIAS, Natalia; OLIVEIRA, Ana, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto com a presente pesquisa é notório que o desperdício de alimento está associado a diversos fatores como; ausência de planejamento estratégico, estrutura inadequada, falta de treinamento entre outras causas, que podem ser evitadas através de uma boa gestão com profissionais capacitados e estratégias como campanhas, treinamentos e orientações tanto para os colaboradores como os comensais, enfatizando sobre o controle da alimentação e da redução dos impactos ambientais, já que as indústrias utilizam de forma exacerbada os recursos naturais como o solo, água, energia, que podem prejudicar as gerações futuras com a sua escassez. Sendo assim é necessário que sejam realizados mais estudos para compreender dentre o meio acadêmico as principais causas e consequências associados ao desperdício de alimentos dentro dessas unidades.

REFERÊNCIAS

BORGES, Moniele Pereira et al. Impacto de uma campanha para redução de desperdício de alimentos em um restaurante universitário. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 843-848, Aug. 2019. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/gim/resource/es/biblio-1039783>. Acesso em: 02 nov. 2021.

DIAS, Araújo Dias, DE OLIVEIRA, Livia de Oliveira. Sustentabilidade nas unidades de alimentação e nutrição: desafios para o nutricionista no século XXI, minas gerais. **Higiene Alimentar**, v.30, n° 254/255, p.26-31, 2016. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/12/827310/separata-26-31.pdf>. Acesso:02 nov.2021

NASCIMENTO, Sílvia Panetta. Desperdício de alimentos: fator de insegurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, p. 85–91, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649917>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SABINO, Jéssika; BRASILEIRO, Nicole; SOUZA, Leonardo. Pesquisa de resto-ingesta em uma unidade de alimentação e nutrição hospitalar de teófilo otoni – MG. **Higiene Alimentar** - Vol.30 - n° 260/261 - Set/Out de 2016. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/11/2692/260-261-sitecompressed-24-27.pdf>. Acesso em :02 Nov.2021

SPIKER, Marie L et al. Wasted Food, Wasted Nutrients: Nutrient Loss from Wasted Food in the United States and Comparison to Gaps in Dietary Intake. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics** vol. 117,7 (2017). Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/10.1377/hlthaff.2015.0647>. Acesso em:20 abr.2021

ANÁLISE DO PERFIL NUTRICIONAL DE PACIENTES IDOSOS ONCOLÓGICOS: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Cristina Pereira da Silva¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: anacrisquixaba22@gmail.com), Livia Viviane Guimarães do Couto ² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: livia.couto@fvj.br).

RESUMO

Atualmente a população mundial idosa vem crescendo de forma acelerada, na qual representa um desafio para a área da saúde. Pois, com o avanço da idade as comorbidades começam a surgir e interferir no dia a dia dessas pessoas. Dentre elas destacam-se as doenças cardiovasculares, disfunção respiratória e o câncer. Assim, objetivo desse estudo é evidenciar através de uma revisão bibliográfica o perfil nutricional de pacientes idosos oncológicos. Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa. Nesta revisão integrativa, a coleta de dados se deu no período de agosto a outubro de 2021. Contudo, estarão presentes na pesquisa estudos publicados entre 2017 – 2021. O material empírico foi selecionado nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online – Brasil - SCIELO – BR; LILACS, BIREME e PubMed. Após, uma análise criteriosa dos artigos selecionados, foram indicados como refinamento final somente 10 estudos. Quanto às bases de dados utilizadas, foi feita uma seleção em cada uma delas, ou seja, na SCIELO foram selecionadas 4 publicações referente as 152 que foram encontradas. Na base de dados LILACS, das 60 publicações encontradas foram selecionadas 2 pesquisas. No PubMed das trinta publicações destacou-se três, já na base BIREME destacou-se somente uma. Contudo, diante dessa revisão de literatura, foi possível evidenciar que o perfil nutricional de pacientes idosos oncológicos foi caracterizado por pacientes do sexo masculino, pela alta prevalência de risco nutricional, baixo peso e comprometimento da capacidade funcional, de acordo com os artigos estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Estado nutricional. Avaliação nutricional. Câncer. Idoso.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é uma fase da vida que é vista como um processo natural, gradual e irreversível, sendo comum a todos os seres vivos de uma espécie. Este processo, inclui um conjunto de mudanças ao nível funcional e estrutural do indivíduo, onde distúrbios de movimento e dificuldades de ordem psicológica e social podem ser causados e podem afetar negativamente a relação entre o indivíduo e o ambiente circundante (AZEVEDO et al., 2018). No que se refere ao câncer (CA), trata-se de uma patologia que se define pelo avanço desorganizado de células que acometem tecidos e órgãos vizinhos, além de ser reconhecida como uma das maiores causadoras de morte por doenças crônicas que não são transmissíveis. Pesquisas indicam que cerca de 11 milhões de pessoas no globo ganham o diagnóstico de CA a cada ano assim como, acerca de, 25 milhões de pessoas vivem com a patologia. Elementos atuais indicam que essa quantidade irá duplicar nos seguintes 50 anos (LIMA et al., 2018). Somando-se a isto, observa-se que a desnutrição é comum em pacientes com câncer e estão associadas a localização do tumor, estagio e efeitos colaterais da quimioterapia. Essas mudanças afetam negativamente todas as fases do tratamento, as alterações mais decorrentes são a perda de massa muscular e a perda de peso. O alto risco nutricional dessas alterações esta associado principalmente à população idosa com declínio progressivo na progressão dos músculos, órgãos

e fluidos devido a alterações biológicas específicas da idade, independente do sexo (SANTOS et al., 2018).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa. A pesquisa constitui um procedimento racional e sistemático cujo objetivo é viabilizar a solução dos problemas que são desenvolvidos por pesquisadores, com o intuito de contribuir para o crescimento social, cultural e científico da sociedade. A questão norteadora do estudo foi: Qual o perfil nutricional de pacientes idosos oncológicos? A construção da pergunta envolveu a necessidade de destacar a atuação dos nutricionistas no tratamento de pacientes idosos com câncer. O material empírico selecionado corresponde a artigos publicados em periódicos indexados, disponíveis, inicialmente, nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online – Brasil - SCIELO – BR; LILACS, BIREME e PubMed*. Contudo, os critérios de inclusão dos artigos selecionados foram: artigos de pesquisas originais e de revisão bibliográfica, publicados nos últimos cinco anos (2017 – 2021), artigos publicados na íntegra e disponíveis gratuitamente nos idiomas português e inglês. Foram excluídas aquelas bibliografias que não atenderam a temática, que apareceram em duplicidade, que estivessem em outro idioma e artigos, que embora coincidissem com os descritores adotados, não permitiram responder a pergunta do estudo por não tratar do tema em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após uma análise criteriosa dos artigos selecionados, foram indicados como refinamento final somente 10 estudos. Quanto às bases de dados utilizadas, foi feita uma seleção em cada uma delas, ou seja, na SCIELO foram selecionadas 4 publicações referente as 152 que foram encontradas. Na base de dados LILACS, das 60 publicações encontradas foram selecionadas 2 pesquisas. No PubMed das trinta publicações destacou-se três, já na base BIREME destacou-se somente uma. Vale ressaltar, que todas as publicações selecionadas obedeceram a todos os critérios de inclusão propostos pela pesquisa. De acordo com os resultados encontrados que foram referidos na tabela acima, nota-se que a avaliação nutricional em pacientes oncológicos tornaram-se cada vez mais comuns na vida de indivíduos que apresentam essa disfunção. O câncer hoje em dia, é um das manifestações clínicas que mais acometem os indivíduos, ocasionando diversas sequelas que atingem tanto o estado nutricional como físico, afetando a qualidade de vida e causando a morte de forma mais rápida. Um dos tipos de câncer que vem sendo bastante citado nos últimos anos, é o de mama. Capelari e Ceni (2018) realizaram um estudo no Município de Ijuí – RS com pacientes oncológicos de ambos os sexos. Dentre as variáveis utilizadas observou-se que dos 100 participantes, 56% correspondia ao sexo feminino e dessa porcentagem 51% foram diagnosticadas com câncer de mama. Concordando com o resultado acima, Italiano et al. (2017) realizaram um estudo do tipo transversal com pacientes portadores de câncer, sendo eles adultos e idosos, de ambos os sexos. Os pacientes eram atendidos em um ambulatório na cidade de Recife – PE. A amostra contou com a participação de 65 pacientes onde todos responderam questionários e foram submetidos a protocolos específicos para uma triagem nutricional, além disso, dentre eles a maioria também correspondia ao sexo feminino e o tipo de neoplasia mais observada foi o câncer de mama, atingindo cerca de 52% das pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa revisão de literatura, foi possível evidenciar que o perfil nutricional de pacientes idosos oncológicos foi caracterizado por pacientes do sexo masculino, pela alta prevalência de risco nutricional, baixo peso e comprometimento da capacidade funcional, de acordo com os

artigos estudados. Além disso, notou-se que não só o público de idosos é caracterizado por esse perfil, alguns jovens também apresentaram risco nutricional de acordo com alguns periódicos. Porém, observou-se que ao contrário do que muitas pensam, faz-se necessário o papel e o acompanhamento do profissional nutricionista no tratamento desses pacientes. De acordo com os resultados encontrados, poucos eram os pacientes que não apresentaram risco nutricional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. S. et al. Perfil nutricional de pacientes adultos e idosos hospitalizados.

Revista Saúde e Pesquisa. Maringa – PR, v. 9, n. 1, p. 25 – 29, abr. 2018. Disponível em: < <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/02/831991/3.pdf>>. Acessado em: 03 de agosto 2021.

CAPELARI, P; CENI, G.C. Comportamento alimentar e perfil nutricional de pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico. **Revista Demetra.** Palmeira das Missões – RS, v. 13, n.1, p. 223 -240, fev. 2018. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/30309>>. Acessado em: 03 de agosto de 2021.

ITALIANO, P. M. et al. Comparação entre diferentes métodos de triagem nutricional em pacientes oncológicos ambulatoriais. **Revista Nutrição Clínica Dietética Hospitalar.**

Pernambuco – PE, v. 37, n. 7, p. 35 -43, jul. 2017. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ibc-167948>>. Acessado em: 03 de agosto 2021.

LIMA, J. S; PONTES, D. L; MIRANDA, T. V. Avaliação do estado nutricional de pacientes com câncer em um hospital na cidade de Belém / Pará. **Revista BRASPEN.** Belém - PA, v. 33, n.2, p. 166- 170, fev. 2018. Disponível em: < <http://arquivos.braspen.org/journal/abr-mai-jun-2018/09-AO-Avaliacao-do-estado-nutricional.pdf>>. Acessado em: 03 de agosto 2021.

SANTOS, C. A. et al. Perfil nutricional e fatores associados a desnutrição e ao óbito em pacientes com indicação de terapia nutricional. **Revista Caderno de Saúde Pública.** Viçosa – MG, v. 32, n.1, p. 145 – 152, dez. 2018. Disponível em: <

<https://www.pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-847916>>. Acessado em: 03 de agosto 2021.

GASTRONOMIA HOSPITALAR COMO FERRAMENTA NA RECUPERAÇÃO DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS.

Alessandra Costa dos Santos¹ (Aluna do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: alessandra.santos@fvj.br), Lívia Viviane Guimarães do Couto² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: livia.couto@fvj.br).

RESUMO

A desnutrição é um estado nutricional que afeta diretamente o resultado clínico do paciente. Em crianças a desnutrição está ligada principalmente com o seu crescimento, pois é na infância e adolescência que o corpo está em constante desenvolvimento. Com o objetivo de avaliar a gastronomia hospitalar como ferramenta na recuperação de desnutrição em crianças. Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, utilizando dados coletados através das bases de dados Pubmed encontrando 6 estudos, Periódico Capes 10 estudos, Lilacs 193 estudos, e Scielo 48 estudos. Por meio da realização desse estudo nota-se que a hospitalização de crianças vem sendo cada vez mais voltada não somente ao tratamento da doença, mas sim na ação de minimizar os traumas que podem ser causados pela hospitalização, trazendo novas abordagens humanizadas para o atendimento. Com isso, o estudo mostra que com o aumento das taxas da desnutrição hospitalar é de extrema importância um acompanhamento constante com o paciente com um olhar mais humanizado. E uma das estratégias é buscar novas técnicas e abordagens voltadas para a dietoterapia, e a gastronomia hospitalar é uma grande aliada na recuperação dos pacientes, principalmente crianças, tendo como consequência a influência positiva no menor tempo de internação dos mesmos, e na diminuição de desperdícios de alimentos pois aumentaria a aceitabilidade das refeições.

Palavras-chave: Gastronomia hospitalar. Técnicas gastronômicas. Criança. Dieta. Desnutrição.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a hospitalização é um evento de grande impacto seja ele vivido por adultos, idosos ou crianças, onde causa muito sofrimento, preocupações, gerando muitas vezes traumas irreversíveis. E quando se trata de criança esse momento pode se tornar tão mais delicado, pois tudo que faz parte do cotidiano dela passa a ser modificado por estar em um ambiente onde ela tem consciência que irá passar por procedimentos dolorosos. Porém muitas vezes acontece desse ambiente proporcionar acolhimento, modificando a percepção da criança ao hospital, tendo uma melhor adaptação, tornando o tempo de internação menos traumática (COSTA et al., 2017).

A desnutrição é um estado nutricional que afeta diretamente o resultado clínico do paciente. Em crianças a desnutrição está ligada principalmente com o seu crescimento, pois é na infância e adolescência que o corpo está em constante desenvolvimento, e quando há uma carência nutricional a criança acaba inicialmente apresentando baixo peso, retardo da altura, aumento de infecções. (SHAUGHNESSY e KIRKLAND, 2016). Diante disso a gastronomia hospitalar (GH) vem como estratégia que pode possibilitar uma mudança nas dietas que são servidas, propondo dietas variadas, trabalhando as características organolépticas dos alimentos, sendo capaz de aumentar a aceitabilidade, o prazer de se alimentar, e tendo como consequência a evolução e recuperação do estado nutricional do paciente (SANTOS et al., 2017).

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Dessa forma a revisão integrativa foi norteada pelo seguinte questionamento: De que forma a gastronomia hospitalar pode influenciar na recuperação de crianças em desnutrição?

A pesquisa foi realizada mediante dados coletados através das bases de dados Pubmed, Periódico Capes, Lilacs e Scielo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da pesquisa realizada busca-se recuperar o estado nutricional de crianças em desnutrição, por meio das dietas hospitalares com foco no aperfeiçoamento e desenvolvimento de técnicas gastronômicas para que possam ser aplicadas, modificando e tornando mais atrativa a comida, e a criança possa sentir felicidade em comer, contribuindo assim para a sua melhora, visto que os índices de desnutrição em crianças quando estão hospitalizadas são altos.

Por meio da realização desse estudo nota-se que a hospitalização de crianças vem sendo cada vez mais voltada não somente ao tratamento da doença, mas sim na ação de minimizar os traumas que podem ser causados pela hospitalização, trazendo novas abordagens humanizadas para o atendimento (COSTA et al., 2017).

Nesse sentido, a equipe multiprofissional precisa sempre está buscando formas de manter uma boa relação com o paciente, trazendo uma linguagem clara para que seja de fácil entendimento para as crianças, estabelecendo uma relação de confiança e amizade, e desenvolvimento de atividades interativas. Pois profissionais que mantêm essa interação com a criança hospitalizada permite a ela que o momento de internação não se torne traumático (COSTA et al., 2017).

CONCLUSÃO

Com isso, o estudo mostra que com o aumento das taxas da desnutrição hospitalar é de extrema importância um acompanhamento constante com o paciente com um olhar mais humanizado. E uma das estratégias é buscar novas técnicas e abordagens voltadas para a dietoterapia, e a gastronomia hospitalar é uma grande aliada na recuperação dos pacientes, principalmente crianças, tendo como consequência a influência positiva no menor tempo de internação dos mesmos, e na diminuição de desperdícios de alimentos pois aumentaria a aceitabilidade das refeições.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Ana Cláudia Lima de *et al.* Conhecimentos e práticas de nutricionistas em gastronomia hospitalar. **Conhecimentos e práticas de nutricionistas em gastronomia hospitalar**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 32-38, março/junho 2017. Disponível em: <https://www.revistanutrivisa.com.br/wp-content/uploads/2018/04/nutrivisa-vol-4-num-1-04.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

COSTA, Tarcília salvador *et al.* A hospitalização infantil: vivência de crianças a partir de representações gráficas. **A hospitalização infantil: vivência de crianças a partir de representações gráficas**, [s. l.], v. 11, p. 358-367, janeiro 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11916/14407>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GOMES, Daniela França *et al.* Campanha “Diga não à desnutrição Kids”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. **Campanha “Diga não à desnutrição Kids”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar**,

[s. l.], v. 34, n. 1, p. 3-23, jan-mar 2019. Disponível em:
<http://arquivos.braspen.org/journal/jan-fev-mar-2019/artigos/1-AO-Diga-nao-a-desnutricao-kids.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Psicologia

A TRANSFOBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Windysa Maia do Nascimento¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: windysa.m18@gmail.com), Orientadora² Aline Maria Barbosa Domicio Sousa (Professora Doutora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alinedomicio@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a visão patologizante que existe acerca da população transgênero, analisando de que forma os olhares sobre o processo saúde-doença afetam a saúde mental dessa população. Para tanto, traz-se discussões a respeito da importância da realização de atendimento humanizado a fim de auxiliar na promoção da saúde. Pretende-se, dessa maneira, produzir reflexões críticas acerca do atendimento às pessoas trans na Atenção Primária nas Unidades Básicas de Saúde, refletindo de que maneira esse atendimento beneficia (ou não) essa população. Aborda-se também como o processo transexualizador e os meios de acesso afetam a saúde física e mental dessa comunidade. A realização da pesquisa contou com estratégias qualitativas e quantitativas para coleta de dados que, por sua vez, submeteu à técnica da análise temática um total de 8.575 artigos e 930, respectivamente nas bases Scielo e Pepsic, sendo selecionados um total de 18 artigos, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Após a saturação dos dados restou-se 16 artigos que foram utilizados nos resultados e discussões, construindo-se assim 4 categorias temáticas com a discussão dos temas. Os resultados demonstram que as mudanças ainda são recentes, incluindo a criação de políticas públicas específicas para esta população. Evidencia-se, assim, a necessidade de uma maior produção acadêmica sobre o tema, bem como a criação e ampliação de programas de inclusão e de capacitação para os profissionais da saúde e de outras áreas profissionais, visando mais acolhimento no atendimento ao público trans e extinção da patologização da transexualidade.

Palavras-chave: População Transgênero. Saúde Mental. Políticas Públicas. Atenção Primária.

INTRODUÇÃO

Buscou-se através de pesquisas nas plataformas virtuais, identificar a porcentagem da população transgênero no Brasil e dos seus acessos de saúde, mas não se obteve muito material. Desse modo, essa falta de números só reitera a nossa pesquisa e nossos objetivos em trazer tais discussões, tendo em vista tamanha necessidade e fragilidade, tornando-se evidente a inexistência desses atendimentos e serviços para a população trans. Fica perceptível que a população transgênero, transexuais e travestis sofrem discriminações, maus-tratos e são anulados de seus próprios direitos. Essa violência sofrida pela população trans pode ser encontrada no contexto familiar, social, nos serviços de saúde, mercado de trabalho, entre vários outros aspectos de suas vidas. O presente trabalho pretende analisar a importância do atendimento humanizado realizado com as pessoas transgêneros na Atenção Primária. Sendo assim, propõe-se discussões acerca do atendimento à população trans nas Unidades Básicas de Saúde, com o intuito de discorrer de que modo eles beneficiam (ou não) a população trans, sendo considerada a perspectiva da promoção e prevenção a saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Seguindo com a percepção e discussão sobre como o contexto da realização dos atendimentos afeta a saúde física e mental dessa comunidade, abordando o processo transexualizador e seus meios de

acesso, com a intenção de descobrir de que forma ele contribui para a promoção e prevenção a saúde. Segue-se adiante a apresentação da composição deste artigo, o qual se divide em: referencial teórico, método, seguido para os resultados e discussões, e as considerações finais.

MARCO TEÓRICO

Os seres humanos são definidos por meio dos órgãos reprodutores sexuais que possuem, de acordo com a visão biologicista, isto implica que se uma pessoa nasce com o órgão reprodutor feminino, a sociedade irá dizer que ela é mulher acontecendo o mesmo com as pessoas que nascem com o órgão reprodutor masculino. Desse modo foram se construindo papéis sociais de homem e de mulher na sociedade que são assegurados até os dias atuais. Em razão disso foi estabelecendo uma cultura conhecida como natural, separando as pessoas de maneira arbitrária em uma binariedade rígida homem-mulher, existindo assim uma distinção entre os gêneros que afeta cada vez mais os papéis sociais do homem e da mulher (MEIRA, 2014). Essa construção social estabeleceu um padrão normativo dentro da sociedade, na qual seria onde os sujeitos vão se dividir em homens e mulheres e vão viver como heterossexuais, orientação sexual essa tida como natural e única possível, relacionando-se entre si a fim de gerar filhos, formando assim uma família nuclear, tal como é conhecida e protegida pelo conservadorismo. Assim nasceu e se fortaleceu a sociedade heteronormativa que conhecemos hoje, a mesma que exclui e discrimina as pessoas transgêneros, transexuais e travestis por estarem fora desse padrão. Compreendendo que a sociedade foi se construindo e criando suas normas, é relevante discorrer sobre a formação da identificação com o ser homem e ser mulher, entendendo que o órgão sexual não vai ser esse delimitador de gênero, existindo assim a identidade de gênero, a qual se caracteriza por como o sujeito se identifica e se expressa, independente do seu sexo biológico (SCOTT, 1995). É coerente se afirmar que por não seguirem essas regras culturais, os/as transexuais e travestis sofrem de forma violenta, uma exclusão da sociedade, sendo colocados à margem, tendo seus respectivos corpos vistos como objetos de estudo científico. Dessa forma, acabam sendo investigados, estudados e analisados, por psiquiatras, psicólogos e psicanalistas, em uma tentativa de entender porque esses sujeitos não seguiram o padrão estabelecido, de forma oculta, pela sociedade (LONGARAY, RIBEIRO, 2016). É perceptível que ocorre uma junção das ciências humanas, dos saberes médicos e psi e da própria sociedade para buscar o que está “errado” nas pessoas transgêneros, transexuais e travestis. Essa busca por um erro acaba afetando a saúde mental dessas pessoas, pois as mesmas são nomeadas de estranhas, doentes, aberrações, sendo privadas de terem uma vida digna como o restante da sociedade.

METODOLOGIA

Este artigo se utilizou da metodologia de pesquisa qualitativa de dados, por meio da Análise Temática, a qual se caracteriza por identificar, analisar, explicar e descrever os temas a partir dos dados qualitativos que foram selecionados no processo de busca. Sendo também um estudo descritivo, onde pretende descrever determinadas características de uma população. Realizou-se uma pesquisa virtual nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), foram encontrados 8.575 artigos na plataforma Scielo e 930 na plataforma Pepsic, sendo selecionados dentro desse resultado 16 artigos da Scielo e 2 da Pepsic, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a realização da saturação dos dados e da leitura do material, utilizou-se 16 artigos que se correlacionam com a temática proposta, sendo esse material dividido em 4 categorias temáticas intituladas por: (1) Papel da psicologia na história da transexualidade e o sentido da diversidade sexual, (2) Visão dos profissionais da saúde sobre o processo saúde-doença da população trans, (3) Dificil acesso das populações trans aos serviços de saúde e o (4) atendimento humanizado à população trans nos serviços de atenção básica à saúde. Dessa maneira conseguimos analisar e compreender criticamente de que maneira são realizados os atendimentos com a população trans nas Unidades Básicas de Saúde, assim como proposto no nosso objetivo geral. Constatando que as mudanças ainda são recentes, incluindo a criação de políticas públicas, sendo relevante a produção de mais conhecimentos, programas de inclusão e de capacitação para os profissionais da saúde, visando mais a subjetividade do público trans e menos o olhar pautado na patologização da transexualidade. Observando as categorias de análise temática que perpassam pela área da saúde, fica evidente a presença de discriminação e exclusão das pessoas transgêneros, travestis e transexuais, sendo claro a existência do preconceito baseado nas regras de gênero que foram construídas socialmente, como bem foi discutido. Sendo perceptível que os atendimentos realizados dessa maneira implicam na saúde dessa população, sendo ela física, mental e social, tornando-as mais vulneráveis na sociedade.

REFERÊNCIAS

- MEIRA, J. C. Estudos de Gênero e Historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 27, n. 2 - Jul/Dez. 2014 – ISSN online 1981-3082
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. 20(2):71-99. Porto Alegre: jul./dez. 1995.
- LONGARAY, Deise Azevedo.; RIBEIRO, Paula Regina C. Travestis e Transexuais: Corpos (Trans)formados e produção da feminilidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 761-784, setembro-dezembro/2016.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E EDUCAÇÃO: O USO DA AFETIVIDADE NO ENSINO EMERGENCIAL

Valéria Caminha¹ (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: valeria.caminha@fvj.br), Thahyana Mara Valente Lima² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo objetiva a compreensão das contribuições da análise do comportamento para o processo de ensino aprendizagem através da afetividade no ensino emergencial, por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, utilizando-se de 11 artigos, publicados entre 2011 e 2021, assim como livros e sites governamentais. Sendo as instituições educacionais são compreendidas pela análise do comportamento como agências de controle coercitivas, por influenciarem diretamente nos comportamentos do indivíduo de modo coercitivo, através de controles aversivos, visando a obediência dos alunos ao processo de ensino aprendizagem. Sendo a afetividade compreendida como um reforço social de grande importância para a aquisição e estabelecimento de novos comportamentos educacionais, como também de vinculação entre o professor, proporcionando um processo de ensino aprendizagem mais harmonioso e prazeroso. A pandemia do COVID-19 ocasionou diversas mudanças, entre elas a modificação para o modo de ensino remoto emergencial, que dispunha de videoconferências síncronas e atividades assíncronas, aos quais os professores encontraram dificuldade de manejo, já que não possuíam domínio sobre os novos recursos. Gerando problemas de saúde mental, em decorrência das adaptações do novo contexto, com sobrecarga de trabalho, enfraquecimento da vinculação entre aluno-professor, diminuição no desempenho esperado dos alunos. Concluindo-se que a afetividade é de fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem, tornando o processo mais prazeroso e aumentando a probabilidade de generalização desses comportamentos, com menos respostas emocionais negativas, entretanto as literaturas disponíveis sobre o assunto ainda são escassas.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Educação; Relação afetiva; Ensino Remoto Emergencial; Reforçamento.

INTRODUÇÃO

Skinner traz que a aprendizagem está atrelada a modificação do comportamento do organismo, expondo a importância dos esquemas de reforçamento, utilizados para aumentar a probabilidade de repetição e de fortalecimento desse comportamento, mesmo quando o estímulo reforçador não é mais imediatamente apresentado (SKINNER, 1972 [1968]).

De Oliveira Alves e De Abreu (2017) trazem que a vinculação afetiva entre o professor e o aluno pode proporcionar uma relação de ensino-aprendizagem mais harmoniosa e prazerosa, onde os alunos se apresentam mais calmos e com uma menor tendência a indisciplina, enfatizando a importância da expressão de sentimentos e o acolhimento dos mesmos para a melhoria do processo de ensino.

Assim, este artigo visa responder como a vinculação afetiva entre aluno e professor pode impactar no atual contexto de ensino remoto emergencial através do olhar da análise do comportamento, utilizando-se para tanto de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico narrativo. Objetivando a compreensão das contribuições da análise do comportamento para o processo de ensino aprendizagem através da afetividade no ensino emergencial, através da identificação dos materiais já produzidos pela análise do comportamento sobre afetividade e o processo de ensino-aprendizagem, posteriormente apresentando a relação da afetividade no ensino remoto emergencial e suas consequências, assim como demonstrar as possíveis contribuições da análise do comportamento para metodologias ativas para a aprendizagem.

MARCO TEORICO

Uma abordagem a ser levada em consideração sobre o processo de ensino-aprendizagem é a análise do comportamento, visto que seu criador, Burrhus Frederic Skinner, defendia que a sua teoria poderia contribuir com a educação em vários aspectos através da sua concepção de homem, em sua interação recíproca com seu ambiente interno e externo, assim como com sua herança genética, sua história de vida e a cultura em que está inserido, além da aplicação e sistematização dos seus princípios dentro dos ambientes educacionais (HENKLAIN; CARMO, 2013).

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) compreende que em decorrência da imprevisibilidade do evento, as instituições de ensino não estariam preparadas para a modificação da modalidade de ensino, propondo-se a ser um ensino temporal e emergencial “[...] em tempo síncrono, por intermédio de videoaulas e de conferências web. As atividades vão adiante em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) de maneira assíncrona.” (MACHADO; MARTINS; CALDAS, 2021, p. 306).

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, onde a revisão bibliográfica é compreendida por Gil (2017), como uma pesquisa realizada através de materiais já publicados, sejam eles de acesso físico ou online, indo desde de livros, artigos, teses e dissertações, revistas, anais de eventos científicos. Já no método narrativo o pesquisador descreve os fatos pesquisados de modo contextualizado historicamente, mantendo certa ordenação cronológica sobre o início, meio e fim dos fatos selecionados (GIL, 2017).

Visando compreender como a relação afetiva entre aluno e professor pode impactar no atual contexto de ensino remoto emergencial através do olhar da análise do comportamento, foram utilizados livros e artigos encontrados nas base de dados online *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), assim como sites de buscas como o Google Acadêmico, usando como descritores: “Ensino Remoto Emergência”, “Ensino à Distância”, “Educação”, “Análise do Comportamento Aplicado”, “relação afetiva aluno-professor”, “vínculo aluno-professor”, “Vínculo afetivo”. Apresentando como critério de inclusão terem sido publicados entre 2011 e 2021 e serem em idioma português e como critério de exclusão, artigos publicados fora do período entre 2011 e 2021, que não apresentem texto em idioma português, teses, dissertação e artigos que não contemplaram no mínimo dois descritores.

A análise dos dados obtidos foi feita através da leitura crítica dos mesmos, visando a investigação da relação já existente da análise do comportamento com o ambiente educacional, assim possibilitando a compreensão dos possíveis benefícios da afetividade durante a utilização do Ensino Remoto Emergencial, tendo sido selecionado 11 textos dentro dos 49 encontrados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Outros autores compartilham do pensamento de Skinner, ao reforçarem a importância da organização das contingências apresentadas dentro da sala de aula, assim como de uma maior oferta de reforçadores positivos em detrimento da de estímulos aversivos e o conhecimento sobre a história de vida do aluno para que possa desfrutar de um processo de ensino e aprendizagem adequado as suas necessidades (HENKLAIN; CARMO, 2013)

Necessitando que o professor organize os conteúdos ministrados de modo hierarquizado, do mais simples ao mais complexo, tornando o processo de aprendizagem mais fácil e motivador a participação do estudante, assim como o cuidado e a compreensão das habilidades já dominadas pelo mesmo, além do cuidado ao modo como fará a distribuição das contingências de reforçamento positivo (HENKLAIN; CARMO, 2013; SKINNER, 1972 [1968]).

Sendo através dessa vinculação afetiva que o aluno se sente confortável em expressar suas emoções, de receber atenção, carinho e ser reconhecido e valorizado, diminuindo assim a indisciplina dentro da sala de aula, incidindo diretamente nas relações sociais no ambiente escolar, assim como na criação de comportamentos de autonomia e motivação para os estudos (DE OLIVEIRA ALVES; DE ABREU, 2017).

No entanto, um ponto muito recorrente nos relatos de professores é a dificuldade de adaptar-se em um curto espaço de tempo ao novo modo de ensino, assim como a falta de suporte para o mesmo, principalmente para a utilização de plataformas e aplicativos ao qual não possuíam uma capacitação, além de precisar ressignificar seu papel como docente e os modos e interações utilizados durante o processo de ensino (MACHADO; MARTINS; CALDAS, 2021).

Apesar do remoto trazer a proposta de um ensino mais inclusivo, visto que barreiras de espaço não seriam mais um problema, entretanto a realidade é que ainda são poucos os indivíduos que podem contar com uma boa infraestrutura tecnológica, assim como de um ambiente confortável, de suporte familiar e cuidados à saúde mental para a continuidade de uma rotina de estudos, aumentando ainda mais as diferenciações entre os alunos da rede pública e da rede privada (MACHADO; MARTINS; CALDAS, 2021).

Entretanto as experiências educacionais vivenciadas durante a pandemia do COVID-19, abriram as portas para a utilização de novas ferramentas online para a complementaridade do ensino presencial, possibilitando uma metodologia mais ativa com relação à participação dos alunos no seu processo de aprendizagem, através de ferramentas como a gamificação, a sala de aula invertida, o próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Skinner 1972 [1968] traz a utilização de máquinas de ensinar, instrumentos tecnológicos que disponham de contingências de reforço, possibilitando a individualização do processo de aprendizagem, com maior rapidez nas dispensações de reforços e aquisição de dados, ainda tendo como peça-chave a interação entre aluno e professor.

Logo, pesar de já ser comprovado que a vinculação afetiva entre aluno e professor pode modificar os contextos de sala de aula e até mesmo fora dela, proporcionando não apenas a aquisição de comportamentos de motivação e autonomia, mas uma maior engajamento no processo, ainda assim existem poucas obras que tratam desse fenômeno dentro do Ensino Remoto Emergencial (ERE), visto que essa temática ainda é muito recente, assim como as publicações voltadas a análise do comportamento dentro do ambiente escolar são escassas.

O presente trabalho pretende contribuir para o aprimoramento da educação, através de prática mais reforçadoras, visando uma maior participação do aluno dentro do seu processo de aprendizagem e a necessidade de suporte dos docentes no processo de ensino, visando uma relação mais proveitosa e benéfica entre ambos, diminuindo as ações coercitivas, contracontrole e das sequelas emocionais decorrentes do uso dos mesmos, assim como a melhoria da saúde mental durante todo o processo educacional.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA ALVES, Vanuza; DE ABREU, Sandra Elaine Aires. O VÍNCULO AFETIVO NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E A APRENDIZAGEM. **REVISTA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**, v. 2, n. 2, p. 125-138, 2017. Disponível em: < <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4479> >. Acesso em: 27 set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; CARMO, João dos Santos. Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de pesquisa**, [s. l.], v. 43, n. 149, p. 704-723, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000200016&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 27 set. 2021.

MACHADO, Fátima; MARTINS, Marcelo; CALDAS, Viviane. Relatos de experiência docente: a atuação do professor no ensino remoto emergencial. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade–RIET**, v. 2, n. 2, p. 304-312, 2021. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/13643/7970>>. Acesso em: 27 set. 2021.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Tecnologia do ensino**. Tradução: Rodolfo Assis. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972 [1968].

PARA ALÉM DA AGRESSÃO: CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA À MULHER*

Thainá Simões Frota¹ (Aluna do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: taysimes@gmail.com), Thahyana Mara Valente Lima² (Orientadora -Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura narrativa da temática. Para tanto os artigos foram pesquisados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Utilizou-se descritores como: “violência contra a mulher”, “violência doméstica”, “violência doméstica e análise do comportamento” e “consequências psicológicas da violência doméstica”. Os artigos foram estabelecidos após passarem por uma leitura inicial de título, resumo, palavras-chaves mencionadas nos descritores online. Como critério de inclusão, foram selecionados artigos relacionados ao tema no qual poderiam apresentar o idioma português e o qual abordam de forma íntegra a violência doméstica contra a mulher. Os critérios de exclusão foram estabelecidos para aqueles que mencionaram o tema, porém não aprofundaram ou detalharam o assunto abordado. Com a integração dos critérios de inclusão desse estudo, foram excluídos 130 periódicos, restando 18 artigos incluídos na pesquisa. Conclui-se que a violência, ao longo da história se perpetua de forma cultural e comportamental, resultando em agravos para saúde física, mental, social e outras áreas de mulheres que vivem nessas condições, danos que provocam sequelas irreversíveis.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Gênero. Análise do Comportamento.

INTRODUÇÃO

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) avaliam que, no mundo, em cada três mulheres uma é, já foi ou será vítima da violência doméstica. (FREITAS *et al.*, 2015). O índice no Brasil já chegou a estimativa de mais de 90 mil óbitos de mulheres vítimas de feminicídio desde a criação da Lei Maria da Penha, o que revela que mesmo com mecanismo para coibir tal crime, ainda não é suficiente, visto que os dados são elevados. Ocupando a 5ª posição no ranking mundial de homicídios de mulheres, o país fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia (FERRAZ; SILVA; SIMÕES, 2020). É necessário reconhecer que existe uma estrutura, um sistema que cria, alimenta e promove a violência contra as mulheres. Para uma melhor compreensão do fenômeno da violência em especial contra a mulher, é preciso o conhecimento de dois conceitos relevantes: o gênero e o patriarcado. (CARNEIRO, 2020). A violência está sendo considerada como um fator sério de risco à saúde mental das mulheres, visto que deixam suas vítimas suscetíveis de forma psíquica, sendo a causa de agravos à qualidade de vida e ao avanço de comportamentos considerados de risco. (SÁ, 2011). No Brasil, a temática ganhou repercussão através do movimento feminista. A forma como era vista a mulher no espaço conjugal foi um dos maiores propósitos do movimento, trazendo para o público algo que era tido como particular. Partindo para o legislativo, a Lei Maria da Penha 11.340, de 7 de agosto de 2006, foi validada e cria procedimentos e meios para a coerção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Perante a lei os casos de violência no

âmbito domiciliar contra a mulher é crime. (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013). Nessa circunstância, a violência contra a mulher acontece, sobretudo, no ambiente do lar, visto como um lugar propício para essa situação. Desse modo, pode se apresentar de diferentes formas: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. (CASTILHO, 2012). Propõe-se averiguar como objetivo principal do estudo o processo da violência contra a mulher no âmbito doméstico.

MARCO TEÓRICO

Inúmeros estudos trazem o quanto os valores culturais machistas e do patriarcado que ainda são estruturantes na sociedade estão vinculadas às gravidades das recorrências de violências que acometem mulheres e a preocupante desigualdade de poderes e direitos que fazem parte de suas vivências, resistindo em sociedade. Nessa perspectiva de gênero, ocorre um aumento ou intensifica-se a violência. (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). A violência pode ser entendida como manifestação comportamental, podendo ser identificada no decorrer da história da humanidade, e que a mesma pode se expressar de muitas formas (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014). Segundo Skinner, o comportamento é selecionado por três níveis: filogenético, ontogenético e cultural. Dentro do modelo explicativo de Skinner, o terceiro nível, o cultural, é tido como o de contingências características de reforço social mantidas por um grupo. Nesse nível atua a seleção de práticas culturais e a consequência seletiva é a subsistência da cultura, através da continuação de determinadas práticas em um grupo social, que permanecem, dentro da história de um grupo, a fim de colaborar para a solução de seus respectivos problemas. (SKINNER, 1981).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa, realizada no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes DeCS (Descritores em Ciência da Saúde): violência contra a mulher; violência doméstica, violência doméstica e análise do comportamento e consequências psicológicas da violência doméstica. Os artigos foram estabelecidos após passarem por uma leitura inicial de título, resumo, palavras-chaves mencionadas nos descritores online. Como critério de inclusão artigos relacionados ao tema no qual poderiam apresentar o idioma português e onde abordam de forma íntegra a violência doméstica contra a mulher. Os critérios de exclusão foram estabelecidos para aqueles que mencionaram o tema, porém não aprofundaram ou detalharam o assunto abordado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, a violência contra a mulher é o ato posto em prática por causa de gênero. Os teóricos afirmam que essa violência sempre esteve presente e está relacionada a múltiplos fatores, particularmente à temática de gênero (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). O termo gênero é complexo e ainda muito entendido com a ideia do sexo feminino, quando o seu surgimento é para distinguir exatamente isto. O termo gênero transparece de natureza social, simbólica e material, não de formato biológico. Percebe-se em relatos de mulheres vítimas da agressão, essa não compreensão do conceito, mas nos discursos revelam essa questão da desigualdade social entre sexos, ao mencionarem como causas da violência, o cultural e o machismos, vista como manifestações diretamente do controle e domínio sobre a mulher. (ALMEIDA; SILVA; MACHADO, 2014). Na concepção de Vieira, Padoin e

Paula (2010), o lar consiste como sendo o lugar da violência contra as mulheres, o contexto do privado é delimitado como o ambiente em que ocorre a violência tanto conjugal como doméstica. Dessa maneira, é nesse espaço que práticas violentas contra a mulher acontecem das mais diferentes formas. É de muita relevância discussões no que diz respeito aos tipos de violência doméstica contra a mulher, visto que essa violência vai além do aspecto físico, perceptível por uma questão visual, mas pode existir de outras formas, menos explícitas, mas tão danosas quanto. (CIDREIRA, 2017). O efeito dessa violência, sofrida pelas mulheres, incorpora em prejuízos no aspecto biológico, psicológico, moral e social, consequências essas que complicam a experiência de poder viver de forma igual humana e socialmente, de forma integral. A continuidade e a complexidade das formas de manifestação dessa violência, à medida do tempo, sinalizam a relevância do tema e se faz necessário pesquisar, compreender, como esse ato atinge a mulher no processo de viver, adoecer e morrer. (LUCENA *et al.*, 2016). Esse estudo reitera a violência doméstica contra a mulher como uma prática que, quaisquer que sejam os motivos que culminam tal ato, em sua maior parte, é resultado daquilo que tem como sentimento, na questão de posse e domínio sobre a mulher. Neste trabalho foi pretendido elaborar um material que tivesse uma compreensão possível do processo de uma violência contra a mulher à luz da Análise do Comportamento que colabora para compreensão de tal prática, pela análise funcional dos comportamentos, correlacionando o comportamento agressor às características de reforço social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R., SILVA, ATMC, MACHADO, L. S. **O objeto, a finalidade e os instrumentos do processo de trabalho em saúde na atenção à violência de gênero em um serviço de atenção básica.** Interface (Botucatu) 18 (48), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/4msY5xCRYsRJcwHrJTVD95p/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). **Violência doméstica contra a mulher:** realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/?lang=pt&format=html>. Acesso em 11 set. 2021.
- LUCENA, K.D.T. *et al.* **Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher.** J. Hum. Growth Dev., São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010412822016000200003. Acesso em: 05 nov. 2021.
- SKINNER, B. F. (1981). **Selection by consequences.** *Science*, 213(4507), 501-504.

A INFLUÊNCIA DOS JOGOS DE TELA NA CONSTRUÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Rute Duarte de Maria¹, aluna do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe E-mail: rute.maria@fvj.br, Orientadora Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br)

RESUMO

O presente artigo visa estudar a relação entre uso dos jogos eletrônicos e de telas na formação comportamental de crianças e adolescentes, buscando perceber os efeitos que possam influenciar em suas interações interpessoais, e a relação da construção de um personagem em um ambiente virtual influenciando na realidade desses usuários. Para tanto, foi realizada a leitura (de forma sistemática) de artigos acadêmicos e científicos, monografias, dissertações e teses, como também estudos publicados por instituições de pesquisa na área de Psicologia e Pediatria. A partir disso, buscou-se entender como o consumo de jogos virtuais (*games*) influenciam na formação sociocultural de crianças e adolescentes. Assim, tomou-se como referência os conceitos desenvolvidos por Jean Piaget (1973), que separa o desenvolvimento humano em quatro fases que são: etapa sensório-motor, etapa pré-operacional, etapa das operações concretas e etapa das operações formais. Desse modo, analisando os processos do comportamento humano em referência da relação do consumo de jogos eletrônicos e sua influência na formação do comportamento dos adolescentes, abordando de forma exploratória e impessoal.

Palavras-Chave: Jogos eletrônicos. Jogos de tela. Ambiente virtual. Comportamento infante-juvenil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estudar a relação do comportamento infante-juvenil com o uso das mídias e suas influências, bem como os jogos eletrônicos e de telas na formação do desenvolvimento e comportamento de crianças e adolescentes, buscando perceber os efeitos que possam influenciar em suas interações interpessoais, e a relação da construção de um personagem em um ambiente virtual influenciando na realidade desses usuários. Desde os primórdios, as crianças são ensinadas a como aprender e como pensar, desenvolvendo formas do raciocínio e aprendizagem, sendo estes um produto direto de interações sociais, como uma troca de informações e vivências entre as crianças e os adultos. Boa parte do que as crianças aprendem ocorre espontaneamente, enquanto elas brincam, observam, perguntam, experimentam e vivenciam o mundo à sua volta (WOOD, 1988; 1998). Segundo Piaget (1973), a criança é inserida numa estrutura de troca de relações significativas, que são assimiladas na construção do conhecimento aos moldes da comunidade em que se encontra. Com os avanços do mundo moderno e das tecnologias, as formas de convivência se tornaram múltiplas, para além do contato físico direto com outras pessoas, mas, ultrapassando distâncias e culturas através das telas e da internet. Tudo isso tornou possível, através dos programas de computadores, a criação de novos mundos virtuais para seus usuários, também como novas formas de compartilhamento de vivências e criação de modos alternativos de relacionamentos (COTONHOTO et al., 2019). Assim, Rich (2013), aponta que o ambiente virtual se torna um ambiente seguro para os adolescentes, já que são mundos construídos pelos próprios usuários, que ficam imersos no on-line. Encontram nesses espaços novas experiências, desafios e aventuras, os quais não têm acesso ou oportunidade na “realidade”. Por outro lado, nesses ambientes os jovens podem se tornar vulneráveis e propensos a riscos, isso por não saberem se comportar e controlar suas ações ao ponto que a tecnologia avança. Por outro lado, Cotonhoto et al. (2019), aponta que com os avanços das plataformas digitais e

a modernização dos equipamentos eletrônicos, podemos perceber que o seu uso desenfreado vem gerando efeitos negativos como vícios e prejuízos emocionais e dissociativos; podendo também despertar comportamentos agressivos, anti sociais, dependência e em alguns casos, depressão. Isso nos faz acreditar que os jovens são influenciados diretamente pelas tecnologias e pelos jogos e conteúdos que consomem. Nesta perspectiva, este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que busca entender a influência dos jogos eletrônicos na formação do comportamento de crianças e adolescentes, percebendo os efeitos que possam influenciar em suas interações interpessoais. A partir da leitura de artigos, monografias e dissertações referente aos jogos e o desenvolvimento tecnológico durante a década de 2010, e também sobre o processo de democratização da internet, buscamos entender como essas ferramentas contribuem para o entretenimento dos jogadores e influenciam o comportamento humano e suas relações com a sociedade, de acordo com sua evolução.

METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir da leitura (de forma sistemática) de artigos acadêmicos e científicos, monografias, dissertações e teses, como também estudos publicados por instituições de pesquisa na área de Psicologia e Pediatria. A partir disso, buscou-se entender como o consumo de jogos virtuais (*games*) influenciam na formação sociocultural de crianças e adolescentes. Aqui, estabelecemos diálogos com autores/pesquisadores, apontando interferências e as relações dos *games* com crianças e adolescentes. As pesquisas foram realizadas nos sites como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, Portal de periódicos eletrônicos e Periódicos eletrônicos em Psicologia (Pepsic), e a própria biblioteca da faculdade com as seguintes especificações em palavras-chave: comportamento da criança, desenvolvimento infanto-juvenil, jogos eletrônicos e jogos de telas. Isso ajudou na formulação da problemática e a entender o que os apontamentos dos pesquisadores acerca do assunto. Com os fichamentos feitos e comentados, procurou-se estudos estatísticos que ajudassem a compreender a dimensão do problema em escala. Por fim, dissertamos sobre a temática, formando assim, como produto final este artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os jogos, em sua diversidade de formas e meios (físicos e digitais), são manifestações instrumentais utilizadas para ajudar no processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades por meio do lúdico. Segundo Cotonhoto et al. (2019), os jogos sempre exerceram uma função de entretenimento e expõe a sociedade a experimentos comportamentais variados, de acordo com o contexto histórico em que se encontra. Assim, presente em variadas épocas da história, os jogos acompanharam a evolução da humanidade e suas adaptações culturais. Com os avanços das plataformas digitais e a modernização dos equipamentos eletrônicos, podemos perceber que o seu uso desenfreado vem gerando efeitos negativos como vícios e prejuízos emocionais e dissociativos; podendo também despertar comportamentos agressivos, anti sociais, dependência e em alguns casos, depressão. Diante da vasta informação acerca dos estudos do comportamento infanto-juvenil e da aprendizagem, tomamos como referência conceitos desenvolvidos por Jean Piaget, que separa o desenvolvimento humano em quatro fases que são: etapa sensório-motor, etapa pré-operacional, etapa das operações concretas e etapa das operações formais. Então, para Piaget, existe um sistema de trocas entre o indivíduo e o meio, que se estabelece em assimilação e acomodação. Por um lado, o ser age sobre o objeto, apropriando-se do objeto e resignificando para si. À medida da sua capacidade e fase cognitiva, a acomodação leva a reestruturação de reprodução de aprendizado e mudanças (PIAGET, 1973). Na perspectiva evolutiva, cada vez mais cedo crianças são expostas as telas digitais, ao acesso a internet e

aos meios eletrônicos de comunicação. Ou seja, nestes últimos anos, desde a infância o corpo vem sofrendo alterações e se adaptando a telas digitais em um período fundamental de crescimento e desenvolvimento, sendo que, posteriormente, esse consumo trará consequências fisiológicas e comportamentais (OLIVEIRA et al. 2017). O mesmo autor aponta que o consumo constante de jogos virtuais como uma válvula de escape que o organismo encontrou para conviver civilizadamente em sociedade para condutas e pensamentos agressivos. Mas pode provocar hostilidade de "antissocialíssimo" a sua volta, podendo estimular o indivíduo a acreditar que existem riscos iminentes pelo mundo, o fazendo aderir a postura agressiva, diminuindo assim sua capacidade de julgamento e seu "uso inadequado ou excessivo de internet e dos jogos eletrônicos podem trazer consequências para a saúde, como lesões relacionadas a má postura, sedentarismo e privação de sono" (OLIVEIRA et al., 2017, p. 4). Dentre os fatores que podem induzir esses comportamentos estão o aumento da excitação fisiológica, pensamentos e afetos violentos, bem como a diminuição de comportamentos pró-sociais. O comportamento violento leva a uma conduta agressiva, podendo estar baseada na ideia de que o indivíduo se identifica com personagem e ao jogar se liberta das amarras sociais que o impediam de entrar em um estado selvagem de violência (OLIVEIRA et al., 2009). A respeito da recepção e do uso de jogos eletrônicos por crianças e adolescentes traz ao debate perspectivas positivas e negativas. Mas, esses apontamentos se dão a partir da percepção da criança e do adolescente como seres sociais e humanos em fase de formação das suas personalidades e das suas relações com meio de convivência com outras pessoas (PIAGET, 1973). Adolescentes e crianças nascidos no início do século XXI, estão inseridos e acompanham o desenvolvimento das ferramentas digitais, sendo as pessoas que melhor se adaptam aos novos usos e costumes da Era Virtual. Sendo eles dominadores dessas modernidades, sua interação se torna mais evidente. O mesmo aponta que o ambiente virtual se torna um ambiente seguro para os adolescentes, já que são mundos construídos pelos próprios usuários, que ficam imersos no on-line. Encontram nesses espaços novas experiências, desafios e aventuras, os quais não têm acesso ou oportunidade na "realidade". Para eles, a realidade e o virtual coexistem de forma a interferir um no outro, resultando na forma de comportamento e nas relações, sendo possível que as ações dos indivíduos sejam as mesmas nos dois mundos (RICH, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma vasta literatura que aborda a temática em vários aspectos, como efeitos benéficos e negativos dos *games* para o público infanto-juvenil. No entanto, essas bibliografias pouco abordam questões quantitativas, de forma que não demonstram dados estatísticos no âmbito nacional sobre as consequências do consumo em excesso dos jogos. Assim, nesses pontos não foi possível abordar outras questões que seriam fundamentais para o aprofundamento desta pesquisa, como por exemplo os tipos de jogos mais comuns entre o público infanto-juvenil e o quantitativo de usuários. Com isso, podemos aferir que o uso dos jogos virtuais e a interferência no comportamento e na formação da identidade social de crianças e adolescentes se dão pelo modo e tempo de consumo, pela forma de supervisão ou ausência dos pais e responsáveis na participação e interação na vida de suas proles. E esse uso desregulado dos games pode ocasionar problemas de saúde, tanto fisiológica quanto psíquica, sendo esses os pontos que foram abordados parcialmente neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTONHOTO, Larissy Alves; ROSSETTI, Claudia Broetto; MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine. A importância do jogo e da brincadeira na prática pedagógica. **Constr. psicopedagoga**. São Paulo, v. 27, n. 28, p. 37-47, 2019.

OLIVEIRA, Maria Paula Magalhães Tavares de et al. Uso de Internet e de Jogos Eletrônicos entre Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social. **Trends in Psychology**. 2017, v. 25, n. 3, pp. 1167-1183. Disponível em: <<https://doi.org/10.9788/TP2017.3-13Pt>>. Acesso em: 26 out. 2021.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RICH, M. As mídias e seus efeitos na saúde e no desenvolvimento de crianças e adolescentes: reestruturando a questão da era digital. In DE ABREU, Cristiano Nabuco; EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. (orgs.). **Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais**. Artmed Editora, Porto Alegre, 2013. p. 29-46.

WOOD, David. **Como as crianças pensam e aprendem: os contextos sociais do desenvolvimento cognitivo**. 1 ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE COM RELAÇÕES ABUSIVAS EM PERÍODO DE PANDEMIA

ANXIETY DISORDER WITH ABUSIVE RELATIONSHIPS IN A PANDEMIC PERIOD

Rosiane de Oliveira Nascimento¹ (Aluna do Curso de Psicologia pela Faculdade do Vale Jaguaribe–Aracati/CE, e-mail: roseannygui@hotmail.com; rosiane.nascimento@fvj.br) **Thahyana Mara Valente Lima**² Orientadora do Curso de Psicologia pela Faculdade do Vale Jaguaribe–Aracati/CE, e-mail: thahyana.valente@fvj.br)

RESUMO

A vivência de um relacionamento abusivo pode desencadear uma série de fatores emocionais aversivos, sendo a ansiedade a primeira a ser percebida. Além deste fato, vive-se uma crise sanitária com a pandemia de COVID-19, o que piora a percepção desse fator. A partir do exposto o presente artigo traz como objetivo geral compreender a correlação entre relacionamentos abusivos e transtorno de ansiedade em período de pandemia, assim como as possíveis contribuições da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) neste enfrentamento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, contendo uma revisão integrativa, buscou-se obter os resultados através da análise de dados. Percebeu-se que a COVID-19 trouxe repercussões macroestruturais ao status econômico, social e laboral, aumentando os índices de transtornos de ansiedade, violência doméstica e impactos no funcionamento familiar.

Palavras-Chave: Transtorno de Ansiedade. Relacionamento Abusivo. Terapia Cognitivo Comportamental.

INTRODUÇÃO

Os transtornos de ansiedade formam o grupo com maior prevalência dentro dos transtornos psiquiátricos. Neste momento, reconhece-se que boa parte da população vive sob alguma forma de crise, pressão e incertezas. A escolha do tema se deu devido à preocupação com a saúde mental da população, que se intensifica e a sociedade hoje está por muitas vezes sendo considerada a sociedade da ansiedade (GUIMARAES et al. 2015). Sendo, portanto, necessária, em vista disso, uma melhor compreensão desse transtorno. Os relacionamentos abusivos podem ser caracterizados por relações interpessoais onde se predispõe a existência de vínculos afetivos e graus de intimidade entre agressor e vítima, sendo estes caracterizados por coesão, persuasão, cerceamento da liberdade, manipulação, dentre outros. A ansiedade é descrita por estudiosos como uma reação natural e necessária ao corpo, quando em excesso, traz consequências comprometedoras para a vida do indivíduo. Então, ela passa de reação natural a transtorno. O transtorno de ansiedade evidencia-se através de sinais e sintomas somáticos e psicológicos que interferem no funcionamento cognitivo e comportamental. (OLIVEIRA, 2011). Viver um relacionamento abusivo, elicia o aumento de quadros ansiogênicos nas mulheres. Portanto, faz-se necessário desenvolver mecanismos de apoio, acolhimento e tratamento em saúde mental eficazes, que objetivem minimizar as múltiplas vulnerabilidades sofridas pelas mulheres nesse contexto.

MARCO TEÓRICO

A ansiedade é caracterizada como patológica quando há exagero desproporcional em relação ao estímulo ou interfere na qualidade de vida, o conforto emocional ou o desempenho diário do indivíduo. Reações exageradas ao estímulo antigênico se desenvolvem, mais frequentemente, em pessoas com uma predisposição neurobiológica herdada. Com o objetivo de categorizar os transtornos mentais auxiliando o profissional a diagnosticar o paciente, foi criado pela Associação Americana de Psiquiatria o manual estatístico dos transtornos mentais IV -DSM-IV-TR igualmente chamado foi estabelecido critérios para o diagnóstico de cada um dos tipos de perturbações da ansiedade. A ansiedade de acordo DSM-5 (2014), compreendem os transtornos que compartilham características “de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados”. De acordo como o DSM-5(2014), “medo é a resposta emocional a ameaça imediata real ou percebida, ” ao passo que a “ansiedade é a antecipação de ameaça futura.” Compreende-se que esses dois estados assim como se acrescentam, também se estremam, a partir desse entendimento, da mesma forma, o medo sendo com mais frequência associado a períodos de irritabilidade independente (*American Psychiatric Association, 2014*). A duração dos sintomas de ansiedade e medo é o que vai definir se é um transtorno ou não. A ansiedade é definida por Clark e Beck (2012, p.18) como “um estado emocional complexo muito mais prolongado que muitas vezes é desencadeado por um medo inicial”, assim sendo, uma experiência bem mais lenta e prolongada que o medo, trazendo consigo vários sintomas, dos quais físicos e psíquicos. A exposição constante a fatores aversivos e a não resolutividade destas situações, ocasionam um conflito psíquico desencadeiam reações desajustadas, como a ansiedade. (GUIMARAES et al, 2015). A TCC conforme Hofmann (2014) é uma estratégia altamente eficiente para lidar com vários transtornos Mentais. Sendo uma vertente da psicoterapia, com a finalidade de ajudar as pessoas a superarem seus problemas emocionais. A TCC tem capacidade de orientar, acompanhar e faz-lo enxergar para identificar e modificar os pensamentos automáticos, sendo capaz de avaliar a sua funcionalidade de modo a dar respostas adequadas e reação. A TCC tem buscado maneiras de tratar a ansiedade com muito bons resultados e sucesso. Assim sendo, as mulheres vivem em relacionamentos abusivos teriam grandes oportunidade de melhorar emocionalmente através de sessões de terapia com a abordagem TCC e, até mesmo, a possibilidade de tratar a ansiedade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura integrativa com perspectiva descritiva, com o objetivo de compreender a correlação entre relacionamentos abusivos e transtorno de ansiedade em período de pandemia e a contribuição da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), as possibilidades estratégicas para ter base quanto a ansiedade e seus tipos e o tratamento, este estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, contendo uma revisão integrativa que Souza, Silva e Carvalho (2010), na busca da de obtenção dos resultados sistemático, que seja relevante a fomentação da prática através da análise de dados. Foi realizada a busca das produções científicas na base de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scielo* e *Pepsic* cuja temática esteja voltada aos descritores “Transtorno de Ansiedade”, “Relacionamento Abusivo”, “Terapia Cognitivo Comportamental” e “Pandemia”. Como critério de inclusão foram selecionados como marcador de publicação, artigos publicados entre o ano de 2008 a 2020.

RESULTADOS

De acordo com a análise dos artigos feita nesse estudo, percebeu-se que, para o estudo da ansiedade, os artigos indicam possibilidades estratégicas no uso da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), esta é uma subárea da psicologia que estuda as relações entre cognição e comportamento, com um aparato técnico-teórico direto, breve e específico e se qualifica por ter sessões clínicas estruturadas e definidas, orientadas ao presente, trabalhando com demandas atuais. No tocante a ansiedade, segundo D'Avila... et.al., (2017) a ansiedade e a preocupação estão relacionadas a três ou mais sintomas, atuais, sendo os mais identificados a inquietação ou sensação de estar no limite, cansar-se facilmente, dificuldade de concentração; irritabilidade, tensão muscular e distúrbios do sono. Já os relacionamentos abusivos são presentes e emergentes na sociedade atual. Por conterem a violência em suas várias tipificações e naturezas podem causar perturbações na saúde física e psicológica de quem vive. Com relação a pandemia é uma grave crise social e a preocupação com a saúde mental da população aumenta nesse período. A pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) de acordo com *World Health Organization* ([WHO], 2020a), pode ser relatada como uma dessas crises, a qual tem se reconhecido como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas, atingindo quase todo o planeta, causando experiências traumáticas e adoecimento, medo e ansiedade.

CONCLUSÕES

No que se refere a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) trata-se de um padrão terapêutico bem estruturado e capaz, envolvendo o desenvolvimento dos problemas do paciente, criando uma relação de confiabilidade entre si, paciente e terapeuta, com realce na contribuição, assistência e na colaboração dinâmica. Ainda sobre a TCC, pode-se considerar uma psicoterapia educativa que se dispõe a aconselhar e orientar técnicas ao cliente para ajudá-lo a reconhecer e identificar o problema, como também a prevenção da recaída. As discussões sobre as relações abusivas no Brasil ainda são recentes, a pandemia, do COVID-19 transformou rapidamente as relações interpessoais, jurídicas, socioeconômicas, revelou a fragilidade do sistema de saúde pública e forçou a edição em tempo recorde de leis e diplomas tendo em vista minimizar os graves impactos ocasionados pela propagação do vírus. Portanto, não há dúvidas de que as relações também foram afetadas pela pandemia do COVID-19, com efeitos e reflexos na saúde psíquica. Insiste-se, portanto, na importância desse assunto deixando claro que outros temas atravessaram esse estudo, mas, em razão da limitação de tempo e formato, não foi possível serem incluídos, mesmo assim acredita-se que se contribui para novas pesquisas, que possam ter em conta o interesse deste a favor da Psicologia e para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CLARK, D.A.; BECK, A.T. 2012. **Terapia cognitiva para os transtornos de ansiedade: ciência e prática**. Porto Alegre, Artmed, 640 p

D'AVILA... et.al., **Processo Patológico do Transtorno de Ansiedade Segundo a Literatura**. Digital Disponível em Português – Revisão Integrativa. Revista Psicologia e Saúde. Revista Psicologia e Saúde, v. 12, n. 2, maio/ago. 2020.

GUIMARAES, A.M.V. et al. **Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica**. Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió v. 3, n.1, p. 115-128, Novembro 2015, periodicos.set.edu.br

HOFMANN. S. G. **Introdução à Terapia cognitivo-Comportamental Contemporânea**. Porto Alegre. Artmed, 2014.

OLIVEIRA, M.I.S. **Intervenção cognitivo-comportamental em transtorno de ansiedade: Relato de Caso**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 2011

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

Romário Costa Barbosa¹

Jaqueline Sobreira Rodrigues²

RESUMO

O seguinte trabalho teve como objetivo identificar as contribuições interventivas da Análise do Comportamento no período da COVID-19, por meio de uma pesquisa de revisão de literatura. Para tal, foram realizadas buscas nos bancos de dados como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi); em publicações online da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, Comportamento em Foco, Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, Revista Brasileira da Análise do Comportamento; em materiais impressos como os de orientações aos psicólogos disponibilizadas pelo Conselho Federal de Psicologia, Cartilhas da Secretária de Saúde do Ceará; sites por meio dos conjuntos de descritores: “Pandemia + Análise do Comportamento”; “Pandemia + Terapia Analítico-Comportamental”; “Isolamento + Pandemia + Terapia Analítico-Comportamental”; e “Isolamento + Pandemia + Análise do Comportamento”. Após leitura na íntegra dos materiais, foram elencadas categorias para uma melhor classificação de resultados. Após esse processo pôde-se chegar a alguns procedimentos clínicos adaptados ou de natureza inovadora para o exercício clínico analítico sem prejuízos e com amplitude de contextos não planejados obtidos. Desse modo, conclui-se que, apesar dos poucos trabalhos científicos e pesquisas sobre essas mudanças, os analistas dos comportamentos e a análise vêm buscando contemplar as mudanças sociais e fomentar a promoção de saúde mental em tempos de caos como os de pandemia.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde Mental. Análise do Comportamento. Pandemia.

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplex. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br

INTRODUÇÃO

A abordagem da Análise do Comportamento segue como norte os pilares básicos teorizados por Skinner (1957). São eles: a) as pessoas tem ações que modificam o ambiente e por ele também são modificados; b) tudo que acontece na relação entre as pessoas e o seu ambiente, são estudados pela Psicologia; c) através de análise, chega-se aos conceitos de estímulo e resposta. Um estímulo pode ser compreendido como “uma parte, ou mudança em uma parte, do ambiente”, já uma resposta pode ser definida como “uma parte, ou mudança em uma parte, do comportamento”. Porém, um estímulo não pode ser definido independentemente de uma resposta. (KELLER; SCHOENFELD, 1950). Assim sendo uma ciência voltada para um olhar mais físico, mais prático dos comportamentos, o que não quer dizer que questões de análise internas ao sujeito sejam negligenciadas por ela. Até então, os contatos entre Psicólogo e cliente sempre foi fundamentalmente feito pessoalmente, frente a frente em todo decorrer das sessões psicológicas clínicas e o que se observa é que a ciência que mais contribui para a intervenções e estudos mais aprofundados de saúde individual ou de grupos sociais, é a Análise do Comportamento, justamente por analisar comportamentos externalizados ou não pelos sujeitos. Todavia, as pessoas vêm mudando e o mundo vem junto. No final de 2019 e início de 2020, na China, surge uma espécie de Novo Corona Vírus (que até então se tinha o grupo de patógenos da família da Corona vírus como importantes para a vida animal e humana), onde desencadeia uma serie de casos de doenças nos pulmões e vias respiratórias nos seres humanos. Seus sintomas mais comuns são Febres, Tosse, Cansaço, Perda de paladar ou olfato, e nos mais graves falta de ar, dor no peito e perda de fala. A Organização Mundial de Saúde (OMS,2020) então nomeia a doença como COVID-19, doença essa onde o vírus é designado relacionado à Síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). Com o passar do tempo, o vírus se espalha por todo o mundo e a OMS declara uma Pandemia Global do Novo Corona Vírus. Além de causar um estresse maior pôr a maioria dos comércios, locais de socialização e trabalho fecharem as portas pra justamente evitar um maior contágio da doença, os dados epidemiológicos publicados pela mídia do Governo da Saúde do Brasil não são nada tranquilizantes. Com isso, tanto a OMS quanto os conselhos das profissões e demais órgão de poder público delimitam medidas de cuidados a serem adotados por toda a população, como as de isolamento social, onde não é recomendado estar ou permanecer, em lugares públicos /privados e/ou manter qualquer contato físico com outras pessoas. Uma mudança gigantesca na rotina e na saúde mental e física das pessoas. Assim, gerando modificações em tudo, inclusive na atuação do psicólogo. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), produziu, então, algumas notas sobre o fazer do psicólogo nesse período pautadas nas recomendações da OMS. Nesses documentos, as Resoluções CFP nº 011/2018 e CFP nº 04/2020 definem orientações de que os atendimentos, antes preferivelmente 3 presenciais, agora passassem a ser de modo remoto, para evitar uma maior contaminação pelo COVID-19.

MARCO TEÓRICO

Embora o risco de contaminação pelo COVID-19 é alto, como mostra os noticiários desde o início da pandemia em 2019, as expedições de documentos oficiais pelas autoridades de saúde governamentais, secretárias, além da Organização Mundial da Saúde (OMS), reconhecendo a gravidade e existência da pandemia em todo o mundo, Sussana (2020) destaca que cada pessoa vai perceber e tomar ações com base eu seu próprio nível de consciência. E isso se reflete frente as normas e orientações de saúde, como o isolamento social, uso obrigatório de máscara, não aglomerações, entre outras. Sussana (2020) ainda acrescenta que as condições criadas para orientação e esclarecimentos a sociedade sobre o tema, não trouxe consigo apenas pontos

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplex. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza.

Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail:

jaqueline.rodrigues@fvj.br

positivos de hábitos mais responsáveis e higiênicos, mas sim também o aumento dos níveis de ansiedade e de sofrimento psicológico. Especificamente, em se tratando do trabalho dos Psicólogos e terapeutas analíticos-comportamentais Banti et al. (2020), descrevem que, a partir de uma construção teórico e prática, a análise do comportamento tem imensa facilidade em promover durante as sessões clínicas, uma visão funcional dos comportamentos a seus clientes/pacientes. Os analistas do comportamento, devem, portanto, orientar e fortalecer comportamentos que produzam mais reforçadores. Afinal, cada comportamento se reflete na cultura social a qual o sujeito está inserido, e esses fenômenos culturais e sociais se refletem na análise e no entendimento dos comportamentos individuais. Ou seja, os aspectos micro e os macrosociais são importantes nesse continuum de padrões comportamentais, no qual um não existe sem o outro, e, então, que todos merecem ser analisados. (BANTI; MOREIRA; PEREIRA, 2020). Desse modo, investigar e promover novos conhecimentos sobre a psicoterapia nessa crise de COVID-19 faz-se necessário tanto para a ciência do comportamento, registrando essas mudanças, como também para o cotidiano das pessoas. O que é possível por meio da criação ou ajuste de técnicas que diminuam os impactos pandêmicos, principalmente na vida psíquica das pessoas, além buscas para auxiliar uma tomada de comportamentos mais assertivos e positivos para a sociedade e para o seu individual.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de revisão de literatura, a qual seu intuito é como observar, analisar e discutir informações sobre um tema ou assunto específico, por meio de fontes confiáveis científicas em livros, periódicos, artigos e bancos de dados. (MAGALY, 2013). Possui, ainda, natureza qualitativa, descritiva e exploratória, como define Lüdke e André (1986), e propõe uma descrição e reflexão encima dos dados obtidos e observados no decorrer de seu feito. 4 A seleção, tratamento dos dados e possíveis discussões foram baseadas em trabalhos já feitos sobre o contexto da Pandemia de COVID-19 e demais adaptações e construtos da Análise do Comportamento que também embasaram a pesquisa e auxiliaram no tratamento dos dados. A coleta de dados foi realizada por meio bases de dado: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de pesquisas em revistas específicas da Análise do Comportamento, como a Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, Revista Brasileira de Análise do Comportamento, Revista Perspectivas e Comportamento em Foco. Foram utilizados os seguintes conjuntos de descritores: “Pandemia + Análise do Comportamento”; “Pandemia + Terapia Analítico-Comportamental”; “Isolamento + Pandemia + Terapia Analítico-Comportamental”; e “Isolamento + Pandemia + Análise do Comportamento”. Os critérios de inclusão foram: ter sido publicado entre 2019 a 2021, período da pandemia da COVID-19. A partir disso, obteve-se como amostra o total de 20 artigos. Desses, 11 artigos foram utilizados na análise de dados, que foi feita por meio da Análise de Conteúdo, na qual se realiza em três fases, como define Bardin (2006): Pré-análise, Exploração do material e o Tratamento de dados obtidos e interpretação de resultados. O autor define que na primeira fase, a pré-análise, o pesquisador devem buscar por documentos e material disponíveis sobre o assunto, além de elencar objetivos e hipóteses de interesse referentes ao problema da pesquisa. O segundo momento, a exploração do material, consiste, como sugere o próprio nome, numa categorização e codificação dos materiais, nos quais assunto, objetivos e acontecimentos referentes coordenam o caminhar da pesquisa para afunilamentos de informações. Na última fase, a de tratamento de dados e interpretação, o trabalho é exercido por uma inferência natural e controlada, gerando um código ou mensagem que é passada para o receptor, emissor, ou outras pessoas externas à aquela coleta e interpretação de dados. Feito isso, chegou-se a duas categorias de discussão: (1) O trabalho dos psicólogos com abordagem analítico-comportamental durante o período de pandemia do COVID-19 e (2) Inovações e/ou adaptações técnicas desenvolvidas pelos analistas do comportamento durante o período de pandemia do COVID-19”.

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplex. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos estudos examinados, 11 documentos foram logrados com ligação ao tema e foram organizados em duas categorias pontuais que foram divididos da seguinte forma: seis documentos, entre artigos e periódicos na categoria “O trabalho dos psicólogos com abordagem analítico-comportamental durante o período de pandemia do COVID-19”, e cinco documentos correspondentes a parte conceitual e prática na análise do comportamento na categoria “Inovações e/ou adaptações técnicas desenvolvidas pelos analistas do comportamento durante o período de pandemia do COVID-19”. Dos documentos encontrados, as publicações são datadas: 2021 (1), 2020 (9), 2019 (1). Obteve-se uma apuração que a maioria é de natureza metodologia conceitual teórica e/ou prática, e apenas um é um estudo de população específica ou de caso. Ademais, o material responde, de alguma maneira, questões de como a análise contribui para a sociedade e para a saúde coletiva na pandemia. No Quadro 1 a seguir, é possível observar o título de cada trabalho, bem como o ano de publicação, a metodologia utilizada e a natureza do trabalho. A partir disso, cada uma das duas categorias será discutida a seguir. Além disso, é importante ressaltar que outros materiais clássicos e conceituais também foram essenciais para a construção desta pesquisa. Embora o risco de contaminação pelo COVID-19 é alto, como mostra os noticiários desde o início da pandemia em 2019, as expedições de documentos oficiais pelas autoridades de saúde governamentais, secretárias, além da Organização Mundial da Saúde (OMS), reconhecendo a gravidade e existência da pandemia em todo o mundo, Sussana (2020) destaca que cada pessoa vai perceber e tomar ações com base em seu próprio nível de consciência. E isso se reflete frente as normas e orientações de saúde, como o isolamento social, uso obrigatório de máscara, não aglomerações, entre outras. Sussana (2020) ainda acrescenta que as condições criadas para orientação e esclarecimentos da sociedade sobre o tema, não trouxe consigo apenas pontos positivos de hábitos mais responsáveis e higiênicos, mas sim também o aumento dos níveis de ansiedade e de sofrimento psicológico. Isso acontece pelo imenso bombardear de informações, em sua maioria de comunicação de número de mortos, instabilidade do aparato de saúde pública no Brasil, aumento de preço dos produtos essenciais, como os produtos alimentícios e medicações. Essas instabilidades sociais, de saúde e econômicas geram inseguranças, medos, falta de perspectiva futura, emoções negativas e desesperança, o que são comuns em situações pandêmicas. Nessa realidade atípica, buscando minimizar esses efeitos negativos e uma maior atenção as pessoas, Narcithania e Narcyjane (2020) explicitam a participação de psicólogos e outros profissionais de saúde no acolhimento e ajuda as pessoas que se sentem prejudicadas psicologicamente, ou fisicamente neste período. Especificamente, em se tratando do trabalho dos psicólogos e terapeutas analítico-comportamentais, Banti et al. (2020) descrevem que, a partir de uma construção teórico e prática, a análise do comportamento tem imensa facilidade em promover, durante as sessões clínicas, uma visão funcional dos comportamentos a seus clientes/ pacientes. Tendo como resultado, por exemplo, a diminuição de comportamentos impulsivos e mais consciência dos riscos da pandemia. Essas análises que a clínica consegue proporcionar aos pacientes na psicoterapia ajuda a esclarecer e descrever contingências estímulo-resposta-consequência com menos prejuízos de saúde e de sobrevivência da população no geral, através, por exemplo, de comportamentos com menos exposições ao vírus, os de prevenção e de ações diárias de autocuidados. Os analistas do comportamento, devem, portanto, orientar e fortalecer comportamentos que produzam mais reforçadores. Afinal, cada comportamento se reflete na cultura social a qual o sujeito está inserido, e esses fenômenos culturais e sociais se refletem na análise e no entendimento dos comportamentos individuais. Ou seja, os aspectos micro e os macrosociais são importantes nesse continuum de padrões comportamentais, no qual um não

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplex. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br

existe sem o outro, e, então, que todos merecem ser analisados. (BANTI; MOREIRA; PEREIRA, 2020). Desse modo, investigar e promover novos conhecimentos sobre a psicoterapia nessa crise de COVID-19 faz-se necessário tanto para a ciência do comportamento, registrando essas mudanças, como também para o cotidiano das pessoas. O que é possível por meio da criação ou ajuste de técnicas que diminuam os impactos pandêmicos, principalmente na vida psíquica das pessoas, além buscas para auxiliar uma tomada de comportamentos mais assertivos e positivos para a sociedade e para o seu individual. A análise do comportamento aplicada, ou seja, seus métodos e técnicas, buscou se adaptar de maneiras diversas as formas que é usada no cotidiano das pessoas dentro e fora do consultório. Russelakis e Barbosa (2019), falam por exemplo, da mudança que o tratamento comportamental com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus cuidadores tiveram. Para Moreira et al. (2020) o Transtorno do Espectro Autista é um problema no qual a má comunicação, dificuldade de relacionar-se socialmente, além de fatores como a inflexibilidade cognitiva é muito protuberante e como se sabe, o atendimento a essas pessoas pela análise do comportamento demanda uma frequência de sessões de psicoterapia maior que a convencional na clínica. Devido a impossibilidade de contatos presenciais (em decorrência das medidas de prevenção e orientações do Conselho Federal de Psicologia), analista-paciente, ou cuidador, foi criada uma nova forma de ajudar essas pessoas sem precisar que, necessariamente, ocorresse de forma presencial. O uso de vídeo-modelação ou de treino computadorizado on-line, por exemplo, pode auxiliar os cuidadores ao diminuir a necessidade de encontros presenciais para treinamentos a serem replicados com as crianças com TEA, reiteram Russelakis e Barbosa (2019). Todo o material que seria usado no presencial, ou uso de técnicas de modelação, por exemplo, foram descritos, passo a passo, e disponibilizados como trilhas aos cuidadores dessas pessoas. Depois de efetivadas, são retornados os seus respectivos resultados para o analista consultar esse material e verificar como todo esse processo foi feito. Essas formas de orientação e atendimento já foram usadas antes em outras regiões do mundo, porém, apenas como algo optativo ou experimental. Russelakis e Barbosa (2019) afirmam que, como a pandemia deixou os contatos presenciais quase que impossíveis de acontecer, implementar essas práticas alternativas e com contextos heterogêneos brasileiro foi extremamente cabível. Salienta-se, portanto, suas peculiaridades e especificações que tiveram de ser modificadas. Com o objetivo geral de identificar as contribuições interventivas da Análise do Comportamento no período da COVID-19, identificou-se que, dentro das principais bases de dados, como revistas científicas de Análise do Comportamento, há uma carência de material sobre a correlação desses dois assuntos. O olhar para o desenvolvimento de técnicas e adaptações e, por seguintes, contribuições da ciência do comportamento nos cuidados em saúde em situação de crises, é primordial para ajudar no equilíbrio entre saúde mental das pessoas e diminuição de agravamentos em sofrimento psíquico. Todavia, ressalta-se esta dificuldade pode estar relacionada com o período ao qual esta pesquisa foi realizada. Afinal, a pandemia teve início há dois anos, e, além da sua recente eclosão, existe também muita desinformação, lacunas de conhecimentos científicos e dificuldades em realizações práticas de pesquisas que tratem da COVID-19, uma vez que impossibilita a presencialidade. Mesmo assim, foi possível se discutir acerca das mudanças nos processos terapêuticos. Obteve-se informações sobre a modificação da prática clínica analíticacomportamental presencial para a remota (on-line), influenciando na forma com que os psicólogos intervêm e que os clientes se comportam. Conclui-se, portanto, que esse trabalho abre um caminho de hipóteses sobre as mudanças práticas que a Análise do Comportamento possui em contextos diferenciados ou atípicos, como os pandêmicos. Além disso, contribui ao reunir informações acerca das formas com que a psicoterapia se adapta para lograr êxito no

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplex. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br

processo terapêutico e fornecimento de métodos, intervenções e técnicas para um desenvolvimento humano reforçador e satisfatório.

REFERÊNCIAS

BANTI, E.; MOREIRA, C.; PEREIRA, V.; **A clínica comportamental no enfrentamento do COVID-19: Uma discussão teórica possível**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento-ReBAC, 2020. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2020.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

JUSTO, S. **Contributo da Psicologia da Saúde na promoção de comportamentos salutogénicos em pandemia**. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde – SPPS. 2020. Páginas 1-14. Acessado em: 8 de outubro, 2021. Disponível em: >www.sp-ps.pt<

Moreira, R.L.C; Russelakis, M.C.C; Junior, A.M.S; Barbosa, A.S; Silva, R.B (2020). **Vídeos para instrução remota de cuidadores de crianças com desenvolvimento atípico durante a pandemia de COVID-19**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento-ReBAC,2020. Disponível em: ><https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/9609><

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

¹Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, romario.barbosa@fvj.br

²Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Faculdade Gennari & Peartree - Núcleo Tríplice. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientadora da pesquisa. E-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br

SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ

Reinara Laisa Ferreira da Silva (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: reynara.laysafs@hotmail.com); **Clara Maria Teles Rodrigues** (Orientadora, Advogada; Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: clara.teles@fvj.br)

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar a percepção sobre a situação dos policiais militares e suas alterações na saúde mental, além de conhecer e compreender os programas assistenciais de atendimento a estes profissionais. Traz em seu âmbito, a seguinte pergunta: qual a importância da terapia para os policiais militares, tanto dos que apresentam algumas mudanças psicológicas e emocionais no seu ambiente de trabalho, bem como daqueles que não apresentam nenhum problema ou transtorno em sua saúde? E se caracteriza como pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva, uma vez que busca conhecer o que a literatura traz sobre este tema, à luz de autores e sites institucionais que colaboram com esta seara. É percebido que, apesar de se contar com diferentes programas assistenciais, a Polícia Militar do Ceará ainda necessita de um cuidado maior, que ultrapassa qualquer ação assistencialista, uma vez que, para se ter uma qualidade de vida pessoal e profissional, os PMCE necessitam que estes programas assistenciais sejam efetivados desde o ingresso na carreira militar.

Palavras-Chave: Policiais militares. Psicologia. Qualidade de vida. Qualidade no trabalho. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Com a chegada do Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde, adotaram o modelo sobre tratamento em saúde mental usando uma nova realidade de possíveis métodos de uma sociedade sem manicômios, assim o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil no ano de 1987, torna um trabalho em ação de um novo processo de internação, apenas no ano de 1989 os hospitais psiquiátricos ficaram bastante famosos como uma casa de saúde Anchieta, onde ocorreria várias crueldades com os pacientes. Durante os próximos anos, a saúde mental em hospitais psiquiátricos foi anulada como condutas legíveis psicossociais (NICÁCIO, 1994). Existe uma pressão da sociedade no meio da corporação, além disso é percebido entre alguns policiais, a vontade de ocupar o cargo do outro, bem como as denúncias que são realizadas nos órgãos competentes e que acabam por constranger ao servidor. Com base em Oliveira e Santos (2010) assevera-se que a segurança pública sofre com uma realidade bastante complicada onde os profissionais de segurança não tem um suporte na profissão. As críticas aumentam a cada dia, a sociedade nunca está satisfeita, sempre tem algo a reclamar. Os casos de suicídio tiveram um aumento significativo nos dias atuais. Diante disso, faz-se necessário pensar e executar políticas públicas que atendam às exigências cada vez mais crescentes de ouvir e acompanhar servidores públicos no exercício da função e que necessitam deste tipo de atendimento. É comum ver em noticiários militares relatando que já perderam colegas por suicídio e que as vezes até eles mesmo pensaram por não estar se sentindo realizado na profissão que eles tanto sonharam. Por isso, é preciso indagar: qual a importância da terapia para os policiais militares, tanto dos que apresentam algumas mudanças psicológicas e emocionais no seu ambiente de trabalho, bem como daqueles que não apresentam nenhum problema ou transtorno em sua

saúde? Considera-se que essa construção será de grande valia para que se possa compreender o agir desses profissionais em determinadas situações e apontar soluções para que os problemas que forem diagnosticados de forma precoce.

MARCO TEÓRICO

Ao se fazer uma retrospectiva da segurança pública no Brasil é preciso compreender que este termo está associado a ideia de responsabilidade da atuação estatal, estando relacionada à provisão da ordem pública com políticas de redução dos indicadores da criminalidade e violência, sem esquecer da proteção ao respeito aos direitos civis dos indivíduos (SAPORI, 2007), ou ainda de que sua origem no Brasil está associada na sua formação social, cultural e política, e vem se destacando em virtude das discrepâncias sociais e, conseqüentemente, no crescimento da criminalidade, principalmente nas grandes cidades (SOUSA; MORAES, 2011). Buscando conhecer sobre a história da segurança pública no Brasil, evidencia-se que a mesma tem seu início com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, quando do início do processo de colonização, perpassando pela dominação dos colonizadores tanto sobre os índios quanto sobre os escravos trazidos do continente africano. Desta forma é impossível dissociar a origem das instituições policiais da herança autoritária, escravocrata e clientelista, pois se confunde com a própria história brasileira. A criação da Polícia Militar no Ceará, foi somente a partir do Decreto Regencial, que permitiu aos gestores das províncias brasileiras, de criarem suas próprias polícias permanentes, além da preocupação com a segurança e o bem estar dos habitantes cearenses, do presidente da província do Ceará, o Padre Senador José Martiniano de Alencar foi fundada a Polícia Militar do Ceará (PMCE). Esse ato foi realizado através da Resolução Provincial nº 13, de maio de 1835. Ramalho (2009) relata que a estrutura da PMCE é ancorada no binômio hierarquia e disciplina, seguindo uma estrutura piramidal dividida em três segmentos: a base, contendo maior número, compreendendo os cabos e soldados; o centro, onde se encontram os subtenentes e sargentos (estes representam o segundo maior número dentro do efetivo policial militar existente) e, no topo, os oficiais. Consoante Paulino e Lourinho (2014), a profissão de Policial Militar é um exemplo de atividade laboral que por si só traz aos seus colaboradores algumas mudanças no seu estado psíquico e emocional, por ser uma instituição que preza pela extrema ordem e respeito, com um treinamento rígido aos ingressantes e com uma exigência intensa ao cumprimento das regras institucionalizadas, que são baseadas em dois pilares: disciplina e hierarquia. Costa, Oliveira e Maia (2007) que desse universo, uma parcela de 47,4% da amostra apresentou sintomatologia de estresse, 3,4% encontravam-se na fase de alerta, 39,8% na fase de resistência, 3,8% na fase de quase exaustão e, 0,4% na fase de exaustão. Sintomas psicológicos foram registrados em 76,0% dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24,0%. Os dados são bastante significativos, uma vez que essa categoria está nas ruas cuidando e fazendo segurança pública. Dessa forma, os programas assistenciais a este profissional devem se centrar em uma valorização do PMCE, em que possa resultar numa melhor qualidade de vida pessoal e profissional. É preciso que estes profissionais sejam escutados diuturnamente e tenham suas necessidades acolhidas pelos superiores, pois lidam com vida. Faz-se necessário salário justo, carga horária de trabalho digna e programa preventivo de saúde de fato eficaz. Sendo assim, se torna urgente que se faça com que os programas assistenciais sejam efetivados de maneira clara e que os profissionais militares conheçam as ações e participem destes programas, buscando a melhoria da qualidade de vida.

METODOLOGIA

Para aprofundar o tema em questão é utilizado o método de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo. Inicialmente foi realizado um estudo da bibliografia selecionada, em que se teceram algumas considerações a partir de

livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. O trabalho foi dividido em capítulos, sendo que no primeiro capítulo será abordado a questão relativa a segurança pública no Brasil, fazendo uma retrospectiva acerca desse tema, relacionando a sua atuação e os impactos na saúde mental dos profissionais. Dando continuidade se apresenta o assunto sobre a Polícia Militar no Ceará. No capítulo seguinte se faz uma exposição da questão da segurança pública no Brasil e saúde mental, no que cerne a questão da atuação do policial militar. No quarto capítulo serão apresentados alguns programas assistenciais e no quinto se busca compreender a eficácia dessas políticas. Em seguida são feitas as considerações finais, colocando-se as referências dos autores que fomentam esta construção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Revisitando a história desses profissionais é percebido que sempre é exigido muito e feito somente o necessário para que cumpram o seu papel de prevenção e ação, diante de uma sociedade cada vez mais desigual, desajustada pelo aumento da criminalidade e das condições de vida da população. E o policial militar fica à mercê de uma sociedade marginalizada, tendo que trabalhar muito mais do que é o exigido em seu contrato de trabalho, pois a comunidade precisa de sua ação preventiva e eficaz. Contudo, são poucos os que se preocupam com a questão psicológica desse profissional que, na maioria das vezes, releva as condições familiares em detrimento da segurança do local em que está trabalhando. Os programas assistenciais evidenciados são de suma importância para o melhoramento da qualidade de vida dos policiais que necessitem de acompanhamento em sua saúde mental, quanto dos que não estão em processo de adoecimento. O fato é que só se procura esses programas, de terapia, psicológico, requalificação, *etc* quando já existe um adoecimento elevado deste profissional, mostrando que falta o trabalho efetivo de uma gestão que seja capaz de perceber as necessidades individuais de tais trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- COSTA M, ACCIOLY JR H, OLIVEIRA J, MAIA E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Rev Panam Salud Publica**. 2007;21(4):217–22. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v21n4/04.pdf>> Acesso em: 10 out. 2021.
- PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014.
- RAMALHO, Tiene Amália. **Licença para tratamento de saúde na PMCE: um olhar para as licenças por psicopatologias**. Especialização, 2009. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37229/1/2009_tcc_taramalho.pdf> > Acesso em: 18 nov. 2021.
- SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SOUSA, Reginaldo Canuto de; MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. **POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira**. São Luiz: V Jornada de Políticas Públicas, 2013. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/poder_violencia_e_politicas_publicas/policia_e_sociedade_uma_analise_da_historia_da_seguranca_publica_brasileira.pdf> Acesso em: 10 set. 2021.

Substâncias psicoativas em adolescentes e seus impactos no contexto familiar: uma revisão de literatura narrativa. Raimunda Amanda Freire Gondim* (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: amanda.freire@fvj.br). Mayra Serley Barreto de Oliveira** (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

Este estudo objetivou compreender os impactos das substâncias psicoativas estabelecendo uma associação ao período da adolescência e as possíveis repercussões no sistema familiar, a partir de uma síntese de revisão narrativa. Identificando acerca da construção social da adolescência e as alterações inerentes da mesma, bem como, discutir as drogas como comportamentos de risco na adolescência, trazendo uma concepção histórica e os prejuízos provenientes da mesma. Contextualizando a família entendendo as suas concepções ao longo dos anos, o seu papel como agentes fundamentais para uma adolescência saudável e os possíveis impactos do consumo/abuso das substâncias nas relações familiares. A partir da análise viu-se que as mudanças psicossociais na adolescência, torna o grupo de semelhantes vulneráveis e favoráveis a comportamentos de risco, sendo uma delas, o uso de substâncias psicoativas. Logo, o consumo desta se configura como um hábito nocivo à saúde, causando prejuízos de imediato e a longo prazo.

Palavras-chave: Adolescência; Substâncias Psicoativas; Família.

INTRODUÇÃO

A fase da adolescência engloba um período da vida, marcado por transformações significativas. Tais mudanças de disposição biopsicossocial, torna-os suscetíveis a comportamentos considerados de risco, sensibilizando de uma forma positiva ou negativa o ciclo vital. Assim, é durante este período que o grupo pode vir a experimentar as substâncias psicoativas pela primeira vez, sejam elas lícitas ou ilícitas, como uma forma de enfrentamento ou uma curiosidade (FILHO,2007). Desse modo, a família é um dos sistemas que sofre impactos decorrentes desta problemática, tendo em vista que possivelmente os mesmos podem ser afetados, a partir do momento que algum dos seus membros passam a fazer uso de alguma substância, promovendo uma desordem e instabilidade. Além disso, é importante que a família entenda acerca do seu papel, enquanto agentes de proteção e de risco, compreendendo que são pessoas fundamentais na construção da sociabilidade, vinculação afetiva e bem-estar físico e mental, principalmente, durante a fase da infância e da adolescência (MEDEIROS, 2013).

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura narrativa e tem como abordagem científica o método qualitativo. Os critérios de inclusão utilizados para a revisão bibliográfica do material selecionado se deu a partir do intervalo de tempo de publicação, onde as mesmas tinham que estar entre os anos de 1990-2021, tendo como distratores adolescência, substância psicoativas e contexto familiar. E como critérios de exclusão, todos os materiais que estão fora do alcance do intervalo de tempo estabelecido e conteúdos que não estão relacionados ao assunto. Assim, foram selecionados 20 artigos e 4 livros, sendo descartados seis destes. As bases de dados aplicadas foram as plataformas de divulgação científica Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Google Acadêmico, acervos concedidos pela biblioteca da instituição de ensino da Faculdade do Vale

do Jaguaribe (FVJ), como também sites do Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adolescência é um período do ciclo vital marcado por uma transição, no qual se manifesta através de numerosas mudanças, do ponto de vista biopsicossocial, manifestando resistências às orientações e aconselhamentos, pois compreende que já tem um certo poder e controle de si mesmo, como também de questionamentos e descobrimento do eu (FILHO, 2007). Além disso, é nesta fase que comumente acontece um afastamento do ambiente familiar e uma maior aproximação do grupo de semelhantes, motivando uma preocupação e deixando-os vulneráveis e em evidência para as diversas influências que possam vir a surgir (FILHO, 2007). Sendo assim, as substâncias psicoativas se tornam uma das diversas influências encontradas entre os adolescentes, onde cada vez mais a idade para o início tem se tornado menor, aumentando a incidência de uma dependência no futuro próximo (FILHO, 2007). As drogas a princípio se apresentam como uma curiosidade ou como um estímulo para o processo de enfrentamento, geralmente são os meninos que aderem primeiro a essas alternativas, em torno dos treze anos de idade, quando ainda se encontram no processo escolar, fazendo o uso inicialmente de álcool e tabaco, tendo em vista que são drogas de fácil acesso, de maior consumo e economicamente falando é mais acessível (ALVAREZ, 2014). Assim, as repercussões oriundas da drogadição precoce são fatores relacionadas com isolamento e distanciamento social, danos no desenvolvimento causando dificuldades de aprendizagem e um baixo rendimento escolar, comprometimento do senso crítico e dos circuitos cerebrais e o surgimento de patologias orgânicas e mentais a longo prazo (FILHO, 2007). Além disto, tornam-se desprotegidos e expostos a comportamentos de risco através de gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, violência sexual, abandono das atividades escolares e acidentes por transportes automotivos (FREITAS, 2015). Em vista disso, um dos cenários que recebe maior impacto recorrentes da problemática em questão é a família, uma vez que os mesmos tornam-se também vulneráveis, em razão de sentir-se impotentes para mudar a realidade a qual estão experienciando e co-dependentes devido a uma forte ligação emocional existente entre a relação familiar (ALVAREZ, 2014), onde o adoecimento destes também adoce o ambiente familiar, podendo resultar em uma desestruturação familiar, em que ocorre a quebra de vínculos e viabiliza uma mudança em suas vidas (MEDEIROS, 2013). Além disso, uma vez que é identificado o consumo ou a dependência química, a família sente-se constrangida e cobrada pela sociedade, por serem responsáveis pela educação e criação dos filhos. Logo, surge a falta de confiança e os problemas econômicos, desencadeando preocupações, conflitos e sofrimento (ZERBETTO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados evidenciam que a fase da adolescência, é um período de mudanças em diversos aspectos, as quais podem torná-los vulneráveis e favoráveis a comportamentos de risco à saúde física e mental. Assim, as substâncias psicoativas fazem parte da aquisição desses comportamentos, onde o grupo vem se apropriando dessas alternativas cada vez mais precocemente, sendo um fator preocupante, para uma possível dependência no futuro. Desse modo, foi identificado que são amplas as possibilidades encontradas para explicar como os adolescentes buscam ter acesso às drogas, podendo ser como socialização ou como uma possível fuga da realidade, em que o adolescente encontra-se em sofrimento profundo e acha que não é capaz de suportar. No que compete aos prejuízos provenientes do consumo precoce

e a longo prazo, foi percebido que são afetadas as múltiplas áreas do indivíduo, como campo físico, através do surgimento de doenças crônicas e agudas, a área social através do comprometimento da socialização e um baixo rendimento das atividades escolares e laborais, como também, comprometem as atividades cerebrais a partir de um funcionamento mais lento ou promovendo um estado de euforia. Dessa forma, percebeu-se que a família tem uma responsabilidade e uma função de ensinar e serem espelhos, sobretudo, porque os filhos são os reflexos dos pais, como também, desenvolver um tato para um diálogo saudável pautado no acolhimento e no respeito, cultivando os vínculos afetivos. Compreendendo que dessa forma, a família está configurando para uma diminuição dos comportamentos de risco, considerando que a constelação familiar é um dos sistemas que sofrem impactos decorrentes da problemática em questão

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. Q.; GOMES, G. C.; XAVIER, D. M. Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e sua família. *Revista de enfermagem UFPE on line*. Recife, nº 8, p. 641 - 648, 2014.

FILHO, A. J. A.; FERREIRA, M. A.; GOMES, M. L. B.; SILVA, R. C.; SANTOS, T. C. F. O adolescente e as drogas: consequências para a saúde. *Revista de Enfermagem*. Rio de Janeiro, nº 4, p. 605 - 610, 2007.

FREITAS, Luana Oliveira. O uso e abuso de substâncias psicoativas por adolescentes: uma proposta de intervenção. Uberaba, 2015, 37 p. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG- Para obtenção do título de especialista em atenção básica em saúde da família).

MEDEIROS, K.T; MACIEL, S.C; SOUSA, P.F; SOUZA, F.M.T; DIAS, C.C.V. Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, nº 2, p. 269-279, 2013.

ZERBETTO, S.R; CID, J.M; GONÇALVES, A.M.S; RUIZ, B.O. As crenças de família sobre dependência de substância psicoativa: estudo de caso. *Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, nº 3, p. 608-616, 2018.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM SITUAÇÕES DE LUTO MATERNO EM PUÉRPERAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nayane Zulmira dos Santos Silva (aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: nayane.zulmira@fvj.br); Orientadora: **Jaqueline Sobreira Rodrigues** (professora do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

A atuação dos profissionais psicólogos junto as mães puérperas que vivenciam o luto materno compreende devida importância para o necessário de acolhimento que elas precisam nesse momento de tristeza e sentimento de culpa sobre o cenário ocorrido, gerando diversos questionamentos. Dessa forma, a pesquisa trata sobre a relevância da atuação do psicólogo nesse processo, com o objetivo de discorrer sobre como as mulheres lidam com o óbito de seus bebês. Ao longo do estudo, fica claro que as mães passam a se fazer diversos questionamentos sobre o motivo pela morte de seus filhos, isso porque elas preparam todo um ambiente para essa recepção que é frustrada.

Palavras-chave: Atuação psicológica. Luto materno. Puérperas.

INTRODUÇÃO

Passar por um luto não trata-se de uma situação fácil, sendo este momento diferente na vida de cada pessoa. Por essa razão, muitas vezes precisa de um profissional psicólogo para direcionar o indivíduo numa estratégia de melhor saída frente a cada situação (PONTES, 2016). Esse contexto quando se trata de uma mulher que saiu da expectativa de por nove meses esperar uma criança e a mesma vir a óbito tende a se tornar ainda mais complicada de ser superado, pois a espera de ver um indivíduo se transformando passa a não acontecer de fato. Neste esse cenário, levanta-se o seguinte questionamento: qual o papel do psicólogo no cuidado do luto materno em puérperas? Para responde-lo, o objetivo geral desta pesquisa trata-se em investigar a atuação do psicólogo em situações de luto materno em puérperas. Com relação aos objetivos específicos, estes buscam: (a) identificar os aspectos relacionados ao luto materno de puérperas; (b) apontar os desafios relacionados ao luto materno de puérperas; (c) descrever a atuação do psicólogo em caos de luto materno de puérperas.

MARCO TEÓRICO

O atendimento psicológico ocorre, sobretudo, para que as pessoas consigam superar seus traumas, já que existem situações em que não é possível sair de determinado cenário sem o auxílio de um profissional. Um desses cenários associa-se a questão do luto, sendo o mesmo responsável por colocar as pessoas em momento de depressão, ansiedade, mas principalmente, distanciamento social (SÁ; WERLANG; PARANHOS, 2008). Com relação ao isolamento, esse trata-se de um fator agravante para a situação de luto, pois permite que a pessoa que encontra-se nessa situação continue a reviver o momento da perda, buscando respostas para diversos questionamentos inexistentes, sendo que a morte, apesar de ter explicações científicas, ainda continua sendo um momento comum a qualquer sujeito (SCHMIDT; GABARRA; GONÇALVES, 2001). Compreende-se que o papel do psicólogo nesse momento é fazer com que o indivíduo reflita por esse momento comum para todos os sujeitos, buscando que o mesmo chegue a resolutiva de que nada poderia fazer para impedir o cenário vivenciado. Principalmente, quando a psicologia intervir junto ao sujeito que sofre, no

sentido de fazer o mesmo perceber que não tinha o poder para reverter a situação, portanto, sendo necessário que o mesmo continue com sua vida (DOMINGUES *et al.*, 2013).

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, constituem-se de duas situações, sendo a primeira sua função histórica e a outra informação acerca do desenvolvendo, na literatura, sobre um assunto. A pesquisa é de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Compreende o método qualitativo, pois não trata sobre números e porcentagens, mas sim representações sociais e as mudanças ocorridas com o tempo na sociedade. Na coleta de dados, as bases de dados escolhidas foram: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), MEDLINE e PUBMED. A busca dos estudos se deu através dos descritores: “luto materno”, “puerpério” e “psicologia”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o processo de busca foram encontrados 30 estudos publicados. Após serem analisados, foram escolhidos 10 estudos como amostra final, dos quais atendiam os critérios de inclusão e exclusão. No quadro 2, é possível identificar os estudos selecionados, caracterizando-se por título, autor, tipo de estudo e metodologia. Com relação ao tipo de estudo, conforme apresenta o quadro 2, 70% são artigos, 20% desses estudos são monografias e 10% trata-se de dissertação. No que tange aos tipos de pesquisas, 50% são de campo, com aplicação de questionário ou entrevista, 30% tratam-se de relato de experiência, e 10% são respectivamente pesquisa bibliográfica e pesquisa de narrativa. O luto é caracterizado pela reação de um indivíduo quando está face a face com a perda de uma ligação íntima com o objeto significativo. Sendo assim, é considerado como um fenômeno mental e natural que ocorre durante o processo de vivência do ser humano. Todavia, o conceito de luto não é restrito e associado apenas na ideia da perda que é resultado da morte (PONTES, 2016). O luto materno, por sua vez, envolve diversas questões. Uma delas é referente a todas as angústias que permeiam durante todo o período gestacional, e que acompanham a mulher até o pós-parto. Torna-se ainda mais complexo por remeter também ao sentimento e ao vínculo físico que envolve o materno-filial. Com isso, ainda existe a expectativa do tão sonhado filho e a espera incessante desse momento. Quando o luto materno está relacionado ao luto puerperal, as reações à perda se assemelham com os outros tipos supracitados, mesmo com o laço afetivo recente. Aliados à essa dor, podem aparecer porções de aflições somáticas, a raiva, a revolta, depressão, irritações, etc. Outra reação também comum é quando os pais tentam a todo modo realizar uma substituição como forma de preencher o vazio, e, assim, ter outro filho como um modo de amenizar a dor da perda do filho anterior. Essa reação acaba sendo perigosa, pois compromete todo o processo do luto (PONTES, 2016). A gestação para a mulher pode ter diversos significados, durante esse período é possível visualizar e identificar quatro sentidos diferentes atribuídos à gestação. De acordo com Oliveira, Santos e Cavalcante (2019), para algumas mulheres, a gravidez e o ato de "dar à luz" é um processo de maior importância da sua vida, e está diretamente ligado a autoestima e satisfação pessoal. Assim, quando há a perda desse filho a mulher não é a única a sentir, os pais também sobre impactos ao lidar com a situação. As mudanças que envolvem a maternidade, sobretudo, quando a mesma passa pelo luto acarretam na mulher a perda energia, dificultando o equilíbrio biológico e psicológico. Todos esses fatores perpassam a expectativa que não se concretiza em receber o novo integrante da família. Pontes (2016) discorre que a mãe, quando acompanhada pelo profissional de psicologia, consegue escutar melhor o que este tem a falar acerca de acolhimento e direcionamento de como o seu problema de sofrimento pode ser solucionado.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar a atuação do psicólogo em situações de luto materno em puérperas. Ao se considerar as informações que se apresentam na pesquisa, vê-se que seus objetivos foram alcançados, já que foi possível discorrer sobre como as mulheres lidam com o óbito de seus bebês. Um dos principais impactos está relacionado ao fato de que a grande maioria das mulheres tender a desenvolver um isolamento social e a depressão. Neste sentido, compreende-se a importância de o papel do profissional de psicologia atuarem junto as mães em luto. Isso porque se cria um espaço de acolhimento e acompanhamento, permitindo que elas desabafem sobre o que estão sentindo, em busca de não deixar com que elas vivenciem o luto sozinhas. Fica perceptível que se trata de um processo complexo, pois as mulheres tendem a fomentar o amor que tem pelos seus filhos à realidade da tristeza, o que pode acarretar em depressão ou ansiedade. O sentimento mais comum a ser trabalhado é a culpa, sobretudo ao que diz respeito a estas mulheres seguirem suas vidas, sem o filho devidamente esperado.

REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, Glaucia Regina et al. A atuação do psicólogo no tratamento de pacientes terminais e seus familiares. **Psicologia Hospitalar**, v. 11, n. 1, p. 02-24, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092013000100002. Acesso em 12 nov. 2021.
- OLIVEIRA, Aline Soares; DOS SANTOS, Maria Eduarda Pereira; CAVALCANTE, Mariana Araújo Bichuete. A importância do acompanhamento psicológico no ciclo gravídico puerperal. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 13, p. 48-54, 2019.
- PONTES, Vívian Volkmer. **Trajetórias interrompidas: perdas gestacionais, luto e reparação**. EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/95n6t>. Acesso em 12 de Out. 2021.
- SÁ, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara; PARANHOS, Mariana Esteves. Intervenção em crise. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008. Acesso em 20 nov. 2021.
- SCHMIDT, Beatriz; GABARRA, Letícia Macedo; GONÇALVES, Jadete Rodrigues. **Intervenção psicológica em terminalidade e morte**: relato de experiência. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 21, p. 423-430, 2011.

CULTURA E COMPORTAMENTO: METACONTINGÊNCIAS NO USO DO FACEBOOK E DO INSTAGRAM.

Míria Glenda Farias de Carvalho¹ (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: miria.carvalho@fvj.br), Orientadora Thahyana Mara Valente Lima² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

As metacontingências, como contingências de reforçamento socialmente organizadas, estão presentes nas interações digitais ocorridas no Facebook e no Instagram. É um processo natural, já que a Humanidade procura se relacionar em grupos, seguindo as influências dos fatores ontogenéticos, filogenéticos e culturais. Na internet, a Seleção pelas Consequências ocorre através de reforçamento veloz, suscitando contingências e metacontingências como mecanismos de controle nas relações condicionais. Para o Behaviorismo Radical, comportamento também significa emoção e pensamento, portanto, o mergulho no comportamento verbal dos usuários facilita o entendimento da dependência absoluta do reforçamento contínuo nas redes virtuais. A exposição dos indivíduos a situações que aumentam a probabilidade do reforço, cria contingências que controlam o ambiente no qual o organismo aceita ser inserido, conforme se vê na presente revisão bibliográfica exploratória qualitativa. Estratégias são seguidas no acompanhamento do padrão desejado, entrando em extinção tudo aquilo que não é suficientemente reforçado. Embora haja a possibilidade do adoecimento dos usuários no afã de atingir as metas de engajamento, as plataformas de relacionamento *on-line* também são veículo de comunicação, informação e emprego. Cabe à Psicologia ser útil e atuante frente aos novos modelos de adequação comportamental.

Palavras-chave: Metacontingências. Comportamento Verbal. Facebook. Instagram.

INTRODUÇÃO

O homem possui essência gregária e é resultado da soma de fatores filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Entretanto, embora o indivíduo, quando inserido em um grupo, procure se comportar de acordo com seus pares, possui características próprias que o tornam singular. A partir das interações organismo x ambiente, verificamos a presença do comportamento operante e da seleção pelas consequências, considerando ainda as contingências comportamentais e as metacontingências que permeiam o processo interativo. Na atualidade, diante da expressividade numérica dos internautas nas redes sociais digitais, optamos por observar o comportamento verbal envolvido na conexão de interesses comuns, bem como estudar as metacontingências entrelaçadas nas relações socialmente organizadas no Facebook e no Instagram. Com bilhões de pessoas cadastradas, as plataformas virtuais acabam funcionando como vitrines céleres e viciantes, servindo como foco de esquemas de reforçamento contínuo, o que torna difícil, inclusive, a separação entre o mundo real e o mundo cibernético. Então, no desejo de colaborar na construção da Psicologia como uma ciência cada vez mais forte e relevante para a Humanidade, desenvolvemos o estudo científico em tela. Dessa forma, tomando como base a análise das metacontingências no uso do Facebook e do Instagram, colacionaremos os aspectos positivos e negativos do engajamento *on-line* para seus usuários.

MARCO TEÓRICO

No entendimento das metacontingências nas redes sociais da internet, contextualizamos a cultura e o comportamento dentro das interações dos usuários no Facebook e no Instagram, tomando como lastro diversos autores na seara da Análise do Comportamento. Assim, para o Behaviorismo Radical de Skinner, é válido destacar que comportamento significa interação, emoção, pensamento e sentimento. Nessa perspectiva, Banaco (1999) diz que o comportamento é operante ao modificar o ambiente, acrescentando que tais mudanças também são

modificadoras do comportamento subsequente, sendo a linguagem, inclusive, um comportamento modelado e mantido por reforçamento de outrem. Quando Guilhardi *et al.* (2002) apresentam que a seleção por consequências é um modo causal encontrado em coisas vivas, percebemos que, diante da singularidade humana, é natural que o grupo social exerça controle sobre seus membros, reforçando-os ou punindo-os em consonância com as regras ajustadas culturalmente. Por sua vez, Todorov (2020) fala que a cultura, como parâmetro de desejabilidade, é resultado da evolução das interações interpessoais ao longo do tempo, caracterizada pelo conjunto de relações condicionais formadas por contingências comportamentais e metacontingências. Portanto, não causa estranhamento a constatação da subsistência de uma cultura digital, midiática e eletronicamente percebida (ZUIN; BIANCHETTI, 2015). Assim, a pesquisa em baila parte da observação das metacontingências no uso do Facebook e do Instagram, analisando os comportamentos desenvolvidos pelos internautas no processo de pertencimento digital.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica na formação de uma pesquisa exploratória, onde os resultados se vinculam à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, teses, relatórios, artigos científicos, monografias etc. Na formulação e conclusão de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida entre os meses de agosto e dezembro do ano de 2021, tivemos 20 (vinte) artigos científicos, publicados do ano de 2010 ao ano de 2021, oriundos das seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) - Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia e Google Acadêmico. Alguns descritores utilizados: “redes sociais virtuais”, “redes digitais”, “metacontingências”, “seleção pelas consequências”, “comportamento e internet”. Distratores eleitos para eliminação de conteúdos alheios à pesquisa: “usuário”, “mídia”, “engajamento”, “cultura” e “rede social”. Com as referidas exclusões, restaram 10 (dez) artigos científicos em nosso aparato teórico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Se o comportamento está conectado aos seus reforçadores, a contingência aparece na dependência de eventos que se sucedem e favorecem a reprodução/manutenção de determinados comportamentos. O que não é reforçado, extingue-se. As metacontingências, por outra parte, criam vida pelo entrelaçamento de reforçamentos socialmente organizados, projetando-se como um espelhamento das relações funcionais de um grupo. A cultura subsiste no ambiente digital, dando vida e anunciando novas conexões plurais. Assim sendo, o comportamento verbal, amplamente utilizado nas plataformas de interação digital, desenha o reforçamento de outras pessoas pela linguagem, por sinais ou mesmo pela escrita. Há o investimento de esforço para conseguir o reforço positivo esperado, validando o sentimento de pertença, ainda que tudo esteja devidamente sob controle. E é justamente o insucesso no alcance das metas de engajamento digital que faz surgir o sofrimento e adoecimento mental dos usuários, iniciando-se assim comportamentos de fuga e esquiva na acumulação de frustrações. A dificuldade de delimitação entre o real e o ilusório não facilita em nada um processo adaptativo benéfico para o público *on-line*. Portanto, para evitar o adoecimento, é preciso investir em comportamentos assertivos que elevem a autoestima, a singularidade e a autoeficácia das pessoas. Por outro lado, a conectividade das redes sociais virtuais deixa contribuições positivas para a História. Por meio da internet, a comunicação se difundiu, as informações foram revestidas de facilidade, a educação rompeu barreiras e tabus, e ocorreu uma nova geração de renda com *influencers* e *web* celebridades. Cabe à Ciência Psicológica, neste contexto, analisar e entender as formas de interação que a atualidade apresenta, para que esteja sempre atuante no zelo à saúde mental e na compreensão do comportamento humano.

REFERÊNCIAS

BANACO, Roberto Alves (org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Teoria Cognitivista. 2. ed. São Paulo: Arbytes, 1999. v. 1.

GUILHARDI, Hélio José; MADI, Maria Beatriz Barbosa Pinho; QUEIROZ, Patrícia Piazzon; SEOZ, Maria Carolina (org.). **Sobre comportamento e cognição**: contribuições para a construção da teoria do comportamento. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2002. v. 9.

TODOROV, João Cláudio (org.). **Comportamento e cultura**: análise de interações. Brasília: Technopolitik, 2020.

ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, out./dez. 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/cp/a/Y7QSC9yjWMB5XWJMz6K99hd/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em: 01 out. 2021.

AS DISTORÇÕES COGNITIVAS EM MULHERES MASTECTOMIZADAS, O DISCURSO DE ELABORAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Matheus de Castro Silva ¹, (Aluno do curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: matheus.castro@fvj.br) Thahyana Mara Valente Lima ² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: thahyana.valente@fvj.br)

RESUMO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o câncer é uma das principais causas de morte no mundo, estima-se que o número deverá crescer 45% entre 2009 e 2030, saltando de 7,9 milhões para 11,5 milhões de óbitos anuais e a incidência de 11,3 milhões para 15,5 milhões anuais no mesmo período. Entre os tipos de câncer de maior incidência mundial destaca-se o de mama, sendo mais prevalente em mulheres. O presente artigo é uma revisão integrativa, desenvolvido entre os meses de agosto a outubro de 2021, a busca foi realizada nas seguintes bases de dados: PubMed, Periódicos CAPES, Scielo, MEDLINE e LILACS, resultando na seleção de seis artigos para a compreensão da qualidade de vida de mulheres com câncer de mama. Os estudos obtidos nesta revisão possibilitaram explicitar que a compreensão das repercussões físicas, psicossociais e culturais que o câncer de mama ocasiona auxiliam no tratamento e, principalmente, na reelaboração da imagem corporal.

Palavras-chaves: Câncer de mama. Mastectomia. Qualidade de vida

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o câncer é uma das principais causas de morte no mundo, estima-se que o número deverá crescer 45% entre 2007 e 2030, saltando de 7,9 milhões para 11,5 milhões de óbitos anuais e a incidência de 11,3 milhões para 15,5 milhões anuais no mesmo período. Entre os tipos de câncer de maior incidência mundial, como câncer de pulmão, intestino, estômago, próstata, colo do útero destaca-se o de mama, sendo nas mulheres mais prevalente. (OMS; LEITE, OLIVEIRA & RIBEIRO, 2009).

No Brasil, segundo Instituto Nacional do Câncer (INCA), só em 2018, ocorreu 17.572 mil óbitos pela neoplasia mamária a cada 100 mil mulheres, constituindo-se a primeira causa de mortalidade por câncer (INCA, 2020).

As consequências do adoecimento pelo câncer de mama e do seu tratamento podem ser permanentes ou temporárias na vida da mulher. A cirurgia mamária, sendo ela conservadora ou não, dependendo da importância dada pela mulher à imagem corporal, pode ser vista de forma traumática mesmo acompanhada da reconstrução mamária. Os linfonodos (gânglios linfáticos) são pequenas estruturas que funcionam como filtros para substâncias nocivas.

O impacto ocasionado pelo câncer na vida da pessoa é enorme, pois além da dor e do desconforto decorrentes da doença e do tratamento, ocorrem mudanças de ordem psíquica, social e econômica (Pruzinsky, 2002). As perdas econômicas relacionam-se a busca por procedimentos hospitalares, aos custos diretos com a compra de medicamentos, além de custos indiretos, como o potencial produtivo perdido (SILVA & HORTALE, 2006).

Segundo White (2002), alguns fatores que interferem negativamente no cotidiano, na elaboração da imagem corporal e na vida sexual da mulher são os efeitos colaterais advindos da quimioterapia, radioterapia e da hormonioterapia. As principais consequências desse tratamento são disfunção cognitiva, náuseas, alopecia, fadiga, palidez, vômitos, ganho de

peso, diminuição da lubrificação vaginal e excitação, menopausa induzida, redução do desejo sexual e anorgasmia.

Mulheres com o câncer de mama passam por reflexões e questionamentos acerca da vida pregressa e futura à doença que afetarão diretamente seu estilo de vida e seu comportamento em relação à própria saúde. Do processo em que se tem o diagnóstico, do procedimento cirúrgico até os tratamentos, fazem com que surjam dúvidas e mudanças acerca de amigos, parceiro sexual e familiares; sexualidade, preconceitos, medo de reincidência da doença, autoestima, e possíveis casos de ansiedade e depressão (AZEVEDO & LOPES; PEREIRA AT ALL., 2006).

Assim se o adoecimento pelo câncer de mama é integral para o indivíduo, por que há um maior enfoque na saúde orgânica em detrimento ao emocional? Já que a imagem corporal é uma construção dinâmica e intercambiável (SILVA & HORTALE, 2006).

Diante do exposto faz-se necessário compreender as diversas formas que a neoplasia mamária impacta a vida de mulheres acometidas pela doença. Assim o artigo tem como objetivo, analisar as alterações psicológicas vivenciadas por mulheres mastectomizadas afetadas pelo câncer de mama, na sua relação com a imagem corporal. Além de a) compreender a importância da mama para a mulher no contexto histórico e social; b) Investigar o impacto do câncer e da mastectomia na sexualidade da mulher mastectomizada; c) Analisar o papel da psicologia na (re) elaboração da imagem corporal da mulher acometida pela doença.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, foi realizada uma busca de conteúdos através de estudos científicos, dando sequência a uma seleção mais específica, focando no tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição da questão norteadora, que dará suporte para a tomada de decisão no aperfeiçoamento e melhoria da pesquisa.

Segundo Mendes (2008), esse método tem como objetivo sintetizar e analisar esses dados para desenvolver uma explanação mais completa de um acontecimento específico a partir da hipótese ou análise dos achados dos estudos, com propósitos teóricos e/ou intervencionistas. As etapas que conduzirão esta revisão integrativa serão: formulação do problema; coleta de dados; avaliação dos dados; análise e descrição dos dados; apresentação dos resultados e conclusões.

A busca de artigos na base de dados eletrônicos PubMed, Periódicos CAPES, Scielo, MEDLINE e LILACS utilizando como palavras-chave: Câncer de mama, Mastectomia, Qualidade de vida. Serão considerados os artigos publicados nos últimos dez anos, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2021, escritos em língua inglesa, espanhola e portuguesa.

Resumidamente, todos os artigos serão identificados, por conseguinte ocorrerá a remoção dos artigos duplicados. Além disso, para análise serão considerados alguns critérios de inclusão e de exclusão.

Como critério de inclusão desses artigos foram adotados os seguintes quesitos: artigos originais integralmente disponíveis, com a versão on-line de maneira gratuita, e outras produções nacionais, como manuais e teses, além de artigos que pesquisaram neoplasia mamária, quimioterapia, imagem corporal e ajustamento psicológico.

Serão excluídos artigos que não abordavam o câncer de mama ou citavam apenas intervenções específicas com relação à quimioterapia e à radioterapia. Além do mais, artigos teóricos ou de revisão, bem como artigos que não deixarem clara a condição avaliada e qualquer outro tipo de pesquisa que não atenda ao objeto de estudo proposto, além das publicações que se repetirem nas bases de dados.

A pesquisa não será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, para ser avaliada mediante as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que dispõe das diretrizes e normas da pesquisa em seres humanos, por se tratar de uma revisão integrativa da literatura.

RESULTADOS E DICUSSÃO

Depois da fase inicial do levantamento de dados, os procedimentos que se seguiram se constituíram na leitura e na análise dos artigos escolhidos baseados nos critérios de inclusão. Os artigos inclusos foram analisados na íntegra entre os meses de agosto a outubro de 2021 com a finalidade de extrair o cerne de cada resultado das investigações.

Em relação aos 12 artigos selecionados, foram analisados tópicos relacionados aos resultados de cada publicação escolhida.

De acordo com os estudos analisados, há diversidade nas intervenções testadas em grupos de mulheres com câncer de mama em seis dos doze artigos científicos delimitados. Os estudos abrangeram programas de atividades físicas como a dança, intervenções psicossociais a partir de programas para grupos de mulheres e para casais e tratamentos estéticos não invasivos para mulheres em tratamento para o câncer de mama (BERGAMASCO et al., 2008; COSTA, A. L., JR., 2001; GILLIS T., 2006; MACHADO SM, SAWADA NO., 2018; REGIS MF & SIMÕES MFS., 2015; SOUZA MGG & SANTO FHE., 2018).

Seis artigos alcançaram resultados positivos para a qualidade de vida de mulheres com câncer de mama, sendo que alguns deles tiveram melhores resultados para a manutenção de uma imagem corporal positiva do que outros.

Um estudo norte-americano avaliou um programa de dança com mulheres com câncer de mama. Inicialmente, um grupo intervenção participou do programa e um grupo controle foi direcionado a uma lista de espera. Foram realizadas avaliações em ambos os grupos em três períodos distintos, sendo a primeira antes das intervenções; a segunda ocorreu ao término da participação do primeiro grupo; e a terceira avaliação ocorreu após a intervenção com o grupo controle. Os autores observaram bons resultados de imagem corporal e de qualidade em ambos os grupos após a intervenção, ou seja, o grupo intervenção apresentou resultados melhores na segunda avaliação, e ambos os grupos tiveram bons resultados na terceira avaliação (SUSAN L SANDEL et al. 2005).

Em relação às intervenções psicossociais, foi desenvolvido um estudo de avaliação de um programa de intervenção que visou à melhoria da imagem corporal e autoestima de mulheres com câncer de mama. Observou-se que as mulheres que participaram do estudo de intervenção manifestaram melhoras na imagem corporal, porém não foi observada alteração da imagem corporal de mulheres que foram submetidas à intervenção psicossocial juntamente com os seus maridos, mas estas tiveram uma percepção positiva da aceitação do parceiro em relação a sua imagem corporal (DUARTE, T. P., & ANDRADE, A. N., 2005; REGIS MF, SIMÕES MFS. 2015).

Outra intervenção visando à melhoria da imagem corporal consistiu na realização de procedimentos estéticos não invasivos durante o período de internação pré e pós-cirúrgicos. Foi feita a comparação de um grupo intervenção submetido a tratamentos estéticos com um grupo controle submetidos apenas aos cuidados médicos prescritos à situação de cirurgia para o câncer de mama, sendo que os autores do estudo observaram que as mulheres do grupo intervenção obtiveram melhoria da imagem corporal meses após a cirurgia, se comparadas às mulheres que não passaram pela intervenção (COSTA, A. L., JR., 2001; REGIS MF & SIMÕES MFS, 2015).

Observou-se que os programas de intervenção abordados nos artigos desta categoria foram delineados em módulos, sobretudo os psicoterapêuticos e psicossociais, sendo que cada componente teve como objetivo lidar com algum aspecto que comprovadamente afeta o

cotidiano das mulheres que tiveram câncer de mama, como a sexualidade, a imagem corporal e o relacionamento com o parceiro, por exemplo, (Almeida RA 2016; Borges, A. D. et al., 2016).

CONCLUSÕES

Os estudos obtidos nesta revisão de literatura nos possibilitaram explicitar alguns aspectos que podem contribuir para a compreensão das repercussões físicas, psicossociais e culturais que o câncer de mama e seus tratamentos podem ocasionar na (re) laboração da imagem corporal.

Mediante o apresentado, o objetivo do estudo foi atingido, no entanto, os resultados destacados possibilitaram lançar um olhar crítico e reflexivo sobre os conhecimentos produzidos recentemente sobre o impacto do câncer de mama e da mastectomia em relação à sexualidade da mulher mastectomizada, permitindo apontar limitações e potencialidades que têm implicações para a prática do cuidado na área oncológica. Uma limitação, mas que não é propriamente desta revisão e sim dos artigos e sim dos artigos utilizados, é que alguns resultados podem mascarar a experiência individual daquelas mulheres com câncer de mama que tiveram a vivência de maior sofrimento emocional do que a média das pacientes e que, por essa razão, podem ter tido mais dificuldades frente ao diagnóstico e tratamento do que outras mulheres com a mesma doença.

Esses achados mostram a importância de que, em estudos futuros, sejam levadas em consideração as vivências da sexualidade ao se analisar o processo de adaptação e ajustamento psicossocial das mulheres com câncer de mama. Também são necessários mais estudos de cunho qualitativo, que busquem individualizar as experiências das mulheres, de modo a oferecer contribuições para que o cuidado possa ser integral.

REFERÊNCIAS

Almeida RA. Impacto da mastectomia na vida da mulher. 2016; 9(2):99-113. Rev SBPH.

Azevedo RF, Lopes RLM. Experience of breast cancer diagnosis and radical mastectomy: a phenomenology study. Online Brazilian Journal of Nursing. v. 5, ed. 1, 2006. Disponível em: <http://www.doaj.org/doi?func=openurl&genre=article&issn=16764285&date=2006&volume=5&issue=1&spage=> Acesso em: 04 de Mar de 2021.

Bergamasco RB, Ângelo M. O sofrimento de descobrir-se com câncer de mama: como o diagnóstico é experienciado pela mulher. 2008; Rev Bras Cancerol 47(3):227-287. Acesso em: 15 de Abr de 2021.

Borges, A. D. V. S., Silva, E. F., Mazer, S. M., Toniollo, P. B., Valle, E. R. M., & Santos, M. A. (2016). Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. Psicologia em Estudo (Maringá), 11(2), 361-369. Acesso em: 04 de Mar de 2021.

Costa, A. L., Jr. (2001). O desenvolvimento da psico-oncologia: Implicações para a pesquisa e intervenção profissional em saúde. Psicologia: Ciência e Profissão, 21(2), 36-43. Acesso em: 15 de Maio de 2021.

Duarte TP, Andrade AN. Enfrentando a mastectomia: análise dos relatos de mulheres mastectomizadas sobre questões ligadas à sexualidade. Estudos de Psicologia (Natal). v. 8, ed. 1, p. 155-163, 2003. Acesso em: 25 de Out de 2021

Gillis T. Reabilitação do paciente com câncer. In: União internacional contra o câncer (UICC). *Ma clínica*. 8ª ed. São Paulo: Wiley; nual de oncologia 2006. Acesso em: 16 de Mar de 2021. Acesso em: 20 de Ago de 2021

Instituto Nacional de Câncer (INCA). *Coordenação de Prevenção e Vigilância de Câncer: Estimativas 2020: Incidência de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA; 2020. Acesso em: 02 de Ago de 2021

Leite RC, Oliveira C, Ribeiro L. *Câncer de mama: prevenção e tratamento*. Rio de Janeiro: Prestígio; 2002. Acesso em: 12 de Out de 2021

Machado SM, Sawada NO. Avaliação da qualidade de vida de pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico adjuvante. *Texto & contexto enferm* 2018; 17(4):750-757. Acesso em: 30 de Set de 2021

Pruzinsky T, Cash TF. Understanding Body Images: Historical and Contemporary Perspectives. In: Cash TF, Pruzinsky T. *Body Image: A Handbook of Theory, Research, and Clinical Practice*. New York, London: The Guilford Press; p. 3-12. 2002. Acesso em: 28 de set de 2020

Regis MF, Simões MFS. Diagnóstico de câncer de mama, sentimentos, comportamentos e expectati Vas de mulheres. *Revista Eletrônica de Enfermagem* 2015; 7(01):81–86. Acesso em: 22 de Out de 2021

Silva RCF, Hortale V. Cuidados paliativos oncológicos: elementos para o debate de diretrizes nesta área. *Cad de Saúde Pública*. v. 22, ed. 10, p. 2055-2006, 2006. White CA, *Body Images in Oncology*. In: Cash TF, Pruzinsky T. *Body Image: a Handbook of Theory, Research, and Clinical Practice*. New York/London: The Guilford Press; 2002. p.379-386. Acesso em: 24 de Out de 2021

Souza MGG, Santo FHE. O olhar que olha o outro: um estudo com familiares de pessoas em quimioterapia antineoplásica. *Rev Bras Cancerol* 2008; 54(1):31-41. Acesso em: 04 de Nov de 2021

World Health Organization (WHO). *World Cancer Report, 2008*. Lyon: International Agency for Research on Cancer; 2009. Acesso em: 10 de ago de 2021

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA INFÂNCIA: DESENVOLVIMENTO OU AMEAÇA?

Mariana Silva Leite¹ aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: marianas.leite@hotmail.com, **Adriana Valentim Wandermurem**², Orientadora - Professora mestra em ciências Naturais da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br.

RESUMO

O estudo em questão trata da influência tecnológica na vida das crianças e adolescentes no período da infância. O mesmo quis saber se estas influências, seja através das mídias ou das redes sociais, ocasionam perdas ou se geram desenvolvimento na vida destes usuários. Para a realização desse estudo optou por uma pesquisa bibliográfica, através de exploração em materiais já publicados das plataformas de pesquisas e para obter as respostas buscou-se pelos descritores: tecnologia, infância, desenvolvimento, internet, redes sociais. Para tanto, o objetivo central dessa pesquisa visava investigar se a influência da tecnologia na infância ocasionava desenvolvimento das crianças e adolescentes ou se ela representava uma ameaça. Notou-se que as influências são favoráveis para o desenvolvimento de quem utiliza as tecnologias, mas existem algumas ameaças que devem ser observadas com bastante atenção. Por isso, esse estudo mostrou que as mídias tecnológicas e as redes sociais tem grande influência sobre o público da atualidade e que seu uso precisa ser debatido com a finalidade não de proibir, mas de esclarecer sobre os riscos que há escondidos nas redes de navegação da internet.

Palavras-Chave: Tecnologia. Infância. Desenvolvimento. Internet. Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

As ferramentas tecnológicas passaram a fazer parte das práticas pedagógicas, tornando-se um meio educacional. No entanto, essa não é a verdadeira função desses recursos, mas sim, de proporcionar meios de aprendizagem, com vistas a favorecer os processos de ensino e estimular o desenvolvimento dos alunos (KLEIN, et al., 2020). Vale ressaltar que ao longo do tempo várias mudanças físicas e cognitivas ocorrem com o indivíduo, desenvolvendo a linguagem, a personalidade, entre outros. O século XXI propôs um mundo virtual que possibilitou todas as gerações navegarem sobre ele. Os costumes familiares foram se modificando, a tecnologia entra nesse contexto fazendo com que cada integrante da família possua sua televisão, cada uma delas conectada na internet e interagindo com outras pessoas que não estejam no contexto familiar (FREIRE; SIQUEIRA, 2019). A cerca dos objetivos, este artigo visa investigar se a influência da tecnologia na infância ocasiona o seu desenvolvimento ou se ela representa uma ameaça. Para tanto, a investigação se deu de forma criteriosa, haja vista que os autores os quais utilizamos para referendar este trabalho também trilhamos pelos mesmos caminhos. Nesse sentido, este trabalho buscou pelos descritores: tecnologia, infância, desenvolvimento, internet, redes sociais.

MARCO TEÓRICO

Neste início de terceiro milênio, a tecnologia é apresentada como a grande protagonista das transformações em curso na sociedade, alcançando o modo de trabalhar, as formas

de se relacionar, de se obter amizades e amores. Inteligência artificial, plataformas, algoritmos, entre outros instrumentos tecnológicos solapam as antigas organizações empresariais e seus métodos de gestão do trabalho, configurando, para muitos, uma disrupção, no sentido de destruição criativa dos modelos pretéritos (OLIVEIRA; CARELLI; GRILLO, 2020). A tecnologia refere-se ao resultado da fusão entre ciência e técnica. A Tecnologia Educacional busca a incorporação das TIC's à rotina da escola com o propósito de apoiar os professores no processo de ensino-aprendizagem tanto na educação formal quanto não formal. Assim, amplia-se o papel do professor, já que além de ser um facilitador do processo ensino-aprendizagem, ele também é o responsável por criar ambientes que estimulem e motivem o desenvolvimento do educando (ANDRADE et al., 2020). A influência da tecnologia no desenvolvimento da criança tem sido questionada por muitos estudiosos, tanto em relação a efeitos positivos quanto negativos. Na atualidade é muito fácil se deparar com crianças utilizando smartphones, computadores e tablets quase que o tempo todo, deixando assim as brincadeiras tradicionais de lado, as quais favorecem o desenvolvimento das experiências sinestésicas (visão, audição, paladar, olfato e tato) e a relação entre a criança e o mundo (SANTOS, 2021). Em relação às áreas do desenvolvimento da criança que são afetadas pelo uso excessivo da tecnologia, diante do que foi contextualizado, cita-se a afetiva, cognitiva e social.

METODOLOGIA

O artigo apresentado trata-se de uma revisão bibliográfica voltada para o tema: a influência da tecnologia da infância. Esta pesquisa buscou, à luz de pesquisadores, com trabalhos atuais e com foco neste tema, trazer outras contribuições para o espaço acadêmico, uma vez que o maior intuito é colaborar para o conhecimento. Para a construção desse artigo usou-se as seguintes etapas metodológicas. **ETAPA 01- ESCOLHA DO TEMA:** “A influência da tecnologia da infância”, haja vista que o estudo procurou compreender se as tecnologias traziam desenvolvimento ou se representavam algum tipo de ameaça na vida das crianças e adolescentes. **ETAPA 02 – LOCAIS E PLATAFORMAS:** Nesta fase do estudo prezou-se pela busca de materiais nas plataformas virtuais de conhecimento científicos como: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual, SciELO, CAPES-CNPq, em busca de (livros digitais, teses de mestrado e doutorado, artigos científicos, revistas eletrônicas, dentre outros meios). **ETAPA 03 - QUANTIDADE DE MATERIAIS:** Para a construção deste artigo foram baixados das plataformas já citadas 42 documentos dos quais havia 31 artigos científicos, 04 monografias, 02 dissertações de Mestrados, 01 dissertação de Doutorado e 04 E-livros. Desses materiais, foram utilizados 30 ao todo, visto que os critérios de inclusão e exclusão serão apresentados a seguir. **ETAPA 04 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO:** Para ser inclusos neste artigo, os materiais foram buscados pelos seguintes descritores: (tecnologia, infância, desenvolvimento, internet, redes sociais), também estes deveriam ser publicados nos anos de 2019 a 2021. Quanto aos critérios de exclusão, os mesmos bastavam não seguir os critérios à cima. Dos materiais baixados foram eliminados 16 destes. **ETAPA 05 - CORREÇÃO ORTOGRÁFICA:** A última etapa da construção deste artigo buscou verificar todos os textos e realizar a correção final.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considera-se que além das inúmeras incertezas que as redes sociais podem apresentar aos seus usuários, existe também a falta de conhecimento sobre estas redes. É pertinente que as famílias tenham mais momentos de conversas abertas sobre o uso de tecnologias

e não apenas entreguem um aparelho eletrônico nas mãos de uma criança sem a devida responsabilidade. Partindo dessa afirmativa, se para a criança for ofertado ferramentas tecnológicas, ela irá se desenvolver dentro desse meio, assim como também se desenvolveria em meios diferentes da tecnologia, portanto, ela consegue aprender uma série de coisas positivas, seu desenvolvimento tecnológico, social, interativo e psicossocial estará sendo posto em teste e com isso sua autonomia estará sendo trabalhada. Com isso, foi importante investigar a influência dos pais e responsáveis quando se trata do envolvimento das tecnologias durante a infância, vimos em alguns estudos que em alguns casos o contato das crianças com os aparelhos eletrônicos acontece porque alguns pais desejam suprir sua ausência, com isso este meio eletrônico tem o papel de distrair a atenção da criança. Acontece que este fato acaba virando rotina e isso pode ser prejudicial, uma vez que se não houver desde cedo uma preocupação com o uso correto destes aparelhos a criança cresce achando que a única função daquele objeto é de entreter e não de aprender. Por fim, o estudo mostrou a importância das mídias digitais, mas, sobretudo, a importância de um direcionamento na forma correta de usar. Outro ponto que podemos observar é que o mau uso destas mídias ocasionam prejuízos para a vida de quem as usa de forma errada e que a família tem um papel importante nessa relação da criança com as redes sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. Os desafios do Ensino à Distância e do uso da Tecnologia de Informação e Comunicação. **Revista de Casos e Consultoria**, V. 11, N. 1, e11119, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/21836/13406> Acesso em: 15 Nov. 2021.
- KLEIN, D. R.; [et al.]. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 279-299, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/7439/3979> Acesso em: 15 Nov. 2021.
- FREIRE, C.O.; SIQUEIRA, A.C. A influência da tecnologia no desenvolvimento infantil. **Revista FAROL**, Faculdade Rolim de Moura-RO, v.8, n.8, p.22-39, 2019. Disponível em: <http://revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/152/132> Acesso em: 30 Out. 2021.
- OLIVEIRA, M.C.S; CARELLI, R.L; GRILLO, S. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Rev. Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2609-2634. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/y85fPG8WFK5qpY5FPhvF9m/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 15 Nov. 2021.
- SANTOS, L.L. Educação 4.0 e as influências da tecnologia na infância. In: **Revista Primeira Evolução** [recurso eletrônico] Ano II - Nº 15 - Abril de 2021. Disponível em: <http://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/58/52> Acesso em: 15 Nov. 2021.

DEPRESSÃO EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Marcilene da Silva¹
Jaqueline Sobreira Rodrigues¹

¹ Aluna da Faculdade do Vale do Jaguaribe, do curso de Psicologia.

² Professora do Curso de Psicologia na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

RESUMO

O tema violência é considerado complexo no âmbito mundial e tem se tornado um problema de saúde pública, com reflexos depressivos em casos específicos em mulheres vítimas do sofrimento causado por atos violentos no âmbito familiar. O objetivo deste trabalho é investigar na literatura os aspectos relacionados a depressão em mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo, uma sintetização de trabalhos publicado com a temática depressão, especificamente causada pela violência doméstica contra a mulher no convívio familiar. As vítimas investigadas apresentam diferentes sintomas de depressão, ansiedade e regulação emocional nas mulheres. Vítimas depressivas em decorrência da violência doméstica tem dificuldade de controlar comportamento impulsivo, dificuldade de resolver problemas e sofre interferência na saúde mental e qualidade de vida. Algumas estratégias como o Programa de Assistência a mulher, podem ser adotadas para contribuir para a saúde das mulheres com depressão vítimas da violência doméstica.

PALAVRAS-CHAVE: depressão. Violência doméstica. Violência contra a mulher

INTRODUÇÃO

O tema violência é considerado complexo no âmbito mundial e tem se tornado um problema de saúde pública. Segundo Osterne (2005, p. 58), “a violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar.”

O estudo se mostra relevante por possibilitar a inclusão de novos pensamentos embasados em leituras implícitas e explícitas de uma realidade enfrentada, associada a análise de estudos e pesquisas acerca do referido assunto. Desta forma, o estudo parte de um escopo previamente elaborado a partir de conhecimento empírico sobre o tema em discussão e ganha uma

abordagem reflexiva por meio de uma discussão entre as fontes e posteriormente, com a prática, isto é, com a realidade das pessoas acometidas por estado depressivo.

Tem-se como objetivo geral desse estudo, portanto, investigar na literatura os aspectos relacionados a depressão em mulheres violência doméstica. Como meio de alcance, tem-se os seguintes objetivos específicos: (a) apontar características e condições psicológicas de mulheres depressivas vítimas de violência doméstica; (b) identificar os desafios enfrentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica; e (c) exemplificar estratégias que contribuem para a saúde das mulheres com depressão vítimas da violência doméstica.

MARCO TEÓRICO

A definição de violência contra a mulher é ampla, contudo, ainda de acordo com Lei nº 11.340/2006, mencionada anteriormente, a violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher, compreendendo, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (BRASIL, 2006). Nesta perspectiva, Tavares e Pereira (2007), destaca que violência contra a mulher não se limita exclusivamente em danos lesivos de ordem física, porém ultrapassa e engloba qualquer ação de dominação que a enfraqueça e a impossibilite de expressar seus propósitos enquanto pessoa.

O conceito de violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, é permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração (BRASIL, 2011). Todavia, Day et al. (2003), reconhece que a violência não pode ser vista como um fenômeno inerente à natureza humana, mas como um fenômeno condicionado ao modo de organização social, que é historicamente construído, pois existe uma relação de opressor e oprimido, assim, uma sociedade que luta por seus direitos, por sua liberdade, não aceita a opressão ocorrida neste sentido explorado.

Como efeito disso, mulheres vítimas de violência apresentam elevado índice de transtornos emocionais, destacando a depressão, a ansiedade e os transtornos de estresse pós-traumático, sejam em vítimas criminais ou em vítimas da relação conjugal (ROVINSKI, 2004).

O estado depressivo sendo um dos reflexos causados pela violência, nos remete a refletir sobre seus efeitos e consequências, no entanto, de acordo com o Código Internacional de Doenças - CID – 10 (1997), a depressão é conceituada como sendo um rebaixamento de humor, redução da energia e diminuição da atividade. São considerados sintomas de depressão: o sentimento de culpa e inutilidade, capacidade diminuída para se concentrar, pensamentos recorrentes de morte, insônia, alterações no apetite, alterações psicomotoras, fadiga, queixas somáticas e perda de interesse pelas atividades (ZANCAN e HABIGZANG, 2018).

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo, descritivo e exploratório. De acordo Ercole, Melo e Alcoforado (2014), esse tipo de revisão é utilizado para sintetização de resultados obtidos através de uma determinada pesquisa nas bases de dados, sobre uma temática específica.

A coleta de dados, foram utilizadas as bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Utilizou-se os seguintes descritores para a procura dos estudos: “depressão”, “violência doméstica” e “violência contra a mulher”. Os critérios de inclusão do material foram através de artigos publicados de maneira completa, baseados nas palavras-chave, escrito em língua portuguesa, e publicados no período de 2015 à 2021. Como critérios para exclusão, foram retirados os trabalhos publicados incompletos, com recorte temporal inferior a 2015 e que não estiveram de acordo o objetivo da pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa realizada sobre depressão e violência contra a mulher, apresentou um número significativo de publicações, abrangendo histórico de violência familiar, consequências e intervenções.

Ao se considerar a bibliografia buscada com referência na violência contra a mulher, apontou-se casos de violência psicológica, física e moral vinculados nos ambientes familiares. De uma maneira geral, a prevalência de violência doméstica relaciona-se a fatores como: baixa renda familiar, baixa escolaridade, histórico de uso de substância pela mulher e pelo parceiro, presença de filhos, entre outros.

Destaca-se a prevalência de mulheres ameaçadas pelos parceiros, embora outras vítimas tenham negado tal atitude do companheiro e também mulheres que negaram ter apoio de outras pessoas como os familiares, colegas de trabalho de escola ou não, amigos ou da comunidade. Outro fator destacado foi a questão de as mulheres se sentirem impedidas pelo parceiro de falar com outras pessoas, e desta forma, as vítimas procuram menos os serviços de saúde.

As vítimas investigadas apresentam diferentes sintomas de depressão, ansiedade e regulação emocional nas mulheres. Mulheres depressivas em decorrência da violência doméstica tem dificuldade de controlar comportamento impulsivo, dificuldade de resolver problemas e sofre interferência na saúde mental e qualidade de vida.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar na literatura os aspectos relacionados a depressão em mulheres violência doméstica. Ao se realizar a coleta e a análise de dados feita sobre o tema exposto em mulheres vítimas de violência doméstica, conclui-se que as vítimas apresentam diferentes sintomas de depressão, ansiedade e regulação emocional. Identificou-se condições psicológicas de mulheres depressivas vítimas de violência doméstica, como dificuldades em controlar comportamento impulsivo quando esta vivencia emoções negativas e a dificuldade do rompimento do ciclo de violência.

Verificou-se nos resultados deste trabalho, as características e condições psicológicas de mulheres depressivas vítimas da violência doméstica, os desafios enfrentados pelas mulheres vítimas da violência e as estratégias que contribuem para a saúde das mulheres em estado depressivo, vítimas da violência doméstica.

Fica evidente a prevalência de violência psicológica, física e sexual que interfere na saúde mental e qualidade de vida de mulheres violentadas. Algumas estratégias como o Programa de Assistência a mulher, podem ser adotadas para contribuir para a saúde das mulheres com depressão vítimas da violência doméstica. Desta forma, compreende-se a importância desta pesquisa diante do problema exposto relacionado a efeitos depressivos causados pela violência doméstica, especificamente a violência contra a mulher. As contribuições apontam caminhos para amenizar a violência e necessidade de atenção aos cuidados com as mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília: Ministério da Saúde. 2011.

_____. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

ERCOLE, F., MELO, L., & ALCOFORADO, C. (2014). Integrative review versus systematic review. *Reme: Revista Mineira De Enfermagem*, 18(1). 10.5935/1415-2762.20140001.

OSTERNE, M. S. F. (2005). Violência nas relações de gênero e cidadania feminina: análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher em Fortaleza. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TAVARES, F. A., & PEREIRA, G. C. (2007). Reflexos da dor: Contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Textos & Contextos*, 6(2), 410-424. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/article/view/2318/3255>.

ATENÇÃO FAMILIAR NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: QUEM CUIDA DO CUIDADOR?

Maria Joaquina Correia Nogueira¹ (Aluna do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe e-mail: joaquina.nogueira@fvj.br), Aline Maria Barbosa Domicio Sousa² (Professora Doutora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: alinedomicio@fvj.br).

RESUMO

A família é considerada uma unidade social complexa e básica no processo de vida de cada pessoa, formada pela experiência única e dinâmica que cada um desenvolve ao longo do viver. Pessoas em sofrimento psíquico tendem a exigir atenção constante dos familiares. Ao compreendermos os encargos da família neste processo de cuidado, observamos os impactos do convívio com a pessoa em sofrimento psíquico na vida do familiar cuidador. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo do tipo exploratória e descritiva com objetivo de analisar como a convivência com uma pessoa em sofrimento psíquico afeta a família e compreender a importância da família no cuidado da pessoa em sofrimento, além de apreender as percepções dos cuidadores acerca da sua própria saúde mental no processo de cuidado ao familiar em sofrimento psíquico. Como método utilizamos a revisão bibliográfica com dados das plataformas SCIELO e PEPSIC a partir de critérios de inclusão e exclusão que resultaram em 18 artigos. Em uma etapa posterior à coleta de dados, foi realizada a análise temática para a construção do corpus da pesquisa, que permitiu a criação de quatro categorias temáticas principais. A partir do objetivo inicial proposto para a pesquisa, de analisar como a convivência com a pessoa em sofrimento psíquico afeta a família, ficou evidente a relevância do estudo e da temática, bem como da importância do suporte adequado que é requerido tanto as pessoas em situação de sofrimento psíquico, como também aos cuidadores.

Palavras-chave: Cuidador. Atenção Familiar. Sofrimento psíquico. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Durante anos, os familiares foram afastados do cuidado de indivíduos com alguma condição em saúde mental, pois esse cuidado era direcionado aos hospitais psiquiátricos, onde o indivíduo era afastado da família e da sociedade. A partir da reforma psiquiátrica, a família pode começar a ajudar a cuidar dessa pessoa. Embora o hospital psiquiátrico ainda seja um centro de atendimento para doentes mentais, a família raramente se envolvia no cuidado do paciente (MORENO, 2003). Vale ressaltar que a decisão de manter os familiares afastados dos pacientes durante a internação vigorou até 1980, pois a família só poderia visitá-los se a instituição permitisse, geralmente um mês após a internação ou quando os internados já estivessem melhor. Alegaram que os sintomas pioravam quando os pacientes entravam em contato com membros da família, e eles geralmente não entendiam como esse tratamento funcionava. Essa época deixou uma marca profunda no tratamento das doenças psiquiátricas, pois o número de pacientes crônicos e abandonados na família representa a grande equipe de residentes dos atuais hospitais psiquiátricos (MORENO, 2003). Ao compreendermos os encargos da família neste processo de cuidado, observamos os impactos do convívio com a pessoa em sofrimento psíquico na vida do familiar cuidador, e como as famílias estão mais propensas a serem objeto de pesquisa. Este estudo busca justamente explorar esse campo de pesquisa, e analisar como a convivência com uma pessoa em sofrimento psíquico afeta a família para compreender a importância da família para o cuidado da pessoa que está em sofrimento psíquico e assim identificar a necessidade de cuidado e atenção para a família, e apreender as percepções dos cuidadores acerca da sua própria saúde mental no processo de cuidado ao familiar em sofrimento psíquico. A escolha desta temática se faz pela necessidade

pensar na atenção e cuidado para a família que convive com o indivíduo que está em sofrimento psíquico, na medida em que esta é afetada direta e indiretamente pelo processo de adoecimento psíquico de seu familiar. E assim compreender como a convivência com um indivíduo em sofrimento psíquico afeta a família.

MARCO TEÓRICO

Atualmente, as políticas públicas de países onde o processo de desospitalização já está em andamento buscam garantir uma relação saudável entre os pacientes e seus familiares. Em algumas famílias, viver com uma pessoa em sofrimento psíquico é muito difícil para ambas as partes, de modo que o paciente é readmitido no hospital. No Brasil, essa questão ainda não foi enfrentada, mas têm sido feitas tentativas de construir moradias assistidas para pessoas privadas de convívio social. Ao mesmo tempo, pacientes com transtornos mentais que têm relações familiares devem receber tratamento em diversos serviços, tais como: hospitais dia e centros de atenção psicossocial. Quando ocorre uma crise e quando um paciente entra em um serviço de assistência, deve-se cuidar de seus familiares (MORENO, 2003). Com o surgimento das terapias familiares, a pesquisa familiar ganhou popularidade na década de 50, especialmente aquelas que adotavam a abordagem sistemática, cujos conceitos eram derivados da teoria geral do sistema e da cibernética. Normalmente, a terapia familiar concentra-se nas mudanças nos relacionamentos e nos métodos de comunicação dentro do sistema familiar. Esses conceitos foram incorporados ao trabalho dos profissionais brasileiros, mas os movimentos da reforma psiquiátrica estão atentos à relação entre família e sofrimento psíquico. A família é profundamente afetada pelo sofrimento e isso permeia suas vidas em todos os níveis, ao longo da trajetória da doença de seus parentes e se tornam parceiros em todos os momentos. O sofrimento se manifesta em diferentes formas e intensidades, deixando uma marca profunda no mundo da vida familiar. Os sentimentos de sofrimento e insegurança acompanham todas as etapas do tratamento e percepções de futuro. A presença de pessoas com transtorno mental impactará os demais familiares, pois os familiares ficam sobrecarregados com a necessidade de acompanhar os membros enfermos e cuidar de suas funções. Essa sobrecarga familiar é sentida não apenas nos aspectos emocionais e físicos, mas também na econômica. (NAVARINI, HIRDES; 2008). Nem todos os membros da família apresentam condições estruturais, econômicas e emocionais para lidar com sucesso com esses aspectos da convivência com alguém em sofrimento psíquico.

METODOLOGIA

Esse estudo é uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo do tipo exploratória descritiva. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2001), responde a questões particulares. Ela se preocupa, nas ciências da saúde, com um nível de realidade que na maioria das vezes não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para o levantamento dos dados na literatura, realizou-se a busca nas bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PEPSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Para a busca dos artigos, foram utilizados os descritores e suas combinações na língua portuguesa: “Cuidadores”, “Estratégia Saúde da Família”, “Psicologia em Saúde”, “Saúde mental”, “Psicologia”; os resultados iniciais trouxeram 19.566 artigos. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos na íntegra que contemplassem os descritores selecionados e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos (2011-2020). Já os critérios de exclusão

foram utilizados da seguinte forma: Artigos publicados em idioma estrangeiro e que não contemplem a temática da pesquisa. O levantamento de dados foi realizado em agosto e as análises dos dados e a construção das categorias foram realizadas entre os meses de setembro e outubro.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Pode-se concluir que inúmeros são os impasses e os desafios expostos pelo cuidador familiar, desde o momento da descoberta do transtorno mental de um familiar, e durante todo o processo de convívio e cuidado. Pois a existência do sofrimento mental no ambiente familiar muda os hábitos e costumes da família, fazendo-se necessário a adaptação a novas situações, o que pode produzir sobrecarga. A falta de capacitação destes familiares é algo que afeta diretamente essa convivência, o que faz com que o cuidador apresente riscos da presença de transtornos depressivos, pois o mesmo acaba não sabendo lidar com a sobrecarga gerada por essa atividade que ele não está preparado para exercer. Dito isto, percebe-se que essa população merece maior atenção das políticas públicas e da sociedade. Por fim, também foi possível refletir como é importante que o psicólogo em formação seja capaz de compreender a importância da atenção familiar no cuidado em saúde mental e com o próprio cuidador. E, acima de tudo, a necessidade dos currículos acadêmicos incluam pesquisas e leituras destas temáticas na formação. Não sendo garantia de uma boa atuação, é pelo menos o início de um olhar que historicamente é sufocado e principalmente silenciado, mas que de forma urgente necessita de mudanças.

REFERÊNCIAS

MORENO, Vânia; ALENCASTRE, Márcia Bucchi. A trajetória da família do portador de sofrimento psíquico. **Rev. esc. enferm.**, USP, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 43-50, Junho 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAVARINI, Vanessa; HIRDES, Alice. A família do portador de transtorno mental: identificando recursos adaptativos. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, pág. 680-688, dezembro de 2008.

Consequências psicológicas sobre o isolamento social: Uma análise a partir de notícias

Maria Emanuella da Silva Piva 109 (aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: emanuella.paiva@fvj.br); Orientadora: **Jaqueline Sobreira Rodrigues** (Professora Mestra do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Jaqueline.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho irá avaliar através de notícias do período de agosto e setembro sobre a saúde mental da população brasileira, período no qual quase metade da população brasileira já estava recebendo a primeira, segunda ou dose única da vacina da covid-19. Momento em que houve maior flexibilização de locais públicos e privados em todas as cidades brasileiras. Os comportamentos psicológicos previstos para tal ocorrência conseguem ser aumentados devido ao período necessário de distanciamento social. Entretanto, quando desempenhado corretamente, o medo e o estresse são parte importante no cuidado da vida e ponto central nas atividades a serem praticadas. Dessa forma, o reconhecimento de meios essenciais antes usados de maneira correta é primordial para um resultado de excelência em relação a saúde mental. A predominância de sintomas de depressão e ansiedade multiplicou durante a covid-19, em comparação com as hipóteses pré-pandêmicas, e as análises revelaram que os índices de preponderância apareceram grandes quando coletadas mais tarde na pandemia, em adolescentes principalmente em meninas.

Palavras-chave: Saúde mental. Pandemia. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Ao início do surto da COVID-19 (SARS-coV-2), frente a uma doença, na qual foi se espalhando rapidamente em todo o mundo. Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020, já tinha ultrapassados 214 mil casos em todo o mundo.

A morbimortalidade em ligação com a saúde mental, tende a superar a própria infecção da covid-19. Entre os principais fatores de risco para o adoecimento mental incluem: vulnerabilidade social, contrair a doença ou conviver com alguém infectado, existência de transtorno mental prévio, Os meios de comunicação advertem à população que, em situações de distanciamento e isolamento, algumas formas de mal-estar são comuns, como a sensação de impotência, tédio, solidão, irritabilidade, tristeza e medos diversos (de adoecer, morrer, perder os meios de subsistência, transmitir o vírus), podendo levar a alterações de apetite e sono, a conflitos familiares e a excessos no consumo de álcool ou drogas ilícitas. Os idosos, em especial aqueles com declínio cognitivo ou demências, são identificados como particularmente vulneráveis a alterações emocionais e comportamentais (CEPEDES 2020a; IASC, 2000).

MARCO TEÓRICO

O estresse durante o período de enfrentamento da pandemia de COVID-19, por conta da alta taxa de proliferação do vírus, exige o distanciamento social, podendo causar uma série de problemas mentais e sociais. No sentido de sua extensão, velocidade de crescimento, impacto geral na população e nos serviços de saúde, e também por ocorrer em um contexto de acesso a muita informação em tempo bastante curto. Alguns de seus impactos são semelhantes aos de outras epidemias, como a depressão depois do isolamento, outros só estão sendo vistos no presente momento e certamente, no futuro a percepção desta pandemia ainda será modificada. Todos reagem de maneira diferente a situações estressantes, como querer sair com os amigos, não ficar mais em casa como é o recomendado. Como você responde à pandemia pode depender de sua formação, da sua história de vida, das suas características particulares, e da comunidade em que você vive.

METODOLOGIA

“De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa”. A averiguação de estudos analisados, a princípio, a partir das palavras chave: Saúde mental; Pandemia; Covid-19. Com a realização das buscas, foram incluídos, para o vigente trabalho, estudos brasileiros sobre a saúde mental e as consequências; no período de agosto e setembro de 2021, através de artigos, sites e dissertações. A pesquisa tem como objetivo colher informações através de notícias sobre as consequências psicológica causado pela pandemia da covid-19 no Brasil, os principais sintomas associados a saúde mental, principais públicos acometidos pela pandemia, os dados obtidos que vão confirmar ou contestar as hipóteses iniciais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho iniciou-se a partir da coleta de notícias, no período de agosto e setembro de 2021. Iniciando pela coleta de dados/notícias sobre as consequências psicológicas nesse período. A coleta foi feita por meio de uma tabela, mostrando a manchete e as consequências, a partir daí foi realizado uma análise sobre qual o público mais afetado e de que forma afetou. Das notícias analisadas encontrou-se a prevalência de depressão e ansiedade em crianças e jovens durante o período de isolamento social da covid-19. De acordo com o artigo publicado pelo jornal JAMA Pediatrics, no geral, esta meta-análise mostra taxas aumentadas de sintomas de ansiedade e depressão clinicamente elevados para jovens durante a pandemia de COVID-19. Os dados apresentados como resultados na pesquisa JAMA Pediatrics, mostra que nesta meta-análise de 29 estudos, incluindo 80.879 jovens em todo o mundo, as estimativas de prevalência combinadas de depressão e ansiedade em crianças e adolescentes clinicamente elevadas foram de 25,2% e 20,5%, respectivamente. A predominância de sintomas de depressão e ansiedade multiplicou durante a covid-19, em comparação com as hipóteses pré-pandêmicas, e as análises revelaram que os índices de preponderância apareceram grandes quando coletadas mais tarde na pandemia, em adolescentes principalmente em meninas. O presente trabalho contou com o conhecimento científico em torno da saúde mental, sobre o cuidado associados à recém

declaração da emergência de saúde pública devido a COVID-19. Através de conceitos, pesquisas explícitas para o entendimento manifestados pela COVID-19. Assim sendo, várias outras questões associadas a transtornos mentais, como também, também as consequências. Espera-se que esse trabalho possa ser um complemento a população em geral e científica, e que os assuntos inclusos possam disseminar em favor da saúde mental.

REFERÊNCIAS

NOAL, Débora da Silva; PASSOS, Maria Fabiana Damasio; FREITAS, Carlos Machado de (org.). **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19**. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. 342 p. Disponível em: < https://www.fiocruzbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/livro_saude_mental_covid19_Fiocruz.pdf > Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, ROSSANO CABRAL. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental**. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 30, n. 02 [Acessado 20 Novembro 2021] . Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214> >. Acesso em: 20 nov. 2021.

OPAS. **Pandemia de COVID-19 aumenta fatores de risco para suicídio**. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/noticias/10-9-2020-pandemia-covid-19-aumenta-fatores-risco-para-suicidio> > Acesso em: 20 nov. 2021

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p., página da citação: 122. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf> > Acesso em: 20 nov. 2021.

Psicologia do Esporte e do Exercício: as possíveis influências da prática do futsal na saúde mental.

Luiza Jorgiana Moura da Silva¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: luiza.jorgiana@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A psicologia do esporte e do exercício é definida como o estudo científico dos comportamentos das pessoas diante da prática de esportes e exercícios, esta começou a ser estudada em meados de 1980, porém é pouco abordada na formação acadêmica em Psicologia, mas contribui de forma significativa para uma vida mais saudável, tanto fisicamente como psicologicamente. Dentre os vários esportes e exercícios físicos, destacamos o futsal, este é um esporte coletivo e pode ser praticado como esporte ou exercício, como esporte promove grandes benefícios, como ajuda na personalidade, no autoconhecimento, na disciplina, na responsabilidade, na convivência em grupo, dentre outros, e como exercício, que é aquele onde o mesmo é praticado algumas vezes na semana, ajuda ao praticante a ter menos risco de ser acometido por doenças mentais, como depressão, ansiedade ou estresse. Com isso o artigo busca compreender as influências que a prática do futsal traz, através destes conceitos: motivação, metas, cooperação, competição, dinâmica de grupo, liderança, emoções e autoconfiança. Tais influências podem colaborar de forma positiva e negativa com a saúde mental. O presente trabalho tem como metodologia a revisão bibliográfica narrativa, esta é compreendida como um modelo de estudo que analisa as referências utilizadas na pesquisa.

Palavras-Chave: Psicologia do esporte e do exercício. Saúde mental. Futsal.

INTRODUÇÃO

A psicologia do esporte e do exercício, é definida como o estudo científico dos comportamentos das pessoas diante da prática de esportes e exercícios (WEINBERG E GOULD, 2017). Essa prática ajuda de forma significativa para uma vida mais saudável, tanto fisicamente como psicologicamente, contribuindo para uma boa saúde mental. Assim, a saúde mental na prática do esporte e exercício, seja no âmbito profissional ou como exercício, compreende que os sentimentos e comportamentos dos atletas no momento da prática do futsal, são percepções que estes têm sobre si, sobre suas vivências e sobre como é o próprio desempenho diante delas. Além disso, a saúde mental está diretamente ligada a tudo que se é proposto a fazer (VAN RAALTE E BREWER, 2011). Entretanto, existem muitas patologias relacionadas a saúde mental no esporte e exercícios (VAN RAALTE E BREWER, 2011), da mesma forma que o futsal pode contribuir de forma benéfica, maleficamente isso também ocorre, podendo ser conflitos grupais e outras relações, baixa autoconfiança, conflitos emocionais, criação de expectativas inalcançáveis, não conseguir lidar com frustrações e assim desistir mais facilmente de objetivos desejados (SILVA, 2017). A compreensão de que a prática de esportes e exercícios contribuem para a saúde mental vem evoluindo muito, no futsal não poderia ser diferente, os atletas buscam no esporte profissional, ou até como exercício, uma maneira de aliviar todo o estresse vivido diariamente, pois buscam praticar esta modalidade porque gostam, sentem prazer e satisfação no mesmo (SILVA, 2017). Este trabalho tem como objetivo compreender como a prática do futsal pode influenciar na saúde

mental, mostrando seus benefícios e malefícios. E assim entender como as pessoas que o praticam são impactadas, através de uma revisão de literatura narrativa.

METODOLOGIA

O presente trabalho refere-se a uma revisão de literatura narrativa, nesta nem sempre é necessário esgotar todas as fontes de informações relacionadas ao tema pesquisado, a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. Este é de natureza básica, que consiste em interesses para gerar novos conhecimentos, ajudando assim no avanço da ciência, sem aplicação prática prevista (PRODANOV E FREITAS, 2013). Contendo caráter descritivo, este mostra as características do tema abordado usando técnicas padronizadas para a coleta de dados usados no artigo, trata-se de uma abordagem qualitativa que utiliza o ambiente natural para a coleta de dados e informações que serão necessários para a revisão, dando assim interpretação de fenômenos e atribuição de significados (PRODANOV E FREITAS, 2013). Foram incluídos livros e artigos científicos originais, disponíveis na íntegra e gratuitamente e publicados em português, entre os anos de 1990 a 2021, que representavam a temática referente a importância da psicologia do esporte e do exercício no futsal (futebol de salão). Foram excluídos os artigos não condizentes com o tema, com os objetivos da pesquisa e com os critérios de inclusão, também foram excluídos artigos em inglês. A coleta de dados das publicações científicas foi realizada no período março de 2021 a agosto de 2021, utilizando artigos como instrumento de pesquisa, fichamento bibliográfico dos artigos, a leitura analítica dos trabalhos e a interpretação dos conceitos de cada autor pesquisado, comparando as convergências e divergências. A análise dos dados foi constituída através de comparação direta entre os dados dos estudos incluídos na pesquisa após leitura criteriosa e com uma análise crítica do autor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da psicologia do esporte e do exercício é bem ampla e enriquecedora, este campo recebe influências socioculturais advindas do crescimento do movimento olímpico, da liberação das mulheres para praticar e estudar o esporte e da popularização do mesmo profissionalmente. Teve início no século XIX e é dividida em seis períodos, cada um contém características singulares, porém estão associados ao seu engrandecimento (WEINBERG; GOULD, 2017). O esporte e o exercício são fatores de desenvolvimento que contribuem muito para a saúde mental de todos, diante disso existem muitos conceitos da área, e alguns deles serão de extrema importância para a compreensão da saúde mental na prática da modalidade futsal. Sendo eles: metas; motivação; competição e cooperação; dinâmica de grupo; liderança e autoconfiança. Através desses conceitos o futsal como esporte, promove grandes benefícios, em alguns casos, ajuda na formação de caráter, de valores morais e éticos, na personalidade, no autoconhecimento, na disciplina, na responsabilidade, na convivência em grupo e até na competitividade saudável (SILVA, 2017), e como exercício, aquele que é praticado algumas vezes na semana, os praticantes não têm a intenção de se tornarem atletas profissionais e nem participar de competições, apenas praticam o esporte por prazer e lazer, contribui com “menores riscos de serem acometidos por desordens mentais do que os sedentárias, mostrando que a participação em exercícios físicos exerce benefícios na esfera física e psicológica e que indivíduos fisicamente ativos, provavelmente, possuem um processamento cognitivo mais rápido” (OLIVEIRA, 2011, p. 128). Com isso, o futsal contribui de forma significativa em uma vida mais ativa, tanto em sua prática esportiva como na prática de exercícios, pois há possibilidade de evitar muitas patologias na área da saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou indícios da influência do futsal, tanto de forma benéfica quanto maléfica, através de conceitos expostos no decorrer do artigo, tais quais como motivação, metas, autoconfiança, dentre outros. Sendo assim respondendo a pergunta de partida, mesmo não relatando respostas definitivas, foi possível destacar quais são essas influências, como isso ocorre e quais são positivas e negativas. Foram validadas como influências benéficas, uma boa gestão emocional, conseguir identificar e resolver questões emocionais rapidamente, uma redução de estresse e ansiedade, mais entusiasmo e euforia, um melhor convívio social, resolver problemas em grupo de forma mais fácil, incentivar a aceitação, respeito e solidariedade, conseguir se posicionar melhor, criar metas mais acessíveis traçando estratégias para alcançá-las, podendo assim começar novas conquistas ou tentar realizar antigas que não conseguia. Já de forma maléfica, quando praticado de forma excessiva ou errada, foram demonstrados conflitos emocionais diante de estresse e pressões, criação de expectativas muito altas, superioridade e em alguns casos solidão, desistência rápida dos objetivos, e que a falta de colaboração afeta a convivência grupal. Mesmo com a comprovação de várias influências, muitas ainda não foram identificadas, estes conceitos são bem amplos e abrem um leque de dúvidas, trazendo assim muitos caminhos a serem estudados. Com isso, este trabalho de conclusão de curso contribui cientificamente para o tema pesquisado, porém surgem várias questões a serem consideradas, tais quais como, a inclusão da disciplina de psicologia do esporte e do exercício nas grades curriculares do curso de psicologia, necessidade de pesquisas científicas mais específicas acerca do tema, e também a gratuidade destes estudos.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Nazaré Eliany; AGUIAR, Rômulo Carlos de; ALMEIDA, Maria Tereza Oliveira de; Cordeiro Eloia, Sara; LIRA, Tânia Queiroz. Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental. **Revista Saúde Coletiva**, São Paulo, vol. 8, nº 50, p. 126-130, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

SILVA, Douglas Clyts Timotio da; SILVÉRIO, Bruno Felipe Lorençatto; ALDERETE, Jorge Luiz de Mendonça Ortellado. **Identificação dos fatores motivacionais que levam a prática do futsal**. In: Anais do 15º Encontro Científico Cultural Interinstitucional e 1º Encontro Internacional, Paraná, 2017.

VAN RAALTE, Judy L; BREWER Britton W. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Santos, 2011. (561 p.)

WEINBERG, Robert S; GOULD, Daniel. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. (604 p.).

O CONTO “O ESPELHO” E O ENRIJECIMENTO DA PERSONA: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Lecíria da Costa Santos (Aluna do curso de psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Aracati - CE, 2021. E-mail: leciriacosta2009@hotmail.com.)

Thahyana Mara Valente Lima (Professora Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ. Docente e orientadora de pesquisa na Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ. E-mail: thahyana.valente@fvj.br.)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as consequências em manter uma persona enrijecida, partindo da ideia de verificar e conhecer o conceito de persona e sombra pela lente teórica de Carl Gustav Jung, criador da psicologia analítica. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa com bases nos dados na Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, verificando artigos e livros publicados no período de 1997 a 2020. Utilizaram-se como palavras-chaves os termos: “psicologia analítica”, “persona”, “enrijecimento da persona”; “identificação com a persona” e “sombra”. Verificou-se uma defasagem sobre a temática do enrijecimento das personas, no entanto, foi possível compreender os conceitos de sombra e persona. No presente artigo é apresentado o conto de Machado de Assis, *O Espelho*, para a melhor compreensão sobre o conceito de uma persona enrijecida, no qual é possível compreender em sua narrativa as consequências desse comportamento. Conclui-se que a persona enrijecida traz diversas consequências ruins para a vida de um sujeito como limitação da capacidade de expressão, afetando também sua espontaneidade, além de diminuição de seu repertório comportamental com o meio social, fazendo com que este indivíduo se torne uma personalidade artificial.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Persona; Sombra; Enrijecimento da persona.

INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna é caracterizada por pessoas que vivem rotinas exaustivas e com muitas atividades simultâneas. Dessa maneira, o sistema econômico vigente cobra ser ativo e “perfeito” em suas áreas de atuação, além de buscar exercer com qualidade todos os seus papéis sociais, gerando, deste modo, uma sobrecarga. (BYUNG-CHUL HAN, 2015).

Porém, as pessoas vivem de maneira acelerada e buscando maior produtividade em suas respectivas profissões, focando-se em uma determinada área. Acerca desse assunto, os autores complementam que: “as pessoas que buscam essa perfeição extrema, encontram-se em autoacusação destrutiva e autoagressão que o leva ao adoecimento coletivo, refletindo uma espécie de (des)humanidade que está em guerra consigo mesma.” (JACOBI; HABOWSKI; CONTE; 2018, p. 19).

Para falar sobre essas multitarefas e papéis diários, esse trabalho trata o conceito da psicologia analítica denominado persona. A persona compõe a personalidade do indivíduo e está relacionada às máscaras adotadas nos diferentes meios sociais. É uma forma de adaptar-se, isto é, um recurso usado para que o sujeito se sinta pertencente a um grupo ou a sociedade, desse modo, é uma maneira de se assemelhar com a grande massa. (RIVAS, 2017). As máscaras sociais são os papéis que as pessoas desempenham no cotidiano, assim, pode-se citar alguns exemplos como: mãe, pai, profissão, professor, estudante, esposa, marido, filho, etc., são também intituladas de personas.

A persona é conceituada por Jung como um arquétipo, sendo que este é inconsciente, com padrões de comportamentos que se associam a um personagem ou papel

social. O autor acrescenta que: “o arquétipo representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta.” (JUNG, 2014, p. 14). Além disso, outro autor acrescenta que o: “arquétipo é um padrão potencial inato de imaginação, pensamento ou comportamento que pode ser encontrado entre seres humanos em todos os tempos e lugares.” (STEIN, 2006, p. 217).

Estudar e entender as diversas formas que as pessoas se relacionam em sociedade é de interesse do campo da ciência psicológica, desse modo, o objetivo desse trabalho é investigar como esses sujeitos lidam com suas personas em suas rotinas diárias, além de compreender também o que pode acarretar ao indivíduo quando este fica enrijecido em apenas uma dessas máscaras sociais/personas, ou não conseguir equilibrá-las, além de buscar compreender a causa dessas questões. Para tanto, este artigo trabalha a análise do conto de Machado de Assis – *O Espelho* – fazendo paralelo com esse desequilíbrio e enrijecimento das personas no cotidiano e suas consequências.

Ademais, esse artigo também busca analisar as consequências em manter o enrijecimento das personas. Pois sabe-se que uma persona enrijecida traz prejuízos nas relações de um indivíduo no contexto profissional e pessoal. Objetiva-se também, analisar na literatura o conceito vigente sobre sombra, além de analisar o conceito de persona na perspectiva da psicologia analítica e verificar os aspectos da persona e da sombra relacionados com os danos de interpretar uma persona de maneira excessiva.

METODOLOGIA

O artigo conta com uma revisão bibliográfica narrativa, com pesquisas em livros e artigos com produções científicas publicadas no período de 1997 a 2020. A ampla janela temporal é devido à escassez de publicações sobre o tema, além de que os textos são baseados na lente teórica da psicologia analítica, fundada por Carl Gustav Jung. Segundo Cordeiro *et al.* (2007), a revisão bibliográfica narrativa é uma metodologia de pesquisa mais dinâmica, não seguindo somente com questões já estabelecidas, não cobrando normas rígidas para a elaboração da temática, sempre buscando investigar possíveis respostas.

Faz-se necessário conceituar alguns métodos utilizados nessa etapa. Assim, o descritor é um termo usado para pesquisar de forma padronizada palavras para a construção de uma pesquisa científica. De acordo com Brandau (2005), “os descritores são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo” (BRANDAU *et al.*, 2005, p. 08). Além disso, o autor ressalta que “sem uma questão bem estruturada e com a escolha de descritores inadequados, a pesquisa nas bases de dados costuma resultar em ausência de informação ou em quantidade muito grande de informação”. (BRANDAU *et al.*, 2005, p. 09).

Desse modo, as pesquisas documentais e a escrita do artigo foram realizadas no período de agosto a novembro de 2021. Os descritores pesquisados para a construção do trabalho foram: “psicologia analítica”; “persona” e “sombra”. As plataformas bases para a pesquisa de artigos científicos foram: Google Acadêmico e SciELO. Para a construção do artigo foram selecionados e lidos 21 artigos. Como critério de inclusão, foram selecionados documentos escritos na língua portuguesa que estão de acordo com o tema proposto, e para critério de exclusão os textos que não contemplavam o objeto da pesquisa, desta forma foram selecionados três artigos e sete livros que contemplam a lente teórica de Carl Gustav Jung.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Para a realização desse trabalho foi pesquisado livros e artigos no período de 1997 a 2000 baseados na abordagem psicológica de Carl Gustav Jung(2014), além das contribuições Byung-Chul Han (2015) e o conto de Machado de Assis, O espelho (2017) estes autores que não fazem parte da abordagem da psicologia analítica. Mas todos os outros são da linha teórica analítica, os autores são Jacobi (2013), Jung (2016), Laffitte (2002), Rivas e Silva (2017), Stein (2006), Silva (2008), Silveira (1997), Jung (2015). Este estudo chega a conclusão de que a persona enrijecida traz muitas consequências ruins para a vida de um sujeito, tornando o mesmo com capacidades limitadas de se expressar, afetando também sua espontaneidade, além de diminuir seu repertório comportamental com o meio social, fazendo com que este indivíduo se torne uma personalidade artificial, limitado em expressar seus sentimentos, pensamentos e emoções. Este fica preocupado em agradar e a se adaptar ao mundo social, passando a acreditar que essa persona é sua personalidade única e desta maneira afetando negativamente suas relações familiares e sociais. Portanto espera-se que, com a realização deste trabalho, outros mais sejam produzidos para se compreender as correlações entre a sociedade do cansaço e o enrijecimento das personas no cotidiano, assim como suas consequências na vida psíquica individual, podendo acarretar desordem de natureza psíquica associados a má qualidade de vida para os sujeitos.

REFERÊNCIAS

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JACOBI; D. F.; HABOWSKI; A. C.; CONTE; E. **Do caos ao cosmos: a metamorfose do aprender**. Revista Diálogos (RevDia), “Educação, inclusão e Libras, v. 6, n. 1, jan.-abr., 2018.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RIVAS, É. P.; SILVA, P.L. **O impacto do capitalismo nas relações interpessoais da contemporaneidade: uma perspectiva da psicologia analítica**. Psicologia.pt, O portal dos psicólogos, 2017

STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma: uma introdução**/Murray Stein; tradução Álvaro Cabral; revisão técnica Mareia Tabone. — 5ª ed. — São Paulo: Cultrix, 2006.

Marcas da dor: lesões autoprovocadas entre adolescentes no estado do Ceará – CE/ brasil no período de 2015 a 2019

Kellany Campos Dantas Ribeiro 1 (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, kellanyribeiro@yahoo.com.br), Márcia Skibick Araújo 2 (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, marcia.skibick@fvj.br.)

RESUMO

Com o fito de abordar sobre as lesões autoprovocadas entre adolescentes no estado Ceará, isto é, dentro do lapso temporal compreendido entre o ano de 2015 a 2019. A referida pesquisa utilizou a plataforma do SINAN (Sistema de Informações de Agravos de Notificação) e pontuou três variáveis para essa verificação, a saber: o sexo, a cor/raça e dados referentes à macrorregião do Litoral Leste, incluindo a cidade de Fortim/CE. Onde foram percebidos os índices prevalentes, demonstrando a extrema necessidade de abordar o dito tema, visto tratar-se de uma situação em crescimento nesta faixa etária que mesmo praticada sem intenção consciente de suicídio, pode ter possíveis resultados com desfechos fatais.

Palavras-chave: Adolescentes. Autolesões. Automutilação. Lesões Autoprovocadas.

INTRODUÇÃO

A autolesão, de acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP, é entendida como sendo a produção de inúmeras agressões auto infligidas e que apesar de não ter o viés para o suicídio ou decorrência de algum efeito de substâncias alucinógenas ou surtos psíquicos, porém, é praticada de forma deliberada e carrega por finalidade, segundo Sant'Ana (2019) reduzir suas emoções negativas e amenizar ou aliviar sofrimentos de diversos adolescentes.

A problemática consiste no fato que, por se tratar de uma fase que apresenta um grau maior de vulnerabilidade, seja, devido a menor capacidade deles em lidar com as emoções e com os turbilhões de mudanças simultâneas, ou ainda, na busca pelo sentido de pertencimento familiar ou no grupo de iguais, a fim de com isso alcançar um bem-estar geral de vida, podendo até levar a comportamentos de risco.

A dita pesquisa justifica-se no fato que, pontua Sant'Ana (2019) apesar dessas práticas poder se apresentar em qualquer momento da vida humana, no entanto, é perceptível que tem surgido principalmente na adolescência, pois, como relatado, devido as instabilidades vividos durante essa época.

O presente trabalho tem por objetivo central apurar a incidência de violência autoprovocada entre adolescentes de 10 a 19 anos notificadas, levantadas pelo SINAN (Sistema de informação de Agravos de Notificação) no período de 2015 a 2019, no estado do Ceará e macrorregião do Litoral Leste. Identificar o perfil epidemiológico das notificações de lesões autoprovocadas entre os adolescentes. Além de analisar sobre este problema de saúde pública, favorecendo assim, o despertar para a temática como para criação e o aprimoramento de políticas públicas existentes voltadas para prevenção e promoção da saúde desse grupo específico.

MARCO TEÓRICO

Reconhecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA como sendo o período compreendido entre a infância e a fase adulta, contado a partir dos doze anos completos até dezoito anos incompletos. A adolescência, luz dos ensinamentos de Bastos (2019, p. 159 e 160) e

Vigotski (2001) trata-se do processo natural de adolecer, um fenômeno que deve ser sempre observado sob a ótica do cenário em que o adolescente está inserido, e que, por sinal, refere-se a uma das etapas mais significativas vivenciadas pelo sujeito, visto que, ela é marcada por um conjunto de transformações que influenciam diretamente em sua personalidade e a maneira que o indivíduo se vê e se sente no mundo, desenvolvendo assim uma autoconsciência.

Em relação a lesões autoprovocadas, a Organização Mundial da Saúde - OMS (apud CHAVES, 2018) a têm caracterizada e reconhecida como um problema de saúde pública a nível global, e, por isso, passível da criação de políticas tanto públicas quanto sociais em decorrência a gravidade dessas lesões em si, tal, como, o aumento crescente de suicídios entre adolescentes e jovens.

Aqui no Brasil, por exemplo, a notificação de violência interpessoal e autoprovocadas tem composto a lista de doenças e agravos de notificação compulsória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Em 2001, essa notificação foi ampliada para notificação universal.

METODOLOGIA

Nesse caso, para essa pesquisa, utilizou-se a abordagem quantitativa, que nesse caso, serão obtidos dados através de uma pesquisa realizada no site do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), referente os casos de lesões autoprovocadas entre adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos de idade no Estado do Ceará, em especial, na macrorregião do Litoral Leste, ocorridos no período de 2015 a 2019.

Quanto ao objetivo, apresenta caráter exploratório, sendo por método o dedutivo. Em relação ao procedimento, se deu por meio da revisão bibliográfica analisada e publicada por meio escrito e eletrônico, como livros, artigos científicos, páginas de “web sites”, além de posições doutrinárias que servirão para indicar os principais pontos do tema proposto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De antemão, observado os objetivos aqui assumidos, reflete-se a necessidade da existência de novas estratégias de prevenção e promoção à saúde, visto tratar-se de um tema de extrema importância, além da urgência em haver uma maior apropriação de informações dos índices e com isso através do conhecimento, esclarecimento e aprofundamento sobre a temática, instigar a criação de meios eficazes de cuidados voltados para esse público específico.

Verificou-se que o registro total de 34.643 de lesões autoprovocadas no período de 2015-2019 no estado do Ceará, das quais cerca de 29,57% (10.246) foram cometidas por adolescentes, representando assim aproximadamente 30% corresponde aos adolescentes, com a apropriação de informações desses índices percebe-se a necessidade de efetivação de estratégias que promovam cuidados a saúde voltados para esse grupo, a fim de reduzir essa porcentagem.

Em sequência, ao que se refere à evolução das notificações nos períodos supracitados, observa-se que curiosamente o número foi contínuo crescente. Logo, percebe-se nitidamente que houve um aumento expressivo das lesões autoprovocadas por adolescentes de 2015 para o ano de 2019.

Sobre a variável sociodemográfica referente ao sexo, observou-se que cerca de 59,85% (6133) dos casos registrados foram em adolescentes do sexo feminino. A quantidade das ocorrências registradas em adolescentes do sexo masculino corresponde ao total de 4112 notificados, que equivale a 40,13% dos casos.

Inclusive, nos dois últimos anos a marca chamou mais atenção pela diferença ser cada vez maior entre os sexos, chegando representar no ano de 2019 um total de 2093 casos referentes

ao feminino e 879 ao masculino, uma diferença de 1214 casos que equivale uma diferença aproximada de 41,99%.

Isso porque as mulheres, correspondendo a 60%, principalmente devido as inúmeras questões que serão abordadas ainda nesse trabalho tem contribuído para que esse gênero acabe ficando mais propenso a praticarem a autolesão, demonstrando com isso possíveis aspectos sócios culturais sobre a maior prevalência dessa prática no sexo feminino.

Ainda sobre esse critério, agora tomando por base somente no ano ficou demonstrado que os índices referentes às mulheres continuam em constante crescimento, apresentando uma grande disparidade de resultados nas notificações. Apenas no ano de 2019 o gênero feminino correspondeu a 70% dos casos, enquanto o gênero masculino 30%.

Ao passo que, em relação a variável de raça/cor, percebeu-se que a cor/raça parda é a que mais tem se automutilado, seja entre homens e mulheres. Contudo, esses dados podem ter sido camuflados, visto que, como será mencionado no próximo tópico até o ano de 2017 não era obrigatório colocar essa informação nas notificações.

Por fim, ao que se refere à análise dos dados referente à macrorregião litoral leste/ Jaguaribe no período de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, os dados dos resultados obtidos respectivamente foram: 54, 45, 64, 102 e 221.

O que, consoante à visão geral colhida aqui do Estado do Ceará e de uma área específica que corresponde à macrorregião do litoral leste, o número de adolescentes que foram notificados por lesões autoprovocadas é cada vez mais elevado e significativo, representando assim um cenário de extrema preocupação, uma vez que, tais práticas incidem em possíveis desfechos fatais.

Por conseguinte, que se refere à pesquisa objeto desse artigo, não tem como não perceber a gravidade em que essa população é vítima, em várias ramificações e esferas sociais, inclusive no âmbito psíquico que essa conjuntura provoca a esse grupo específico, podendo, portanto, precipitar sintomas psicológicos ou complicar transtornos psiquiátricos pré-existentes. Cabe reforçar que o processo de adolecer é bastante complexo, portanto não pode ser analisado de forma isolada, pois envolve aspectos biopsicossociais, que podem influenciar a forma de viver, adoecer e morrer de grupos de pessoas.

O que, diante dessa atual conjuntura pode-se perceber a urgente necessidade de incluir mais profissionais psicólogos na rede de saúde pública e educacional. Onde poderá promover ações que incluem todos envolvidos na dinâmica desse grupo como; familiares, educadores e os próprios. Valem lembrar que o ambiente escolar é presente na vida desses indivíduos e concomitantemente estas ações.

O Estado, por exemplo, em parceria tanto com a saúde quanto a educação, por meio da criação de políticas públicas poderá desenvolver campanhas de conscientização sobre o tema em tela, demonstrando assim através dos índices já coletados o panorama real do problema, fazendo com que toda a sociedade passe a se debruçar nesse sentido e direcionar um olhar mais apurado a todos os que demonstram o comportamento ou tendência para se auto lesionar e as consequências que esse ato poderá resultar.

Apontam-se diversas ações que tem por objetivo intervirem e nos programas de prevenção que circundam todos os participantes da dinâmica contextual desses atores como familiares, educadores e toda comunidade. Pode-se indicar roda de conversas nas escolas, onde se pode debater e esclarecer sobre o assunto, visando oferecer um espaço de orientação, acolhimento, escuta, como também de fornecer uma percepção maior desse problema que muitas vezes pode se passar despercebido.

Sugere-se ainda que seja desenvolvido o despertar sobre o tema não observando a adolescência como algo transitório, mas, uma fase em que esse público também seja orientado sobre o assunto de forma precoce a fim de fornecer o conhecimento necessário e com isso

buscar até evitar que ele venha optar por essa prática (autolesão), e, mais, prepara-lo para a fase adulta e com ela suas responsabilidades e desafios.

Inclusive com a participação e orientação de todos os grupos da sociedade, sejam, eles religiosos, ONG's e a própria família do indivíduo em questão, sempre buscando encontrar a raiz do problema, uma vez que, trata-lo de forma superficial apenas irá camuflar uma situação sem se quer dar-lhe a oportunidade de sarar as dores e os traumas que os levaram a agir dessa forma.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elaine Marinho. **Automutilação de adolescentes:** um estudo de caso em escola pública de Fortaleza. Educação, Psicologia e Interfaces, Volume 3, Número 3, p. 156-191, Setembro/Dezembro, 2019.

CHAVES, Gislaine; TARDIVO, Leila Salomao de La Plata Cury. **Adolescência e autolesão:** psicodiagnóstico como proposta de compreensão e intervenção a partir de um caso clínico. 2018. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-26022019-123803/>>. Acesso em: 04 set. 2021.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Autolesão não suicida na adolescência e a atuação do psicólogo escolar:** uma revisão narrativa. Rev. Psicol. IMED, Passo Fundo, v. 11, n. 1, jun. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272019000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 12 set. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem.** In: VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Obras escogidas. Tradução de José Maria Bravo. 2. ed. Madrid: A. Machado Libros, 2001b. v. 2.

“TRISTE, LOUCA OU MÁ”: UMA CONSTRUÇÃO ACERCA DOS TABUS REFERENTES À SEXUALIDADE FEMININA AO LONGO DOS SÉCULOS

Josilene Viana da Silva¹
Caroline Ferreira de Sousa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estudar de que forma as influências culturais, sociais, religiosas e psicológicas interferem nas expressões da sexualidade feminina. Sendo possível perceber que, mesmo na atualidade, falar sobre sexualidade – principalmente a feminina – ainda é um tabu, foi realizado um levantamento histórico da sexualidade humana e, por conseguinte, da sexualidade da mulher, com o intuito de identificar os impactos sofridos por ela ao longo da história. A repressão da sexualidade, sem dúvidas, é uma dessas consequências, bem como o tabu que persiste quando se fala sobre sexualidade.

Palavras-chaves: Sexualidade Feminina. Repressão Sexual. Liberdade Sexual.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise de como os aspectos psicológicos e sociais influenciam no desenvolvimento da sexualidade feminina, compreendendo os impactos destes na qualidade de vida das mulheres.

A escolha para fazer a pesquisa surgiu ao observar que ainda hoje, século 21, existe um grande “tabu” ao falar sobre sexualidade, principalmente a feminina. A pergunta disparadora para essa inquietação acadêmica foi: por que, mesmo depois de tantas conquistas femininas, a sexualidade ainda parece ser algo fora de seu domínio? E quais as consequências desta ausência de domínio na qualidade de vida da mulher?

A problemática central da pesquisa concerne à indagação de quais são os impactos que os contextos culturais, sociais, religiosos e psicológico causam na sexualidade feminina e nas suas relações sexuais. Para tanto, foi realizado um estudo sobre a sexualidade humana.

Foram tomados como base autores de diversas épocas, dentre eles Foucault 1988, Freud 1901-1905 e Simone de Beauvoir 1908-1986, que descrevem a sexualidade feminina e identificam os impactos da repressão sexual feminina na sua qualidade de vida, nos mais diversos contextos, tais como: emocional, social, familiar, entre outros, não limitando apenas na visão biológica – se prendendo em questões de doenças ou de fins reprodutivos – mas indo além.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Silva (2008), a ideia central do desenvolvimento psicológico e cultural nos encaminham para mudanças nas expressões da sexualidade humana, nos revelando historicamente uma interferência contemporânea de ideias que nos remetem há séculos

¹ Aluna de Psicologia do curso da Faculdade do Vale do Jaguaribe, josyviana948@gmail.com

² Professora Orientadora. Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Pós-graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Estácio do Ceará, e-mail: caroline.sousa@fvj.br

passados nos mostrando uma regressão de pensamentos introduzidos na sociedade através da igreja católica romana. Tendo como ênfase a visão de Foucault (1988), no tocante a cultura entre os séculos, traçou-se uma linha de pensamentos críticos através dos tempos, fazendo um paradoxo em relação as expressões do século XVII, que pregava a sexualidade como ato livre de maledicências e críticas, nesse período reinava a liberdade de expressão sexual, sem nenhum pudor. Em contrapartida, o século XIX trouxe à tona a era vitoriana, quando houve uma delimitação da sexualidade ao ambiente familiar reduzida apenas para ato de reprodução, pregando puritanismo e a moralidade.

A censura sexual trouxe a inserção de uma nova era que modificou a sociedade como um todo, pois sua transformação reprimiu a liberdade e colocou o capitalismo como um avanço, minimizando a importância das relações sexuais a um ato meramente reprodutivo, enquanto maximizava a atividade econômica como a base mais importante da sociedade (FOUCAULT, 1988).

Freud (1901-1905) diz que a sexualidade é a porta de entrada para a vida psíquica, porém fica claro mediante as visões de Foucault (1988) que a mesma sempre esteve ligada à política, aos ensinamentos religiosos e ao poder, estes tiveram impactos muitas vezes negativos na sexualidade, pois deixaram de lado o que na maioria das vezes de fato é importante para seu desenvolvimento, uma vez que a mesma faz parte da essência dos indivíduos e os torna mais humanos, desenvolvendo seres capazes de construir positivamente a sociedade em que vivem.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a pesquisa básica estratégica, com objetivo descritivo e exploratório, tendo como método o hipotético-dedutivo. A natureza dos dados foi qualitativa, realizada com documentos e procedimentos de análises bibliográficas.

De acordo com Selltiz et al. (1977, p.63), conforme citado por Oliveira (2011) as pesquisas exploratórias têm como objetivo criar uma maior afinidade com o problema, sendo capaz de torná-los mais claros e construir hipóteses, seu planejamento é flexível pois deve ser levado em consideração os variados aspectos relativos ao fenômeno estudado, sua coleta de dados pode ocorrer por meios de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulem e compreensão. Já a pesquisa descritiva vai descrever as características de determinada população ou fenômeno.

A pesquisa e a produção do artigo foram realizadas no período entre agosto e novembro de 2021, utilizando o Google Acadêmico e o SciELO como plataformas bases para a pesquisa de artigos científicos. A análise deu-se através da interpretação e exploração dos documentos encontrados referente a temática.

Foram lidos 42 artigos cujos os critérios de inclusão foram documentos sem recortes temporal e que conversassem com os objetivos propostos na pesquisa, ou seja, que avaliassem como as influências psicológicas e sociais influenciam no desenvolvimento da sexualidade feminina.

Já os critérios de exclusão foram artigos publicados em língua diferente ao português e textos ou livros que não abordassem temáticas voltadas a sexualidade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A censura sexual inserida entre os séculos XVII ao XIX, segundo a visão de Foucault (1988), trouxe uma nova era na sociedade e a modificou como um todo, essa transformação reprimiu a liberdade da sexualidade e colocou o capitalismo como um avanço, tal acontecimento minimizou a importância das relações sexuais direcionando-as apenas para

fins reprodutivos. Porém com a chegada da Psicanálise houve mudança de pensamentos em relação a tal fenômeno.

A psicanálise teve grande importância no tocante sexualidade, Freud foi o primeiro a falar sobre sexualidade infantil, ele desenvolveu sua teoria durante tratamentos clínicos em seu consultório, o mesmo começou a observar seus pacientes com transtornos psicológicos que estavam tratando de distúrbios histéricos, e constatou que muito provavelmente essas patologias tinham haver com questões da sexualidade.

A condição social da mulher mudou muito desde os últimos séculos, hoje as mulheres contemporâneas têm direitos que eram inadmissíveis há algum tempo atrás, porém a família patriarcal brasileira ainda serve de modelo para as relações sociais dos indivíduos, esse modelo de ajustamento gera muitos conflitos familiares pois a mulher é oprimida, o homem reina e continua tendo várias regalias, entre tais está o capricho sexual, como por exemplo, a poligamia (MATTOSO, 2010).

De fato analisando todo o contexto histórico até os dias atuais ocorreram várias mudanças na construção da família brasileira, hoje mulheres comandam a família sem que haja uma presença paterna, porém a relação mãe e filha não mudou muito, a moral patriarcal que é tão prejudicial para a independência feminina ainda existe, e nessa relação mãe e filha podem estar questões a respeito da liberação sexual feminina, talvez por isso que mesmo depois de tantas conquistas as mulheres ainda sim sentem dificuldade de expressar sua sexualidade, ainda há uma forte repressão ,isso talvez porque a relação mãe e filha mudou muito pouco ou quase não mudou.

A verdade é que mesmo com todas as conquistas feminina as mulheres ainda continuam conservando tabus em relação a sua sexualidade e expressões sexuais, isso talvez se deve ao fato de que muito provavelmente a repressão sexual continua sendo passada de mãe para filha, mesmo que nos dias atuais isso seja repassado em algumas vezes de uma maneira mais tímida, pois existem discursos o tempo todo de uma tal liberdade sexual, porém muitas vezes contraditória, a verdade é que mesmo hoje ainda se fazem muito presentes a palavras de Foucault (1988), quando ele diz que a sociedade continua a produzir um saber sobre o sexo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOR, Simone de, 1908-1986 2.ed. O segundo sexo / Simone de Beauvoir ; tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de Saber**, tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro, Edições Grall, 1988.

MATTOSO, Adriana,R. **Silencios e Gritos, Corpo e Sexualidade**. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

SIGMUND, Freud. **Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise de fragmentária de uma histeria (“ O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução Paulo César de Souza. - 1ª Ed.- São Paulo: companhia das letras, 2016.

SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

José Ismael Lopes¹
Jaqueline Sobreira Rodrigues²

¹ Aluno da Faculdade do Vale do Jaguaribe, do curso de Psicologia.

² Professora do Curso de Psicologia na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

RESUMO

Os cuidadores de crianças com Transtorno de Espectro Autista convivem diariamente com os desafios de lidar com as situações diversas, sem uma orientação adequada ou acompanhamento que garanta o bem-estar e uma boa saúde mental. Este trabalho tem como objetivo analisar a literatura sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA). Na oportunidade, investigar as características e o contexto familiar dos cuidadores de crianças com TEA e apontar os impactos para a saúde mental dos seus cuidadores. Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, tipo revisão integrativa de literatura baseados em artigos completos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis gratuitamente através de pesquisa eletrônica. Para análise foi considerado o título, objetivos, metodologia, resultados e ano de publicação, disponíveis de forma gratuita com acesso online e estudos publicados em revistas indexadas, através dos descritores: Transtorno de Espectro Autista, saúde mental, cuidadores, qualidade de vida. Os resultados, constatou-se a manifestação com frequência de sintomas de depressão, de ansiedade e de estresse que influenciam na saúde mental desses cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e interfere na qualidade de vida e na rotina diária, vivência e criação das referidas crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista. Cuidadores. Saúde Mental. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem se tornado pauta de diversas discussões no meio familiar, escolar e social. O autismo e condições relacionadas (agora amplamente conhecidos como transtornos do espectro autista, ou TEA) são transtornos que compartilham déficits significativos na interação social como sua principal característica definidora, Volkmar; Wiesner (2019).

Segundo, Oliveira et al., (2014), o autismo é considerado uma patologia que se caracteriza por uma perturbação do neurodesenvolvimento determinado por um comprometimento acentuado

em distintas áreas. Investigações são feitas com intuito de verificar situações comportamentais que provocam desconforto no indivíduo que são identificados ou não com a síndrome mencionada. Abordaremos neste trabalho os estudos realizados por Miele & Amato (2016), Lima & Couto (2020) e outros que serão abordados no decorrer do trabalho.

Os cuidadores de crianças com Transtorno de Espectro Autista convivem diariamente com os desafios de lidar com as situações diversas, sem uma orientação adequada ou acompanhamento que garanta o bem-estar e uma boa saúde mental. Por isso a importância de investigar como anda a saúde mental dos cuidadores que lidam com este contexto, na perspectiva de avaliar e refletir sobre melhores condições de vida de ambos e proporcionar a abertura de novas pesquisas sobre o assunto exposto.

Com base nesses questionamentos, este trabalho tem como objetivo analisar a literatura nacional sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA). Para atingi-lo, elencam-se os seguintes objetivos específicos: (a) investigar as características e contexto familiar dos cuidadores de crianças com TEA; e (b) apontar os impactos para a saúde mental dos cuidadores de crianças com TEAS.

MARCO TEÓRICO

Ao relacionar determinados comportamentos ao processo de interação na sociedade, segundo a APA, (2014, p. 42), é preciso compreender que “os sintomas desses transtornos representam um continuum único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos”. E quanto ao diagnóstico, é dada a confirmação somente quando apresenta-se dificuldades características de comunicação social e desta maneira, são acompanhadas por comportamentos com excesso de repetição, situações restritas e persistências de locais ou coisas. Os sistemas de classificação para o TEA no Brasil é feito seguindo as orientações do Ministério da Saúde, chamado manual da Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (BRASIL, 2014).

Tarefas atribuídas aos cuidadores podem ocasionar sobrecarga e complicações de saúde, a depender das exigências peculiares de cada criança com autismo. No estudo de Pereira (2009), mencionou que a avaliação da sobrecarga do cuidador por meio de sua própria percepção contribui para poder analisar sobre o impacto que essa condição determina em suas vidas e é um importante fator na promoção de saúde e qualidade de vida. Nesta perspectiva, pode impactar diretamente a saúde mental dos cuidadores, que deixam de lado as atividades de prazer e cuidados específicos individuais para atender as necessidades coletivas da família.

Nota-se nas discussões da literatura, que diversos fatores como a falta de orientação adequada e a preparação física e mental impactam direto e/ou indiretamente na qualidade de vida dos que cuidam de crianças com transtorno. Neste contexto, segundo Oliveira et al, (2020, p.7) “pode acarretar crises de estresse, depressão e ansiedade, sendo seus níveis maiores nas famílias com autistas do que naquelas com indivíduos com outras patologias.”

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, do tipo revisão de literatura de artigos. Para a coleta de dados, buscou-se artigos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e outras plataformas disponíveis gratuitamente, a partir dos descritores: “Transtorno de Espectro Autista”, “saúde mental” e “cuidadores”. Através desta composição, traçou-se os critérios de seleção dos trabalhos e foram incluídos artigos com período de publicação de 05 anos, que estivessem completos, em língua portuguesa. Contemplaram os critérios de exclusão, os trabalhos que abordaram os descritores citados, porém publicados em anos anteriores a 2015, trabalhos incompletos, dissertações e teses.

RESULTADOS

Observou-se uma quantidade considerada elevada de pesquisa sobre o Transtorno Espectro Autista, porém pouco material ressaltando a importância da saúde mental como qualidade de vida dos cuidadores.

Com as dificuldades surgidas no cotidiano dos cuidadores que convivem com crianças que estão no espectro do autismo, os mesmos buscam suportes para adaptar-se à realidade. A participação dos familiares no tratamento da criança/pessoa que está no espectro do autismo exige mudanças na rotina familiar e maior apoio de diferentes atores desse âmbito.

Constatou-se a manifestação com frequência sintomas de depressão, de ansiedade e de estresse que influencia na saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e interfere na qualidade de vida e na rotina diária, vivência e criação das referidas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a literatura sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA). Conclui-se através da análise da literatura sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA) que a maioria dos cuidadores são familiares e, mais especificamente, as mães.

Nas investigações, constatou-se a manifestação com frequência de sintomas de depressão, de ansiedade e de estresse, os quais influenciam na saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), interferindo na qualidade de vida e na rotina diária dos cuidadores, e também na vivência e criação das referidas crianças. Isso se dá, principalmente, em virtude da sobrecarga de atividades e responsabilidades que envolvem o cuidado das crianças.

Desta forma, compreende-se a necessidade de intervenções direcionadas à saúde mental dos cuidadores de crianças com TEA que são atingidos principalmente pelo estresse, depressão e ansiedade. Sugere-se a ampliação de rede de apoio, a criação de capacitações e grupos de acolhimento, além de atendimentos individuais. A relevância advém do fato de que estar com

saúde é considerado como de suma importância para lidar com a rotina das crianças, de maneira saudável.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5. Artmed Editora, 2014.

MOUNT, N., & Dillon, G. (2014). Parents' experiences of living with an adolescent diagnosed with an autism spectrum disorder. *Educational & Child Psychology*, 31, 72-81.

Oliveira, D., Moura, A., Feijó, L., Pinheiro, M., Brites, P., Dorneles, S., & Moura, E. (2014). Interação vincular de pais com filhos autistas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 5, 103-113.

SCHMIDT, C., Dell' Aglio, D. D., & Bosa, C. A. (2007). Estratégias de coping de mães de portadores de autismo lidando com dificuldades e com a emoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20, 124-131.

VOLKMAR, Fred R. WIESNER, Lisa A. Tradução: ROSA, Sandra Maria Mallmann da. Revisão técnica: GOERGEN, Maria Sonia. *Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento*. Alegre: Artmed, 2019.

IDEAÇÃO SUICIDA E OS FATORES ASSOCIADOS NO PERÍODO DA ADOLESCÊNCIA

Jéssica Holanda Chagas¹ (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jessicaholandac@hotmail.com), Thahyana Mara Valente Lima², (Orientadora Docente, Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho – Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

Este estudo procurou conhecer prováveis causas que levam crianças e adolescentes ao comportamento suicida. Com base na análise dos 10 artigos que foram publicados na plataforma SciELO, que nos serviram como análise, fatores como: a falta de esperança, vulnerabilidade, o fácil acesso de crianças e adolescentes a conteúdos que falam sobre o suicídio e as complexas relações sociais, podem levar estas crianças e adolescentes a cultivarem a ideação suicida. Todos os materiais de suporte foram separados pelos seguintes descritores: Adolescente, Bullying, Ideação Suicida e Suicídio. Por fim, é pertinente acrescentar que o estudo traz significativas contribuições para a comunidade acadêmica, visto que este tema deve ser amplamente debatido em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: Adolescente. Suicídio. Bullying.

INTRODUÇÃO

A adolescência é o período do desenvolvimento que acontece dos doze aos vinte anos de idade. Essa é a fase das mudanças do corpo e da personalidade, tanto no corpo dos meninos como no das meninas, acontecem às mudanças e evolução, devido à ação de alguns hormônios. É a fase em que eles entram na faculdade, e é também quando iniciam relacionamentos afetivos entre eles (BORGES, 2021).

A elevação das taxas de suicídio em faixas etárias mais jovens resulta em preocupação social com o destino da juventude que parece tão precocemente desiludida com a vida (SAGGESE, 2021). Por isso, considerando que a adolescência e o suicídio se constituem em temas complexos e presentes, na sociedade, entende-se, portanto, a importância de desenvolver estudos de prevenção ao suicídio e entender o contexto no qual esses adolescentes estão inseridos e o porquê de atentarem contra a própria vida (SANTANA, 2020).

MARCO TEÓRICO

Atualmente, vivemos em uma sociedade capitalista definida por três valores dominantes: competição, consumismo e individualismo. Assim, o indivíduo está se tornando cada dia mais narcisista, fazendo com que o seu corpo seja colocado como objeto, negócio, produto e fonte de trabalho que gera lucro ao capital. E é por meio da exposição, da visibilidade que o individualismo impera sobre nós (PEREIRA, 2021).

Se um jovem faz um comportamento relacionado ao suicídio, ingerindo, por exemplo, uma quantidade excessiva de remédios, vulgarizou-se a conclusão de que ele quer chamar a atenção. É o caso de realmente prestarmos atenção, pois, há uma indicação de sofrimento que não podemos desprezar. Tentativas de suicídio devem ser levadas a sério, mas nem sempre indicam que o jovem tem uma doença, que precisa ser tratado com remédios e longas intervenções psiquiátricas (SAGGESE, 2021).

No entanto, com o aumento da idade o desejo de morte pode crescer acarretando maiores chances de ocorrer o suicídio na adolescência. Dentre os motivos que pode causar o suicídio

em adolescentes podemos encontrar: discursão com os pais, problemas escolares como: bullying, perdas de entes queridos e mudanças significativas na família (SILVA, 2021).

METODOLOGIA

Esse estudo teve como base uma revisão bibliográfica, com o conteúdo “Ideação Suicida”, portanto, os materiais compostos foram destacados pelos seguintes descritores: Adolescente. Bullying. Ideação Suicida. Suicídio. O período de construção do artigo ocorreu nos meses de Outubro e Novembro de 2021.

Por isso os critérios de inclusão foram publicações nacionais em língua portuguesa entre 2017 a 2021 e que estivessem de acordo com os descritores elencados, assim os materiais escolhidos para esse trabalho foram artigos científicos. Já os critérios de exclusão foram: materiais que estavam fora dos anos de publicação estipulados e em outros idiomas, publicações que não tinham acesso livre ao material completo on-line, materiais repetidos.

Para a análise dos resultados foram selecionados 10 artigos publicados na plataforma SciELO, com foco no tema SUICÍDIO E ADOLESCENTE.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O suicídio é o maior ato de desespero causado por qualquer pessoa contra sua própria vida e isto precisa ser amplamente debatido. Quando o indivíduo chega a esse ponto é sinal de que ele passou por inúmeros problemas. Contudo, certamente ele mostrou pistas de que não estava bem através das mudanças no seu comportamento. Quem comete suicídio não quer tirar sua própria vida, ele quer apenas dá um fim na dor que o sufoca. Por isso, os sinais levam a crer que a vítima acredita que retirando sua vida, os seus problemas chegarão ao fim, no entanto, nosso intuito com este trabalho é mostrar que essa postura está errada e que os motivos, por mais difíceis que sejam nunca serão justificáveis.

Atentar contra a própria vida nunca deverá ser uma escolha, para isto, este estudo acrescenta que existem profissionais capacitados para ajudar na resolução destes problemas. Diante do exposto, reforçamos o papel do psicólogo no combate aos problemas associados ao comportamento humano, uma vez que este profissional tem a habilidade e a capacidade profissional e técnica para lidar com tais conflitos.

Durante esta produção percebeu-se a existência de muitos fatores que contribuem sistematicamente para a evolução da ideação suicida. É preciso debater mais sobre casos de bullying, agressão e violência. Por isso é muito importante que haja maior participação dos Psicólogos, profissionais competentes na área, atuando diretamente nos locais onde as crianças e os adolescentes mais se encontram.

REFERÊNCIAS

BORGES, V.G. O suicídio de adolescentes e adultos jovens no Brasil: filhos da morte enteados da vida. **Revista Caparaó**, V. 3, N. 1, e29, 2021. Disponível em: <https://url.gratis/IkizRG> Acesso em: 25 Nov. 2021.

SAGGESE, E. Uma Juventude à Flor da Pele: o dilema de adolecer ou adoecer. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, e109166, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/OTuSRm4> Acesso em: 25 Nov. 2021.

SANTANA, L.D. **Suicídio na adolescência: uma revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. TAUBATÉ – SP, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/9ALGt8> Acesso em: 25 Nov. 2021.

SILVA, K.R.C. Comportamento suicida em crianças vítimas do bullying no contexto escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/7TuS5lv> Acesso em: 25 Nov. 2021.

PEREIRA, A.C.S.C. **A constituição dos padrões de beleza na construção da identidade racial negra a partir de um estudo no Instagram**. Rio Claro, 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/WTuSkeG> Acesso em: 25 Nov. 2021.

Influência das Representações Sociais Sobre a Atuação do Psicólogo no Contexto Escolar

Izabelle Lopes Gonçalves¹ (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: izabelle.goncalves@fvj.br), Mayra Sherley Barreto de Oliveira² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

As representações sociais são manifestações subjetivas amarradas ao contexto com o objetivo de conceituar fenômenos sociais, uma coleção de significados construídos a partir do senso comum. Referindo-se à uma construção que permeia sutilmente, entretanto com grande peso a vida diária e seus atores sociais é um elemento de grande influência no exercício da psicologia escolar, sendo esta uma área ainda envolta em interrogações, tanto dos próprios psicólogos escolares e seu papel, quanto da escola, família e comunidade. Tendo em vista que as representações sociais possuem uma influência significativa no exercício do psicólogo escolar, o presente estudo foi construído através de uma revisão bibliográfica narrativa com o objetivo de conhecer acerca da influência das representações sociais sobre a atuação do psicólogo, para assim refletir tal abordagem no contexto estudado criticamente. Observou-se que a atuação do psicólogo escolar comumente tende ao equívoco devido à dificuldade em definir seu papel no contexto, onde é constantemente forçado a reproduzir paradigmas próprios da atuação clínica. Portanto, compreende-se que tal fazer depende de uma rede multidisciplinar de atuação, onde o psicólogo escolar necessita de apoio desde uma graduação em psicologia que promova autonomia, ao seu campo de atuação onde o ensino possa ser uma aprendizagem libertadora que agrega o engajamento desses atores sociais no processo da educação.

Palavras-chave: Representações sociais. Psicologia social. Psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

Nos estudos das manifestações da subjetividade em sociedade, as representações sociais correspondem a um conjunto de crenças e simbologias sociais construídas a partir da compreensão dos fenômenos intrínsecos ao cotidiano. Onde os indivíduos que compõem essa sociedade são constantes construtores desse conceito nas suas vivências diárias (MOSCOVICI, 2004).

Estendendo-se através dos diversos âmbitos e grupos, as representações sociais também se fazem presentes na psicologia e seu conjunto de atuações próprias da profissão. Dentre as diversas atuações do psicólogo destaca-se seu fazer no âmbito escolar, um local onde família e corpo docente são peças fundamentais na forma como o psicólogo atua (CASSINS et al., 2007).

Demonstrando-se uma prática que vai muito além dos constructos teóricos próprios da formação em psicologia, o psicólogo escolar tem como principal papel a qualificação não apenas como um facilitador no bom desempenho escolar, mas indo além como um agente de mudanças, onde sua intervenção representa transformações significativas ao longo da vida escolar (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Na prática, a psicologia escolar ainda se encontra envolta em indagações, onde se observa a problemática na dificuldade dos profissionais, conseqüentemente da família e escola, em entender de fato qual o seu papel nesse local, conduzindo a um fazer equivocado da psicologia escolar (CASSINS et al., 2007).

Através dessa concepção, a investigação apresentada possui como objetivo geral a compreensão da influência das representações sociais acerca da atuação do psicólogo no contexto escolar. Onde o caminho percorrido para se alcançar tal objetivo consistiu em conhecer qual o papel do psicólogo escolar no contexto estudado, além de identificar a forma como as demandas escolares chegam para o psicólogo presente nesse ambiente de atuação e por fim, discutir acerca dos resultados descrevendo a maneira como as representações sociais estão intrínsecas na atuação do psicólogo escolar.

O presente estudo aborda uma perspectiva de investigação onde se coloca em foco as representações sociais e a atuação do psicólogo no ambiente escolar, sendo incluída possíveis reflexões entre psicologia e educação. Isto posto, em apertada síntese, o trabalho se propõe a analisar como as representações sociais interferem na atuação dos psicólogos dentro do contexto escolar, através da aplicação de uma metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, objetivando além do conhecimento da temática, contribuições para sua análise crítica.

MARCO TEÓRICO

As representações sociais, habituais às manifestações diárias na vida das pessoas, refletem a forma como as mesmas relacionam-se com os fenômenos e os compreendem. São uma coleção de afirmações e conceitos formulados a partir do senso comum, com a tentativa de explicar e transmitir essas manifestações sociais a partir de mitos e crenças de tais grupos (MOSCOVICI, 2004).

Dessa forma, tal abordagem permeia vários âmbitos das sociedades e está intrínseca à vida dos sujeitos inseridos em cada cultura. Aqui, os mesmos sujeitos são construtores dessas representações em suas manifestações individuais cotidianas de maneira inconsciente. As representações sociais circundam as atividades como o trabalho, lazer, vestimentas, alimentação e os demais fazeres que guiam socialmente o modo de ser dos mesmos, tanto grupal e suas expressões nas relações sociais, como individualmente (MOSCOVICI, 2004).

No contexto escolar, a ideia da necessidade profissional do psicólogo nasce a partir da perspectiva em que fatores de ensino e educação melhoram sensivelmente com a introdução do psicólogo na construção desse processo. Considerando não apenas os conteúdos ou textos, mas também o desenvolvimento psíquico e mental, englobando os indivíduos em todos os níveis (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Consequentemente, o papel do psicólogo escolar não se configura como um fazer isolado, pois junto a sua atividade dentro desse ambiente tão diverso e rico de pessoas com histórias de vida, construção cultural e opiniões distintas, também atua como um elo entre escola, familiares e alunos, sendo a ponte que interliga o diálogo entre tais sujeitos sociais. Realizando o acolhimento da demanda inicial e encaminhamentos para outros profissionais em um trabalho multidisciplinar quando necessário, assim ampliando a rede de assistência ao aluno e familiares (CASSINS et al., 2007).

A escola por sua vez, que configura-se como o palco da atuação do psicólogo escolar, acaba tornando-se um ambiente de infinitas possibilidades e demandas escolares que, visto anteriormente, tange os conteúdos estudados e cobrados em provas, não limitando-se à estes. Consequentemente, o psicólogo escolar busca constante evolução na aprendizagem dos fenômenos sociais e temáticas que surgem no ambiente educacional através de sua formação contínua que tem como objetivo acompanhar as transformações desse ambiente, porém originárias além dos muros da escola (SANT'ANA; FILHO; GUZZO, 2010).

Na prática, os psicólogos atuantes na área possuem o papel de assumir uma atuação social que cabe desenvolver posicionamento crítico sobre a realidade em que se insere. Nesse ponto

de vista, o psicólogo vai muito além dos moldes científicos, que por muitas vezes servem de conforto na atuação, porém que o limitam (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Ainda existe grande distância entre profissionais escolares e psicólogos, fato esse que se deve ao pensamento dos mesmos de que os constructos teóricos da psicologia fogem à realidade, sendo pouco relevantes na resolução de problemas cotidianos. Tal movimento é consequência das crenças e valores previamente estabelecidos pela cultura em que estão inseridos, fazendo com que estes profissionais estejam mais receosos quanto ao avanço científico, consonante com a prática e desmotivados quanto ao desenrolar profissional no ambiente de trabalho (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004).

Consequentemente o psicólogo escolar é conduzido à exercer tarefas que não são da sua expertise, seja resolvendo demandas que não são de sua responsabilidade ou próprias da profissão, como também executar trabalhos que vão de encontro com os apelos dos familiares ou docentes, porém que não atendem às reais necessidades (SANT'ANA; FILHO; GUZZO, 2010).

METODOLOGIA

Assume este pesquisador, uma posição essencial, pois é a partir dele que a pesquisa apresenta-se como um dos aspectos analíticos da ciência, mais especificamente adotando o caráter interpretativo (GIL, 2017). Compreende-se assim que tal metodologia, não se limita apenas em levar uma maior compreensão para o leitor, mas que esta fundamenta um compromisso social de fazer pensar criticamente a respeito da realidade.

A revisão de literatura narrativa busca debruçar-se nas contribuições realizadas no campo científico, cujo seu foco de execução literária é descritivo. Baseando-se então na temática selecionada, configura-se como uma modalidade de investigação que busca conhecer as características e fenômenos que fazem parte da problemática para que, dessa forma, seja possível estudar quais as crenças e opiniões constituem tal realidade (GIL, 2017).

Quanto aos procedimentos técnicos que foram utilizados para delinear o estudo, foi feito o uso de revisão bibliográfica narrativa, esta que consiste na elaboração científica a partir do levantamento de bases já publicadas anteriormente ao estudo. Por meio de livros, revistas acadêmicas e outros materiais de cunho científico que fazem referência tanto de forma direta como indiretamente, porém complementar, à temática trabalhada (GIL, 2017).

Para este estudo, foram usados livros e pesquisas anteriores através da verificação em bancos de dados como *The Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic)* e *Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)*, com a finalidade de aquisição do embasamento teórico necessário para o estudo. Nessas bases de dados foram pesquisados textos com as seguintes palavras-chave: Representações Sociais, Psicologia Social e Psicologia Escolar.

A pesquisa foi delimitada cronologicamente, debruçando-se em estudos realizados em arquivos científicos entre os anos de 2010 a 2020, exceto publicações em livros. Encaixa-se como critérios de inclusão arquivos no idioma português e sua disponibilidade eletrônica em periódicos nacionais. Tendo também como critérios de exclusão, pesquisas em outros idiomas além do português, estudos científicos realizados fora do território brasileiro e teses de graduação para a obtenção do título de conclusão do ensino superior. Ainda sobre os mesmos critérios estabelecidos, foram selecionados 29 textos dentre os encontrados a respeito da temática abordada.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da análise realizada compreende-se que a Psicologia Escolar é um campo em constante fortalecimento e transformação, assim sendo, a prática do psicólogo escolar reflete a incessante construção pela consolidação do papel desses profissionais. Portanto, o exercício da Psicologia Escolar busca atrelar teoria em sua prática, não apenas para a obtenção de resultados favoráveis no ambiente estudantil, mas entendendo a multiplicidade de fatores históricos, culturais e políticos que estão intrínsecos ao fazer diário da profissão.

Através do estudo das representações sociais, é perceptível que, tendo em vista tal importância que a figura do psicólogo escolar marca no ambiente de aprendizagem e para os atores sociais que o compõe, faz-se relevante refletir uma formação em psicologia geradora de autonomia quanto a atuação profissional, para que na prática o psicólogo escolar possua tanto coesão a respeito do seu papel dentro da psicologia, quanto habilidades criativas para exercê-lo dado aos inúmeros contextos oferecidos pelo campo de atuação, sendo estes, possibilidades e não empecilhos.

Ao mesmo passo, o ambiente escolar é um peça crucial. É na escola onde o psicólogo realiza seu trabalho paralelo entre família, instituição e comunidade, que ao passo da diária consolidação da psicologia escolar e seu papel, é um campo que deve promover motivação através de uma rede multidisciplinar, para além dos conteúdos estudados. Levando em conta a importância da afetividade nas relações escolares e a subjetividade de cada sujeito no processo de aprendizagem que vai além dos muros da escola.

Longe de oferecer respostas definitivas, às discussões desenvolvidas neste trabalho conduzem a uma série de outros questionamentos capazes de contribuir para futuros estudos no campo acadêmico, uma vez que nenhum conhecimento chega ao esgotamento em si mesmo. Possíveis diálogos que podem advir do vasto campo de pesquisa na área são a respeito da atuação do psicólogo na rede pública e rede privada e os aspectos que os diferem, além da influência do psicólogo em cada nível escolar, como também sua atuação abrangendo à esfera educacional para o ensino superior.

REFERÊNCIAS

CASSINS, Ana. *et al.* **Manual de Psicologia Escolar - Educacional**. 21. ed. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, v. 01, 2007. 45 p. (Coletânea ConexãoPsi - Série Técnica).

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar**. Tradução: Fátima Murad. 2ª ed. Porto Alegre/RS: Penso, 2004. vol 2.

GIL, Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. DUVEEN, Gerard (ed.). Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 5ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

SANT'ANA, Izabella; FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel. O Psicólogo Escolar no Ensino Fundamental: referência para uma intervenção preventiva. **Extensão em Foco**, Curitiba: Editora UFPR, ano 2010, n. 5, p. 110-120.

A ESPIRITUALIDADE NO ALIVIO DOS SINTOMAS DE ANSIEDADE

Francisco Gicileudo da Costa (Aluno do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: cileudojgg@gmail.com), Orientadora Jaqueline Sobreira Rodrigues (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

Introdução: As doenças mentais, são hoje um dos mais severos problemas de saúde que atingem o Brasil e o mundo, afetando milhares de pessoas que segundo Passos (2019) a OMS declara que significativa parcela de brasileiros possuem de alguma forma algum transtorno mental, como depressão ou ansiedade. Espiritualidade segundo Oliveira e Junges (2012) e conceitua a (OMS) Organização Mundial de Saúde, essa virtude é um conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido. **Objetivo:** Discutir os constructos da espiritualidade no tratamento da ansiedade. **Metodologia:** Tratar-se-á de uma revisão de literatura integrativa através de um levantamento bibliográfico sobre a eficácia da compreensão mais abrangente sobre o assunto A ESPIRITUALIDADE NO ALÍVIO DOS SINTOMAS DE ANSIEDADE de pesquisas anteriores sobre essa determinada temática, tendo embasamento diante da síntese de estudos já publicados, de caráter metodológico variável, experimental ou não experimental, combinado a literatura empírica e teórica, logo, contribuindo para o desenvolvimento de estudos científicos. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). **Resultados:** Foram encontrados 40 periódicos, selecionados de acordo com critérios de inclusão seis 38 artigos e 2 livros relacionados com a temática. **Considerações Finais:** O estudo destacou o papel do psicólogo no que diz respeito a avaliar a utilização que está sendo feita deste âmbito da vida do sujeito e auxiliá-lo no restabelecimento da saúde e no tratamento da ansiedade, baseado na espiritualidade e na terapia cognitiva comportamental.

Palavras-chave: Ansiedade. Espiritualidade. Psicologia.

INTRODUÇÃO

As doenças mentais, são hoje um dos mais severos problemas da saúde que atingem o Brasil e o mundo, afetando milhares de pessoas que segundo Passos (2019) a OMS declara que significativa parcela de brasileiros possuem de alguma forma algum transtorno mental, como depressão ou ansiedade. A mesma autora supracitada publica que mais de 260 milhões de pessoas que sofrem de ansiedade no mundo, sendo, que o Brasil está no ranque como o país com maior número de pessoas ansiosas, são 9,3% da população brasileira segundo dados da OMS.

Espiritualidade segundo Oliveira e Junges (2012) e conceitua a Organização Mundial de Saúde (OMS), espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido. O autor traz uma reflexão de como a espiritualidade tem destacando-se e vem sendo estudada atualmente por psicólogos, dando ênfase para que esse construto através da religião, crença, transcendência ou até mesmo a relação com o outro ajude a promoção da saúde mental na sociedade.

MARCO TEÓRICO

Moreira-almeida, Lotufo-neto e Koenig, (2006) desenvolveram uma pesquisa onde toda a evidência científica disponível sobre a relação entre religião e saúde mental foi revisada utilizando-se de várias bases de dados de boa qualidade. Foi percebido que a maioria dos estudos detectou que maiores níveis de envolvimento religioso estão associados positivamente aos indicadores de bem-estar psicológico e a menos depressão, pensamentos e comportamentos suicidas, uso/abuso de álcool/drogas, sofrimento diante do luto. Encontraram ainda evidências científicas de que o impacto positivo do envolvimento religioso na saúde mental é mais intenso entre pessoas sob estresse, como idosos e indivíduos com deficiências e doenças clínicas.

Já para Savio e Bruscin (2008), as práticas religiosas além de incentivarem a participação em rituais que favorecem a união familiar, oferecem ainda um lugar para encontros e atividades grupais que se tornam uma valiosa rede de apoio e relacionamentos, permitindo a seus adeptos inclusive uma integração a determinada comunidade que contribui para processos de enraizamento.

Para Leahy (2012) ansiedade ajuda o indivíduo em situações de perigo, faz com que ele pense duas vezes antes de agir, pense nas consequências de suas ações, pense em todas as possibilidades e consequências das decisões que podem tomar, em um curto período de tempo, para que assim tome a melhor possível, ou seja, quando algum indivíduo está em estado ansioso ele está totalmente alerta a tudo que acontece a sua volta, pessoas que passam, carros, polícia e até animais. Por isso, quando não é controlada ansiedade pode prejudicar o bem estar da pessoa que sofre do mal.

A ansiedade é um sentimento Silva et al. (2013) que nos avisa, nos deixa alertas uma sensação desagradável, desconforto, inquietação, aflição, de insegurança intensa, de perigo, de vazio, de sentir falta de algo e está geralmente relacionada a expectativa de acontecimentos inesperados, situações que antecedem o de medo e está relacionada diretamente com o futuro, as pessoas ficam sempre em alerta a uma situação que ainda virá, e pela expectativa de acontecimentos inesperados, ou seja, sofremos por antecipação.

METODOLOGIA

O método de pesquisa adotado foi a revisão de literatura integrativa, que se mostra a forma mais benéfica para a elaboração deste trabalho, visto a grande pertinência do assunto tratado. A revisão bibliográfica inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. (MENDES; SILVEIRA, GALVÃO, 2008, p. 12).

O discorrer dessa Revisão Bibliográfica caracterizou-se por seis etapas. A primeira etapa caracterizou a elaboração do seguinte questionamento: Qual a relação da espiritualidade no alívio dos sintomas de ansiedade? Que resultados deste constructo na literatura? Na segunda etapa, foram realizadas minuciosas buscas nos bancos de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS, artigos do google acadêmico e livros. Os critérios de escolha foram os artigos publicados em língua portuguesa, com texto integral, excluindo-se os artigos que não eram relacionáveis ao objeto desta revisão literária e os seu pré-questionamentos. Foram encontrados 40 periódicos, sendo selecionados 38 artigos e 2 livros de acordo com critérios da temática.

Em seguida, houve a separação de informações dos artigos que foram selecionados previamente, sendo então analisados nesta revisão bibliográfica.

Nas últimas etapas, foi realizada a avaliação e a discussão dos artigos. Por fim, a sexta etapa caracterizou-se da conclusão perante a análise dos artigos selecionados. Ressalta -

se que todo o processo foi realizado de forma descritiva, classificando-se todas as informações pertinentes sobre o tema do estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A observação psicológica constitui-se, em escutar as expressões religiosas e observar os comportamentos que a cultura designa como religiosos, para interpretá-los em sua relação, sem julgamentos acerca da verdade de tais convicções. Fica explícita a opção de empregar aquilo que é dito pelo próprio paciente em seu discurso religioso como ponto de partida para intervenções terapêuticas, utilizando as crenças deles como apoio para ampliar habilidades e aprendizagens ligadas às metas estabelecidas para o processo. Depende de como cada indivíduo em sua constituição e desenvolvimento psicológico estará apto a usá-la como uma rede de apoio em sua vida, ou como algo que contribui para seus sintomas e disfunções. Neste percurso surge o psicólogo como um agente de mudanças em sua função de promover a saúde.

É importante ressaltar que cabe ao profissional da psicologia a sua neutralidade diante do caso, e com isso investigar profissionalmente este âmbito da experiência humana, e trabalhar para melhorar a saúde e a qualidade de vida do indivíduo, dentro do suporte teórico e técnico que lhe fornece a sua abordagem.

Dessa forma fica claro o papel do psicólogo no que diz respeito a avaliar a utilização que está sendo feita deste âmbito da vida do sujeito e auxiliá-lo no restabelecimento da saúde e no tratamento da ansiedade, baseado na espiritualidade e na terapia cognitiva comportamental. Assim, percebe-se que existem não apenas estratégias terapêuticas para lidar com a temática em questão, mas também a possibilidade de utilizar a própria religiosidade e ou espiritualidade dos pacientes como recursos que visam atingir objetivos terapêuticos ligados a promoção de saúde.

REFERÊNCIAS

LEAHY, R. L. **Livre de ansiedade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2012.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 Dez. 2021.

OLIVEIRA, M. R. de; JUNGES, J. R. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estud. psicol.**, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, dez. 2012 .

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2012000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2020.

PAIVA, G. J. de *et al.* Psicologia da Religião no Brasil: a produção em periódicos e livros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 25, n. 3, 2009, p. 441-446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300019>. [Acesso em: 02 dez. 2021].

SILVA FILHO, O. C. da *et al.* Transtornos de ansiedade em adolescentes: considerações para a pediatria e hebiatria. **Adolesc. Saude**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 3, p. 31- 41, out. 2013. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/8411/1/Transtornos%20de%20ansiedade.pdf>
. Acesso em: 22 nov. 2021.

O IMPACTO CAUSADO PELAS MÍDIAS SOCIAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Francisca Valdenice da Silva¹(Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: valdenice221287silva@gmail.com), **Thahyana Mara Valente Lima**²(Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fornecer uma revisão de literatura sobre o impacto e influência do uso de mídias sociais por adolescentes nas relações com seus familiares. Foram incluídos trabalhos que abordavam a temática supramencionada no estudo, no lapso temporal de 2009 a 2021 e artigos com predominância da língua portuguesa e inglesa. Optou-se por excluir publicações de trabalhos que tratam da comunicação relacionados à população idosa, assim como trabalhos que mencionaram o tema, mas não detalharam o assunto e estudos que não passaram por avaliação por pares ou bancas examinadoras. A partir da análise dos resultados, ficou evidente que o excesso de uso das mídias sociais auxilia no afastamento afetivo e na modificação de padrões de comunicação e convívio, apesar de facilitar a troca de informações. Nesse contexto, é perceptível que as mídias sociais são ferramentas, o seu uso (ou abuso) podem produzir efeitos ambíguos, como o distanciamento emocional entre familiares, apesar de facilitar a comunicação. Diante do exposto, percebe-se a relevância da temática e faz-se necessário que outros estudos sejam produzidos sobre a temática.

Palavras-chave: Mídias sociais. Relações Sociais. Relações Familiares.

INTRODUÇÃO

A atual Carta Magna entende que a família é o conjunto de pessoas ligadas por laços sanguíneos, jurídicos ou afetivos. Dessa forma, além da família patriarcal tradicional, tem-se a configuração matrimonial (formada com base no casamento civil), a união estável (convivência pública, contínua e duradoura) e monopsarental (na qual um dos pais assume o papel de prover as necessidades de seus descendentes). Assim como a definição de família é mutável, as suas configurações também o são. Atualmente reconhece-se outros tipos, como as anaparentais (na qual não existe a figura dos pais consanguíneos), homoafetivas (formadas por casais com ou sem filhos), eudemonistas (famílias em que inexistente o vínculo biológico) e outras configurações. As mudanças não se restringem apenas à configuração familiar. O choque de gerações e a maneira como os adultos lidam com filhos adolescentes também se encontram em constante mutação. A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que se encontra na transição entre a infância e a vida adulta. De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS), é o período dos 10 aos 20 anos. Neste período, os relacionamentos progenitor-filho se modificam, podendo ser mais claramente observado na forma que a comunicação é estabelecida entre seus membros. Outra mudança peculiar que o século XXI fomenta é o uso (ou abuso?) das ferramentas de comunicação *on-line* (redes sociais, mensageiros instantâneos, para citar os mais comuns). Para Fontoura (2020) as mídias sociais são tecnologias e práticas *on-line*, usadas por pessoas para disseminar conteúdo, provocando o compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas. Com uma geração nativa-digital, é esperado que erros de comunicação sejam comuns. Assim, é pertinente questionar: será que as mídias digitais atrapalham a comunicação entre adolescentes e os familiares de outras gerações? Essas ferramentas são responsáveis pelo aumento de sentimentos como solidão, dificuldades de manter relações de afeto fora do ambiente virtual? Este novo ambiente virtual dificulta a aquisição de habilidades na comunicação sócio emocional? Essas perguntas apontam um caminho que, segundo o autor defende, o abuso das mídias elicia consequências negativas, entre as quais destacavam-se possíveis rupturas na vida familiar e a redução do contato físico com amigos e conhecidos.

MARCO TEÓRICO

Com uma geração nativa-digital, é esperado que erros de comunicação sejam comuns. Se por um lado sabe-se que para formar adultos independentes e saudáveis é desejável que exista flexibilidade nas fronteiras familiares (CARTER; MCGOLDRICK, 1995), por outro percebe-se que a forma de se comunicar, compreender e transmitir uma mensagem apresenta falhas tanto na sua forma como na sua função. A existência do diálogo é essencial para que pais e filhos estabeleçam um ambiente saudável de troca de conhecimento, servindo como modelo para outras instâncias da vida em sociedade. Se, ao contrário disso, esse diálogo acaba não existindo por abandono, falta de tempo ou de atenção, entre outros, a comunicação vai sendo interrompida e formando um distanciamento que, muitas vezes, pode se transformar em um abismo nos relacionamentos familiares. Portanto, para que haja a comunicação entre os familiares, é preciso que os papéis sejam intercalados e que ambos compartilhem de referências em comum, quando se trata de família que talvez estes não compartilhem dos mesmos valores entre si. No seio familiar, podem existir a vivência de violências, a falta de afeto, problemas de comunicação/interpretação e até o despreparo da família para compreender dificuldades, desafios entre outros fatores do desenvolvimento humano, o que motiva e mantém o comportamento da falta de comunicação do outro. Além destas dificuldades postas, tem-se uma geração que nasceu e aprendeu a falar e a se comportar dentro de um ambiente virtual, aprendendo costumes e sotaques modelados por telas, *digitais influencer* e *youtubers*. Diante do exposto, o principal objetivo desta pesquisa integrativa é realizar um levantamento bibliográfico sobre o impacto que as mídias sociais causam nas relações interpessoais e na comunicação familiar.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa acerca do impacto das mídias sociais e sua influência na comunicação entre gerações nas relações familiares. Dessa forma, propõe-se sintetizar resultados de forma sistemática, ordenada e ampla, viabilizando informações abrangentes sobre o assunto. (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto a novembro de 2021, nas bases de dados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Google Acadêmico que possuem periódicos indexados apresentados na forma de artigos dos anos de 2009 a 2021. Os descritores foram selecionados de acordo com o Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), são eles: família, mídias sociais e relação também foi usado o booleano ‘e’. Foram incluídas as seguintes combinações: relações e mídias e família. Além do mais, foram incluídos trabalhos que abordavam a temática supramencionada no estudo, no lapso temporal de 2009 a 2021 e artigos com predominância da língua portuguesa e inglesa. Optou-se por excluir publicações de trabalhos que tratam da comunicação relacionados à população idosa, que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é o indivíduo igual ou superior a 60 anos em países em desenvolvimento; trabalhos que mencionaram o tema, mas não detalharam o assunto abordado e estudos que não passaram por avaliação por pares ou bancas examinadoras. No crivo inicial, a princípio, realizou-se uma leitura do título, palavras – chave, resumo e introdução, logo, aqueles que apresentaram relação com a temática foram selecionados, no entanto, aqueles que não apresentaram relação direta com temática, bem como os requisitos supramencionados, foram excluídos. A partir disso, posteriormente ao levantamento de dados, se desenvolveu o crivo final do trabalho no qual foram avaliadas a metodologia, as ferramentas de coletas de dados e, com isso, foi avaliado os resultados e discussões. Logo, durante a análise dos artigos foram identificados um total de 30 periódicos nas bases de dados BVS e Google Acadêmico. Quando houve a implementação dos critérios de inclusão e exclusão, foram dispensados 10 estudos. E após os processos avaliativos supramencionados, foram excluídos ainda mais 16 artigos. Desse modo, foram incluídos 04

estudos nesta pesquisa. Após as etapas supracitadas, os artigos selecionados passaram por uma leitura minuciosa e completa. A partir disso, os artigos serão categorizados, principalmente, de acordo com os autores e ano, desenho do estudo, objetivos e principais considerações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir dos resultados dos estudos supracitados, fica evidente que as mídias sociais são ferramentas que precisam ser utilizadas com cautela e supervisão durante a adolescência. O abuso pode ocasionar afastamento afetivo e prejuízo nos padrões de relações e comunicação no convívio entre as gerações, apesar dessas mesmas mídias facilitarem a troca de informações e ser um facilitador de comunicação. O abuso das mídias sociais pode prejudicar a relação entre familiares, através do distanciamento físico e diminuição do diálogo familiar. Neste contexto, é perceptível que as mídias sociais são ferramentas, não possuem juízo de valor, o que torna seu uso prejudicial é o tempo que passamos nelas e não desenvolvemos habilidades socioemocionais necessários para o convívio no mundo real, além da mediação das telas. Diante do exposto, concluímos que pela relevância do tema faz-se necessário que outros estudos sejam realizados para que aprendamos como melhorar a comunicação entre as gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Integrative review versus systematic review. Reme: **Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 9-11, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>>. Acesso em: 07 out. 2021.

FONTOURA, Wagner. **A hora e a vez das Mídias Sociais**. 2008. Disponível em: <<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2008/02/29/a-hora-e-a-vez-das-mi-dias-sociais/>>. Acesso em: 08 set. 2021.

O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO ACOLHIMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO CAUSADO PELA PANDEMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA

Francisca Iranete da Silva Ferreira¹ (aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: iranete.ferreira@fvj.br); Orientadora Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

O plantão psicológico pode ser compreendido como uma prática clínica de acolhimento e escuta, onde situações emergentes podem ser trabalhadas junto ao profissional. Dessa forma, a pesquisa trata sobre a relevância do plantão psicológico em tempos de pandemia, especificamente no acolhimento de discentes e docentes, com o objetivo de discorrer sobre como acontece o acolhimento psicológico a este público durante as aulas online em tempos de pandemia, entendendo as diversas problemáticas com relação a saúde mental durante a necessidade de distanciamento social. Vê-se, ao longo do estudo, que os profissionais psicólogos aderiram o atendimento online, para que pudessem estar próximos aos indivíduos que passaram a sofrer pela falta do contato físico com os demais sujeitos que estavam habituados. Para conseguir alcançar o proposto pelo artigo, optou-se por realizar uma pesquisa de revisão sistemática da literatura, pois esta permite compilar informações dos mais diversos arquivos (livros, monografias, periódicos), e responder ao problema de pesquisa, anteriormente traçado.

Palavras-chave: Acolhimento. Plantão. Alunos. Professores. Sofrimento psíquico.

INTRODUÇÃO

O plantão psicológico auxilia o indivíduo a se perceber e se organizar na sociedade no que tange a seus sentimentos, sobretudo, quando o sujeito se encontra num elevado nível de cansaço emocional. Essa modalidade de atendimento permite o devido direcionamento do sujeito, visando que ele se encontre e seja autônomo em suas decisões acerca da situação que ele vivencia (DOESCHER; HENRIQUES, 2012). Dessa forma, o problema do estudo visa responder: quais os impactos de sofrimento psíquico enfrentado pelos docentes e discentes em tempos de pandemia, devido ao isolamento social? Entendendo esse cenário, o objetivo geral do estudo é discorrer sobre como acontece o acolhimento psicológico a docentes e discentes durante o atendimento do plantão psicológico *online* em tempos de pandemia, entendendo as diversas problemáticas com relação a saúde mental durante a necessidade de distanciamento social. No estudo, primeiramente, aborda-se o conceito acerca do plantão psicológico e como este tem compreendido relevância no cenário de distanciamento social e de estresse e cansaço psicológico, por causa da mudança na rotina das pessoas. O segundo tópico já é direcionado, pois realiza uma investigação sobre como esse cenário tem afetado o contexto educacional, sobretudo, os professores. Com relação ao último tópico, apresenta-se como o atendimento do plantão psicológico tem sido realizado com os sujeitos em tempos de pandemia, que no caso trata-se de um atendimento *online*.

MARCO TEÓRICO

O plantão psicológico é entendido por Rocha (2011), como um atendimento voltado as experiências dos pacientes, ou seja, algo que o mesmo esteja vivenciando no momento, e não,

apenas problemas que enfrenta ao longo de sua vida. De acordo com o autor, nesse atendimento, cabe ao profissional psicólogo ouvir o sujeito e o direcionar para a melhor tomada de decisões, sem julgamentos ou intervenção decisória acerca da situação que ele vivencia. Conforme apontam Rebouças e Dutra (2010), a atuação realizada por uma modalidade de plantão psicológico iniciou-se no ano de 1969, através de uma proposta de intervenção realizada pelo Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), junto a sujeitos que precisassem de ajuda de forma imediata e mais próxima aos profissionais de saúde. No Brasil, o plantão psicológico surge, com a Raquel Rousem Bergue junto a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), onde a mesma teve o apoio de Carl Rogers, durante a visita que fez ao país, no período da ditadura militar. A Sociedade Brasileira de Psicologia (2021), discorre que, durante o processo pandêmico, cabe aos profissionais da psicologia priorizar o atendimento online, pois ele é seguro com relação as demandas de informações, além de garantir sigilo e privacidade. No mesmo sentido, enfatizou a necessidade de suspender os atendimentos presenciais para minimizar as chances de aumentos nos casos de pessoas contaminadas. Na visão de Bezerra, Moura e Dutra (2021) o plantonista, junto a seu paciente, ajuda-o a conseguir enxergar mais claramente o seu problema e a si mesmo perante a sua dificuldade, por intermédio de uma escuta e consequente acompanhamento do processo de enfrentamento do momento que esse vivencia. Essa ajuda passou a se necessária para professores e alunos, que passaram a sofrer com atividades que precisavam exercer, pois tornaram-se intensas por causa da pandemia e distanciamento social, o que ocasionou cansaço mental excessivo e esgotamento, chegando inclusive à depressão ou mesmo síndrome do pânico. Esse processo permitiu que muitos sujeitos desse universo passassem a perceber a ansiedade, a depressão e as doenças afins, exigindo uma atuação mais incisiva por parte dos profissionais de saúde, tal como o psicólogo. A suspensão das atividades, de maneira presencial, além do problema de isolamento e distanciamento de professores e colegas, passa a exigir uma assimilação de conteúdo mais abrupta e ainda mais intensa, o que ocasionou e ainda ocasiona esgotamento a docentes e discentes. Com relação aos alunos, a ansiedade pode se dá pelo tempo excessivo que estes precisam ficar sem o contato físico com seus professores e colegas, e além disso, demandam mais tempo estudando frente a um computador, sob vigilância dos pais e sem a possibilidade de interação social, sendo este dificultado pelo direcionamento dado no novo contexto de ensino. Sendo assim, identifica-se que a ansiedade e a depressão tendem a fazer parte da condição educacional, de fato direta

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é desenvolvida sob uma vertente de revisão sistemática da literatura, pois utiliza informações de outras pesquisas, sobre o assunto tratado, para sanar aos objetivos desse estudo. As bases de dados que foram utilizadas são: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Google Acadêmico. Com relação as palavras chave usadas para busca dos arquivos, compreende-se: Acolhimento; Plantão Psicológico; Alunos; Professores; Sofrimento psíquico. Frente aos arquivos encontrados, fica evidente que os benefícios do plantão psicológico estão atrelados a minimização dos sentimentos com relação a ansiedade e depressão, que causam tristeza frente ao isolamento da vivência causadas pela pandemia.

CONCLUSÃO

Compreende-se que o acompanhamento psicológico junto aos docentes e discentes, em tempos de pandemia e que acontece por meio virtual, tem garantido privacidade, proximidade do

profissional junto aos mesmos, organização do atendimento online com antecedência, e combinação de momentos visando que os sujeitos se sintam confortáveis. Também se percebe que são inúmeros os impactos pela vivência da pandemia tanto para professores como para seus alunos, destacando entre eles a ansiedade e a depressão, ocasionando o afastamento dos docentes frente as suas funções, assim como a evasão escolar dos alunos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Cíntia Guedes; MOURA, Kilvia Pereira; DUTRA, Elza. Plantão psicológico on-line a estudantes universitários durante a pandemia da COVID. **Revista do NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity**, v. 13, n. 2, p. 58, 2021.

DOESCHER, Andréa Marques Leão; HENRIQUES, Wilma Magaldi. **Plantão psicológico: Um encontro com o outro na urgência.** *Psicologia em Estudo*, v. 17, p. 717-723, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jNLH8JRLF5SZ5kx6KSGmDwK/?lang=pt>. Acesso em 02 out. 2021.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza. **Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade.** *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, v. 16, n. 1, p. 19-28, 2010.

ROCHA, Maria Cristina. **Plantão psicológico e triagem: aproximações e distanciamentos.** *Revista do NUFEN*, v. 3, n. 1, p. 119-134, 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. **Enfrentamento COVID-19.** 2021. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/enfrentamento-covid19>. Acesso em 12 out. 2021.

Os Impactos da Pandemia do Covid-19 e Sua Relação Com a Ansiedade em Acadêmicos de Graduação

Emerson Pereira Barbosa¹ (Aluno do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: emerson.barbosa@fvj.br), Jaqueline Sobreira Rodrigues² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: e-mail: jaqueline.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a literatura sobre ansiedade em universitários de graduação no período da pandemia do COVID-19. De uma maneira geral, os estudos apontam para a possibilidade de prejuízo na saúde mental e suas consequências na população acadêmica durante a pandemia do COVID-19. A metodologia aplicada é a de uma revisão de literatura, utilizando plataformas de base de dados para a pesquisa de artigos científicos. Posteriormente estes artigos foram analisados a partir da Análise de Conteúdo e em seguida foi executada uma integração dos estudos, construindo, a partir disso, um saber psicológico com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de maior bem-estar e saúde mental dos indivíduos que se enquadram no perfil analisado e profissionais que possam lidar com estas demandas. Diante dos conteúdos apresentados, questiona-se o quanto a pandemia e o isolamento social ocasionaram e/ou aumentaram sintomas e episódios de ansiedade nos estudantes. Tendo isso em mente, é necessária a criação de mecanismos que fomentem e incentivem o desenvolvimento de serviços e estratégias institucionalizadas com o intuito de promover ações de bem-estar e saúde mental.

Palavras-chave: Ansiedade; Pandemia; Acadêmicos de graduação.

INTRODUÇÃO

Tendo como base o cenário global ao início do ano de 2020 questiona-se o estado da saúde mental de acadêmicos de graduação das Instituições de Ensino Superior no contexto da pandemia do COVID-19, considerando que já estavam inseridos em um ambiente possivelmente aversivo antes mesmo do período atípico da quarentena e esse período tende a afetar negativamente a saúde mental dos acadêmicos. (MAIA; DIAS, 2020).

A demanda leva em conta os dados alarmantes que se fazem presente no Brasil, juntamente com todas as complicações na condição da saúde mental das populações em geral, durante períodos de isolamento social e as indicações de que acadêmicos, por si próprios, configuram uma população mais afetada por sintomas ansiosos. Assim, o presente trabalho possui como objetivo analisar a literatura sobre a ansiedade em universitários de graduação no período da pandemia do COVID-19. Para atingi-lo, elencam-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar os aspectos sobre ansiedade em estudantes universitários na pandemia da COVID-19 e (b) apontar as intervenções para os impactos da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico da graduação.

MARCO TEÓRICO

Nos primeiros vinte anos do século XXI, a problemática ligada ao estado da saúde mental está se tornando mais presente em meio a sociedade, recebendo mais conhecimento e atenção do público e isso se deve ao aumento significativo no número de casos ligados a doenças mentais. Somente no Brasil, cerca de 18,6 milhões de pessoas sofrem de transtornos ansiosos. Esse número é equivalente a cerca de 9,3% da população total do país. Além disso, estima-se que cerca de 264 milhões de pessoas no mundo sofram de alguma condição ansiosa, número esse equivalente a cerca de 3,6% da população global. (WHO, 2017).

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura, de cunho qualitativo, exploratório e

descritivo. (GIL, 2017). Para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes plataformas de base de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed, Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc).

Para a análise dos dados obtidos, realizou-se uma Análise de Conteúdo. (GIL, 2017). Feito isso, organizou-se a discussão em duas categorias: “Aspectos sobre ansiedade em estudantes universitários na pandemia da COVID-19” e “Intervenções para os impactos da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico da graduação”, levando em consideração os aspectos citados anteriormente. Nestas, foi executada uma integração dos estudos, construindo, a partir disso, um saber psicológico com o intuito de auxiliar no desenvolvimento de maior bem-estar e saúde mental dos indivíduos que se enquadram no perfil analisado e profissionais que possam lidar com estas demandas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aspectos sobre ansiedade em estudantes universitários na pandemia da COVID-19

Por meio das análises realizadas, verificou-se a presença de vários impactos psicológicos para os acadêmicos de graduação. Para se entendê-los serão discriminados os resultados. Em um dos estudos intitulado como “Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19”, foram investigados 7 artigos, com publicação em 2020. Os resultados apontam para a presença dos principais sintomas de ansiedade e de outras síndromes mentais, como a depressão nos universitários durante o período da pandemia do COVID-19. Os principais fatores levantados como causadores desses sintomas incluem: preocupações com os atrasos de atividades acadêmicas, interrupções das práticas presenciais e, por consequência, a realização de atividades e maneira remota, as adversidades em enfrentar e adaptar-se a esse novo método de aprendizagem, bem como o afastamento social com os amigos e os colegas. (GUNDIM *et al.*, 2021).

Esses impactos foram percebidos em diferentes países. Por exemplo, o estudo “Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19”, realizado no contexto acadêmico português. Este, foi iniciado antes do começo da pandemia do COVID-19 e terminado durante os primeiros decretos que suspendiam atividades presenciais, chegando à conclusão que essa condição acarreta em prejuízos para a saúde mental dos universitários. Para chegar a esses resultados foram utilizados questionários e escalas a respeito das condições de estresse, ansiedade e depressão, a coleta de dados foi feita em dois momentos: a primeira foi feita entre os anos 2018 e 2019 e a seguinte foi feita ao início da pandemia, já no ano de 2020. Ao analisar os dados coletados, constatou-se os efeitos deletérios gerados pela pandemia na população universitária em comparação com os resultados pré-pandemia. (MAIA; DIAS, 2020).

Intervenções para os impactos da pandemia COVID-19 no contexto acadêmico da graduação

De maneira geral, conclui-se que a pandemia impactou negativamente na vida acadêmica e na saúde física dos universitários. Tais impactos repercutiram significativamente na saúde mental desses estudantes e da população geral. (GUNDIM *et al.*, 2021).

Os autores sugerem que se busque ações que reduzam e previnam esses prejuízos, seja através dos órgãos de saúde, das universidades ou dos próprios educadores. Um dos projetos que podem ser desenvolvido, seria a criação de núcleos de apoio psicossocial por parte das universidades para tratar esses danos à saúde mental dos alunos.

De todo modo, ressalta-se a importância da facilitação do acesso dos mesmos a esses mecanismos, inclusive por meios remotos. Ademais, destaca-se também a necessidade de se

manter atento para as consequências desses prejuízos após o período da pandemia. (GUNDIM *et al.*, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2020).

Os outros artigos discursam a respeito da implementação de atividades voltadas para a promoção de saúde e bem-estar mental podendo, ou não, ser de maneira concomitante à realização práticas de prevenção e que buscam diminuir danos à saúde mental dessa população de acadêmicos durante a pandemia.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo analisar a literatura sobre a ansiedade em universitários de graduação no período da pandemia do COVID-19. Diante dos conteúdos apresentados ao longo deste estudo, questiona-se o quanto a pandemia e o isolamento social ocasionaram e/ou aumentaram sintomas e episódios de ansiedade nos estudantes universitários.

Tendo isso em exposto, faz-se necessária a criação de mecanismos que fomentem e incentivem o desenvolvimento de serviços e estratégias institucionalizadas, com o intuito de promover ações de bem-estar e saúde mental e/ou prevenir os possíveis impactos psicológicos. Além desse papel, os serviços podem atuar como suporte e apoio emocional aos indivíduos que já se encontram em sofrimento psíquico dentro da comunidade acadêmica.

As questões levantadas pelos estudos aqui mencionados revelam importantes instrumentos na busca por superar os desafios representados pela dificuldade que a manutenção de uma saúde mental nesse período pandêmico implica. As lições aprendidas ao decorrer desse momento são relevantes para lidar com esses desafios no atual período de pandemia, bem como em cenários futuros de crise.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUNDIM, V. A. *et al.* Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de covid-19. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 35, 2021.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 37, n. 200067, 2020.

RODRIGUES, B. B. *et al.* Aprendendo com o Imprevisível: Saúde mental dos universitários e Educação Médica na pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

WHO - World Health Organization. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Genebra, Suíça. 2017.

A importância do comportamento verbal no desenvolvimento de crianças com síndrome de Down*

Danielle Gomes de Oliveira Lima¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: daniellerickronald@gmail.com), Thahyana Mara Valente Lima² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: thayhyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é evidenciar a importância do comportamento verbal no desenvolvimento de crianças com síndrome de *Down*. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória e qualitativa. A criança com necessidades especiais, em específico com síndrome de *Down*, pode apresentar atraso considerável no desenvolvimento intelectual. Esta condição genética, também conhecida como trissomia do cromossomo 21, acarreta disparidades globais na aquisição do comportamento verbal, por ser um dos fatores que limita e dificulta a integração em crianças, quando comparadas a crianças típicas, tanto no âmbito familiar quanto no contexto social. Compreende-se que é necessário contextualizar aspectos relevantes que facilite a interação social da criança com síndrome de *Down*. Espera-se que esse estudo possa contribuir para subsidiar produções científicas sobre essa temática devido à escassez de materiais com esses fins, de forma que favoreça a atuação dos profissionais, a proporcionar qualidade de vida às crianças com o desenvolvimento cognitivo afetado pela síndrome, assim como, às suas famílias.

Palavras-chave: Comportamento verbal. Criança. Síndrome de *Down*.

INTRODUÇÃO

A síndrome de *Down* (SD) é caracterizada por uma desordem genética, uma trissomia no cromossomo 21, que apresenta várias características fenotípicas que são fundamentais para a definição do diagnóstico precoce de um indivíduo, está afeta os componentes relacionados a diferentes áreas primordiais para que a criança se desenvolva. (SILVA; DESSEN, 2002). Entretanto a linguagem se configura como um destes, até mesmo por ser um dos processos básicos que vai interferir no desenvolvimento subjetivo de um indivíduo com SD. Podendo reverberar significativamente nos diversos âmbitos que se estendem desde o cuidado pessoal a inserção desta, tanto no ambiente doméstico, quanto no ambiente escolar e no contexto sociocultural, sendo assim, todo comportamento comunicativo emitido pela criança, são artifícios pelo qual possibilita a articulação de aquisição do conhecimento, portanto devem receber o devido valor, visto que, se conotam como maneira de favorecer o sentimento de pertencimento, de conhecer a si e o outro e ainda de propiciar a interatividade social. (LAMONICA; FERREIRA-VASQUES, 2015). O presente estudo traz concepções da análise do comportamento como forma de ampliar o entendimento a respeito da abordagem, no que concerne o suporte teórico e prático da atuação do profissional de psicologia na obtenção de melhorias ao estimular os comportamentos apropriados em crianças com síndrome de *Down*. E na perspectiva de compreender suas potencialidades e limitações, promovendo qualidade de vida e inclusão social, analisa a importância do comportamento verbal no processo de desenvolvimento da criança com síndrome de *Down*. E nesse sentido verificar nas publicações científicas voltadas para a síndrome de *Down*, junto a análise do comportamento, a fim de descrever o comportamento verbal e as consequências do reforço no comportamento de crianças com síndrome de *Down*, gerado pelas consequências do ambiente. Além disso, compreender as

contribuições teóricas da análise do comportamento e a prática do psicólogo com crianças com necessidades especiais.

METODOLOGIA

O presente trabalho classifica-se como pesquisa básica, em busca da verdade para determinada aplicação prática de uma situação particular. Numa abordagem metodológica, qualitativa, por ser mais apropriado a pesquisas da área das ciências sociais (*ibidem*), uma vez que interpreta os fenômenos observados e considera a realidade e a particularidade de cada sujeito objeto da pesquisa. (NASCIMENTO; SOUSA, 2016). Classificando-se, como uma pesquisa do tipo exploratória, com a finalidade de proporcionar maior familiaridade do pesquisador com a temática. (GIL, 1991). Além de compreender as contribuições teóricas da Análise do Comportamento e a prática do psicólogo, tanto para a pesquisa, quanto para clínica. O presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica, e servirá para a construção da fundamentação teórica sobre o tema descrito neste trabalho, a fim de obter a sua finalidade, verificando cientificamente a veracidade das publicações acerca da temática como, artigos, livros, publicações digitais entre outros. Além do mais, os autores também citam Gil (1991) para explicar que a natureza do trabalho da revisão literária é exploratória, uma vez que propicia ao pesquisador bases teóricas para sustentar o exercício reflexivo e crítico acerca da temática estudada. A base de dados metodológicos foi estruturada por meio de busca nos bancos de dados do Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos Eletrônico em Psicologia (PePSIC) e revistas comprometidas com a promoção de saúde. Utilizou-se como descritores: “Psicologia e Síndrome de *Down*”, “Análise do comportamento e Síndrome de *Down*”, “Comportamento verbal e Síndrome de *Down*”, que serviram para conduzir os estudos a respeito dos fatores que comprometem o comportamento verbal nas crianças com síndrome de *Down* dificultando sua integração no meio à qual está inserida. No primeiro momento, foram encontrados 30 artigos, no entanto 16 foram incluídos no *corpus* da pesquisa e serviram para sustentar os argumentos descritos na construção desse estudo, por dispor dos fundamentos teóricos que necessita para obter seus objetivos. Utilizou-se alguns critérios de exclusão: foram eliminados os artigos sobre educação e aprendizagem escolar e os que foram escritos anteriormente a 2002. Manteve-se os artigos que abordam a temática em estudo, sendo do ano de 2002 a 2021. A linha temporal extensa, é devido à dificuldade de encontrar materiais recentes, constatou-se que existe pouca pesquisa científica sobre essa temática. Ressalta-se ainda que, para contextualizar a compreensão do comportamento verbal, fez uso de autores como Skinner (2003, 1955) e Moreira e Medeiros (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A síndrome de *Down* decorre de uma alteração genética sucedida durante a concepção. Conforme Coelho (2016), esta síndrome corresponde a uma alteração genética que ocorre no momento da dispersão cromossômica, que provoca falhas de informações no meio celular, ocasionando, portanto, o aumento de cromossomos, gerando uma trissomia, ou seja, um cromossomo a mais no par 21. O indivíduo, ao invés de constar em sua estrutura genética 46 cromossomos, passa a ter 47, como consequência de uma distribuição cromossômica anormal, diante de todas as dificuldades enfrentadas por uma criança com Síndrome de *Down*, o comportamento verbal é um deles, segundo Skinner (1955), o comportamento verbal se refere a um comportamento que vai necessitar da interação com outras pessoas para que seja emitido,

favorecendo a formação de um repertório comportamental, que vai se dar de acordo com o contexto social de cada indivíduo. Tendo em vista essas questões, ressalta-se importância do acompanhamento e intervenções promovidos por profissionais, com uma equipe multiprofissional, devido os fatores relacionados à deficiência mental que prejudicam a aquisição da linguagem. Entre outros aspectos que repercutem na sua vida, compreendendo que o progresso não vai ocorrer de forma simultânea, diferente das crianças neurotípicas, e nem tão pouco vai significar que não haverá progresso quanto ao seu prognóstico, pois dependerá de vários fatores particulares ao seu convívio. As crianças com SD no início do uso de fala pronunciam palavras isoladas entre os dois e três anos, correndo o risco desta idade variar, a primeira palavra falada pela criança nem sempre é a primeira palavra aprendida, isso ocorre devido à dificuldade que as pessoas com SD têm em relação à articulação dos sons, em suma, Dambrós e Terçariol (2020) em seus estudos mencionam que a assistência precoce visa a diminuição dos déficits e limitações desencadeados pelas alterações genéticas da SD. Sendo que a estimulação de um indivíduo quando ocorre com atraso cronológico, poderá comprometer o desenvolvimento gradual além de dificultar a obtenção do comportamento verbal e não verbal, podendo implicar na aquisição da linguagem e de todos aspectos que podem refletir na sua singularidade. Coelho (2016) destaca que intervenções multidisciplinares terão maior efetividade quando os cuidadores, assim como a família ampliada, se conscientizarem da importância de reforçar o comportamento verbal na criança de forma que proporcione autonomia e legalidade ao aperfeiçoamento do seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância do comportamento verbal em crianças com síndrome de *Down*. No entanto, os resultados da pesquisa não foram contemplados de forma satisfatória devido a pouca produção de pesquisas brasileiras que apresentam contextos sobre o comportamento verbal no desenvolvimento em crianças com síndrome de *Down*. Haja visto, que o autor Skinner traz contribuições conceituando os comportamentos de um organismo como capazes de afetar um outro organismo e o meio a qual está inserido, mas como um todo, e não relacionado ao desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. Considerando isso, este estudo é uma forma de contribuir com a produção científica, no que tange os alguns aspectos que implicam no desenvolvimento e interação social de criança com síndrome de *Down*. O reforço e modelagem não só vai aumentar a autonomia, aquisição de habilidade e ainda estimula o desenvolvimento da linguagem além de contribuir para a diminuição de disparidades. No que tange esse aspecto, a Análise do Comportamento, como teoria, oferece instrumentos e técnicas para a obtenção de respostas que sejam adequadas e que possibilite melhorias na qualidade vida de uma criança com comportamento disfuncional, quer seja neurotípica ou com quadro clínico diferenciado como é o caso da síndrome de *Down*. Para tanto, o profissional de psicologia pode tomar posse desse conhecimento no sentido de instrumentalizar suas intervenções, utilizando-se de ferramentas e técnicas no reforço específico e modelagem de comportamento, para que se alcance um repertório comportamental que permita o aprendizado, a aquisição da linguagem e interação social.

REFERÊNCIAS

SILVA, N. L. P; DESSEN, M. A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em psicologia**, v. 6, n. 2, 2002

COELHO, Charlotte. A síndrome de Down. **Psicologia. pt**, p. 1-14, 2016.

DAMBRÓS, L. A; TERÇARIOL, D. **Habilidades comunicativas em crianças com Síndrome de Down**. Revista Gepes Vida, v. 6, n. 15, 2020.

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo. Atlas. 1991.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; FERREIRA-VASQUES, Amanda Tragueta. Habilidades comunicativas e lexicais de crianças com Síndrome de Down: reflexões para inclusão escolar. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 17, n. 5, p. 1475-1482, Oct. 2015.

NASCIMENTO, F. P. do; SOUZA, F. L. L. **Metodologia da Pesquisa Científica: teórica e prática – como elaborar TCC**”. Brasília: Thesaurus, 2016.

SOUZA, M. T. D; SILVA, M. D. D; & CARVALHO, R. D. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), 8 (1), 102-106, 2010.

SKINNER, B.F. **O Comportamento Verbal**. [S.l.:s.n.], São Paulo: Cultrix, 1955.

HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Camila Rocha Lima¹ (Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: alimacrocha97@gmail.com), Orientadora Thahyana Mara Valente Lima² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo busca compreender a figura do homem autor de violência doméstica e a contribuição teórica da Análise do comportamento sobre o constructo da violência. A pesquisa é uma revisão bibliográfica narrativa, na qual utilizou as plataformas Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), livros, leis e sites governamentais. Os artigos foram selecionados a partir das palavras-chave “violência doméstica” e “violência e Análise do Comportamento”. Após isso, é feita a análise de 14 artigos os quais apontam a importância de estudar a temática. Além disso, os resultados indicam que a problemática em questão tem origem social, política e de saúde, uma vez que a desigualdade de gênero e masculinas hegemônicas podem ser um dos fatores relacionados à violência. Para mais, conclui-se que os grupos reflexivos para homens praticantes de violência é uma das alternativas para reduzir a reincidência de tal comportamento. O presente escrito tem por objetivo direcionar esse estudo para a figura do homem autor de violência tendo em vista que este indivíduo é importante para compreensão e redução desta problemática, visto que o comportamento violador pode ser mantido por variáveis contextuais, topográficas e funcionais.

Palavras-chave: Violência doméstica; Homem autor de violência; Análise do Comportamento.

INTRODUÇÃO

Desde 1994 o Brasil constrói mecanismos de proteção e eliminação de violência contra a mulher. Essa luta tem como marco histórico a Lei N. 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, sendo esta uma das principais legislações voltadas para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Todavia a violência contra a mulher no Brasil é uma problemática ainda recorrente, como apontado nos dados apresentados pelo Atlas da Violência (2021), na qual três mil setecentos e trinta e sete (3.737) mulheres foram assassinadas em 2019. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos contextualiza os dados de violência registrados na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos entre o ano de 2020 a 2021, tendo como perfil do suspeito autor de violência 56,33% do gênero masculino e como perfil de vítima, aponta 64,7% do gênero feminino. Segundo os dados apresentados, nota-se a correlação da figura masculina com os fenômenos vigentes da violência. Observa-se que a população masculina comete mais violência e compõe parte significativa da população carcerária no Brasil. Dessa forma, percebe-se a necessidade de compreender o papel do homem no enfrentamento da violência. A partir de tal problemática a pesquisa visou compreender este fenômeno e a contribuição da Análise do comportamento.

MARCO TEÓRICO

A violência doméstica pode ser compreendida como um fenômeno multifatorial, tendo grande influência dos vestígios da desigualdade de gênero e masculinidades hegemônicas, como citado por Santos *et al.* (2021). Assim sendo, Goulart, Gomes e Boeckel (2020) verificaram, como resultado de seu estudo, a importância dos grupos reflexivos, abrangendo de forma benéfica o homem autor da violência, a vítima e os filhos. Partindo da ideia desta ferramenta, Prett, Z. e Prett, A. (2010) apontam que os comportamentos coercitivos ou agressivos não se enquadram em comportamentos socialmente competentes, tendo como alternativa a criação de programas educacionais e intervenções clínicas como segunda via para pessoas que não tiveram acesso a

um contexto que propusesse o desenvolvimento de habilidades sociais assertivas. Sidman (1989/2009, p. 17) descreve a coerção como “[...] uso da punição e ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos [...]”. Já Skinner (2003, p. 331), ao falar de agressividade aponta que esta “[...] depende da cultura, mudam com a cultura, e variam de acordo com a experiência individual dentro de uma única cultura”. Assim sendo, a Análise Comportamental compreende este fenômeno a partir de um conjunto de variáveis topográficas e funcionais, que permeiam a relação entre contexto-comportamento-consequências.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, de cunho narrativo, realizado no Google Acadêmico, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), livros, leis e sites governamentais relevantes para a temática. Utilizou-se como palavras-chave, “violência doméstica” e “violência e Análise do Comportamento”. Após isso, estabeleceu-se etapas para utilizar critérios de inclusão e exclusão. Inicialmente, os textos foram selecionados por títulos e resumos que atendessem aos objetivos da temática pesquisada, estes escritos em português. Sendo excluídos os textos no qual a temática não se apresentava como parte central do artigo. Não foi utilizado como critério um período específico de tempo. Como critério de inclusão, tiveram artigos que contextualizaram o fenômeno da violência doméstica, e a contribuição da Análise do Comportamento na compreensão da violência.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram selecionados 14 artigos referentes às plataformas Google Acadêmico e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Dando seguimento ao objeto de estudo desta pesquisa, o artigo foi dividido em três categorias, os quais abaixo serão apontados os respectivos autores utilizados para debater cada parte. (a) Violência doméstica: Marcolino *et al.* (2021), Sousa, Santos e Antonietti (2021), Druta, Schweitzer, Silva (2020) e Carmo e Moura (2010); (b) Homens autores de violência: Marcolino *et al.* (2021), Magalhães *et al.* (2021), Santos *et al.* (2021), Silva *et al.* (2020), Nothaft e Lisboa (2021), Goulart, Gomes e Boeckel (2020), Fernandes *et al.* (2021), e (c) Análise do comportamento e a compreensão do comportamento violento: Pereira, Camargo e Ayoama (2018), Silva *et al.* (2020), Almeida e Zilio (2020), Prette, Z. e Prette, A. (2010) e Nicolodi e Hunziker (2021). E as contribuições teóricas de Skinner (2003), Sidman (1989/2009) e Moreira e Medeiros (2014). O estudo aqui realizado chega à conclusão que a violência contra mulher é uma problemática social e de saúde, na qual requer a compreensão dos múltiplos fatores para seu enfrentamento e prevenção. Como uma das causas ligadas a este fenômeno, apresenta-se a desigualdade de gênero, masculinidades hegemônicas e a cultura (comportamento social). A Análise do Comportamento contribui para o entendimento deste fato, a partir das suas topografias, funções e a relação entre o contexto e ambiente, não se restringindo ao ato da violência, mas a todos os fenômenos sociais e individuais que corroboram com sua repetição. Assim, de acordo com os autores aqui estudados, os grupos reflexivos são alternativas viáveis para proporcionar reflexão e a responsabilização de tais atos.

REFERÊNCIAS

PRETTE, Z. A. P. D.; PRETTE, A. D. **Habilidades sociais e análise do comportamento: proximidade histórica e atualidades.** Perspectivas em Análise do Comportamento, v. 1, n. 2, p. 104-115, 23 ago. 2017.

SANTOS, D. F.; BARBOSA, J. P. M.; LIMA, R. de C. D.; CORDEIRO, M. V. da S.; ANDRADE, M. A. C. A.; SIPIONI, M. E.; DEMARCHI, S. M. **Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala.** Saúde e soc., v.30 (3), 2021.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/jd7SgTXGfGqmkDyB8K7jnCv/?lang=pt>>.
Acesso em: 15 out. 2021.

SIDMAN, M. (2009). **Coerção e suas implicações**. Tradução: M. A. Andery e T. M. Sério. São Paulo: Livro Pleno. (Publicado originalmente em 1989).

SKINNER, B. F., 1904-1990. **Ciência e comportamento humano / B. F. Skinner; tradução João. Carlos Todorov, Rodolfo Azzi**. - 1ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003. - (Coleção biblioteca universal).

DETERMINANTES SOCIAIS DA POBREZA E A PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL EM ADULTOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aurélia Oliveira de Lima¹ (Aluna concludente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, aurelialima7@gmail.com), Orientadora² Aline Maria Barbosa Domício Sousa (Professora Doutora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alinedomicio@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre os determinantes sociais da pobreza e a produção de saúde mental em adultos na faixa etária de 19 a 44 anos e tem como **objetivo geral** identificar a influência dos determinantes sociais da pobreza na produção da saúde mental. Como **método** é utilizada uma abordagem qualitativa exploratória descritiva com levantamento de dados bibliográficos nas plataformas SciELO e PePSIC, entre os anos 2011 a 2020, além do uso de critérios de inclusão e exclusão, submetendo os resultados à técnica da análise temática. O *corpus* de análise da pesquisa foi constituído por 20 artigos. Os **resultados principais** foram agrupados em três categorias temáticas sendo a primeira vinculada às concepções sobre a pobreza; a segunda, sobre os determinantes culturais da pobreza e como as desigualdades atuam na produção de saúde mental; e, a última com reflexões sobre a ação da psicologia em contextos de pobreza. Como **considerações finais** indica-se a necessidade de ampliação das pesquisas sobre estas temáticas, não somente do ponto de vista teórico, mas que possam ir além e promovam bem-estar e qualidade de vida nas pessoas, resultando no fortalecimento das políticas públicas. Além do mais, apontam também para a importância da compreensão dos aspectos psíquicos em grupos submetidos a pobreza, como fundamentais para o desenvolvimento de áreas como a psicologia social comunitária e ambiental, estando tal debate desde o início da formação profissional de psicólogos no Brasil e América Latina.

Palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde. Pobreza. Promoção da Saúde. Saúde Mental. Psicologia Social.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre os determinantes sociais da saúde e a pobreza na interface com a saúde mental, significa discorrer sobre contextos sócio-históricos e econômicos que agem de forma direta na tentativa de explicar os fatores que influenciam as maneiras pelas quais as pessoas adoecem, sem se pautar em modelos causalistas ou deterministas que não contemplam a complexidade do desenvolvimento humano. Na definição apresentada em 1946 por instâncias da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO, 1946), foi estabelecido que saúde "é um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doenças ou de enfermidades". Buss e Filho (2007) colaboram com uma lista de autores que refletem sobre as influências dos determinantes sociais na constituição da saúde, ao expressarem que os compreendem como sendo: "fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população" (p.78), os quais incorporados às desigualdades sociais, são produtores de iniquidades. Logo, quando se pensa na pobreza como interferindo em outras esferas da vida humana, imagina-se situações como privação de bens e um estado de carência econômica medida pela ausência parcial ou total de renda. Esta falta de poder aquisitivo serviu de embasamento para definir pobreza como algo ligado ao valor monetário e culpabilizar as pessoas por suas privações (MOURA *et al.* 2014), não raro associando-a como alguém que não havia realizado o esforço suficiente para alcançar um determinado status econômico. Faz-se mister esclarecer como a noção de determinantes sociais da saúde é compreendida e de que modo se relaciona com a questão atribuída à pobreza, pois a vivência de privação e opressão no contexto da pobreza de uma comunidade pode exigir de seus moradores novas construções identitárias

através da ressignificação das vivências constantes na rede de significados e sentidos até a imersão identitária no mundo simbólico. (DOMÍCIO, 2012). Ou seja, a opressão vai pouco a pouco enfraquecendo o poder pessoal, direcionando cada ser a não acreditar mais nas suas potencialidades, limitando-o a uma apatia que vai contaminando todas as esferas de sua vida. Em síntese, debate-se acerca das reflexões apresentadas até o momento sobre os aspectos multidimensionais da pobreza buscando, através da análise de um conjunto de determinantes sociais da saúde, estabelecer relações entre esses aspectos e a produção da saúde mental de acordo com o que apontam as publicações. Acredita-se que para aqueles profissionais que optarem por atuações nas áreas da saúde coletiva e da psicologia comunitária, a relevância do estudo é visível. Por fim, sinaliza-se também a importância desse estudo para a sociedade em termos do que é possível fazer através das políticas públicas para mudar a realidade de sofrimento mental das pessoas em situação de pobreza e que são constantemente atravessadas pelos determinantes sociais da saúde.

MARCO TEÓRICO

A partir das décadas de 60 e 70 no Brasil, os estudos realizados com foco nesse tema, no âmbito das ciências sociais, trouxeram questionamentos a respeito da definição monetária da pobreza, ou seja, começaram a questionar como a simples ausência de renda poderia designar uma situação de vida mais complexa, sem levar em consideração aspectos que são inerentes à condição de bem-estar e à subjetividade das pessoas. A partir disso, a pobreza passou a ser vista de forma multidimensional, agregando a essa dimensão econômica o contexto social. Com base no olhar sobre a vivência em condições de pobreza, são visualizados aspectos que possibilitem mensurar o processo de desenvolvimento das doenças mentais e o que elas causam no psiquismo a médio e longo prazo, pois segundo Cidade, Moura e Ximenes (2012), as dimensões psicossociais da pobreza são produtoras de formas singulares de estruturação do psiquismo. Já para Góis (2012), a condição de oprimido, imposta pela pobreza e reafirmada pelo opressor, funciona como couraça que modela sua estrutura psíquica e se instala como garantia de sobrevivência, e para isso, busca justificar a sua condição precária em forças muitas vezes sobrenaturais oriundas, talvez, do próprio querer e da vontade divina.

METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma abordagem qualitativa que se ancora na técnica de análise temática para identificar, analisar, interpretar e relatar categorias/temas referentes aos dados coletados que possam contemplar o problema de pesquisa. Essa técnica é bastante utilizada nas pesquisas qualitativas pela psicologia em virtude do seu caráter de análise dos fenômenos e da forma como estes se apresentam na vida cotidiana, fornecendo dados padronizados que podem ser organizados e discutidos de acordo com as categorias encontradas. A pesquisa ocorreu a partir da definição de tema e temática e o encontro de palavras que puderam ser verificadas por meio da plataforma de Descritores de Ciências da Saúde (DeCS). Com essa pesquisa obtive-se os descritores: determinantes sociais da saúde, pobreza, produção de saúde e saúde mental, que direcionaram a pesquisa de artigos indexados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Foram selecionados artigos compreendidos entre 2011 a 2020, com critérios de inclusão e exclusão definidos. A pesquisa é, em sua essência, exploratória descritiva, ou seja, busca explorar a temática e fornecer informações relevantes sobre o assunto, assim como descrever sobre o que se foi observado, registrado, ordenado e atualizado sobre os achados sem que o pesquisador interfira no que se revela na pesquisa. E por fim, destaca-se que a construção do trabalho encontra-se em consonância com a Norma Brasileira, NBR 6023/18 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual reúne um conjunto de dispositivos normativos com elementos

padronizados que direcionam a execução, a informação e a documentação de produções acadêmicas, entre essas o trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa bibliográfica possibilitou a seleção de 20 artigos que contemplaram as temáticas do estudo e que foram submetidos aos critérios de modo inclusivo e exclusivo definidos anteriormente, seguindo as etapas descritas no método. A partir da análise desses artigos, chegou-se três categorias de análise temática: (1) produção do conhecimento e concepções de pobreza; (2) determinantes socioculturais da pobreza e desigualdades na produção de saúde mental e (3) atuação da psicologia em contextos de pobreza. Os achados também apontam o fato de que as ciências psicológicas precisam elaborar novos conhecimentos que permitam ampliar o entendimento da pobreza nas suas dimensões psicossociais e atuar na ruptura dessa rede de manutenção do *status quo*. De igual modo compreende-se a partir dos resultados que a psicologia como um todo precisa se libertar das amarras individualizantes e ir além para compreender de fato que a pobreza está atrelada a questões sociais diversas, e com base nessa compreensão, buscar fortalecer e potencializar condições de libertação.

REFERÊNCIAS

BUSS, P. M. PELLEGRINI FILHO, A. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2005-2008, set. 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csp/a/4rwBHbDqtgcHDLFC3WSxZ9q/?lang=pt>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

DOMÍCIO, A. M. B. **No Rastro das Marias: Contribuições feministas para a psicologia comunitária latino-americana**. Curitiba: Appris, 2012.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

MOURA JR. J. F.; CIDADE, E. C. XIMENES, V. M. et al. Concepções de pobreza: Um convite à discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 341-352, dez. 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2014000200007>. Acesso em: 06 nov. 2021.

USP. **Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO) - 1946**. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em:

<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO DA MORAL INFANTIL

Ana Ranielle Maia¹ (Aluna concludente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, anaranielle15@gmail.com), Aline Maria Barbosa Domicio Sousa² (Orientadora e Professora Doutora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, alinedomicio@fvj.br)

RESUMO

A violência infantil é uma realidade preocupante para a sociedade atual, pois pode suscitar problemas de grande magnitude a crianças e adolescentes, além de consequências que se estendem à vida adulta. O objetivo deste estudo foi compreender as influências da violência psicológica na construção da moral infantil. É uma revisão da literatura com eixo qualitativo, exploratório e descritivo com análise temática dos artigos. As bases de dados foram: Scielo e PePSIC. A construção da moral no período da infância recebe fortes influências das situações vividas pela criança ao longo do desenvolvimento, destacando as consequências da violência psíquica presentes nos diferentes âmbitos, como: escola, ambiente intrafamiliar, nas relações sociais, entre outros. O psicólogo torna-se protagonista na resolução de problemáticas que envolvam a (des) moralidade da criança, analisando sua subjetividade, criando estratégias e planos terapêuticos voltados para o restabelecimento dos ideais e comportamentos saudáveis.

Palavras-chave: Maus-tratos Infantis. Desenvolvimento Moral. Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A violação dos direitos da criança e sua exposição a diversas formas de violência é um grave problema enfrentado historicamente a nível mundial. Tratando-se especialmente da violência psicológica, ela manifesta-se na depreciação da criança ou do adolescente, por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua autoestima, fazendo com que acredite ser inferior aos demais, sem valor, causando-lhe grande sofrimento mental e afetivo, gerando profundos sentimentos de culpa e mágoa, insegurança, além de uma representação negativa de si mesmo, que podem acompanhá-lo por toda a vida. A violência psicológica pode se apresentar ainda como atitude de rejeição ou de abandono afetivo; de uma maneira ou de outra, provoca profundo sofrimento afetivo às suas vítimas, dominando-as pelo sentimento de menos valia, não merecimento, dificultando o processo de construção da identificação e deste modo influenciando a sua construção moral, ocasionando ainda distúrbios somáticos, psíquicos e sociais. O problema principal do estudo foi realizar uma reflexão partindo do princípio de que muitas vezes a criança é afetada por presenciar dentro de casa a violência psicológica sofrida pelos que convivem com a mesma, ou até mesmo sofrida por ela podendo desencadear danos psicológicos ou alterações na sua moral futuramente. A influência da violência na construção da moral da criança levou-nos a aprofundar as leituras e apresentar suposições de como as aquisições de valores sociais e culturais podem interferir na construção da moralidade, além de entender como a violência pode influenciar na vida das crianças. De acordo com o livro de Piaget “juízo moral na criança”. Ele utiliza de análises das regras do jogo social na medida em que toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras (PIAGET, 1994).

MARCO TEÓRICO

Baseando-se no livro de Piaget (*O Juízo Moral da Criança*) de 1994, ele fala que as fases que a criança vai passar ao longo da vida e os fatores que ela é densamente influenciada ao ambiente vivenciado no decorrer de sua vida, auxiliando-o no desenvolvimento afetivo, intelectual e social, num processo de construção do seu próprio conhecimento, moral, e também ao respeito mútuo e reciprocidade. Piaget vai defender, e provar, é que, longe de a moralidade infantil resumir-se a uma interiorização passiva de valores, dos princípios e das regras, ela é o produto de construções endógenas, ou seja, o produto de uma atividade da criança que, em contato com o meio social, ressignificar os valores, os princípios e as regras que lhe são apresentadas. Tal ressignificação possui características que dependem de estruturas mentais já construídas (LOPES, 2019). Dentre os conceitos abrangentes, Piaget (1994) descreve que as crianças têm influências dos adultos diretamente desde pequenas, sendo, portanto estimuladas por convívio a várias disciplinas, não possuindo entendimento a respeito das regras, necessitando assim, do ponto de vista e das ideias e referências do adulto em questão. Por fim, de acordo com Piaget (1977), a fonte da moralidade infantil é dupla. De um lado, estão as normas dos adultos, as quais a criança cumpre por respeito à autoridade e não por compreendê-las. Com o tempo, as normas são ajuizadas, evidenciando-se a dúvida.

MÉTODO

Este estudo designou-se como sendo uma revisão da literatura com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de Agosto de 2021 através das seguintes bases de dados: *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e *PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia)*. Foram utilizados para a busca, os seguintes descritores: *Maus-tratos infantis, Desenvolvimento moral e Saúde Mental*. Estes foram usados isoladamente nas bases de dados. Então foram encontrados 20 artigos, selecionando assim de acordo com critérios de inclusão e exclusão. As publicações foram explicitadas de modo organizado e condensado através da construção de quadros distribuídos com as seguintes peças: artigos, autores do estudo, título, número de sujeitos, ano de publicação, buscando contemplar os itens de identificação do artigo e periódico de publicação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados desta revisão foram 20 artigos selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos dispostos nas bases de dados SCIELO e PePSIC. Os 20 artigos que compuseram esta revisão foram publicados nos seguintes anos: 2011 (n = 02), 2012 (n = 01), 2013 (n = 06), 2014 (n = 02), 2016 (n = 03), 2017 (n = 01), 2019 (n = 04) e 2021 (n = 01). Quanto à base de dados, a predominância se deu na SciELO (n=11/55%), os demais na PEPSIC (n = 09/45%). Em relação ao tipo de estudo, ocorreu predomínio dos estudos qualitativos (n = 12/60%). Os demais foram: estudos quantitativos (n = 03/15%), cartografia (n = 01/5%), estudo teórico (n = 01/5%), relato de experiência (n = 01/5%), método clínico (n = 01/5%) e pesquisa-ação (n = 01/5%). A partir das publicações encontradas foram construídas duas categorias temáticas: 1 – Formação da Moral na Infância e os Fatores de Desenvolvimento; 2 – Violência Psicológica Infantil e a Moral. Conclui-se que o psicólogo torna-se protagonista na resolução de problemáticas que envolvam a construção moral da criança, analisando sua subjetividade, particularidades, hábitos disfuncionais e através disso cria estratégias e planos terapêuticos voltados para o restabelecimento dos ideais e comportamentos saudáveis. Algumas limitações metodológicas do presente estudo devem, todavia, ser tomadas em conta. Embora se tenha encontrado um número expressivo de artigos, sobretudo envolvendo moral, personalidade e violência psicológica, mostra-se importante a realização de estudos mais atuais sobre as

implicações que as práticas de violência psicológica exercem sobre a idealização moral do indivíduo na fase da infância. De todo modo, novas pesquisas irão estabelecer novos pontos concordantes ou discordantes sobre o assunto escolhido.

REFERÊNCIAS

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Summus Editorial. São Paulo/SP, 1994.

Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jGH_amDeFM0C&oi=fnd&pg=PA3&dq=Piaget+(O+Ju%C3%ADzo+Moral+d)

[BR&lr=&id=jGH_amDeFM0C&oi=fnd&pg=PA3&dq=Piaget+\(O+Ju%C3%ADzo+Moral+d](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jGH_amDeFM0C&oi=fnd&pg=PA3&dq=Piaget+(O+Ju%C3%ADzo+Moral+d)
[a+Crian%C3%A7a\)+de+1994&ots=PJpM2GYhFZ&sig=iv_5_42u](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jGH_amDeFM0C&oi=fnd&pg=PA3&dq=Piaget+(O+Ju%C3%ADzo+Moral+d). Acesso em: 01 Agos. 2021 às 15h17.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral da criança**. Mestre Jou. São Paulo, 1977. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/309/62>. Acesso em: 01 Agos. 2021 às 15h21.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Martins Fontes. Edição 07. São Paulo/SP, 1999. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1225>. Acesso em: 01 Agos. 2021 às 15h48.

MARTINS, Maria de Fátima Moreira. **Estudos de revisão da literatura**. Repositório Institucional da FioCruz. Curso de acesso à informação científica e tecnológica em saúde, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29213>. Acesso em: 01 Agos. 2021 às 12h00.

ABRANCHES, Cecy Dunshee; ASSIS, Simone Gonçalves. A invisibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 843 – 854, mai/2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/NK6yYNGyW5QxfWKYcNcV7pq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 Agos. 2021 às 14h06.

O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

Ana Livia dos Santos Silva (aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: ana.livia@fvj.br); Orientadora: **Jaqueline Sobreira Rodrigues** (professora do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: caroline.sousa@fvj.br).

RESUMO

O objetivo da vigente pesquisa busca investigar os aspectos relacionados ao plantão psicológico no período da pandemia do COVID-19. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura narrativa por meio das plataformas de base Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os seguintes descritores barra a busca de estudos: “Covid-19”, “Pandemia” e “Plantão psicológico”. O estudo aborda assim, sobre as contribuições do plantão psicológico durante o isolamento ocasionado pelo contexto da pandemia. Compreende-se que o ser humano é um indivíduo sociável, e por essa razão passou a sofrer por causa da necessidade de se afastar do contexto social, passando a exercer até mesmo suas funções empregatícias em seus lares. Esse contexto permitiu que diversos sujeitos desenvolvessem demandas de depressão e ansiedade

Palavras-chave: Saúde mental. Pandemia. Plantão Psicológico

INTRODUÇÃO

A sociedade tem vivenciado momentos devidamente intensos e de incertezas. Em se tratando do Brasil, especificamente, há crises políticas e sociais, as quais tem culminado em problemas na saúde, educação, mas mais ainda no campo empregatício. Compreende-se que muitas empresas faliram nesse processo e que diversas pessoas tiveram que adaptar seus negócios para não sofrer a mesma problemática (ANDION, 2020). Somado à isso, em 2019, eclodiu no mundo a pandemia do COVID-19, uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Esse cenário se agravou, levando diversas famílias a falta do alimento na mesa e culminando em diversos transtornos psíquicos, tanto em adultos quanto em crianças (RIBEIRO *et al.*, 2020). Dessa maneira, a problemática do estudo relaciona-se a entender: como o plantão psicológico contribui em situações de crises tais quais como a pandemia do COVID-19? Sendo assim, o objetivo geral do estudo é investigar os aspectos relacionados ao plantão psicológico no período da pandemia do COVID-19. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: (a) apresentar papel do psicólogo frente às demandas no período da COVID-19; (b) discorrer queixas e desafios relacionados à pandemia da COVID-19; e O plantão psicológico no período da COVID-19; e (c) descrever as características do plantão psicológico no período da COVID-19.

MARCO TEÓRICO

É possível enfatizar como o plantão psicológico tem sido relevante no momento vivenciado pela sociedade. Essa modalidade de atendimento permite que o sujeito, em situação elevada de estresse, consiga encontrar saídas para seus problemas, de forma rápida e intensa, levando em consideração os recursos que a mesma já detém (RISCZIK; STRASSBURG; FERNANDES, 2018). Cabe saber, aqui, que se trata de um atendimento voltado para qualquer pessoa, sem discriminação de faixa etária, uma vez que a dificuldade do sujeito que busca esse atendimento, pode estar voltada a diversos cenários, tais como relação social, problemas de trabalho, sua saúde ou mesmo questões emocionais (FURIGO *et al.*, 2008). Conforme apontam Rebouças e Dutra (2010), o plantão psicológico apresenta-se como modalidade e atendimento que compreende acolhimento, por meio do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), este conhecido por ser propagação do Instituto

de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) no ano de 1969. Esse tipo de atendimento não se direciona apenas ao aspecto técnico, mas também humanista, já que o profissional tende a se colocar no lugar do paciente para entender seu sofrimento (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura narrativa, a qual se refere, que se trata de uma investigação mais profunda e com riqueza de detalhes. Como é possível identificar, a revisão é completa, pois compreende passo a passo do estudo. No caso do primeiro passo citado, compreende-se a pergunta de pesquisa, que no caso do estudo vigente está relacionado a entender: como o plantão psicológico contribui em situações de crises tais quais como a pandemia do COVID-19? Posteriormente, realizou-se os demais processos do estudo, que se atrelaram a seleção dos artigos que foram usados, identificação da qualidade da metodologia das pesquisas, redação e publicação dos resultados. Alguns critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para se chegar a amostra desejada. Os de inclusão foram: ser escrito em língua vernácula ou Inglês; ser apresentado na íntegra, estar na temporalidade de 2010 a 2021 e responder ao problema de pesquisa. Com relação aos de exclusão, compreendeu-se arquivos escritos em língua estrangeira, que não seja inglês, arquivos duplicados e que estejam disponíveis pela metade. Seguindo-os, obteve-se como *corpus* da pesquisa, o total de 10 estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde realizou a publicação de um glossário. Nele havia a definição de desastre, o qual seria um prejuízo na atuação de uma sociedade que foi abalada por um acontecimento de alto risco, e este afeta diretamente a população. Acarreta-se em vulnerabilidades e perdas, sejam elas materiais, pessoais, ambientais, etc. Quando um profissional da psicologia atende a situações de emergências precisa ser rápido e dinâmico, a fim de conseguir desenvolver corretamente o enfrentamento necessário ao paciente que aguardar atendimento. De acordo com os autores quando ocorrem catástrofes existe um protocolo a ser seguido, e portanto, deve ser considerado devidamente, visando sempre flexibilidade, frente as ameaças que o contexto apresenta. Como supracitado, é preciso considerar que os prejuízos também foram psicológicos. Esta é grande consequência dos acontecimentos atuais, e isso acontece, pois, os sujeitos estão em situações frágeis, o que causa uma grande instabilidade das emoções, podendo se desenvolver diferentes transtornos. A psicologia é importante dentro das discussões acerca das situações de emergência, pois fomenta uma procura para promover, à sociedade, intervenções que circundem os sujeitos que são afetados por uma crise. Com o objetivo de fazer com que os mesmos não sejam drasticamente impactados, o resultado disso é a diminuição da ansiedade. Nesse sentido, os psicólogos não se limitam apenas no que ocorre após o desastre, ele também possui enfoque nas intervenções do antes, no momento e depois que ocorre o acontecimento.

CONCLUSÕES

O objetivo da presente pesquisa foi investigar os aspectos relacionados ao plantão psicológico no período da pandemia do COVID-19. Compreende-se que os objetivos do estudo foram alcançados, já que fica evidente que o plantão psicológico contribui em situações de crise, na qual se há a necessidade de um atendimento urgente para minimizar suas angústias, depressão e/ou ansiedade por causa das demandas e do distanciamento social relacionados à pandemia. Foca-se, então, em contribuir para que os pacientes encontrem soluções para os problemas que identificam na sua vida. Entre as maiores queixas enfrentadas as pessoas que buscam o plantão psicológico relatam também sobre o medo de adoecerem e virem a óbito por causa da doença do COVID-19. Além disso, há também a presença de queixas pelos sujeitos referentes ao medo de perder os empregos, e, portanto, a ânsia em ser o melhor do ramo. Ademais, a questão do isolamento, a falta de contato com pais, amigos e demais meios, tem feito com que o distanciamento não aconteça apenas

fisicamente, mas também mentalmente, já que as pessoas se dizem cansadas.

REFERÊNCIAS

- ANDION, Carolina. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 936-951, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hYrKjNjjbcJWKjKn35KBwtN/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- FURIGO, Regina Célia Paganini Lourenço *et al.* Plantão psicológico: uma prática que se consolida. **Boletim de Psicologia**, v. 58, n. 129, p. 185-192, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200006. Acesso em: 25 nov. 2021.
- REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 16, n. 1, p. 19-28, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004. Acesso em: 10 out. 2021.
- RISCZIK, Jussane Alexandre; STRASSBURG, Samara Cecilia Bolico; FERNANDES, Alessandra Vieira. Reflexões sobre o plantão de atendimento psicológico a partir da caracterização de usuários/as e demandas. **Revista Em Extensão**, v. 18, n. 2, p. 03-18, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/48365/27927>. Acesso em: 15 set. 2021.
- RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

ANÁLISE DO USO DE APLICATIVOS EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Ana Clara Lima Portela Silva¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em Aracati-CE. E-mail: clara.portela@fvj.br) **Mayra Serley Barreto de Oliveira**² (Orientadora do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em Aracati-/CE. E-mail: mayra.serley@fvj.br)

RESUMO

O desenvolvimento infantil acontece a partir da interação com a realidade cultural, social e natural, somado ao conhecimento de mundo entendendo as particularidades da criança, que proporciona experiências que possibilitam a construção do conhecimento. As crianças estão cada vez mais conectadas com as novas tecnologias, sugerindo infinitas possibilidades e oportunidades na educação e aprendizado infantil, e os aplicativos educacionais podem interferir nesse processo como uma nova maneira de aprender. A tecnologia oferece mais dinamicidade, permite interação entre os mecanismos tradicionais e os inovadores. O presente estudo tem como objetivo geral analisar como o uso de aplicativos educacionais interfere, nesse sentido, no processo de desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Aplicativos Educacionais. Desenvolvimento Infantil. Tecnologias.

1 INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia tornou-se uma realidade na vida das pessoas, o acesso e o uso dela contribui para infinitas transformações na sociedade contemporânea, o progresso da tecnologia se faz presente cada vez mais. As tecnologias são recursos, suportes e ferramentas necessárias para o desenvolvimento humano, extraordinárias e cada vez mais indispensáveis (LIMA; SILVA, ARAÚJO, 2013). À medida que a tecnologia se desenvolve faz parte da rotina das pessoas e, assim há necessidade de buscar técnicas mais sofisticadas para acompanhar o processo de desenvolvimento infantil. Considerando que diversão, educação, socialização e comunicação deveriam ser os assuntos formadores de uma infância saudável, ainda assim, com a evolução tecnológica e de inovação, “torna-se cada vez mais difícil não migrar a infância como conhecia para a “Infância do futuro” quase toda (ou toda) automatizada e individualista” (BEHENCK; CUNHA, 2013, p.195). Nessa perspectiva, a presente pesquisa traz como problemática, como os aplicativos educacionais podem contribuir no processo de desenvolvimento infantil? Justifica-se a realização desse estudo, por ser de extrema relevância a existência de estudos com esse assunto, sendo interessante aproveitar as habilidades que as crianças desta nova geração apresentam, como a predileção por celulares, computadores, *tablets*, jogos, entre outros dispositivos a favor da sua interação, para concretizar atividades que promovam o avanço do desenvolvimento infantil.

MARCO TEÓRICO

O Desenvolvimento Infantil (DI) é processo fundamental do desenvolvimento humano, evidenciando-se que, nos primeiros anos, é formada e adaptada a arquitetura cerebral, como consequência da interação entre herança genética e influências do meio em que a criança vive (SOUZA, 2015). Para Piaget que escolhe estudar a gênese do conhecimento centrado na ação do sujeito, ou de como se dá o

desenvolvimento, de sua inteligência, essa última entendida não como a faculdade de saber, mas como um conjunto de estruturas mentais transitórias adaptadas – "toda inteligência é uma adaptação" (PIAGET, 1982, p. 162). O desenvolvimento "é um processo que diz respeito à totalidade das estruturas de conhecimento" Piaget considera que o desenvolvimento é o processo essencial que oferece apoio para cada nova experiência de aprendizagem. O autor analisou o desenvolvimento em grandes estádios ou períodos que seguem uma ordem sucessiva e não somente cronológica, relacionado a experiência do indivíduo e não somente de sua maturação ou do meio social (CACICCHIA, 2010). Esse continuado processo de desenvolvimento acontece através do restabelecimento do equilíbrio entre a estrutura prévia e a ação do meio, sendo que essas estruturas se sucedem de forma que cada uma assegura um equilíbrio mais estável do que o anterior, em direção a uma estrutura mais compreensiva. Vygotsky (1896-1934) é um dos principais autores da Psicologia do Desenvolvimento construiu sua teoria de desenvolvimento infantil baseando-se na concepção de ser humano e realidade. Em sua teoria sociocultural percebia o indivíduo como um ser atuante e dinâmico, capaz de interagir socialmente. Wallon argumenta que as trocas relacionais da criança com os outros são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa. O uso de aplicativos educacionais tem crescido e tornado acessível o espaço para o *mobile learning*, termo utilizado nos estudos de investigação que relacionam mobilidade, aprendizagem e tecnologias móveis e tem sido vista como meios favoráveis ao desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, do tipo exploratória, contendo uma revisão integrativa. Em busca da evidência foi desenvolvida de forma qualitativa, possibilitando aprofundar os conhecimentos sobre o que foi pesquisado, fazendo um reforço e fortalecendo a visão da pesquisadora. Em relação ao método utilizado foi baseado em um delineamento qualitativo, de cunho exploratório e bibliográfico contendo uma revisão integrativa de literatura. As fontes utilizadas foram artigos científicos e dissertações na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Google Acadêmico, livros e revistas especializadas e dados escritos sobre o tema.

RESULTADOS

A cada instante, novas ferramentas são desenvolvidas com o propósito de facilitar a prática e para que as atividades sejam feitas com mais praticidade e rapidez. Para as crianças, a tecnologia já se inclui na rotina do seu cotidiano, sobretudo em casa e nos momentos de lazer. Os aplicativos educativos podem ser um instrumento que contribui para uma aprendizagem de qualidade, que ajudam e facilitam o desenvolvimento cognitivo e não somente como uma forma de divertimento (GOMES, 2017). Piaget coloca como um dos principais aspectos do conhecimento a interação do aluno com o objeto de conhecimento, dando ênfase ao aspecto da construção e reconstrução do conhecimento como produto dessa interação, em que o meio modifica o indivíduo e o indivíduo modifica o meio. As principais concepções da teoria de Vygotsky e Piaget, leva a compreensão da possibilidade de tecnologias voltadas no sentido de apoio do desenvolvimento infantil e na aprendizagem na construção gradual do conhecimento, pondo estímulos graduais com relação ao objeto de estudo também tecnologias de auxílio para oferecer indicadores sobre o desenvolvimento das estruturas mentais do aluno com relação ao objeto de aprendizagem, a teoria cognitivista de Piaget fundamenta essa ideia. Vygotsky, atenta para a contribuição de tecnologias que

incentivem e proporcionem a interação entre as crianças que aprendem sobre o mesmo conteúdo com base no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Tomando como base as premissas de Piaget, Vygotsky e Wallon, pressupõem-se que os aplicativos educacionais podem contribuir no processo de desenvolvimento infantil, como facilitador do aprendizado, porque as crianças vão ter contato com o concreto, e ainda a forma de chamar atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de dispositivos tecnológicos tem trazido à cultura humana grandes mudanças comportamentais rompendo os limites de tempo e espaço, podendo a aprendizagem dar-se a qualquer hora e em qualquer lugar, dinamizando e otimizando todo o processo educacional. Os aplicativos como recursos tecnológicos desempenham papéis cada vez mais relevantes na vida da sociedade, como elementos efetivos dos processos de produção, reprodução e transmissão de cultura contemporânea. Compreende-se que quando a criança utiliza os aplicativos educativos ela interage com o mundo de diversidade cibernética, e assim tem acesso a um número de possibilidades e novos jeitos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. Espera-se que esse tema seja aprofundado através de outros trabalhos visto que, a cada dia surgem inovações tecnológicas, e que muitas delas podem ser utilizadas para contribuir no processo de desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

- BEHENCK, Viviane Pereira, CUNHA, Marion Machado. **A influência das mídias digitais na educação infantil**. Revista Eventos Pedagógicos v.4, n.1, p. 192-201, março. - jul. 2013.
- CAVICCHIA, D. de C. **O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida**. Univesp. Unesp. São Paulo - SP. Objetos Educacionais Unesp Textos - OE, 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/224>.> Acesso em: 12/10/2021.
- GOMES, J. A. **Utilização de aplicativos educacionais como recurso didático pedagógico durante os processos de alfabetização e letramento**. Curso de Especialização em Linguagens e Tecnologias em Educação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo, em 2017.
- LIMA, F. R; SILVA, J. da; ARAUJO, J. D'arc S. A. de. **Concepção do professor sobre as tecnologias da educação e a sua contribuição para a construção de competências na gestão da sala de aula**. 2013.
- SOUZA, J. M de. **Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito**. Rev. Latino-Am. Enfermagem nov.-dez. 2015;23(6): www.eerp.usp.br/rlae
- PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. R.J. e SP, Companhia Editora Forense, 1982.

Centro de Humanidades

Direito

Serviço Social

Direito

A Relativização dos Contratos Individuais de Trabalho e a Manutenção do Emprego em Tempos de Pandemia (COVID-19)

Yasmim Ribeiro Laurindo (aluna do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ email:yasmim.laurindo@fvj.br); Orientadora: **Natallie Alves de Almeida** (Professora-mestre do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: natallie.almeida@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo buscar analisar os aspectos que envolvem os contratos de trabalho em um contexto excepcional de pandemia COVID-19. Nesse sentido, analisando sob o prisma do direito do trabalho, e de que forma as empresas, microempresas e empresas de pequeno porte foram diretamente afetadas com a pandemia, o que causou impactos diretamente nas relações de trabalho. Desse modo, levando o governo a publicar as medidas provisórias 927/20 e 936/20 como programa emergencial para o enfrentamento da pandemia COVID-19, o que gerou discussões acerca da inconstitucionalidade de alguns artigos contidos nas medidas provisórias. Principalmente o artigo 7º da MP 936/20 que permitia redução proporcional de jornada de trabalho e de salário. Assim, ocasionando embate doutrinário sobre sua aplicabilidade e flexibilização de direitos trabalhistas que estavam sendo relativizados pelas medidas provisórias. Nesse viés, ocasionando conflitos entre princípios, qual destes se aplicaria ao caso concreto a luz da razoabilidade e da proporcionalidade. Pois de um lado estava o princípio da função social da empresa e de outro o princípio da proteção ao trabalhador. Haja vista, o estado de calamidade pública em que o país se encontrava, diante de uma situação atípica em que o setor trabalhista foi um dos mais atingidos e que gerou reflexos principalmente na taxa de desemprego do país. Nesse prisma, as empresas sofrendo os impactos com o fechamento dos comércios e os trabalhadores vendo seus direitos sendo relativizados por conta da situação excepcional do país, levou a matéria acerca da flexibilização dos direitos trabalhistas a ser objeto de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, este analisando e decidindo sobre a referida matéria, o que será abordado ao longo do presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVES: Pandemia COVID-19. Flexibilização. Empresas. Medida Provisória. Estado excepcional. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A Pandemia COVID-19 afetou o mundo todo, impactando não só a rotina e o dia a dia das pessoas como também a economia mundial. Desse modo, a presente monografia tem como objetivo abordar os aspectos e discussões acerca dos contratos de trabalho e a relativização dos direitos trabalhistas em tempos de COVID-19. Nesse sentido, será analisado ao longo deste trabalho as discussões no âmbito jurídico relacionados a direitos e garantias constitucionais previstos na constituição. Bem como a situação das empresas frente à crise mundial causada pela COVID-19.

Desse modo, a presente monografia tem como objetivo específico apresentar o contexto da pandemia- COVID-19, e os impactos causados em decorrência dela no mercado e nas relações de trabalho, bem como a forma como a pandemia afetou as empresas e as alternativa para a preservação dos contratos de trabalho, e por fim, analisar as medidas adotados pelo governo

federal em relação a redução da jornada de trabalho e de salário, e as discussões sobre sua (in)constitucionalidade. Assim, alguns doutrinadores defendiam sua aplicabilidade em decorrência do cenário atípico, outros a inconstitucionalidade por conta da relativização dos direitos trabalhistas.

Nesse viés, no dia 22 de março de 2020 o Governo Federal publicou a medida provisória N° 927/20 trazendo alternativas para o setor trabalhistas diante da decretação do estado de calamidade pública, assim os empregadores poderiam aplicar no contrato de trabalho alternativas contidas na medida provisória, como teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento de antecipação de feriados, banco de horas, entre outras opções de alteração contratual para o empregador negociar com o empregado para a manutenção do contrato de trabalho.

Nesse contexto, além da MP 927/20 o governo também publicou no dia 1 de abril de 2020 a MP 936/20 contendo medidas trabalhistas para a manutenção do emprego e da renda, possibilitando algumas opções para aplicação nos contratos de trabalho, dentre elas a suspensão temporária dos contratos de trabalho e a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, o que gerou muitos questionamentos no âmbito jurídico, referentes à inconstitucionalidade de alguns dispositivos da MP 936/20, pois violava norma constitucional, como por exemplo o artigo 7° da MP 936/20 que como já mencionado possibilita a redução salarial mediante acordo individual, o que contraria o artigo 7°, VI, da Constituição federal que diz que a redução salarial deve ser por meio de negociação coletiva.

Diante disto, a discussão sobre a aplicabilidade do dispositivo da medida provisória e a relativização dos direitos trabalhista na relação contratual e no contexto da pandemia, acabou levando o Supremo Tribunal Federal a analisar a matéria que foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade, analisando a respeito da sua aplicabilidade ou não da medida contida na MP 936/20. Por fim, a metodologia utilizada no presente trabalho, foram estudos bibliográficos, doutrina, leis primárias, para analisar os aspectos da relativização nos contratos de trabalho, a situação das empresas e a decisão do STF acerca dos dispositivos da MP 936/20.

MARCO TEÓRICO

A presente monografia teve como fundamentação teórica alguns autores como: ALEXY (2015), BARROSO (2020), DELGADO (2019), CASSAR (2020), COELHO (2012), com o objetivo de enriquecer e fundamentar o trabalho. Desse modo, além das pesquisas bibliográficas citadas, analisou-se também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do tema, e principalmente as fontes primárias como a Constituição Federal e as MP'S 937/20 e 936/20.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho foram, a pesquisa bibliográfica, bem como fontes primárias como a Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas, as medidas provisórias 927/20 e 936/20, e fontes secundárias, como doutrinas, artigos, dados acerca do tema, sites oficiais relacionados a temática discutida na pesquisa. E por fim, a jurisprudência recente acerca do tema, abordando seus aspectos, bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado ao tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou analisar, diante do contexto da pandemia- COVID-19 os aspectos que envolviam as relações de trabalho, bem como os questionamentos surgidos em relação à

inconstitucionalidade de medidas provisórias publicadas pelo governo federal para amenizar os impactos nas relações de trabalho. Assim, abordando questionamentos acerca da situação das empresas e o direito do trabalho, as relações contratuais entre empregado e empregador em situações atípicas como a decretação do estado de calamidade pública em decorrência da COVID-19. Desse modo, diante da situação dos contratos de trabalho, e do contexto em que o país vivenciava o poder executivo federal publicou as medidas provisórias 927/20 e 936/20 visando diminuir os impactos ocasionados nas relações de trabalho, devido às medidas restritivas para a contenção do vírus.

Nesse sentido, alguns artigos dessas medidas acabaram gerando questionamentos sobre sua inconstitucionalidade, como por exemplo, o artigo 7º da MP 936/20 que admitia a redução salarial mediante acordo individual, o que contraria norma prevista na Constituição Federal de 1988, que menciona que só pode haver redução salarial se for mediante negociação coletiva, assim observando que o dispositivo da medida provisória não estava em consonância com o texto constitucional. Porém, diante do estado de calamidade alguns autores defendiam que seria viável a aplicabilidade do dispositivo sob a justificativa do estado de excepcionalidade, e as situações das empresas e dos contratos de trabalho que foram diretamente afetados.

Assim, diante das discussões acerca da aplicabilidade do dispositivo nos contratos de trabalho, a referida norma acabou sendo objeto de controle de constitucionalidade, partido político Rede Sustentabilidade ajuizou ação direta de inconstitucionalidade em relação a vários dispositivos das MP 936/20 dentre eles o artigo 7º, que como já mencionado gerou várias discussões sobre sua inconstitucionalidade, e alguns defendiam sua aplicabilidade devido ao estado excepcional, embora versasse sobre matéria trabalhista que estaria sendo relativizada, além da não observância dos princípios trabalhistas como o da inalterabilidade contratual lesiva, não podendo o empregador alterar o contrato para prejudicar o empregado.

Nesse viés, no julgamento da ADI 6363 proposta pelo partido Rede Sustentabilidade percebeu-se que o Supremo Tribunal Federal, acabou relativizando norma constitucional e permitindo a aplicabilidade da redução salarial por meio de acordo individual, devendo ser comunicado ao sindicato. Desse modo, sendo perceptível a clara flexibilização do texto da Constituição Federal de 1988. Portanto, visando à segurança jurídica nos contratos de trabalho, a mais alta corte do país, permitiu que diante de um contexto tão complexo, fosse flexibilizada norma da lei maior do país.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2015. 669 p. Tradução de: Virgílio Afonso da Silva.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de DIREITO CONSTITUCIONAL Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. **CURSO DE DIREITO DO TRABALHO**. 18. ed. São Paulo: Ltr, 2019. 1773 p.

CASSAR, Vólia Bomfim. COMENTÁRIOS Á MEDIDA PROVISÓRIA 936/20. **Academia Brasileira de Direito do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-23, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://andf.org.br/wp-content/uploads/2021/04/COMENTA%CC%81RIOS-A%CC%80-MEDIDA-PROVISO%CC%81RIA-936-20.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**: direito de empresa. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 v.

OS EFEITOS CAUSADOS PELA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Victória Fonseca Régis¹ (Aluna do Curso de Direito – código: 60 - da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: victoriafonsecaregis@gmail.com). Orientadora² (Prof. Ms. Jackeline Ribeiro e Sousa, professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: jackeline.ribeiro@fvj.br)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso da Graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) está inserido na área de Direito Penal, e adere à linha de pesquisa em Criminologia Social. O estudo tem o objetivo de analisar os efeitos causados pela aplicação das medidas protetivas, no combate à violência doméstica. A análise realizada sobre a eficácia da Lei Maria da Penha foi desenvolvida por meio de doutrinas, jurisprudência e obras literárias sobre o tema. Busca-se a identificação do agressor e vítima, bem como a determinação do espaço doméstico, da entidade familiar e quais são os tipos que envolvem a violência doméstica e familiar. O estudo apresenta a natureza das medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha, tal como o procedimento adotado para aplicação e o prazo de duração, conforme a legislação e entendimentos existentes dos Tribunais de Justiça brasileiros. Aborda as consequências que os agressores podem sofrerem quando descumprirem as medidas cautelares impostas pelo poder judiciário, em favor das vítimas. Além disso, a investigação sobre os efeitos que a pandemia do COVID-19 trouxe na aplicação das medidas protetivas. O trabalho também verifica a aplicação das medidas protetivas para diminuir o número de casos de violência doméstica e familiar. Por fim, é apresentada a pesquisa bibliográfica que serviu como base da construção da pesquisa.

Palavras-chave: Violência doméstica. Vítima. Agressor. Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda quais são os efeitos causados pela aplicação das medidas protetivas de urgência, que estão previstas na Lei Maria da Penha,

no combate da violência doméstica e familiar. Assim, a definição dos principais conceitos envolvendo a lei, como a vítima, o agressor, o âmbito doméstico, os tipos de violência na esfera familiar, são fatores importantes para compreender a aplicabilidade da Lei nº 11.340/06. O presente trabalho portanto visa responder ao seguinte questionamento: A Lei 11.340/06 possui eficácia no que tange às medidas protetivas de urgência por ela estabelecida? Neste trabalho conta com objetivo geral a análise dos efeitos advindos da aplicabilidade das medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha no combate a violência doméstica e familiar. No primeiro capítulo trabalha as noções fundamentais para entender em qual situação a Lei Maria da Penha vai ser utilizada. No segundo capítulo aborda as medidas protetivas de urgência, tal como sua aplicabilidade no ordenamento jurídico, identificando a natureza cível e criminal que está positivado na lei, analisando o procedimento adequado para implantação das medidas. No terceiro capítulo apresenta uma análise em relação aos entendimentos adotados pelos Tribunais de Justiça brasileiros sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência no combate a violência doméstica. A metodologia utilizada neste trabalho é descritivo-analítica, com base na pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Assim, o estudo desenvolvido possibilitou analisar a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: BALZ (2015), BOND (2020), DIAS (2012), FEITOZA (2009), LEI MARIA DA PENHA (2006), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, apresentando as discussões conceituais, principiológicas, jurisprudencial e estatísticos sobre o tema pesquisado.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é descritivo-analítica, com base na pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Desta forma é utilizado outras literaturas existentes envolvendo a Lei Maria da Penha e sua eficácia no combate da violência no domínio familiar. Assim, o estudo desenvolvido possibilitou analisar a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, o presente trabalho de conclusão de curso buscou responder ao questionamento acerca dos efeitos causados pela aplicação das medidas protetivas de urgência, que estão previstas na Lei Maria da Penha, no combate da violência doméstica e familiar. Verificou-se, que o Estado ao sancionar a Lei nº 11.340/06 teve como finalidade de resolver o problema da violência doméstica, que demonstra ser um reflexo da sociedade, tal como possui influência da cultura e do contexto histórico em que está inserida. Assim, o Estado proporcionou a proteção em face da vítima e manteve a integridade da entidade familiar, conforme previsão da Constituição Federal. A pesquisa mostrou que o preenchimento dos requisitos para adoção das medidas cautelares, determina o procedimento usado para encaminhamento da vítima e seus familiares a órgãos especializados. O presente trabalho mostrou que a implantação das medidas protetivas de caráter urgente, configura uma alteração no contexto familiar visto que obriga o agressor se afastar do lar, bem como manter distância da vítima e seus familiares. Os efeitos causados pelas medidas abrange também a proibição do agressor frequentar lugares determinados pelo Poder Judiciário. O estudo desenvolvido identificou que os efeitos causados pela aplicação das medidas protetivas também engloba o patrimônio da ofendida. Deste modo o agressor é proibido de destruir os bens da vítima, bem como é responsável pela restituição aos prejuízos causados. Ademais, verificou-se que o pode ocorrer a suspensão da posse ou restrição do porte de arma do agressor. Outrossim, verificou-se que a eficácia ocorre na manutenção das medidas protetivas independente da tramitação do processo contra o agressor. As medidas de natureza cível produzem efeitos no momento da aplicação, independente do segmento do processo. Vale ressaltar que as medidas protetivas são autônomas, portanto seus efeitos duram enquanto a vítima precisar de proteção. Portanto, para que os efeitos causados pelas medidas protetivas de urgência ocorra de maneira adequada, é preciso que o Poder Judiciário trabalhe junto com a vítima. Pois, a notificação sobre o cumprimento das medidas importas auxiliam na manutenção.

REFERÊNCIAS

BALZ, Débora Fernanda. A Lei Maria da Penha e a ineficácia das medidas protetivas. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito objetivando a aprovação no componente curricular Trabalho de Curso - TC. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa. 2015. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3514>. Acesso em: 06/11/2021.

BOND, Letycia. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia. Agência Brasil. São Paulo, 01 de junho de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 07/11/2021.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28/08/2021.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 3º edição. São Paulo: RT, 2012.

FEITOZA, Denílson. **Direito Processual Penal, Teoria, Crítica e Práxis**. 6ª edição. Niterói: Impetus, 2009.

REPERCUSSÃO JURÍDICA SUCESSÓRIA DA UNIÃO ESTÁVEL E SUAS DIFERENÇAS PARA O CASAMENTO.

Vicente Relton Araújo Viana¹ (Aluno do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: relton.viana@hotmail.com), Débora Tomé de Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: debora.tome@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a analisar a repercussão das diferenças sucessórias entre o casamento e união estável, abordando a evolução sucessória da união estável para o casamento, explorando os elementos da sucessão no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como ponto de partida a abrangência do artigo 226, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988 e a análise da respeitável decisão proferida pelo STF na equiparação dos institutos casamento e união estável na esfera sucessória, bem como a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil de 2002. A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica, adotando-se normas legais, doutrinárias e jurisprudenciais, bem como pesquisa em artigos científicos publicados, monografias e busca em sites da web. Portanto, após análise da pesquisa, foi possível identificar que foram necessárias e significativas às mudanças ocorridas no âmbito do direito sucessório entre o cônjuge e o companheiro, tendo em vista a importância do art. 226, § 3º da CF/88, que possibilitou um largo conceito de família, além do casamento, permitindo o surgimento de novas leis com o intuito de melhor atender os anseios da sociedade. Além disso, a equiparação do companheiro ao cônjuge representa uma conquista histórica, como também segurança jurídica para as famílias em situação de união estável, podendo desfrutar de proteção estatal quando houver partilha de bens.

Palavras-chave: Direito Sucessório; Casamento; União estável; Código Civil; Equiparação.

INTRODUÇÃO

A sociedade, ao longo de sua história, sofreu mudanças significativas que afetaram diretamente a instituição familiar em seus aspectos jurídicos. Entretanto, durante muito tempo o casamento foi considerado pela igreja católica a única forma de constituir família, sendo desprezada a união estável que era considerada como concubinato.

Para entender essa evolução, o direito tenta disciplinar os anseios da sociedade blindando com normas legais, doutrinas e jurisprudências. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, através do artigo 226, § 3º, reconheceu a união estável como entidade familiar, estendendo a proteção estatal. Com isso, surgiram outros questionamentos e novas leis, como é o caso do Código Civil de 2002.

Com o advento do Código Civil de 2002, o cônjuge passou a ter direito diferenciado do companheiro na esfera sucessória, o que fomentou discussões infundáveis acerca da partilha de bens. Tais desigualdades contraria o que preceitua a CF/88, tendo em vista que foi motivo de Recursos Extraordinários julgado pelo Supremo Tribunal Federal que optou pela a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do CC/2002, equiparando a união estável ao casamento.

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar a repercussão das diferenças sucessórias entre o casamento e união estável, tendo em vista a importante conquista do reconhecimento constitucional da união estável como entidade familiar, abordando conceitos da evolução sucessória da união estável para o casamento, ressaltando a importância dos princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana, bem como apresentar os elementos da sucessão no ordenamento jurídico brasileiro e as inovações trazidas pelo código civil de 2002.

A metodologia utilizada foi à bibliográfica, por meio do qual foram analisadas as aplicações da equiparação do cônjuge ao companheiro bem como a respeito do direito sucessório, visto que o desenvolvimento da pesquisa obteve-se através de referências bibliográficas, adotando-se normas legais, doutrinárias e jurisprudenciais específicas, bem como pesquisas em artigos científicos publicados, monografias e buscas em sites da web.

Já no referencial teórico, buscaram-se as características da evolução legislativa, argumentos entre outros, como também análise de artigos do Código Civil de 2002, especificamente 1.790 e 1.829.

No primeiro capítulo abordam-se os conceitos da evolução sucessória da união estável para o casamento, enfatizando a importância dos princípios igualdade e dignidade da pessoa humana que motivaram para que outras formas de constituir famílias fossem possíveis.

O segundo capítulo exploram-se os elementos da sucessão no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como premissa a abrangência do art. 226, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988 e as inovações trazidas pelo código civil de 2002.

E o terceiro capítulo aborda-se a equiparação dos institutos casamento e união estável no direito sucessório e as controvérsias do art. 1790 do CC/2002.

A escolha do tema proposto teve como motivação a repercussão das diferenças entre cônjuge e companheiro no âmbito do direito sucessório, as quais despertaram curiosidade em conhecer os desdobramentos e as estratégias adotadas, bem como o estudo pode contribuir para a sociedade de forma geral.

MARCO TEÓRICO

Durante muito tempo na história da civilização, inclusive por toda a Idade média, o casamento foi considerado pela igreja católica a única forma de constituir família, independente de qualquer conotação afetiva entre os nubentes, ou seja, esse instituto era obrigatório para dar continuidade ao nome da família. No entanto, o Código Civil Brasileiro de 1916 reforçava essa afirmação, acrescentando que a família era patriarcal, tendo a figura do homem indispensável e posteriormente a mulher e os filhos (BRASIL, 1916).

(...) Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. (...) (VENOSA, 2010, p. 14).

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco para o direito de família e conseqüentemente, outras formas de constituir família.

A Constituição Federal de 1988 com base no princípio da dignidade da pessoa humana passou a reconhecer a união estável como entidade familiar. Conforme, preceitua o art. 226, CF/1988:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração; § 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei; § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento); § 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; § 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; § 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada

separação de fato por mais de dois anos; § 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento; e § 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 “absorveu essa transformação e adotou uma nova ordem de valores, privilegiando a dignidade da pessoa humana, realizando verdadeira revolução no Direito de Família, a partir de três eixos básicos”. Assim, o art. 226 afirma que “a entidade familiar é plural e não mais singular, tendo várias formas de constituição”. (...) (GONÇALVES, 2010, p. 33)

O Código Civil, no entanto, desequiparou, para fins de sucessão, o casamento e as uniões estáveis. Dessa forma, promoveu retrocesso e hierarquização entre as famílias, o que não é admitido pela Constituição, que trata todas as famílias com o mesmo grau de valia, respeito e consideração. O art. 1.790 do mencionado código é inconstitucional, porque viola os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade na modalidade de proibição à proteção deficiente e da vedação ao retrocesso. (MIGALHAS, 2017)

METODOLOGIA

Para a construção do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas, adotando-se normas legais, doutrinárias e jurisprudenciais, bem como pesquisa em artigos científicos publicados, monografias e busca em sites da web.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que havia uma necessidade de esclarecimento a sobre a repercussão jurídica sucessória da união estável e suas diferenças para o casamento.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo analisar a repercussão das diferenças sucessórias entre o casamento e união estável no qual se constata que foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar a evolução ocorrida no ordenamento jurídico ao longo do tempo.

Para que houvesse o sucesso da pesquisa, a superação dos objetivos específicos foi de extrema importância na construção do desenvolvimento, visto que no primeiro capítulo abordou-se com maior profundidade uma análise da evolução sucessória da união estável para o casamento, que permitiu conhecer as estratégias adotadas no processo de evolução, ressaltando ainda à importância dos princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana que motivaram para que outras formas de constituir famílias fossem possíveis.

No segundo capítulo, nota-se que a pesquisa conseguiu avançar quando foram explorados os elementos da sucessão no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como ponto de partida a abrangência do art. 226, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a união estável como entidade familiar, expandindo a proteção estatal e abordou-se as inovações trazidas pelo código civil de 2002, permitindo conhecer melhor sobre o assunto.

Já o terceiro capítulo trouxe como contribuição a análise da respeitável decisão proferida pelo STF na equiparação dos institutos casamento e união estável na esfera sucessória, bem como a inconstitucionalidade do art. 1790 do CC/2002, que representou

uma conquista para a sociedade, equiparando os direitos sucessórios do cônjuge ao companheiro, conforme prevê o art. 1.829 do CC/2002.

Diante do exposto o estudo conclui-se que foram necessárias e significativas as mudanças ocorridas no âmbito do direito sucessório entre o cônjuge e o companheiro, tendo em vista a importância do art. 226, § 3º da CF/88, que possibilitou um largo conceito de família, além do casamento. Dessa forma estendeu a proteção estatal e permitiu o surgimento de novas normas legais com o intuito de melhor atender os anseios da sociedade.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Alexandre dos Santos. **Dignidade da pessoa humana: conceito fundamental do direito civil.** In: MATINS-COSTA, Judith (Org.). A reconstrução do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 260. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Artigo%20Rosa%20Maria%20dos%20Santos%20Manerick.pdf> Acesso em 07/10/2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões.** 6ª ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019. P. 99 e ss. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/a-equiparacao-entre-uniao-estavel-e-casamento-para-alem-das-questoes-sucessorias-uma-analise-a-partir-da-jurisprudencia-dos-tribunais-superiores> Acesso em 11/10/2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro V 7- Direito Das Sucessões.** Saraiva Educação SA, 2020. Disponível em: <https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/42044/5323-Direito-civil-brasileiro-volume-7-direito-das-sucesses-Carlos-Roberto-Gonalves-2020.pdf> Acesso em 24/10/2021.

PEREIRA, Luana Coroline Barbosa. **A Sucessão de Companheiros no Código Civil a partir dos Recursos Extraordinários 646.721 e 878.694.** Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56368/a-sucesso-de-companheiros-no-codigo-civil-a-partir-dos-recursos-extraordinrios-646-721-e-878-694> Acesso em 30/10/2021

SANTOS, Caio Oliveira dos. **A sucessão dos companheiros no Código Civil.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.* Ano 05, Ed. 06, Vol. 01, pp. 182-190. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/sucessao-dos-companheiros> Acesso em: 16/10/2021.

Processo de adoção: Morosidade e Burocracia que dificultam o Procedimento de Adoção de Crianças e Adolescentes

Tiago Bezerra da Silva (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: tiago.silva@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como finalidade analisar: quais fatores contribuem para a morosidade e a burocracia existente no processo de adoção e quais medidas visam sanar tal lentidão? Para este feito, utilizou-se pesquisas de textos bibliográficos, posicionamentos doutrinários da área do Direito Civil, jurisprudências e informativos do Poder Judiciário. Tendo sempre como parâmetro o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Além dos fundamentos constitucionais presente no processo de adoção foi realçado o respeito com os princípios constitucionais da igualdade entre filhos e da dignidade da pessoa humana. Abordou-se o breve conceito e natureza jurídica deste instituto, trazendo seus requisitos legais necessários para se estabelecer a adoção e formalidades imprescindíveis para sua efetivação. Resguarda-se o entendimento e análise crítica do assunto, conferindo a criança e ao adolescente a oportunidade de ter um lar saudável e amoroso ao qual possa crescer e evoluir de forma estável. Faz-se também uma análise dos dados estatísticos presentes no Conselho Nacional de Justiça, os quais confirmam um dos motivos causador da morosidade no processo de adoção, compreendendo que a maior causa para a morosidade no processo de adoção, não está apenas na legislação que prevê o procedimento, mas ligados a fatores de preferência, tendo em vista que muitos pretendentes exigem determinados perfis dos adotados. Outro fator é o descumprimento dos prazos para destituição do menor da família biológica estabelecidos em lei, fazendo com que o mesmo atinja idade que dificulta sua adoção, não observando assim o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, impedindo-o de conviver de forma saudável em uma família substituta. Espera-se que as medidas de conscientização implantadas por Grupos de Apoio à adoção, iniciados em alguns Estados da Nação ajude os pretendentes quando a flexibilidade do perfil e que o Poder Público consiga aprimorar esta realidade no processo de adoção com Leis que sejam efetivamente cumpridas pelos defensores do direito.

Palavras-chave: Adoção. Melhor interesse da criança e do adolescente. Morosidade e Burocracia.

INTRODUÇÃO

A presente monografia de pesquisa tem como objetivo expor os motivos que causam a morosidade do processo de adoção, como também demonstrar elementos que possam facilitar o procedimento como um todo.

A adoção é um instituto de direito capaz de gerar filiação onde não existem laços sanguíneo, natural ou genético entre adotante e adotando sendo levado em consideração o afeto, amor e carinho. Nesse seguimento é sempre levado em consideração o Princípio do Melhor Interesse da Criança e Adolescente e os fundamentos constitucionais como os princípios da igualdade entre filhos e da dignidade da pessoa humana em consonância com o direito a convivência em família e comunitária. E por fim buscar alternativas capazes de sanar essa mazela que é a lentidão no processo de adoção.

Como solução, é feito um estudo das alternativas em relacionado às morosidades dos procedimentos de adoções, também como mecanismos capazes de reduzem este procedimento por meio de projetos como a ONG Acalanto Fortaleza, que em consonância com o Tribunal de Justiça do Ceará auxilia os pretendentes e pais adotivos com cursos e apoio psicossocial, ajudando todos a encontrar um lar amoroso para chamar de seu.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2016), Tartuce (2020), Madaleno (2019), Azevedo (2019), Stolze e Pamplona Filho (2020), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a divergência doutrinária quanto à demora e lentidão no processo de adoção, tendo como consequência a adoção tardia.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive online que tratam sobre a temática no Brasil. Da mesma maneira, que documental, através do estudo da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002, do Decreto no 99.710/90, que trata da Convenção sobre os Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente da Lei da Adoção nº 12.010 de 2009 e as atualizações da Lei nº 13.509 de 2017, que demonstram a preocupação do legislador e a necessidade de regulamentação do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O instituto da Adoção sofreu diversas mudanças ao decorrer dos anos, sendo o meio único e legalmente admitido para que um indivíduo assuma responsabilidades sobre uma criança ou adolescente nascida de outrem. Podendo ocorrer de varias formas como bilateral, unilateral, adoção post mortem, tutor ou curador e até adoção internacional. Atualmente os menores são reconhecidos como sujeitos de direitos em desenvolvimento, bem como necessitam de uma proteção integral, sendo legalmente disciplinados por todo o ordenamento jurídico da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil de 2002, Lei da Adoção nº 12.010 de 2009 e as atualizações da Lei nº 13.509 de 2017.

A formalização da adoção deve ser obrigatoriamente observada em alguns requisitos expressos no Estatuto da Criança e do adolescente e na Lei de adoção, como principalmente, a homologação da habilitação do pretendente para integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Adoção (CNA), já que sem a observância deste primeiro quesito os demais tornassem inviáveis. O processo de adoção é norteado por diversos princípios que servem de base e fundamento para esse instituto. Acontece que há alguns empecilhos que contribuem com a lentidão no processo de adoção como o perfil dos pretendentes, a demora na destituição conjunto com o descumprimento dos prazos.

Deste modo, deve o poder público elabora mecanismos de divulgações capazes de impactar os pretendentes a flexibilizar o perfil estabelecido no cadastro. O Estado por outro lado, deve cumprir o prazo estabelecido em lei contratando mais servidores para compor a equipe interprofissional, como também diminuir a insistência da permanência das crianças e adolescentes na família extensão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça Curso de direito Civil: direito de família / Álvaro Villaça Azevedo. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Curso de direito civil ; v. 6)

STOLZE, Pablo; **PAMPLONA FILHO**, Rodolfo. **Manual de direito civil – volume único** / Pablo Stolze; Rodolfo Pamplona Filho. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

MADALENO, R. **Manual de Direito de Família / Rolf Madaleno. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.**

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E REFLEXOS NA PANDEMIA: ANÁLISE DOS NÚMEROS NO ESTADO DO CEARÁ

Stevia Elisa Maia Diniz¹ (Aluna do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: steviadiniz@icloud.com), Jackeline Ribeiro e Souza² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO: A pesquisa objetivou dialogar, sob a ótica da Lei Maria da Penha, sobre a incidência e elevação dos números de casos de violência doméstica contra a mulher no Estado do Ceará durante o período de março de 2020 a março de 2021 e sua relação com a pandemia do novo coronavírus (tempo-espaço de um ano definido referente à pandemia do novo coronavírus, o qual, na data de 29 de março de 2021 ainda se estende mundialmente). O estudo tencionou ainda pesquisar sobre violência, violência doméstica e violência doméstica contra a mulher, fazendo inferências as suas consequências biopsicossociais; dialogar sobre a Lei Maria da Penha e suas medidas protetivas; e realizar pesquisa de cunho quantitativo sobre o índice de violência contra a mulher no estado do Ceará no período de março de 2020 a março de 2021 e sua relação com o contexto de pandemia mundial do novo coronavírus. Ao final da pesquisa, foi possível concluir que as medidas de segurança sanitária, para a população feminina, tornaram iminente o risco de violência doméstica.

Palavras-chave: Ceará. Pandemia. Violência contra a mulher. Violência doméstica.

INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) configura, em seu Artigo 50, violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe causa morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Assim, muitos desdobramentos em torno da violência contra a mulher passaram a ser objeto de discussão no cenário legislativo brasileiro.

Partindo desse cenário, contextualiza-se a temática com a contemporaneidade, em que se atravessa a pandemia mundial do SARS-CoV-19, vírus que causa a doença infecciosa COVID-19. O acometimento desta pandemia já registra, em março de 2021, o número de 127 milhões de casos e 2,79 milhões de óbitos mundo. O Brasil, epicentro mundial da doença nesta mesma época, assina 12,5 milhões de casos e 312 mil mortes desde o começo da pandemia que atinge, diretamente, o eixo da saúde no país. No estado do Ceará, registra-se, em março de 2021, 524 mil casos e 13.580 óbitos.

Destarte, o objetivo geral dessa pesquisa é dialogar, sob a ótica da Lei Maria da Penha, sobre a incidência e elevação dos números de casos de violência doméstica contra a mulher no Estado do Ceará durante o período de março de 2020 a março de 2021 e sua relação com a

pandemia do novo coronavírus (tempo-espaço de um ano definido referente à pandemia do novo coronavírus, o qual, na data de 29 de março de 2021 ainda se estende mundialmente).

O estudo tenciona ainda pesquisar sobre violência, violência doméstica e violência doméstica contra a mulher, fazendo inferências as suas consequências biopsicossociais; dialogar sobre a Lei Maria da Penha e suas medidas protetivas; e realizar pesquisa de cunho quantitativo sobre o índice de violência contra a mulher no estado do Ceará no período de março de 2020 a março de 2021 e sua relação com o contexto de pandemia mundial do novo coronavírus.

MARCO TEÓRICO

As relações de violência no ambiente familiar podem parecer naturais ao olhar de uma sociedade que observa a mulher como sujeito submisso a existência do homem neste ambiente em que atos de violência tornaram-se costumeiros dele para com ela pelo simples fato de muitas vezes o homem ser o encarregado de cuidar da economia do lar, por exemplo (NETO; MARQUES et al., 2017).

A partir desse discurso, observa-se que a perpetuação do homem como chefe da família gira em todo da ideia de que há necessariamente que existir uma relação hierárquica desigual, que supõe a mulher como sujeito inferior neste espaço, o que a condiciona diretamente a sujeito vulnerável ao ato violento e agressivo.

A mulher cresce aprendendo que precisa encontrar um homem para construir uma relação matrimonial, para lhe dar filhos, para trabalhar para lhe sustentar e manter os entes. Esta compreensão ensinada à criança do sexo feminino desde muito cedo, já vai a condicionando a situação de submissa, uma vez que ela aprende, a partir destes conceitos que o homem é o chefe da relação por manter o ambiente familiar com o seu trabalho (DINIZ, 2007).

Em suma, observa-se que a violência contra a mulher no ambiente familiar e doméstico tem se tornado uma prática abusiva “natural” aos olhos da sociedade, a partir das relações intrafamiliares e de poder, onde o homem é entendido como o retentor da força, da economia e do domínio do lar. Tal prática precisa ser combatida em seus mais diversos aspectos, impedindo que mulheres sejam hostilizadas em suas próprias residências, assim como que as consequências avaliadas acima sejam evitadas, considerando a longevidade de cada uma delas.

Nesse âmbito, é importante falar sobre a Lei Maria da Penha, a qual, em setembro de 2006, a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo.

A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de abordar, tanto a violência física e sexual, como também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. Carvalho (2015) expõe em seu estudo que o instrumento legislativo que rege a Lei Maria da Penha possibilita mecanismos que coíbem e previnem a violência doméstica e familiar contra a mulher, como se pode constatar na própria lei. Estes mecanismos, segundo a autora, “consistem na especialização da prestação jurisdicional, através da criação de um “Juizado” de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o estabelecimento de medidas de assistência” (CARVALHO, 2015, p. 31).

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base em pesquisas bibliográficas, tendo como base os fundamentos teóricos de Carvalho (2016), Brito et al. (2020) e Diniz (2007).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No ano de 2018, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 (FBSP) foram registrados 263.067 de violência doméstica contra a mulher. Desse total, 5.170 foram registrados no estado do Ceará. De um total de 53.726 tentativas de estupro contra mulher no Brasil, 1.790 são também advindos do Ceará (AMB, 2020).

Nesse âmbito, é cabível refletir sobre como a violência contra a mulher cearense ou que mora no estado do Ceará tem se desenvolvido e perpetuado em torno dos últimos dez anos. São casos que, em hipótese alguma, podem ser normalizados ou vistos como casos de cotidiano. É necessária uma atenção especial em relação à segurança e a integridade da mulher no Ceará.

Pensando nisso, é importante refletir sobre esse cenário no período pandêmico. Assim, é importante explanar que, no ano de 2019, o mundo conheceu o novo coronavírus, causador da doença COVID-19. Tendo se tornado um dos maiores desafios do século XXI, a doença acometeu países dos cinco continentes e seus impactos são inestimáveis, uma vez que afeta diretamente a saúde e a economia da população mundial.

Em detrimento da grande taxa de infecção pelo novo coronavírus, assim como pelo elevado índice de óbitos em decorrência da COVID-19, doença causada pelo vírus, muitas medidas tiveram de ser tomadas, como o isolamento e o distanciamento social, o *lockdown*, o fechamento de empresas, organizações, instituições e órgãos públicos, a adoção do home office

como modelo de trabalho, entre outras mudanças que ocorreram no cotidiano da população (BRITO et al., 2020).

Logo, no Brasil, o *lockdown* também virou uma realidade no estado do Ceará e, diante desse contexto, reflete-se sobre a vida da mulher e seus riscos. Os números de relatórios como o Atlas da Violência (2019) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) apontam sobre esse aumento e desdobra-se na necessidade de intervenção do estado mediante políticas públicas sólidas e eficazes no enfrentamento a este tipo de violência.

O confinamento domiciliar representa perigo para muitas pessoas, principalmente para as mulheres. Se analisarmos o desencadeamento dos dados, a nível estadual, o quadro de violência contra essa população apresenta índice mais elevado que o quadro nacional. Comparando com o contexto da pandemia, esses dados podem relevar informações aterrorizantes.

O aumento de 9% em denúncias por meio do Ligue 180 é uma amostra do quanto os casos de violência doméstica contra as mulheres têm crescido nos últimos meses diante da pandemia do novo coronavírus. O condicionamento ao confinamento domiciliar junto do cônjuge durante as 24 horas diárias e todos os dias da semana expõe a vítima ao agressor a todo tempo.

É importante destacar, ainda, que a situação pandêmica trouxe tantos outros cenários e inquietações em relação à violência contra a mulher. Com o distanciamento e isolamento social, assim como com a adoção do *lockdown*, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), nos primeiros meses da pandemia ocorreu uma diminuição nos casos de violência doméstica, porém, ao mesmo passo, ocorreu o aumento de feminicídios.

No estado do Ceará, de acordo com a Defensoria Pública, 90% dos casos de violência contra mulheres que foram atendidas pelo órgão ocorreram dentro de casa. Tal informação corrobora com a concepção de que o *lockdown* alimentou as relações de poder machistas e de dominação da mulher, além da questão econômica e financeira.

Diante disso, é importante ressaltar a legislação vigente quando a Lei Maria da Penha, a qual fora influenciada inclusive pelo caso de uma cearense, é uma ferramenta legal que precisa ser colocada em prática em toda e qualquer situação de vulnerabilidade e violência em relação às mulheres. Tanto a denúncia, quando a manutenção das medidas protetivas, diante dos casos, são imprescindíveis.

Cabe refletir, então, sobre como o estado deve e deverá agir nesse contexto, assim como também sobre quais serão as sequelas no período pós-pandemia para aquelas que

conseguirem sobreviver a este campo de negligência e hostilidade fortalecido pela pandemia do novo coronavírus.

Em suma, pode-se refletir sobre o quanto ainda se precisa caminhar e evoluir em torno de políticas públicas que visam a luta contra a violência contra a mulher em suas mais variadas formas. É necessário que essa população seja ouvida, atendida e assistida com maior frequência e mais eficácia. A legislação precisa ser atendida, as medidas provisórias precisam ser uma garantia e, em situações como a de uma pandemia, é imprescindível um trabalho minucioso e humanizado em busca de soluções para casos de violência contra a mulher, ainda mais quando elas são silenciadas por medidas de confinamento.

REFERÊNCIAS

AMB, Fórum Cearense de Mulheres. **Femicídio no Ceará: a dor de contar mortes evitáveis - Ou sobre a (ir)responsabilidade do Estado na prevenção do assassinato de meninas e mulheres.** (dossiê). Fortaleza – 2020. Disponível em:

http://crp11.org.br/upload/Femicid%20no%20Cear%20A1%20-%20a%20dor%20de%20contar%20mortes%20evit%20C3%A1veis_FCM-AMB.pdf. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.** Brasília-DF: 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRITO, Sávio Breno Pires. BRAGA, Isaque Oliveira. CUNHA, Carolina Coelho. PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos. TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. In: **Vigil. sanit. debate.** 2020;8(2):54-63. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103209/2020_p-028.pdf. Acesso em: 04 nov. 2021.

CARVALHO, Patrícia Cunha Paz Barreto de. Lei Maria da Penha como instrumento de contenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. In: **Revista da EJUSE**, n. 23, 2015. Doutrina – 31. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/98727/lei_maria_penha_carvalho.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

NETO, Cornélio Alves de Azevedo. MARQUES, Deyvis de Oliveira. Leituras de Direito: violência doméstica e familiar contra a mulher. In: **FONAVID - Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, 2019. Disponível em: <https://www.amb.com.br/fonavid/files/livro-fonavid.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

O Papel da Polícia na Política Criminal

Sidney Cavalcante dos Anjos (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: sidney.anjos@fvj.br); Orientador: **Clara Maria Telles Rodrigues** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: claratelles@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como propósito analisar os efeitos que a presença da polícia nas comunidades com altos índices de criminalidade podem ajudar na reconstrução da cidadania, essa análise foi feita através dados estatísticos, obtidos através dos sites governamentais, o presente trabalho busca também explicar a estrutura da segurança pública no estado do Ceará, pretendendo mostrar um pouco sobre cada órgão pertencente a segurança pública. Nesta monografia pretendeu-se também mostrar como o governo federal e estadual tem lutado contra a criminalidade e em especial as organizações criminosas, por meio de Políticas Públicas, políticas criminais, lazer, educação e todos outros direitos fundamentais da população, Fazendo um breve relato do que é a segurança pública, com conceitos e entendimentos, mostrando o contexto histórico das políticas públicas e criminais criadas ao longo do tempo para tentar para a criminalidade e aumentar a sensação de segurança que esta diminuindo a cada ano que se passa. Foram usadas pesquisas bibliográficas de artigos científicos, Leis federais e estaduais, a Constituição Federal, sites governamentais e revistas científicas de confiança para o melhor esclarecimento dos fatos, sempre presando pela veracidade dos fatos. Foi falado também sobre a política Criminal e de como ela é importante para que o estado possa manter o direito constitucional da Segurança Pública para a população, pois somente com o controle do estado sobre a criminalidade é que se pode ser aplicados outros direitos fundamentais, como o lazer, a moradia e a saúde. Tudo isso depende que o estado esteja no controle.

Palavras-chave: Segurança Pública. Criminalidade. Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

A segurança Pública é um tema bastante discutido, talvez por conta da sua importância, pois, a segurança é um dos direitos fundamentais presente no texto constitucional e outros dispositivos legais ou talvez por conta da complexidade, já que, é um tema com bastantes ideias contrárias e muitas teses. A presente monografia tem como problemática buscar identificar qual a importância do papel da polícia na política criminal para a construção da cidadania tanto na esfera federal quanto na estadual, explanando a estrutura da segurança pública estadual e alguns programas que deram resultados positivos ao estado como o policiamento de rondas ostensivas comunitárias, também conhecidas como o ronda do quarteirão e o Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – CPRAIO, que utilizam motocicletas para realizar rondas, facilitando o deslocamento das guarnições. No trabalho está explanada uma análise de fatos que contribuem para o combate a criminalidade, como as policias que é o órgão que está na linha de frente nessa luta contra a violência, onde os policiais arriscam sua própria vida para tentar coibir o avanço deste fenômeno. É feito todo o contexto histórico de políticas criminais para tentar entender o porquê as medidas usadas anteriormente não deram certo, já que, os índices de crimes e criminosos só aumentam, busca-se também entender qual a forma de policiamento e medidas

estão sendo usadas e quais mostram um melhor desempenho no combate a violência urbana e procurar entender porque os governos anteriores foram tão omissos em relação a criminalidade. Também será falado sobre as políticas criminais nacionais e estaduais, tais como o pacote anticrime na esfera federal que insere medidas no combate a corrupção, e as organizações criminosas, com medidas de sanções mais severas, alterando vários dispositivos legais e infra legais, visto que a questão das organizações criminosas está intrinsicamente ligado a questão da corrupção, pois, para que aquela se efetive primeiramente tem que ter a participação desta.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica primordial dos autores indicados: BULCÃO (2016); CÁSSIA (2009); POLTRONIERI (2016); NESP (2019), para fundamentar a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, explanando conceitos, correntes doutrinárias sobre o tema pesquisado, com ênfase na NESP, nova estratégia de Segurança Pública que serviu de fundamentação para outros tópicos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho foram pesquisas bibliográficas de artigos científicos, monografias de outros acadêmicos, assim também como, revistas jurídicas, artigos jurídicos, não deixando de usar como fonte basilar a Constituição Federal, código penal.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Segurança Pública é um dos pilares para que uma sociedade consiga triunfar e não se faz segurança pública somente colocando mais policiais nas ruas, é preciso estudos e estratégias, para que aconteça um policiamento efetivo, sabemos que o crime não deixará de existir, mas o que pode ser feito é um policiamento concentrado, bem preparado e efetivo, para que ocorra a verdadeira segurança. Através de estudos feitos por meio de dados científicos, concluiu-se que para que aconteça uma segurança pública efetiva, primeiramente tem que se coordenar ações de políticas públicas para as crianças e jovens, para que com esse trabalho ao longo período, venha esta frutificando uma cidadania mais concreta de futuros adultos, e consequentemente o índice de criminalidade diminua, facilitando assim o trabalho das polícias. Políticas públicas que envolvam educação de qualidade, saúde de qualidade, uma boa estrutura social, com projetos de oficinas, esporte, lazer, comida, todos esses requisitos são essências para que se restaure a cidadania das pessoas e crie um sentimento de cidadã nos jovens e crianças, só assim é que vai diminuir a violência.

REFERÊNCIAS

Matheus POLTRONIERI. **Segurança Pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**. 2016. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-e-responsabilidade-de-todos>. Acesso em 10/09/21

Nathalie BULCÃO. **Pronasci e a produção da Política Nacional da Segurança Pública no Brasil**. 2016. Disponível em <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4216/1/PRONASCI%20e%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20da%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 19/10/21

Rita de CÁSSIA. **Cadernos Temáticos da CONSEG - Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n. 09. Brasília, DF. Capítulo III - Segurança e Participação: Gestão Democrática e Controle Social -. A participação da população através do PRONASCI - Rita de Cássia Lima Andréa**. 2009. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Caderno_CONSEG_25_08.pdf. Acesso em 19/10/21

SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA E DEFESA DA CIDADANIA. **NESP – Nova estratégia de Segurança Publica**. 2019. Disponível em <https://nesp.ceara.gov.br/#focus>. Acesso em 25/11/21

FAKE NEWS: O USO DA INFORMAÇÃO FALSA E O IMPACTO NO PROCESSO ELEITORAL.

Priscila Da Silva Florencio¹ (Estudante do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: priscila94florencio@gmail.com), Francisco das Chagas da Silva² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

Este estudo objetivou analisar as possibilidades de uso das Fakes News; no ambiente político a qual está relacionada propaganda eleitoral como apoio ao processo de enfrentamento e conhecimento da desinformação nas eleições com base na percepção dos doutrinadores do direito brasileiro. A presente pesquisa propõe a discussão sobre as fakes News, mais precisamente no que tange ao uso da informação falsa e o impacto no processo eleitoral. O objetivo é analisar os impactos da introdução da Lei eleitoral, no ordenamento jurídico brasileiro, mormente a aplicação por uma análise da eficácia desse instituto.

O Direito Eleitoral vem da área do Direito Público com isso tem finalidade de estudar o processo de escolha do representante a qual disputa os cargos eletivos, com isso se dar ao sistema eleitoral e suas legislações. Falar de Lei Eleitoral e os Limites da Propaganda, é dialogar sobre Democracia, é dialogar sobre direito dos eleitores, é dialogar sobre manter as garantias do direito dos candidatos e partidos, é dialogar sobre a quem compete a responsabilidade de fiscalizar. Quais limitações e liberdades dá sobre tal importância desde assunto.

A investigação criminal tecnológica é o grupo de processos e procedimentos, que é baseado na utilização da informática que propõe maior eficácia. É possível verificar, por exemplo, as informações de que a tecnologia é usada, e quais as suas propriedades podem ser, de acordo com a investigação criminal. Por tanto, de forma significativa os principais recursos e procedimentos são inteligência *cibernética*, equipamentos tecnológicos, *softwares*, fontes fechadas e fontes abertas.

Os fundamentos e os limites jurídicos à liberdade de expressão, especialmente no que se restringe aos casos de *Fake News*, indicar-se-á a apresentando os fundamentos da liberdade de expressão eleitoral, partindo da

definição de democracia. Avaliar este processo histórico ajuda a entender toda a trajetória da Democracia no País. Compreender isso é um fator muito importante para podermos apreciar o início da democracia que ocorreu na Grécia.

A liberdade de expressão é limitada por outros. Trata-se inegavelmente de direitos e garantias fundamentais, seria um erro, porém, atribuir a liberdade de expressão com direito absoluto. Assim, reveste-se de particular importância dentre os quais, pode sublinhar o direito à vida, à integridade física, à liberdade de locomoção. Sob essa ótica, ganha particular relevância a constituição não ampara protestações que voluteiem em volta de atividades ou práticas ilícitas.

O conceito de propaganda eleitoral, é geralmente compreendido por alguns autores como aquele qual desenvolve pelos partidos políticos e candidatos. O objetivo refere-se exclusivamente a conseguir votos. É possível ter a definição de que a mensagem por ela conectada procura influenciar no desejo dos cidadãos.

A propaganda eleitoral pode ser manifestada de forma positiva, quanto de aspecto negativo. Se diferenciando da seguinte maneira, a positiva tem finalidade de convencer os eleitores a votar em certo candidato; de modo oposto, a propaganda negativa tem propósito de afastar-se do candidato ou partido político. Além disso, a internet é um ambiente que possui um número expressivo de usuários, apesar disso, poucos sabem sobre seu limiar que existem. Em frente de pontuar os pontos positivos e negativos das leis brasileiras sobre o objeto do estudo.

Palavras-chave: Notícias falsas, Internet, Acesso à informação, Eleições, Propaganda eleitoral, crimes virtuais.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe a discussão sobre as *fakes news*, mais precisamente, no que tange ao uso da informação falsa e o impacto no processo eleitoral. a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, bem como, análise dos livros "*Fakes News e as Eleições de 2018 no Brasil: Como Diminuir a Desinformação?*", "*O Direito à Liberdade de Expressão Eleitoral em Tempos de Fake News*" e "*Fake News e eleições*" sobre o assunto, caso efetivamente seja publicada no curso desta pesquisa. O objetivo é analisar os impactos da

introdução da Lei Eleitoral, no ordenamento jurídico brasileiro, mormente a aplicação, perpassando por uma análise da eficácia desse instituto.

Trata-se de um tema em evidência, atualmente, visto que foi alvo de diversas demandas judiciais, e por esse motivo, buscar-se-á analisar a importância da Propaganda Eleitoral em si, independente de entrar ainda no assunto da *Fakes News*. Importante salientar que as propagandas eleitorais não são direitos intrínsecos dos partidos políticos e candidatos, uma vez que o cidadão, que possui a capacidade política passiva, também exerce a garantia de saber quem são aquelas pessoas que estão disputando as vagas nas eleições a qual irá conduzir País.

Propor a necessidade de pensar em três problemas para adaptarmos a legislação Brasileira, para aplicarmos essa jurisprudência à questão das *Fakes News*. A qual primeiro problema é o terminológico – precisamos entender o que são de fato as *Fakes News*; O segundo problema é filosófico, que decorre da proteção da liberdade de expressão; e o terceiro é um problema tecnológico, onde que traz os limites e preocupações especiais nessa atuação.

Analisar os impactos que o uso da notícia falsa causa na propaganda trás é de suma importância para o ordenamento jurídico brasileiro, principalmente no que diz respeito a sua aplicação.

No Brasil, as eleições realizadas em 2018 ficaram marcadas pelo poder de propagação em massa das informações através de redes sociais e aplicativos de mensagens. Com essa nova maneira de interagir se gerou inseguranças e análise sobre a legalidade do processo.

Todavia é preciso que todos os envolvidos neste processo estejam atentos às instáveis apresentadas no período atual. A reforma partidária e eleitoral sancionada através da Lei 13.877/19 e alterações no calendário eleitoral devem impactar na forma que partidos e candidatos apresentarão suas plataformas no ambiente digital.

Quanto as técnicas de pesquisa, este trabalho será um trabalho eminentemente teórico, buscando se valer da revisão de literatura como seu principal instrumento de pesquisa, no qual a literatura disponível será objeto de referencial teórico, bem como, livros "*Fakes News e as Eleições de 2018 no Brasil: Como Diminuir a Desinformação?*", "*O Direito à Liberdade de Expressão*

Eleitoral em Tempos de *Fakes News*" e "*Fake News* e eleições", recente sobre o tema e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo Governo Federal ao longo desta pesquisa.

A título de sugestão de sumário da monografia, no primeiro capítulo pretendemos discutir sobre a Visão Sobre Direito Eleitoral. a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, abordando desde o conceito, aspectos legais, contextualização histórica, o possível motivo para se buscar este modelo enfretamento, a objeção de consciência, entre outros aspectos.

O trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro a visão sobre o direito eleitoral baseado em alguns autores, além da evolução, importância e conhecimento. No capítulo é abordada a marca, envolvendo origem, *fakes News* no processo eleitoral e mencionando a importância de conhecer aspectos históricos sobre uso da informação falsa na propaganda eleitoral atribuir valor a este importante item. O capítulo caracteriza conhecendo a investigação criminal tecnológica aplicada no enfretamento de notícias falsas, Além de descrever os principais recursos e procedimentos abrangidos pela investigação, como envolvendo sua identificação. No capítulo é sobre fundamentos da liberdade de expressão eleitoral, visão democrática e informação. Já no quinto capítulo, envolvendo sua identificação sobre a Desinformação nas Eleições. Esse capítulo também apresenta os limites do controle de notícias falsas e proposições para próximas eleições com o objetivo de responder o problema apresentado acima.

METADOLOGIA

Este trabalho será um trabalho eminentemente teórico, buscando se valer da revisão de literatura como seu principal instrumento de pesquisa, no qual a literatura disponível será objeto de referencial teórico, bem como, livros "*fakes News* e as eleições de 2018 no brasil: como diminuir a desinformação?", "O direito à liberdade de expressão eleitoral em tempos de *fakes News*" e "*fake News* e eleições", recente sobre o tema e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo governo federal ao longo desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado é de suma importância para a legislação brasileira, tendo em vistas que a globalização inseriu a tecnologia totalmente no meio profissional e pessoal das pessoas, principalmente no período de pandemia em que o mundo está vivendo, onde aulas, audiências jurídicas, trabalhos, entrevistas de empregos ocorrem através de equipamentos tecnológicos que permitem conectar pessoas em qualquer lugar do planeta. Para o melhor desenvolvimento, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, o qual seguiu uma ordem cronológica para fácil compreensão. Transcorrendo sobre a visão sobre direito eleitoral, fakes News no processo eleitoral nesse âmbito, bem como os fundamentos da liberdade de expressão eleitoral, e por último a propaganda política.

Quanto as técnicas de pesquisa, este trabalho será um trabalho eminentemente teórico, buscando se valer da revisão de literatura como seu principal instrumento de pesquisa, no qual a literatura disponível será objeto de referencial teórico, bem como, o seminário internacional fakes News e eleições, recente sobre o tema e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo governo federal ao longo desta pesquisa.

A título de sugestão de sumário da monografia, no primeiro capítulo pretendemos discutir sobre o fake news: o uso da informação falsa e o impacto no processo eleitoral, a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, abordando desde o conceito, aspectos legais, contextualização histórica, os possíveis motivos para se buscar este modelo enfretamento, a objeção de consciência, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

GOMES, José Jairo - 12ª edição - 2016-1-1 - **DIREITO ELEITORAL**. Disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/1foZgtY37zCI0Z_iFYodPLDm0PHGuoWgTI57xHhQCy_8/edit>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

Teixeira, Rusny - **DIREITO ELEITORAL**: o que é, para que serve, órgãos e casos de uso. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direito-eleitoral/>>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

GOLDZWEIG, Rafael Schmuziger - **Por que devemos nos preocupar com a influência das redes sociais nas eleições 2018?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/21/opinion/1537557693_143615.html> . Acesso em 18 de outubro de 2021.

BRASIL. JUSBRASIL - **ARTIGO 58 DA LEI Nº 9.504 DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Disponível Em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11271843/artigo-58-da-lei-n-9504-de-30-de-setembro-de-1997>> . Acesso Em 28 de outubro de 2021.

BRASIL. TRIBUNAL SUPREMO ELEITORAL - **CÓDIGO ELEITORAL - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em 28 de outubro de 2021.

Higor Vinicius Nogueira Jorge, Hélio Molina Jorge Júnior, Kayki Novais, Ricardo Magno Teixeira Fonseca · 2020 - **FAKE NEWS E ELEIÇÕES - O GUIA DEFINITIVO**. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/FAKE_NEWS_E_ELEI%C3%87%C3%95ES/U6l3EAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

OLIVEIRA - Luiz Antonio da Silva · 2021 - **O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO ELEITORAL EM TEMPOS DE FAKE NEWS** - Por . Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/O_Direito_%C3%A0_Liberdade_de_Express%C3%A3o_Ele/knojEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

BRASIL. TRIBUNAL SUPREMO ELEITORAL - **“SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAKE NEWS E ELEIÇÕES”**, 2019. Disponível em: <<https://www.justicaeeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/livro-fake%20news-miolo-web.pdf>>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

BRASIL. JUSBRASIL - **Artigo 220 Da Constituição Federal De 1988**. Disponível Em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10646742/artigo-220-da-constituicao-federal-de-1988>>. acesso em 02 de dezembro de 2021.

BRASIL. JUSBRASIL - **ARTIGO 45 DA LEI Nº 9.096 DE 19 DE SETEMBRO DE 1995**. Disponível Em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11322488/artigo-45-da-lei-n-9096-de-19-de-setembro-de-1995> >. acesso em 10 de dezembro de 2021.

BRASIL. JUSBRASIL - **ARTIGO 36 DA LEI Nº 9.504 DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Disponível Em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11277965/artigo-36-da-lei-n-9504-de-30-de-setembro-de-1997> >. Acesso em 10 de dezembro de 2021.

BRASIL. TRIBUNAL SUPREMO ELEITORAL - **Como escolher o seu Candidato?** Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-2-ano-4/como-escolher-o-seu-candidato> >. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EM ARACATI NO ANO DE 2020: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.

Paulo Lindson da Silva Santos (Aluno do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: paulolindson@hotmail.com), Arielly Arry de Carvalho (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: arielle.carvalho@fvj.br)

RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar a atuação do Conselho Tutelar no município de Aracati/CE e identificar as formas de garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Visa, ainda, expor acerca do plano anual referente a 2020, com o objetivo de compreender o cenário de denúncias que aportaram na sede do Conselho Tutelar do município, bem como o acompanhamento dos casos, os desafios enfrentados pelos conselheiros tutelares e as perspectivas futuras. O Conselho Tutelar é um órgão responsável por atender crianças e adolescentes em situações de violação de direitos, conforme art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Todavia, o referido órgão do município de Aracati enfrenta dificuldades para atuação, tais como a falta de estrutura, a distorção de competências, dentre outras. A metodologia do trabalho se assenta em uma pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa e de natureza teórica. Conclui-se que cabe ao Estado brasileiro implementar medidas efetivas direcionadas a sanar as dificuldades da atuação do Conselho Tutelar, sobretudo no município de Aracati, a fim de que o referido órgão possa atuar de maneira eficaz para a garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Criança e Adolescente. Denúncias. Direitos. Plano Anual.

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre as ações realizadas pelo Conselho Tutelar em prol da garantia dos direitos de crianças e dos adolescentes e a real atuação na sociedade aracatiense é o objetivo principal desta pesquisa, sendo que os objetivos específicos são entender o papel do Conselho Tutelar no cuidado com às crianças e adolescentes, enfatizar quais são os direitos das crianças e dos adolescentes de acordo com a Constituição Federal/88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente e quem deve garantir que estes sejam atendidos e fazer um paralelo entre os direitos adquiridos de crianças e dos adolescentes com as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar.

MARCO TEÓRICO

Como fundamentação teórica a Priore dos autores indicados: Ariès (1981), que traz a diferença de pensamento entre a idade média e a modernidade em relação à criança, bem como do quanto as crianças eram negligenciadas na idade média e que so com a modernidade as mesmas passaram a ter suas peculiaridades. Monfredini (2013) que destaca a importância de definir as competências do SGDCA se deu em razão de esclarecer que a responsabilidade é de todos que partilham das competências de maneira que seja garantida à criança e ao adolescente a proteção de seus direitos, bem como a garantia da condição de serem vistos como sujeitos de direitos não apenas pelo Estado, mas pela família e sociedade. Rezende (2014), “o sistema não é uma instituição, mas uma forma de ação, na qual cada um conhece seu papel, além de conhecer o papel dos demais, percebendo e articulando as ligações, relações e complementaridades destes papéis”. Brito e Koller (1999, p. 115) conceituam a rede de apoio social como o “conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamentos recebidos e percebidos do indivíduo”. Amin (2010, p. 16) O Princípio do Melhor Interesse é considerado norteador não apenas para o legislador, mas para o aplicador também, ou seja, é determinado como primazia as necessidades das crianças e adolescentes como forma de critério de entendimento e interpretação da lei até mesmo para a elaboração de futuras leis.

METODOLOGIA

A presente monografia foi desenvolvida através de pesquisa qualitativa de cunho documental, utilizando fontes primárias, as pesquisas qualitativas conforme descreve Minayo (2010) este tipo de método procura “desvelar” processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final, proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens. Bem como análises das principais leis que tratam sobre o tema, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, doutrina e jurisprudência.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A questão norteadora da presente pesquisa foi baseada no fato de que no município de Aracati/CE, as denúncias de crimes e outras formas de negligência envolvendo crianças e adolescentes está cada vez mais crescente, situação que não pode deixar de ser discutida, considerando que são inúmeras as negligências, como falta de matrícula escolar, falta de acesso à saúde, vacinas, acompanhamentos, entre outros como agressão física e verbal, crimes sexuais e abandono e diante dessa realidade, o Conselho Tutelar busca atuar na garantia de que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados, todavia, a realidade aponta para inúmeros desafios enfrentados pelos Conselheiros, que indiretamente afetam a atuação das atividades, que foi explanada no terceiro capítulo.

A pesquisa buscou analisar a atuação do Conselho Tutelar de Aracati-CE, iniciando com exploração acerca do contexto histórico dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes e dos princípios basilares que orientam os direitos e garantem a eficácia em todos os tipos de procedimentos que visem proteger e resguardar os interesses das crianças e adolescentes.

Constatou-se no decorrer da pesquisa que o Conselho Tutelar faz parte de uma rede de proteção, que garante a aplicação dos princípios, da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente e por esta razão, é um órgão permanente e autônomo não jurisdicional e, para tanto, necessita do total amparo de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AMIN, Andréa Rodrigues. **Doutrina da Proteção Integral**. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lumens Iuris, 2010, p. 14.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 02 out. 2021.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº. 8.069/1990). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 02 out. 2021.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - 20150910068889 – Segredo de Justiça 0006805-48.2015.8.07.0009, Relator: SEBASTIÃO COELHO, Data de Julgamento: 22/11/2017, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 06/12/2017. Pág.: 394/397. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/528947447/20150910068889-segredo-de-justica-0006805-4820158070009>> Acesso em: 14 nov. 2021.

Desjudicialização e a Atividade Cartorária como Mecanismo de Acesso à Justiça.

Nayanne da Silva (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: virginia.oliveira@fvj.br); Orientadora: **Débora de Sousa Tomé** (professora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Debora.tome@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar o acesso à justiça e o papel que as serventias extrajudiciais desempenham para efetivação desse acesso. Existe no ordenamento jurídico brasileiro uma crise no Poder Judiciário, que se alastra com o tempo e que é objeto de insatisfação das partes que precisam acioná-lo. Assim, a perspectiva utilizada é a da substituição de uma cultura litigiosa por uma consensual, de forma a demonstrar através das atividades exercidas pelas serventias extrajudiciais, os benefícios que estas podem trazer com a utilização de uma cultura de paz. Dessa forma busca através de uma análise temporal a demonstração da problemática da morosidade, bem como da preocupação legislativa em criar e incentivar mecanismos que atuam diretamente na desconstrução da judicialização. O método utilizado no presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, a qual buscou-se a partir de um confronto de ideias e pesquisa, um estudo comparativo, buscando dar uma ênfase no tema acesso à justiça, o qual deve ser de forma eficiente. Assim, os resultados obtidos com o presente trabalho demonstram um avanço e anseio em prol de uma justiça célere e eficiente, que seja capaz de trazer às partes uma maior confiabilidade na justiça. Bem como, partindo da ótica do acesso à justiça, demonstrar o papel que as serventias extrajudiciais exercem no processo de desjudicializar.

Palavras-chave: Desjudicialização. Acesso à Justiça. Consensualidade. Serventias Extrajudiciais..

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a morosidade que cerceia a eficácia do Poder Judiciário é complexa e atual, sendo necessário entender como se deu o abarrotamento para que possa compreender formas alternativas que visam a garantia do acesso à justiça. Atualmente, o Judiciário se encontra com uma quantidade exorbitante de processos e não consegue resolvê-los dentro de um prazo razoável, causando transtorno aos seus usuários, vivenciando uma crise que se perpetua no tempo.

Em contrapartida o legislador ao verificar essa deficiência, criou meios alternativos que visam o acesso à justiça de forma mais célere, desvinculando a necessidade do procedimento judicial para casos em que não existe litígio, trazendo resultados mais eficientes às partes, tendo como base o consenso. Além disso, os meios alternativos atuam na diminuição do congestionamento de processos judiciais, e por conseguinte atuando diretamente no processo de desjudicialização.

Nesse sentido, se faz necessário pontuar acerca da inovação do Código de Processo Civil ao trazer novas formas de resolução de conflito, as quais são, conciliação, mediação e arbitragem, trazendo uma economia financeira e temporal.

Nesta sequência é destacável a atuação das serventias extrajudiciais, que auxiliam na garantia de direitos à sociedade, atuando de forma proativa, célere e com um custo reduzido. Procedimentos que anteriormente eram privativos do Poder Judiciário, hodiernamente são possíveis através de vias das serventias extrajudiciais, nessa linha destacam-se a possibilidade de inventário e partilha, o divórcio consensual, usucapião e as retificações imobiliárias, buscando através do consenso chegar a uma solução mais célere.

Assim se faz necessário analisar os benefícios das novas formas alternativas de resolução de conflito, com ênfase na atuação das serventias extrajudiciais como auxiliares no processo de desjudicialização, frisando como o acesso à justiça pode ser alcançado por esse meio, desmitificando a cultura de litígios existente em nossa sociedade.

O interesse pela escolha do tema deste trabalho se deu após contato direto com essas formas alternativas, verificando de maneira ativa os benefícios que decorrem desses meios, e que proporciona uma maior celeridade, sem a necessidade de judicializar. Destarte, o ponto central pauta-se na análise da importância ocasionada pelo legislador ao permitir esses meios alternativos, descentralizando a competência do Poder Judiciário e garantindo o acesso à justiça de modo mais célere.

Os principais autores utilizados foram Mauro Cappelletti, o qual trata do acesso à justiça e Christiano Cassetari, que analisa a atuação das serventias e os procedimentos extrajudiciais, tais como divórcio, e inventário e partilha.

Diante do exposto foi feita uma análise simbiótica dos benefícios dos procedimentos extrajudiciais, sob a ótica do acesso à justiça. Nesse sentido foi enfocado o abarrotamento do Poder Judiciário e atuação das serventias extrajudiciais como mecanismo de acesso à justiça.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: (CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *ACESSO À JUSTIÇA*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1988) e (CASSETTARI, Christiano. *DIVÓRCIO, EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E INVENTÁRIO POR ESCRITURA PÚBLICA TEORIA E PRÁTICA*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018.), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica, sendo o último para fins estatísticos. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas e estatísticos sobre o tema pesquisado.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa as seguintes formas metodológicas: a bibliográfica, pelo uso de doutrinas, artigos, monografias com a temática tratada. E por fim, a pesquisa documental, que se desenvolveu pelo estudo da Constituição Federal de 1988, Provimentos e Código Civil, Código de Processo Civil, ressaltando os pontos principais em cada legislação sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante da ineficácia estatal refletida na crise que cerceia o Poder Judiciário, visualiza-se atualmente um descontentamento na população. Denota-se ainda que os problemas

enfrentados hodiernamente se mostram com a sua fonte enraizada em uma sociedade que ainda apresenta bastante déficit informacional, os quais são agravados pela desigualdade social que perpetua em nossa sociedade.

Nessa linha, visualiza-se através das atividades extrajudiciais, uma via subsidiária ao acesso à justiça. Dessa forma é notória a preocupação legislativa em amenizar a morosidade do sistema judiciário, proporcionando mecanismos pautados na consensualidade. Similarmente é desvelada uma preocupação no que tange o incentivo de vias alternativas de acesso à justiça. Inferindo, diante do exposto a importância que os estatutos como conciliação, mediação e arbitragem vem perquirindo temporalmente.

Ademais é abalizado em uma sociedade democrática de direito, a proteção à dignidade da pessoa humana. De tal forma que esta deve ser assegurada, conforme preceitua a Constituição Federal. Sob esse prisma, deve ser garantido um acesso à justiça eficientes as partes.

Assim, sendo, exorta-se acerca do papel que as serventias extrajudiciais vêm representando no processo de desjudicialização e acesso à justiça. Proporcionando às partes segurança jurídica, economia e auxiliando na desconstrução da cultura litigiosa. Ainda que, de uma maneira tímida, é notório os benefícios ocasionados pela utilização das vias extrajudiciais. Demonstrando-se que além da sistematização proporcionada com a utilização de métodos alternativos, é possível uma resolução célere, segura e amigável.

De fato, ainda não é possível torná-la como via de acesso principal, mas é expectável vislumbrá-la como mecanismo crescente do acesso à justiça. Salutar ainda, acerca da preocupação com os hipossuficientes economicamente, tornando assim, uma via de fácil acesso à estes. Oportunizando uma isonomia entre as partes e desmitificando a falsa ideia de que, o acesso à justiça é possível apenas a quem possui condições financeiras consideráveis. Ademais é notório a economia de tempo, bem como a economia que decorre em face da utilização de procedimentos por via administrativa, pois procedimentos que demandariam bem mais tempo e dinheiro, se dão, como demonstrado, de forma sistemática e célere. Nesse prisma é ainda relevante pontuar acerca da gratuidade que é possível obter utilizando tais mecanismos, bem como a manutenção de relações que tendem a ocorrer diante da utilização da consensualidade que esses meios exigem.

Conclui-se que mesmo diante dos benefícios demonstrados através da presente pesquisa, percebe-se ainda um baixo nível de informação à população, o que torna essa via, ainda, pouco utilizada, mas vislumbra-se que através de um maior incentivo informacional se atinja um maior número de pessoas. E conseqüentemente se faça uma maior utilização dessas vias, ajudando tanto na desjudicialização, quanto no desincentivo da cultura litigiosa.

Finalmente, através da leitura da legislação exposta e revisão bibliográfica atingiu-se os objetivos propostos. Embora, faça-se necessário uma análise de cada caso, visando uma solidificação dos benefícios ocasionados pela utilização de vias extrajudiciais. Dessa forma, mesmo que distante da resolução para a problemática da morosidade, vislumbra-se que a cultura consensual se dê cada vez mais em detrimento da litigiosa. De tal sorte, que as serventias extrajudiciais continuem desempenhando papel importante na desjudicialização e na desconstrução da problemática da morosidade, permitindo assim, a garantia do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Nº 10.406 nº 01, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília - DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2007. 167 p. Tradução: Marco Aurélio Nogueira.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. Brazil: Malheiros Editores Ltda, 2000. 618 p.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **ACESSO À JUSTIÇA**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1988.

CASSETTARI, Christiano. **DIVÓRCIO, EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E INVENTÁRIO POR ESCRITURA PÚBLICA TEORIA E PRÁTICA**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **RESOLUÇÃO Nº 35**: Resolução. 35 ed. Brasil, 2007.

GARANTIA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA À EMPREGADA QUE ENGRAVIDA DURANTE O AVISO PRÉVIO: INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DA NORMA OU ABUSO DE DIREITO?

Meton Anderson Lima Pereira (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: meton_anderson@yahoo.com.br); Orientador: João Carlos Maia Neto (professor do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: maian.jcarlos@hotmail.com).

RESUMO

A pesquisa retrata sobre os direitos das mulheres gestantes com relação a sua estabilidade no trabalho durante o aviso prévio, isso porque por muito tempo houve duabilidade sobre doutrinas e jurisprudências que discutem sobre esse cenário. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é discutir o funcionamento da aplicabilidade da estabilidade provisória para a empregada que engravida durante o aviso prévio. Para tanto, aplicou-se uma pesquisa bibliográfica, que utiliza informações de autores diversos sobre o cenário da estabilidade provisória durante a gravidez descoberta no cumprimento do aviso prévio. Entre os autores que ajudam nessa construção estão Freitas (2017), Fachin *et al.* (2019) e Feitosa e Albuquerque (2019).

Palavras-chave: Aviso prévio. Direito. Estabilidade provisória. Empregada.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a empregada gestante não pode ser demitida sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, porém até pouco tempo atrás haviam divergências doutrinárias e jurisprudenciais acerca da aplicação da estabilidade provisória da empregada que engravida durante o aviso prévio. Contudo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmou esse entendimento garantindo tal direito como uma forma de proteção constitucional a criança. A recente lei (Lei 13.467/2017), que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante esse direito, excluindo eventuais contestações na justiça. Há ainda doutrinadores que não são a favor desse direito, pois acreditam este direito um abuso, porque entendem que a estabilidade da gestante seria uma proteção contra demissão discriminatória, sendo assim não há que se falar em discriminação na demissão da empregada que engravida no curso do aviso prévio, pois o contrato de trabalho já havia sido rescindido antes mesmo da empregada ficar grávida. Por outro lado, existem e de forma majoritária doutrinadores a favor, pois observam que o aviso prévio trabalhado ou indenizado dado pelo empregador, enquanto estiver no seu período de duração integra o serviço para todos os efeitos legais, sendo assim a empregada que ficar grávida durante o aviso prévio tem a estabilidade provisória garantida. Nesse sentido, o presente estudo é de grande relevância, uma vez que procura identificar até que ponto o objetivo do legislador de atribuir a estabilidade a empregada que engravidar durante o aviso prévio dando uma interpretação mais ampla no que diz respeito a estabilidade da empregada gestante. Compreendendo esse cenário, cabe ressaltar que o objetivo geral da pesquisa é discutir o funcionamento da aplicabilidade da estabilidade provisória para a empregada que engravida durante o aviso prévio.

REFERENCIAL TEÓRICO

As relações da história que envolviam as mulheres sempre foram baseadas em limites que sofriam a tradução de paradigmas patriarcais, e, como consequência, havia a submissão do gênero feminino diante o masculino, ou seja, o papel da mulher desde cedo foi delimitado. As

mesmas serem tiveram responsabilidades que se restringiam a educação dos filhos e ações domésticas, e, como resultado disso, havia também um distanciamento do mercado de trabalho. Dessa maneira, pode-se dizer que as mulheres não poderiam trabalhar, sendo esta atividade exclusiva para o homem. O gênero masculino também tinha responsabilidades, porém, bem distintas do feminino, sendo que eles tinham como obrigação sustentar a família, eram conhecidos como "chefe familiar" ou "homem da casa". O homem, apenas pelo seu gênero, possuía poderes diante a todos de sua casa, e, a sociedade enaltecia sua figura. Diversos são os abusos voltados as mulheres gestantes quando o assunto é seu direito trabalhista. Segundo Cipriano (2015) o mais comum relaciona-se ao assédio moral, pois de acordo com o autor a instabilidade que se consegue causar na mulher, no período de gestação, consequentemente culmina em problemas de saúde física e mental, além dos danos a seu patrimônio, já que a mulher tende a minimizar sua qualidade vida também no trabalho. Cabe saber que muitas mulheres, mesmo em situação de gestação passam por situações de violência psicológica nas instancias da empresa em que atuam, sobretudo, junto a seus gestores, que usam do momento de fragilidade emocional das mesmas para conseguirem manter relações sexuais ou criar uma intimidade inexistente. A estabilidade é uma forma de impedir que o sujeito seja despedido do seu emprego, sendo assim, é um direito que o mesmo possui de ainda manter um vínculo com a empresa, não podendo ser demitido pelo empregador apenas por livre vontade. A “estabilidade é o direito do empregado de continuar no emprego, mesmo contra a vontade do empregador, desde que inexista uma causa objetiva a determinar sua despedida. Tem assim, o empregado, o direito ao emprego, de não ser despedido, salvo determinação de lei em sentido contrário”. Sendo assim, fica claro que a estabilidade tem como objetivo garantir uma segurança jurídica para os trabalhadores, pois ela estabelece limites para o empregador a fim de não dispensar o empregado. O trabalho é algo intrínseco do ser humano. O homem, por meio do trabalho, conseguiu realizar o domínio sobre a natureza, pois, visto a necessidade criou ferramentas para ajudá-lo a sobreviver, e isso fez com que, posteriormente, passassem a criar as máquinas, vindo aí todo o processo de industrialização até alcançar o patamar de desenvolvimento tecnológico. Porém, o homem com sua ganância, fez com que o trabalho virasse contra ele, sendo assim, ele passou a ser um instrumento de dominação. O resultado disso foi uma grande exploração dentro do ambiente, fazendo com que fosse criado o ramo justabalhista, que garantiu os Direitos do Trabalho a classe trabalhadora que sofria danos e não tinham seus direitos garantidos. O aviso prévio é uma declaração que possui o objetivo de finalizar a relação de trabalho com o empregado. É considerado um documento importante, pois, demonstra a intenção de rompimento de uma das partes para com o outro. Martins (2009, p. 386) conceitua o aviso prévio como uma “comunicação que uma das partes do contrato de trabalho deve fazer à outra de que pretende rescindir o referido pacto sem justa causa de acordo com o prazo previsto sob pena de pagar indenização”. Na visão de Martins (2003, p.602) trata-se da “comunicação que uma parte do contrato de trabalho deve fazer à outra de que pretende rescindir o referido pacto sem justa causa, de acordo com o prazo previsto em lei, sob pena de indenização substitutiva”. Para Fachin (2019), enquanto milhares de pessoas as redor do mundo são privadas até do direito de ter um direito, os tratados internacionais e as constituições proclamam o princípio da dignidade da pessoa humana, sem muitos respaldos no cotidiano. No Brasil, ele consta como o art. 1º da CF/88, enfatizado como um dos fundamentos da república, e são cada vez mais frequentes as decisões judiciais que invocam esse princípio, porém, o valor dado a ele não tem sido suficiente para assegurar sua eficácia na vida dos cidadãos, pois, ele existe na teoria, mas nem sempre na prática. Sobre o princípio de proteção à mulher grávida que se associa ao ordenamento jurídico brasileiro, sendo o mesmo responsável por garantir proteção a maternidade assim como também ao trabalho da mulher sob a condição de grávida, sobretudo.

Neste sentido, o autor discorre sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao signatário da Convenção nº 103, que enfatiza sobre a proteção à maternidade.

CONCLUSÕES

Levando em consideração o cenário apresentado, compreende-se que os objetivos da pesquisa foram atendidos, pois é possível entender que a mulher grávida tem seus direitos garantidos numa empresa, independentemente de sua condição como empregada temporária, com aviso prévio ou estável. Isso porque a CF/88 garante segurança a essa mulher e ao seu filho, sendo o mesmo considerado um direito individual e irrenunciável. Ainda os objetivos são atendidos quando percebe-se que os empregadores são acometidos por diversas consequências quando não assumem as responsabilidades necessárias junto as mulheres gestantes e consequentemente com seus bebês, isso porque como explanado trata-se de uma obrigação tanto do Estado quanto das organizações. Viu-se que não se pode confundir estabilidade da gestante com a licença maternidade, pois a primeira relaciona-se ao nascimento da criança até os cinco meses da mesma e a segunda, refere-se ao período de 120 para 180 dias, onde a mulher fica em casa nos primeiros dias de seu filho, visando os devidos cuidados com o mesmo.

REFERÊNCIAS

CIPRIANO, Ana Paula. **Assédio moral à empregada gestante**. Conteúdo Jurídico, 2015.

Disponível em:<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44679/assedio-moral-a-empregada-gestante>>. Acesso em: 20 set. 2021.

FACHIN, Zulmar *et al.* O princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento para o estado contemporâneo: um olhar sob o viés dos direitos da personalidade. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), v. 7, n. 3, p. 311-340, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SISTEMA PRISIONAL: SUPERLOTAÇÃO NOS PRESÍDIOS DO ESTADO DO CEARÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS COM ÊNFASE NA REINCIDÊNCIA

Luzia Aline da Silva Vieira (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: luzia.aline@fvj.br); Orientadora: **Arielle Arry Carvalho** (professora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de analisar a situação atual dos presídios brasileiros, especificamente em relação ao sistema prisional do Estado do Ceará. Com relação ao problema do estudo, o mesmo busca entender em que medida o Estado brasileiro atua, no sentido de conferir os direitos dos custodiados nos presídios brasileiros, especificamente no Estado do Ceará. O trabalho se desenvolve por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros, periódicos e leis, os quais enfatizam o tema, com foco nos autores como Bitencourt (2011), Andrade (2021) e Ferreira (2021). A pesquisa é ainda documental, descritiva e de natureza teórica. Conclui-se que não basta direcionar valores para construção de novos espaços e contratar novos agentes penitenciários para suprir a demanda.

Palavras-chave: Sistema prisional. Superlotação. Reincidência.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional é citado pela primeira vez na Idade Média, quando buscava um meio de punir os monges que não realizavam as funções que lhe eram destinadas. Eles eram levados às celas para dedicarem-se na meditação, visando se arrepender de seus erros e aproximar-se de Deus. Esse cenário culminou no primeiro sistema prisional, especificamente em Londres, conhecido por *House of Correction*, construído entre os anos de 1550 e 1552. No Brasil, a Carta Régia de 8 de julho de 1796 determinou a necessidade da criação de sistemas penitenciários que visassem punições daqueles que transgredissem as leis, previamente traçadas. Nesse contexto surgiu o sistema prisional brasileiro em 6 de julho de 1850 com a inauguração da Casa de Correção. Acerca do tema tratado, é possível enfatizar a Constituição Federal de, 05 de outubro de 1988, que adota como fundamento reitor da República Federativa do Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como a Lei de Execução Penal de, 11 de julho de 1984, que dispõe acerca do direito do reeducando nas penitenciárias e a sua reintegração ao contexto social; a Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, que discorre acerca do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, dentre outras legislações.

MARCO TEÓRICO

As penas possuem duas finalidades; preventivas e repressivas. Estas, por sua vez, estão detalhadas por três teorias, sendo a primeira delas conhecida como teoria absoluta ou retributiva da pena, em que a finalidade é punir o autor da infração penal. A retribuição jurídica significa que a pena deve ser proporcional ao injusto culpável, ao entendimento do princípio da justiça distributiva. A pena de prisão se dá por meio de reclusão, detenção e prisão simples, e a reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção por meio do regime semiaberto e aberto, prevista no art.32 do CP. Estão previstas também no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal de 1988. Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLVII, assegura que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84, XIX; de caráter perpétuo;

de trabalhos forçados, de banimentos; cruéis, e portanto, as penalidades voltadas aos condenados precisam considerar outras situações. Sendo assim, de acordo com Bruno Pastori Ferreira (2021), o sistema prisional é um conjunto de dispositivos que compõe um regime aberto; fechado e semiaberto, sendo estes divididos por gênero, masculinos e femininos, os quais devem ser respeitados, considerando as necessidades de cada gênero, assim como também os seus direitos conquistados. Para Nascimento e Barros (2020) o Sistema prisional surgiu com intuito de suprir as necessidades dos que precisam conviver em sociedade. Nos primórdios, havia totalmente o desconhecimento da privação de liberdade, como sanção penal. Como supracitado, os sujeitos encarcerados precisam entender que transgrediram a lei e porque agiram dessa forma, para que, no contexto penitenciário, possam compreender praticar crimes não concede benefícios a eles nem muito menos aos demais sujeitos de sua comunidade. Atualmente, o sistema penitenciário, do Brasil, de acordo com diversos autores, é um amontado de sujeitos que vivem em situações suscetíveis a qualquer doença, devido a superlotação enaltecida em livros, artigos e telejornais. É sabido que essa situação chegaria a esse nível, tendo em vista que, de acordo com o pensamento ideológico da antropologia, o homem só se torna homem porque é ensinado (PAULA; SANTOS, 2017). No Brasil, o sistema penitenciário funciona embasado no modelo progressivo, que tem como objetivo não apenas deixar o indivíduo recluso, mas, o estimula para trabalhar e contribuir de alguma forma para a sociedade. Quando esse indivíduo recebe uma pena que priva sua liberdade, é quando ele é retirado da sociedade, tem sua condenação e passa a viver dentro de um local prisional por um tempo preestabelecido (MORAES; TANAKA; FERREIRA, 2020). A situação enfrentada pelos encarcerados do sistema prisional brasileiro, é degradante, pois, além de serem privados de sua liberdade, ainda não possuem condições de vida condizentes com o que é estabelecido por lei, ou seja, sem dignidade alguma para viver em um local sub-humano (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020). A superlotação nas prisões do Brasil são uma realidade constante, e, infelizmente deixam os encarcerados em condições mínimas para viver dentro de um cubículo, em pequenos espaços, em contrapartida, com um amontoado de pessoas que também passam pelas mesmas situações todos os dias (RODRIGUES; CORDAZZO, 2019). Domenici e Barcelos (2019) discorrem sobre a desproporcionalidade do encarceramento entre brancos e pretos, o que consequentemente representa o preconceito vivenciado pelos sujeitos, e ainda mais menor teor de possibilidade de inserção destes com relação a ressocialização, pois a sociedade tende a interligar os problemas de cárcere com cor. É importante salientar que a falta de oportunidade para pessoas pretas já é algo que demora a ser conquistado, e quando os mesmos finalmente conseguem, as problemáticas do preconceito e do cárcere privado, minimizando ainda mais as possibilidades de ascensão numa sociedade que apresenta-se cada dia mais injusta, com o ser humano em si. A realidade carcerária compreende um universo que as pessoas abominam, por diversos motivos, mas, sobretudo, por identificarem, nas mídias das mais diversas, que não se trata de um ambiente que algum sujeito queria participar, ou mesmo se envolver com alguém que passa pelo mesmo. Quando traz-se o contexto das prisões para um Estado como o Ceará, a problemática se intensifica, porque já trata-se de um povo que constantemente sofre preconceito apenas por sotaque e jeito de ser. Além disso, esse Estado tende a ser esquecido pelas autoridades federais, o que culmina em falta de recursos para investimento em diversos cenários, onde o mesmo está inserido. No ano de 2014, por meio de uma reportagem exibida Rede Record de Televisão destacou-se como o cenário para o Estado é ainda mais caótico que para as demais regiões. A reportagem enfatizou que existe superlotação e caos, ocasionado, sobretudo, pelos seus agentes penitenciários, que transformam a vida dos encarcerados em situação conflitante. A mídia aponta caos, principalmente nas cidades de Maranguape e Fortaleza e enfatizam a falta de luz, água e problemas com a Vigilância Sanitária nos espaços (QUEIROZ JUNIOR, 2014).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, utiliza-se uma pesquisa bibliográfica, pois se assenta em obras de autores que abordam a temática, dentre eles: Bitencourt (2011), Andrade (2021) e Ferreira (2021), documental, pois apresenta dados coletados em sites, dentre eles; o site da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), o site do planalto. É descritiva, pois descreve os problemas identificados no sistema prisional brasileiro, sobretudo, em relação ao do Estado do Ceará. É ainda qualitativa e de natureza teórica. Dessa forma, a pesquisa divide-se em três capítulos distintos. O primeiro deles trata sobre a pena em si, enfatizando sobre suas finalidades e especiais, além de discorrer sobre o sistema penitenciário.

CONCLUSÕES

Frente as informações que foram narradas ao longo da pesquisa, compreende-se que o objetivo do mesmo foi atendido, já que buscava analisar a situação atual dos presídios brasileiros, especificamente em relação ao sistema prisional do Estado do Ceará. Viu-se que o cenário é de superlotação e pouco auxílio para que o mesmo mude, pois existe corrupção com os valores que são destinados ao cuidado com os estabelecimentos presidiários, sob a justificativa de que “bandido bom é bandido morto”, portanto, não existe necessidade de cuidado com esses sujeitos, mesmo sabendo que a lei erra, e que muitos que se concentram nesses espaços são inocentes ou até mesmo que poderiam cumprir penas mais flexíveis, sem necessariamente precisar passar por um ambiente que compreende doenças, fome, barbárie, entre outros, como apresenta a literatura. Cabe enfatizar que a superlotação é o que mais assusta, na visão dos autores, quando esse cenário é investigado, pois compreende a impossibilidade da humanização dos espaços, fazendo com que as pessoas não consigam refletir sobre os seus atos, já que a proposta inicial do cárcere é o repensar acerca de suas atitudes consideradas transgressões a lei e consequente ressocialização a sociedade. Neste contexto, é que se vê que o problema do estudo é respondido, sendo que buscava saber como o Estado atua para conferir os direitos dos custodiados nos presídios brasileiros, sobretudo no Estado do Ceará, e vê-se, junto a literatura, que a mesma emana ações que a própria lei enfatiza, que uma das medias trata-se da contratação de agentes para atuar nos estabelecimentos e evitar os problemas de violência junto aos presidiários. Entretanto, quando ocorre fiscalização ou quando conversado com os sujeitos, fica claro que alguns dos próprios profissionais contratados agem, em propósitos reversos, o que fica provado ao longo do texto, quando enfatiza a necessidade de demissão em massa, em determinados cenários.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Miqueias Antony Moreira. Política nacional de trabalho para presos, egressos e seus direitos sociais: uma visão crítica no estado do Ceará. **Revista Brasileira de execução Penal-RBEP**, v. 2, n. 2, 2021.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**: 4º ed. São Paulo: Saraiva. 2011.
- CARVALHO, Sérgio Garófalo de; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; SANTOS, Ivete Maria. A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3493-3502, 2020.
- FERREIRA, Bruno Pastori. Sistema penitenciário nacional e a ineficiência estatal: uma possibilidade de parceria público-privado. **Revista de Direito Público Contemporâneo**, v. 1, n. 1, 2021.
- MORAES, Lucas Oliveira; TANAKA, Carolina Akemi Otsubo; FERREIRA, Manuela Magro. **Situação dos presídios nos tempos de crise**. ETIC-Encontro de iniciação científica-ISSN 21-76-8498, v. 16, n. 16, 2020.

NASCIMENTO, Valquiria; BARROS, Cinthia. Direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro: teoria e prática. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 11, n. 41, p. 171-190, 2020.

PAULA, Fernando Crisci; SANTOS, Adriana Prates. O sistema penitenciário Federal: a resposta do Estado à crise carcerária no Brasil. **Revista Juris UniToledo**, v. 2, n. 03, 2017.

QUEIROZ JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de. **A realidade do sistema penal cearense**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29381/a-realidade-do-sistema-penal-cearense>. Acesso em 10 out. 2021.

RODRIGUES, Maria Isabela; CORDAZZO, Karine. Os atuais problemas carcerários: uma análise crítica da superlotação carcerária e a ineficiência do estado. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 7, n. 2, p. 203-223, 2019.

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA RESOLUÇÃO DOS CRIMES RELACIONADOS A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Luana Cândido Bezerra¹, Arielle Are Carvalho²

Estudante do Curso de Direito; email;luanacandido629@gmail.com¹

Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe; Email; arielle.carvalho@fvj.br²

RESUMO

Este estudo explora o seguinte tema: Justiça restaurativa na resolução de crime relacionados a violência doméstica. Busca-se no objetivo geral deste trabalho, entender a importância da justiça restaurativa e realizar uma abordagem acerca do tema como meio de resolução de casos envolvendo a violência doméstica. Além de objetivos específicos, eles também analisaram as estratégias utilizadas pelas mulheres para responder à violência e identificaram o tipo de violência mais afetada por essas mulheres. Conclui-se, que a justiça tem sua importância contra a violência doméstica, evidenciado que o tema requer uma reflexão vasta no que afeta à ressocialização e a reintegração da pessoa e das incontroversas vivenciadas no sistema criminal tradicional e no modelo atual de justiça criminal e de suas distintas medidas alternativas.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Violência contra a Mulher. Violência doméstica. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a violência contra a mulher tem muitos efeitos, incluindo não só a violência doméstica, mas também qualquer relacionamento que seja considerado prejudicial e na maioria das vezes mostra sinais de abuso. Estes temas são categorizados em cinco tipos, a saber: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência moral e violência patrimonial. Sob essa perspectiva, tem como objetivos específicos; discutir acerca da aplicação da justiça restaurativa nos casos de violência doméstica, e observar as possíveis soluções para a implementação da justiça restaurativa como meio de resolução nos casos relacionados a violência doméstica. Conclui-se que a justiça restaurativa representa uma medida eficaz a ser implementada pelos Estados na resolução dos crime de violência doméstica, pois demanda uma espécie de ressocialização e de reintegração do ofensor por meio de uma autocomposição, que deve ser célere, eficaz e revestida dos princípios da legalidade e da oportunidade.

MARCO TEÓRICO

A justiça punitiva se baseia na punição de pessoas e nem mesmo garante às pessoas o direito de resgatar suas ações. Portanto, os fatos comprovam que o sistema penal brasileiro é totalmente punitivo, enquanto a justiça restaurativa tem as seguintes formas: Ressocialização para mudar o paradigma de pessoas e vítimas. É baseada num procedimento de consenso no qual a vítima e o infrator ou outras pessoas que foi afetada pelo crime, buscam soluções para os traumas e perdas. Tendo como objetivo de satisfazer ambas as partes, procurando responsabilizar todos que participaram do ato danoso, A justiça restaurativa surge com o objetivo de alternar o modelo tradicional de punição, tendo em vista que os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica, estimulando o equilíbrio para a vítima e o agressor (LOPES, 2020). A resolução de 2002 se tornou destaque na justiça restaurativa, com o uso de programas restaurativo no mundo todo, com a resolução nº 12 da ONU, O procedimento restaurativo foi aderido por vários países, inclusive o Brasil. Ao analisar a distinção entre Justiça Restaurativa e Retributiva, no atual advento do sistema penal brasileiro, destaca – se, que na atual Justiça Restaurativa, o crime é visto como uma violação de relações, surgindo, assim, a necessidade de uma justiça terapêutica, que visa a ressocialização entre as partes envolvidas, no ato que afeta a vítima, o próprio autor e a comunidade. Entretanto no atual modelo de Justiça Retributiva, o crime é visto como uma violação da lei, e o ofensor deve ser submetido a uma pena para que o desequilíbrio gerado pelo fato delituoso seja restabelecido. Esse sistema deixa de observar as necessidades prementes e futuras da vítima, bem como desumaniza o ofensor, que muitas vezes, permanece oprimido, abusado e excluído da sociedade. A implementação da Justiça Restaurativa no Brasil representa a oportunidade de uma Justiça Criminal mais democrática, que opere real

transformação, abrindo caminhos para uma nova sistemática, como também, nova forma de promoção dos direitos humanos e da cidadania, da inclusão e da paz social com dignidade. E nesse contexto, que nasce o conceito de justiça restaurativa, visando ultrapassar o fracasso dos ideários retributivos. Nessa quebra de paradigma, objetiva-se transferir o foco do sistema criminal, não por meio da abolição do modelo vigente, pelo contrário, busca-se aderir e reformular novos conceitos à ideia de crime e de justiça. Nesta perspectiva, a justiça restaurativa apresenta-se como alternativa viável à resposta punitiva estatal, colocando como elemento fundante desse novo conceito de justiça as necessidades da vítima e mais, o infrator, espontaneamente, deseja restaurar as relações sociais abaladas em virtude do delito. Nessa perspectiva, objetiva-se um sistema criminal que prime pela composição dos danos e do equilíbrio das relações sociais atingidas, assim, mantendo o olhar para o futuro e não mais, para o passado. Ocorrido o fato criminoso, a Justiça Restaurativa propõe que os envolvidos no conflito, assim como a comunidade que os envolve, discutam juntos o litígio e realizem um acordo, com vistas à restauração. Portanto, a Justiça Restaurativa busca romper o paradigma do modelo punitivo vigente, que se fixa apenas na imposição de uma pena, que gera ainda mais dor e sofrimento a quem o sistema considera culpado, por meio de procedimentos regrados somente pelo Estado (SANTOS, 2019). Ademais, é de suma importância explicar e caracterizar os elementos principais desse novo modelo de Justiça. Pois, neste ato, há a utilização do consenso, entre a vítima e o infrator. E quando em vez, faz-se necessário, que outras pessoas ou membros das comunidades afetadas pelo crime, tidos, como sujeitos centrais, participem de forma coletiva e ativa, na construção de resoluções. E sendo assim, para eliminar os desgastes até então, estes por sua vez, tentam reparar os traumas e perdas causados pelo crime. Note que, existe uma responsabilidade pela restauração na esfera social, voltada tanto para o coletivo e para o futuro. Assim, a reparação à vítima poderá firmar uma consequência jurídico-penal autônoma do delito, convergente com a pena e a medida de segurança postulada (SANTOS, 2019). Insta dizer que, a Justiça Restaurativa é o modelo de resolução de conflitos, com o intuito de combater a ineficácia do sistema vigente, focando na compreensão do conflito instaurado e nos objetivos pretendidos com a resolução dele, considerando o impacto produzido nos “ofensores”, “vítimas”, e na comunidade afetada.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi uma pesquisa para revisão bibliográfica de caráter exploratório, documental, haja vista que fez uso de materiais já realizados como: artigos científicos, livros, documentos eletrônicos, revistas, enciclopédias na procura e alocação de conhecimento sobre o tema. No tocante ao desenvolvimento do trabalho, aborda-se de início a introdução com a apresentação do tema, seus objetivos, justificativa e a pergunta-problema. O segundo capítulo destina-se a tratar a violência doméstica, os tipos, bem como a evolução do direito das mulheres. O terceiro capítulo foi dedicado à justiça restaurativa no Brasil, de modo a expor seus elementos, princípios, bem como as partes que a integram. Já o quarto capítulo exhibe-se a aplicabilidade da justiça restaurativa, os projetos e programas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou apresentar uma amostragem do que se trata o tema da Justiça Restaurativa na resolução de crime de violência doméstica e por conseguinte, foi analisada sua aplicação e eficiência no cenário jurídico brasileiro quanto ao seu modo de execução e as consequências jurídicas em razão da aplicabilidade dessas medidas alternativas de Justiça dentro do Sistema Penal tradicional. E simultaneamente relatar a realidade em que nosso sistema jurídico se conduz perante as novas interpretações e a ineficiência do sistema tribuna. Neste contexto, fora mencionado, a ausência e o modo de efetivação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, em vista da violação dos direitos essenciais dirimidos a pessoa da pessoa infratora sob o crivo da Justiça Retributiva na sua aplicabilidade diante do sistema punitivo tradicional. Como também, o novo modelo de Justiça Criminal- Da Justiça Restaurativa, a qual, se faz jus a sua utilização, pois, esse novo sistema se mostra como o mais humano e que apresenta os melhores resultados práticos. Este método promove a intervenção, com enfoque na reparação de danos, no atendimento às necessidades das vítimas e na responsabilização dos agressores, de forma a promover o relaxamento das relações sociais. Pode ser usado para crimes graves e não exclui necessariamente o sistema penal, porque na verdade não deve excluir o agressor da punição. Não existe um momento ideal para iniciar as práticas restaurativas: pode ocorrer na fase de pré-julgamento, fase pós-indiciamento (pré-

juízo), fase de tribunal, pré-juízo e período de sentença. Pode substituir a prisão ou tornar-se parte da punição. O sistema jurídico penal vigente no país. É um instrumento de poder estabelecido pelo estado que visa punir. Já a justiça restaurativa deixa de lado a visão punitiva. Visto isso foi observado a necessidade do estado em criar projetos de justiça restaurativa, voltado nos casos de violência doméstica como núcleos de apoio as partes envolvidas. No entanto a ideia não é que seja realizada a substituição do modelo restaurativo, mais a possibilidade de os dois sistemas coincidir, havendo a aplicação do sistema penal vigente quando não houver meios restaurativos para reparar o conflito. Por todo o exposto, conclui-se, que a justiça tem sua importância contra a violência doméstica, evidenciado que o tema requer uma reflexão vasta no que afeta à ressocialização e a reintegração da pessoa e das incontroversas vivenciadas no sistema criminal tradicional e no modelo atual de justiça criminal e de suas distintas medidas alternativas. E que este novo modelo deve ser consensual e voluntário entre o ofensor e ofendido, regidos pelos princípios da legalidade e oportunidade, na auto composição para a solução do litígio, de maneira célere e eficaz. Desse modo, sintetiza-se o conhecimento produzido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira .4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990, 168 p.

BRASIL. Resolução 2002/12 da ONU, de 24 de julho de 2002. **Princípios Básicos Para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Justiça para o Século 21**. [s.l.], p. 06, 24 jul. 2002. Disponível em: <<http://justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0#.U3UV2IFdXxA>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da penha. São Paulo: Ed. **Revistas dos Tribunais**, 2015.

LOPES, Andressa Pereira et al. JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. **Caderno De Graduação-Ciências Humanas E Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 6, n. 2, p. 95-95, 2020.

SANTOS, Elzania. **Violência Doméstica: uma abordagem sob a ótica da evolução histórica da legislação brasileira na busca pela proteção da inviolabilidade da vida da mulher**, Betim Minas Gerais 2019.

ANÁLISE DO DIREITO À ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

Joelma Soares Pinto Gomes (Aluna do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email joelma.soares@fvj.br), Arielle Arry Carvalho (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: arielle.arry@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a atuação do ordenamento jurídico brasileiro no tocante ao direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A finalidade é demonstrar que apesar dos avanços das leis que regem a acessibilidade, o direito de ir e vir, os quais estão previstos na nossa constituição brasileira, essa normativa não se efetiva de modo válido e eficaz à sociedade brasileira. A falta de estrutura apropriada para amenizar os obstáculos físicos e morais tornando a vida do deficiente físico ou com mobilidade reduzida mais árdua simboliza uma das problemáticas por eles enfrentadas. Busca-se, portanto, promover uma reflexão no sentido de que não somente o Estado brasileiro deve implementar medidas efetivas de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, como também o setor privado. A metodologia do trabalho compreende uma pesquisa bibliográfica, documental, qualitativa e de natureza teórica. Conclui-se que o Estado brasileiro e o setor privado não dispõem de medidas suficientes para assegurar esse direito aos deficientes físicos ou aqueles que apresentem mobilidade reduzida e que, além das medidas efetivas que devem ser implementadas por meio das políticas públicas, a empatia, a alteridade e fraternidade devem ser praticadas nesse sentido.

Palavras-chave: Direito à Acessibilidade. Deficiência. Mobilidade Reduzida. Estado brasileiro.

INTRODUÇÃO

O rápido crescimento de urbanização do Brasil se deu a partir da década de 1960, com a ampliação dos parques industriais das duas maiores cidades em desenvolvimento, São Paulo e Rio de Janeiro, onde acarretou em uma infraestrutura inadequada à locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e deficientes. Junto com o crescimento urbano, de forma súbita e desordenada, um aspecto relevante mereceu destaque, o desenvolvimento da acessibilidade e da mobilidade. Nesse período, a periferia se expandia para os locais mais distantes, de modo que, parcela dos empregos se concentrava nos centros das cidades. Diante disso, tornava-se cada vez mais necessário o aperfeiçoamento dessas duas variáveis.

No que diz respeito à acessibilidade e à mobilidade, diante do novo quadro de urbanização social, foi a partir do ano de 1980, que essa parcela da população que possuía algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida que antes se encontrava segregada sem ocupação profissional e de cultura e lazer, que através de décadas de reivindicações e anos de militância conseguem através de escritos efetivar a sua inserção na vida social e em detrimento disso, a obrigatoriedade à acessibilidade e mobilidade foram termos exigíveis para as cidades e meios

de transporte para que todos os cidadãos tivessem qualidade na sua forma de locomoção sem distinção.

Com a intenção de preservar os direitos às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, defendendo a equidade entre todos os seres humanos e que perante a lei todos devem viver em equidade, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Especificamente foram criadas no Brasil as leis federais nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e a Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012 que tratam respectivamente da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e ainda a política nacional de mobilidade urbana sustentável, além das Normas Técnicas Brasileira 9.050 (NBR 9050).

Para tanto, essa pesquisa se justifica em reconhecer como o ordenamento jurídico brasileiro garante de forma sólida e eficaz esses direitos e obrigações às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de forma a trilhar um caminho para a promoção e a garantia de igualdade social. Tendo em vista toda a ineficiência da aplicabilidade das leis e o descumprimento das mesmas, toda a sociedade precisa estar ciente de como a legislação brasileira resguarda de forma indiscriminada o direito a essa acessibilidade em suas particularidades, pois nem sempre o que é determinado pelo Estado é cumprido pela sociedade.

Assim, diversas são as formas de acessibilidade, que visam uma qualidade e acesso de vida de forma indiscriminada a todas as pessoas, e o presente trabalho visa conhecê-las para analisar os impactos causados na sociedade. Nem sempre a história da acessibilidade foi pensada de forma indiscriminada ou universal, a passos lentos esse processo se desenvolveu e luta até hoje por esse reconhecimento.

A pesquisa teve como problema: Como o ordenamento jurídico brasileiro resguarda esse direito à acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?

Para responder ao questionamento do trabalho, objetiva-se compreender a evolução do tratamento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao passar do tempo e o surgimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência; conhecer a evolução das normas estabelecidas pelo ordenamento jurídico à acessibilidade; associar as diversas formas de acessibilidade que permeiam o seu conceito a fim de garantir direitos igualitários para todos os cidadãos.

Conclui-se que a infraestrutura inadequada é resultado da falta de políticas públicas eficientes que solucionem os problemas relacionados à mobilidade e acessibilidade urbana em locais públicos e privados. O Estado brasileiro e o setor privado não dispõem de medidas suficientes para assegurar esse direito aos deficientes físicos ou aqueles que apresentem mobilidade reduzida e que, além das medidas efetivas que devem ser implementadas por meio das políticas públicas, a empatia, a alteridade e fraternidade devem ser praticadas nesse sentido.

MARCO TEÓRICO

Como fundamentação teórica, alguns autores se fizeram importantes nesse trabalho. Como por exemplo: GUERREIRO (2012), diz que a acessibilidade para a PCD dentro das políticas públicas é algo recente e que em meados do século XX, os direitos humanos não tinham um prestígio de maneira internacionalizada, porém com os acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, gerou-se uma preocupação maior com esses direitos. Segundo Sasaki (2010, p. 29), a

sociedade defendia que, sendo a deficiência uma barreira existente puramente na pessoa com deficiência, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo. Para Fletcher (1996), tal modelo médico de intervenção no cuidado das pessoas deficientes era segregacionista e revelava a resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou com outras condições atípicas, dando-lhes oportunidade de ir em busca do seu próprio desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. SILVA (1987) diz que tal concepção resultou desde aí na segregação e discriminação do grupo, os quais apenas os membros, os representantes dos sagrados, os militares e familiares tinham o direito de serem amparados pelos sacerdotes. SASSAKI (2006), diz que uma sociedade moderna e inclusiva só acontece quando todos os cidadãos têm os mesmos direitos e oportunidades, e que a acessibilidade é uma qualidade que deseja ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Feijó (2002, p. 124) expõe que a problemática da integração está no fato de, tradicionalmente, as pessoas com deficiência não serem entendidas e assumidas como sujeitos “culturalmente completos”.

METODOLOGIA

Para tanto, o estudo tem como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que se utiliza de doutrinadores como Bessa Rabelo Guerreiro, Agnes Fletcher, Romeu Kazumi Sasaki, dentre outros. Trata-se de uma pesquisa documental, pois se utiliza de documentos que apresentam dados sobre o tema. Utiliza-se a abordagem descritiva, qualitativa e de natureza teórica, visto que esta nos permite ter um olhar para o subjetivo, para os sentidos e significados presentes em um dado contexto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou analisar a atuação do Estado brasileiro na efetivação do direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Buscou demonstrar que apesar dos avanços das leis que regem essa problemática da acessibilidade, do direito de ir e vir que estão garantidos na Constituição brasileira, ainda há muito o que ser discutido e realizado. Também ficou explícito que mesmo com toda essa legislação garantida a nível nacional, o governo federal deve efetivar a manutenção de vias, bem como implantação da obrigatoriedade da utilização dos pisos táteis, rampas de acesso e vagas em estacionamentos destinada a pessoas com deficiência e que as leis já implantadas no país sejam realmente executadas e fiscalizadas como prevê a mesma.

Portanto, considerando o fenômeno que a acessibilidade é a manutenção da igualdade e que o direito de ir e vir é um dos pilares da constituição do Brasil e deve ser respeitado e homologado por todos. A situação vigente se diz contraditória a toda essa problemática, pois toda essa demanda traz registros de exclusão e discriminação desde as antigas civilizações, onde tais pessoas eram vistas como “diferentes” ou grandes aberrações pela sociedade civil e governamental.

Considerando a complexidade do assunto, o Brasil em sua plenitude, além de desenvolver, fomentar regulamentações e políticas públicas eficazes, deve promover com o setor privado e a sociedade civil, a inserção social para que todo homem seja aceito como um integrante

participativo da sociedade, almejando o seu crescimento pessoal, político e social. Faz-se necessário, ainda, que a sociedade atue com empatia, alteridade e fraternidade, pois é dever não apenas do Estado, mas de todos promover uma sociedade justa e igualitária, em que a dignidade humana se sobressaia ao desinteresse e a insuficiência das medidas de acessibilidade. A insuficiência em relação à efetivação desse direito aos que necessitam significa negar-lhe o próprio ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

GUERREIRO, Bessa Rebello, MARIA, Elaine. **A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência.** Revista Educação Especial [en linea]. 2012, 25(43), 217-232[fecha de Consulta 08 de Outubro de 2021]. ISSN: 1808-270X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127405004>. Acesso em: 08 de out de 2021.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**, Rio de Janeiro, 8ª ed. RJ: WVA, 2010, pg. 80.

FLETCHER, Agnes. **Ideias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**: 3 de dezembro. Trad.: Romeu K. Sasaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Cedas, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidade à luz da Constituição Federal de 1988.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

DIREITO À EDUCAÇÃO DOMICILIAR: RISCOS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Joab Frankley da Silva Dantas¹ (Estudante do Curso de Direito na Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: joabdantas.direito@gmail.com), Francisco das Chagas da Silva² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em nível de graduação, é um trabalho teórico, propõe discutir sobre o direito à educação domiciliar. O motivo da escolha pelo tema, foi por ser um tema em evidência atualmente, por ter sido alvo de demandas judiciais, chegando ao STF para arbitrar a respeito, bem como, entrou na pauta de discussão do Governo Federal na Gestão do Governo Bolsonaro, que se propõe a regulamentar esta modalidade de ensino no Brasil, sem dar muitos detalhes de como acontecerá na prática. A questão norteadora deste trabalho é: A educação domiciliar é uma alternativa viável à educação de crianças e adolescentes?. T deste trabalho, discutir sobre o direito à educação domiciliar a partir da revisão de literatura, da manifestação do STF e da proposição do Governo Federal. E específico, analisar quais as motivações para adoção da educação domiciliar, vantagens e críticas ao modelo educacional, quais os riscos, possibilidades e limitações na realidade brasileira. Este é um trabalho eminentemente teórico, sendo a revisão de literatura seu principal instrumento de pesquisa, bem como, o julgado do STF recente, julgados de tribunais estaduais e superiores e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo Governo Federal. O texto está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, pretendemos discutir sobre a educação domiciliar a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, abordando desde conceitos, contextualização histórica, aspectos legais e possíveis motivos de escolha por essa modalidade educacional, entre outros aspectos. No segundo capítulo, pretendemos enfatizar o direito comparado, trazendo à tona a manifestação do STF sobre o tema, sobre o que propõe o Governo Federal, julgados em Tribunais Estaduais e Superiores e sobre a educação domiciliar em outros países. No terceiro capítulo, iremos tratar de pontos positivos e negativos, elencando vantagens e críticas à educação domiciliar, por quem defende e por quem se opõe a esta modalidade educacional, bem como, buscaremos perceber quais os riscos, possibilidades e limitações desta modalidade educacional que tem sido palco de demandas judiciais e do interesse do Governo Federal atualmente. A título de considerações finais, entende-se que a temática proposta é uma discussão contemporânea de um movimento presente na sociedade brasileira e em outros países, trazendo alguns dilemas e proposições que desafiam o poder judiciário e governos estabelecidos. Além disso, cabe destacar que, a manifestação do STF sobre a temática em um julgado recente com repercussão geral, entende não haver proibição no ordenamento jurídico brasileiro, mas que carece de regulamentação por meio de edição de lei pelo Congresso Nacional, o que já vinha nessa direção os julgados dos tribunais estaduais e superiores.

Palavras-chave: *homeschooling*; educação; desescolarização; família; escola.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, se propõe discutir sobre o direito à educação domiciliar a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, bem como, discutir sobre manifestação do STF sobre a temática recentemente e proposição do Governo Federal na gestão Bolsonaro e normas versando sobre o assunto.

Tem-se como objetivo geral deste trabalho, discutir sobre o direito à educação domiciliar a partir da revisão de literatura, da manifestação do STF e da proposição do Governo Federal. E específicos, analisar quais as motivações para adoção da educação domiciliar, vantagens e críticas ao modelo educacional, quais os riscos, possibilidades e limitações na realidade brasileira. Tema que tem sido palco de demandas judiciais e do interesse do Governo Federal atualmente.

Os principais autores que irão fundamentar este trabalho, serão Cardoso (2018) e Moreira (2017) que dispõem de obra publicada recentemente versando especificamente sobre o assunto em estudo, cartilha do Ministério da Educação (MEC) de 2021, julgado do STF de 2018 que gerou repercussão geral na temática nos tribunais, além de Born (2014) e Carneiro (2012), de forma secundária.

O motivo da escolha pelo tema, foi por ser um tema em evidência atualmente, por ter sido alvo de demandas judiciais, chegando ao STF para arbitrar a respeito, bem como, entrou na pauta de discussão da atual gestão do Governo Federal, que se propõe a regulamentar esta modalidade de ensino no Brasil, sem dar muitos detalhes de como acontecerá na prática.

São questões norteadoras deste trabalho: A educação domiciliar é uma alternativa viável à educação de crianças e adolescentes? Cabe a família que detém o poder familiar decidir o que a criança e o adolescente devem estudar? Quais os pontos positivos e negativos da educação domiciliar?.

Quanto as técnicas de pesquisa, este trabalho será um trabalho eminentemente teórico, buscando se valer da revisão de literatura como seu principal instrumento de pesquisa, no qual a literatura disponível será objeto de referencial teórico, bem como, o julgado do STF recente sobre o tema, julgados de tribunais estaduais e superiores e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo Governo Federal.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo pretendemos discutir sobre a educação domiciliar a partir da revisão de literatura disponível sobre o assunto, abordando desde conceitos, contextualização histórica, aspectos legais e possíveis motivos de escolha por essa modalidade educacional, entre outros aspectos. No segundo capítulo, pretendemos enfatizar o direito comparado, trazendo à tona a manifestação do STF sobre o tema, sobre o que propõe o Governo Federal, julgados em Tribunais Estaduais e Superiores e sobre a educação domiciliar em outros países. No terceiro capítulo, elencamos vantagens e críticas à educação domiciliar, por quem defende e por quem se opõe a esta modalidade educacional. Bem como busca-se perceber quais os riscos, possibilidades e limitações desta modalidade educacional que tem sido palco de demandas judiciais e do interesse do Governo Federal na atual gestão.

MARCO TEÓRICO

Os principais autores que irão fundamentar este trabalho, serão Cardoso (2018) e Moreira (2017) que dispõem de obra publicada recentemente versando especificamente sobre o assunto em estudo, cartilha do Ministério da Educação (MEC) de 2021, julgado do STF de 2018 que gerou repercussão geral na temática nos tribunais, além de Born (2014) e Carneiro (2012), de forma secundária.

METODOLOGIA

Este é um trabalho eminentemente teórico, sendo a revisão de literatura seu principal instrumento de pesquisa, bem como, o julgado do STF recente, julgados de tribunais estaduais e superiores e as normativas disponíveis, a respeito do tema, emanadas pelo Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto nesse trabalho, convém dizer que, não se propõe esgotar o tema, pelo contrário, buscamos refletir sobre o direito a educação domiciliar, que na nossa leitura se reveste de uma discussão contemporânea de um movimento presente na sociedade brasileira e em outros países, trazendo alguns dilemas e proposições que desafiam o poder judiciário e governos estabelecidos.

Neste texto, foi possível apresentar de forma breve, um pouco sobre a educação domiciliar, versão brasileira da terminologia em inglês do *Homeschooling*, onde apresentamos alguns conceitos, contextualização histórica, aspectos legais e principais motivações para a escolha desta modalidade de ensino.

A seguir abordamos o direito comparado, apresentando a manifestação do STF sobre a temática em um julgado recente com repercussão geral, que entende não haver proibição no ordenamento jurídico brasileiro, mas que carece de regulamentação por meio de edição de lei pelo Congresso Nacional, o que já vinha nessa direção os julgados dos tribunais estaduais e superiores. Abordamos sobre o que o Governo Federal propõe quanto a educação domiciliar e falamos um pouco sobre a educação domiciliar em alguns países.

Discutimos vantagens e críticas a educação domiciliar, possibilitando se ponderar pontos positivos e negativos quanto a esta modalidade educacional, especialmente por aqueles que desejam optar por esse modo de ensino.

Por fim, elencamos alguns riscos que percebemos quanto a esta modalidade de ensino, possibilidades educacionais que esta modalidade permite adotar e as limitações presentes no momento no Brasil.

Em suma, penso que a educação domiciliar deve ser discutida, analisando pontos positivos e negativos, ponderado riscos e limitações, bem como possibilidades para o desenvolvimento da nossa educação e sociedade. Após esse período pandêmico acredito que ganhará espaço na sociedade global.

REFERÊNCIAS

BORN, Rogério Carlos. **Objecção de consciência**: restrições aos direitos políticos e fundamentais. Curitiba: Juruá, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Educação Domiciliar**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acao/ptbr/2021/07/20210720_1.pdf. Acesso em 10 set. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 888.815. Redator: Alexandre de Moraes, Rio Grande do Sul, 19 setembro de 2018.

CARDOSO, Nardejane Martins. **O direito a optar pela educação domiciliar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 19. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **O direito à educação domiciliar**. Brasília (DF): Editora Monergismo, 2017.

Adoção avoenga com base no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente

Gessica Thalia Moreira Carlos (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: gessicathalia26@gmail.com); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

Esta pesquisa analisa o processo de adoção avoenga no Brasil à luz do ordenamento jurídico, visando responder ao seguinte problema: qual o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à vedação da adoção por ascendentes no Brasil? Buscou-se investigar a evolução histórica do instituto da adoção no Brasil e no mundo, apontar os aspectos legais da adoção no Brasil e analisar o posicionamento do STJ quanto à possibilidade da adoção por avós. Com a pesquisa, foi possível compreender a história e evolução da adoção no Brasil e no mundo, além de identificar e caracterizar as principais modalidades de adoção existentes. Discute-se a respeito da adoção por ascendentes, com destaque para sua vedação pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e análise do posicionamento do STJ quanto à proibição. O presente estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem de cunho qualitativo, de natureza básica e com objetivo exploratório. Os resultados da pesquisa apontam que, embora haja vedação da adoção por ascendentes pelo ECA, o STJ torna possível a adoção por avós levando em conta o melhor interesse da criança e do adolescente, exigindo-se, para tanto, embasamento da decisão em motivações concretas que justifiquem a concessão da excepcionalidade. Tal excepcionalidade é possível mediante análise de cada caso de forma individual, por meio do exame, de forma minuciosa, das particularidades de cada caso e das reais vantagens que a concessão proporciona ao adotado.

Palavras-chave: Adoção por ascendentes. Adoção avoenga. História da adoção. Modalidades da adoção.

INTRODUÇÃO

A sociedade vem passando por mudanças que têm refletido no ordenamento jurídico brasileiro. No que tange ao processo de adoção, essas mudanças têm possibilitado o surgimento de novas visões por parte do judiciário, de forma que este tem adotado novos posicionamentos, posturas e decisões a fim de proteger os laços que são criados da socioafetividade, assim como de laços biológicos. A adoção é o ato por

meio do qual uma pessoa é incluída em uma família distinta da sua família natural. Esse ato cria vínculos afetivos, gera direitos e deveres tanto a pessoa interessada na adoção quanto pelo adotado. Muito se discute acerca da adoção avoenga no Brasil, razão esta que favorece debates doutrinários, através de fundamentações teóricas e jurídicas. Por isso, é de fundamental importância realizar um levantamento histórico sobre a evolução da adoção no Brasil, uma vez que há muitas mudanças ao longo dos anos na legislação brasileira. O estudo sobre o tema é importante haja vista as situações de abandono as quais muitas crianças e adolescentes estão expostas, sendo submetidos a violências de cunho psicológico, físico e sexual sem o amparo legal que garanta o cuidado pelos avós para com seus netos. Ademais, a pesquisa é fundamental para compreender a importância de se levar em consideração o afeto desenvolvido na relação entre avós e netos, o interesse do adotando e seu bem estar e não apenas na prática da letra pura da lei pelos juízes.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica do trabalho foi desenvolvida tomando por base, a priori, autores como Dias (2010), Gonçalves (2012), Silva (2014), Guimarães (2017), Melo (2018), Areas (2019), Lombardi (2019), Lobo (2021), além do embasamento teórico no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Código Civil (2002). Tais autores contribuíram para elucidar conceitos e fornecer sustentação teórica ao referencial da pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa tem abordagem de cunho qualitativo, caracteriza-se como sendo de natureza básica, apresenta objetivo exploratório e classifica-se como pesquisa bibliográfica, valendo-se, notadamente, de artigos científicos, baseando-se, também, em livros e decisões legislativas, buscando realizar uma análise sobre as mesmas e suas aplicações para casos concretos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O instituto da adoção passou por diversas mudanças ao longo das décadas, apresentando algumas restrições, alargando o rol de possibilidades em seus princípios e introduzindo critérios que o aprimoraram durante seu processo evolutivo até se constituir na forma como é conhecido hoje. Ao longo dos anos, o instituto da adoção foi abordado em várias leis, sendo uma delas o Código Civil de 1916, que inovou ao trazer os requisitos referentes ao processo de adoção no Brasil. Tal instituto é regulado pelo ECA, cuja principal finalidade é o melhor interesse da criança e do adolescente e a aplicação do princípio da dignidade humana. A adoção era vista apenas como um ato jurídico que se concretizava por meio do cumprimento dos requisitos exigidos em lei. Posteriormente, o interesse da criança e do adolescente passou a ser levado em consideração, o que trouxe mudanças, inovações, direitos e

garantias ao adotado. Em seu escopo, o ECA salienta a importância e necessidade de que crianças e adolescentes sejam protegidas, uma vez que estão em desenvolvimento. Antes da entrada em vigor do ECA, a adoção por ascendentes era prática muito comum, com a anuência pacífica da legislação brasileira. A partir de 1990, com a redação da lei que rege o ECA, essa prática passou a ser proibida, tendo em vista coibir as fraudes ocasionadas e as confusões familiares geradas. Entretanto, a vedação da adoção avoenga não é absoluta, sendo admitida em circunstâncias excepcionais. Para tanto, o judiciário precisa analisar cada caso de acordo com suas particularidades, levando em conta o melhor interesse da criança e do adolescente, bem como o vínculo já criado em relação a convivência dos netos com os avós e a relação afetiva que os mesmos sentem por ele como se filho fosse. Dada a realidade do País, é de grande importância e necessidade a análise minuciosa de casos em que haja pedido de adoção por ascendente. É direito de crianças e adolescentes o acesso a uma família e a um lar onde possa desfrutar de cuidado e proteção, mesmo que esses advenham de laços familiares construídos na relação entre avós e avôs, netos e netas. A concessão da excepcionalidade da adoção por ascendentes, em muitos casos, abre espaço para se repensar na importância da análise da realidade e não apenas na aplicação da letra da lei. A sociedade é mutável e as leis devem acompanhar essas mudanças. As relações familiares são afetadas por essas mudanças e a ela estão suscetíveis a constantes alterações. Assim, o acompanhamento dessas mudanças é fundamental para o atendimento efetivo dos interesses das crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito à adoção. Faz-se necessário, portanto, a observação das inovações que se desenvolvem nas concepções de famílias e nas relações familiares e da função de cunho social do instituto da adoção. Importa destacar a necessidade de haver uma atualização quanto à legislação vigente que veda esse tipo de adoção, uma vez que o acompanhamento das mudanças sociais pela legislação brasileira é crucial para garantir o efetivo atendimento às necessidades reais das famílias e dos direitos das crianças e adolescentes. Defende-se que a função social do instituto da adoção só se tornará efetivo quando corresponder à realidade do País e atender as necessidades emergentes que se apresentam em muitos casos requeridos. Acredita-se que o interesse da criança e do adolescente será efetivado apenas quando estas estiverem sob os cuidados de pessoas que lhes garantam o mínimo para viver dignamente, de forma saudável e plena.

REFERÊNCIAS

AREAS, Patricia Corradi. **MODALIDADES DE ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Instituto Vale do Cricaré, Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ivc.br/bitstream/handle/123456789/144/Mon%20Patr%c3%adcia%20Corradi%20Areas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 19 out. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro-Direito de Família**. Vol. 6. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUIMARÃES, Anne Ferreira. **Adoção por ascendentes com base nos princípios da dignidade humana e do melhor interesse da criança e do adolescente**. 2017. 74 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11244/1/21257612.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

LOMBARDI, Gileli Passador et al. Aspectos relevantes sobre a adoção. **Revista Acadêmica Faculdade Progresso**, v. 5, n. 1, 2019. Disponível em: <http://progressoead.com.br/revista/index.php/academico/article/view/107/90>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LOBO, Letícia Rita Batista. **A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO AVOENGA EM CASOS EXCEPCIONAIS FRENTE AO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE**. 14 f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário FG, Guanambi, BA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/13305/1/TCC%20II%20-%20%28DEP%3%93SITO%20FINAL%29%20LETICIA%20RITA%20BATISTA%20LOBO.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

MELO, Giani Lucas Melo. **A (im) possibilidade de adoção dos netos pelos avós: o afeto como valor jurídico**. 2018. 50 f. - Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande - Sousa/PB - Brasil 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/15197/GIANI%20LUCAS%20FREITAS%20MELO%20%20-%20TCC%20DIREITO%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, Aline Jaszewski da. **AS MODALIDADES DE ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. 2014. 83 f. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Balneário Camboriú, 2014. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

ABANDONO AFETIVO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E PSICOLÓGICAS

Euciclene Rodrigues Linhares (Aluna do Curso de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe)

ORIENTADORA: Debora Tomé de Sousa (Professora e mestre da Faculdade Vale do Jaguaribe)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral relatar as consequências do abandono afetivo, tanto para a vítima e para quem pratica. A falta do afeto e do cuidar trás sérios danos à prole e consequências jurídicas ao genitor (a). Esta pesquisa utiliza-se de procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental. Buscou-se responder a seguinte problemática: O abandono afetivo é um problema que tem causado grandes danos as crianças e adolescente? Que são acometidos por esse ato. Dessa forma os pais que cometem esse crime não observam que além dos grandes traumas psicológicos deixado a quem sofre esse abandono, existem também as consequências jurídicas para quem pratica o abandono afetivo? abordamos sobre os princípios inerentes à relação familiar como os princípios da dignidade da pessoa humana, do planejamento familiar e solidariedade, bem como acerca dos princípios da afetividade e convivência familiar. explica-se acerca da importância dos pais na formação dos filhos, tendo em vista que a responsabilidade dos pais com relação aos filhos é um conjunto de direitos e deveres atribuídos a estes, eles colaboram para o desenvolvimento físico, psíquico e moral. O dever de proteger e cuidar sempre foram papel dos pais, que inicia antes do nascimento e se estende até maioridade do filho(a). Apresenta-se o que é o abandono afetivo, sendo expostas as consequências dos danos causados tanto jurídicos como psicológicos para as crianças e adolescentes e para os genitores que as abandonaram afetivamente, a partir de estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e de jurisprudência. Conclui-se com o que foi pesquisado que a discussão acerca da obrigação dos pais em prestar afeto e amor aos seus filhos é recente e por isso ainda não há entendimento

pacífico e consolidado dos tribunais, gerando multiplicidade de decisões até divergentes.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Efeitos jurídicos e psicológicos. Direito de Família. Responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo relatar as consequências do abandono afetivo tanto jurídicas como psicológicas. A falta do afeto e do cuidar causa sérios danos à prole e consequências jurídicas ao genitor(a).

A discussão acerca da responsabilidade civil em virtude do abandono afetivo ainda é recente na jurisprudência brasileira, mas é notória a importância desse marco para a justiça.

Deste modo, alguns tribunais espalhados pelo Brasil já possuem decisões reconhecendo o direito à reparação por dano moral decorrente do abandono afetivo, o qual constitui-se pela falta de convívio, proximidade, atenção, cuidado e assistência em uma relação familiar.

A presença dos pais e responsáveis na orientação de seus filhos é o alicerce para a construção de valores e princípios para a vida da criança e do adolescente principalmente para a troca de sentimento, como o afeto e o amor, bem como para o desenvolvimento saudável.

Portanto, quando ocorre o abandono afetivo por parte dos adultos, a criança ou adolescente fica sem ter aquela parte como referência, pois a figura dos pais é de extrema importância para com os filhos, havendo a ausência de um destes, pode ocasionar a desestruturação familiar, danos mentais e materiais nas crianças e adolescentes negligenciados pelos responsáveis.

Assim o objetivo geral da pesquisa tem a importância de relatar a consequências do abandono afetivo, tanto para a vítima e para quem a pratica. A problemática trata-se de: O abandono afetivo é um problema que tem causado grandes danos as crianças e adolescente? Que são acometidos por esse ato?

A responsabilidade civil em virtude do abandono afetivo ainda é recente na jurisprudência, mas é notório que será um grande marco para a justiça.

O direito a indenização de reparação por dano moral decorrente do abandono afetivo, vem acontecendo forma positiva em alguns tribunais onde apresenta reconhecimento desse direito.

ABANDONO AFETIVO

De modo relacionar todo exposto, neste capítulo será abordado os tipos de abandono afetivo e, especialmente as consequências que os genitores ou responsável sofrem juridicamente ao praticar esse ato, de modo que a Constituição Federal em seu art. 229 garante que “os pais tem o dever assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores

“Tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988).

Assim como todo abandono trás sofrimento, o filho quando vivencia a rejeição pelos pais, o sofrimento de ser abandonado é a forma de extrema negligencia, no qual vem acompanhado de uma série de sentimentos como o transtorno psicológicos, muitas vezes irreversível, gerando danos psicológico irreparável capaz de comprometer toda existência do individuo, a dor do abandono é resultante do que foi lhe causado.

O judiciário vem se manifestando sobre as decisões do abandono afetivo e a aplicação da indenização por dano moral, condenando os pais que vem praticando o abandono afetivo, sendo indispensável análise de cada caso para saber se é passível de indenização.

METODOLOGIA

Para a construção dessa pesquisa utiliza-se de procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental, tomando por base obras de doutrinadores conceituados, a fim da construção de uma pesquisa clara e ainda podemos caracterizar essa pesquisa como aplicada, pois objetiva estudar os efeitos jurídicos e psicológicos causados pelo abandono afetivo parental.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou demonstrar os enormes danos psíquicos que tal ato pode ocasionar em crianças e adolescentes e, ainda, conscientizar que se trata de conduta ilícita, reprovável e, portanto, passível de punição.

Por meio da análise bibliográfica selecionada foi possível responder a problemática proposta. O abandono é ilícito que se reveste da maior gravidade possível, pois atenta contra o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e gera efetivos danos aos direitos de personalidade da criança. Sendo ainda que, dentre os deveres inerentes ao poder familiar, está o de convívio, cuidado, proteção, criação e educação dos filhos.

Os efeitos psicológicos são reais e diversos, sendo abordados no desenvolvimento deste trabalho, através de visões doutrinárias e estudos de especialistas, podendo ser passageiros, ou permanentes. A criança abandonada pode se tornar triste, sozinha, antissocial, violenta, insegura, infeliz, com baixa autoestima, dentre outros efeitos, que foram abordados mais profundamente no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, o abandono tanto material como afetivo dos filhos trata-se de ilícito, que pode ser punido tanto civilmente como penalmente. No entanto, como o tema central deste trabalho é o abandono afetivo, cumpre no tópico seguinte, aborda-lo de forma mais ampla, e no decorrer deste estudo perceberemos, ainda, as consequências jurídicas impostas aos autores de tal ato covarde.

Além disso, evidenciou-se que o abandono moral, material e afetivo dos pais, se devem, em alguns casos, à formação de uma segunda família, Diante da polêmica, alguns juristas alegam que o pai cumprindo com o pagamento da pensão alimentícia estariam cumprindo com suas obrigações, preenchendo inclusive o abandono sentimental.

Já outros doutrinadores recomendam muita cautela nas decisões sobre o tema, principalmente para não transformar as relações familiares em jogo de interesses econômicos, monitorizando as relações de afeto.

Conclui-se que a discussão acerca da obrigação dos pais em prestar afeto e amor aos seus filhos é recente e por isso ainda não há

entendimento pacífico e consolidado dos tribunais, gerando multiplicidade de decisões até divergentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.**

Infiltração de agente policial em âmbito virtual sob a ótica da lei nº 13.441/2017 no combate a crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente.

Eline Abreu Lima (Aluna do Curso de Direito da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: elineabreu@fvj.br), Orientadora Jackeline Ribeiro e Sousa (Professora da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa analisa a atuação e o papel do agente policial infiltrado em âmbito virtual sob a ótica da Lei 13.441/17, no combate a crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente. Assim, verifica-se a problemática desta pesquisa através do seguinte questionamento: quais os limites e dificuldades enfrentados pelo agente infiltrado virtualmente sob a ótica da Lei nº 13.441/2017? Justifica-se a escolha do referido tema tendo em vista o significativo aumento da criminalidade no Brasil, relacionado à internet, contra crianças e adolescentes. Deste modo, faz-se necessário o incremento de medidas eficazes no ordenamento jurídico para desarticular grupos criminosos atuante no ambiente virtual. A pesquisa conta como objetivo geral analisar a atuação do agente infiltrado virtualmente nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sob a ótica da lei 13.441/2017. Para alcançar o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: analisar o desenvolvimento da criminalidade sexual na internet, bem como a proteção da criança e do adolescente; analisar o surgimento e o papel do agente infiltrado; verificar o procedimento da infiltração policial e a responsabilidade do agente infiltrado virtualmente.

Palavras-chave: Criminalidade. Agente infiltrado. Infiltração virtual.

INTRODUÇÃO

A internet é o mecanismo mais utilizado atualmente pela sociedade. A informação manifesta a cada dia, maior significado para os indivíduos, ao estreitar distâncias, e facilitar a execução de tarefas diárias, que primeiramente requeriam maiores esforços. O desenvolvimento das tecnologias conduziu a criminalidade anteriormente vista apenas na esfera física, para a esfera tecnológica, em especial a informática, visto a facilidade de acesso, bem como a dificuldade para identificar os criminosos.

Os casos de crimes de exploração sexual cometidos contra crianças e adolescentes não aconteceram somente após a evolução das sociedades, visto que há relatos de crimes cometidos no passado, e inclusive, até mesmo no seio familiar. Acredita-se que a evolução da rede de informática expandiu as possibilidades de cometimento desses crimes. Deste modo, surgiu a necessidade de o Estado interferir de maneira mais eficaz no combate a crimes que ferem a dignidade de crianças e adolescentes.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo legislador frente aos direitos fundamentais inerentes ao ser humano, o Estado buscou mecanismos de investigação para infringir a barreira do sigilo da informática em busca de provas, e assim, alcançar a elucidação de crimes cometidos através da internet. Assim, o ordenamento jurídico após aceitar a figura do agente policial infiltrado em organizações criminosas, criou a espécie da infiltração de agentes policiais em ambiente virtual, objeto de estudo no presente trabalho, visto os limites e contrariedades da medida.

Neste sentido, verifica-se a problemática desta pesquisa por meio do seguinte questionamento: quais os limites e dificuldades enfrentados pelo agente infiltrado virtualmente sob a ótica da Lei nº 13.441/2017? O estudo desenvolve uma relação entre a Lei 13.441/2017 que alterou o Estatuto da Criança do Adolescente e a Lei de Organização Criminosas, nº 12.850/2013, visto a Lei 13.441/2017 ser omissa em alguns aspectos, enquanto que a lei nº12.850/2013 inaugurou no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da infiltração de agentes policiais, frente a necessidade de o Estado combater a crescente criminalidade em organizações criminosas.

Como objetivo geral, a pesquisa busca analisar a atuação do agente infiltrado virtualmente nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, sob a ótica da Lei nº 13.441/2017 que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para atingir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: analisar o desenvolvimento da criminalidade sexual na internet, bem como a proteção da criança e do adolescente; analisar o surgimento e o papel do agente infiltrado; e verificar o procedimento, como aspectos gerais e procedimentais da infiltração policial e a responsabilidade do agente infiltrado virtualmente.

Neste sentido, a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro, trata de como se deu o surgimento e a propagação da internet de acordo com os avanços tecnológicos. Bem como os meios utilizados por alguns indivíduos para se ter acesso ao ambiente obscuro existente na internet, com o objetivo de propagar conteúdos ilícitos e cometer crimes que ferem a dignidade sexual envolvendo crianças e adolescentes. E com isso, a necessidade de punição a esses atos ilícitos, como meio de motivação para que fosse incrementado no ordenamento jurídico a legislação que objetivou essa pesquisa.

Em seguida, o segundo capítulo aborda os aspectos gerais da infiltração policial na internet, como origem e conceito, bem como desenvolve uma relação entre a Lei 13.441/2017 que alterou o Estatuto da Criança do Adolescente e possibilitou a infiltração virtual de agentes policiais e a Lei de Organização Criminosas, nº 12.850/2013, pelo fato da Lei 13.441/2017 ser omissa em alguns aspectos. Visto ter sido a lei 12.850/2013 que inaugurou no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da infiltração de agentes policiais.

Por fim, objetiva-se analisar o procedimento da infiltração virtual, em relação aos aspectos do plano operacional traçado pelos agentes policiais, bem como sua responsabilidade penal, frente aos riscos inerentes ao sustentar-se encoberto no seio de uma organização criminosa. Ademais, analisa-se a possibilidade do agente infiltrado ser convocado como testemunha, visto ter participado diretamente como agente encoberto ao utilizar-se de dissimulação, com a finalidade de obter provas para desarticular o grupo de criminosos.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, evidencia-se a pesquisa como descritivo-analítica, com fontes primárias, bibliográfica e documental. A abordagem é qualitativa, em consideração à análise dos aspectos do método da infiltração policial, tendo em vista que se busca solucionar a problemática. Usa-se como fonte de pesquisa obras doutrinárias, legislação nacional, artigos científicos e teses especializados no tema da pesquisa.

RESULTADO E CONCLUSÕES

Ao tratar do avanço da internet no mundo, observou-se que a globalização foi uma conquista importante para a atualidade nos processos ligados à informação e à comunicação. Ressaltou-se como efeito da globalização a necessidade de o Estado controlar a distribuição de informações, visto conter na internet ambientes obscuros, que são utilizados para fins ilícitos, como por exemplo a *Deep Web*, que veiculam como por exemplo, material pornográfico de forma anônima.

Assim, verificada a necessidade de cautela na utilização da internet, observou-se que a legislação agregou como princípio constitucional a proteção a crianças e adolescentes, visto serem os usuários mais vulneráveis da rede. Ademais, foi possível constatar que a inovação legislativa trazida pela Lei nº 13.441/2017 buscou aperfeiçoar o ordenamento jurídico, posto que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente concedeu maior ênfase para garantir direitos fundamentais, inerentes a esses indivíduos em formação.

Em seguida, evidenciou-se as práticas negativas que a difícil identificação por trás da internet causa, como a não identificação de usuários, o que se pôde observar que impedem uma investigação célere e conseguinte responsabilização do autor de crimes virtuais. Nesta esteira, relatou-se o surgimento e o conceito do agente infiltrado no âmbito virtual, bem como um comparativo com outras legislações que admitem também a técnica de infiltração de agentes policiais como meio de obtenção de provas.

Na análise acerca do método compreendeu-se que a infiltração virtual se trata de uma espécie do gênero da infiltração de agentes policiais, em que a atuação deverá proceder mediante autorização judicial, por policial capacitado. Isso somente após esgotados todos os outros meios de investigação, por ser esta uma medida excepcional, visto o risco que corre o agente incumbido a participar em conjunto com criminosos, de maneira encoberta com o intuito de colher provas de autoria e materialidade.

Por fim, tratou-se acerca da importância da delimitação da infiltração quanto à autorização, limites, duração, bem como direitos e responsabilidade do agente infiltrado. Observou-se que o legislador objetivou preencher lacunas contidas em leis anteriores, bem como permitiu a aplicação do método investigativo em ambiente virtual, em crimes previstos em outras leis, como no tráfico de drogas.

Com isso, revelou-se a importância da pesquisa, visto a Lei nº 13.441/2017 poder ser aplicada como *ultima ratio*, após o magistrado analisar constitucionalmente a aplicabilidade da medida, baseado no princípio da proporcionalidade. Ainda que, após aprovação da medida, fique o agente policial subordinado a informar durante o decorrer da investigação, seus superiores hierárquicos, para suprir uma possível necessidade de adiamento do prazo da investigação, bem como para que se comprove a legitimação da conduta do agente no decorrer da infiltração, para eventual decisão do magistrado para valer-se do testemunho do agente infiltrado.

Evidenciada a crescente criminalidade, o presente estudo enfatizou a imprescindibilidade do método de infiltração de agentes policiais em ambiente virtual em razão do desenvolvimento que a evolução da internet proporcionou. O que se justifica a infiltração no meio cibernético, com atenção aos limites impostos por um Estado de Direito, que se preocupou em enfrentar a criminalidade que atinge usuários vulneráveis, suscetíveis a desenvolver malefícios psicológicos e físicos, caso sejam alvos dos investigados.

Assim, observou-se que apesar de colocar em risco a integridade do agente infiltrado, também pode-se infringir os direitos dos investigados. Como efeito, tem-se a obediência a critérios legais impostos, para que não haja excesso nos meios que podem ser praticados para se alcançar o objetivo da infiltração.

REFERÊNCIAS

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **INFILTRAÇÃO VIRTUAL: ALGUNS BREVES APONTAMENTOS**. BOLETIM CONTEÚDO, v. 16, 2017.

DE CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro; DO PARANÁ, Delegado de Polícia Civil. **Lei 13.441/17 instituiu a infiltração policial virtual**. 2018. *E-book*.

DE LACERDA AGUIAR, Walter. **A UTILIZAÇÃO DO AGENTE INFILTRADO DE POLÍCIA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**. 2017. *Online*.

FRANCO, D. P.; MAGALHÃES, S. R. **A Dark web: navegando no lado obscuro da Internet**. Amazônia em Foco, Castanhal, v. 4, n. 6, p. 18-33, jan./jul. 2015. Disponível em:< <http://revista.fcat.edu.br/index.php/path/article/download/27/137>>.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinicius. **Crime Organizado**. 4. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. *E-book*. Disponível em: <<https://acljur.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Crime-Organizado-Cleber-Masson-e-Vinicius-Marcal-2018.pdf>>.

MORIN, Edgar. **As duas globalizações: comunicação e complexidade, uma pedagogia do presente**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 40-42.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 2, p. 751.

PEREIRA, Flávio Cardoso. **O agente infiltrado virtual. A nova lei n. 13.441/2017**. In: Revista do Ministério Público / Ministério Público do Estado de Goiás – n. 33 (jan./jun. 2017). Goiânia: ESMP-GO, 1996

PINHEIRO, Emeline Piva. **Crimes virtuais: uma análise da criminalidade informática e da resposta estatal**. Acesso em, v. 5, 2006.

PINHEIRO, P. P. **Direito digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021, *E-book*.

SATO, Gustavo Worcki. **A INFILTRAÇÃO VIRTUAL DE AGENTES E O COMBATE À PEDOPORNOGRAFIA DIGITAL. ESTUDO DA LEI 13.441/2017 E LEI 13.964/2019**. J²-Jornal Jurídico, v. 4, n. 1, p. 163-181, 2021.

SIMAS, Diana Viveiros de. **O cibercrime**. 2014. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação**. 2007.

REPRODUÇÃO ASSISTIDA – ASPECTOS JURÍDICOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Douglas Muniz Rodrigues (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail:douglas.rodrigues@fvj.br) Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O sonho de ter um filho é algo que muitos casais desejam, entretanto, muitos também são impossibilitados por apresentarem problemas fisiológicos que os impedem de realizá-lo. Muitos casais a cada dia procuram métodos científicos para que possam construir sua família, através de procedimentos que auxiliem nesse desejo. É sabido que nos dias atuais tudo se moderniza, com isso é indispensável haver novos modos de pensamentos e abordagens sobre determinados temas. Partindo do ponto que é preciso haver uma harmonia entre Leis e comunidade, é necessário reconhecer que a família está numa constante evolução, seja por sua conceituação ou pelo modo como foi constituída, sendo esses aspectos por vezes questionados. Este trabalho tem como objetivo propor uma pesquisa sobre avanços tecnológicos e científicos com a aplicação consanguínea para gerar filhos através de fornecedores de materiais biológicos e da barriga de desenvolvimento (barriga de aluguel), em que faz-se necessário entender que, embora exista fundamentação jurídica nesse aspecto, ainda é pertinente questionamentos relacionados. Quem é a verdadeira mãe? Qual é a análise para definir a mãe? Porque o ordenamento é omissivo? Essas são algumas perguntas que são geradas e norteiam o presente estudo. Primeiramente foi feita uma abordagem ao direito constitucional da família destacando princípios advindos junto com a constituição, a transmissibilidade de direito e herança definindo filiação. Por conseguinte foi feita uma análise sobre os modelos de família existentes bem como os direitos e deveres de seus componentes, com uma definição de paternidade e filiação. Ademais foi feita uma explanação sobre métodos para gerar filhos, indo do meio convencional até os meios de reprodução assistida, mencionando direitos e deveres de quem fornece os espermatozoides, óvulos ou barriga, citando principais requisitos para que possa ocorrer essas reproduções, elencando direitos do nascituro. Dessa forma, o trabalho buscou apresentar um estudo bibliográfico bem como análise de legislações e artigos que serviram como principais base na construção da pesquisa.

Palavras-Chave: Barriga de Desenvolvimento; Direito de Família; Família; Nascituro; Reprodução Assistida.

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos, principalmente na área da medicina, vieram para revolucionar algumas problemáticas existentes no meio social na vida de um casal. Com esse

progresso, muitos casais que antes eram impossibilitados de construir uma família através de uma gravidez, puderam realizar esse sonho.

A reprodução assistida foi um marco da ciência que deixaram os problemas de terem filho no passado. Sendo um conjunto de técnicas utilizadas pela medicina que auxiliam casais a terem filhos, funcionando com a manipulação de gametas e/ou barriga de substituição. Entretanto, nosso ordenamento jurídico ainda é omissivo com relação a alguns questionamentos quando se trata de direito de família, mais especificamente com relação aos direitos dos nascituros, que foram provenientes dos meios de reprodução assistida. Partindo desse pressuposto, é preciso haver em nosso ordenamento uma harmonia entre leis e a comunidade.

Tendo como amparo essa análise, o presente projeto tem como objetivo propor uma pesquisa sobre avanços tecnológicos e científicos com a aplicação consanguínea para gerar filhos através de fornecedores de materiais biológicos e da barriga de desenvolvimento (barriga de aluguel) na busca de entender de que maneira a barriga de aluguel, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, interfere na vida de todos os envolvidos. A proposta do estudo será direcionada à uma análise ao atual cenário jurídico brasileiro, onde faz-se necessário entender que, embora exista fundamentação jurídica nesse aspecto, ainda é pertinente questionamentos relacionados a essa temática, que é de atual relevância social.

MARCO TEÓRICO

Foi utilizado como fundamentação teórica com prioridades os autores indicados: DIAS (2009), DINIZ (2020), MADALENO (2017), PEREIRA (2010) e VENOSA (2011), como forma de estruturar de forma enriquecedora a pesquisa. Nesse sentido, apresentando conceituações, princípios civis e constitucionais relacionados ao tema da pesquisa, destacando a importância de ser debatido as novas formações das famílias no contexto social bem como os métodos utilizados para a reprodução assistida, principalmente a barriga de substituição.

METODOLOGIA

Concluídas as colocações para o tema, o presente trabalho de conclusão de curso foi realizado através de pesquisas bibliográficas, como monografias, livros, artigos científicos, legislações, a Constituição Federal de 1988, legislações vigentes, matérias publicadas na internet, com o intuito de fundamentar de maneira coesa a base estrutural da pesquisa. É verdade que o estudo não baseou-se somente em pesquisas bibliográficas, tendo em vista que se trata de um tema relativamente novo e que não existe muitas doutrinas em relação a barriga de substituição. Sendo assim, foram utilizados sites com artigos médicos especialistas na área de reprodução humana e biólogos. Além de sites e a Constituição Federal, foi utilizado o Código Civil Brasileiro como forma de fundamentar juridicamente, através de analogias, as relações entre pais e filhos, criação dos arranjos familiares e os métodos de concepção de filhos através dos meios de reprodução assistida.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho de pesquisa se propôs, como objetivo geral, fazer uma análise com relação a barriga de substituição e demais meios de reprodução assistida na busca de compreender

os múltiplos prismas para que o nosso ordenamento jurídico tenha seu ordenamento atualizado buscando acompanhar os avanços sociais.

Com isso, possibilitou o trabalho realizar uma análise aprofundada aos avanços pertinentes a reprodução assistida desenvolvendo uma abordagem aos fundamentos constitucionais fazendo uma observação sobre a definição de família bem como seus componentes e toda sua evolução ao passar do tempo.

Partindo do ponto que é preciso haver uma harmonia entre Leis e comunidade, foram realizados estudos os quais evidenciaram que nosso ordenamento jurídico necessita acompanhar a progresso social, destacando que é impossível haver uma modernização da estrutura na doutrina sem um estudo mais aprofundado sobre o assunto proposto. É perceptível, que apesar de haver algumas doutrinas e entendimentos que versam sobre a problemática, o ordenamento jurídico brasileiro ainda é muito omissivo quando é tratada sobre reprodução assistida, principalmente sobre a barriga de substituição, tendo em vista que é tratado de maneira muito genérica os direitos que envolvem o nascituro.

Essas discussões são amplas, e antes de qualquer tomada de decisão, é válido que todos os prós e contras sejam avaliados na busca de ser tomadas decisões que sejam compatíveis aos interesses da sociedade como um todo, prevalecendo, sempre o melhor interesse dos envolvidos. É preciso entender também, que embora tenha vários pontos burocráticos, a escolha da pessoa que servirá como interlocutora gestacional envolve questões mentais, sendo a preparação psicológica um requisito chave para que ocorra da melhor maneira possível a gestação da criança.

Dada a devida importância ao assunto, torna-se necessário haver uma reforma na forma como o judiciário através de seus códigos veem essa temática na busca de evitar possíveis conflitos bem como ter uma própria normativa que regularmente tais procedimentos. Nesse sentido, nosso ordenamento passará a acompanhar o desenvolvimento da sociedade bem como existirá uma norma que regulamente de forma completa todos os meios possíveis de reprodução assistida.

REFERÊNCIAS

DIAS, Berenice. **Manual de Direito das Famílias – Princípios do Direito de Família**. 5ª edição revista, atualizada e ampliada. 2ª tiragem. São Paulo Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **37. ed., rev. e atual., de acordo com a Lei n. 13.874/2019**. 2020 Curso de direito civil brasileiro / Imprensa: São Paulo, Saraiva jur, 2020. ISBN: 9788553613182 Referência: 2020. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas Localização: STF, STJ, TST Norma Referenciada: Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PEREIRA, Caio Mario. **Instituições de Direito Civil, Direito de Família**, 18 ed. Volume V.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de família**. 7.ed. São Paulo: Atlas 2011.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: EFEITOS NA SOBERANIA NACIONAL

Dhionatan Rodrigues da Silva (Aluno do Curso de Direito da Faculdade Vale do Jaguaribe)

ORIENTADOR: Francisco Das Chagas da Silva (Professor e mestre da Faculdade Vale do Jaguaribe)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as inúmeras propostas de internacionalização da Amazônia brasileira tendo como base os discursos utilizados por grandes potências, que se intensificaram atualmente, além de discorrer acerca de uma ameaça real à soberania brasileira, ademais, abordar os impactos negativos e também os esforços do estado em garantir o controle de desmatamento e outros problemas existentes na política de gestão ambiental do Brasil através de pesquisas mais aprofundadas bem como outros episódios envolvendo o mesmo tema, para assim entender e buscar soluções para o problema exposto. A partir disso, expõe-se um propósito inicial de informar e principalmente alertar sobre os impactos negativos e o risco de interferências por parte de potências estrangeiras, abordando e discutindo fatores que passam despercebidos pelos gestores do país e pela população em geral, alimentando um assunto que de tempos em tempos volta para assombrar o país. Trata-se de uma abordagem tanto histórica como atual, para assim buscarmos compreender as inúmeras afirmativas internacionais de retirar do Brasil a soberania sobre a região amazônica, com o propósito de criar uma área internacional de pesquisas e exploração internacional o que resultaria na perda de cerca de 1\3 do território brasileiro. Buscando assim, reunir informações através de pesquisas e análise das ações do governo federal com o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: o Brasil é capaz de proteger e preservar a região amazônica.

Palavras-chave: Desmatamento. Governo Federal. Internacionalização da Amazônia. Soberania brasileira.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo se discutem ideias para uma possível internacionalização da Amazônia, com cerca de 2.014.283 quilômetros, um quinto da água doce do planeta, e do maior banco genético com 15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas, além de possuir riquezas minerais como pedras preciosas de dimensões incalculáveis. Desde sua descoberta até os dias de hoje, a Amazônia sempre foi e ainda continua sendo alvo de disputas que englobam diversos interesses geoestratégicos, entretanto, atualmente essa narrativa vem ganhando ainda mais força, principalmente por conta dos incêndios de grandes proporções que devastaram áreas gigantescas de forma completamente descontrolada.

Diante desses acontecimentos, surgiu um grande interesse da comunidade internacional na preservação da biodiversidade brasileira, além de um preocupante questionamento: o Brasil é capaz de proteger e preservar a região amazônica? Durante a reunião do G7, grupo que reúne as 7 maiores economias do mundo foi disponibilizado um apoio financeiro de 20 milhões de euros (cerca de R\$ 91.000.000.00 milhões de reais) para ajudar no combate aos focos de incêndio na Amazônia, com o governo brasileiro rejeitando esse apoio alegando que por trás desta generosidade, se esconde uma antiga pretensão de fazer da região amazônica uma área de preservação e pesquisa internacional, muito parecido com o que vemos na região da Antártida.

Com uma biodiversidade gigantesca e recursos minerais incalculáveis, a Amazônia desperta de um certo modo uma cobiça por parte de grandes potências, com a história mostrando alguns desses episódios como serão abordados posteriormente. O Estado brasileiro, por sua vez, com o objetivo de preservar a soberania nacional em relação a Amazônia, passou a desenvolver uma série de políticas públicas com o objetivo de manutenção e defesa do poder e da soberania nacional, por outro lado, por omissão das autoridades brasileiras, o que se observa é uma ineficiência dessas políticas públicas, uma ausência das mesmas em áreas fundamentais na proteção da região amazônica, dentre elas a proteção de povos indígenas e a falta de fiscalizações, o que abre caminho para outro problema, o garimpo e exploração ilegal de metais e pedras preciosas.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar e discutir os pontos que geraram essa atenção mais focada na região brasileira, e desse modo confirmar ou não ser uma possível internacionalização da Amazônia seria a opção mais viável para garantir sua sobrevivência e desenvolvimento. Para isso, através dos objetivos específicos, abordar a política de proteção ambiental Brasileira, bem como suas ações a fim de informar aos leitores que o Brasil possui a capacidade de proteger e garantir sua soberania em uma das áreas mais importantes e vitais para o mundo.

Para buscar compreender o que se propõe a pesquisa, foi utilizada também inúmeras bibliografias, além de uma análise de documentos e artigos baseados no presente tema abordado, para entender não só as narrativas direcionadas a região amazônica, mas também de um modo geral os interesses políticos e econômicos de grandes potências mundiais. A pesquisa tem também por objetivo buscar entender o porquê que essas narrativas ganharam ainda mais força atualmente, além de desmentir as alegações de que o Brasil não é capaz sozinho de proteger e preservar seu próprio território, além de apresentar as medidas que o país vem adotando com intuito de reduzir os impactos ambientais naquela que é considerada a maior floresta tropical do planeta.

Deve-se ressaltar que desde a elaboração da Carta das Nações Unidas e as Resoluções da Assembleia Geral da ONU deixam de forma explícita que é direito soberano dos Estados agir e se responsabilizar sobre seus recursos naturais com a Resolução nº. 626 (VII) que aprovou o direito dos povos a utilizarem livremente seus recursos naturais, como um direito inerente à sua soberania sobre ele.

Para um aprofundamento sobre o tema, também foram analisados os discursos relacionados a internacionalização da Amazônia em um contexto global, para assim chegarmos se houver, a uma conclusão e buscar compreender quando a admiração passou a ser cobiça, quando a proteção se transformou em interesses econômicos trazendo também uma pequena abordagem histórica, ou seja, desde os Portugueses, Espanhóis, Holandeses, Ingleses e Franceses.

Desse modo a presente pesquisa busca também analisar os discursos de internacionalização, e alertar sobre o risco da possível perda da soberania

garantida constitucionalmente e no impacto negativo tanto na economia, como na vida dos brasileiros.

INTERESSES MUNDIAIS NA PROTEÇÃO DO SOLO E SUBSOLO DA AMAZÔNIA - “A TENDÊNCIA DA NOVA DÉCADA”

De modo relacionar todo exposto, neste capítulo será abordado a discussão sobre a internacionalização da Amazônia, sendo a soberania independente, suprema, inalienável e exclusiva, se estendendo como a negação de quaisquer subordinação ou limitação de outro Estado ou por qualquer outro poder, visto que para a teoria jurídica da atualidade os conceitos de Estado-nação e soberania são influenciados pelos processos culturais, econômicos, sociais e políticos, com a Assembleia Geral da ONU estabelecendo resoluções que garantiam direito soberano dos Estados sobre recursos naturais de seus próprios territórios.

Ainda de acordo com a resposta de Cristóvão Buarque (OPINIÃO, 2000) “Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA, até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas”.

No entanto o estado brasileiro busca garantir a sua soberania interna, garantindo que suas leis e políticas públicas sejam respeitadas e impostas de maneira mais eficaz nas regiões mais delicadas da Amazônia, com projetos como a Amazônia legal estabelecida pela Lei Complementar nº. 124, de 03.01.2007 que garante o desenvolvimento econômico da região, se estendendo por todos os estados compostos pela floresta amazônica, como explica Marcelo Stábile, agrônomo e pesquisador do instituto de pesquisa ambiental da (IPAM), a Amazônia Legal é a definição política para a região que engloba nove estados. “O Mato Grosso, por exemplo, tem uma parte do estado no bioma Amazônia e outra no Cerrado, mas ele faz parte da Amazônia Legal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa expõe uma metodologia de pesquisa científica e exploratória, para assim, informar e analisar as narrativas internacionais a respeito de como o Brasil conduz a política de proteção do bioma amazônico.

Desse modo, explorar essas ações e apontar os pontos positivos além de expor a capacidade do país de preservar seu território. Através de uma coleta de dados concedidos por órgãos que atuam na região norte do país, dar-se-á utilização de pesquisas bibliográficas para auxiliar e aprofundar o conhecimento do assunto, bem como análise de outras pesquisas científicas publicadas relacionadas ao tema e do apoio de obras doutrinárias de relevância no assunto, complementando também, os demais meios que o pesquisador possa se valer para aperfeiçoar suas convicções.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou demonstrar o grande risco que as narrativas atuais, somadas com os fatos históricos referente à internacionalização da Amazônia geram ao Brasil. Elevar a Amazônia a um *status* internacional não garante que no futuro, sua preservação seja efetivamente garantida, pelo fato de que constantemente pactos e tratados internacionais ambientais são desrespeitados.

Desde a elaboração da Carta das Nações Unidas e as Resoluções da Assembleia Geral da ONU deixam de forma explícita que é direito soberano dos Estados agir e se responsabilizar sobre seus recursos naturais com a Resolução nº. 626 (VII) que aprovou o direito dos povos a utilizarem livremente seus recursos naturais, como um direito inerente à sua soberania sobre seu território.

É de grande relevância que o Brasil deve sim se dedicar mais à fiscalização na região norte, com o governo federal se empenhando ainda mais nessa questão, algo que também se sabe muito bem que o Brasil é capaz, a exemplo das inúmeras operações que trouxeram resultados positivos. A Amazônia é o berço de riquezas incalculáveis, de bacias hidrográficas potáveis e de fauna e flora únicas, e que em um cenário de médio e longo prazo essas riquezas se tornarão escassas, com os países de primeiro mundo voltando os olhos para nossa floresta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Defesa Net. **Brasil deflagra a operação verde Brasil 2**. Disponível em: <
<https://www.defesanet.com.br/vb/noticia/36734/Brasil-deflagra-Operacao-Verde-Brasil-2/> > Acesso em: 12 nov. 2021

Famílias Simultâneas: impactos previdenciários sob a perspectiva do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça

Danis Barbosa Peixoto (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: danis.pexoto@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata sobre as famílias simultâneas que são fato no cotidiano de muitas pessoas, embora não possua legislação específica e que gere muita repercussão pela sociedade, como também na doutrina, vem sendo bastante discutida nos tribunais regionais e superiores. A indagação norteadora da pesquisa foi sobre a que ponto as famílias paralelas podem gerar conflitos e quais os reflexos jurídicos. O estudo tem o objetivo de analisar a existência das famílias simultâneas, com o intuito de entender a interferência da mesma no âmbito jurídico brasileiro, especificamente na área previdenciária, bem como, quais amparos este instituto tem e de que forma as decisões judiciais dos tribunais superiores precisamente, se posicionam sobre o assunto. O trabalho, inicialmente, averigua a base histórica sobre o conceito de família, retratando a evolução histórica, religiosa e estatal, bem como sobre o estudo dos avanços no ordenamento jurídico. Logo mais, são abordadas as relações extraconjugais, com a necessidade do conhecimento sobre o instituto da união estável, tendo em vista a correlação com o tema da pesquisa e mais ainda, sobre as famílias simultâneas visando demonstrar a sua particularidade, características e posicionamentos sobre este tipo familiar. Ademais, discorre-se sobre os reflexos previdenciários na existência das uniões paralelas, envolvendo precisamente os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, explorando as fundamentações e análise dos casos. Portanto, as decisões mais fechadas a isto, acabam levando mais ainda para sociedade a insegurança jurídica. Assim, através de pesquisas bibliográficas, teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais, serviram como base para a presente pesquisa.

Palavras-chave: Análise Jurisprudencial. Direito Previdenciário. Evolução Histórica. Famílias Simultâneas. União Estável.

INTRODUÇÃO

A entidade familiar vem sendo transformada em conjunto com a evolução da sociedade, surgindo várias formas de construção e caracterização da mesma. Historicamente o contexto familiar era taxado apenas como um meio de procriação, sacralização, patrimonialismo, que em nenhuma hipótese poderia ser dissolvido, muito menos existir uma relação simultânea a outra existente. Assim, por muito tempo o modelo patriarcal foi predominante nas relações conjugais. As famílias simultâneas fazem parte das composições familiares, consistindo em um indivíduo que tem mais de uma relação concomitante com outra, e muitas das vezes é de forma implícita essa outra relação paralela.

Com isso, a proposta deste trabalho de conclusão de curso buscou compreender estes institutos, como foram as mudanças ao longo do tempo, e como esses arranjos familiares

podem acarretar consequências jurídicas. Além disso, quais são as análises das cortes superiores sobre estes casos no âmbito previdenciário.

No início da pesquisa, buscou-se abordar a base histórica sobre o conceito de família, apresentando-se como eram os costumes, as ideologias que eram mais utilizadas, desde muito tempo atrás e até a atualidade. Logo mais no segundo capítulo, a intenção foi de contribuir com a apresentação das relações extraconjugais. Isso levou diretamente a mudança de paradigma no próprio Direito de Família, pelas constantes modificações de costumes, valores sociais, bem como, a conjuntura familiar. Contudo, no terceiro capítulo serão apresentados os reflexos previdenciários na existência das uniões paralelas, envolvendo precisamente os entendimentos dos Tribunais Superiores.

Deste modo, foi tratado no presente trabalho, a ideia de como a existência dessas múltiplas famílias concomitantes poderiam ser abordadas no ordenamento jurídico brasileiro; as visões no contexto geral sobre este instituto e de que forma as decisões judiciais são formuladas para julgar esses casos concretos.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2021), Tartuce (2021), Gonçalves (2021), Madaleno (2018), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a divergência doutrinária quanto as famílias simultâneas, e destacando os impactos destas relações na sociedade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e com caráter descritivo. Buscando-se em teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais. Assim, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e a importância que o mesmo tem para o Direito de Família e Previdenciário.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, é possível perceber que o trabalho trata de um assunto muito corriqueiro na sociedade. Com isso, a tentativa de compreensão dos impactos no âmbito familiar foi o maior foco da presente pesquisa, com o intuito de entender de como o Direito encontra-se norteando sobre as entidades que formam as famílias.

Posto isso, é notório analisar que apesar das variáveis formas de constituição familiar, ainda na atualidade existe dificuldade para o reconhecimento e aplicabilidade do Direito, tendo em vista, inúmeras situações que cada caso concreto apresenta. Apesar do texto constitucional está aplicado para o ramo do Direito de forma geral, nem sempre o texto legal é suficiente para amparar a modernização da sociedade. E nesse sentido, os entendimentos muitas das vezes surgem de forma emaranhada, ou seja, para aprovação ou não, das famílias que podem surgir.

A família simultânea é presente não somente na atualidade, mas desde muito tempo. Contudo, no decorrer da pesquisa fica claro que, embora seja tratada na legislação como um concubinato, de forma não tão específica, como também nas doutrinas, é um modelo de família que ainda é muito polêmico e que não existe legislação que trate propriamente desse assunto, ao ponto de sanar as possibilidades que este instituto pode apresentar.

É perceptível que as doutrinas abordam os tipos de famílias e suas características próprias. Contudo, os casos que apresentam simultaneidade acabam na grande maioria das vezes, sendo ocorrido de maneira implícita e de má-fé. E assim, gerando mais complexidade

entre as partes que buscam o Poder Judiciário para solucionar os conflitos. Entretanto, existem casos como foi tratado no trabalho, que os Tribunais pátrios têm entendido a evolução das famílias e vêm reconhecendo sua simultaneidade. Porém, estas decisões estão sendo recorridas aos Tribunais Superiores e os mesmos não concordam com tal aplicabilidade no reconhecimento destas entidades.

Fica claro que, em uma grande maioria os conflitos entre as partes surgem após a morte do (a) companheiro (a), e com isso levantou-se o ponto principal da pesquisa. Assim, sendo os aspectos que podem ter como consequência entre estas famílias paralelas e como isso pode afetar ou diligenciar especialmente no âmbito previdenciário.

A presente pesquisa levou ao entendimento de que as Supremas Cortes não admitem o reconhecimento quando existe de fato duas uniões estáveis paralelas entre si, ou até mesmo a união estável com o casamento. Mais ainda, que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, entendem de forma mais conservadora e não admitem esses casos, partindo do pressuposto da moral e a monogamia. Noutro giro, a demora para julgar os casos que geram grande dúvida e repercussão social é uma vasta problemática, que é bem manifesta no âmbito jurídico. Isso, favorece ainda mais para a complexidade dos feitos que envolvem vidas que buscam respostas imediatas para suas problemáticas individuais.

Adentrando no âmbito previdenciário, os casos propostos no trabalho demonstraram justamente essa morosidade do Poder Judiciário e suas peculiaridades. O que restou evidenciado é o benefício por morte frente ao reconhecimento das famílias simultâneas tem como base a boa-fé, a dependência econômica e se existia vínculo matrimonial ou união estável concomitantemente entre estas relações.

É importante destacar que o intuito da pesquisa não foi defender ou acusar casos de infidelidade, tendo em vista que o objetivo não é afirmar o certo ou errado sobre esses casos. Portanto, cada caso deve ser analisado com celeridade. E que a norma jurídica aborde de forma mais específica as espécies de famílias, para que haja responsabilidade jurídica sobre estas, não gerando privilégios aos indivíduos que mentem nas relações.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. (14^a. ed.) rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Direito de Família**. (18^a. ed.). São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. (8^a. Ed.) Rio de Janeiro: Forense, 2018

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil Volume Único**. (11^a ed.). Forense, 2021.

Famílias Simultâneas: impactos previdenciários sob a perspectiva do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça

Danis Barbosa Peixoto (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: danis.pexoto@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata sobre as famílias simultâneas que são fato no cotidiano de muitas pessoas, embora não possua legislação específica e que gere muita repercussão pela sociedade, como também na doutrina, vem sendo bastante discutida nos tribunais regionais e superiores. A indagação norteadora da pesquisa foi sobre a que ponto as famílias paralelas podem gerar conflitos e quais os reflexos jurídicos. O estudo tem o objetivo de analisar a existência das famílias simultâneas, com o intuito de entender a interferência da mesma no âmbito jurídico brasileiro, especificamente na área previdenciária, bem como, quais amparos este instituto tem e de que forma as decisões judiciais dos tribunais superiores precisamente, se posicionam sobre o assunto. O trabalho, inicialmente, averigua a base histórica sobre o conceito de família, retratando a evolução histórica, religiosa e estatal, bem como sobre o estudo dos avanços no ordenamento jurídico. Logo mais, são abordadas as relações extraconjugais, com a necessidade do conhecimento sobre o instituto da união estável, tendo em vista a correlação com o tema da pesquisa e mais ainda, sobre as famílias simultâneas visando demonstrar a sua particularidade, características e posicionamentos sobre este tipo familiar. Ademais, discorre-se sobre os reflexos previdenciários na existência das uniões paralelas, envolvendo precisamente os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, explorando as fundamentações e análise dos casos. Portanto, as decisões mais fechadas a isto, acabam levando mais ainda para sociedade a insegurança jurídica. Assim, através de pesquisas bibliográficas, teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais, serviram como base para a presente pesquisa.

Palavras-chave: Análise Jurisprudencial. Direito Previdenciário. Evolução Histórica. Famílias Simultâneas. União Estável.

INTRODUÇÃO

A entidade familiar vem sendo transformada em conjunto com a evolução da sociedade, surgindo várias formas de construção e caracterização da mesma. Historicamente o contexto familiar era taxado apenas como um meio de procriação, sacralização, patrimonialismo, que em nenhuma hipótese poderia ser dissolvido, muito menos existir uma relação simultânea a outra existente. Assim, por muito tempo o modelo patriarcal foi predominante nas relações conjugais. As famílias simultâneas fazem parte das composições familiares, consistindo em um indivíduo que tem mais de uma relação concomitante com outra, e muitas das vezes é de forma implícita essa outra relação paralela.

Com isso, a proposta deste trabalho de conclusão de curso buscou compreender estes institutos, como foram as mudanças ao longo do tempo, e como esses arranjos familiares

podem acarretar consequências jurídicas. Além disso, quais são as análises das cortes superiores sobre estes casos no âmbito previdenciário.

No início da pesquisa, buscou-se abordar a base histórica sobre o conceito de família, apresentando-se como eram os costumes, as ideologias que eram mais utilizadas, desde muito tempo atrás e até a atualidade. Logo mais no segundo capítulo, a intenção foi de contribuir com a apresentação das relações extraconjugais. Isso levou diretamente a mudança de paradigma no próprio Direito de Família, pelas constantes modificações de costumes, valores sociais, bem como, a conjuntura familiar. Contudo, no terceiro capítulo serão apresentados os reflexos previdenciários na existência das uniões paralelas, envolvendo precisamente os entendimentos dos Tribunais Superiores.

Deste modo, foi tratado no presente trabalho, a ideia de como a existência dessas múltiplas famílias concomitantes poderiam ser abordadas no ordenamento jurídico brasileiro; as visões no contexto geral sobre este instituto e de que forma as decisões judiciais são formuladas para julgar esses casos concretos.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2021), Tartuce (2021), Gonçalves (2021), Madaleno (2018), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a divergência doutrinária quanto as famílias simultâneas, e destacando os impactos destas relações na sociedade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e com caráter descritivo. Buscando-se em teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais. Assim, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e a importância que o mesmo tem para o Direito de Família e Previdenciário.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, é possível perceber que o trabalho trata de um assunto muito corriqueiro na sociedade. Com isso, a tentativa de compreensão dos impactos no âmbito familiar foi o maior foco da presente pesquisa, com o intuito de entender de como o Direito encontra-se norteando sobre as entidades que formam as famílias.

Posto isso, é notório analisar que apesar das variáveis formas de constituição familiar, ainda na atualidade existe dificuldade para o reconhecimento e aplicabilidade do Direito, tendo em vista, inúmeras situações que cada caso concreto apresenta. Apesar do texto constitucional está aplicado para o ramo do Direito de forma geral, nem sempre o texto legal é suficiente para amparar a modernização da sociedade. E nesse sentido, os entendimentos muitas das vezes surgem de forma emaranhada, ou seja, para aprovação ou não, das famílias que podem surgir.

A família simultânea é presente não somente na atualidade, mas desde muito tempo. Contudo, no decorrer da pesquisa fica claro que, embora seja tratada na legislação como um concubinato, de forma não tão específica, como também nas doutrinas, é um modelo de família que ainda é muito polêmico e que não existe legislação que trate propriamente desse assunto, ao ponto de sanar as possibilidades que este instituto pode apresentar.

É perceptível que as doutrinas abordam os tipos de famílias e suas características próprias. Contudo, os casos que apresentam simultaneidade acabam na grande maioria das vezes, sendo ocorrido de maneira implícita e de má-fé. E assim, gerando mais complexidade

entre as partes que buscam o Poder Judiciário para solucionar os conflitos. Entretanto, existem casos como foi tratado no trabalho, que os Tribunais pátrios têm entendido a evolução das famílias e vêm reconhecendo sua simultaneidade. Porém, estas decisões estão sendo recorridas aos Tribunais Superiores e os mesmos não concordam com tal aplicabilidade no reconhecimento destas entidades.

Fica claro que, em uma grande maioria os conflitos entre as partes surgem após a morte do (a) companheiro (a), e com isso levantou-se o ponto principal da pesquisa. Assim, sendo os aspectos que podem ter como consequência entre estas famílias paralelas e como isso pode afetar ou diligenciar especialmente no âmbito previdenciário.

A presente pesquisa levou ao entendimento de que as Supremas Cortes não admitem o reconhecimento quando existe de fato duas uniões estáveis paralelas entre si, ou até mesmo a união estável com o casamento. Mais ainda, que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, entendem de forma mais conservadora e não admitem esses casos, partindo do pressuposto da moral e a monogamia. Noutro giro, a demora para julgar os casos que geram grande dúvida e repercussão social é uma vasta problemática, que é bem manifesta no âmbito jurídico. Isso, favorece ainda mais para a complexidade dos feitos que envolvem vidas que buscam respostas imediatas para suas problemáticas individuais.

Adentrando no âmbito previdenciário, os casos propostos no trabalho demonstraram justamente essa morosidade do Poder Judiciário e suas peculiaridades. O que restou evidenciado é o benefício por morte frente ao reconhecimento das famílias simultâneas tem como base a boa-fé, a dependência econômica e se existia vínculo matrimonial ou união estável concomitantemente entre estas relações.

É importante destacar que o intuito da pesquisa não foi defender ou acusar casos de infidelidade, tendo em vista que o objetivo não é afirmar o certo ou errado sobre esses casos. Portanto, cada caso deve ser analisado com celeridade. E que a norma jurídica aborde de forma mais específica as espécies de famílias, para que haja responsabilidade jurídica sobre estas, não gerando privilégios aos indivíduos que mentem nas relações.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. (14^a. ed.) rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Direito de Família**. (18^a. ed.). São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. (8^a. Ed.) Rio de Janeiro: Forense, 2018

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil Volume Único**. (11^a ed.). Forense, 2021.

O direito da mulher à desconexão da tripla jornada de trabalho.

Clycia Ravhena Saraiva (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: ravhena15@gmail.com); Orientadora: **Natallie Alves de Almeida**, professora Mestra do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, email: natallie.almeida@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa que ora se apresenta, objetivou identificar, descrever, analisar e correlacionar as condições do trabalho da mulher anteriormente com a contemporaneidade, bem como a evolução dos direitos das mulheres conquistados por elas no decorrer dos anos. Por meio de lutas incessantes e movimentos feministas, as mulheres conquistaram o seu lugar de fala, onde puderam obter a institucionalização de normas de proteção aos direitos a elas pertinentes. Desse modo, através dos movimentos feministas se baseiam na conjectura de que a sociedade é organizada de forma patriarcal, na qual o homem recebe benefícios sobre a mulher, buscando, assim, a luta pela igualdade. Entretanto, ainda existe a desigualdade de gênero enraizada há séculos, de modo que a figura feminina tem se tornado sobrecarregada em razão da tripla jornada por ela enfrentada. Assim, torna-se necessária a criação e efetivação de políticas públicas no sentido de desconectar a mulher da tripla jornada de trabalho.

Palavra-chave: tripla jornada de trabalho; direito; desigualdade de gênero; mulher.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual é o resultado da evolução advinda de conflitos enfrentados anteriormente. Desde o processo civilizatório da humanidade, criou-se uma cultura machista e patriarcalistas, onde os homens eram seres soberanos e as mulheres meros objetos utilizados para procriar e cuidar da prole.

A primeira ideia de trabalho existente na sociedade é do trabalho escravo, trabalho forçado onde os escravos não tinham liberdade, eram obrigados a prestar serviços e não recebiam pagamento. Com a libertação do trabalho escravo, resultou no desenvolvimento do Estado Burguês industrializado, nascendo, assim, o Direito do Trabalho, o qual buscava representar a classe trabalhadora e todos os seus anseios oprimidos pela indústria que violava os limites do trabalho humano. Surgiram, então, as indústrias e as máquinas à vapor diminuindo o trabalho braçal e garantindo a remuneração mensal.

No ano de 1943, durante o período do Estado Novo presidido por Getúlio Vargas, foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na qual seu texto reafirmou a proteção dos direitos das mulheres, do mesmo modo em que garantiu normas que asseguravam a saúde e a proteção no âmbito laboral.

Desde os primórdios da civilização, a figura feminina habitualmente ocupou um papel inferior na sociedade, na qual esteve subordinada à guarita e cuidados do homem. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior status que a construção social do ser mulher. O papel do Estado é determinante na construção da igualdade, não só na regulação das leis que coíbem a

discriminação, visualiza-se que o direito à desconexão da mulher ao trabalho, dificultado pela tripla jornada em que ela é submetida, ainda carece de destaque nas políticas públicas de igualdade de gênero no labor.

MARCO TEÓRICO

Eminentes pesquisadores e escritores, como Delgado, discorrem sobre a necessidade de valorização do trabalho feminino e suas normas de proteção, bem como sobre a essencialidade de desmontar o cenário da cultura patriarcal ainda existente no país, especificamente no âmbito laboral.

A OIT, através de movimentos que buscavam a concretização das normas de proteção feminina, conseguiu a igualdade formal entre os gêneros.

METODOLOGIA

Este projeto será instruído por estudo exploratório com base em pesquisas, obras bibliográficas lecionadas por escritores e doutrinadores do tema em questão, bem como utiliza dois métodos de investigação científica: o bibliográfico e o documental.

A pesquisa bibliográfica visa a compreensão e expansão de doutrinas elaboradas por eminentes estudiosos e pesquisadores, utilizando-se de fontes secundárias como livros, revistas e artigos online.

Em relação à pesquisa documental, foram analisados documentos legislativos como os artigos da Constituição Federal e da Consolidação das leis trabalhistas, que dão ênfase às boas condições de trabalho e a dignidade da pessoa humana.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Acerca dos aspectos analisados no decorrer do trabalho, conclui-se que os objetivos foram atendidos, tendo em vista que a pesquisa tinha finalidade de analisar todo o conceito histórico e social do papel da mulher na sociedade, suas conquistas e direitos no âmbito laboral.

Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa apontou que as mulheres conquistaram seu espaço no meio social através das incessantes lutas por igualdade de gênero. Um forte exemplo é o movimento feminista que durante a primeira onda em que tinha como principal enfoque a busca por ascensão de igualdade de direitos contratuais e de propriedade, assim como direito ao voto e contra a discriminação das mulheres.

O trabalho observa que enquanto a mulher tem a obrigação de trabalhar, estudar e cuidar da casa, o homem se vê na necessidade apenas de estudar e trabalhar, não se sentindo na obrigação de cuidar da casa e da família, comprovando, assim, que ainda existe a desigualdade de gênero.

Por fim, com base na pesquisa desenvolvida, pode-se concluir que ainda existe desigualdade, especificamente no âmbito laboral, havendo a necessidade da desconexão da tripla jornada de trabalho. A mulher segue educando os filhos, cuidando das atividades domésticas e trabalhando, desse modo, não sendo respeitado seu direito à desconexão do trabalho, daí a necessidade da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **O Direito do Trabalho como dimensão dos direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2009

CARVALHO, S. C. Uma visão geral sobre a Reforma Trabalhista. **Revista Mercado em Foco: mercado de trabalho**, n. 63, 2017

DELGADO, G. N. A CLT aos 70 anos: rumo a um direito do trabalho constitucionalizado. **A Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 70, n. 2, 2013.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 33.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO PELA DESISTÊNCIA DA MEDIDA: UMA ANÁLISE DA SUA OCORRÊNCIA DURANTE O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA.

Caroline Araújo Cândido (aluna do curso de Graduação da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ), e-mail: caroline.candido@fvj.br. Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa acadêmica tem como propósito analisar a respeito da desistência da adoção de crianças e adolescentes, durante o estágio de convivência, analisando a possibilidade de reparação civil, através da indenização por dano moral, em razão da devolução dos adotados às instituições de acolhimento. Fez-se o questionamento em decorrência dos impactos gerados pela desistência da adoção de crianças e adolescentes durante o período do estágio de convivência, quais são as possíveis sanções previstas no ordenamento jurídico brasileiro para que haja a incumbência de danos ao adotante? Para este feito, foram utilizadas pesquisas de textos bibliográficos dos doutrinadores da área de Direito Civil, além de diplomas legais, jurisprudências do Poder Judiciário. Portanto, essa pesquisa se legitima por meio de uma análise histórica da evolução do sistema da adoção, bem como o instituto da responsabilidade civil e a possibilidade de indenização por danos morais, além da análise dos princípios de proteção integral e da dignidade da pessoa humana, consagrados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dos dados analisados, foi possível constatar o cabimento e a importância da reparação por danos morais causados em crianças e adolescentes que sofrem com a devolução imotivada às instituições de acolhimento.

Palavras-chave: Adoção. Crianças e Adolescentes. Danos morais. Desistência. Estágio de convivência. Indenização. Responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

A adoção propõe-se a inserir crianças e adolescentes em um convívio familiar, para que seja assegurado que estas cresçam em um lar seguro, que se sintam

pertencentes a uma família e assim por sua vez possam se desenvolver como merecem, contudo, ocorre que, sem qualquer justificativa plausível, aqueles que os adotaram, recorrem ao Poder Judiciário para devolverem estes, os deixando com consequências emocionais irreparáveis, como se fossem objetos que possam devolver quando quiserem. Partindo desta premissa, busca-se, a partir da pesquisa acadêmica, elucidar questões que estão sendo apreciadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, tais como: a possibilidade da responsabilização civil dos pretendentes à adoção nas situações de desistência da medida, durante o estágio de convivência. Destaca-se que a importância, também como a justificativa desta pesquisa, tem como primórdio o aumento crescente dos casos de desistência da adoção e o fato de não haver vedação legal que proíba a desistência da medida durante o estágio de convivência, haja vista que a devolução de crianças e adolescentes fere os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, tais como, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o princípio da proteção integral. Em relação a hipótese desta investigação científica, tem-se a necessidade de que haja a obrigação de indenização por pagamento de danos morais em virtude da desistência da adoção, tendo como intuito também ser uma medida preventiva a fim de evitar que novas desistências ocorram, visando impedir que os adotados fiquem à mercê de escolhas irresponsáveis dos adotantes.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: DIAS (2021), MADALENO (2018), GONÇALVES (2018), GAGLIANO E PAMPLONA FILHO (2020), SCHEREIBER (2020), TARTUCE (2019) para embasar e contribuir na pesquisa bibliográfica. Nessa perspectiva, expostas as discussões históricas, conceituais e principiológicas sobre o tema debatido, destacando-se os pressupostos para que ocorra a responsabilidade civil, a fim de que se apliquem aos casos de desistência da adoção e as possíveis sanções previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa, o método dedutivo e a pesquisa metodológica bibliográfica, através do estudo de doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive online, que tratam sobre a temática do tema no Brasil. Da mesma forma a pesquisa documental, através do estudo da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e também na Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que por sua vez sofreu alterações da Lei 12.010/09 (Nova Lei de Adoção), além de jurisprudências, que demonstram a percepção do legislador e a necessidade de regulamentação do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Embora a responsabilidade civil esteja disciplinada no ordenamento jurídico brasileiro, previsto no art. 927, parágrafo único do Código Civil de 2002, a aplicabilidade deste instituto na hipótese de desistência da adoção durante o estágio de convivência, não possui previsão no ordenamento jurídico brasileiro, decorre assim uma dificuldade da implementação deste dispositivo legal, pois, as únicas previsões estão elencadas nas jurisprudências e utilizando-se subsidiariamente o Código Civil, desde que haja a presença dos pressupostos que caracterizem de fato o ato ilícito, para que o instituto da responsabilidade civil, não seja utilizado de forma banal e errônea, acabando por mediocritizar o sistema processual, portanto, é de extrema importância que estejam presentes os pressupostos de ato ilícito para que seja configurada a indenização. Ademais, para que se possa cumprir o objetivo da adoção, é necessário que sejam examinadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a concretização da adoção, em especial o período de habilitação, com a intenção de gerir as expectativas dos adotantes e de afastar pessoas que não estão aptas para adotar. Portanto, a responsabilidade da decisão, fica majoritariamente, com os entendimentos dos magistrados; as jurisprudências são determinantes nessas situações, impedindo assim que haja acesso à justiça. Por fim, é necessário que os pretendentes à adoção sejam preparados psicossocial e juridicamente, além de realizações de ações socioeducativas, a fim de que adotem apenas quando estiverem seguros de sua decisão, pois adotar, implica em responsabilidade e consciência por parte dos adotados. o presente trabalho de conclusão de curso, utiliza-se o método dedutivo e pesquisa metodológica bibliográfica, através do estudo de artigos,

doutrinas, monografias, teses de dissertação, que abordam sobre a temática do tema, seja através de documentos físicos ou virtuais.

REFERÊNCIAS

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Novo curso de direito civil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família**, v. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. - 14. ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. - 8. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil: contemporâneo** – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

A ANÁLISE DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL

THE ANALYSIS OF THE PRINCIPLE OF THE ADVERSARY IN THE POLICE INVESTIGATION

Aluno (a): Carlos Jardel Saboia Costa¹ (Aluno do curso de direito da Faculdade Vale do Jaguaribe; Email: carlos.jardel@fvj.br), Orientador (a): Me. Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora do curso de direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe; Email: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia irá abordar acerca da aplicabilidade do princípio do contraditório no âmbito do inquérito policial, trazendo à tona os posicionamentos da corrente majoritária, que sustenta pela inaplicabilidade do contraditório na fase pré-processual, bem como da corrente minoritária que entende acerca da incidência do referido princípio no procedimento de investigação criminal. O objeto geral do presente estudo nutre um viés garantista, pautado na interpretação extensiva do Art. 5º, Inciso LV, da Constituição Federal de 1988. Em virtude do objeto em questão, será realizada uma abordagem sustentada em prol da incidência do contraditório na fase investigativa, pois o inquérito policial, principal instrumento, por ser responsável pela apuração da ocorrência do crime, produz provas capazes de influir na formação da convicção do órgão julgador. Para materializar a pretensão da presente monografia, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, manuseando-se

obras jurídicas acerca do assunto, bem como a legislação processual penal vigente, a carta magna de 1988 e os entendimentos jurisprudenciais dos tribunais superiores.

Palavras-chaves: Inquérito policial. Princípio do contraditório. Investigação criminal.

ABSTRACT (não obrigatório)

This monograph will address the applicability of the adversarial principle in the scope of the police investigation, bringing to light the positions of the majority current, which supports the inapplicability of the adversarial process in the pre-procedural phase, as well as the minority current that understands about the incidence of principle in the criminal investigation procedure. The general object of this study nurtures a guaranteeing bias, based on the extensive interpretation of Article 5, Item LV, of the Federal Constitution of 1988. Due to the object in question, a sustained approach will be carried out in favor of the incidence of adversarial proceedings in the investigative phase, as the police investigation, the main instrument, as it is responsible for investigating the occurrence of the crime, produces evidence capable of influencing the formation of the conviction of the judging body. To materialize the intention of this monograph, the bibliographic research method was used, handling legal works on the subject, as well as the current criminal procedural legislation, the 1988 Magna Carta and the jurisprudential understandings of the higher courts.

Keywords: Police inquiry. Contradictory principle. Criminal investigation.

1 INTRODUÇÃO

O inquérito policial é um procedimento administrativo provido de caráter inquisitivo, embora essa característica venha sendo comumente questionada desde a promulgação do texto constitucional de 1988. Assim, em virtude dessa problemática, há divergências doutrinárias e jurisprudenciais em relação a incidência do princípio do contraditório no curso

da investigação criminal. Dada as controvérsias jurídicas acerca do inquérito policial, a presente monografia foi dividida em capítulos, perquirindo nos aspectos gerais do inquérito policial até o objeto geral desta obra.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é descritivo-analítica, com pesquisa do tipo bibliográfica e documental. Quanto à abordagem, é qualitativa, haja vista que foca na análise subjetiva de aspectos humanísticos. Vale-se do suporte teórico de obras doutrinárias, de legislação nacional, periódicos e artigos científicos especializados no assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do presente trabalho, objetiva-se realizar uma abordagem acerca do inquérito policial. Será apresentado o seu conceito e finalidade, bem como a sua natureza jurídica, e características.

O inquérito policial é um dos principais procedimentos de investigação criminal que foi legitimado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 2.033 de 1871, regulamentada pelo Decreto nº 4824 de 1871. Trata-se de um procedimento de natureza administrativa cuja finalidade é apurar a ocorrência de um crime e a sua autoria, servindo de base para o ajuizamento da ação penal pelo Ministério Público.

Assim, o inquérito policial é caracterizado por ser discricionário, sigiloso, inquisitório, oficioso e escrito, cuja competência incumbe a polícia judiciária estadual e federal, não sendo excluída a competência de outras autoridades administrativas. Por ser desprovido de contraditório e ampla defesa, o inquérito policial desfruta de um valor probatório relativo, não podendo servir de base exclusiva para fundamentar uma decisão judicial.

O objeto geral do presente estudo nutre um viés garantista, pautado na interpretação extensiva do Art. 5º, Inciso LV, da Constituição Federal de 1988. Em virtude do objeto em questão, será realizada uma abordagem sustentada em prol da incidência do contraditório na fase investigativa, pois o inquérito policial, principal instrumento, por ser responsável pela apuração da ocorrência do crime, produz provas capazes de influir na formação da convicção do órgão julgador.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A contribuição do presente projeto de pesquisa está pautada em defender a incidência mais ampla do princípio do contraditório no inquérito policial, de modo que o indiciado e a sua defesa possam produzir provas, impugnar os elementos probatórios que julgarem impertinentes, etc. Devido ao fato de trazer à tona os elementos que evidenciam a ocorrência do crime e a sua autoria, o inquérito policial acaba influenciando na formação do convencimento do juiz. Com isso, é importante que a defesa assuma uma posição mais ativa no curso da investigação criminal, para que seja evitada condenações inadequadas, uma vez que o inquérito policial é um procedimento inquisitorial e suas informações costumam ser imprecisas.

6. AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar este tópico, destacarei o nome de pessoas grandiosas que contribuem para o meu crescimento pessoal e profissional, incentivando-me a ser cada dia melhor. Primeiramente, gostaria de agradecer ao Pai Celestial pelo dom da minha vida e por desfrutar de ótimas condições de saúde, pois é através dessa riqueza que detenho forças para enfrentar com destreza os desafios diários. Em segundo plano, abaixo de Deus, agradeço ao meu querido e amado pai, Joaquim Costa, um homem íntegro e de muita determinação. Pai, quero dizer que o senhor é o meu combustível diário, pois estou usufruindo do privilégio em concluir este curso devido ao seu constante apoio. Obrigado por nunca desistir de mim! À minha querida e amada mãe, Francisca Andrea Saboia, por todo apoio moral e espiritual concedido em minha árdua caminhada. Sou o homem que sou devido à vocês, meus pais! Do mesmo modo, estendo meus agradecimentos à minha namorada, Maria Rafaela de Oliveira Ribeiro, por todo carinho, apoio e muito amor concedido à minha pessoa. Saiba, meu amor, que você me motiva todos os dias a ser um companheiro melhor. Para finalizar este tópico tão importante para mim, não poderia deixar de mencionar a minha querida professora e orientadora Jackeline Ribeiro e Sousa, uma mulher íntegra, humilde e uma excelente profissional. Saiba que todos os seus conselhos, orientações e apoio serviram de combustível para encerrar esta jornada com êxito. Por isso, obrigado por tudo!

7. REFERÊNCIAS

AVENA, Noberto. Processo penal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. In: Vade Mecum Saraiva, 31ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, artigo 14, caput.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 82354 PR. Habeas corpus: cabimento: cerceamento de defesa no inquérito policial. Impetrantes: Augusto Rangel Rarrabure, Alberto Zacharias Toron e outro. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 10 de Agosto de 2004. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/767739/habeas-corpus-hc-82354-pr>.

JUNIOR, Aury Lopes. Direito processual penal. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 8ª ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal: volume único. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

A AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR COM A LEI Nº 13.491/17 E SEUS REFLEXOS PENAIS MILITARES E PROCESSUAIS PENAIS MILITARES

Carlos Eduardo Amarante Scipião (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: eduardo.scipiao@fvj.br); Orientador: **Alfredo Narciso da Costa Neto** (professor do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

A Lei nº. 13.491/17 ampliou a competência da Justiça Militar, desencadeando reflexos penais e processuais no ordenamento jurídico, sobretudo no Direito Militar. Foi inserida nova exceção à competência constitucional do Tribunal do Júri, isto é, os crimes dolosos praticados por militares federais contra a vida de civis passaram a ser julgados pela Justiça Militar da União, desde que presentes as circunstâncias legais. Além disso, condutas que outrora eram consideradas crimes comuns, vez que não previstas na legislação castrense, passaram a ser tipificadas como crimes militares, recebendo a classificação doutrinária de crimes militares por extensão, caso sejam praticadas, por exemplo, em serviço. Estas mudanças impactaram sobremaneira as auditorias militares, aumentando a demanda judicial e, conseqüentemente, gerando o risco de impunibilidade de muitos autores que podem ser alcançados pela prescrição. Será feito o uso de técnicas metodológicas por meio de pesquisas na internet, análise dos principais artigos científicos, consulta ao processo legislativo e revisão bibliográfica da literatura castrense, a exemplo do próprio Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar.

Palavras-chave: Crime militar por extensão. Crime doloso contra a vida praticado por militar. Justiça Militar. Militar julgado pelo Tribunal do Júri.

INTRODUÇÃO

Apesar de pouco explorado academicamente, o Direito Militar possui peculiaridades que o distinguem dos demais ramos do Direito. A falta de interesse da academia em lecionar Direito Militar aos estudantes e futuros operadores do Direito gera uma lacuna de conhecimento que, caso o respectivo preenchimento não seja buscado de forma deliberada pelo novo profissional, dificilmente será aparada. Nesse contexto, não são raras as vezes que entram em vigor diplomas normativos que, embora acarretem mudanças significativas no ordenamento jurídico, não são estudados de modo satisfatório pelos mais diversos profissionais, sejam membros do Ministério Público, Juízes, Advogados etc., vez que são leis voltadas precipuamente ao público militar. Um dos mais importantes diplomas normativos foi a Lei nº. 13.491/17, a qual modificou o Código Penal Militar, alterando a competência do Tribunal do Júri com relação ao processo e julgamento dos agentes militares federais nos crimes dolosos contra a vida de civis, além de trazer a tipificação como crime militar de condutas outrora processadas e julgadas na justiça comum, vez que não previstas na legislação castrense.

MARCO TEÓRICO

A Justiça Militar é considerada uma Justiça especializada dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Em que pese haver discussão doutrinária acerca da real necessidade de sua existência, a Justiça Militar permanece firme e em desenvolvimento, o que pode ser observado

com a ampliação de sua competência pelo legislador pátrio com o advento da Lei n. 13.491/17, objeto desse estudo. Ora, o constituinte já previu no art. 124 da Carta Magna que à Justiça Militar compete o processamento e julgamento dos crimes militares definidos em lei. A previsão constitucional revela a importância dada ao julgamento dos crimes que carregam a qualidade de militar, destacando-os dos crimes comuns. Embora a previsão seja da última constituição, vale mencionar que já ocorreram diversos marcos históricos do Direito Militar, cujo surgimento se confunde com o surgimento da própria organização social. Ora, conforme o pensamento de SOTOMAYOR (1973) o surgimento do Direito Militar, e com ele o da Justiça Militar, datam do aparecimento dos exércitos permanentes, quando a jurisdição penal militar aparece, na mais remota antiguidade, quando surge, conjuntamente com o Estado, o corpo armado. No que se refere aos marcos históricos da Justiça Militar podem ser citados: Código de Hamurabi (1700 a.c) que previa a pena de morte a delitos praticados por oficiais; Grécia, ao ser necessário disciplinar as tropas militares; Roma, ao sistematizar o Direito Militar, trazendo diferentes graus de julgamentos, de acordo com as patentes; Idade Média e Guerras Napoleônicas, ao prevê a diferença entre o cidadão comum e o cidadão militar; e, enfim, no Brasil, cujo surgimento ocorre com Portugal, do qual era dependente, e desenvolvimento ao longo das várias constituições. A importância da Justiça Militar é revelada ao longo da história, e se fundamenta, sobretudo, em um tripé: Necessidade da manutenção da hierarquia e disciplina das tropas armadas; Julgamento da conduta criminosa com base em princípios e valores próprios da caserna; E que esse julgamento seja realizado por juízes familiarizados com o tema, o que pode ser constatado na existência das Auditorias Militares, órgãos da Justiça Militar cuja composição do Conselho de Justiça, o qual é formado por um juiz togado e quatro juízes militares, os quais são oficiais de carreira das respectivas corporações militares. Ao entrar em vigor, a Lei n. 13.491/17 trouxe uma série de mudanças materiais e formais. No âmbito formal, houve o deslocamento da competência do Tribunal do Júri para a Justiça Militar da União quando houver o cometimento de um crime doloso contra a vida de civil praticado por militar federal, desde que presentes as circunstâncias legais, como, por exemplo, uma operação de Garantia da Lei e da Ordem. Além disso, a nova lei fez nascer uma nova classificação doutrinária de crime militar, sendo que sua classificação foi denominada de “crime militar por extensão”, cuja previsão passou a criminalizar como delito militar condutas que não estão previstas no Código Penal, desde que, novamente, presente as circunstâncias legais exigidas, sendo um exemplo o crime ser cometido em serviço. Para abordar este tema tão pouco explorado academicamente, fora utilizada técnicas metodológicas voltadas, precipuamente, para a leitura de livros, artigos e matérias de autores da legislação castrense, podendo ser citados como pensadores centrais Jorge César de Assis (2005), Jorge Alberto Romeiro (1994), Ronaldo João Roth (2017) e Renato Astrosa Sotomayor (1973). Os referidos autores já vêm desenhando os aspectos distintos do processo e julgamento no âmbito militar, sendo suas lições de suma importância na construção de um pano de fundo adequado para a compreensão do tema aqui proposto. Isso porque, conforme já citado alhures, o Direito Militar não é explorado adequadamente pelos mais diversos centros universitários, sendo tais autores importantes referências do estudo.

METODOLOGIA

As técnicas metodológicas a serem utilizadas se basearão nas pesquisas por meio da internet a fim de analisar os principais artigos científicos que abordaram o tema estudado, consulta ao processo legislativo responsável pela formação da lei 13.497/2017 e a revisão bibliográfica da literatura castrense.

CONCLUSÕES

Com a análise do referencial teórico e estudos sobre o tema, pode-se observar que a Lei n. 13.491/17 entrou em vigor sem o amadurecimento necessário de seu debate, vez que, pelo contexto social da época, às vésperas da Copa das Confederações, a norma surgiu com o objetivo de dar mais amparo jurídico aos militares federais, vez que estes participariam de operações que fugiam do seu cotidiano, isto é, operar junto á população civil, com mister de prestar Segurança Pública. A existência da Justiça Militar se baseia, notadamente, na necessidade de haver um corpo jurídico familiarizado com as nuances do serviço militar, além de haver regras mais rígidas aos militares, não extensíveis aos demais civis, justamente pela atividade desempenhada por aqueles, sobretudo com a custódia e utilização das armas estatais. Apesar da inicial intenção, foi verificado que a ampliação da competência da Justiça Militar com o deslocamento do processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civil para a Justiça Militar da União, somado à nova classificação doutrinária que foi prevista na lei n. 13.491/17, tipificando como delito militar condutas outrora atípicas para a legislação castrense, gerou uma sobrecarga natural gerada pela maior demanda dessa Justiça Especializada. Dessa forma, por não ter ocorrido uma mudança concomitante da estrutura desses órgãos, com o aumento dos agentes estatais responsáveis pela persecução penal, seja a nível de investigação pelos oficiais militares de carreira em sede de IPM, seja no número de magistrados, muitas das condutas praticadas serão alcançadas pela prescrição, demonstrando na realidade a ineficiência do Estado em punir as condutas por ele mesmo tipificadas. Nesse sentido, necessário se faz voltar o olhar para os aspectos práticos das mudanças legislativas, na busca pela paz social, devendo ser evitada a teoria pura e simples e o Direito Penal Simbólico.

REFERÊNCIAS

SOTOMAYOR, Renato Astrosa. **Jurisdiccion Penal Militar**. Santiago do Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1973. p. 19.

ROTH, Ronaldo João. **Justiça militar e as peculiaridades do juiz militar na atuação jurisdicional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003. p. 5.)

TORRES, Carlos Alberto.

ROTH, Ronaldo João. **Os delitos militares por extensão e a nova competência da justiça militar (lei nº. 13.491/17)**. Revista Direito Militar nº 126, Florianópolis: AMAJME, 2017, pp. 29/36.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar - Parte Geral**. 5ª Ed. 2ª Tiragem. Curitiba: Juruá, 2005.

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao Código Penal Militar: comentários, doutrina, jurisprudência** dos tribunais militares e tribunais superiores e jurisprudência em tempo de guerra. Curitiba: Juruá, 2018.

Tecnologia e o surgimento do direito digital: análise sob a ótica do direito fundamental e do garantismo jurídico brasileiro.

Caio Emerson Aguiar Gurgel (aluno do Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: caioeagurgel@gmail.com); Orientador: **Francisco das Chagas da Silva** (professor-mestre do Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

A humanidade passa por um momento de grande influência dos meios tecnológicos. A tendência é que tais transformações impactem ainda mais em serviços importantes para a sociedade como saúde, lazer e educação. Mas, afinal, quais os avanços advindos das tecnologias e os desafios que elas impõem à seara jurídica? Relações interpessoais encurtadas e a dependência quase que total pelo mundo virtual dificultam a atualização normativa, frente aos rápidos avanços e à mutabilidade da tecnologia. Com o advento da utilização em massa da rede mundial de computadores e dos meios tecnológicos disponíveis, escândalos relacionados ao uso desregulado de tais meios, do emprego indevido de dados dos usuários e a questão da privacidade vêm trazendo à contemporaneidade problemas que o Direito brasileiro tem que enfrentar para manter a harmonia do Estado. A presente pesquisa demonstra a importância da criação de leis para regular esses espaços e proteger os usuários para que não haja violação de direitos e práticas de abusos e crimes. No Brasil, importantes leis foram criadas com este objetivo como a Lei Carolina Dieckmann, Marco Civil da Internet e, por último, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Mas, elas foram suficientes? Outras medidas se fazem necessárias para adequação do Brasil ao contexto tecnológico. Deve haver, ainda, cooperação entre todas as estruturas do Estado e iniciativas como *compliance* para garantir transparência e efetiva aplicação das normas existentes. O estudo também analisa a inclusão do acesso aos meios tecnológicos no rol de direitos fundamentais e o garantismo jurídico no Direito Digital. A presente pesquisa adota metodologias de revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) e de pesquisa documental.

Palavras-chave: Acesso às tecnologias. Direito digital. Direitos fundamentais. Garantismo jurídico. Lei Geral de Proteção de Dados.

INTRODUÇÃO

A globalização tem propiciado à humanidade avanços jamais vistos: democratizou o acesso à informação e mudou totalmente as relações pessoais e empresariais, tornando o mundo mais dinâmico e imprevisível. No Brasil, tal avanço não foi diferente: relacionamentos (pessoais e institucionais) foram encurtados e a vida de milhares de brasileiros foi facilitada, seja pela eliminação da distância territorial seja pela amenização de divergências socioeconômicas regionais, o que uniu a nação através da tecnologia, por ter seu avanço rápido, mas, também, de certa, forma desordenado. Contudo, estas novas relações vieram repletas de vícios e sem amparo legal, haja vista que o Direito pátrio advém de décadas atrás, quando diversos conceitos nem existiam, impossibilitando (ou dificultando) a leitura atual. Ainda enraizado em conceitos antiquados e na legalidade estrita, o Direito brasileiro caminha a passos lentos para a previsibilidade de tais condutas, enfrentando a mutação advinda dos meios tecnológicos, que conseguem burlar ou, até mesmo, desconsiderar a legislação com a justificativa de facilitar a vida do usuário, criando, comparativamente, uma espécie de anarquia globalizada. A falta de regramento e o crescimento exacerbado não possibilitam a atualização do Direito

conforme a tecnologia, cerceando sua aplicação. O Direito Digital, ramo inicial criado a fim de suprir tais falhas legais, ainda não é composto por muitos dispositivos legais, uma vez que o tema envolve diversos fatores que necessitam de análise prévia e técnica, para que possam ser resguardadas todas as variáveis. Mas, afinal, a legislação brasileira tem conseguido manter a necessária atualização frente aos avanços tecnológicos contemporâneos, de modo a propiciar o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito e a harmonia com a sociedade? O que a dependência dos meios sociais aos meios tecnológicos pode ocasionar no Direito? Uma simples inclusão do acesso aos meios tecnológicos no rol dos direitos fundamentais assegura a sua plena aplicabilidade? A presente pesquisa objetiva esclarecer as dificuldades e desafios para atualização jurídica frente aos avanços tecnológicos, vez que as relações pessoais passam a ser regidas com influência demasiada dos meios tecnológicos, permeando as garantias existentes aos seus usuários e à soberania nacional.

MARCO TEÓRICO

Doutrinadores como Vani Moreira Kenski (2012), Castells (1999), Dertouzos (1997), compartilham da mesma ideia de que a tecnologia influencia diretamente o desenvolvimento das sociedades, em todos os tempos, e que seus avanços são diretamente ligados aos avanços sociais, por isso a necessidade da atualização e sua adequação em todas as searas, inclusive jurídica. No tocante a tais aspectos, no mundo jurídico, conforme difundido pelo doutrinador José Afonso da Silva (2011), a soberania Estatal deve sempre prevalecer frente a qualquer avanço, para que haja a efetiva aplicação do Direito e sua harmonia com a sociedade. No decorrer dos avanços tecnológicos contemporâneos, diversas discussões surgiram para garantir a plena aplicação do Direito e qual o papel dos meios tecnológicos para a sociedade. Conforme os doutrinadores Patrícia Peck (2016) e Eduardo Rodrigues dos Santos (2017), o Direito Digital é de suma importância para o desenvolvimento pleno da sociedade e sem ele, na atualidade, se viveria momentos difíceis para a manutenção da ordem e do Estado. E que sua equiparação a um direito fundamental é necessária para que toda a sociedade sobreviva, uma vez que, até mesmo atividades cotidianas estão sendo inseridas em tais meios, demonstrando sua real necessidade, mas sempre havendo o contraponto com a realidade fática e necessária para que o Estado não seja sobrecarregado e entre em colapso.

METODOLOGIA

A presente pesquisa desenvolveu-se a partir de dois eixos ou modelos de investigação acadêmica e científica: o bibliográfico e o documental. Por meio do primeiro, se buscou aprofundar o tema a partir da leitura e coleta de doutrinas já produzidas por estudiosos da matéria (veiculadas em livros, revistas e artigos, inclusive online), representando um olhar a partir de fontes secundárias. Em relação à pesquisa documental, foram analisados diretamente (como fontes primárias) os dispositivos legais e constitucionais pertinentes ao tema, além de dados estatísticos oficiais atualizados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar como a tecnologia influenciou o Direito Digital e a sociedade e demonstrar as dificuldades encontradas entre a atualização normativa e sua aplicabilidade no contexto histórico mundial, sendo o Brasil o ponto chave (norteador) da pesquisa. Restou comprovada a dependência tecnológica (meios virtuais) da sociedade contemporânea. Quase todos os segmentos sociais (e espaços de relacionamento, públicos e privados, pessoais e institucionais) são desenvolvidos através de tais meios, evidenciando a importância de tais tecnologias, inclusive, no Direito brasileiro, e impactando diretamente sua aplicabilidade e seus benefícios, por exemplo, nos números atinentes ao Judiciário brasileiro. O Direito Digital faz jus ao desenvolvimento como ramo próprio

(autônomo), visando a contribuir para se entender melhor os meios tecnológicos, suas condutas e interferências no meio social que devem ser reguladas. Demonstraram-se a real necessidade e a dificuldade existente para regulação do setor. As novas leis, mesmo sendo abrangentes na quantidade e específicas em seus conteúdos, ainda não se mostram suficientes para disciplinar satisfatoriamente as inúmeras situações decorrentes da utilização dos meios tecnológicos, em razão de sua intrínseca mutabilidade. A proteção jurídica dentro de tal meio não depende somente do poder público (governo, legislativo e judiciário) e mesmo das empresas, mas, sim, de todos os que formam o meio social, para que haja adequada utilização da tecnologia e efetivo cumprimento da sua finalidade. Entre as práticas que colaboram com o pleno desenvolvimento de tais regulações, o *compliance* digital consiste em regras de governança e de aplicabilidade no contexto empresarial (público ou privado), garantindo transparência dentro de tais setores. Quanto ao acesso à tecnologia como direito fundamental, trata-se de proposta demasiadamente complexa, principalmente em função da variedade de aplicações do referido direito. A maioria dos autores propõe cautela em torno desse direito e do interesse de ampliar, a partir dele, o rol constante no art.5º da CF-88. Evidenciou-se que a interpretação literal da lei não mais pode ser a regra no Judiciário brasileiro, uma vez que sua não atualização normativa, frente aos avanços tecnológicos da contemporaneidade, gera descrédito da sociedade ao referido sistema. Garantismo jurídico constitui justamente regulação constitucional frente aos excessos e arbitrariedades do Judiciário. O papel do garantismo é coibir as arbitrariedades do Estado em relação à sociedade na qual está inserido, viabilizando entendimento entre justiça e Direito propriamente regulado (direito material).

REFERÊNCIAS

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: Um novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

CASTELLS, M. 1999. **La Era de la información: economía, sociedad y cultura**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

DERTOUZOS, M. L. **O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Como educar os jovens na era digital**. In: PINHEIRO, Patrícia Peck (coord.). **Direito digital aplicado 2.0**. 2.ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2016.

SANTOS, Eduardo Rodrigues dos. **Direitos fundamentais atípicos**. Salvador: Juspodivm, 2017.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: REFLEXÕES SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS E DIRETRIZES QUE A REGULAMENTAM

Ari Silva Lima¹ (Aluno do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe email: ari.lima@fvj.br), Jackeline Ribeiro e Sousa² (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer reflexões sobre o não cumprimento das leis e diretrizes que regem a Educação para o Trânsito no Brasil. O estudo se desenvolveu através de pesquisas bibliográficas que trouxeram embasamento para que houvesse entendimento sobre a importância da educação para o trânsito. Nessa pesquisa é possível verificar uma evolução gradativa da preocupação com a temática tanto a nível nacional quanto internacional, o que trouxe a necessidade de criação de leis e outras normas com o intuito de concretizar esse tipo de educação. É possível verificar também, através de gráficos, que existe uma grande captação de recursos financeiros, e que esses recursos não são utilizados de maneira satisfatória chegando, inclusive, a serem contingenciados. Diante disso, percebe-se a problemática desse trabalho através do seguinte questionamento: por que não são cumpridas as normas da Educação para o Trânsito no Brasil? A justificativa para o presente tema perpassa pelo alto número de acidentes e mortes que ocorrem todos os anos no trânsito brasileiro que poderiam ser evitadas com investimentos na educação desde os anos iniciais da educação básica conforme normas que preveem essa introdução. Deste modo, faz-se necessário chamar a atenção para que as leis, com referência a esse tema, sejam colocadas em prática. Com o objetivo de identificar quais os motivos de não se praticar o que está regulamentado nas normas que tratam sobre Educação para o trânsito, o presente trabalho demonstra que: há uma importância no tema demonstrado através do histórico da Educação para o Trânsito; existem fundamentos legais para a realização da Educação para o Trânsito tanto no texto constitucional, quanto nas normas infraconstitucional e há recursos disponíveis para a realização de projetos na área. Estima-se, como resultados esperados, a contribuição para a importância do cumprimento das leis que normatizam a Educação para o Trânsito, além de contribuir para a diminuição dos acidentes e mortes no trânsito.

Palavras-chaves: Acidentes; Cumprimento das Normas; Educação para o Trânsito.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Educação para o Trânsito: Reflexões sobre o não cumprimento das leis que o regulamentam”, é oriundo de pesquisa que mostra que as leis e normas que regem a Educação para Trânsito no Brasil não são cumpridas de forma satisfatória, o que contribui para que haja muitos acidentes no trânsito e conseqüentemente mortes advindas desses acidentes.

Frente a esses problemas no trânsito, a falta de cumprimento dessas leis que norteiam a Educação para o Trânsito, torna-se tema de grande relevância, haja vista, que essas normas, se aplicadas de maneira satisfatória, podem contribuir na formação de futuros condutores de veículos e com isso colaborarem na diminuição das vidas perdidas, afinal condutores e participantes do trânsito mais conscientes é sinal de um trânsito mais pacífico.

Contudo, é possível verificar que o Ordenamento Jurídico Brasileiro não se omite no que diz respeito à Educação para o Trânsito, haja vista a existência de leis e normas que demandam sobre o tema, podendo ser encontradas na Carta Magna de 1988, Código de Trânsito Brasileiro, Parâmetros Curriculares Nacionais, Resoluções e Decretos Nacionais. Neste sentido, sabendo-se da existência de tais leis e diretrizes, com o objetivo de trazer reflexões, verifica-se a

problemática desta pesquisa por meio do seguinte questionamento: quais os motivos que levam ao não cumprimento das normas brasileiras que discorrem sobre a Educação para o Trânsito? Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral identificar quais os motivos que levam a não se praticar de maneira efetiva o que está regulamentado nas normas que tratam sobre Educação para o trânsito. Como forma de atingir o objetivo geral, traz-se como objetivos específicos: demonstrar a sua importância através do histórico da Educação para o Trânsito nacional e internacional; afirmar que há fundamentos legais para a efetivação da Educação para o Trânsito contido tanto no texto constitucional quanto nas normas infraconstitucionais; e apresentar que há recursos disponíveis para a efetivação da Educação para o Trânsito.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Rodrigues (2007), Ferreira e Filho (2016), Carvalho (2020), CNT (2018), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a importância de se praticar a Educação para o Trânsito.

METODOLOGIA

No que se refere a metodologia, foi levado em consideração os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Com a finalidade de alcançar todos os objetivos da pesquisa, recorreu-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, classificando-se como exploratória, como forma de investigação e demonstração do tema, além de uma abordagem documental na qual foram analisados artigos científicos, teses, dissertações, livros, notícias, leis e diretrizes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, o presente trabalho buscou responder aos questionamentos existentes acerca de fatores que contribuem para o não cumprimento das normas que regulamentam a Educação para o Trânsito. Procurou-se, com intuito de obter reflexões sobre esse problema, a análise de razões que demonstrassem que quando há a efetivação dessas normas é possível minimizar os números de acidentes de trânsito, diminuir a incidência de crimes de trânsito e, conseqüentemente, diminuir o número de vítimas fatais em decorrências desses sinistros.

Ao tratar sobre a importância de se desenvolver a Educação para o Trânsito, verificou-se que muitos países começaram a enxergar nesse modelo de educação como uma das saídas para transformar o trânsito, que se tornavam violentos em um espaço mais pacífico.

Observou-se que no Brasil, mesmo depois de alguns países reconhecerem a relevância da educação no trânsito, também passou a ver com outros olhos a Educação para o Trânsito e passa a cogitar essa nova modalidade como um dos elementos principais para a obtenção de resultados que viessem diminuir os números de acidentes de trânsito tanto nas rodovias, como também nos grandes centros urbanos.

Sobre os aspectos legais para a promoção da Educação para o Trânsito, observou-se que o Ordenamento Jurídico Brasileiro nos contempla com inúmeras leis e diretrizes que regulamentam essa temática. Não à toa, a nossa Carta Magna de 1988 traz em seu texto que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tem em comum o dever de estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança no trânsito.

Com relação aos meios financeiros de promover essa temática, verificou-se que há um sistema bastante organizado e baseado em normas para a captação de recursos para serem utilizados em projetos e promoção da Educação para o Trânsito. Foi possível observar também, que esses recursos tem aumentado a cada ano de maneira significativa.

Foi observado também que diante do contingenciamento das verbas destinadas ao FUNSET (descumprimento das normas) para o investimento em ações educativas que ajudariam na

prevenção de acidentes no trânsito, o Brasil gasta bilhões de reais todo ano em consequências oriundas do acidente de trânsito. Assim sendo, observou-se que se por um lado “economiza” não utilizando as verbas na sua integralidade, por outro lado gasta-se muito mais tentando remediar com os cuidados à saúde devido as lesões ou mortes.

Mediante a tudo que foi pesquisado nesse trabalho, com intuito de criar reflexões, é possível verificar que a falta de cumprimento das leis que regem a Educação para o Trânsito é proveniente da falta de interesse por parte dos nossos representantes, pois esses não se preocupam em criar uma política de prevenção de acidentes de trânsito; não há uma comoção nacional pois a quantidade de mortes no trânsito, que são encaradas apenas em números, virou caso comum e a sociedade em geral não se atentou para a profundidade da gravidade que ocorre no trânsito brasileiro, além de não contemplar o quanto é imprescindível a educação no trânsito. Deste modo, ressalte-se que esse trabalho se propõe a contribuir trazendo reflexões sobre a importância de se cumprir as normas que regulamentam a Educação para o Trânsito e, também abrir espaço para que outras reflexões surjam. Com isso contribuir para que se possa cada vez mais se ter participantes do trânsito conscientes de seus direitos e, principalmente de seus deveres. Assim sendo, possibilitar um trânsito mais humano com menos acidentes e menos vidas perdidas em decorrência desses sinistros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN. Brasília: MEC, 1997.

Confederação Nacional do Transporte – CNT. Importante para a segurança viária, educação de trânsito é negligenciada no país. 19 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.cnt.org.br/publicacoes>> . Acesso em 02/09/2021

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. Custos dos Acidentes de Trânsito no Brasil: estimativa simplificada com base na atualização das pesquisas do Ipea sobre custos de acidentes nos aglomerados urbanos e rodovias. **IPEA**. Brasília, junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2565.pdf>. Acesso em: 27/10/2021.

FERREIRA, Paulo Rangel Araújo; DA SILVA SANTOS FILHO, Itamar. A educação para o trânsito como ferramenta de obediência aos princípios da eficiência e da dignidade da pessoa humana. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 11, n. 1, p. 132-156, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/20018/pdf>>. Acesso em 07/09/2021.

FRANZ, Cristiane Maria; SEBERINO, José Roberto Vieira. **A história do trânsito e sua evolução**. Disponível em: <https://issuu.com/tutorialuiza/docs/a_historia_do_transito_e_sua_evolut>. Acesso em 18/08/2021.

RODRIGUES, J. P. P. O currículo interdisciplinar e a educação para o trânsito. Revista Eletrônica de Divulgação Científica. Guarujá- SP, 2007. Disponível em: <http://www.faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/curriculo_ed1.pdf>. Acesso em 19/08/2021.

Desgaste Psicológico e Acidente de Trabalho: A Atividade Laboral dos Profissionais da Saúde Frente à Pandemia Covid-19 do Estado do Ceará

Ana Virginia Felipe de Oliveira (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: virginia.oliveira@fvj.br); Orientadora: **Natallie Alves de Almeida** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: natallie.almeida@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa teve como principal objetivo analisar pesquisas realizadas durante a pandemia quanto ao aumento de casos de problemas psicológicos nos profissionais da saúde no Estado do Ceará e identificar quais problemas recorrentes, e os riscos de desencadear acidentes de trabalho no enfrentamento ao Coronavírus. Os profissionais da saúde que na pandemia do Coronavírus tiveram constantemente contato imediato com o vírus no ambiente de trabalho propensos à contaminação da doença e agravamento do estado de saúde, assim como, devido a alta sobrecarga emocional desenvolvida pelo enfrentamento da doença, afetando a saúde mental dessa classe trabalhadora, sendo capaz de gerar problemas psicológicos que se não forem prevenidos ou tratados, provocarão danos irreparáveis a estes trabalhadores, reduzindo sua capacidade que inicialmente era desempenhada de forma efetiva. Ante a estas consequências à saúde mental, reflete na dignidade da pessoa humana, tendo em vista o desenvolvimento de limitações e interferência na qualidade de vida do indivíduo. O empregador, portador da responsabilidade de reparar e prevenir danos causados aos trabalhadores, decorrente da atividade econômica desenvolvida, existindo um conjunto de direitos e garantias que ampara tais profissionais. Identificou-se a atuação do Poder Público na atuação preventiva de problemas psicológicos em profissionais da saúde em tempos de pandemia, através de políticas públicas desempenhadas. Além disso, verificou-se a periodicidade da jurisprudência considerando doenças psicológicas como acidente de trabalho quando relacionadas ao exercício da atividade profissional.

Palavras-chave: Pandemia. Responsabilidade Civil. Políticas Públicas. Dignidade da pessoa humana. Coronavírus.

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho se propôs investigar os impactos ao psicológico de profissionais da saúde do Estado do Ceará advindos da sua atividade laboral no enfrentamento à pandemia COVID-19 e sua equiparação em acidente de trabalho, demonstrando os direitos que são resguardados aos profissionais da saúde. O bem-estar e a qualidade do ambiente de trabalho nem sempre foram vistos como aspectos primordiais em uma relação de trabalho pela legislação trabalhista, visto que tais direitos fazem parte de uma evolução progressiva.

A pandemia do COVID-19 trouxe grandes reflexos na sociedade e no âmbito jurídico, mais precisamente no Direito do Trabalho, com a necessidade de adaptação ao momento atípico para que as atividades exercidas pudessem ser desenvolvidas com a mesma efetividade anteriormente realizada. Algumas áreas trabalhistas especificamente foram afetadas com mais intensidade e mais impacto que outras, dentre essas profissões, tem-se a área da saúde, tendo em vista seu direto contato com o vírus que se alastrou demasiadamente.

Pertinente o estudo sobre como está sendo afetada a saúde mental dos profissionais da área da saúde no período de enfrentamento à pandemia do Coronavírus e como pode resultar em acidentes de trabalho, e os direitos desses profissionais. Sendo de grande relevância, analisar esses fatores para responder qual o impacto psicológico da pandemia COVID-19 na exaustiva missão dos profissionais de saúde.

Para o melhor entendimento de cada método abordado, o presente estudo apoia-se em obras doutrinárias de autores com referência na área de atuação, para fundamentar e desenvolver discussões frente a pontos levantados no estudo, dentre estes autores, pode-se encontrar, Carlos Henrique Bezerra Leite (BEZERRA, 2020), Ricardo Resende (RESENDE, 2020), André Carvalho Ramos (RAMOS, 2020), Ingo Wolfgang Sarlet (SARLET, 2011). Além disso, o estudo apoia-se em jurisprudência de tribunais, artigos científicos, pesquisas com percentuais e leis, dentre elas, a Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: (BEZERRA, 2020), (RESENDE, 2020), (RAMOS, 2020), (SARLET, 2011), MINISTÉRIO DA SAÚDE (*online*), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica, sendo o último para fins estatísticos. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas e estatísticas sobre o tema pesquisado.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa as seguintes formas metodológicas: a bibliográfica, pelo uso de doutrinas, artigos, monografias, e sites com a temática tratada. E por fim, a pesquisa documental, que se desenvolveu pelo estudo da Constituição Federal de 1988, a Consolidação das Leis Trabalhistas, Lei nº 8.213/1991, Convenções da Organização Internacional do Trabalho, a Resolução nº 66 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, ressaltando os pontos principais em cada legislação sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como visto, o histórico da luta gradativa pela afirmação de direitos trabalhistas que garantissem a segurança e bem-estar do trabalhador, identificou-se que tal proteção reflete diretamente na manutenção do direito à dignidade da pessoa humana, prerrogativa essencial a toda pessoa. A partir das reivindicações da classe trabalhadora é que desenvolveu-se um olhar mais atento do âmbito legislativo, o qual gerou a progressiva conquista de direitos trabalhistas.

Ao verificar a tutela constitucional referente aos direitos trabalhistas constata-se que a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 trouxe uma ampla previsão quanto as garantias do trabalhador, com o intuito de proteger o empregado por meio do reconhecimento de direitos mínimos capazes de assegurar a manutenção da condição social e da dignidade da pessoa humana. Enquanto a Constituição Federal de 1988 trouxe um viés garantista aos direitos de proteção ao trabalhador, a Reforma Trabalhista a partir da entrada em vigor da lei 13.467 de 2017 houve a relativização de um rol de direitos dos trabalhadores, havendo a valorização do negociado, o que foi bastante criticado pela doutrina.

Através dos dados epidemiológicos expostos na monografia, observou-se a alta contaminação do Coronavírus em profissionais da saúde, ficando evidente o elevado risco que estes profissionais estão submetidos em seu ambiente de trabalho. Observa-se ainda a

responsabilidade civil e securitária do empregador na prevenção e reparação pelos riscos existentes em decorrência da atividade desempenhada, tendo em vista que o ambiente hospitalar em si é um ambiente insalubre do qual as pessoas que fazem parte desses ambientes estão constantemente propensas ao desenvolvimento de danos à integridade do trabalhador.

O cenário da pandemia do Coronavírus agravou os riscos a saúde do trabalhador que já eram bastante elevados, gerando uma pressão ainda maior sobre aqueles que estavam na linha de frente ao enfrentamento da doença, no tratamento de pessoas contaminadas. Diante das longas jornadas de trabalho, a exaustão pelo falta de descanso, assim como a escassez de materiais de trabalhos, a exemplo, equipamento de proteção individual, oxigênio e leitos ao tratamento das pessoas contaminadas, afeta o psicológico dos profissionais que se encontram como responsáveis pelo tratamento desses indivíduos, fazendo com que contribua ao desenvolvimento de problemas psicológicos podendo chegar a um nível mais elevado de difícil reversão, caso não haja o acompanhamento com profissionais especializados.

Observou-se ainda a existência de projetos desenvolvidos por diversos hospitais e pelo poder público com o propósito de formar uma rede de apoio a estes profissionais, a fim de prevenir os prejuízos a saúde mental dos profissionais da área da saúde. Além disso, analisou-se a entendimento jurisprudencial a respeito do enquadramento de doenças psicológicas como acidente de trabalho, identificando os critérios para tal configuração.

Destarte, a discussão a respeito da saúde mental interligada ao trabalhador em sua prestação de serviço merece atenção por ser de suma importância, tendo em vista que o bem-estar psicológico do trabalhador interfere na qualidade do exercício da profissão, não só a saúde física, mas também a saúde mental se prejudicada é capaz de interferir no trabalho. Diante disso, é essencial a prevenção a danos à saúde do trabalhador com o propósito de evitar o desenvolvimento de limitações, reforçando a aplicação dos direitos trabalhistas, para que haja uma relação de trabalho harmônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde divulga dados epidemiológicos da covid-19**. Publicada em 26/03/2021. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-divulga-dados-epidemiologicos-da-covid-19-1>.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo : Saraiva educação, 2020.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. Ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NA PERSPECTIVA PÚBLICA E PRIVADA COMO MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Amanda Thais Silva Oliveira (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: amanda.oliveira@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho está voltado ao estudo dos métodos de solução de conflitos, em específico, a Conciliação, Mediação, e a Arbitragem, e tem por objetivo, demonstrar a eficácia desses métodos frente a morosidade do Poder Judiciário. Sendo apresentado, o contexto histórico referente ao surgimento desses métodos de solução de conflitos, mostrando as formas que eram utilizadas preteritamente e, trazendo como a legislação atual passou a aplicá-las. Este trabalho, buscou apresentar a importância de cada método, no que se refere a aplicação destes de forma eficaz e célere na solução e pacificação dos conflitos. Ressaltando que, a cada ano, há um crescente aumento de demandas processuais no Poder Judiciário, tornando-o mais lento na resolução dos processos e, ainda tornando-se mais desgastante às partes pela lentidão. Apesar da existência dos métodos de solução de conflitos, ainda há um preconceito da sociedade em relação a eficácia destes, estando enraizado a concepção que apenas o Juiz Natural tem a capacidade de resolver o conflito. Diante da necessidade do Poder Judiciário em aplicar outros meios mais céleres para a solução dos conflitos, o Conselho Nacional de Justiça realizou políticas judiciárias de incentivo à utilização dos métodos de solução de conflitos, trazendo a obrigatoriedade na implantação em cada Tribunal, tornando ainda, a conciliação e mediação como fase obrigatória no processo, salvo exceções previstas em lei. Para o melhor entendimento acerca do tema tratado neste trabalho, buscou-se a utilização de doutrinas para a conceituação de cada método, sendo utilizado também a legislação pertinente a cada método, em destaque, a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil de 2015, a lei 13.140 de 2015, a lei 9.307 de 1996 e a resolução de nº 125 do CNJ. Com isso, objetiva-se entender o desenvolvimento e evolução dos métodos, bem como a eficácia e celeridade provocadas por estes meios.

PALAVRAS-CHAVES: Conciliação, Mediação e Arbitragem. Conselho Nacional de Justiça. Pacificação de conflitos. Eficácia.

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho trata-se dos métodos alternativos de solução de conflitos, sendo eles a Conciliação, Mediação e a Arbitragem. Trazendo, inicialmente, aspectos relativos ao contexto histórico ao qual estão inseridos, sendo perceptíveis as mudanças e melhorias que ocorreram no que tange à aplicabilidade e eficácia de cada método.

Será possível notar que há semelhanças entre a conciliação e a mediação, que muitas vezes acabam sendo confundidas, entretanto, será esclarecido pontos-chaves para a diferenciação de cada um, com base na atuação dos profissionais bem como na forma que se desenvolve cada método. Diferentemente da conciliação e mediação, será possível observar como a arbitragem se difere, pois é um método parecido com a própria jurisdição. Na qual as partes poderão optar pela arbitragem em determinadas matérias, entretanto, o poder decisório concentra-se no árbitro, que analisará as provas produzidas e proferirá a sentença arbitral.

Então, enquanto que na conciliação e na mediação as partes buscam a solução de forma amigável entre si, na arbitragem a solução parte do próprio árbitro, parecendo com o próprio Juiz natural.

Para o melhor entendimento de cada método abordado, foi utilizado com mais frequência, a doutrina de Roberto Portugal Bacellar (BACELLAR, 2012), tendo em vista a sequência lógica e fática do trabalho ser semelhante à presente doutrina, além dele, foi utilizado também a doutrina de Dionara Oliver Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2017) e Bruno Takahashi (TAKAHASHI), ambos foram importantes na complementação da lógica deste trabalho. E para o último tópico do trabalho, a qual aborda os dados estatísticos do CNJ, foi utilizado unicamente o relatório estatístico anual de 2021 do CNJ, pois o referido tópico foi dedicado exclusivamente para fins de comprovação de todo o exposto no presente trabalho.

E por fim, além das doutrinas e das estatísticas do CNJ, foi utilizado como fundamentação e complementação, a legislação pertinente ao tema, trazendo dispositivos da Constituição Federal de 1988, do Código de Processo Civil de 2015, a lei da arbitragem de nº 9.307/96, a lei da mediação de nº 13.140/2015 e a resolução de nº 125/2010 do CNJ.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: BARCELLAR (2012), ALBUQUERQUE (2017), TAKAHASHI (2019), AZEVEDO (2016), CONSELHO

NACIONAL DE JUSTIÇA (2021), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica, sendo o último para fins estatísticos. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas e estatísticas sobre o tema pesquisado.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa as seguintes formas metodológicas: a bibliográfica, pelo uso de doutrinas, artigos, monografias, e sites com a temática tratada. E por fim, a pesquisa documental, que se desenvolveu pelo estudo da Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil de 2015, a lei nº 13.140 de 2015, a lei nº 9.307 de 1996, e finalmente, a Resolução nº 125 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, ressaltando os pontos principais em cada legislação sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como visto, os métodos de solução de conflitos não são novidades no ordenamento jurídico, tendo em vista que as primeiras noções surgiram desde as Ordenações Filipinas. Porém, não havia força e eficácia, bem como não possuía incentivos como os existentes atualmente. Com a vigência da Constituição Federal de 1988, foi possível observar a iniciativa de melhorias quanto a aplicabilidade e utilização dos métodos de solução de conflitos com mais frequência no Poder Judiciário.

A busca pela implementação dos métodos, a partir da CF/88, tornou-se cada vez mais frequente em decorrência do aumento no número de demandas recebidas pelo Judiciário, porta aberta pela própria CF/88, que tornou o acesso à justiça como um direito fundamental.

Em 1996, foi sancionada a lei da arbitragem nº 9.307/96, trazendo a possibilidade para quem a preferir, de levar seus conflitos ao juízo arbitral. Método este, semelhante ao empregado e desempenhado pelo Juiz natural em suas atribuições, entretanto, o árbitro pode ser escolhido pelos litigantes, que analisará toda a causa para sentenciar, não cabendo recursos, sendo o juízo arbitral de apenas uma instância. Dessa forma, a arbitragem tornou-se eficaz e célere, possuindo os mesmos efeitos que uma sentença judicial, ressaltando-se apenas que é um método que possui custas e limita-se a causas referentes a direitos disponíveis.

Posteriormente, o CNJ editou a resolução de nº 125 em 2010, trazendo Políticas Judiciárias acerca dos métodos de solução de conflitos da conciliação e mediação. Tornando obrigatório a implementação desses métodos em todo o Poder Judiciário, bem como a criação de setores responsáveis para a preparação de profissionais para atuarem com conciliadores e mediadores,

criação de políticas judiciárias de incentivo às práticas dos métodos, denominadas de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que também possuem a função de instalar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que são responsáveis pela realização de audiências de conciliação e mediação, seja na esfera pré-processual bem como processual.

Já no ano de 2015, foi sancionado o Código de Processo Civil e a lei da mediação nº 13.140, trazendo as aplicabilidades da conciliação e da mediação dentro do Poder Judiciário. Prevendo a obrigatoriedade da realização da sessão de conciliação ou mediação logo no início do processo, desde que cumpridos os requisitos da sessão inicial, sendo inclusive punido com multa de até dois por cento sobre o valor da causa aquele que faltar injustificadamente a sessão. Entretanto, para essa obrigatoriedade há uma exceção, não sendo obrigatório a realização da sessão conciliatória ou mediatória se ambas as partes manifestarem de forma expressa o desinteresse pela referida sessão.

Além disso, é possível notar a importância desses métodos dentro do CPC, pois logo no início, é atribuído aos juízes, defensores públicos, membros do ministério público e advogados a função de estimular a utilização dos métodos de solução de conflitos, como forma de incentivar as pessoas a participarem das sessões, fazendo com que milhares de processos possam ser resolvidos o mais breve possível, sem a necessidade de passar pelo juiz, tendo em vista que o acordo formulado nas sessões são válidos e aptos a produzirem todos os efeitos.

Diante disso, conclui-se que os métodos de solução de conflitos são eficazes na pacificação e capazes de diminuir a demanda processual existente nos tribunais. Sendo possível observar também, os resultados pertinentes a esses métodos, através das estatísticas anuais elaboradas pelo CNJ, que aborda em todos os anos a quantidade de novos processos e o total existente, bem como a divisão desses processos por cada Tribunal, abordando ainda a quantidade de processos que obtiveram acordo por meio de conciliação e mediação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Dionara Oliver. **O Marco Legal da Mediação no Brasil e o Mediador Judicial, sua Capacitação e Formação Continuada – O Exemplo do Nupemec – TJRS**, vol. 2, Porto Alegre/RS: TJRS, 2017

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**, 6a Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016

TAKAHASHI, Bruno, et al. **Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2019.

Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2021**. Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2021.

Ativismo Judicial

Alexsandro Magno Duarte Rocha (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Alex.sandrohip@gmail.com); Orientador: **Alfredo Narciso da Costa Neto** (professor do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: Alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo acerca do fenômeno jurídico chamado ativismo judicial, expondo em primeiro momento como se deu a criação desse feito nos mais diversos ordenamentos jurídicos do globo terrestre. Na sequência é abordado o comparativo da utilização desse instrumento em variadas jurisdições respectivamente às suas problemáticas sociais. Em seguida destaca-se atividades voltadas a essa prática no ordenamento jurídico pátrio, fazendo com que críticas sejam debatidas acerca da autonomia de cada poder em detrimento do princípio da separação dos poderes. Com isso, é ressaltado a importância da utilização da ferramenta à frente da pandemia de Covid-19, onde o referido fenômeno foi utilizado de maneira efetiva para que fossem assegurados direitos não protegidos pela lentidão Estatal, deixando exposto às deficiências e fragilidades do nosso sistema de saúde. Contudo, tal interferência deve ser utilizada de forma comedida para que se tenha credibilidade social, em vista que o excesso de ativismo judicial numa sociedade democrática pode ocasionar atrito entre os Poderes. Diante o exposto, resta concluído que o ativismo judicial é uma ferramenta utilizada para concretização de direitos e garantias fundamentais consagrados em nossa constituição.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Separação dos poderes. Pandemia. Direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade a análise de um tema bastante conhecido em meio ao universo jurídico, tanto em âmbito nacional como internacional. Visa aprofundar a reflexão sobre o ativismo judicial em relação às esferas legislativa e executiva, as quais compõem juntamente com a esfera judiciária a nossa tripartição dos poderes inicialmente idealizada por Aristóteles. Conforme anunciado, esse tema trata de invasão excessiva por parte da esfera judiciária no âmbito da atuação legislativa e executiva. Tema bastante controverso no meio jurídico, pois tal invasão tende a vir acompanhado de excessos e consequentemente descredibilizam uma soberania na medida que se utiliza desse instrumento para fins políticos-pessoais, ou melhoram seu conceito quando utilizado de forma a garantir direitos fundamentais a sociedade. Por outro lado, considerando que nosso ordenamento jurídico dispõe de uma ferramenta chamada “sistema de freios e contrapesos” que diz respeito à fiscalização dos poderes pelos mesmos poderes, logo, na relação de divisão entre executivo, legislativo e judiciário, estes podem monitorar possíveis excessos cometidos pelos demais, assim, atuam na contenção de abusos ou omissões advindos de cada, portanto, devendo trabalhar em conjunto e de maneira harmônica entre si. Portanto, diante de tempos estranhos à democracia surgiu a necessidade desta análise sobre supressões advindas primeiramente do poder judiciário e por conseguinte aplicadas pelo poder executivo, desrespeitando direitos e garantias individuais e coletivos, garantias essas que foram alcançadas a custo de grandes revoluções e períodos turbulentos vividos pela humanidade. Logo, não podem ser desrespeitados ao bel-prazer de autoridades não competentes para tanto.

MARCO TEÓRICO

Fundamentado a priori pelos autores indicados: Barroso, Luís Roberto (2008), Mendes Gilmar (2020), GILMAR mendes, José Afonso, Hadassah Laís Santana (2020), GOMES, Luiz Flávio (2009), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando a divergência doutrinária quanto o excesso de ativismo judicial em nosso ordenamento diante a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.

METODOLOGIA

Foi utilizado o método de pesquisa descritiva, e também qualitativa com a finalidade de analisar o tema ativismo judicial através de um estudo que tem o objetivo de trazer a reflexão desse instrumento tão utilizado no universo jurídico. Partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores e doutrinadores da área. A exemplo, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Flávio gomes. Entretanto, é importante salientar que o corpus de autores tende a aumentar na medida em que a leitura vier sendo desenvolvida. O presente estudo tem viés qualitativo, e foca no desenvolvimento de ideais doutrinários juntamente com artigos científicos referentes à área de pesquisa ao passo que se dá necessária o cruzamento de dados estudados durante a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho fundamentou-se na análise a respeito da postura proativa do Poder Judiciário, conhecido por Ativismo Judicial. Buscou-se trazer uma introdução histórica das primeiras decisões. Baseado na doutrina que por sua vez apresentam visões diferentes sobre o tema no que tange o respeito ao Princípio da separação dos poderes, e a verdadeira efetivação dos direitos e garantias fundamentais. Resta constatado que o Ativismo Judicial é fenômeno derivado da alta demanda de Judicialização adotada em nosso ordenamento jurídico. Restando aos membros do Poder Judiciário esse protagonismo na resolução de conflitos, tendo por consequência o enfraquecimento da representatividade dos demais poderes.

A ausência de legitimidade democrática do judiciário, impossibilita a avaliação satisfatória da vontade do povo. Levando em consideração que a democracia é exercida por meio do voto direto, secreto, universal e periódico, sendo o voto a principal ferramenta democrática pela qual uma sociedade escolhe seus governantes. O ativismo judicial divide opiniões entre a doutrina, política e recentemente vem ganhando força em meio a sociedade contemporânea. A coletividade tem demonstrado interesse nos posicionamentos adotados não somente pelo Judiciário, mas também pelo Executivo e Legislativo, ao passo que a globalização atua com importante função na exposição diária daqueles que administram a nação.

No decorrer da evolução democrática, o Judiciário tomou proporções sociais expressivas, abordando temas culturais, étnicos, raciais como também sobre gênero. Pretendendo compreender a igualdade social e garantir o mínimo existencial, vem coordenando ofício ativo na institucionalização democrática, extraindo dos demais Poderes o máximo na efetivação desses direitos.

REFERÊNCIAS

LUÍS Roberto barroso – Judicialização, Ativismo e legitimidade Democrática

GOMES, Luiz Flávio. STF – ativismo sem precedentes? Fonte: O Estado de São Paulo, 2009, espaço aberto, p.A2. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/339868/noticia.htm?sequence=1> > . Acesso em: 9/10/2021

GILMAR mendes, O Supremo Tribunal Federal e a pandemia da covid-19. 26/09/2020). <https://www.conjur.com.br/2020-set-26/observatorio-constitucional-supremo-tribunal-federal-pandemia-covid> - 07/12/2021

GILMAR mendes, José Afonso, Hadassah Laís Santana. Governance 4.0 para Covid-19 no Brasil. Propostas para Gestão Pública e Para Políticas Sociais e Econômicas, 2020).

SALOMÃO, Luís Felipe. Ativismo judicial para quem e por quê? <https://www.migalhas.com.br/depeso/289426/ativismo-judicial--para-quem-e-por-que> Acesso em 15/11/2021.

Ordenamento jurídico brasileiro e discriminação às comunidades LGBTQIA+: avanços e desafios.

Aldisio Lima Barbosa Junior (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: aldisio.lima@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchoa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

Em pleno século XXI, o grupo de cidadãos e cidadãs lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais, identificado através da sigla LGBTQIA+, ainda se encontra, no Brasil, em busca de mais direitos e garantias que possam lhe conferir melhor qualidade de vida, tendo em vista a persistência desarrazoada e injustificável de preconceitos, discriminações e até mesmo intolerância, às vezes veladas, outras nem tanto. Diante deste cenário, como a legislação, a doutrina e a jurisprudência têm contribuído e evoluído para o enfrentamento desse desafio de inclusão social? O objetivo do presente trabalho é demonstrar algumas mudanças legislativas ocorridas, assim como alguns dos entendimentos jurisprudenciais firmados sobre o tema e os impactos gerados na vida de milhões de brasileiros, através deste arcabouço jurídico. O presente trabalho sustenta-se, metodologicamente, na chamada pesquisa bibliográfica (revisão de literatura/fontes secundárias) e na pesquisa documental (fontes primárias como legislações, jurisprudências, dados estatísticos e reportagens que retratam situações, positivas e negativas, vivenciadas por integrantes desta comunidade de cidadãos no País). Embora se tenham registrados, nas últimas décadas, importantes avanços tanto legislativos quanto, sobretudo, jurisprudenciais, garantindo atos da vida civil que antes eram exclusivos a casais heterossexuais, como oficialização de união estável, adoção de filhos e possibilidade de recebimento de herança, os casos de discriminação ainda verificados evidenciam que o País ainda necessita dar muitos outros passos rumo ao reconhecimento pleno da condição de cidadãos que deve ser garantida a todos os integrantes da referida comunidade,, especialmente no que se refere à tolerância e ao próprio respeito à vida, por meio da prevenção e do combate à homofobia.

Palavras-chave: Direitos LGBTQIA+. Dignidade da Pessoa Humana. Homofobia. União estável. Adoção por casal homossexual.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, o pensamento coletivo sobre o que é um ser humano que se relaciona com outro de mesmo sexo tem passado por diversas fases de entendimento. Em alguns períodos (mais sombrios e medievais), era visto como pecado e crime punível com reclusão ou até mesmo morte. Também já foi visto como assassinio de outrem (em referência ao relacionamento sexual que não resultaria na procriação, sentido com viés de origem fortemente religiosa). Em outras fases, foi considerado doença, passível de internação para que o sujeito fosse tratado e

pudesse retornar à sua vida normal em sociedade. Destaque-se, porém, que não se trata apenas de uma variação no tempo, mas também no espaço, posto que, ainda hoje, em determinados países, sobretudo africanos ou de forte influência religiosa, algumas destas interpretações ainda persistem.

A visão social de aceitação e, inclusive honra, atrelada a homens e guerreiros que mantinham relações com outros homens (parceiros de exército), passou por modificações, principalmente por motivos religiosos, tendo por base a grande influência da igreja católica, que passou a condenar tais práticas, pois, passariam naquele momento a serem consideradas práticas pecaminosas.

Apesar dos resquícios localizados de atraso cultural no que pertine à mentalidade em torno de relacionamentos que fogem aos padrões heteronormativos, os conceitos relacionados às diferentes formas de vivenciar a sexualidade humana (ou até mesmo de abdicar dela), vem evoluindo. Isso se deve, principalmente, à massificação das mídias sociais, que possibilitam às pessoas expor seus pontos de vista, suas lutas diárias e seus desejos (tornando mais fácil à população perceber as qualidades dessas pessoas) e se reunir em grupos que pensam da mesma forma.

Nessa seara, ao redor do mundo, diversas conquistas relacionadas ao acesso a direitos e garantias e novas possibilidades para esse grupo puderam ser alcançadas graças aos esforços conjuntos, redes sociais e movimentos solidários e artísticos que, contribuíram e continuam a contribuir para a modificação do pensamento e da visão da sociedade, com a finalidade de que essas pessoas (LGBTQIA+) possam ser cada vez mais compreendidas e respeitadas.

A par desta realidade que envolve tanto conquistas merecedoras de celebração quanto dificuldades e ameaças que ainda pairam no entorno deste grupo (público), é necessário questionar se a legislação, a doutrina e a jurisprudência têm contribuído e evoluído para o enfrentamento desse desafio de inclusão social.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, foi utilizado o modelo de pesquisa bibliográfica, desenvolvido com base em material já elaborado por doutrinadores renomados como Maria Berenice Dias, Robert Alexy e Norberto Bobbio. Tratam-se, obviamente, de fontes secundárias, postos que já se tratam de análises feitas por especialistas em seus respectivos campos e aqui reunidas num breve processo de revisão de literatura. Paralelamente, adota-se, também, a pesquisa documental, ancorada em legislações, documentos oficiais (como portarias ou resoluções), relatórios, dados estatísticos e reportagens publicadas em portais de notícia acerca da temática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho de conclusão de curso buscou demonstrar o percurso histórico traçado pelas populações que, quando se fala em liberdade para escolher o que vestir, a quem amar e com quem dividir os bons e maus acontecimentos da vida, em várias épocas viveram à margem social, se escondendo, indo sempre em busca da minimização do julgamento em suas vidas.

Felizmente, hoje, a maioria dos países, inclusive o Brasil, possui movimentos voltados à igualização (ou diminuição das diferenças), colocando à disposição da classe LGBTQIA+, a possibilidade de se casar, adotar crianças, entre outros direitos que são fundamentais e dignificam a vivência.

Percebeu-se que, no Brasil, o entendimento jurisprudencial do STF, consubstanciado, em 2011, no julgamento da ADI nº 4277 e ADPF nº 132 foi determinante para a admissão de direitos basilares na constituição de uma família, passando a reconhecer, oficialmente, a união entre homossexuais. Indiscutivelmente foi um grande marco na vida dessas pessoas, possibilitando diversos direitos que decorrem diretamente, por exemplo, do reconhecimento da união homossexual.

É inquestionável que, apesar dos avanços práticos percebidos através da possibilidade que o entendimento jurídico trouxe para a vida dos LGBTQIA+, a sociedade brasileira ainda nada contra a corrente da intolerância e do desrespeito, sendo um dos países onde mais se matam travestis, gays e transexuais no mundo. Certamente, a doutrina e a jurisprudência brasileira prestam grande serviço ao possibilitar práticas comuns e simples, porém tão significativas da vida civil para essas pessoas, passando a viabilizar, como exemplos, o recebimento de herança e a adoção de crianças e adolescentes.

O entendimento prévio existente de acordo com a CF/88, art. 226, §3º era de que o reconhecimento da união estável ocorreria apenas entre homem e mulher. Porém, através de nova interpretação consolidada pela doutrina e fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, percebeu-se a necessidade de adequação, pois, da primeira forma, os casais não binários seriam excluídos do acesso a direitos como o de constituir família e obter proteções estatais como as relacionadas à previdência, à assistência à saúde, à adoção e a própria herança.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. 2.ed. 5.tiragem. São Paulo: Malheiros, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Trad. Ari Marcelo Solon. 2.ed. São Paulo: EdiPro, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 20. ago. 2021.

FERRACINI, Ricardo. **A violência doméstica contra a mulher e a transversalidade de gênero**. 2.ed.rev.atual.amp.Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e Direitos LGBTI**. 7.ed.rev.atual.amp.São Paulo: Revista dos Tribunais 2016.

G1. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT**. Reportagem. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghm>> Acesso em 20.set.2021.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 39.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Serviço Social

“ENTRE LUTAS E CONQUISTAS”: A MULHER COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Erika Laís Rodrigues Ferreira¹ (Aluna do Curso de Serviço Social da faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail:erika.lais@fvj.br), Orientadora² Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

Essa monografia apresenta uma pesquisa sobre todo o percurso educacional de mulheres com deficiência até sua inserção e permanência dentro da universidade, os desafios e conquistas no ambiente acadêmico, enfatizando a vulnerabilidade e discriminação que essas mulheres sofrem dentro da universidade Tendo como objetivo Refletir sobre a importância das mulheres com deficiência na universidade, Identificar a luta da mulher com deficiência dentro da universidade, Analisar a falta de acesso e a exclusão dessas mulheres dentro da universidade, refletir sobre a luta dessas mulheres em busca do seu direito ao acesso à educação.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica através de livros, revistas, monografias, sites, em seguida, foram filtrados e seleciona teses, para auxiliar na discussão do último capítulo, foram mencionados diversos autores como: MELLO 2016, DINIZ 2007, DIAS 2013, CISNE E SANTOS 2018, SANTOS 2008, entre outros. Após esse estudo, foi possível identificar que o difícil acesso dessas mulheres ao ambiente acadêmico se deve ao capacitismo enraizado dentro da sociedade, ao sistema capitalista que promove a desigualdade, ao Estado que não oferece em si o acesso dessas mulheres a uma educação superior inclusiva de fato, atrelado ao machismo e ao sistema patriarcal que implica diretamente na vida dessas mulheres com deficiência. Destaca que é preciso que as instituições de ensino promovam de fato um espaço inclusivo para toda e qualquer pessoa que possua algum tipo de deficiência, que o Estado e a sociedade ofereçam a inclusão social como um mecanismo que ofereça autonomia e dignidade a essas pessoas.

Palavras chaves: mulheres com deficiência; ensino superior; inclusão, acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A presente monografia surgiu com o intuito de explicar a temática da mulher com deficiência na universidade, já que historicamente as pessoas com deficiência têm suas vidas atravessadas por discriminações, privações dos seus direitos como um todo. É perceptível a importância de se fazer um recorte de gênero, desta forma, falar da

vulnerabilidade de mulheres com deficiência na universidade e toda sua trajetória de lutas para conquistar o direito de ingressar no meio educacional.

Portanto, buscou-se incitar a reflexão de como esse processo educacional de mulheres com deficiência passa por atravessamentos de diversas esferas sociais e como o capacitismo, violência de gênero fazem parte de todas essas questões que não são apenas de interesse das mulheres com deficiência e seus movimentos feministas, mas sim papel da sociedade civil e do Estado em promover justiça social e reparação histórica para essa parcela da população, que enfrentam as opressões do patriarcado por serem mulheres, além do fato de possuírem algum tipo de deficiência, potencializa a sua vulnerabilidade social.

MARCO TEORICO

Historicamente, as pessoas com deficiência são negligenciadas de todas as formas, sua identidade é apagada, são excluídas do mercado de trabalho, têm sua sexualidade questionada e muitas vezes negada socialmente. Partindo desse ponto, se faz necessário pensar no recorde de gênero no que diz respeito às mulheres com deficiência.

É de suma importância reafirmar que a Convenção dos Direitos da Pessoa Com Deficiência e a Lei nº 13.146 de 2015 vieram para potencializar os direitos das PCD's incluindo os direitos das mulheres com deficiência. Embora ainda tenha muito que avançar na discussão sobre gênero e deficiência, reconhecer a importância desses mecanismos, inclusive dos movimentos sociais, é de extrema relevância no avanço da inclusão social, pensando em políticas que tragam fortemente essa perspectiva para uma real mudança societária.

Um dos trabalhos do assistente social junto às pessoas com deficiência se dá também na educação inclusiva como objeto de intervenção nas expressões da questão social que também atinge as pessoas com deficiência dentro da educação. Contudo, há um grande desafio para a categoria profissional, exige uma compreensão da realidade das pessoas com deficiência e de suas famílias, o assistente social com o seu conhecimento teórico tem como base entender a realidade social dessas pessoas e das políticas que abrange essa população. Atualmente tem sido exigido nas escolas, não somente uma educação de qualidade, mas que atende todo tipo de pessoa levando em consideração a singularidade e a diversidade de cada ser humano no espaço educacional, tendo como princípio central a inclusão social.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é bibliográfico “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2008, p. 50).

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica tem como objetivo promover uma reflexão em torno do tema abordado, facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No presente trabalho foi perceptível na primeira tese pesquisada que as barreiras enfrentadas pelas mulheres com deficiência são de diversos aspectos, as respostas das entrevistadas em cada tese, se assemelha a pesquisa bibliográfica realizada nos capítulos anteriores desta monografia. Segundo Rocha e Miranda (2009), não a garantia da permanência da pessoa com deficiência na universidade apenas com as leis que atualmente existem, é necessário que haja uma mudança por parte das instituições universitárias para o cumprimento do direito dessas pessoas.

Portanto, os trabalhos analisados, as perguntas e respostas dos mesmos mostra que o processo de inserção da mulher com deficiência na universidade foi e é marcado por desafios por diversas barreiras, não só pelo fato da sua deficiência, mas pela cor da pele, sexo ou questões econômicas. Inicialmente, a primeira entrevistada fala sobre sua deficiência, como foi adquirida, após retorno e a ruptura desse medo inicial, a estudante relata que começar um curso de graduação representou outro desafio, pois significava sair de um espaço que ela se sentia confortável para adentrar em um outro contexto.

REFERÊNCIAS

TORRES, NATALI. **TRAJETÓRIAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BARREIRAS E POSSIBILIDADES** / NATALI TORRES.- 2018

Vitório, Janaína Damásio. **Trajetórias de mulheres com deficiência : do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero** / Janaína Damásio Vitório. 2017.

Mello, Anahi Guedes de **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2016, v. 21, n. 10.

LANNA JÚNIOR, M.C.M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p. 2010.

Lopes, Flavia Augusta Santos de Melo **Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública** / Flavia Augusta Santos de Melo Lopes. -2018.

**Trabalhos do II Congresso Regional de
Educação Física e Saúde - CEFS**



II CONGRESSO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE
2021

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO FÍSICA, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE

EDUCAÇÃO SEXUAL NÃO É ENSINAR A FAZER SEXO: A ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA SEXUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Taís Nazário Pinheiro* - (Autora principal); Priscila Maria Cavalcante Alves* - (Coautora); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: O número de notificações de violências sexuais contra crianças e adolescentes aumentou significativamente no Brasil. Diante de diversas problemáticas e tabus sociais que perduram até os dias de hoje na sociedade brasileira, a Violência Sexual é reconhecida como um problema preocupante, porém o seu combate ainda não se mostra suficiente perante a real gravidade em que ela se expressa na atualidade. Assim sendo, os saberes que constituem a discussão da sexualidade na escola são, nesse sentido, entendidos como um dos eixos centrais para se pensar a educação do corpo na Educação Física. **Objetivo:** Investigar a abordagem da violência sexual nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental - Anos Finais. **Metodologia:** o presente estudo é de natureza descritiva com abordagem qualitativa que têm como objetivo descrever as características de determinado fenômeno e/ou população através do uso de técnicas padronizadas para a coleta de dados a pesquisa. A população será composta por professoras e professores que já participam como supervisoras e supervisores da disciplina de estágio supervisionado III da Universidade Estadual do Ceará. Como instrumento de coleta de dados foram formuladas duas entrevistas semiestruturadas, elaboradas com base nos objetivos específicos do estudo. **Resultados:** os resultados expressam que é preciso que haja maior efetividade nas ações de políticas públicas entre os setores da saúde e educação. Contudo, deve-se salientar que somente essas práticas não são suficientes apenas por meio da parceria com as instituições educacionais, sendo necessário voltar-se para a conscientização, oferecer incentivo e subsídios para que os educadores entendam a importância da abordagem da temática em salas de aula. Além disso, a Educação Física reúne importantes elementos relacionados à sexualidade, sobretudo por trabalhar diretamente com o corpo e tudo que o envolve, podendo ser o ponto de partida para superar conceitos e convicções distorcidas sobre a sexualidade. **Considerações Finais:** desse modo, verificamos que dentre os professores e professoras que participaram desse estudo, cinco afirmaram não tratar a VS como conteúdo didático em sala de aula. Todavia, todos os desenvolvem a ES de maneira superficial com seus alunos, seja conscientemente ou não. Por fim, sugere-se que novos estudos sejam realizados que contemplem o aprimoramento das concepções levantadas nesse trabalho e que colaborem para uma EF escolar mais atenta aos problemas que afligem a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação física escolar. Violência sexual. Educação sexual.

SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR PSICOLÓGICO EM ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ruan Paulo de Lima* - (Autor principal); Claudio Lucas da Silva Farias* - (Coautoria); Crisdenner de Oliveira* - (Coautoria); Valéria Pereira Carneiro* - (Coautoria); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Em 11 de março de 2020, o mundo entra em alerta com uma nova pandemia causada por uma variante de coronavírus, SARS-CoV-2, causadora da doença COVID-19. Assim, medidas de isolamento social foram tomadas a fim de amenizar a propagação do vírus. Esse cenário de isolamento causou surtos de mal-estar psicológico em diversos indivíduos, fator que pode ser favorável para o surgimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC). Os TMCs são transtornos não psicóticos que causam adversidades no dia a dia e têm como principais sintomas: queixas somáticas, irritabilidade, crises de ansiedade, dificuldade de concentração etc. No público universitário, tais estressores causados pela pandemia são somados a sobrecargas emocionais já presentes na rotina acadêmica. **Objetivo:** Investigar o perfil do bem-estar psicológico dos acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará em tempos de pandemia. **Metodologia:** O estudo apresenta abordagem quantitativa de natureza descritiva, realizado em junho e julho de 2021. A amostra foi composta por 121 estudantes do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará. A coleta foi realizada através de 2 questionários on-line: questionário para análise sociodemográfica e o Questionário de Saúde Geral (QSG-12) para avaliação de transtornos mentais não psicóticos. Os dados coletados foram tabulados no programa *Microsoft Excel 2013* para Windows. A análise das respostas e o cálculo de prevalência foram realizados no *Statistical Package for the Social Science (SPSS)* versão 19.0 através da estatística descritiva (média, mínima, máxima, frequência e percentuais). **Resultados:** Foi identificado risco de prevalência de TMC em 31,40% (n=38) estudantes. Além disso, 9,92% (n=12) ficaram na zona limite, faltando apenas 1 ponto para a zona de risco. Os resultados sugerem que boa parte da amostra apresenta risco a transtornos mentais comuns, mostrando aumento de casos comparado a estudos anteriores à pandemia. **Considerações Finais:** Os resultados devem ser apresentados à coordenação e aos discentes do curso a fim de que sejam criadas estratégias para mudanças que aliviem a incidência do surgimento de TMCs e garantam melhorias em âmbito social e metodológico ao bem estar mental dos discentes da Educação Física da Universidade Estadual do Ceará.

Palavras-chave: Isolamento Social. COVID-19. Saúde Mental. Universidade. Estudantes.



ATIVIDADE FÍSICA PARA A MELHOR IDADE: INTERVENÇÃO NO NASF DO MUNICÍPIO DE PARARI-PB

Rafael Camilo Moreira* - (Autor principal).

RESUMO

Introdução: A educação física estar inserida em todas as faixas etárias, e na melhor idade os benefícios são grandiosos, e neste momento que estamos vivendo de pandemia está se tornou até uma modalidade essencial, além de prevenção e tratamento de muitas doenças. A prática da atividade física é um problema de saúde pública não só nacional, mas também mundial. **Objetivo:** desenvolver atividades físicas com idosos, que participam do NASF (Núcleo ampliado de saúde da família), do município de Parari, no estado da Paraíba. **Metodologia:** utilizou-se da pesquisa-ação, que além de propor novas informações acerca do tema, permite a produção de conhecimento, buscando tão somente melhorias e soluções para as situações vivenciadas. **Resultados:** através da prática da atividade física com idosos acompanhados por especialistas e profissionais no NASF (Núcleo ampliado de saúde da família) do município de Parari-PB, começou a desenvolver projetos que envolvessem esse público, respeitando a individualidade de todos e características de cada um, e com isso diminuir fatores de riscos que possam vir afetar e consequentemente desenvolver um estilo de vida saudável e de qualidade. A temática utilizada na pesquisa, abordou conceitos e fatores para uma vida saudável, movimentando o corpo e auxiliando na prevenção e no tratamento de doenças, como: a hipertensão, varizes, obesidade, diabetes, problemas de coração e pulmões, e como também no fortalecimento muscular, assim, diminuindo o risco de queda, melhorando a coordenação, equilíbrio, e facilitando movimentos de braço pernas e tronco, entre outros, além de contribuir para uma melhor qualidade de vida. **Considerações finais:** Vale ressaltar que antes de fazer qualquer atividade física é de suma importância fazer uma consulta com um médico e verificar se existe alguma restrição em relação à parte clínica. Posteriormente, com um profissional de educação física, para que ele prescreva uma carga de exercício no qual o indivíduo esteja apto a realizar. Contudo, a prática deve ser regular e bem orientada pelo profissional de educação física, frisando que o exercício gera a melhora dos níveis de saúde e qualidade de vida, no entanto, isso depende da disciplina e do objetivo de cada indivíduo.

Palavras-chaves: Atividade Física. NASF. Melhor Idade. Saúde Pública.



ATIVIDADES FÍSICAS, UM BENEFÍCIO PARA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS: ARTIGO DE REVISÃO

Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira* - (Autor principal); Ana Michele Saragozo de Freitas* - (Coautora); Viviane de Andrade Simões* - (Coautora); Roberto Jerônimo dos Santos Silva* - (Orientador).

RESUMO

Introdução: As práticas de atividades físicas permitem aos idosos a redução do quadro de algumas doenças de ordem emocional como a depressão, melhora no aspecto cognitivo e contribui para um convívio familiar harmonioso e saudável, sendo também observado o fortalecimento da musculatura trazendo mais autonomia ao idoso. **Objetivo:** Discutir os benefícios das atividades físicas na qualidade de vida dos idosos. **Metodologia:** O estudo trata-se de uma revisão de literatura qualitativa, com base nos seguintes descritores da saúde: “idosos”, “atividade física” e “qualidade de vida”. Os artigos pesquisados encontram-se indexados nas bases de dados: Scielo, Lilacs e Pubmed e correspondem ao período de 2014 a 2020. Os critérios de inclusão adotados foram artigos disponíveis em português. Foram excluídos materiais como, dissertações, teses e monografias. **Resultados:** Observa-se uma melhora na qualidade de vida nos idosos que praticam alguma atividade física, com uma melhora nos casos de problemas relacionados aos aspectos de saúde mental como, depressão, tristezas, isolamento social. Também foi observada a melhora dos elementos de força e resistência muscular. **Considerações Finais:** Conclui-se que se faz necessário o estímulo às práticas de atividades físicas pelos idosos, sendo essas uma grande aliada no combate ao sedentarismo. Recomenda-se a elaboração de políticas públicas de atividades físicas voltadas à população idosa.

Palavras-chaves: Atividade física. Idosos. Qualidade de vida.

DIABETES MELLITUS TIPO II NA PRÁTICA DO CICLISMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Antonio Adil da Silva* - (Autor principal); Marília Cavalcante Araújo* - (Coautora); Ana Paula Pinheiro da Silva* - (Coautora); Ana Karênina Sá Fernandes* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: O diabetes mellitus é uma doença que se caracteriza pela alteração do metabolismo devido a uma hiperglicemia crônica. Há dois tipos de diabetes mellitus: tipo 1 e tipo 2 e este último é devido a uma alteração no receptor molecular de insulina nas células dos tecidos periféricos como tecido adiposo e muscular estriado esquelético; levando a um quadro clínico de hiperinsulinemia e hiperglicemia. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi investigar as respostas glicêmicas em indivíduos praticantes do ciclismo e portadores de diabetes mellitus tipo 2. **Metodologia:** As bases de dados eletrônicas utilizadas foram: PubMed/Medline, LILACS e SciELO. Os descritores e operadores booleanos utilizados foram: “diabetes e ciclismo” não “diabetes tipo I”; “diabetes and cycling” not “diabetes type I”. Como critério de inclusão foram adotados os seguintes pontos: artigos dos anos de 2016 e 2017; pesquisas com investigação do diabetes mellitus tipo 2 e execução do ciclismo; e como critério de exclusão: Não foram incluídos artigos de revisão, teses, dissertações e monografias. Todo o processo foi realizado aos pares e foi aplicada uma escala de qualidade metodológica dos artigos (DOWNS; BLACK, 1988). **Resultados:** A etapa da identificação obteve um resultado de 14 artigos em que 02 artigos foram eliminados com a análise de leitura do título por não estarem relacionados ao tema desta pesquisa. A etapa da triagem teve um quantitativo de 12 artigos científicos e nenhum artigo foi excluído nessa etapa. Na etapa da elegibilidade 07 artigos foram excluídos na leitura do resumo por também não estarem relacionados ao tema desta pesquisa e posteriormente mais 01 trabalho foi excluído na análise da leitura completa do artigo devido a não apresentar os critérios de inclusão desta revisão. No final, 04 artigos científicos foram incluídos para a elaboração da revisão sistemática. Dos métodos desses estudos pode-se analisar que: 01 incluiu adultos com sobrepeso ou obeso; 02 a caracterização da amostra foram semelhantes; 02 aplicaram o Teste de passo de ciclismo da OMS (teste de resistência) para a determinação da prescrição; 02 utilizaram o teste incremental e a Escala de Percepção de Esforço de Borg. No que se refere ao teste de ciclismo, foram utilizados tempos variados para cada seção de testes com a mesma velocidade de 65 rpm. **Considerações finais:** Os trabalhos mostram uma convergência na melhora na sensibilidade à insulina proporcionando assim benefícios no quadro glicêmico dos indivíduos portadores de diabetes mellitus tipo 2.

Palavras-chave: Diabetes mellitus. Diabetes mellitus tipo II. Exercício. Ciclismo.

ATIVIDADE FÍSICA COMO TRATAMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: UMA BREVE REVISÃO

Carlos Eduardo Lima Rocha de Oliveira* - (Autor principal); Ana Michele Saragozo de Freitas* - (Coautora);
Viviane de Andrade Simões* - (Coautora); Roberto Jerônimo dos Santos Silva* - (Orientador).

RESUMO

Introdução: O SARS-COV-2 é um vírus que compromete seriamente as vias respiratórias dos indivíduos contaminados, sua disseminação ocorre principalmente pelo ar, a partir do contato através de partículas aéreas de indivíduos contaminados. São considerados grupos vulneráveis àqueles que apresentam condições clínicas desfavoráveis como hipertensão, diabetes, obesidade, doenças cardiovasculares e respiratórias, doenças que tem seu quadro melhorado com a prática regular de exercícios físicos e atividades físicas. **Objetivo:** O presente estudo tem o objetivo discutir os benefícios das atividades físicas em tempos de pandemia como tratamento para os indivíduos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura. Utilizou-se como referência as bases de dados acadêmicos: Scielo, Lilacs e Pubmed e correspondem ao período de 2019 a 2020. Os critérios de inclusão adotados foram artigos disponíveis em português e inglês, que tinha as palavras chave “exercício físico”, “Atividade Física”, “Educação Física”, “COVID 19”, “SARSCOV 2”. Foram excluídos materiais como, dissertações, teses e monografias. **Resultados:** Os resultados apontam que a prática de exercícios físicos moderado tem efeitos positivos nas respostas do sistema imunológico contra as infecções do trato respiratório. Após os exercícios físicos moderados é possível observar um aumento na contagem de células neutrófilas e natural Killer (NK) e a elevação de IgA nas glândulas salivares. A atividade física moderada eleva os hormônios do estresse reduzindo o excesso de inflamação no organismo com isso é possível notar um aumento da imunidade o que, favorece a compreensão do combate às infecções virais através da alteração de resposta das células Th1 e Th2. Verifica-se que uma adequada orientação de exercícios físicos pode melhorar o quadro clínico dos sujeitos acometidos de SARSCOV-2. **Considerações Finais:** De acordo com o disposto as práticas de atividades físicas são necessárias para vida cotidiana evitando assim o sedentarismo e auxiliando na manutenção e fortalecimento do sistema imune e, por consequência, melhorando o quadro da COVID-19. Dessa forma, respeitando as orientações e protocolos de distanciamento social entende-se que o profissional de educação física está habilitado para orientar a população para práticas de exercício físico ao ar livre, nas academias ou até mesmo na residência, de forma online.

Palavras-chaves: COVID-19. Atividade Física. Promoção a Saúde.

FISIOTERAPIA AQUÁTICA EM UM PACIENTE COM DERMATOPOLIOMIOSITE: RELATO DE UM CASO

Tamara Bezerra Lima* - (Autora principal); Tayná Vieira da Silva* - (Coautoria).

RESUMO

Introdução: A dermatopolimiosite (DPM) faz parte das miopatias inflamatórias idiopáticas (MII). Os sinais e sintomas englobam paresia de musculatura proximal simétrica e lesões cutâneas típicas. A principal característica da DPM é a fraqueza muscular, o que revela a influência da Fisioterapia Aquática por meio de um protocolo de exercício físico na reabilitação desses pacientes, melhorando sua função muscular e o condicionamento físico. **Objetivo:** Ressaltar a importância do tratamento da fisioterapia aquática em um paciente portador de dermatopolimiosite DPM e evidenciar os benefícios mais significativos após a aplicação do protocolo de tratamento. **Metodologia:** O presente estudo trata-se de um relato de caso de uma paciente portadora de DPM tendo um levantamento bibliográfico sobre recursos da fisioterapia aquática, elaborado com resultados em pesquisas bibliográficas utilizando como fonte de pesquisa as bases de dados da PEDro, Medline, SciELO e PubMed. Paciente apresenta manifestações clínicas de paresia proximal simétrica em membros superiores e inferiores. Na avaliação foram coletados: anamnese da paciente, perímetria, reflexos superficiais e profundos, testes de coordenação e avaliação de tônus muscular, evidenciando um quadro de hipotonia em membros inferiores e membros superiores. Amplitude de movimento com goniometria das articulações coxofemoral e glenoumeral tiveram grau zero e na avaliação de grau de força muscular de acordo com a escala de Oxford, os resultados foram grau de força 1 nas articulações proximais (ombro e quadril) simétrica caracterizando uma plegia, e nas demais articulações grau 4 resultando em paresia (cotovelo e tornozelo) tanto em membros inferiores como superiores. Foi formulado o diagnóstico de plegia simétrica em articulações proximais (ombro, quadril), hipotonia em grupo muscular quadríceps, ísquios tibiais, bíceps e tríceps braquial, instabilidade de tronco. O protocolo foi aplicado no Setor de Fisioterapia Neurofuncional Aquática da Clínica Escola da Faculdade Vale do Salgado (FVS), na cidade de Icó-Ce em um período de 5 semanas, três dias por semana com duração de 50 minutos. **Resultados:** A imersão em água apresenta benefícios terapêuticos, psicológicos e sociais, gerando maior independência em solo e capacidade de mover-se livremente com confiança. Os estudos mostram o benefício de exercícios físicos em indivíduos com miopatias inflamatórias idiopáticas, sendo os de resistência promovem redução na expressão de genes envolvidos no processo inflamatório. A paciente apresentou aumento de força na musculatura de ombro e quadril e teve melhora em sua capacidade de locomoção, qualidade de vida e independências funcionais. Os exercícios resistidos em indivíduos com miopatias inflamatórias idiopáticas, causaram uma redução de expressão de genes envolvidos no processo inflamatório. **Considerações finais:** Diante dos resultados encontrados observou-se que há efetividade e melhora do quadro clínico do paciente com DPM que foi submetido ao protocolo de tratamento de fisioterapia aquática, porém se faz necessário a produção de outros estudos para suprir a carência de abordagens desse tipo de terapêutica nos portadores de miosites idiopáticas.

Palavras-chave: Hidroterapia. Fisioterapia Aquática. Treinamento de Resistência.

TEMPO DE TELA, SONO E INTENSIDADE DE ATIVIDADE FÍSICA EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Leusiene Ribeiro da Cruz* (Autora)

RESUMO

Introdução: As dificuldades encontradas em consequência da pandemia da COVID19, e suas exigências de isolamento social de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), na qual veio interferir na educação dando como única opção o ensino em *home Office* (REMOTO) mudando a rotina dos professores Universitários bem como a rotina de todas as áreas de trabalho e de vida da população mundial. Trazendo vários distúrbios consequentes danos à saúde, dentre eles, os distúrbios do sono, problemas posturais, etc. **Objetivos:** Descrever o tempo de tela, sono e intensidade de atividade física em professores universitários antes e durante a pandemia da COVID19. **Metodologia:** Estudo transversal, de abordagem quantitativa, com 22 docentes de Universidades públicas e privadas de municípios do sertão nordestino. A coleta de dados foi efetuada com a aplicação de um instrumento de forma *online*, através contendo vários questionários (IPAQ) validados e adaptados à realidade do estudo. O instrumento foi dividido em quatro blocos: 1. Perfil sócio demográfico e estilo de vida; 2. Aspectos relacionados ao trabalho; 3. Questões relacionadas saúde e atividade física. 4. Questões sobre tempo de tela sono. Foi utilizado o programa JASP versão 0.13.1.0 para realizar a estatística descritiva de média e desvio padrão, bem como frequência das variáveis numéricas e nominais. O projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada com o número de parecer: 4.562.818. Toda a pesquisa obedeceu às resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados:** A idade média dos pesquisados era de anos (33,63, DP 71,08% anos), sendo a maioria do sexo feminino (60,09%), moravam com o companheiro(a) (45,45%), Solteiros (45,45%). Trabalhavam nas instituições (100%). A maioria dos docentes apresentou qualidade de sono ruim durante a covid19 (59,09), a saúde dos professores foi considerada boa (81,81%). **Consideração Final:** Os docentes pesquisados apresentaram diminuição na duração de horas de sono bem como aumento no tempo de tela em relação ao uso de aparelhos eletrônicos como computadores e celulares usados para trabalhar, também houve aumento na variável intensidade de atividade física de baixa a moderada e com relação a atividade física vigorosa o estudo mostrou equilíbrio.

Palavras Chaves: COVID-19. Professores Universitários. Tempo de tela. Atividade Física.



II CONGRESSO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE
2023

LINHA DE PESQUISA: EXERCÍCIO FÍSICO E DESEMPENHO NO ESPORTE



A RELAÇÃO ENTRE EXERCÍCIO FÍSICO E O NITRATO PRESENTE NO EXTRATO DA BETERRABA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Ana Paula Pinheiro da Silva* - Especialista em docência do ensino superior (IFCE); Camilla Ytala Pinheiro Fernandes* - Especialista em Dança (UNIFOR); Ágna Retyelly Sampaio de Souza* - Graduada em Educação Física; Lis Maria Machado Ribeiro Bezerra* - Mestra em Educação Física (UNIVASP).

RESUMO

Introdução: a busca por qualidade de vida vem impulsionado os sujeitos na adesão de um estilo de vida mais saudável, o qual além da prática regular de exercício físico também inclui a suplementação por meio de alimentos com propriedades fitoterápicas, principalmente aqueles alimentos que possam melhorar a performance esportiva. Um bom exemplo disso é a beterraba, apontada pelo meio científico por sua propriedade vasodilatadora, pois o nitrato presente em seu extrato é prógono do óxido nítrico que amplia o desempenho mitocondrial das células musculares. **Objetivo:** avaliar os efeitos fisiológicos do nitrato na performance de atletas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática, qualitativa, na qual realizou-se buscas através da base de dados Pubmed (n=12), foram inclusos estudos com temática similar ao desta pesquisa e exclusas publicações antecedentes ao ano de 2017. Considerou-se obras nos idiomas português e inglês. Posteriormente, realizou-se uma filtragem inicial dos textos mediante a uma leitura mais aprofundada para categorizar os resultados e por fim, fora realizada a análise entre as simetrias dos artigos de seus respectivos eixos de maneira objetiva e crítica, restando (n= 8) artigos que contribuíram para o corpus discursivo do presente trabalho. **Resultados e discussão:** o nitrato atua no organismo potencializando a vasodilatação e a contração dos músculos esqueléticos. Na digestão da beterraba o nitrato é convertido em nitrito, feito isso é distribuído através do fluxo sanguíneo já como óxido nítrico, o que desencadeia uma maior oxigenação e fornece ao atleta melhorias na performance, principalmente, em exercícios predominantemente aeróbio. **Considerações finais:** o nitrato aumenta a capacidade de trabalho nos músculos esqueléticos e atenua a fadiga proveniente do exercício físico, bem como otimiza a recuperação de força. No entanto, os efeitos do nitrato necessitam de estudos mais aprofundados e com uma maior amostragem para resultados mais precisos, inclusive, para avaliar a técnica do preparo e a quantidade e frequência na qual a beterraba deverá ser consumida.

Palavras-chave: Exercício físico. Nitrato. Vasodilatação. Performance desportiva.

EFEITO AGUDO DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL (FES) PARA HIPERTROFIA

Vitória Alves Pereira* - Residente em saúde da família e comunidade (ESP/CE); Maria Thainan Oliveira de Olinda* - Residente em saúde da família e comunidade (ESP/CE); Joyce Maria Leite e Silva* - Universidade Estadual do Cariri (URCA/UDI).

RESUMO

Introdução: O treinamento com pesos é caracterizado quando a musculatura se movimenta contra uma resistência, essa prática vem crescendo a cada dia e conseqüentemente a busca pela hipertrofia, a eletroestimulação surge como uma ferramenta que aumenta o recrutamento das fibras musculares. **Objetivo:** Analisar se há efeitos agudos de estimulação elétrica funcional (FES) para hipertrofia muscular utilizando os exercícios leg press, cadeira extensora e agachamento livre. **Metodologia:** A pesquisa caracteriza-se como experimental, randomizada, de caráter transversal. Foi composta por 17 indivíduos do sexo feminino com idade entre 19 e 26 anos. A amostra foi dividida em 04 grupos: o grupo G1(n=05) e G3(n=03) foi constituído por praticantes de musculação, já o grupo G2(n=03) e G4(n=06) foi compostos por indivíduos sedentários, os quatro grupos passaram pela mesma sessão de treinamento com pesos, porém apenas o grupo G1 e G2 tiveram o auxílio da eletroestimulação. Os critérios de inclusão adotados foram indivíduos praticantes de musculação, que tinham iniciados seus treinos há no mínimo seis meses para o grupo G1 e G3, e indivíduos não praticantes de exercícios físicos para o grupo G2 e G4 e com percentual de gordura entre 16% a 24%. Já os critérios de exclusão foram lesões musculares ou articulares, escoriações no local de aplicação da corrente, ciclo menstrual irregular, possuir marca-passos, utilizar suplementos alimentares. Para a coleta de dados foi realizado a perimetria do quadríceps antes e após cada sessão de treinamento. A pesquisa obedeceu às normas da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados foram tabulados no Excel 13.0, onde foram organizados e categorizados, posteriormente exportados para o Programa Estatístico JASP v 0.9, sendo submetidos ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk, foi realizado o teste t pareado, para comparação do pré e pós de cada grupo, sendo adotado como significância $p < 0,05$. **Resultados:** Pode-se observar que no grupo G1 não houve diferença significativa entre o pré e o pós. No grupo G2 também não foi constatado diferenças em nenhuma das variáveis, o grupo G3 não obteve diferenças significativas, no entanto o grupo G4 foi o único que apresentou um alfa significativo ($p < 0,040$), apenas na variável pré e pós direita. Quando comparado a hipertrofia entre os períodos menstruais apenas aquelas que estavam na fase ovulatória apresentaram diferença estatística significativa no pré e no pós-intervenção da perna direita $p=(0,009)$. **Considerações finais:** Os achados do presente estudo mostraram que uma única sessão de estimulação elétrica funcional não é capaz de produzir hipertrofia muscular. Uma vez que os grupos que utilizaram a corrente elétrica funcional durante o treinamento não apresentaram diferenças significativas quando comparado aos indivíduos que realizaram apenas o treinamento com pesos. Considerando a hipertrofia muscular entre os períodos do ciclo menstrual foi notado apenas no grupo que estava na fase ovulatória.

Palavras-chave: Estimulação Elétrica. Hipertrofia. Treinamento de Resistência.

ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL (FES) COMO FERRAMENTA PARA HIPERTROFIA MUSCULAR DOS FLEXORES DE COTOVELO

Glebson Alves Viração* - (Autor principal); Eliane Candido Batista* - (Coautoria); Ana Mariza de Carvalho* - (Coautoria); Joyce Maria Leite e Silva* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: A ascensão da musculação nas academias é referente a confirmação de seus benefícios para a saúde e elementos da aptidão física, dessa forma, a estimulação elétrica funcional (FES) surge como uma alternativa para auxiliar nesses aspectos, logo será que a FES pode ser apontada como uma ferramenta capaz de acelerar o processo de hipertrofia muscular e ganho de força dos flexores de cotovelo? **Objetivo:** avaliar se a estimulação elétrica funcional (FES) pode auxiliar no processo de hipertrofia muscular e ganho de força. **Metodologia:** A pesquisa apresenta abordagem quantitativa, com método experimental e randomizado, e corte longitudinal de campo, com amostragem do tipo probabilística por sorteio. A amostra foi composta por 10 indivíduos do sexo masculino com idade entre 18 e 30 anos, em que foram divididos em 02 grupos: o primeiro grupo (n=05) que realizou apenas o treinamento com peso, e o segundo grupo (n=05) que realizou o treinamento com peso associados à eletroestimulação. Os critérios de inclusão adotados foram indivíduos praticantes de musculação à no mínimo seis meses ininterruptos, que seus percentuais consistissem em até 17% e apresentassem idade entre 18 a 30 anos. Já os critérios de exclusão foram indivíduos que apresentassem lesões osteomusculares, áreas com infecção ou escoriações no local de aplicação da corrente, se ausentassem uma das sessões de intervenção, utilizar marca-passos, hipertensos, e usar suplementos alimentares. Para a coleta de dados foi realizado uma avaliação inicial e final, durante cada sessão de intervenção, foi mensurado antes e após a perimetria dos braços direito e esquerdo, relaxado e contraído. A pesquisa obedeceu às normas da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados foram tabulados no Excel 13.0, posteriormente exportados para o Programa Estatístico JASP versão 0.10, submetidos ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk, foi realizado o teste t pareado, para comparação dos dois grupos, sendo adotado como significância $p < 0,05$. Para caracterizar o perfil antropométrico da amostra foi utilizado medidas de dispersão dos dados. **Resultados:** desse modo verificamos que houve diferença significativa de forma aguda para ambos os grupos, embora, não tenha se notado diferenças para a hipertrofia de forma crônica entre os grupos ($p < 0,05$), em relação à força muscular também não houve diferença significativa, entretanto, observaram-se efeitos de moderado a forte no tamanho do efeito e por meio da descritiva nota-se uma discrepância entre os valores pré e pós entre os grupos. **Considerações Finais:** Os achados do presente estudo mostraram que 08 sessões de FES associado ao TRP não é capaz de gerar hipertrofia muscular e ganho de força de forma crônica, embora, para a força os tamanhos de efeito tenham apresentado alterações positivas.

Palavras-chave: Estimulação Elétrica. Hipertrofia. Treinamento de Resistência.



O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELA CÉLULA DE ESPORTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA

Lara Cristine de Abreu Vasconcelos* - (Autora principal); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: No ano de 2020, o mundo teve sua rotina modificada por conta do novo coronavírus, e no desporto a pandemia têm causado um impacto negativo. Com o objetivo de amenizar o efeito do isolamento físico nos atletas, os mesmos vêm seguindo um plano de treino em domicílio acompanhado por seus respectivos treinadores. **Objetivo:** descrever os processos de adaptação dos monitores que atuam como preparadores físicos da Célula de Esportes da UECE aos treinos remotos em meio à crise sanitária do corona vírus. **Metodologia:** A pesquisa contou com a participação de monitores que executam papel de preparadores físicos na Célula de Esportes da Universidade Estadual do Ceará, onde devido a pandemia, a coleta de dados ocorreu de forma online colhendo entrevistas via Google Meet, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturado contendo 12 questões. **Resultados:** De acordo com os dados coletados, observou-se que os monitores apresentaram dificuldades de ambientação com as tecnologias de informação e comunicação, na qual sua utilização aconteceu de forma emergencial. Viu-se também que as adaptações aos planejamentos foram necessárias para que os treinos pudessem acontecer de forma que não houvesse dificuldades, estimulando os atletas a todo momento. Analisou-se que os métodos de treinamento mais utilizados foram aqueles que sua prática pudesse ser feita em ambientes pequenos, e também exercícios que não necessitassem de muito material ou, caso precisasse, seriam utilizados aqueles de fácil adaptação como garrafas e mochilas com livros para o aumento da carga. Durante o processo houve dificuldades que os entrevistados enfrentaram como a desmotivação, a ausência de competição e diversas instabilidades na rotina dos atletas. Apesar disso, houve também facilidades no processo como o crescimento pessoal e profissional, aumento da relação técnico-atletas e aumento da empatia. **Considerações Finais:** Diante disso, é importante observar a necessidade de aprendizado da utilização dessas tecnologias de informação e comunicação a fim de incentivar melhor execução dos planejamentos no meio remoto. Importante também expor para os futuros profissionais de Educação Física as diversas experiências e práticas que foram adquiridas durante o processo de adaptação, ensinando-os a serem criativos e objetivos diante de adversidades.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação e Comunicação. Adaptação. Monitoramento remoto. Pandemia.



OCORRÊNCIA DE LESÕES EM PRATICANTES DE VOLEIBOL AMADOR DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

Sara Priscila Figueiredo de Lucena Paulino* - (Autora principal); Alice Kelly dos Santos Félix* - (Coautora); Ligia Raianne da Silva Moura* - (Coautora).

RESUMO

Introdução: O voleibol é uma modalidade esportiva altamente dinâmica, atualmente é observado que a prevalência de lesões tem se elevado, tornando-se um estudo de caso com o intuito de minimizar esse problema. **Objetivos:** Descrever a prevalência de lesões em praticantes de voleibol amadores da cidade de Cajazeiras – PB. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, descritivo e transversal, realizada com praticantes de voleibol amador da categoria adulta, do sexo masculino e feminino. A amostra foi de 32 indivíduos com amostragem do tipo não probabilística por conveniência. Estavam aptos à pesquisa aqueles atletas que praticam o esporte, no mínimo, há 6 meses. E para a exclusão, aqueles atletas que não faziam parte da categoria adulta. Para chegar aos resultados foi utilizado um questionário elaborado por Leite e Silva (2007) sobre lesões, tempo de prática, articulações mais lesionadas, posição de jogo, e aplicado através do Google Forms. Os dados foram organizados e tabulados no Excel 2007 e posteriormente transportados para o programa estatístico JASP versão 0.13.1.0. Após os dados apresentarem normalidade assumida pelo teste de Shapiro-Wilk, foi realizado o teste de correlação de Spearman para avaliar a relação linear entre as variáveis bem como análise descritiva da amostra. O estudo foi realizado de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e enviado ao comitê de ética em pesquisa e aprovado com o parecer: 4.439.864. **Resultados:** Foi identificado que da amostra estudada, 87,5%, possuem lesões, a articulação mais lesionada foi a de tornozelo com 56,2%, a posição que mais apresentou lesão foi atacante de ponta com 44,4% da amostra e a lesão mais acometida foi por entorse 34,3%. **Consideração Final:** Conclui-se que a entorse é a lesão de maior frequência entre os praticantes, tendo como ápice o aparecimento em aterrissagem logo após bloqueios, ataques e saques. Destas ocorrências percebe-se que existe maior evidência nos jogadores que ocupam a posição de ponta. Faz-se necessário para continuação da pesquisa outros estudos dentro dessa temática, enfatizando outras categorias como infantil, juvenil e adulta.

Palavras Chaves: Prática Esportiva. Distúrbios Osteomusculares. Atleta Amador.

TREINAMENTO COM RESTRIÇÃO/OCLUSÃO DE FLUXO SANGUÍNEO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Evair Mallon Holanda Lavor* - (Autor principal); Ana Paula Pinheiro da Silva* - (Coautoria); Ana Karênina Sá Fernandes* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: O treinamento de força proporciona diversos benefícios à saúde e à aptidão físicas tais como o aumento da força e a hipertrofia muscular. Algumas técnicas e métodos são utilizados para a obtenção do aumento de força e/ou hipertrofia muscular e uma das variáveis mais moduladas é a intensidade em que no método do treino de força com restrição/oclusão do fluxo sanguíneo se utiliza exercícios de força com baixa intensidade (± 20 a 50% de 1RM) para a obtenção de resultados semelhantes àqueles que não utilizam essa restrição/oclusão sanguínea.

Objetivo: Assim, o objetivo do presente estudo foi investigar os efeitos do treinamento resistido associado à restrição/oclusão do fluxo sanguíneo no ganho de força e hipertrofia muscular.

Metodologia: O método desta pesquisa é uma revisão sistemática e a busca dos artigos foi nas bases de dados eletrônicas PubMed/Medline, SciELO e LILACS. Os conjuntos de descritores utilizados no PubMed/Medline foram: "strength training" and "vascular occlusion"; "strength training" and "vascular restraint" e no SciELO e LILACS foram: "treinamento de força" e "oclusão vascular"; "treinamento de força" e "restrição vascular"; "treino de força" e "oclusão vascular" e "treino de força" e "restrição vascular". O critério de inclusão adotado foi que as pesquisas fossem realizadas em indivíduos saudáveis. As análises foram realizadas aos pares e foi aplicada a escala de Downs e Black (1998) para avaliar a qualidade metodológica dos artigos selecionados. **Resultados:** Os resultados possuem 04 etapas: identificação, triagem, elegibilidade (pela leitura do resumo e do trabalho completo) e inclusão. Foram identificados 15 artigos científicos, 02 foram eliminados na leitura do título por não estar adequado ao tema desta pesquisa. Posteriormente 10 artigos foram eliminados na etapa da elegibilidade por não conterem os critérios desta revisão, assim 03 artigos científicos foram incluídos. A maioria dos artigos analisaram tanto a região muscular proveniente do quadríceps quanto a dos flexores do cotovelo. Contudo, um único artigo avaliou somente os músculos do quadríceps. Dois dos artigos tiveram como amostragem jovens adultos do sexo masculino, e um artigo teve como protagonistas jovens adultas do sexo feminino. **Considerações finais:** O treinamento de força com restrição/oclusão do fluxo sanguíneo é um método que gera aumento de força e hipertrofia muscular em jovens adultos saudáveis. Contudo, faz-se necessário realizar mais estudos que investiguem aspectos relacionados à saúde como também à segurança da execução crônica deste método.

Palavras-chave: Treinamento de resistência. Restrição de fluxo sanguíneo. Oclusão vascular. Força muscular. Hipertrofia.

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA DANÇA E OS SEUS ESTILOS

Francisco Eduardo Chayn Alves* (Autor principal); Laryssa Costa Barbosa da Silva* - (Coautora); Ana Paula Pinheiro da Silva* - (Coautora); Ana Karênina Sá Fernandes* (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Há uma estreita relação entre a dinâmica de um movimento corporal rítmico como a dança e benefícios na saúde física e mental dos indivíduos. Nesse sentido, a dança pode ser considerada como uma ferramenta que, praticada regularmente, pode impactar a qualidade de vida dos sujeitos e, além disso, proporcionar experiências capazes de trabalhar a sociabilidade e dimensões como a afetividade, psicomotricidade, memória e cognição, otimizando habilidades e capacidades humanas de maneira holística. Todavia, apesar da trajetória da dança estar imersa na cultura das sociedades há milênios, percebe-se a escassez de estudos mais profundos em nossa literatura, principalmente no que concerne ao conhecimento sobre os tipos de dança e sua importância para a compreensão da própria evolução do padrão de comportamento, arte, expressão e idiosincrasias de um povo. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi investigar, caracterizar e qualificar os diversos estilos de dança através de uma revisão sistemática da literatura, no contexto da dança. **Metodologia:** Os artigos foram acessados na base de dados eletrônica do PubMed/Medline e esses artigos foram selecionados sem restrição da língua estrangeira e com anos de publicação que variaram em relação aos anos entre 2014 e 2019. Foram excluídos os trabalhos que demonstrassem não se adequar ao tema. Os descritores utilizados foram "dance and style" e "dance and type". As avaliações das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão foram executadas aos pares. Utilizou-se a escala Downs e Black (1988) para a avaliação da qualidade metodológica dos artigos inclusos neste trabalho. **Resultados:** Nas bases de dados foram encontrados 120 artigos, assim após as etapas de triagem (total de 120 artigos), triagem (exclusão de 114 artigos pela leitura do título), elegibilidade (exclusão de 02 artigos pela leitura do resumo e trabalho na íntegra) a inclusão foi de 04 artigos científicos que atenderam a todos os critérios e fizeram parte da revisão. **Considerações finais:** Os estilos de Dança abordados nos artigos científicos e identificados foram poucos (Dança Criativa, Dança Contemporânea, Danças Coreanas, Danças Femininas e Danças Latinas). Todos os resultados das pesquisas investigaram, analisaram ou caracterizaram algum desses estilos de Dança de forma técnica e científica e assim também mostraram a relevância cultural e social.

Palavras-chave: Dança. Características. Estilos de Dança. Tipos de Dança.



II CONGRESSO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE
2019

**LINHA DE PESQUISA: TEORIAS PEDAGÓGICAS E DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO
FÍSICA**



A INTERDISCIPLINARIEDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Antônio Valfrido de Sousa Filho* - (Autor principal); Francisco Kelton de Sousa Nascimento* - (Coautor); Francisco Fernando Gonçalves* - (Coautor); Jéssica Bruna Faustino Moura* - (Coautora).

RESUMO

Introdução: A educação de hoje precisa repensar a prática de ensino. Os educadores observam cuidadosamente para que possam inovar e modificar quando necessário, e assim encontrar soluções que garantam a aprendizagem dos alunos. O ambiente educacional é repleto de desafios, principalmente para os educadores. Não pode ser limitado a uma teoria, nem podemos planejar com base em apenas uma teoria visualizar. Deve haver uma correlação entre o conteúdo apresentado, pois ele também precisa ser apresentado na experiência do aluno. Prática a abordagem interdisciplinar revela a possibilidade de colaboração entre diferentes disciplinas, possibilitando fazer com que o conteúdo corresponda e forneça novas maneiras para os educadores melhorarem os métodos de ensino e aprendizagem. **Objetivo:** identificar os resultados proporcionados pelas práticas interdisciplinares dentro das aulas de Educação Física. **Metodologia:** O presente estudo recorreu a uma abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência. O relato fundamentou-se a partir dos encontros pedagógicos realizados semanalmente para planejar as aulas de Educação Física e durante atuação docente em sala de aula virtual durante o período de pandemia de 2019 em uma escola pública do município de Sobral – CE, localizada no Bairro Dom Expedito do mesmo município, tendo como base as aulas de Educação Física, Língua Portuguesa e Matemática. **Resultados:** Assim sendo, se torna evidente que para a eficácia da aprendizagem significativa interdisciplinar acontecer, é necessário ser adotado pelo professor a postura de mediador do conhecimento para o aluno, sabendo manusear as informações que possui, para transformar seu aluno no sujeito de conhecimento, ao invés de apenas um receptor de informações. É importante dar ênfase a tamanha relevância que o esforço do professor como mediador possui dentro desse momento de interação e aprendizagem. **Considerações Finais:** Através das vivências obtidas desse estudo, foi possível verificar que o desenvolvimento das propostas contou com o apoio de professores das disciplinas de Português e Matemática, pois os mesmos entenderam que não existe diferenças, barreiras e grau de importância entre as disciplinas. Esquecendo os preconceitos e diferenças quando o foco passa a ser o desenvolvimento educacional do aluno, entendendo assim que esse processo não acontece de maneira fragmentada, porém como um todo. Ao relacionar as ações interdisciplinares é possível observar o quanto a interdisciplinaridade pode contribuir de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem entre alunos e professores. Destarte, é possível relatar através dos resultados obtidos a ligação que existe entre as disciplinas do currículo escolar, apontando a importância de cada uma para a formação integral do aluno. Contudo, a interdisciplinaridade torna-se um importante instrumento para que essa prática cotidiana se interligue e para que o discente seja capaz de perceber como os conteúdos fazem parte do seu dia a dia.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Educação Física. Educadores.

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Antônio Valfrido de Sousa Filho* - (Autor principal); Francisco Leonardo de Paula* - (Coautor); Francisco Fernando Gonçalves* - (Coautor); Jéssica Bruna Faustino Moura* - (Coautora).

RESUMO

Introdução: A pandemia do novo coronavírus já dura vários meses, período durante o qual a liberdade de ir e vir e a interação social foram restringidas. Para cumprir adequadamente os regulamentos de quarentena, governos e agências de saúde em todo o mundo expressaram a necessidade de manter o distanciamento social. No entanto, a solidão causada por essas restrições levanta outra preocupação: o ganho de peso e o sedentarismo aumentaram durante a pandemia. O sedentarismo está ligado a um dos riscos de morte pelo novo coronavírus. Estudos na área da Educação Física e Saúde demonstram que aqueles que não são fisicamente ativos podem ser hospitalizados e necessitar de cuidados mais intensivos. Além do sedentarismo, existem outros fatores que afetam a hospitalização das pessoas, como tabagismo, obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares e câncer. Dentre esses fatores, comparados a eles estão também a falta de atividade física que é um dos fatores de risco que trazem resultados mais negativos. **Objetivo:** identificar as principais causas do sedentarismo em tempos de pandemia, **Metodologia:** a pesquisa é de cunho qualitativo que demanda do pesquisador uma intensa capacidade analítica. Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram 10 estudantes do curso de Educação Física da faculdade Pitágoras do polo Sobral-CE. Como instrumento de coleta de dados elaborou-se um questionário eletrônico, por meio do Google Forms, que é uma ferramenta que permite a colaboração na edição e na divulgação dos seus documentos. **Resultados:** os achados indicam que os estudantes estão em zona de sedentarismo e obtiveram um aumento de peso devido a mudança de hábitos alimentares e na rotina. Vale a pena ressaltar que foi observado também um aumento de consumo de alimentos industrializados. **Considerações Finais:** desse modo, verificamos que o isolamento social favoreceu o aumento da taxa de sedentarismo, bem como a um alto índice de consumo de alimentos industrializados. Por fim, vale a pena destacar que a atividade física não deve ser interpretada um mero gesto banal ou ser marginalizada, tendo em vista que a mesma pode ser uma importante ferramenta de combate ao novo coronavírus.

Palavras-chave: Atividade Física. Saúde. Pandemia.



A REINVENÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS PRIVADAS E PÚBLICAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Ilze Nobre de Mesquita* - (Principal autora); Ana Clarice Sousa do Nascimento* (Coautoria); Ivens Herbster Lima Moreira* – (Coautoria); Letícia Maria Alves Braz* (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Em consequência da pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus, a educação perpassou por diversas mudanças, o que ocasionou no fechamento das escolas e universidades. Logo, atividades pedagógicas intermediadas pelo uso da internet tiveram que ser inseridas de imediato. Os professores tiveram que reinventar a forma de dar aulas e a grande parte não estava instruída para tal. A pandemia também permitiu que a educação física escolar ganhasse impulso e fosse considerada cada vez mais como necessária como componente curricular. É interessante ainda ressaltar que a prática regular de atividade física minimiza os danos causados pelo novo coronavírus. **Objetivo:** caracterizar o ensino remoto das aulas de Educação Física Escolar no ensino fundamental de escolas públicas e privadas durante a Pandemia de Covid-19. **Metodologia:** Este estudo é de natureza descritiva com abordagem qualitativa e contou com a participação de 11 professores, dos quais, 06 ministram aulas na escola privada, e apenas 05 na rede pública de Fortaleza/CE. Para a coleta de dados foi realizado um roteiro de entrevista semiestruturado composto por 13 perguntas, via Google Meet com os profissionais participantes. Os dados obtidos foram categorizados a fim de melhor compreensão dos resultados, visto isso as categorias são divididas em: Processos de ensino; Metodologias Utilizadas; Dificuldades e Anseios; Oportunidades percebidas. **Resultados:** Contudo percebeu-se que a maioria dos professores entrevistados usam o WhatsApp para encaminhar as atividades, constroem materiais via Youtube, usam vídeos de outros profissionais como auxílio nas aulas e os professores, primordialmente da escola pública ratificam grandes desafios profissionais encontrados, desde a deficiência de suporte para atuar nesse novo âmbito até a falta de internet desenhada pela desigualdade social que resulta na evasão escolar dos alunos, portanto os professores da escola pública constroem um material impresso, que fica na escola para ser entregue aos alunos sem acesso a internet. **Considerações Finais:** A pandemia de Covid-19 forçou uma reinvenção no processo de ensino, além de inserir as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar. Por outro lado, é importante salientar que por conta da execução do ensino emergencial, permitiu-se acudir toda uma conjuntura escolar. Práticas que outrora foram deixadas de lado, agora são implementadas, tais como a reinvenção do professor nas suas metodologias de aula na procura pelo aprimoramento de sua prática.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Pandemia. Docência. Educação Física Escolar.

A UNIDADE TEMÁTICA DANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19

Nayara Inocência dos Santos* - Graduada em Educação Física (UNIJAGUARIBE); Pedro Henrique Silvestre Nogueira* - Mestre em Educação e Ensino (UECE).

RESUMO

Introdução: Este trabalho de cunho qualitativo traz à tona uma discussão sobre a unidade temática Danças e as mudanças ocasionadas pelo ensino remoto, no contexto da Educação Básica. **Objetivo:** analisar a atuação do professor de Educação Física no ensino da unidade temática Danças no ensino fundamental. **Metodologia:** para a realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho quali-quantitativa, com profissionais da Educação Física, que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, no município de Fortim. A pesquisa constituiu-se a partir da aplicação de um questionário por meio da plataforma *googles forms*, composto por 13 perguntas, indagando os docentes sobre os seguintes pontos: o ensino do conteúdo danças; principais desafios e possibilidades das danças na escola; os recursos tecnológicos utilizados para a concretização das atividades. **Resultados:** foi visto que boa parte dos professores não foram consultados quando da implementação do ensino remoto. Assim, o *whatsapp* e *google meet* constituem-se como os recursos mais utilizados pelos professores por conta de sua praticidade. Mesmo com recursos não ideais, os professores relataram que a participação dos alunos é razoável. Ao observar as respostas dos professores, podemos analisar que a maioria deles, fazem aulas com vídeos nos quais os alunos irão retornando posteriormente seja com a execução da dança desenvolvida ou com outras atividades teóricas como questões sobre as Danças. Outra questão “nova” para o campo da Educação Física é a utilização de aplicativos, como o *just dance*, um aplicativo de coreografias de várias Danças. Um ponto que consideramos ser uma fragilidade é a utilização das aulas teóricas no lugar das aulas práticas. Isso não contempla toda a dimensão desta unidade temática, já que a prática é essencial para muito aprendizado. Como principais dificuldades encontradas por eles foi mencionado a qualidade das aulas, que se tornam limitadas. **Considerações Finais:** Concluímos que, apesar das aulas serem limitadas devido a oferta de pouco recursos, acreditamos que os professores estão levando o mínimo de conhecimento sobre as Danças em suas aulas. Mesmo com dificuldades para se ministrar aulas práticas, acreditamos que as aulas teóricas também podem oferecer uma gama de possibilidades.

Palavras-chave: Danças. Educação Física. Ensino Fundamental. Ensino remoto.



AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DE EUSÉBIO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

André Santiago Lima Verde* - (Autor principal); Francisco Rafael da Silva* - (Coautor); Samara Maia Andrade Queiroz* - (Coautora); Cristina Lopes da Silva* - (Coautora).

RESUMO

Introdução: Em agosto do ano de 2019, através da Secretaria de Educação, foi criado o Departamento de Educação Física de Eusébio – CE (DEFE), responsável por gerir a Educação Física (EF) do município. Uma das áreas de ação do departamento é a Educação Física Escolar, que sofreu vários comprometimentos e adaptações durante a Pandemia do Covid-19. **Objetivo:** Apresentar as ações para o desenvolvimento da Educação Física Escolar durante o período de aulas remotas nos anos de 2020 e 2021 e suas implicações. **Metodologia:** Essa pesquisa é de cunho qualitativo, tratando-se de um relato de experiência dos membros do DEFE a partir da estruturação das ações e da escuta dos professores. **Resultados:** No momento de pandemia foram escolhidas diversas plataformas digitais (Google Classroom, Iteva, WhatsApp e canal do Departamento do Youtube) para auxiliar nas aulas, além da produção de materiais diversos. Para as aulas remotas, o DEFE escolheu produzir três vídeos semanais e distribuir atividades domiciliares impressas e digitalizadas, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), afim de possibilitar acesso ao maior número de alunos. Também foram realizadas, durante os 2 anos, 13 formações com os professores de EFE do município, com os temas: Conhecendo o ambiente virtual google classroom (MAISPAIC); Os impactos das emoções em tempo de crise (MAISPAIC); Realidade das aulas em tempos de pandemia: caminhos possíveis...(LEPPEF); O uso e produção das mídias de comunicação em tempos de covid-19: PODCAST (MAISPAIC); Produção e uso das mídias de comunicação: AUDIOVISUAIS (MAISPAIC); Introdução a computação em nuvem na Educação: Exemplos e aplicações do google forms na Avaliação Educacional (MAISPAIC); Instrumentos e critérios no processo de avaliação em Educação Física Escolar (LEPPEF); As aprendizagens do professor de Educação Física em tempos de pandemia (LEPPEF); Brincadeiras e jogos (LEPPEF); Apresentação das Unidades temáticas para plano de curso 2021. Sistematização do conteúdo esporte nas aulas de Educação Física Escolar (LEPPEF); A dança na BNCC e suas possibilidades. A BNCC e o ensino da Ginástica e As lutas e o ensino híbrido em educação Física escolar. As formações foram realizadas com encontros mensais e metodologias colaborativas, em parceria com o Instituto de educação física e Esportes (IEFES - UFC), e o Laboratório de Estudos e Práticas Pedagógicas de Educação Física (LEPPEF). **Considerações finais:** Os caminhos escolhidos para as temáticas das formações e para o modelo de aulas remotas, proporcionaram uma maior efetividade do ensino-aprendizagem, apresentaram novos conhecimentos e potencializaram os saberes construídos sobre os novos documentos e parâmetros da educação. Durante esse percurso foi realizado no final do ano de 2020, o III Simpósio de Educação Física Escolar de Eusébio – SIMEFEE, tendo como objetivo o compartilhamento de experiências vividas pelos professores e pesquisas relacionadas às práticas pedagógicas da Educação Física Escolar de Eusébio em tempos de pandemia, trazendo nas produções e falas dos professores a importância das formações e da contextualização da utilização das plataformas digitais a realidade dos alunos e dos professores.



Palavras-chave: Educação Física. Departamento. Formação Continuada. Pandemia. Plataformas digitais.

ENSINO REMOTO E A FORMAÇÃO DO BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Francisco Alisson Sabino da Silva* - Graduado em Educação Física (UNIJAGUARIBE); Pedro Henrique Silvestre Nogueira* - Mestre em Educação e Ensino (UECE).

RESUMO

Introdução: O trabalho intitulado Ensino Remoto e a Formação do Bacharel em Educação Física, traz à tona uma discussão emergente situando as aulas de Educação Física e todas as suas particularidades no bojo das transformações didático-metodológicas que vêm ocorrendo devido a pandemia por COVID-19. Portanto, possui como **Principal objetivo** analisar as implicações das aulas remotas na formação dos acadêmicos de curso de bacharelado em Educação Física em uma Faculdade privada localizada no município de Aracati. **Metodologia:** Para cumprir tal objetivo optamos pela utilização do Estudo de caso, apoiado na abordagem qualitativa. Foi utilizado um questionário eletrônico como instrumento de coleta de dados. Na fase de coleta de dados, foi utilizado a Análise de Conteúdo. E, como **Principais resultados** encontramos: o nível de satisfação/insatisfação dos estudantes com as aulas remotas; as principais fragilidades e possibilidades; as atividades mais afetadas do curso; comunicação e interação. À vista disso, foi possível contemplar o cenário desafiador para a instituição e para os acadêmicos. Percebemos que os acadêmicos, além apontarem para uma dimensão humanista, em que se deve valorizar o contexto social, reconhecem que apenas os conhecimentos técnicos, ou seja, os saberes das disciplinas não lhes bastam para lograr êxito em suas futuras profissões. Ainda mais com a catalisação de novas tecnologias no campo da Saúde, na qual observa-se aplicativos, programas de treinamento, *softwares* cada vez mais especializados. **Considerações finais:** Desse modo, percebendo a necessidade de que providências devem ser tomadas para lidar com o sentimento e o déficit de aprendizado desses estudantes universitários, que possam ter ocorrido, possivelmente, como consequências do ensino remoto. Nos resta saber como será a retomada do ensino presencial no tocante as aulas práticas, pois, mesmo com toda segurança com base em protocolos, não se comentam até aqui se será viável o contato físico com outros colegas durante aulas de algumas disciplinas consideradas práticas, como Ginásticas, Danças, Esportes. Esse trabalho não se esgota aqui. Acreditamos que novas pesquisas devem ser realizadas com essa temática, abarcando outros métodos como as entrevistas, para aprofundar as discussões levantadas pelos acadêmicos.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação Física. Formação inicial.

“FUTEBOL PARA OS MENINOS E VÔLEI PARA AS MENINAS?”: AS MANIFESTAÇÕES ESTEREOTIPADAS DE GÊNERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Caio Roberson Lopes Menezes* - (Autor principal); José Jander Teixeira de Oliveira* - (Coautoria); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: O conceito de Gênero pode ser definido como a distinção sociocultural entre mulher e homem. Essas distinções englobam modos de agir, de crer e de se relacionar, formando identidades construídas na sociedade e modeladas historicamente. A partir dessa definição, pode-se compreender que papéis sociais associados ao gênero são estabelecidos quando existem anseios comportamentais e expectativas quanto às qualidades/ações ditas apropriadas aos homens e mulheres. Estes respectivos papéis atribuídos ao gênero podem influenciar direta ou indiretamente na criação de diversos estereótipos. Estes foram fortemente perpetuados e estabelecidos ao longo do tempo no âmbito familiar, trabalhista, educacional, esportivo, midiático e político. Em decorrência disso, homens e mulheres apresentam diferentes crenças e atribuições que afetam seu comportamento com a sociedade e seu modo de viver, estando sujeitos a expectativas consideradas próprias ao seu gênero. **Objetivo:** Investigar a manifestação dos papéis sociais de gênero, de seus respectivos estereótipos nas aulas de Educação Física Escolar e a percepção do professor de Educação Física sobre esses fatores. **Metodologia:** Estudo de objetivo exploratório com abordagem qualitativa, utilizando a etnografia como procedimento técnico. Os participantes do presente estudo foram divididos em duas fases específicas: na primeira, foram observadas dezesseis aulas de Educação Física de quatro turmas do ensino fundamental II, já na segunda, a coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com o professor de Educação Física das respectivas turmas. Buscou-se a permissão dos participantes da pesquisa para que a entrevista fosse gravada em gravador digital. Os dados foram transcritos e analisados a partir da técnica de análise de conteúdo onde buscou-se relações empíricas entre eles visando evidenciar a necessidade de propostas pedagógicas de intervenção sobre as problemáticas na formação do sujeito-aluno resultantes do sexismo nas aulas de Educação Física. **Resultados:** buscou-se problematizar as possíveis consequências dos papéis sociais de gênero e dos estereótipos presentes nas aulas de Educação Física Escolar e descrever o posicionamento crítico do professor acerca da temática sexualidade e sua abordagem nos processos de ensino-aprendizagem utilizados nas aulas. As categorias que emergiram das falas referente às temáticas foram: (1) Manifestações dos papéis sociais de gênero e seus estereótipos nas aulas de Educação Física e a percepção do professor sobre esses fatores; (2) Descrição do posicionamento crítico do professor de Educação Física acerca da temática de sexualidade e sua abordagem nos processos de ensino-aprendizagem. **Considerações Finais:** Constatou-se que a escola e o professor devem estabelecer um trabalho conjunto para que a implementação de projetos, ações e intervenções, como, seminários, aulas teóricas, aulas com temas transversais e palestras, as manifestações de papéis e estereótipos de gênero que foram constatadas nesta pesquisa sejam cada vez menos frequentes no cotidiano das aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Sexualidade. Identidade de Gênero.



INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Lucas Romério da Costa Lima* - Graduado em Educação Física (UNIAGUARIBE); Pedro Henrique Silvestre Nogueira* - Mestre em Educação e Ensino (UECE).

RESUMO

Introdução: o presente trabalho traz a temática da inclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física Escolar do município de Aracati-CE. Sabe-se que a exclusão é um fator preocupante existente na escola que pode provocar vários problemas para o aluno que se sente excluído. Sem muito esforço, façamos o exercício de imaginar um aluno com deficiência física que ama a disciplina de Educação Física, mas que às vezes é excluído das atividades que exige dele uma boa mobilidade, podemos imaginar tal frustração. **Objetivo:** é analisar como se dá a prática docente destinada à inclusão nas aulas de Educação Física no município de Aracati-CE. **Metodologia:** a pesquisa que tem como norte a abordagem quali quantitativa, pois se fez necessário coletar os dados, em seguida analisa as respostas dos colaboradores, para nos aproximarmos da realidade concreta. Foi elaborado um formulário eletrônico de pesquisa para que os docentes da cidade preenchessem as perguntas para analisarmos suas opiniões. Participaram da pesquisa 10 professores de Educação Física da rede de ensino regular de Aracati-CE. **Resultados:** diante do aspecto dos professores de Educação Física do município de Aracati-CE apresentados pelo formulário de pesquisa, são profissionais da Educação que se preocupam em busca de aprimoramento em relação à inclusão dos deficientes físicos nas aulas de Educação Física e que 60% dos estudantes com deficiência física participam das suas aulas de Educação Física. **Considerações Finais:** concluímos com a proposta de ter uma instituição de ensino e professores de Educação Física mais inclusivo onde os alunos com deficiência física possam ter o que mais buscam na escola que é a participação das aulas e a interação com outros colegas respeitando sempre seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Física. Educação Física.



INFLUÊNCIA DO USO DA REDE SOCIAL *INSTAGRAM* NA IMAGEM CORPORAL DE ADOLESCENTES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Juscilane de Almeida Duarte* (Autora principal); Ilze Nobre de Mesquita* - (Coautora); Francisco Alisson Pereira Gurgel* - (Coautor); Francisca Dalila Paiva Damasceno de Lima* - (Coautora); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Estudos em imagem corporal têm identificado uma alta frequência de adolescentes insatisfeitos com a estética de seus corpos. Insatisfação que pode ser advinda de vários fatores, como por exemplo: fase da adolescência, relações interpessoais e influência de mídias sociais. A utilização de mídias sociais elevou-se significativamente em todo mundo nos últimos anos. Arelada à constante veiculação de padrões corporais inalcançáveis, projeta nos usuários a necessidade de assemelhar-se a esse padrão com vistas à aceitação social. **Objetivo:** Nessa perspectiva, objetivou-se analisar a influência do uso da rede social Instagram na imagem corporal de escolares do Ensino Fundamental Anos Finais. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza descritiva com abordagem quantitativa. Foi realizado no mês de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Foi realizado no mês de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. A amostra foi composta por 100 alunos do Ensino Fundamental Anos Finais de uma escola pública na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Para a coleta de dados foi utilizada Escala de silhuetas para adolescentes e um questionário de autoria própria sobre a rede social Instagram, a fim de avaliar o grau de satisfação corporal dos alunos e a influência que a rede social pode ter nesses graus de satisfação. Os dados coletados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel 2013 para Windows. A análise das respostas e o cálculo de prevalência foram realizados através da estatística descritiva. **Resultados:** O grau de satisfação corporal foi avaliado pela escala de silhuetas, apresentou que mais de 50% dos entrevistados se mostram insatisfeitos corporalmente e apresentou resultado insatisfatório. Já o segundo, questionário sobre Instagram, apresentou que 95,8% dos entrevistados apresentam algum tipo de preocupação retratada na rede social, apresentando também resultado insatisfatório. **Considerações Finais:** Cabe à Educação Física, como única disciplina a tratar diretamente da corporeidade, combater essa idealização de “padrão corporal ideal” imposta desde os primórdios na sociedade, mostrando a importância do papel do professor, na sua contribuição para formação de cidadãos conscientes e com senso crítico desenvolvido.

Palavras-chave. Imagem Corporal. Adolescente. Redes Sociais.



O USO DAS TDICS NAS AULAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Sara Carolina Carneiro Rodrigues* - (Autora principal).

RESUMO

Introdução: Com o surgimento do novo coronavírus se fez necessário adaptar os processos de ensino dos cursos de graduação de Licenciatura em Educação Física. Esse fato influenciou diretamente na vida acadêmica de alunos e professores, que passaram a utilizar as TDICs. **Objetivo:** Caracterizar as práticas pedagógicas utilizadas nos cursos de Licenciatura em Educação Física na cidade de Fortaleza Ceará, durante a pandemia de covid - 19, identificando os processos de ensino, as metodologias utilizadas pelos educadores, as dificuldades e potencialidades do ensino. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza descritiva com abordagem quantitativa realizado entre os meses de outubro de 2020 e julho de 2021. Utilizou-se como método de coleta de dados, um questionário de elaboração própria composto por 21 questões, o qual foi aplicado via Google Formulários. A amostra analisada foi composta por 34 professores, sendo 22 de uma instituição pública e 12 de instituição privada. Os dados foram tabulados e analisados de forma digital em uma planilha do Microsoft Excel 2013 para Windows, na qual foi aplicada a estatística descritiva. **Resultados:** Os resultados apontam que o método de ensino mais utilizado pelas instituições foi o remoto. A metodologia de ensino mais utilizada foi a ativa. A plataforma mais empregada foi o Google Meet. Os métodos Avaliativos aplicados com maior frequência foram as avaliações objetivas e os seminários. Os benefícios prevalentes relatados pelos docentes foram: Possibilidades de inovações nas aulas e proporção de novos desafios. Por fim, as dificuldades mais mencionadas foram a fácil dispersão dos alunos e a baixa qualidade da conexão da internet. **Considerações finais:** Neste sentido, considera-se que, apesar da imposição emergencial da utilização do meio virtual como plataforma de ensino e da falta de suporte financeiro, os professores se adaptaram às demandas de ensino remoto e apontam que o aprendizado gerado se faz significativo.

Palavras-chave: Ensino- aprendizagem. Educação Superior. Educação Física. Pandemia.

“PASSEM A BOLA PRAS MENINAS”: RELAÇÕES DE PODER ENTRE GÊNEROS NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Yara Morgana Lopes Lima* - (Autora principal); José Jander Teixeira de Oliveira* - (Coautoria); Ana Luísa Batista Santos* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Mulheres, quando meninas, tiveram seu cotidiano mediado por modelos de comportamento mais delicados e dóceis, pouco capazes de tomar decisões e muito ligados a papéis submissos e secundários. Já os homens, quando meninos, tiveram escolhas diferentes, comportamento decididos, agressivos e provedores. Foi-lhes enraizada a crença na existência de um homem forte, esperto, corajoso, viril, invulnerável às angústias, inseguranças e fragilidades da vida. Porém, docentes percebiam a exclusão das mulheres e tentavam remediar, pois deve-se educar sob preceitos indiscriminatórios de dispositivos legais como a Constituição Federal (artigos 3 e 277), Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei de Combate ao *Bullying* (Lei nº 13185/15). **Objetivo:** compreender como as relações de poder entre os gêneros masculino e feminino, nas aulas práticas, interferem na formação acadêmica d(o/a)s estudantes do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará (UECE). **Metodologia:** estudo dedutivo e observacional com abordagem qualitativa. Observou-se as aulas práticas de três disciplinas (A, B e C) durante o mês de agosto de 2019. As disciplinas foram passíveis de observação, atendendo às intenções da pesquisadora por serem disciplinas obrigatórias e possuírem maior volume de aulas práticas, possibilitando maior imersão no campo e no objeto de estudo da pesquisa. A população do estudo foi composta pel(o/a)s estudantes do curso de Licenciatura em Educação Física da UECE, matriculados nas disciplinas que foram observadas. Foram incluídos (o/a)s discentes de ambos os gêneros que participaram efetivamente das aulas. A preferência pelos gêneros masculino e feminino deve-se a maior probabilidade de identificação da amostra. Durante a observação, foram produzidos diários de campo com anotações referente aos comportamentos observados. No começo das observações, foi solicitada a autorização e consentimento nas aulas d(o/a)s docentes das disciplinas escolhidas para a pesquisa. Três observadas e três observados foram convidados a participarem de uma entrevista semiestruturada, para aprofundamento da temática. Os diários de campo, referente às observações, e as transcrições das entrevistas passaram por uma análise de conteúdo. **Resultados:** Somente um aluno entrevistado pareceu não perceber situações de domínio e submissão presentes nas relações de poder entre os gêneros masculino e feminino em sua totalidade dentro da experiência em que vive no campus. No entanto, percebe durante as aulas práticas. O outros entrevistados percebem as situações tanto dentro quanto fora das aulas práticas e parecem posicionarem-se contra as desigualdades. As relações de poder entre os gêneros masculino e feminino, nas aulas práticas, não parecem interferir de modo significativo na formação acadêmica d(o/a)s estudantes do curso de Educação Física da UECE. **Considerações Finais:** Contudo, não ter aulas direcionadas à discussão de gênero é uma lacuna na formação de licenciad(o/a)s em Educação Física que atuarão nas escolas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Relações Interpessoais. Estudos de Gênero. Análise de Gênero.

PRÁTICAS AVALIATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO: VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO

Lucas Souza Silva* (Autor principal); Antonio Evanildo Cardoso de Medeiros Filho* (Orientador).

RESUMO

Introdução: O processo de avaliação da aprendizagem é caracterizado como um conjunto de possibilidades pedagógicas de acompanhamento e obtenção de respostas para orientação e reorientação dos objetivos e metodologias de ensino. No que concerne ao componente curricular de Educação Física, esta realidade não é diferente, uma vez que o componente é reconhecido como obrigatório para a Educação Básica, ou seja, deve estar presente nos currículos escolares da Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, as discussões acerca dos instrumentos de avaliação, objetivos e metodologias de ensino tornam-se essenciais para promover uma educação integral e fundamentada em princípios éticos, morais e de cidadania. **Objetivo:** validar um questionário acerca das práticas avaliativas utilizadas pelos professores de Educação Física no Ensino Médio. **Metodologia:** Trata-se de uma validação de conteúdo de um questionário. Recorremos ao método de Índice de Validação de Conteúdo (IVC) na qual faz-se necessária a avaliação de *experts* (juízes) na área temática do instrumento. A literatura científica ressalta a necessidade de 5 a 10 indivíduos para compor o quadro fixo de juízes e efetivar processo de validação. Neste ínterim, convidamos o quantitativo de 10 juízes a partir de uma “carta convite”, cuja média de idade é 32 ($\pm 4,0$) anos, com tempo médio de experiência de 8,2 ($\pm 2,9$) anos, sendo 1 com titulação de doutor e os demais com titulação de mestre. É importante mencionar que o processo de validação do instrumento ocorreu no segundo semestre de 2020. **Resultados:** a primeira versão do questionário apresentava 43 itens que, após as múltiplas contribuições dos juízes, passou a conter 45 itens distribuídos em 4 seções: i) Caracterização dos participantes; ii) Objetivos de ensino; iii) Práticas e metodologias de ensino e iv) Avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Ressaltamos que o IVC total foi de 97,7%, o que repercutiu na validação do instrumento considerando a compreensão, relevância, fidedignidade, discussão e análise crítica. **Considerações Finais:** concluímos que foi possível validar um questionário acerca das práticas avaliativas utilizadas pelos professores de Educação Física no Ensino Médio. O instrumento em tela pode proporcionar à comunidade docente, discente, gestores institucionais e aos interessados na temática uma possibilidade de estruturar estudos/pesquisas acadêmico-científicas e fomentar as discussões acerca da temática de avaliação nas aulas de Educação Física no Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Básica. Aprendizagem. Avaliação. Professor.

A RESSIGNIFICAÇÃO DAS GINÁSTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ana Clarice Sousa do Nascimento* - (Autora principal); Ilze Nobre de Mesquita* - (Coautoria); Vitória Monteiro Monte de Oliveira* - (Coautoria); Livia Marques Quixadá* - (Orientadora).

RESUMO

Introdução: No início do ano de 2020, o mundo precisou parar devido a uma pandemia avassaladora, caracterizada pela proliferação descontrolada de um vírus chamado de Coronavírus. Ao considerar que o isolamento social limita as práticas corporais em ambientes externos e com a interação social, reconheceu-se a viabilidade das práticas gímnicas. A população brasileira desenvolveu diferentes métodos de realizar suas tarefas diárias em casa para se manter ativa. A disseminação de conhecimentos sobre a prática de exercício físico nas redes sociais é ampla no mundo digital. Contudo, faz-se necessária a seleção adequada e segura desse conteúdo por parte dos usuários. O acesso a uma orientação inadequada de práticas podem gerar riscos à saúde dos indivíduos, tornando-se assim necessária a intervenção de profissionais de educação física no ambiente digital. **Objetivo:** Ressignificar a ginástica como alternativa de prática corporal no período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19. **Metodologia:** Desenvolveu-se um estudo descritivo com abordagem quantitativa a fim de explorar as diferentes alternativas para a prática de ginásticas compartilhadas no Instagram durante período de quarentena. Para tanto, a amostra foi composta por 100 vídeos e questionários de usuários residentes no Brasil. A seleção dos participantes deu-se por meio da definição das seguintes hashtags: #quarenteino #quarenteinou e #treinoemcasa. Após a seleção dos vídeos, entrou-se em contato com os sujeitos para aplicação do questionário via a plataforma Forms Google. **Resultados e Discussão:** Verificou-se que a modalidade ginástica é uma das práticas corporais mais realizadas pelos participantes da pesquisa antes e durante a pandemia. Assim como, os achados indicam uma ressignificação da prática, tendo em vista que dentre todas as modalidades relatadas foi a que obteve maior índice de migração. **Conclusão:** A ginástica foi mais requisitada durante o isolamento social, por ser uma modalidade viável para ser executada no ambiente domiciliar e por não necessitar de equipamentos específicos. Porém, alguns entrevistados não identificam em qual categoria de ginástica sua prática se encaixava, sendo então, um fator que contribuiu para a comprovação de sua ressignificação. As novas tecnologias e acesso a internet podem possibilitar aos indivíduos práticas sem orientações precisas. Sugere-se mais investigações na área para a melhores intervenções dos profissionais de educação física.

Palavras-chave: Ginástica. Isolamento Social. Exercício Físico. Pandemia.

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA DANÇA E OS MÉTODOS DE ENSINO

Laryssa Costa Barbosa da Silva* (Autora principal); Ana Paula Pinheiro da Silva* (Coautora); Francisco Eduardo Chayn Alves* (Coautor); Ana Karênina Sá Fernandes* (Orientadora).

RESUMO

Introdução: Ao longo da história humana os rituais de dança estiveram atrelados ao estilo de vida e cultura de muitos povos e desde os primórdios da humanidade a Dança é considerada como instrumento de comunicação por sua especificidade enquanto linguagem corporal. Apropriando-se desse fenômeno da Dança enquanto cultura corporal do movimento é que a Educação Física vem disseminando-a no processo de ensino-aprendizagem, não somente como estratégia para desenvolver e/ou aprimorar habilidades motoras, mas também como recurso que possibilita trabalhar conceitos de forma multidisciplinar. **Objetivo:** Diante disso, a presente pesquisa buscou investigar quais são as metodologias utilizadas no ensino da Dança. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática, na qual realizou-se buscas em três bases de dados: LILACS, SciELO e PubMed/MedLine. Foram incluídas pesquisas com ênfase na relação dança, cultura e sociedade, sem distinção de país/línguas. Excluiu-se dessa pesquisa obras antecedentes ao ano de 2016, incluindo os artigos até o ano de 2018. Os descritores utilizados para esta revisão sistemática foram na língua portuguesa: “Dança e métodos de ensino”; e na língua inglesa foram: “Dance and teaching methods”. Uma escala de qualidade metodológica foi utilizada nos artigos incluídos e todo o método foi avaliado aos pares. **Resultados:** Foram identificados 28 artigos científicos que após a triagem (leitura do título) restaram 07 artigos e na aplicação da etapa da elegibilidade (leitura do resumo e trabalho completo) restaram 05 trabalhos que foram incluídos na revisão sistemática e que contemplavam a temática investigada. Os artigos incluídos tiveram como objetivo identificar métodos capazes de otimizar o ensino de Dança em variados ambientes, instrumentos e públicos. **Considerações finais:** Conclui-se que os métodos de ensino da Dança seja criativo seja técnico (uso de: projeto, equipamentos acústicos, guias e espelhos) são pautados no planejamento e na aplicação de aulas para que possam facilitar tanto a execução da Dança, a relação professor-aluno por considerar a realidade, diversidade e interesses dos sujeitos em diferentes contextos como também no intuito de proporcionar melhorias na autonomia, criticidade e engajamento dos praticantes.

Palavras-chave: Educação Física. Dança. Processo de ensino-aprendizagem.



UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Letícia Lopes Marques* - Discente em Educação Física (UECE); Ana Luísa Batista Santos* - Mestra em Saúde Coletiva (UECE).

RESUMO

Introdução: Devido a pandemia provocada pelo novo coronavírus, as aulas de todo o sistema educacional brasileiro passaram a ser realizadas de forma remota. Desta forma, é possível perceber que com esse novo modelo de “sala de aula”, há uma maior dispersão e ausência de compromisso por parte dos alunos, desafiando o professor a tornar o ambiente on-line interativo e dinâmico, despertando o interesse e a motivação dos alunos. Nesse sentido, a professora orientadora e a monitoria da disciplina de Políticas públicas e gestão da educação e do esporte escolar do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Ceará (UECE) resolveram utilizar das metodologias ativas na busca de um processo de aprendizagem significativo, relevante e criativo. **Objetivo:** relatar a experiência da monitoria na utilização da metodologia ativa durante as aulas. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência. **Resultados:** Durante a vigência da monitoria, encontrou-se na metodologia ativa uma estratégia eficaz tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto na participação efetiva e boa receptividade da turma, nos momentos síncronos e assíncronos. Visto que o horário da aula acontecia no começo manhã, foi aplicada como metodologia ativa, a execução da Ginástica Laboral (GL) aplicada pela monitora no começo das aulas, proporcionando um momento de alongamento e soltura das articulações, melhorando a concentração, a energia, a disposição e reduzindo a fadiga e o estresse dos alunos. A prática da GL foi bem aceita pelos alunos, visto que obteve-se feedback positivo dos mesmos, como: ligar a câmera para participar mais ativamente da atividade proposta e sugerir músicas para serem utilizadas durante esse momento. Como a presente turma não possuía maiores dificuldades em acessar a internet, utilizou-se de diversas ferramentas digitais, como: Padlet, Classroom; outras salas de aula no Google Meet durante a aula, para interação dos alunos em grupo; Poll Everywhere e Google Formulários. Observou-se que a cada nova ferramenta utilizada, a maioria dos alunos estava, de fato, mais comprometido com as atividades assíncronas e mais participativos nas aulas síncronas. **Considerações Finais:** Desse modo, verificamos que o uso da metodologia ativa obteve o êxito previsto, bem como, a utilização das ferramentas digitais, que são um recurso valioso para o ensino remoto, tornando a aula dinâmica e proporcionando trocas significativas de conhecimento entre os próprios alunos e o professor.

Palavras-chave: Ensino remoto. Metodologia Ativa. Ferramentas Digitais.

**Trabalhos da 1ª Jornada de Nutrição do
Vale do Jaguaribe**



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE COLETIVA

**EFEITO DA DIETA DASH COMO ABORDAGEM NUTRICIONAL EM PACIENTES
ADULTOS HIPERTENSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.**

EFFECT OF THE DASH DIET AS A NUTRITIONAL APPROACH IN HYPERTENSIVE
ADULT PATIENTS: A SYSTEMATIC REVIEW.

Mayna de Araújo Rodrigues¹ (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - maynarodrigues@hotmail.com); Dariany Guedes Nogueira² (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - darianyguedesn2@hotmail.com); Jonas Rodrigues Teixeira³ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - jonasr00@hotmail.com); Esaú Felipe de Assis⁴ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - esauufelipe@gmail.com); Paloma Kathleen Moura Melo⁵ (Professora do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - paloma.melo@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo verificar estudos disponíveis na literatura que evidenciem o efeito da *Dietary Approaches to Stop Hypertension* como abordagem nutricional em adultos hipertensos. Trata-se de um estudo de revisão sistemática, realizado no mês de outubro de 2020 através de buscas nas bases de dados Cochrane Library, Embase, Web of Science, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Science Direct e Medline Daily Update (Ovid), nos idiomas português, inglês e espanhol. De maneira independente, duas pesquisadoras realizaram a busca nas bases de dados, selecionando os artigos através dos títulos, mediante os critérios de elegibilidade e exclusão predefinidos. Após a triagem e seleção dos artigos, três estudos randomizados foram incluídos na revisão, resultando num total de 974 indivíduos com uma média de idade de 44 a 61 anos. Todos os estudos comprovam os benefícios da dieta DASH ao demonstrar além da redução da pressão arterial, benefícios como a redução do teor de gordura em pacientes com sobrepeso, a diminuição da glicemia de jejum, da insulina e das concentrações de leptina no sangue, além de expressiva melhora nos valores do colesterol total e do HDL. Diante dos resultados obtidos na pesquisa, a adesão à dieta DASH se configura como uma estratégia eficaz para manutenção e controle dos níveis pressóricos de pacientes com diagnóstico de hipertensão, além de ser considerada uma estratégia não medicamentosa eficaz para prevenção da hipertensão em pacientes saudáveis, demonstrando também uma melhora nos fatores de risco cardiovasculares e metabólicos.

Palavras-chave: consumo alimentar; hipertensão arterial; dieta DASH.



1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o padrão alimentar da população passou por grandes mudanças em decorrência do processo de industrialização vivenciado tanto no Brasil como no mundo, podendo ser observadas alterações no estilo de vida, nas condições sociais, econômicas e demográficas. Em decorrência dessas mudanças, as escolhas alimentares passaram a incluir cada vez mais alimentos industrializados e ultraprocessados, fato este que acabou contribuindo para o surgimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), sendo que estas foram consideradas a principal causa de morte no Brasil e correspondem a 74% das taxas de mortalidades no país (BÔA, 2017).

Dentre as DCNT, destaca-se a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) como a patologia de maior prevalência na idade adulta, elevando as chances de desenvolvimento conforme o aumento da idade devido aos próprios processos fisiológicos decorrentes do envelhecimento e mediante alguns fatores de risco, que quando combinados entre si acabam elevando as chances de desenvolvimento da patologia, no qual pode-se destacar o sedentarismo, a obesidade, o alcoolismo, o tabagismo, o

consumo de alimentos industrializados e principalmente, o alto teor de sódio desses alimentos (IBIAPINA, 2014).

Desse modo, é imprescindível implementar na rotina diária uma estratégia nutricional eficaz para o controle e prevenção da hipertensão arterial, uma vez que estudos realizados têm comprovado a redução dos níveis pressóricos de pacientes hipertensos através dessa abordagem nutricional, se fazendo necessário a realização de intervenções que demonstrem a importância da adesão à dieta DASH como forma de complementar o tratamento da hipertensão e prevenir outras comorbidades provenientes dessa patologia (BRICARELLO L, et al., 2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura, baseado nas diretrizes metodológicas estabelecidas pelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols (PRISMA) e pelo manual de Diretrizes metodológicas para elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados do Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nos estudos foram semelhantes entre si, já que os três relatam a diminuição dos níveis pressóricos através da administração da dieta DASH, no entanto, além da diminuição da PA, outros benefícios foram encontrados mediante a realização da intervenção.

No primeiro estudo, além da redução da PA, foi prevista a redução do risco de doença arterial coronária em um período estimado de 10 anos. No segundo, a combinação da ingestão reduzida de sódio e a dieta DASH reduziu a pressão arterial sistêmica em toda a faixa de hipertensão pré e estágio 1, com reduções progressivamente maiores em níveis mais elevados de PAS, demonstrando que a associação da redução do sódio à dieta DASH potencializa os resultados. Já no terceiro estudo, a pressão arterial foi reduzida, havendo ainda uma diminuição significativa do teor de gordura corporal, da glicemia de jejum, da insulina e nas concentrações de leptina, contribuindo para uma melhora dos fatores de risco cardiovascular e metabólico.

Os estudos envolvidos na construção da presente pesquisa enfatizam o controle e a redução dos níveis pressóricos

através da adoção da dieta DASH tanto em pacientes que fazem uso de medicação para controle da pressão arterial como em pacientes que não fazem uso, demonstrando a eficácia dessa conduta nutricional em ambos os casos, sendo inclusive uma alternativa (KUCHARSKA et al., 2018).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências sugerem que a adoção de uma dieta estilo DASH se configura como uma estratégia eficaz para manutenção e controle dos níveis pressóricos de pacientes com diagnóstico de hipertensão, podendo ser considerada uma estratégia não medicamentosa eficaz para prevenção da hipertensão em pacientes saudáveis.

Paralelamente, pacientes com sobrepeso e obesidade também podem se beneficiar da DASH, visto que o peso e a gordura corporal, os níveis como glicemia de jejum, de insulina e das concentrações de leptina no sangue demonstraram uma melhora significativa, regulando aspectos metabólicos essenciais ao bom funcionamento do organismo e promovendo uma melhor qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, que foi minha maior força nos momentos de dificuldade. Aos meus pais, meus maiores incentivadores, sem eles, nada disso seria possível. Gratidão por colocarem esperança, amor e fé no meu coração.

5 REFERÊNCIAS

BÔA, Verônica Rodrigues Fonte. **Avaliação de produtos industrializados quanto ao uso de aditivos alimentares.** 2017.

BRICARELLO L, et al. **Abordagem dietética para controle da hipertensão: reflexões sobre adesão e possíveis impactos para a saúde coletiva.** Ciência e saúde coletiva, 2020; 25(4): 1421-1432.

IBIAPINA, Daniela Fortes Neves; SANTOS, Alessandra Nascimento; DE OLIVEIRA, Layenne Nathanna Rodrigues. **Conhecimento dos pacientes com hipertensão arterial sobre a quantidade de sódio presente nos alimentos.** Revista Interdisciplinar, v. 6, n. 4, p. 75-85, 2014.

KUCHARSKA, Alicja, et al. **"The impact of individualised nutritional therapy according to DASH diet on blood pressure, body mass,**

and selected biochemical parameters in overweight/obese patients with primary arterial hypertension: a prospective randomised study." *Kardiol Pol* 76.1 (2018): 158-165



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde

Guia Prático de Alimentação Saudável para a Terceira Idade

Bianca da Silva Sena¹

Nádia do Nascimento Oliveira²

Maria Olívia Lima Chagas³

Meryellen Ferreira da Fonseca Silva⁴

Ana Cristina Pereira da Silva⁵

Maria Micaele da Silva Rodrigues⁶

Paloma Katlheen Moura Melo⁷

Informações do autor

¹ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: bianca.sena@fvj.br

² Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: nadia.oliveira@fvj.br

³ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: maria.olivia@fvj.br

⁴ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: meryellen.fonseca@fvj.br

⁵ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: crisrina.silva@fvj.br

⁶ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: micaele.rodrigues@fvj.br

⁷ Docente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: paloma.melo@fvj.br

RESUMO

Introdução: A população idosa é um dos públicos que nos últimos anos mais vem crescendo e de forma acelerada. Embora sejam dados expressivos e de conhecimento da sociedade, esse grupo etário ainda é exposto a falta de cuidados apropriados. Diante disso, percebe-se que muitos não tem conhecimento de certas informações, como seus direitos, como vivenciar e aproveitar de maneira saudável e ativa esse ciclo da vida. **Objetivo:** Informar e auxiliar o público idoso de forma lúdica e compreensiva quanto a seus direitos e vivenciamento da terceira idade de forma saudável. **Metodologia:** Desenvolveu-se uma cartilha no aplicativo Canva para toda estruturação, com auxílio do aplicativo Zepeto para o fornecimento de imagens. A cartilha

dispõe de 6 tópicos, que são estes, Direito dos Idosos, Vivendo Bem a Terceira Idade, Como Deve Ser a Alimentação, Cuidados Para a Prevenção do COVID-19, Jogos Educativos e Telefones Úteis. Resultados obtidos: Houve compreensão e facilitação dos pontos abordados na cartilha, passando as informações de maneira facilmente compreensível e instigando o interesse e a adaptação a um melhor e mais saudável estilo de vida, assim, alcançando os objetivos esperados. Conclusão: O público da terceira idade juntamente com o seu crescimento vem cada vez mais com o desejo de estar por dentro de assuntos que lhe dizem respeito. Em vista disso, o Guia Prático de Alimentação Saudável Para a Terceira Idade, vem como um forte aliado na construção desse conhecimento e no auxílio quanto a melhora da qualidade de vida desses indivíduos.

Palavras-chave: terceira idade, alimentação saudável, cartilha, orientações.



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE COLETIVA

CRENÇAS E TABUS ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE BAIANO

**BELIEFS AND TABOOS ABOUT BREASTFEEDING IN A COUNTY OF SOUTHWEST
OF BAHIA**

**Beatriz de Oliveira Mauricio¹; Caroline Nascimento dos Anjos²; Tamires de Carvalho
Amorim¹; Deisiane Silva Souza²; Jerusa da Mota Santana¹**

Informações do autor

¹ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: biadieca@hotmail.com

² Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: canjos96@gmail.com

³ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: tamiresamorim.c@gmail.com

⁴ Enfermeira Coordenadora da Unidade de Saúde da Família Bernardo Muniz Ferreira, Jiquiriçá/BA. Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: deisisilva3@hotmail.com

⁵ Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: jersanutri@ufrb.edu.br

RESUMO

Introdução: O leite materno (LM) contribui positivamente com a saúde do binômio materno-infantil. Assim, preconiza-se o aleitamento materno exclusivo (AMEX) até os 6 meses de vida e de forma complementada até dois anos ou mais. A prática da amamentação é aprendida a partir de vivências da nutriz e suas subjetividades. É permeada por significados, incluindo crenças e tabus, que podem repercutir negativamente na continuidade do AMEX. **Objetivo:** Caracterizar crenças e tabus acerca do aleitamento materno que interferem na duração do AMEX de crianças em um município do sudoeste baiano. **Métodos:** Estudo transversal realizado com 72 crianças no município de Jequié-BA, em 2018. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado pelas genitoras após explicação dos objetivos e riscos do estudo. A coleta de dados constou na aplicação de questionário fechado com as genitoras, contendo informações sociodemográficas e da prática da amamentação. Os dados foram submetidos a análise descritiva pelo programa *Statistical Package For The Social Science for Windows*, versão 17.0. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob o número CAAE 80935617.7.0000.0055 e parecer n° 2.450.667 de 20/12/2017. **Resultados:** Majoritariamente, as genitoras eram casadas (41,3%), evangélicas (57,3%), adultas (80,0%), pardas (56,0%), com ensino médio completo (42,7%), e renda < 1 salário mínimo (38,7%). Identificou-se prevalência

de 36% de AMEX, sendo maior em crianças de 0-2 meses (70,4%) e menor em 4-6 meses (7,4%). A maioria amamentava independente de ser AMEX (89,3%). O que mais influenciou as mães a não praticarem o AMEX foi: acreditar que a criança chorava com fome pelo LM ser fraco (48%), a reinserção da genitora ao mercado de trabalho (9,3%) e o filho ter “enjoado” do peito (6,7%).

Conclusão: A interrupção precoce do AMEX é influenciado por crenças e tabus e envolve diversas complexidades do cotidiano da nutriz. Portanto, os profissionais de saúde e o fortalecimento das orientações nutricionais têm papel fundamental na reversão desse cenário.

Palavras-Chave: Mitos; Educação em saúde; Aleitamento materno

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

LUZ, Rosália Teixeira *et al.* DETERMINANTES DO DESMAME PRECOCE: REVISÃO INTEGRATIVA. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, v. 2, p. e11258-e11258, 2021.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Nutrição Clínica

**O PAPEL DA NUTRIÇÃO NO FORTALECIMENTO DO SISTEMA IMUNOLÓGICO
EM TEMPOS DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**THE ROLE OF NUTRITION IN STRENGTHENING THE IMMUNOLOGICAL
SYSTEM IN COVID-19 TIMES: INTEGRATIVE REVIEW**

Fernanda da Silva Ferreira

Paloma Katlheen Moura Melo

ffernanda.ferreiri@gmail.com

paloma.melo@fvj.br

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar evidências científicas disponíveis sobre a relação entre o papel da nutrição no fortalecimento do sistema imunológico no contexto da pandemia do COVID-19. Foi realizada uma revisão integrativa de estudos que relacionava intervenções nutricionais e o melhoramento do sistema imunológico para problemas respiratórios relacionando com o novo coronavírus. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Scopus, Bireme BVS, Science Direct e Scholar Google, nos idiomas inglês, espanhol e português. Após triagem e leitura dos estudos foram incluídos 4 artigos que atenderam os critérios de elegibilidade da pesquisa, no qual, dois estudos randomizados retratam a suplementação de vitamina E em idosos relacionando as infecções respiratórias, um estudo aborda a relação da deficiência de vitamina D associada ao aumento das infecções respiratórias e outro estudo apresenta a suplementação de glutatona, vitamina C e ácido α -lipoico, em pacientes diagnosticados com COVID-19. Diante dos estudos apresentados nota-se que é importante considerar que uma alimentação balanceada propicia uma melhor resposta imunológica podendo desempenhar um papel eficaz no fortalecimento do sistema imune e tratamento do novo coronavírus.

Palavras-chave: Nutrição. Imunidade. Coronavírus. Alimentação. Antioxidantes.

1 INTRODUÇÃO

O novo coronavírus nomeado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-COV-2) vem trazendo consequências a toda a população, ocasionando uma crise mundial

em todos os aspectos da sociedade, sendo considerado como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), considerando sua alta transmissibilidade e facilidade de disseminação, necessitando de medidas



sanitárias que visem controlar e erradicar a sua multiplicação (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, tendo em vista o aumento do número de casos e das taxas de transmissão, hospitalização e óbitos, além de medidas sanitárias, em tempos de COVID-19 torna-se importante verificar a importância da adoção de uma alimentação e obtenção de estilo de vida saudáveis, para fortalecimento e modulação do sistema imunológico (LIMA; SOARES, 2020).

Nutrientes como vitamina A, C, E e D, minerais como ferro, zinco e selênio quando em quantidades ideais desempenham um papel essencial na resposta imunológica, levando em consideração suas propriedades antioxidantes, atuam auxiliando no equilíbrio e fortalecimento da defesa imune (WU et al., 2019).

Tendo em vista a importância da alimentação saudável em proporções ideais de nutrientes e ação crucial dos micronutrientes como vitaminas, minerais e compostos funcionais que auxiliam na manutenção da saúde, melhorando a função imunológica e atuando na prevenção de doenças, torna-se importante o desenvolvimento de estratégias, orientações e intervenções nutricionais para a população que incentivem e conscientizem acerca da

importância de uma alimentação equilibrada em tempos de COVID-19 (GOIS et al., 2020).

Mediante a importância da atuação dos minerais, vitaminas e compostos bioativos que poderão auxiliar na prevenção de infecções respiratórias, podendo ter impacto no prognóstico da doença o presente estudo tem por objetivo apresentar evidências científicas disponíveis sobre a relação entre o papel da nutrição no fortalecimento do sistema imunológico no contexto da pandemia do COVID-19.

2 MATERIAIS E MÉTODOS OU METODOLOGIA

A busca para a seleção dos artigos foi realizada nas bases de dados: Scopus, Bireme BVS, Science Direct e Scholar Google, no período de março a maio de 2020.

Para serem realizadas as buscas foram utilizadas terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) por meio do acesso ao BVS, a partir do Mesh (Medical Subject Heading), para ser feita a busca das palavras-chaves, nos idiomas português, inglês e espanhol, usando os seguintes termos: “nutrição”, “imunidade”, “coronavírus”, “nutrition”, “immunity”,



“coronavirus” e “nutrición”, inmunidad” e “coronavírus”. Para a busca dos artigos foram realizados cruzamentos das palavras-chaves com operadores booleanos de pesquisa, usando a seguinte string: “Nutrição” AND “imunidade” AND “coronavírus”, nos idiomas português, inglês e espanhol.

Para elegibilidade da busca de dados foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Foram incluídos na pesquisa os artigos que atenderam os seguintes critérios: (1) Que relacionava a importância da nutrição no fortalecimento do sistema imunológico em tempos de COVID-19; (2) Ensaios clínicos randomizados com a realização de intervenções nutricionais para melhoria do sistema imunológico relacionados aos problemas virais; (3) Estudos com a suplementação de micronutrientes que desempenham papel essencial na prevenção de infecções respiratórias; (4) Nos idiomas português, inglês e espanhol, sem restrição na data de publicação; (5) Estudos que utilizavam a via de acesso oral para suplementação, em pacientes sintomáticos e assintomáticos; (6) Pesquisas desenvolvidas com pessoas com comorbidades e grupos de risco. Foram excluídos: (1) Artigos pagos; (2) Estudos

com animais e (3) Estudos que analisavam os micronutrientes, mas não relacionavam às infecções respiratórias.

Foram realizadas as buscas por dois avaliadores (FSF) e (DGN) de forma independente, tanto os títulos quanto os resumos de todos os estudos selecionados, usando os cruzamentos nos idiomas português, inglês e espanhol, fazendo a exportação para o software EndNote X9® para serem retiradas as duplicatas, em seguida os artigos foram organizados no Microsoft Office EXCEL®, para seleção de títulos que possuíam relação com a temática, sendo realizada juntamente com um revisor.

Posteriormente foi feita a leitura dos resumos dos títulos selecionados, para verificar se atendiam os critérios estabelecidos. Os estudos que atendiam os critérios de inclusão e apresentavam relevância foram selecionados para em sequência ser avaliado pelos dois avaliadores. Mediante a seleção dos títulos e leitura dos resumos, foram excluídos artigos que tratavam de assuntos que não possuíam relação com a temática, estudos de revisões sistemáticas e narrativas e estudos desenvolvidos com animais.



A seleção dos artigos foi direcionada relacionando as perguntas estruturadas da População, Intervenção, Comparação e Desfecho da presente pesquisa, onde a população atendia as pessoas com problemas respiratórios relacionadas ao COVID-19; os estudos randomizados com intervenção de suplementação de micronutrientes avaliando a sua eficácia na diminuição dos sintomas e redução da gravidade; a comparação estava relacionada entre o papel da nutrição e fortalecimento do sistema imunológico; o desfecho a relação entre a suplementação de micronutrientes e o COVID-19; com estudos transversais, experimental, observacional e estudo de caso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante aplicação das estratégias de buscas que foram descritas, por meio dos critérios de elegibilidade, foram encontrados 1.425 artigos, após serem retiradas as duplicatas ficaram 1.402. Posteriormente após leitura dos títulos foram encontrados 103 artigos que tinham relação com a temática, porém após leitura dos resumos foram excluídos 90 artigos, sendo incluídos 13 estudos, após leitura dos 13 artigos foram excluídos 9 estudos, pois um estudo, estava

em andamento, 3 pesquisas eram protocolos de suplementação e 5 pesquisas eram revisões de literatura, sendo selecionados 4 artigos que atenderam os critérios de inclusão, na qual, dois estudos apresentavam a suplementação de vitamina E em idosos relacionando as infecções respiratórias, um dos estudos retrata a relação da deficiência de vitamina D associado ao aumento das infecções virais e outro estudo apresenta a suplementação de glutatona, vitamina C e ácido α -lipoico em pacientes diagnosticados com COVID-19.

Diante dos estudos selecionados foram extraídos: 01. Dados como as características gerais (título, autores, ano de publicação); 02. Metodologia (tipo de estudo, geração de alocação, geração de sequência, ocultação); 03. Participantes (idade, número de participantes); 04. Grupo controle; 05. Resultados primários.

O aumento da incidência da gravidade da infecção causada pelo COVID-19 está relacionado a queda da resposta imunológica, podendo estar associada a inadequação do estado nutricional dos acometidos, diante desse fato torna-se importante considerar que além da adoção de medidas sanitárias, é importante avaliar o papel da nutrição no



melhoramento da resposta imunológica, podendo tornar-se uma forte aliada

Considerando os resultados obtidos na presente pesquisa, nota-se que apesar da suplementação de antioxidantes desempenhar papel crucial na melhora do sistema imunológico, torna-se extremamente importante reconhecer que é primordial o incentivo da adoção de uma alimentação saudável, com a preferência de alimentos naturais ricos em micronutrientes, em quantidades ideais, tendo em vista que para o fortalecimento do sistema imune além de considerar a suplementação de nutrientes específicos, deve-se considerar o processo de associação entre os mesmos para potencializar a sua ação no organismo (GOIS et al., 2020).

A presente revisão obteve limitações, tendo em vista que o estudo que verificou a relação da insuficiência de vitamina D, através da análise das concentrações séricas da vitamina, relacionando ao aumento das infecções respiratórias era observacional, sendo importante o desenvolvimento de ensaios randomizados para investigar os efeitos da suplementação da vitamina, podendo ser uma estratégia para o COVID-19 para prevenção e tratamento, e em relação ao estudo com a suplementação da glutatona,

vitamina C e o ácido α -lipoico teve limitações em razão da baixa qualidade metodológica e amostra pequena.

Portanto, diante das pesquisas limitadas e baixas evidências acerca da suplementação de nutrientes em pacientes diagnosticados com SARS-COV-2 é primordial o desenvolvimento de pesquisas que verifiquem a eficácia da terapia nutricional frente ao COVID-19. Nessa perspectiva torna-se importante considerar a alimentação saudável como medida que poderá auxiliar no fortalecimento do sistema imunológico, podendo favorecer para que o organismo produza uma melhor resposta diante da ação do vírus.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Diante dos estudos apresentados com a suplementação e verificação de micronutrientes, nota-se que os mesmos possuem propriedades antioxidantes que são fundamentais na modulação do sistema imunológico, contra agentes estranhos e infecções virais. No entanto, ainda possuem poucas evidências acerca da suplementação de nutrientes como terapêutica no SARS-COV-2, sendo necessário o desenvolvimento



de mais estudos para verificação da sua eficácia.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para diagnóstico e tratamento da COVID-19**. Brasília, Ministério da Saúde, 2020.

LIMA, Maria Raquel da Silva; SOARES, Ana Cibelli Nogueira. Alimentação saudável em tempos de COVID-19: o que eu preciso saber?/Healthy food in COVID-19 times: what do i need to know?. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 3980-3992, 2020.

GOIS, Bárbara Paixão de. et al. Suplementação e alimentação adequada no contexto atual da pandemia causada pela COVID-19. **Revista interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 3, p. 89-96, 2020.

WU, Dayong et al. Nutrition modulation of immune function: analysis of evidence, mechanisms and clinical relevance. **Frontiers in immunology**, Estados Unidos, v. 9, p. 3160, 2019.



CURSO: Saúde Coletiva

ÁREA: Saúde

O ÔMEGA 3 COMO AUXILIAR NO TRATAMENTO DE DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

**OMEGA 3 HOW TO ASSIST IN THE TREATMENT OF DEPRESSION IN
ADOLESCENTS: A SYSTEMATIC REVIEW**

Esaú Felipe de Assis¹ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: esauufelipe@gmail.com); Dariany Guedes Nogueira² (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: Darianyguedesn2@hotmail.com); Jonas Rodrigues Teixeira³ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: Jonasr00@hotmail.com); Mayna de Araújo Rodrigues⁴ (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: maynarodrigues@hotmail.com); Ma. Livia Guimarães do Couto⁵ (Professora do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: liviacoutonutri@gmail.com).

RESUMO

A depressão ao redor do mundo acaba sendo uma das condições de saúde mental que mais afetam a população e é a terceira principal causa de incapacidade do indivíduo, sendo importante ressaltar que a adolescência é considerada um período da vida de grande risco para o início da depressão, gerando resultados funcionais ruins ao organismo. Ainda que os antidepressivos tenham apresentado resultados no tratamento do (TDM) em adolescentes, há muitos pacientes que não respondem ao tratamento e em outros casos nem os adolescentes ou mesmo suas famílias aceitam participar do tratamento, portanto a busca por novas alternativas e benefícios psicológicos vem crescendo exponencialmente nos últimos anos, e uma dessas alternativas é o uso do ácido graxos ômega-3 (O3FA) no tratamento. Assim, esta revisão tem como objetivo de analisar os efeitos do ômega-3 no tratamento contra a depressão em adolescentes. O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática e foi baseado de acordo com protocolo PRISMA. A pesquisa foi realizada durante os meses de agosto a novembro de 2020. Os artigos analisados são oriundos das seguintes bases de dados eletrônicas: Cochrane wiley, PubMed, Scielo e Lilacs. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade foram selecionados 4 artigos de ensaio clínico randomizados para obtenção dos dados e foram obtidos uma população total de 151 jovens com a faixa etária entre 12 a 19 anos. A partir da análise dos artigos incluídos, observou-se que o ômega-3 apresentou melhoras no quadro clínico dos adolescentes com depressão. Conclui-se então que é preciso ter uma evolução significativa na busca de novos tratamentos no combate à depressão e é preciso aumentar o número de estudos que usam o ômega-3 como tratamento contra esse transtorno.

Palavra-chave: Adolescentes. Depressão. Ácidos graxos, ômega-3.



CURSO: Nutrição Coletiva

ÁREA: Saúde

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO EM ADULTOS COM DIABETES DO TIPO 2: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

FOOD AND NUTRITION EDUCATION AS A TREATMENT STRATEGY FOR ADULTS
WITH TYPE 2 DIABETES: A SYSTEMATIC REVIEW

Dariany Guedes Nogueira¹ (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: Darianyguedesn2@hotmail.com); Jonas Rodrigues Teixeira² (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: Jonasr00@hotmail.com); Mayna de Araújo Rodrigues³ (Graduada do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: maynarodrigues@hotmail.com); Esaú Felipe de Assis⁴ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: esauufelipe@gmail.com); Paloma Katlheen Moura Melo⁵ (Professora do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: palomakatlheen@hotmail.com).

RESUMO

A população mundial encontra-se em um novo perfil epidemiológico, tendo o Diabetes Mellitus (DM) como uma epidemia em processo, entretanto, o comportamento alimentar característico da população diabética encontra barreiras para se modificar quando adotados por longos períodos. Os maus hábitos alimentares e baixos níveis de atividade física da população após o processo de urbanização estão fortemente ligados ao aumento de diabéticos. No Brasil, os maus hábitos alimentares são refletidos no comportamento alimentar da população que é marcado pelo alto consumo de doces e industrializados, e reduzida ingestão de alimentos saudáveis, como legumes, verduras e frutas. Nessa perspectiva, o tratamento recomendado para os diabéticos é o com uso de medicamentos associados com mudanças nos comportamentos diários em busca do controle glicêmico. O objetivo do estudo é analisar a eficácia da EAN no controle glicêmico e comportamento alimentar em adultos com Diabetes do tipo 2. O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática elaborada metodologicamente conforme o manual de Diretrizes Metodológicas do Ministério da Saúde, e auxílio do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Protocols (PRISMA). A pesquisa foi feita no mês de novembro de 2020, em seis bases de dados, com o uso de palavras-chaves em inglês, português e espanhol. Duas colaboradoras ficaram responsáveis pela busca de dados, de forma independente, para que em seguida fizessem a análise da qualidade dos estudos. Os artigos inclusos nesta revisão contam com 293 participantes, de ambos os sexos, com idade entre 55 a 66 anos. Os grupos de intervenção dos estudos demonstraram eficácia em manter ou reduzir a glicemia das pessoas que estavam no grupo de intervenção, bem como a mudança positiva no comportamento alimentar, além disso o estudo de

menor eficácia foi o que se realizou sem a comprovação da presença do profissional nutricionista. A EAN com acompanhamento nutricional e por um período de tempo adequado é eficaz em controlar o índice glicêmico e mudar comportamentos alimentares dos participantes, proporcionando melhora na qualidade de vida de tais.

Palavras-chave: Diabetes do tipo 2. Adultos. Educação Alimentar e Nutricional.



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE COLETIVA

EFEITO DO USO DE SUPLEMENTAÇÃO PROTEICA, EM CONJUNTO COM EXERCÍCIO FÍSICO SOBRE CAPACIDADE FUNCIONAL E ESTADO NUTRICIONAL SARCOPÊNICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

**EFFECT OF THE USE OF PROTEIN SUPPLEMENTATION, TOGETHER WITH
PHYSICAL EXERCISE ON SARCOPENIC FUNCTIONAL CAPACITY AND
NUTRITIONAL STATUS: A SYSTEMATIC REVIEW**

Jonas Rodrigues Teixeira¹ Graduado em Nutrição na Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: jonasr00@hotmail.com; Dariany Guedes Nogueira² Graduada em Nutrição na Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: darianyguedesn2@hotmail.com; Mayna de Araújo Rodrigues³ Graduada em Nutrição na Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: maynarodrigues@hotmail.com; Esaú Felipe de Assis⁴ (Graduado do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale Jaguaribe e-mail: esauufelipe@gmail.com); Paloma Kathleen Moura Melo⁵ Professora do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: palomakathleen@hotmail.com.

RESUMO

Sarcopenia, caracterizada pela diminuição da massa muscular, baixa intensidade de força e redução do desempenho físico que acomete cerca de 30% da população idosa. Tendo em vista esses dados, o presente estudo buscou verificar o efeito da suplementação proteica, exercício físico sobre capacidade funcional e estado nutricional em idosos com sarcopenia. Trata-se de uma revisão sistemática realizada de acordo com o manual de diretrizes metodológicas para elaboração de revisão sistemática de metanálise de ensaios clínicos randomizados, e auxiliado com a ferramenta (PRISMA). A pesquisa foi feita através das bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – Bireme, Cochrane Library, Embase, Medline (Ovid), Science Direct (Elsevier) e Web of Science. Foram selecionados dois ensaios clínicos randomizados para a extração dos dados, em que foram randomizados 280 idosos a partir dos 60 anos de idade. Analisando os estudos selecionados, pode-se perceber que o exercício físico isolado tem um determinado auxílio na recuperação da massa muscular do idoso, levando a um aumento significativo da força e desempenho físico relacionando a capacidade funcional, tendo uma eficácia maior na execução de atividades domésticas gerais. Entretanto quando combinado os

exercícios com a suplementação proteica, os resultados podem ser melhores quanto à melhora do estado nutricional, em relação ao aumento de peso, diferente dos grupos que receberam o placebo. Portanto o uso da suplementação proteica tende a ser mais eficaz na melhora da capacidade funcional quando combinado com exercícios de resistência, e também pode ajudar a manter estabilizado e melhorar os benefícios relacionados ao estado nutricional sobre a sarcopenia no público idoso.

Palavras-chave: Idoso; Sarcopenia; Suplementos dietéticos; Proteína dietética; Exercício; Estado nutricional; Desempenho funcional físico;



BACHAREL EM NUTRIÇÃO

ÁREA: ALIMENTAÇÃO COLETIVA

DESCARTE INADEQUADO DO ÓLEO DE COZINHA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

IMPROPER DISPOSAL OF KITCHEN OIL: AN INTEGRATIVE

Nomes dos autores: Maria Olívia Lima Chagas¹, Aline Benevides Luz² e Livia Viviane Guimarães do Couto³.

Informações do autor

maria.olivia@fvj.br¹; alinne.luz@fvj.br; livia.couto@fvj.br³

RESUMO

O óleo de cozinha é um elemento de origem vegetal, e o resíduo do mesmo originário de residências, comércios e indústrias é um material poluidor que, quando descartado inadequadamente causa grandes impactos ao meio ambiente, sendo necessário a tomada de novas condutas que viabilizem a sua reciclagem, estimulando o equilíbrio entre os âmbitos ambientais, econômicos e sociais. Este estudo teve como objetivo conhecer as complicações causadas ao meio ambiente com descarte incorreto do óleo de cozinha utilizado em preparações e trazer através da literatura, soluções para o descarte seguro do mesmo.

Palavras-chave: Óleo de Cozinha. Segurança. Meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

O óleo de cozinha é um elemento de origem vegetal formado por ésteres de glicerol (triglicerídeos) e diversos ácidos graxos, tendo textura líquida, viscosa em temperatura ambiente, além de ter baixa solubilidade em água. O mesmo pode ser feito a partir de

algumas sementes como a soja tendo o Brasil como um grande produtor, mas também com do amendoim, girassol, babaçu, milho, canola, mamona e algodão, além da soja (RABELO; FERREIRA, 2008; RIBEIRO; SEREVALLI,2004,DABDOUB;BORTOLETO, 2006).

O resíduo do óleo de cozinha, gerado diariamente nos lares, indústrias e



estabelecimentos do país, através da desinformação da população, acabam sendo despejado diretamente em pias e vasos sanitários, indo parar nos sistemas de esgoto causando danos, como entupimento dos canos e o encarecimento dos processos das estações de tratamento, além de contribuir para a poluição do meio aquático, ou, ainda, no lixo doméstico ajudando no aumento das áreas dos aterros sanitários (CASTELLANELLI et al., 2007).

Foi instituída no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) através da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, tendo como objetivo principal impor para as empresas a necessidade da utilização dos processos de logística reversa, onde são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos”.

A pátria brasileira produz três bilhões de óleo vegetal por ano, tendo um consumo per capita em torno de 20 litros/ano (ECÓLEO, 2013) e, deste total, cerca de 90 milhões de litros de óleos usados são descartados de forma inadequada por mês, onde apenas 25% é reciclado (INSTITUTO TRIÂNGULO, 2013). Cada litro de óleo jogado no esgoto contamina cerca de um milhão de litros de água, o que equivale à quantidade que uma pessoa consome de água em aproximadamente 14 anos de vida (RABELO, 2008).

Quando jogado em solo, esse material compromete a capacidade de absorção da área, tendo como principal consequência, o menor aproveitamento da água da chuva, na reposição dos lençóis freáticos e menor capacidade de drenagem, favorecendo a ocorrência de enchentes, além da contaminação do solo tornando-o inadequado para uso (PARAISO AZEVEDO et al., 2009).

Em 1960 começou-se a surgir discussões sobre o reaproveitamento de materiais, pois havia uma preocupação com o rápido crescimento da sociedade e o que este poderia causar para o meio ambiente. Através disso, foi despertado o interesse pela reciclagem e pelo reaproveitamento de resíduos. Pois a reutilização de materiais, além de diminuir os resíduos, reduz, também, o uso de matérias primas na produção de novos produtos (BARBOSA et al., 2011).

De acordo com Reis et al., (2007), o óleo de cozinha usado retornado à produção, não só evita a depreciação do meio ambiente e os consequentes custos socioeconômicos, como também cumpre o papel de reter o gasto de recursos escassos, tais como os ambientais, humanos, financeiros e econômicos - terra, água, fertilizantes, defensivos agrícolas,



maquinário, combustível, mão de-obra, financiamento bancário, fator tempo, entre outros.

Diante do cenário apresentado, no qual são causados ao meio ambiente pelo descarte incorreto do óleo de cozinha, a reciclagem e o reaproveitamento do mesmo tornam-se alternativas viáveis e econômicas, pois, esse desperdício pode e deve ser transformado em benefício, trazendo grandes vantagens, evitando impactos ambientais e servindo de matéria prima na fabricação de diversos produtos. (GODOY et al., 2010).

O descarte seguro dos óleos usados em preparações culinárias é recomendado que o seja realizado por meio de armazenado em garrafas PET e posteriormente encaminhamento para algumas empresas ou ONG especializada neste tipo de coleta seletiva vinculadas com o local, assim como os postos de entrega voluntária, dessa forma esse óleo poderá ser reutilizado, portanto, de material para degradação do meio ambiente ele irá se transformar em matéria prima para outros produtos. Com base nessas informações, este estudo teve como objetivo conhecer as complicações com o descarte inadequado do óleo de cozinha usado e trazer através da literatura soluções para o descarte seguro do mesmo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, a pesquisa constitui um procedimento racional e sistemático cujo objetivo é, viabilizar as complicações com o modo do descarte inadequado do óleo de cozinha usado e trazer através da literatura soluções para o descarte seguro do mesmo.

O material empírico selecionado corresponde a artigos publicados em periódicos indexados, disponíveis, inicialmente, na base de dados: Scientific Electronic Library Online – Brasil - SCIELO – BR e posteriormente, em maior número no Google Acadêmico. Para operacionalizar a busca dos artigos, adotaram-se os seguintes descritores: Óleo de Soja. Segurança. Meio ambiente. Tal estratégia permitiu resgatar estudos sobre o tema proposto nesta investigação.

Foram incluídos 12 artigos publicados em periódicos indexados no período 2004-2019, em língua portuguesa, disponíveis na íntegra, e as publicações que apresentavam os descritores selecionados, sendo excluídos artigos que, embora coincidisse com os descritores adotados, não permitiram responder à pergunta do estudo por não tratar do tema em análise.



Contudo, após o levantamento do material, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão das publicações que constituiriam o substrato de análise em nossa pesquisa, conforme demonstrado de modo sintético no Figura 1.

Figura 1: Método para o Levantamento do Material



Fonte: Dados da Pesquisa

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DANOS QUE O DESCARTE INADEQUADO DO ÓLEO DE COZINHA USADO TRAZ AO MEIO AMBIENTE

Estabelecimentos comerciais e residências descartam o óleo de cozinha usado, de maneira inapropriado, sendo jogado em pias, vasos sanitários ou até mesmo no lixo comum, ele explica que pelo óleo ser mais denso do que a água, ele se mantém na superfície, com isso há a criação de barreiras que impedem a entrada da luz, dificultando o processo de oxigenação da mesma e comprometendo o meio aquático (ALBERICI, 2004).

É também enfatizado pelos autores que, além de contribuir para a poluição da base alimentar marítima, há também o entupimento das tubulações do esgoto fazendo com que seja necessária, a aplicação de diversos de produtos químicos para a sua remoção, prejudicando a vida de muitas espécies que vivem nesses habitats, também favorece eventos de enchentes e o encarecimento dos processos das estações de tratamento, ou, ainda, no lixo doméstico (CASTELLANELLI *et al.*, 2007).

3.2 DESCARTE SEGURO DO ÓLEO DE COZINHA

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2002), mediante diversas resoluções, determina que empresas recolham e destinem corretamente óleos e demais produtos químicos que possam causar danos ao meio ambiente. Com isso, recomenda-se que o óleo de cozinha usado seja filtrado e armazenado em garrafas PET, sendo encaminhado para empresas ou ONGs especializadas neste tipo de coleta seletiva, assim como postos de entrega voluntária, dessa forma, poderá acontecer o reaproveitamento desse óleo (SILVA, 2013).

Através da pesquisa foi observado que, o propósito do descarte seguro do óleo de cozinha, está plenamente vinculado com o processo de reaproveitamento do mesmo, pois, a reciclagem torna-se uma alternativa de grande valia, trazendo economia e sustentabilidade, com isso, esse resíduo

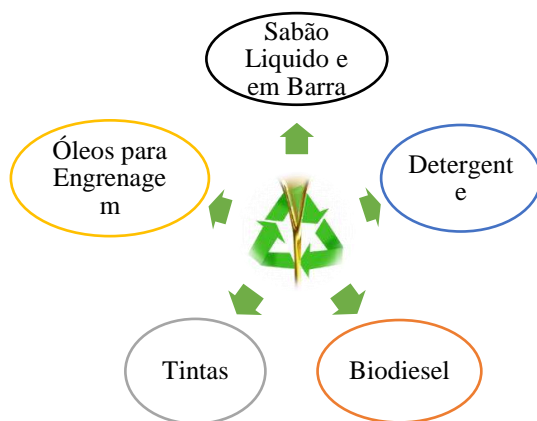


passa de degradador, para construtor de novos produtos, tais como sabões líquido e em barra, detergentes, tintas e óleos para engrenagens. (GODOY *et al.*, 2010).

3.3 ALTERNATIVAS PARA O REAPROVEITAMENTO DO ÓLEO DE COZINHA USADO

Segundo Reis *et al.*, (2007) o reaproveitamento do óleo de cozinha sujo é indispensável, pois, reverte o ciclo degradador do mesmo. E ao retornar a produção traz amplas vantagens, porque além de evitar grandes impactos ao meio ambiente, ele torna-se matéria prima para a fabricação de mercadorias vigentes, como demonstrado de modo lacônico na Figura 2.

Figura 2: Métodos de Reaproveitamento do Óleo de Cozinha



Fonte: Dados da Pesquisa

3.4 QUANDO NÃO HÁ A EXISTÊNCIA DE UMA EMPRESA VINCULADA PARA UTILIZAR O ÓLEO ARMazenado.

Quando não há uma empresa ou ONG agregada a para o descarte seguro do óleo usado e armazenado, o mesmo acaba ficando sem destino, entretanto, há a alternativa de influenciar os próprios usuários a reaproveitar esse óleo. Então compete ao responsável do meio ambiente do município ou da instituição, trazer de maneira sucinta informações sobre os impactos causados ao meio ambiente e despertar a sensibilização ao reaproveitamento do mesmo, por exemplo, na produção de sabão ou detergentes, os quais se destacam quando se fala de reutilização do óleo de cozinha sujo de modo simples e acessível, segue abaixo uma receita base e mais comum para a produção caseira do sabão com a utilização do óleo de cozinha usado (SILVA, 2010).

4. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração esses aspectos permitiu perceber os impactos negativos que o descarte inadequado do óleo utilizado para preparações traz ao meio ambiente, sabendo que, conforme o passar dos anos essas problemáticas irão crescer, se não forem aplicadas condutas cabíveis em relação ao assunto.



Através de diversos autores foi enfatizado a importância do cuidado com o manejo desse resíduo, desde o armazenamento ao encaminhamento para empresas, ONGs ou voluntários, assim como levantamento de alternativas para o reaproveitamento do óleo de cozinha sujo. No entanto, reconhece-se que ainda se faz necessário investir no desenvolvimento de mais pesquisas experimentais e inovação que permita a construção de novas evidências científicas em relação ao assunto. Contudo, acredita-se que este estudo conseguiu sistematizar o conhecimento já produzido na temática em questão

AGRADECIMENTOS

Agradeço as Professoras Aline Benevides Luz e Livia Viviane Guimarães do Couto que orientaram na elaboração desse trabalho, compartilhando seus conhecimentos e experiências.

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004**: Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2. Ed., 2004, 71p.

BORTOLUZZI, O. R. S. **A poluição dos solos e águas pelos resíduos de óleo de cozinha**. 2011. 36 f., il. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Goiás, Brasília, 2011.

CASSARO, C. *et al.* **Estudo e análise da destinação do óleo de cozinha e coleta nos**

empreendimentos turísticos de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 2012.

CASTELLANELLI, C. A. **Estudo da viabilidade de produção do biodiesel, obtido através do óleo de fritura usado, na cidade de Santa Maria – RS**. 2008. 92f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Impacto ambiental causado pelo descarte de óleo; Estudo de caso da percepção dos moradores de Maranguape I, Paulista – PE, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

LEAL, Anizio. **Gestão ambiental e o descarte do óleo de cozinha**: estudo de caso de empresas de alimentação e população do centro da cidade de São Sebastião, 2014.

NOGUEIRA, Guilherme Ribeiro; BEBER, Jeanette. **Proposta de Metodologia Para o Gerenciamento De Óleo Vegetal Residual Oriundo De Frituras**. Irati, Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2009.

PITTA JÚNIOR, O. S. R. *et al.*, **Reciclagem do óleo de cozinha usado**: uma contribuição para aumentar a produtividade do processo. 2 d International Workshop - Advances in Cleaner Production São Paulo, 2009.

RIZZO, M. R.; GASPARINI, S. T.; SILVA, N. F. **Óleo saturado e o problema ambiental**. Diário Noroeste. Colatina ES, 02 e 03 mar. 2013.



SANTOS, Renato de Souza. **Gerenciamento de**

Resíduos: coleta do óleo comestível. São Paulo,
Faculdades de Tecnologia de São Paulo, 2009.

SILVA, C. L. W. **Óleo de cozinha usado como
ferramenta de educação ambiental para alunos
do ensino médio.** 2013. 55 f. Monografia

(Especialização) - Curso de Educação Ambiental,
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,
2013.

ZUCATTO *et al.*, **Cadeia reversa do óleo de**

cozinha: coordenação, estrutura e aspectos
relacionais. Universidade Federal do Rio Grande
do Sul -Porto Alegre RS, 2013.



ANEXOS

INGREDIENTES	MODO DE PREPARO
<ul style="list-style-type: none">• 1 Litro de óleo de cozinha;• 170 gramas de soda caustica em escamas;• 300 ml de água;• 250ml de álcool;• 1 litro de água fervente;• 100 gramas de bicarbonato de sódio (opcional);• 10 litros de água em temperatura ambiente;	<ul style="list-style-type: none">• Em um balde, adicione os 300ml de água e a soda caustica. Misture até dissolver bem;• Em seguida adicione o óleo de cozinha na temperatura ambiente ou levemente aquecido. Misture bem por 5 minutos até a mistura engrossar um pouco;• Adicione todo o álcool e misture novamente por 5 minutos até formar uma pasta grossa;• Adicione aos pouco a água quente. Mexa bem vá adicionando a água aos poucos. Misture até ficar bem homogêneo e cremoso (cerca de 5 a 10 minutos);• Na sequência, transfira sua mistura para balde maior e adicione a água em temperatura ambiente. Vá misturando e incorporando bem a mistura na água.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde

Orientações Nutricionais para a Síndrome Metabólica

Nádia do Nascimento Oliveira¹

Meryellen Ferreira da Fonseca Silva²

Ana Cristina Pereira da Silva³

Anderson Silva de Assis⁴

Bianca da Silva Sena⁵

Cristiane Souto Almeida⁶

Informações do autor

¹ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: nadia.oliveira@fvj.br

² Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: meryellen.fonseca@fvj.br

³ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: crisrina.silva@fvj.br

⁴ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: anderson.assis@fvj.br

⁵ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: bianca.sena@fvj.br

⁶ Docente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: cristiane.souto@fvj.br

RESUMO

Introdução: A síndrome metabólica é uma doença caracterizada por distúrbios do metabolismo que propiciam o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes mellitus tipo 2 e as doenças cardíacas, e que está relacionada a obesidade abdominal, a dislipidemia e a resistência à insulina. Torna-se importante o conhecimento dessa patologia para evitar as suas complicações, por meio do tratamento de primeira escolha que tem como foco a perda de peso através de um plano alimentar, associado a atividade física. Dessa forma, melhora-se a qualidade de vida dos acometidos, evitando as complicações ou mesmo prevenindo a síndrome metabólica. **Objetivo:** informar ao público geral acerca da síndrome metabólica e propor orientações nutricionais para prevenir ou evitar seu progresso. **Metodologia:** foi elaborada uma cartilha por meio do programa Word, com informações sucintas separadas por tópicos sobre o que é a síndrome metabólica, doenças associadas, sintomas, fatores de risco, diagnóstico, tratamento e algumas orientações nutricionais, e foi ilustrada com imagens para que auxiliasse na compreensão, e também foi feito um vídeo, produzido no Canva e no InShot, que além das informações da cartilha, trazia três receitas para esse público. **Resultados obtidos:** Elucidou os aspectos relacionados a síndrome metabólica como doenças associadas, sintomas, fatores de risco, diagnóstico, tratamento e orientações

nutricionais para prevenção ou progresso, bem como encorajou práticas saudáveis. Conclusão: A síndrome metabólica é uma doença que merece atenção e esclarecimentos, portanto, a cartilha e o vídeo foram de suma importância para a divulgação de informações e de orientações nutricionais sobre a doença que ajudassem a evitar o seu surgimento e/ou agravamento.

Palavras-chave: síndrome metabólica, orientações nutricionais, distúrbios metabólicos, doenças crônicas.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Nutrição Clínica

**O IMPACTO DOS HÁBITOS ALIMENTARES NA MELHORA DO QUADRO
CLÍNICO DE SÍNDROME METABÓLICA**

**THE IMPACT OF EATING HABITS ON THE IMPROVEMENT OF THE CLINICAL
PICTURE OF METABOLIC SYNDROME**

Patrícia Cândido da Silva¹; Pedro Henrique de Oliveira Silva²;

Cíntia Aparecida Costa Menezes³; Larissa da Silva Gazola⁴; Renato Moreira Nunes⁵

¹ Graduanda em Nutrição da Universidade Federal De Juiz de Fora, Minas Gerais

² Graduando em Nutrição da Universidade Federal De Juiz de Fora, Minas Gerais

³ Graduanda em Nutrição da Universidade Federal De Juiz de Fora, Minas Gerais

⁴ Graduanda em Nutrição da Universidade Federal De Juiz de Fora, Minas Gerais

**⁵ Doutor em Biologia Molecular Estrutural. Professor do departamento de
Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais**

¹ patriciapfe278@gmail.com ⁵ renato.nunes@ufjf.br

RESUMO

Introdução: A síndrome metabólica (SM) é caracterizada pela associação de diversos fatores de risco que podem resultar no desenvolvimento de patologias, principalmente diabetes tipo II e doenças cardiovasculares. Sendo assim, o acompanhamento nutricional aliado às mudanças de hábitos alimentares pode contribuir para a redução significativa dos marcadores relacionados à SM. **Objetivo:** Revisar as evidências que confirmem a importância da intervenção nutricional na melhora do quadro clínico de pacientes com SM. **Materiais e métodos:** Realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Scielo, Pubmed e MedLine com os descritores: Síndrome metabólica, nutrição e alimentos em língua portuguesa e inglesa. Os critérios de inclusão foram artigos com relatos em seres humanos. **Resultados e discussão:** Foram selecionados 10 estudos que demonstraram a eficiência da mudança dos padrões dietéticos no controle dos determinantes que estão correlacionados a síndrome metabólica (SM) os mesmos apresentaram efeitos positivos na melhora expressiva da resistência insulínica, do perfil lipídico, das variáveis antropométricas, sobretudo com o aumento do consumo de polifenóis na alimentação, evidenciando que uma dieta baseada no consumo de frutas e hortaliças in natura teve impacto positivo no estado nutricional dos pacientes com SM. **Conclusão:** Apesar de existirem poucos estudos com ensaios clínicos, é possível observar que os padrões dietéticos impactam diretamente na síndrome metabólica. Desse modo, as mudanças nos hábitos alimentares contribuem positivamente para um melhor prognóstico dessa comorbidade.

Palavras-chave: Síndrome metabólica. Nutrição. Hábitos Alimentares. Intervenção Nutricional.



1 INTRODUÇÃO

A síndrome metabólica (SM) é caracterizada pela associação de diversos fatores de risco que podem resultar no desenvolvimento de patologias, principalmente diabetes tipo II e doenças cardiovasculares. Sendo assim, o acompanhamento nutricional aliado às mudanças de hábitos alimentares pode contribuir para a redução significativa dos marcadores relacionados à SM.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases Biblioteca Virtual em Saúde, Lilacs, Scielo, Pubmed e MedLine com os descritores: Síndrome metabólica, nutrição e alimentos em língua portuguesa e inglesa. Os critérios de inclusão foram artigos com relatos em seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 10 estudos que demonstraram a eficiência da mudança dos padrões dietéticos no controle dos determinantes que estão correlacionados a síndrome metabólica (SM) os mesmos apresentaram efeitos positivos na melhora expressiva da resistência insulínica, do perfil lipídico, das variáveis antropométricas, sobretudo com o aumento do consumo de polifenóis na alimentação, evidenciando que uma dieta baseada no consumo de frutas e hortaliças in natura teve impacto positivo no estado nutricional dos pacientes com SM.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existirem poucos estudos com ensaios clínicos, é possível observar que os padrões dietéticos impactam diretamente

na síndrome metabólica. Desse modo, as mudanças nos hábitos alimentares contribuem positivamente para um melhor prognóstico dessa comorbidade.

5 REFERÊNCIAS

COYNE, T. *et al.* Metabolic syndrome and serum carotenoids: findings of a cross-sectional study in Queensland, Australia. **Br J Nutr.** Dezembro de 2009; 102 (11): 1668-77.

CHIVA-BLANCH, G.; BADIMON, L. Effects of Polyphenol Intake on Metabolic Syndrome: Current Evidences from Human Trials. **Oxidative Medicine and Cellular Longevity.** Volume 2017, Article ID 5812401, 18 pages.

PANCHAL, S. K.; BLISS, E.; BROWN, L. Capsaicin in Metabolic Syndrome. **Nutrients,** 2018, 10, 630.

CASTRO-BARQUERO, S. *et al.* Dietary Polyphenol Intake is Associated with HDL-Cholesterol and A Better Profile of Other Components of the Metabolic Syndrome: A PREDIMED-Plus Sub-Study. **Nutrients,** 2020, 12, 689.

COYNE, T. *et al.* Metabolic syndrome and serum carotenoids: findings of a cross-sectional study in Queensland, Australia. Metabolic syndrome and serum carotenoids. **British Journal of Nutrition,** 2009, 102, 1668–1677.

KIM, J. *et al.* Low nutritional status links to the prevalence of pre-metabolic syndrome and its cluster in metabolically high-risk Korean adults. **Medicine,** 2021 100:20.



CHEN, J-P *et al.* Dietary Fiber and Metabolic Syndrome: A Meta-Analysis and Review of Related Mechanisms. **Nutrients**, 2018, 10, 24.

ZUJKO, M. E.; ROZNIATA, M.; ZUJKO, K. Individual Diet Modification Reduces the Metabolic Syndrome in Patients Before Pharmacological Treatment. **Nutrients**, 2021, 13, 2102.

KASPRZAK-DROZD, K. *et al.* Beneficial Effects of Phenolic Compounds on Gut Microbiota and Metabolic Syndrome. *Int. J. Mol. Sci.* 2021, 22, 3715.

GROSSO, G. *et al.* Dietary polyphenol intake and risk of type 2 diabetes in the Polish arm of the Health, Alcohol and Psychosocial factors in Eastern Europe (HAPIEE) study. **British Journal of Nutrition**, 2017, 118, 60–68.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde Coletiva

A IMPORTÂNCIA DO NUTRICIONISTA NA ATENÇÃO BÁSICA

THE IMPORTANCE OF THE NUTRITIONIST IN PRIMARY CARE

Ana Caroline Gonçalves Santiago¹

Maria Iohanna De Carvalho²

Paloma Kathleen Moura Melo³

¹ Nutricionista, egressa do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: caroline.santiago@fvj.br; ² Nutricionista, egressa do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: iohanna.carvalho@fvj.br; ³ Professora orientadora e coordenadora do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.melo@fvj.br.

RESUMO

Considerando o papel da alimentação como fator de proteção - ou de risco - para ocorrência de grande parte das doenças e das causas de morte atuais, considera-se que a inserção universal, sistemática e qualificada de ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde, integrada às demais ações já garantidas pelo SUS, poderá ter um importante impacto na saúde de pessoas, famílias e comunidades. A ação do nutricionista na atenção primária à saúde deve-se pautar pelo compromisso e pelo conhecimento técnico da realidade epidemiológica e das estratégias e das ferramentas de ação em saúde coletiva e essa oficina trás como objetivo ressaltar a importância da atuação do nutricionista no âmbito da atenção primária e enfatizar as ações estratégicas de alimentação e nutrição a serem realizadas na atenção primária em saúde, que devem considerar os seguintes elementos organizacionais: 1) Níveis de intervenção: gestão das ações de alimentação e nutrição e cuidado nutricional (englobando ações de diagnóstico, promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento/cuidado/assistência); 2) Sujeito das ações: o indivíduo, a família e a comunidade e 3) Caráter das ações: universais, tais como aquelas ações que visam à garantia da SAN e à promoção de alimentação saudável (aplicáveis a quaisquer fases do curso da vida).

Palavras-chave: Saúde coletiva; Intervenção nutricional; Atenção primária.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde

Cartilha Prática de Políticas Públicas: fortalecendo a ação nutricional na atenção básica

Maria Micaele da Silva Rodrigues¹

Ana Cristina Pereira da Silva²

Bianca da Silva Sena³

Maria Olívia Lima Chagas⁴

Meryellen Ferreira da Fonseca Silva⁵

Nádia do Nascimento Oliveira⁶

Paloma Katlheen Moura Melo⁷

Informações do autor

¹ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: micaele.rodrigues@fvj.br

² Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: crisina.silva@fvj.br

³ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: bianca.sena@fvj.br

⁴ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: maria.olivia@fvj.br

⁵ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: meryellen.fonseca@fvj.br

⁶ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: nadia.oliveira@fvj.br

⁷ Docente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: paloma.melo@fvj.br

RESUMO

Introdução: Políticas Públicas de Saúde são todas as ações e programas governamentais que visam melhorar as condições de saúde da população como um todo. Isso inclui tanto ações de serviços de atendimento, como de proteção e promoção da saúde. Por meio das políticas públicas é assegurado o direito e o acesso a alimentação adequada, que resulta em melhor qualidade de vida. Contudo, muitas pessoas não sabem da existência dessa políticas, inclusive muitos usuários da mesma, assim, foi elaborado uma cartilha explicando as principais políticas públicas que fortalecem as ações nutricionais na atenção básica. Objetivo: proporcionar conhecimento a população amparada pelas políticas públicas dos seus direitos a

assistência e a alimentação adequada que é assegurado por várias leis, afim que que possam recorrer a seus direitos em caso de falta de assistência e que possam usufruir integralmente de todos os benefícios dessas políticas. Metodologia : foi elaborada uma cartilha onde explica as 8 principais políticas públicas sobre alimentação e nutrição. Foi utilizado o aplicativo Canva para ilustrar a cartilha de forma a se tornar mais atrativo e didático. Resultados obtidos: a cartilha fortalece a ação nutricional na atenção básica, pois torna possível que a teoria e os ensinamentos por meios de tais ações possam ser colocados em prática por meio dos recursos proporcionados pelas políticas públicas. Conclusão: o conhecimento sobre as políticas proporciona maior segurança assistencial, uma vez que ao saber das leis e programas que amparam a população, em caso de falta de assistência, os usuárias de tais programas irão recorrer aos seus direitos com entendimento e segurança, de forma que seus direitos alimentares e nutricionais sejam cumpridos.

Plavras-chave: políticas públicas, alimentação, nutrição.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde

Kefir na manutenção da Microbiota Intestinal.

Ana Cristina Pereira da Silva¹

Anderson Silva de Assis²

Heloísa Figueiredo Costa³

Kamyla Rodrigues Batista⁴

Maria Olívia Lima Chagas⁵

Meryellen Ferreira da Fonseca Silva⁶

Nádia do Nascimento Oliveira⁷

Anielle Torres de Melo⁸

Informações do autor

¹Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: cristina.silva@fvj.br

²Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: anderson.assis@fvj.br

³ Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: heloisa.costa@fvj.br

⁴Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: kamyla.batista@fvj.br

⁵Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: maria.olivia@fvj.br

⁶Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: meryellen.fonseca@fvj.br

⁷Discente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ/ E-mail: nadia.oliveira@fvj.br

⁸ Docente do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/ E-mail: anielle.torres@fvj.br

RESUMO

Introdução: A microbiota intestinal ou flora intestinal, refere-se aos milhões de microrganismos, como vírus, fungos e bactérias, que habitam o trato gastrointestinal. Sua manutenção atua no controle da proliferação das bactérias maléficas ao nosso organismo e os probióticos atuam nessa manutenção, um exemplo é o Kefir. O Kefir é um alimento probiótico que ajuda a colonizar a flora intestinal com bactérias de boa qualidade para melhorar todo o funcionamento do sistema gastrointestinal. São uma colônia de microrganismos benéficos à saúde, que promovem a fermentação de bebidas e ajudam a regular o intestino. O consumo regular tem sido associado à melhora da digestão, tolerância à lactose, cicatrização, resposta

imunológica, resistência a doenças e prevenção de obesidade. Objetivo: Destacar a importância do uso do Kefir na manutenção da microbiota intestinal. Metodologia: Foi desenvolvido um folder informativo para destacar a importância da manutenção da microbiota intestinal e como o Kefir pode atuar. Neste folder, foi explicado o que é microbiota intestinal e o conceito de Kefir, além de destacar seus benefícios à flora intestinal e os tipos de Kefir que existem para o consumo. Ao final, foi anexado uma receita contendo o Kefir como ingrediente para incentivar o leitor a utilizar esse probiótico no seu dia a dia. Conclusão: O folder foi de suma importância para divulgar as informações sobre a utilização do Kefir e como ele atua na manutenção da microbiota intestinal.

Palavras-chave: kefir; microbiota intestinal; probióticos.



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: CLÍNICA

TÍTULO HIPERTENSÃO ARTERIAL

TITLE ARTERIAL HYPERTENSION

Nomes dos autores ALESSANDRA COSTA DOS SANTOS, GUSTAVO NOGUEIRA DA COSTA, MARCOS GERÔNICO LIMA SILVA, MARIA MICAELLE DA SILVA RODRIGUES

Informações do autor

alessandra.santos@fvj.br

gustavonog21@gmail.com

marcos.silva@fvj.br

RESUMO

A hipertensão arterial (HAS) é uma condição onde os se tem os níveis pressóricos continuamente elevados, produzindo de forma consistente lesão das artérias de grande, médio e pequeno calibre, bem como lesão do coração de diversas formas e de outros órgãos nobres como cérebro e rins. Se associa com alterações metabólicas podendo ser agravadas por fators de risco como dislipidemia, diabetes melitos, obesidade visceral e história familiar de HAS e outras doenças cardiovasculares precoce na família. Desse modo se tornou um dos mais importantes problemas de saúde da atualidade, representa também um fator de risco independente para todas as manifestações clínicas da aterosclerose e todas as doenças cardiovasculares. Seus sintomas mais comuns são dores de cabeça de intensidade variável, dores de cabeça acompanhada de náuseas, vômito, intolerância a luz e ao som, sonolência, sangramento nasal e cansaço. O tratamento leva em conta os valores da pressão arterial, a presença ou não de lesões em órgãos-alvo e fatores de risco cardiovascular associados, o sucesso do tratamento envolve uma equipe de saúde multiprofissional. As condutas nutricionais gerais se dão por meio de orientação nutricional com indicações de, beber do mínimo dois litros de água por dia, consumir carnes, aves, peixes magros, reduzir o consumo de carnes embutidas, empacotadas e artificiais, consumir frutas, verduras e legumes preferencialmente com cascas, consumir alimentos ricos em grãos integrais e fibras, evitar temperos prontos, evitar refrigerantes, utilizar fontes de gorduras boas nas preparações como o caso do azeite virgem e extra virgem. A promoção a alimentação saudável e a educação alimentar e nutricional, são fatores importantes para uma manutenção e prevenção do quadro dos portadores de HAS.

Palavras-chave: Hipertensão, Hipertensão arterial, Problema de saúde, Cuidado alimentar.



CURSO: Nutrição

ÁREA: Saúde Coletiva

PRÁTICAS ALIMENTARES DE CRIANÇAS MENORES DE SEIS MESES: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS MATERNS PARA A INTRODUÇÃO PRECOCE DA ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

MAIN MATERNAL REASONS FOR EARLY INTRODUCING COMPLEMENTARY FOOD IN CHILDREN UNDER SIX MONTHS

Caroline Nascimento dos Anjos¹; Beatriz de Oliveira Mauricio²; Tamires de Carvalho Amorim³; Deisiane Silva Souza⁴; Jerusa da Mota Santana⁵

Informações do autor

¹ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: canjos96@gmail.com

² Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: biadieca@hotmail.com

³ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: tamiresamorim.c@gmail.com

⁴ Enfermeira Coordenadora da Unidade de Saúde da Família Bernardo Muniz Ferreira, Jiquiriçá/BA. Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: deisysilva3@hotmail.com

⁵ Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: jerusanutri@ufrb.edu.br

RESUMO

Apesar das taxas de aleitamento materno exclusivo (AMEX) terem aumentado no Brasil, a introdução alimentar de forma precoce ainda é muito expressiva e os principais motivadores podem ser a propagação de mitos, tabus e informações equivocadas. Dada importância o presente estudou visou identificar os principais motivos maternos para a interrupção precoce do AMEX em um município do sudoeste baiano. Estudo transversal realizado no município de Jequié-BA no ano de 2018 com 72 crianças e suas genitoras. Para coleta dos dados individuais foram realizadas entrevistas estruturadas mediante assinatura das genitoras do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para avaliação das práticas alimentares foi utilizado o marcador de consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. A maioria das genitoras são casadas, evangélicas, adultas, pardas, primíparas, não trabalham fora e possuem ensino médio completo e renda ≤ 1 SM. Dessas, 63,9% não ofertam apenas leite do peito e 40,6% interromperam o AMEX com 14 dias de vida da criança. A prevalência da introdução da alimentação complementar em crianças menores de 6 meses foi elevada e expõe a necessidade do fortalecimento das orientações nutricionais no período pré-natal e pós-natal para reduzir possíveis intercorrências a saúde do binômio materno-infantil.

Palavras-chave: Alimentação infantil; Nutrição; Lactente.



1 INTRODUÇÃO

O leite materno (LM) se constitui como primeiro e único alimento que deve ser oferecido ao recém-nascido até os 6 meses de vida, momento em que orienta-se a introdução gradativa de outros alimentos, mas sem a interrupção do aleitamento materno (AM) até, pelo menos, os 2 anos de idade da criança (BRASIL, 2019). O LM é um alimento nutricionalmente completo para lactentes e contribui para o crescimento e desenvolvimento da criança, além de ter influência positiva na renda familiar (SANTOS et al, 2018).

De acordo com os resultados preliminares do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (2019) o aleitamento materno exclusivo (AMEX) entre crianças menores de 4 meses apresentou prevalência de 60,0% e entre as crianças com idade inferior a 6 meses esse percentual caiu para 53,1%. Entre as regiões do Brasil, a região Nordeste apresentou os menores percentuais para os dois indicadores com 55,8% e 38,0%, respectivamente.

Na impossibilidade do AM, é indicado o uso de fórmulas infantis sem a necessidade de suplementação de nutrientes, podendo ser introduzido novos alimentos a partir dos 6 meses. O lactente também pode ser alimentado com leite de vaca (LV)

modificado em domicílio, sob orientação profissional, pois necessita suplementação de vitaminas e minerais. Nesse caso, as crianças podem receber novos alimentos a partir dos 4 meses. (BRASIL, 2019).

Dentre os fatores que influenciam as práticas alimentares de lactentes, o ambiente familiar, informações propagadas pelas mídias e por profissionais de saúde podem interferir na forma de agir e pensar da mãe com relação ao AM, contribuindo na introdução precoce de outros alimentos que não o LM, sem que a sua substituição seja feita corretamente (SANTOS et al, 2018).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo identificar as práticas alimentares de crianças menores de seis meses e os motivos maternos para a interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo em um município do sudoeste baiano.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado no período de março a agosto de 2018, em uma Unidade de Saúde da Família (USF) e três Centros de Saúde, no município de Jequié-BA.

Para definição do tamanho da amostra, utilizou-se a fórmula de Siqueira,



Sakurou e Souza (2001) para estimativa da proporção populacional, participando no total 72 crianças. Foram consideradas elegíveis para participar da amostra, crianças clinicamente saudáveis, acompanhadas pelas suas genitoras e cadastradas no Programa de Crescimento e Desenvolvimento do Serviço de Saúde.

Primeiramente foi explicado às genitoras os objetivos da pesquisa e riscos do estudo, e então o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado. Logo após, a coleta de dados foi feita mediante a realização de entrevista estruturada através da aplicação de um questionário fechado produzido pela pesquisadora responsável pela concepção do projeto (APENDICE A), de forma presencial e por equipe treinada, para obtenção de dados sociodemográficos, de amamentação e de compreensão da mãe em relação à oferta de alimentos e o consumo destes pela criança.

Para avaliar a prática alimentar da criança foi utilizado como instrumento o marcador de consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os dados foram digitados e analisados no Software *Statistical Package For The Social Science for Windows- SPSS*, versão 17.0.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob o número CAAE 80935617.7.0000.0055 e parecer n° 2.450.667, no dia 20 de dezembro de 2017.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a maioria das genitoras são casadas (40,3%), evangélicas (58,3%), adultas (79,2%), se autodeclararam pardas (56,9%), possuem ensino médio completo (41,7%), não trabalham fora (65,3%), possuem renda \leq 1 SM (75%) e são primíparas (58,3%).

Das 72 crianças do estudo, 63,9% das mães não ofertam apenas leite do peito para a criança. Quanto aos motivos maternos encontrados para a interrupção do AMEX precoce e introdução da alimentação complementar, 50,0% das mães acreditam que o LM é fraco e o lactente chora por estar com fome. Ainda, 48,6% destas mães interromperam o AMEX com 14 dias de vida. Pode-se observar na Tabela 01 que os alimentos consumidos com maior frequência pelas crianças no dia anterior à entrevista foram: leite do peito (87,5%), farinha láctea (58,3%), água/chá (50,0%) e mingau (37,5%).



Neste estudo pode-se observar elevado percentual da introdução precoce da alimentação complementar em crianças <6 meses, estando em desacordo com as recomendações do Guia alimentar para crianças menores de 2 anos (BRASIL, 2018). Schincaglia et al. (2015) observaram percentual ainda mais elevado, quando detectou que 95,3% das crianças já tinham tido contato precoce com a introdução da alimentação complementar. Ao contrário deste estudo que 48,6% dos lactentes estiveram em AMEX até os 14 dias de vida, Ferreira et al. (2017) verificaram que entre crianças <6 meses, 78,9% estiveram em AMEX por menos de um mês, sendo que o principal motivo relatado para a interrupção do aleitamento foi a ausência/insuficiência de leite (34,1%).

No tocante aos marcadores do consumo alimentar, Ferreira et al. (2017) em estudo observacional identificaram que 47,4% das crianças <6 meses haviam recebido leite do peito no dia anterior, água/chá (63,2%), fórmula infantil (100%), fruta (5,3%) e suco da fruta (5,3%). Já Coelho et al. (2015) encontraram como consumo alimentar de crianças <6 meses no dia anterior: LM (80,9%), água/chá (32,7%), LV (14,2%), fórmula infantil (27,6%), suco de fruta (10,6%), fruta (10,1%), papa salgada (10,1%) e outros alimentos (2,9%).

Observa-se que os alimentos encontrados nesses estudos incluindo o presente, fazem parte de um padrão alimentar considerado saudável, contudo, a introdução precoce da alimentação complementar é desnecessária, além de prejudicial às crianças

Tabela 01 - Alimentos consumidos/ofertados para crianças menores de seis meses, Jequié, Bahia, Brasil, 2018.

Alimento										
Ofer- tado	Leite do peito	Mingau	Água/ chá	Leite de vaca	Fórmula láctea	Suco	Fruta	Verdura	Comida de sal	Outros alimentos/ bebidas*
Sim	63 (87,5%)	27 (37,5%)	36 (50,0%)	0 (0,0%)	42 (58,3%)	9 (12,5%)	5 (6,9%)	10 (13,9%)	4 (5,6%)	-
Não	9 (12,5%)	45 (62,5%)	36 (50,0%)	72 (100,0%)	30 (41,7%)	63 (87,5%)	67 (93,1%)	62 (86,1%)	68 (94,4%)	71 (98,6%)

* 1 (1,4%) genitora não soube informar



<6 meses, pois aumenta o risco do lactente adoecer, aumenta as chances de cólicas e do desenvolvimento de alergias e/ou infecções, além de interferir na absorção de nutrientes importantes do LM, a exemplo do ferro. Ainda, pode diminuir a produção do LM e consequentemente fazer com que a criança não aceite mais o seio materno (BRASIL, 2019). Além disso, diminuir a exposição da criança a diferentes sabores podendo interferir negativamente na aceitação de novos alimentos (FERREIRA et al, 2017).

Nesse sentido, é importante que dúvidas comuns acerca do AM sejam esclarecidas às gestantes e lactantes nos serviços de saúde nos quais as mesmas realizam o acompanhamento, como: não existe LM fraco, todo LM é adequado; na maioria das vezes o LM é suficiente para atender as necessidades energéticas das crianças; o lactente pode chorar por diversos outros motivos além da fome (BRASIL, 2019).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Este estudo permite concluir que foi elevada a prevalência da introdução da alimentação complementar precoce em crianças menores de 6 meses e são diversos os motivos pelos quais a interrupção do

AMEX precoce concomitante a introdução de novos alimentos podem acontecer, destacando-se a mãe achar que o leite do seu peito é fraco e assim o lactente chora por estar com fome, e não por outras razões. Se faz necessário um fortalecimento de orientações nutricionais desde o período pré-natal e pós-natal, esclarecendo dúvidas acerca do AM que são disseminadas na sociedade e assim a prática do AMEX seja favorecida até o 6º mês, minimizando as chances que intercorrências tardias e imediatas aconteçam na saúde infantil.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

COELHO, L. C. et al. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional/SISVAN: conhecendo as práticas alimentares de crianças menores de 24 meses. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 727-738, mar. 2015.

FERREIRA, I. R. et al. Práticas alimentares de crianças de 0 a 24 meses de idade em uso de fórmulas infantis. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, São Paulo-SP, Ano 8, n. 1, p. 03-09, Jan./Jun. 2017.



SANTOS, P. V. et al. Desmame precoce em crianças atendidas na Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [s.l.], v. 20, p.01-12, 2018.

SCHINCAGLIA, R. M. et al. Práticas alimentares e fatores associados à introdução precoce da alimentação complementar entre crianças menores de seis meses na região noroeste de Goiânia. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 465-474, 2015.

SIQUEIRA A. L.; SAKUROU E.; SOUZA M. C. F. M. Dimensionamento de amostras em estudos clínicos e epidemiológicos. Departamento de Estatística/Associação brasileira de Estatística. ISC/UFBA, 2001.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Resultados preliminares** – Indicadores de aleitamento materno no Brasil. UFRJ: Rio de Janeiro, 2020.



APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

TEMA: "PADRÃO DE ALEITAMENTO E ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS NA ATENÇÃO BÁSICA"

Nº DA ENTREVISTA

1. BLOCO DE IDENTIFICAÇÃO MATERNA

<p>Nome da Mãe: _____</p> <p>IDADE: ____ anos</p> <p>ESTADO CIVIL: () casada¹ () solteira² () divorciada³ () viúva⁴ () União Estável⁵</p> <p>RELIGIÃO: () Católica¹ () Evangélica² () Espírita () Candomblé⁴ () Cristã não praticante⁵</p> <p>ESCOLARIDADE: () Não Alfabetizada¹ () Ensino Fundamental Incompleto² () Ensino Fundamental Completo³ () Ensino Médio Incompleto⁴ () Ensino Médio Completo⁵ () Superior Incompleto⁶ () Superior Completo⁷ () Pós graduação⁸</p> <p>OCUPAÇÃO: _____</p> <p>RENDA FAMILIAR: () < 1 salário mínimo¹ () 1 salário mínimo² () 1 a 2 salários mínimos³ () 3 a 4 salários mínimos⁴ () ≥ 5 salários mínimos⁵</p> <p>COR/RAÇA: () Branca¹ () Preta² () Parda³ () Amarela⁴ () Indígena⁵</p>
--

2. BLOCO DE DADOS OBSTÉTRICOS

<p>Nº DE FILHOS: _____ Filhos GEMELAR? () Sim¹ () Não²</p> <p>Nº DE CONSULTAS PRÉ- NATAIS: _____ Consultas</p> <p>COM QUANTOS MESES INICIOU O PRÉ- NATAL? ____ Meses</p> <p>ONDE REALIZOU AS CONSULTAS DE PRÉ- NATAL? () Unidade Básica¹ () maternidade² () Rede privada³</p> <p>INTERCORRÊNCIA DURANTE A GESTAÇÃO ATUAL: () Sim¹ () Não²</p> <p><i>Se sim, qual a intercorrência:</i> () Sangramento¹ () Acidente² () Pré- eclampsia³ () DM Gestacional⁴ () Anemia⁵ () Eclampsia⁶ () ITU⁷ () _____ Outros⁸</p> <p>TIPO DE PARTO REFERENTE AO ÚLTIMO: () Parto Normal¹ () Cesárea² () _____ Outros³</p> <p><i>Se foi Parto Normal, qual o local:</i> () Maternidade¹ () Casa² () _____ Outros³</p>

3. BLOCOS DE DADOS DA CRIANÇA

<p>SEXO: () Feminino¹ () Masculino²</p> <p>PESO AO NASCER: _____ g. CENTÍMETRO AO NASCER: _____ cm.</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA CEFÁLICA AO NASCIMENTO: _____ cm</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA TORÁCICA AO NASCIMENTO: _____ CM</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL AO NASCIMENTO: _____ CM</p> <p>SEMANA GESTACIONAL: _____ S.</p>
--

4. TÉCNICA DA AMAMENTAÇÃO E PADRÃO DE ALEITAMENTO

<p>VOCÊ AMAMENTOU LOGO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA? () Sim¹ () Não²</p> <p><i>Em caso de sim, perguntar: QUANDO AMAMENTOU?</i></p> <p>() Nas primeiras horas após o nascimento¹.</p> <p>() Depois da 1ª até à 6ª hora².</p> <p>() Depois da 6ª hora de vida³.</p> <p>() > 24 horas⁴ () _____ Outros⁵.</p> <p><i>Em caso de não, perguntar: PORQUE NÃO AMAMENTOU LOGO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA?</i></p> <p>() Não teve leite¹</p> <p>() Dor² () Fissuras³ () Mastite⁴ () Abscesso⁵ () Mamilo invertido⁶ () Pega incorreta⁷</p> <p>() Resultados sorológicos positivos (HIV/ AIDS; HB)⁸</p> <p>() _____ outros⁹.</p> <p>() Foi Ofertado fórmula láctea para a criança? () Sim¹ () Não²</p>



* **EM CASO DE SIM, QUAL?** _____.
() **ESTÁ AMAMENTANDO NO MOMENTO?** () Sim () Não
*Em caso de Sim, Perguntar: **VOCÊ OFERTA APENAS LEITE DO PEITO PARA A CRIANÇA?** () sim ¹() Não²
Em caso de Não, perguntar: **PORQUE VOCÊ NÃO ESTÁ AMAMENTANDO EXCLUSIVAMENTE?**
() Não quero ¹() Trabalho fora de casa ²() o filho enjoou do peito³ () para meu peito não “cair”⁴ () Meu Leite é fraco e o bebê chora com fome⁵ () Meu leite secou⁶ () _____ outros⁷.
QUAL O PRIMEIRO ALIMENTO QUE FOI OFERTADO A CRIANÇA?
() Frutas¹ () verduras² () leite em pó³ () chá⁴ () água⁵ () caldo de feijão⁶ () feijoada ⁷() sopa⁸ () sucos ⁹() mingau¹⁰ () salgadinhos em pacote¹¹ () biscoitos recheados¹² () refrigerante¹³ () Fórmula láctea¹⁴ () _____ outros¹⁵.

5. **BLOCO DE MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR (SISVAN, 2012).**

*CRIANÇAS MENORES DE 6 MESES

A criança ontem tomou leite do peito? () Sim ¹() Não² () Não Sabe³
Mingau: () sim¹ () não² () não sabe³
ONTEM A CRIANÇA CONSUMIU:
Água/ chá: () sim¹ () não²() não sabe³
Leite de Vaca: () sim ¹() não ²() não sabe³
Formula infantil: () sim ¹() não² () não sabe³
Suco de Fruta: () sim¹ () não² () não sabe³
Fruta: () sim ¹() não² () não sabe³
Verdura: () sim¹ () não² () não sabe³
Comida de sal: () de panela () papa ou sopa (): () sim¹ () não² () não sabe³
Outros alimentos/ bebidas: () sim¹ () não ²() não sabe³

6. **BLOCO DE FATORES QUE INTERFERE NA AMAMENTAÇÃO:**

A CRIANÇA FAZ USO DE CHUPETA? () Sim¹ () Não²
A CRIANÇA FAZ USO DE MAMADEIRA? () Sim¹ () Não²
Em caso de sim, qual o motivo do uso da chupeta e da mamadeira? _____.

7. **BLOCO DE NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA GENITORA ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO:**

RECEBEU ORIENTAÇÕES SOBRE ALEITAMENTO MATERNO AINDA NA MATERNIDADE? () sim ¹() Não²
PRA VOCÊ, O LEITE MATERNO SUSTENTA ADEQUADAMENTE A CRIANÇA? () sim¹ () Não²
COMO VOCÊ CONSIDERA O LEITE MATERNO? () Melhor alimento a ser ofertado a criança ¹ () fraco²
() Ralo³ () Forte ⁴ () _____ Outros⁵.
POR QUANTO TEMPO A CRIANÇA DEVE MAMAR SOMENTE AO SEIO SEM RECEBER NENHUM OUTRO ALIMENTO E LÍQUIDOS?
() 0 – 3 meses ¹ () 3 – 6 meses ² () 6 meses ou > ³() _____ Outros⁴.

8. **BLOCO DE CRENÇAS E TABUS ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO (SANTANA, J. M.; BRITO, S.M.; SANTOS, D. B, 2013)**

POR QUE VOCÊ PAROU DE AMAMENTAR?
Vou ler algumas frases e a senhora me diz se pode ou não acontecer...



Meu leite é fraco, por isso que o bebê chora com fome: () Sim¹ () Não²
Só meu leite não sustenta, e o bebê chora com fome: () Sim¹ () Não²
Criança que nasceu antes do tempo ou muito pequena não pode mamar: () Sim¹() Não²
Se o bebê arrotar mamando, o peito pode inflamar ou o leite secar: () Sim¹() Não²
Mãe que trabalha fora não pode amamentar: () sim¹() Não²

IDADE DA CRIANÇA

9. BLOCO DE INFORMAÇÕES ANTROPOMÉTRICAS ATUAIS DA CRIANÇA:

Nome da Criança: _____

Peso: _____ g Comprimento: _____ cm. IMC: _____ kg/m²
Cinc. Cefálica: _____ cm Cinc. Torácica : _____ cm. Cinc. Abdominal: _____
cm



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: Nutrição Clínica

**ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**NUTRITIONAL STATUS AND FOOD CONSUMPTION OF CHILDREN WITH
AUTISTIC SPECTRUM DISORDER - ASD: AN INTEGRATIVE REVIEW**

Ana Caroline Gonçalves Santiago¹

Cristiane Souto Almeida²

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, é definido, como um transtorno do neurodesenvolvimento que, em geral, se manifesta cedo, com a presença comportamentos padronizados, repetitivos, com série restrita de interesses. O objetivo desse estudo é analisar as alterações recorrentes no estado nutricional em decorrência do consumo alimentar de crianças autistas. Trata-se de um estudo de revisão integrativa, onde a coleta de dados foi realizada através da exploração de estudos publicado em inglês e português no período de 2016 a 2021. Foram analisados 8 estudos. Padrões de comportamento alimentar mostraram-se como características pertinentes em todos os estudos analisados, bem como elevada prevalência para desenvolvimento de sobrepeso e obesidade, resultando em alterações fisiológicas e recorrentes no TEA.

Palavras-chave: Autismo. Seletividade Alimentar. Consumo Alimentar. Estado Nutricional. Alimentação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, é definido, atualmente, como um transtorno do neurodesenvolvimento que, em geral, se manifesta cedo, sendo caracterizado por déficits na comunicação interação social em múltiplos contextos (APA, 2014). Além dos déficits na comunicação social, os portadores apresentam comportamentos

padronizados, repetitivos, com série restrita de interesses (VORSTMAN et al., 2017).

As causas do TEA ainda não estão claramente identificadas, sendo complexa a compreensão de sua fisiopatologia. A sua prevalência tem tido um grande desenvolvimento nos últimos anos, porém nenhuma causa central foi definida (CHRISTENSEN et al., 2012).

As características mais visíveis nos portadores do TEA estão relacionadas a

¹ Nutricionista, egressa do curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-Ce, 2021, email: caroline.santiago@fvj.br.

² Professora do curso de Nutrição, Mestre em Saúde Coletiva e Esp. em Nutrição Materno Infantil e Fitoterapia da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Orientadora da Pesquisa, email: cristiane.souto@fvj.br.



linguagem e interação social, porém, além disso, existe uma série de distúrbios fisiológicos pertinentes em indivíduos com TEA, como a diminuição na produção de enzimas digestivas, inflamações da parede intestinal e irregularidades no sono (FREIRE, 2012). O principal tratamento dos pacientes com TEA, atualmente, se baseia na terapia farmacológica para alguns sintomas, e as terapias complementares, sendo muito frequentes as intervenções dietéticas e nutricionais (MONTEIRO, et al., 2020).

Crianças portadoras do TEA apresentam um padrão alimentar diferente de crianças não portadoras, especialmente por serem muito seletivas e apresentarem dificuldade em aceitar o novo (GOMES et al., 2016). Essa seletividade é equivalente a um comportamento alimentar onde se tem como principal característica a recusa de uma variedade de alimentos em um processo de transição e inserção de novos alimentos em sua rotina (ROCHA, 2019).

Sendo assim, os comportamentos alimentares específicos de crianças com TEA podem contribuir no desenvolvimento de deficiências nutricionais, resultante da dieta restritiva e monótona, o que poderá refletir no seu estado nutricional e no aparecimento de novas comorbidades (OLIVEIRA, 2018).

Devido a presença de fatores associados às frequentes dificuldades alimentares que são característicos do TEA, como seletividade e compulsão alimentar, ingestão calórica elevada, ingestão limitada de algum nutriente e as características sensoriais dos alimentos. Sabe-se que o excesso de peso pode ocasionar diversas alterações fisiológicas severas no organismo,

como resistência à insulina, síndrome metabólica, diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares (BRITO, et al., 2020; CAETANO, GURGEL, 2018).

A escolha da temática para o estudo justifica-se pela elevada relevância que se tem a investigação de fatores que levam ao surgimento e agravamento de distúrbios e alterações fisiológicas em decorrência do consumo alimentar de crianças com TEA, principalmente por se tratar de um transtorno que acomete cerca de 150 mil casos por ano só no Brasil (OMS). O aprofundamento no assunto é indispensável para se chegar às explicações acerca das alterações metabólicas que elas desenvolvem, visto que a alimentação é um dos principais pilares para melhoria e manutenção da qualidade de vida do indivíduo em todas as fases da vida. O estudo tem como objetivo analisar as alterações recorrentes no estado nutricional em decorrência do consumo alimentar de crianças portadoras de TEA.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão integrativa com análise, organização e interpretação de estudos relacionados ao objetivo da investigação, buscando resumir e avaliar a evidência existente sobre o tema escolhido. A presente revisão integrativa cumpriu as seis etapas descritas por Whitemore e Knafl (2005): 1) seleção da questão norteadora; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão da amostra; 3) seleção, por pares, das pesquisas que compuseram a amostra; 4) análise dos achados dos artigos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados; e 6) relato da revisão.



Para direcionar a escrita do presente estudo, buscou-se responder a seguinte pergunta norteadora: “Quais as consequências no estado nutricional em decorrência do consumo alimentar de crianças com autismo?”

Os estudos foram selecionados por meio de busca eletrônica a partir das bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Science Direct, National Library of Medicine National Institutes of Health dos EUA (PUBMED) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca levou em consideração trabalhos publicados entre os anos de 2016 e 2021, na língua inglesa e portuguesa.

Para sistematização dos estudos, foi realizada busca pareada com os descritores em saúde: Transtorno autístico, consumo de alimentos, estado nutricional e nutrição da criança, que foram escolhidos mediante consulta aos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram empregados, na busca, as seguintes combinações de palavras-chaves na língua portuguesa e inglesa com auxílio dos operadores booleanos: autism; autism “AND” food selectivity; autismo “AND” nutritional state; autism “AND” food consumption; autismo “OR” food selectivity; autismo “AND” alimentação infantil; seletividade “OR” autismo; estado nutricional “AND” autismo.

Foram considerados como critérios de inclusão: pesquisas com seres humanos (caso-controle, coorte, transversal, estudos de caso, exploratória), realizadas no Brasil e no exterior, com crianças de 1 a 12 anos portadoras do TEA, que avaliasse o consumo alimentar e/ou estado nutricional. Como

critérios de exclusão: estudos de revisão, estudos experimentais com animais, estudos realizados com crianças portadoras de outras patologias neurológicas, relatos de casos clínicos, monografias, dissertações e teses que não foram publicadas.

O processo de seleção dos artigos a serem utilizados iniciou com um total de 7.591 artigos, onde foram excluídos, após aplicar os filtros com critérios de elegibilidade 7.552, sendo selecionados 39 para leitura de título e resumo, sendo excluídos 23 artigos e 16 selecionados para leitura na íntegra, foram excluídos 8, após leitura e incluídos 8 artigos no estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados 8 artigos, 5 de estudos do tipo transversal, 2 estudos exploratório descritivo e 1 estudo de coorte, cujos períodos de publicação foram de 2017 a 2021.

A dificuldade de ingestão alimentar, o baixo repertório e a restrição de determinados alimentos são características pertinentes do comportamento na maioria das crianças com TEA, o que tem como consequência o surgimento de agravos metabólicos, desencadeamento de comorbidades e deficiências nutricionais. Caetano e Gurgel (2018) realizaram um estudo e avaliaram o estado nutricional e o consumo alimentar de crianças com TEA. No estudo, foi possível identificar índices elevados para sobrepeso e obesidade, como resposta ao elevado consumo de energia diária, um marcador pertinente, resultante da resistência de



ingestão alimentar que esse público apresenta.

O público acometido por TEA apresenta um risco maior de desenvolver agravos nutricionais, tanto relacionados a déficits quanto a excesso de peso.

Além das deficiências nutricionais decorrentes das dificuldades alimentares relacionadas a seletividade e aspectos sensoriais, a má alimentação pode ser consequência de algumas alterações recorrentes no autismo. Magaginin et al. (2021) relata, em seu estudo, que os sintomas mais periódicos e que dificultam no consumo alimentar, são as alterações no trato gastrointestinal (TGI), intolerância à lactose, sensibilidade ao glúten, alergias alimentares e vômitos.

Silva et al. (2020) cita que alguns desses sintomas também são resultantes do alto consumo de alimentos industrializados. O consumo excessivo de alimentos industrializados e ultraprocessados, por conterem mais ingredientes alergênicos em sua formulação tendem a aumentar ainda mais o quadro de sintomas e desconfortos intestinais.

Um trabalho realizado por Rocha et al. (2019) analisou a possível presença de comportamentos de seletividade alimentar e relatou que a ingestão alimentar ainda é um ato dificultoso para esse público. A recusa de aceitação de novos alimentos, e a resistência no consumo é um comportamento comum e pertinente em crianças com TEA, mesmo quando apresentado em diversas preparações, levando, por vezes, a desistência dos

responsáveis o que, na maioria das vezes, implica na oferta de alimentos não saudáveis.

Existem algumas estratégias alimentares para se trabalhar com esse público, dentre elas Magaginin et al. (2021) destacou as atividades sensoriais, a mudança da textura e o processo de conversação sobre o alimento que está sendo oferecido. O conhecimento sobre o alimento a ser ingerido tem uma contribuição muito positiva no caminho a ser trilhado no processo de aumento do repertório alimentar, é uma forma de estimular o interesse, a curiosidade e a aceitação da comida. Outra estratégia analisada foi através do desenvolvimento de autonomia, com a participação na hora de preparar o alimento, que pode ser vista, pela criança, como algo divertido, onde ela tem o privilégio de preparar e provar alguns ingredientes, podendo levar ao interesse no consumo.

É importante utilizar estratégias que levem esses indivíduos a desenvolver bons hábitos alimentares, pois a prevalência de sobrepeso e obesidade é alta em crianças portadoras de TEA. Assim mostra o estudo realizado por Bandini et al. (2017), no qual analisou em dois tempos, mudanças longitudinais no estado nutricional, seletividade alimentar e status de peso de crianças com TEA. O estudo revelou que a frequência de sobrepeso/obesidade em 6 anos aumentou de 28% para 50% da amostra. Apesar da melhora no perfil de recusa alimentar, a seletividade é uma resistência nesses indivíduos, e por isso o estado nutricional de portadores de TEA continua se debilitando e com necessidade afetiva de acompanhamento.



Os estudos revisados descrevem, de forma clara e expositiva, como o estado nutricional de crianças com TEA é afetado em decorrência das dificuldades alimentares por eles desenvolvidas.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação adequada na infância é fundamental para manter uma qualidade de vida em todas as suas fases, por isso se dá a importância da atuação nutricional com esse público. O nutricionista é um profissional habilitado para articular estratégias que levem as crianças a desenvolverem uma relação mais afetiva com a comida, bem como redução no índice de sobrepeso e obesidade e, conseqüentemente, prevenção do surgimento de novas patologias.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.K.A.; FONSECA, P.C.A.; OLIVEIRA, L.A.; SANTOS, W.R.C.C., ZAGMIGNAN, A.; OLIVEIRA, B.R. et al. Consumo de ultraprocessados e estado nutricional de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Rev Bras Promoç Saúde**, 31(3): 1-10, jul./set., 2018.

American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014; p. 75.

BANDINI, L.G.; CURTIN, C.; PHILLIPS, S.; ANDERSON, S.E.; MASLIN, M.;

MUST, A. Mudanças na seletividade alimentar em crianças com transtorno do espectro do autismo. **J Autism Dev Disord.** 2017; 47 (2): 439-446.

BRITO, A. N. M.; SANTANA, C. M. N.; SOUZA, A. S.; TORRES, M. V. Estilo de vida associado ao estado nutricional de crianças com autismo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020.

CAETANO, Maria Vanuza; GURGEL, Daniel Cordeiro. Perfil nutricional de crianças portadoras do transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, vol. 31, núm. 1, 2018, Janeiro-Março, pp. 1-11.

CARVALHO, J. A.; SANTOS, C. S. S.; CARVALHO, M. P.; SOUZA, L. S. Nutrição e autismo: considerações sobre a alimentação do autista. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.5, n.1, Pub.1, Janeiro 2012; P. 5.

CASTRO, K.; FACCIOLI, L.; BARONIO, D.; GOTTFRIED, C.; PERRY, I.; RIESGO, R. **Body composition of patients with autism spectrum disorder through bioelectrical impedance.** *Nutr Hosp.* 2017; 34(4):875-879.

CHRISTENSEN, D.L.; BAILO, J.; VAN NAARDEN BRAUN K.; BILDER, D., et al. **Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years - autism and developmental disabilities monitoring network**, 11 Sites, United States, 2012. *MMWR Surveill Summ.* 2016;65:1-23.

FREIRE, C. M. B. **Comunicação e interação social da criança com perturbação do espectro do autismo.**



Lisboa, 2012. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Departamento de Ciências da Educação.

GOMES, V. T. S.; GOMES, R. N. S.; GOMES, M. S.; VIANA, L. V. M.; CONCEIÇÃO, F. R.; AMORIM, L. M. M.; SOARES, E. L. **Nutrição e autismo: reflexões sobre a alimentação do autista.** Educação e Ciência: Para a cidadania global, São Jose dos Campos, p.1-6, 28 out. 2016. Anual.

KAMAL NOR, N.; GHOZALI, A.H.; ISMAIL, J. Prevalência de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes com transtorno do espectro do autismo e fatores de risco associados. **Front Pediatr.** 2019; 7: 38.

MAGAGNIN, Tayná et al. Aspectos alimentares e nutricionais de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, e310104, 2021.

MEGUID, N.; ANWAR, M.; ZAKI, S.; KANDEEL, W.; AHMED, N.; TEWFIK, I. Dietary patterns of children with autism spectrum disorder: A study based in Egypt. Open Access Maced J Med Sci. **Skopje-Republic of Macedonia**, v. 3, n.2, p.262 – 267, 2015.

MONTEIRO, M. A.; SANTOS, A. A. A.; GOMES, L. M. M.; RITO, R. V. V. F. Transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática sobre intervenções nutricionais. **Rev Paul Pediatr.** 2020;38; p. 2.

OLIVEIRA, Yhanka Kerollayne Souza de. **Consumo alimentar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) no**

município de Vitória de Santo Antão – PE; TCC (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado em Nutrição, 2018. P. 14.

ROCHA, G. S. S.; JUNIOR, F. C. M.; LIMA, N. D. P.; SILVA, M. V. R. S.; MACHADO, A. S.; PEREIRA, I. C.; LIMA, M. S.; PESSOA, N. M.; ROCHA, S. C. S.; SILVA, H. A. C. Análise da seletividade alimentar de crianças com transtorno do espectro autista. **Rev. Eletrônica acervo saúde** (ISSN 2178-2091) Vol. Suplementar 24, Maranhão. 2019; 1-8.

RODRIGUES, C. P. S.; SILVA, J. P. A.; ALVARES, I. Q., et al. The food consumption of children with Autism Spectrum Disorder is correlated with sensory-oral changes and eating behavior. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 9, p.67155-67170, sep. 2020.

SILVA, Dayane Verissimo da; SANTOS, Poliana Novais Moreira; SILVA, Danielle Alice Vieira da. Excess weight and gastrointestinal symptoms in a group of autistic children. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo, v. 38, 2020.

VORSTMAN, J.A.; PARR, J.R.; Moreno-De-Luca D.; ANNEY R.J.; NURNBERGER J.I. Jr.; HALLMAYER, J.F. Autism genetics: opportunities and challenges for clinical translation. **Nat Ver. Genet.** 2017; 18:362- 76.



CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE COLETIVA

**USO DE CHUPETA E MAMADEIRA E INTERRUPÇÃO PRECOCE DO
ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO EM CRIANÇAS MENORES DE SEIS
MESES**

**USE OF PACIFIERS AND BABY BOTTLE AND EARLY INTERRUPTION OF
EXCLUSIVE BREASTFEEDING IN CHILDREN UNDER SIX MONTHS**

**Tamires de Carvalho Amorim¹; Caroline Nascimento dos Anjos²; Beatriz de Oliveira
Maurício³; Deisiane Silva Souza⁴; Jerusa da Mota Santana⁵**

Informações do autor

¹ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: tamiresamorim.c@gmail.com

² Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: canjos96@gmail.com

³ Graduanda em Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia. E-mail: biadieca@hotmail.com

⁴ Enfermeira Coordenadora da Unidade de Saúde da Família Bernardo Muniz Ferreira, Jiquiriçá/BA. Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: deisisilva3@hotmail.com

⁵ Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. jerusanutri@ufrb.edu.br

RESUMO

A introdução de bicos artificiais pode causar confusão da mamada pelo lactente, reduzindo o tempo de aleitamento materno, especialmente o aleitamento materno exclusivo (AMEX). Este trabalho visa avaliar o uso de bicos artificiais e a sua relação com a interrupção precoce do AMEX em um município do sudoeste baiano. Estudo transversal, realizado em Jequié-BA com 72 crianças, acompanhadas de suas genitoras. Aplicou-se questionários estruturados, analisados posteriormente por programa estatístico. A relação entre uso de bicos artificiais e interrupção precoce do AMEX foi realizada por meio do *Teste Qui-quadrado de Pearson*. Foram significantes os resultados com valor de $p < 0,05$. Houve predomínio de genitoras casadas, evangélicas, adultas, pardas, não trabalham fora, primíparas, possuem ensino médio completo e renda $\leq 1SM$. Quanto às crianças, 44,4% e 66,7% faziam uso de chupeta e mamadeira, respectivamente. 97,5% das crianças que não usavam chupeta e 100% das que não usavam mamadeiras encontravam-se em AMEX ($p=0,021$ e $p=0,049$, respectivamente). Destaca-se a urgência de políticas públicas que objetivem reduzir o risco e favoreça o AMEX até o 6^a mês, concomitantemente os profissionais de saúde têm papel importante em orientar e auxiliar essas nutrizes para reverter os índices de desmame precoce.

Palavras-chave: Bicos artificiais; Lactentes; Aleitamento materno exclusivo.



1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde preconiza o aleitamento materno exclusivo (AMEX) até os seis meses de vida e, posteriormente, alimentação complementada com continuidade do aleitamento materno (AM) até os dois anos de idade ou mais. Direta e indiretamente o AMEX confere benefícios para o binômio mãe-filho de forma a constituir um dos pilares fundamentais de promoção à saúde das crianças em todo mundo (BRASIL, 2019).

De acordo com dados de pesquisas epidemiológicas nacionais, o Nordeste apresenta a menor prevalência de AMEX em comparação com outras regiões do Brasil, sendo 55,8% entre crianças menores de quatro meses e 38,0% entre os menores de seis meses (UFRJ, 2020).

Essa baixa prevalência está associada a diversos determinantes, dentre eles os determinantes sociais, a exemplo de baixa escolaridade, idade materna mais jovem, falta de apoio familiar, condições desfavoráveis no trabalho que compromete o contato mãe-criança contribuindo para a interrupção do AMEX antes dos seis meses (FALEIROS; TREZZA; CARANDINA, 2006). Esses determinantes também podem influenciar no uso de bicos artificiais - mamadeiras e chupetas. Estudos científicos revelam a associação entre o uso de bicos artificiais e menor tempo de AM pela possibilidade do lactente confundir a mamada (DEMITTO; BERCINI; ROSSI, 2013; BATISTA *et al.*, 2018).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo avaliar o uso de chupeta e mamadeira e a sua relação com a interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo

em crianças menores de 6 meses de um município do sudoeste baiano.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado em três Centros de Saúde e uma Unidade de Saúde da Família (USF), no município de Jequié-BA, no período de Março a Agosto de 2018.

Definiu-se o tamanho da amostra a partir da fórmula de estimativa da proporção populacional de Siqueira, Sakurou e Souza (2001), tendo sido composta por 72 crianças acompanhadas de suas genitoras. Para as crianças serem incluídas no estudo, estas deveriam se apresentar clinicamente saudáveis com até seis meses de idade acompanhada pela genitora e estar cadastrada no programa de Crescimento e Desenvolvimento do serviço de saúde.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado pelas genitoras após explicação dos objetivos e riscos do estudo, antes da coleta de dados. Posteriormente, por equipe treinada e de forma presencial foram realizadas entrevistas estruturadas com as genitoras mediante aplicação de um questionário fechado, onde foram obtidas informações sociodemográficas e de amamentação das crianças. O questionário, por sua vez, foi previamente elaborado pela pesquisadora responsável pela concepção do trabalho e se encontra no Apêndice A.

Os dados foram digitados e analisados por meio do programa *Statistical Package For The Social Science for Windows- SPSS*, versão 17.0. Para comparar o uso de chupeta e mamadeira com a interrupção precoce do aleitamento materno



exclusivo foi empregado o *Teste de Qui-quadrado de Pearson*. Para tanto considerou-se o uso de chupeta e mamadeira como categoria de risco (1) e o não uso de mamadeira e chupeta como fator de proteção (0). Quanto ao desfecho considerou-se estar em amamentação exclusiva como proteção (0) e interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo, como risco (1). Foram considerados estatisticamente significantes resultados com valor de $p (< 0,05)$.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sob o número CAAE 80935617.7.0000.0055 e parecer nº 2.450.667, no dia 20 de dezembro de 2017.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria das genitoras das crianças é casada (40,3%), evangélica (58,3%), adulta (79,2%), se autodeclarou parda (56,9%), possui ensino médio completo (41,7%),

declarou não trabalhar fora (65,3%), possui renda ≤ 1 SM (75%) e é primípara (58,3%).

Das 72 crianças do estudo, 44,4% faziam uso de chupeta e 66,7% faziam uso de mamadeira. Pode-se observar na Tabela 01 que, 97,5% das crianças que não faziam uso de chupeta encontravam-se em AMEX ($p=0,021$). Quanto ao uso de mamadeiras, 100% das crianças que não faziam seu uso estavam em AMEX, ($p=0,049$).

Este estudo revelou elevado percentual de uso de chupeta e mamadeira em crianças menores de 6 meses. Bezerra *et al.* (2019) ao avaliar crianças menores de 12 meses em outro município do sudoeste baiano observaram que 11,9% das crianças faziam uso exclusivo de chupeta e 21,2% de mamadeira, sendo percentuais menores quando comparado aos resultados deste estudo.

Também foi observado nesta amostra maior prevalência da interrupção precoce do AMEX entre as crianças que usavam chupetas e mamadeiras em

Tabela 01 - Uso de chupeta e mamadeira e duração do AMEX em crianças menores de seis meses, Jequié, Bahia, Brasil, 2018.

	AMEX		DESMAME		TOTAL		P
	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	
CRIANÇA FAZ USO DE CHUPETA (n=72)	39 (54,2%)	26 (36,1%)	1 (1,4%)	6 (8,3%)	40 (55,6%)	32 (44,4%)	0,021
% dentro de USO DE CHUPETA	97,5%	81,2%	2,5%	18,8%	-	-	
A CRIANÇA FAZ USO DE MAMADEIRA (n=72)	24 (33,3%)	41 (56,9%)	0 (0%)	7 (9,7%)	48 (66,7%)	24 (33,3%)	0,049
% dentro de USO DE MAMADEIRA	100%	85,4%	0%	14,6%	-	-	



comparação às que não faziam uso destes bicos artificiais. É sabido que o uso desses bicos artificiais é um fator de risco para interrupção do AMEX por estar associado aos fenômenos conhecidos por “confusão de bicos” ou “confusão de sucção”. Além disso, esses inibidores de mamada são também associados à sucção não nutritiva que pode promover “saciedade neural”, fadiga muscular, modificação da estrutura oral e consequentemente redução da frequência entre as mamadas de forma a promover menor produção de leite e, por conseguinte, complementação com fórmula láctea e, enfim, interrupção precoce do AMEX (SBP, 2017).

Adicionalmente, outros efeitos negativos estão associados ao uso desses bicos artificiais, dentre eles, implicações no padrão mastigatório, dentição e fala, vulnerabilidade no sistema respiratório, baixo peso, repercussões negativas no sistema imunológico, níveis reduzidos de inteligência, vícios orais na vida adulta, dentre outros (SBP, 2017).

Batista, Ribeiro e Nascimento (2017), em revisão de literatura encontraram associação direta da interrupção precoce do AM com o uso da chupeta, seguido do uso da mamadeira, destacando os seguintes fatores associados: a mãe trabalhar fora ou não ter a proteção legal para o AM; idade materna; baixa escolaridade materna; problemas mamários; nascimento em unidade não credenciada Hospital Amigo da Criança; e baixo peso ao nascer.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Pode-se concluir que foi prevalente a interrupção do AMEX em crianças menores de 6 meses que faziam uso de chupetas e mamadeiras. Sabe-se que são diversos os fatores que podem influenciar na duração do AMEX, no entanto, o uso destes bicos artificiais se revela como fator de risco potencial. Assim, destaca-se a urgência em se trabalhar políticas públicas que objetivem reduzir o uso desses bicos e favoreçam a prática do AMEX até o 6º mês, incluindo o fortalecimento de orientações nutricionais durante o período pré-natal e puerpério, além da necessidade de compreensão dos determinantes sociais que influenciam na prática do AMEX por parte de profissionais e gestores em saúde, assim, as consequências negativas que podem ser geradas por essa interrupção precoce podem ser minimizadas, contribuindo com a saúde dessas crianças nos períodos imediato e tardio, e consequentemente com a redução de gastos com a saúde pública.

5 REFERÊNCIAS

BATISTA, C. L. C. *et al.* Associação entre uso de chupeta e mamadeira e comportamentos desfavoráveis à amamentação durante as mamadas. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 94, n. 6, p. 596-601, Nov./Dez. 2018.

BATISTA, C. L. C.; RIBEIRO, V. S.; NASCIMENTO, M. D. S. B. Influência do uso de chupetas e mamadeiras na prática do aleitamento materno. **J. Health Biol. Sci.**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 184-191, 2017.

BEZERRA, V. M. *et al.* Prevalência e fatores determinantes do uso de chupetas e mamadeiras: um estudo no sudoeste baiano.



Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, v. 19, n. 2, p. 311-321, jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

DEMITTO, M. O.; BERCINI, L. O.; ROSSI, R. M. Uso de chupeta e aleitamento materno exclusivo. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 271-276, Jun. 2013.

FALEIROS, F. T. V.; TREZZA, E. M. C.; CARANDINA, L. Aleitamento materno: fatores de influência na sua decisão e duração. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 19, n. 5, p. 623-630, Out. 2006.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Aleitamento Materno. Guia Prático de Atualização. **Uso de chupeta em crianças amamentadas: prós e contras**. n. 3, Ago. 2017.

SIQUEIRA A. L.; SAKUROU E.; SOUZA M. C. F. M. Dimensionamento de amostras em estudos clínicos e epidemiológicos. Departamento de Estatística/Associação brasileira de Estatística. ISC/UFBA, 2001.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Resultados preliminares – Indicadores de aleitamento materno no Brasil**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2020.



APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Nº DA ENTREVISTA _____

1. BLOCO DE IDENTIFICAÇÃO MATERNA

<p>Nome da Mãe: _____</p> <p>IDADE: ____ anos</p> <p>ESTADO CIVIL: () casada¹ () solteira² () divorciada³ () viúva⁴ () União Estável⁵</p> <p>RELIGIÃO: () Católica¹ () Evangélica² () Espírita () Candomblé⁴ () Cristã não praticante⁵ .</p> <p>ESCOLARIDADE: () Não Alfabetizada¹ () Ensino Fundamental Incompleto² () Ensino Fundamental Completo³ () Ensino Médio Incompleto⁴ () Ensino Médio Completo⁵ () Superior Incompleto⁶ () Superior Completo⁷ () Pós graduação⁸.</p> <p>OCUPAÇÃO: _____</p> <p>RENDA FAMILIAR: () < 1 salário mínimo¹ () 1 salário mínimo² () 1 a 2 salários mínimos³ () 3 a 4 salários mínimos⁴ () ≥ 5 salários mínimos⁵.</p> <p>COR/RAÇA: () Branca¹ () Preta² () Parda³ () Amarela⁴ () Indígena⁵</p>
--

2. BLOCO DE DADOS OBSTÉTRICOS

<p>Nº DE FILHOS: _____ Filhos GEMELAR? () Sim¹ () Não²</p> <p>Nº DE CONSULTAS PRÉ- NATAIS: _____ Consultas</p> <p>COM QUANTOS MESES INICIOU O PRÉ- NATAL? ____ Meses</p> <p>ONDE REALIZOU AS CONSULTAS DE PRÉ- NATAL? () Unidade Básica¹ () maternidade² () Rede privada³.</p> <p>INTERCORRÊNCIA DURANTE A GESTAÇÃO ATUAL: () Sim¹ () Não²</p> <p><i>Se sim, qual a intercorrência:</i> () Sangramento¹ () Acidente² () Pré- eclampsia³ () DM Gestacional⁴ () Anemia⁵ () Eclampsia⁶ () ITU⁷ () _____ Outros⁸.</p> <p>TIPO DE PARTO REFERENTE AO ÚLTIMO: () Parto Normal¹ () Cesárea² () _____ Outros³.</p> <p><i>Se foi Parto Normal, qual o local:</i> () Maternidade¹ () Casa² () _____ Outros³.</p>
--

3. BLOCOS DE DADOS DA CRIANÇA

<p>SEXO: () Feminino¹ () Masculino²</p> <p>PESO AO NASCER: _____ g. CENTÍMETRO AO NASCER: _____ cm.</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA CEFÁLICA AO NASCIMENTO: _____ cm</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA TORÁCICA AO NASCIMENTO: _____ CM</p> <p>CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL AO NASCIMENTO: _____ CM</p> <p>SEMANA GESTACIONAL: _____ S.</p>

4. TÉCNICA DA AMAMENTAÇÃO E PADRÃO DE ALEITAMENTO

<p>VOCÊ AMAMENTOU LOGO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA? () Sim¹ () Não²</p> <p><i>Em caso de sim, perguntar: QUANDO AMAMENTOU?</i></p> <p>() Nas primeiras horas após o nascimento¹.</p> <p>() Depois da 1ª até à 6ª hora².</p> <p>() Depois da 6ª hora de vida³.</p> <p>() > 24 horas⁴ () _____ Outros⁵.</p> <p><i>Em caso de não, perguntar: PORQUE NÃO AMAMENTOU LOGO APÓS O NASCIMENTO DA CRIANÇA?</i></p> <p>() Não tive leite¹</p> <p>() Dor² () Fissuras³ () Mastite⁴ () Abscesso⁵ () Mamilo invertido⁶ () Pega incorreta⁷</p> <p>() Resultados sorológicos positivos (HIV/ AIDS; HB)⁸</p> <p>() _____ outros⁹.</p> <p>() Foi Ofertado fórmula láctea para a criança? () Sim¹ () Não²</p> <p>* EM CASO DE SIM, QUAL? _____.</p> <p>() ESTÁ AMAMENTANDO NO MOMENTO? () Sim () Não</p>
--



*Em caso de Sim, Perguntar: **VOCÊ OFERTA APENAS LEITE DO PEITO PARA A CRIANÇA?** ()
sim¹ () **Não**²

Em caso de Não, perguntar: **PORQUE VOCÊ NÃO ESTÁ AMAMENTANDO EXCLUSIVAMENTE?**

() Não quero¹ () Trabalho fora de casa² () o filho enjoou do peito³ () para meu peito não “cair”⁴ () Meu Leite é fraco e o bebê chora com fome⁵ () Meu leite secou⁶ () _____ outros⁷.

QUAL O PRIMEIRO ALIMENTO QUE FOI OFERTADO A CRIANÇA?

() Frutas¹ () verduras² () leite em pó³ () chá⁴ () água⁵ () caldo de feijão⁶ () feijoada⁷ () sopa⁸ () sucos⁹ () mingau¹⁰ () salgadinhos em pacote¹¹ () biscoitos recheados¹² () refrigerante¹³ () Fórmula láctea¹⁴ () _____ outros¹⁵.

5. **BLOCO DE MARCADORES DE CONSUMO ALIMENTAR (SISVAN, 2012).**

*CRIANÇAS MENORES DE 6 MESES

A criança ontem tomou leite do peito? () Sim¹ () Não² () Não Sabe³

Mingau: () sim¹ () não² () não sabe³

ONTEM A CRIANÇA CONSUMIU:

Água/ chá: () sim¹ () não² () não sabe³

Leite de Vaca: () sim¹ () não² () não sabe³

Formula infantil: () sim¹ () não² () não sabe³

Suco de Fruta: () sim¹ () não² () não sabe³

Fruta: () sim¹ () não² () não sabe³

Verdura: () sim¹ () não² () não sabe³

Comida de sal: () de panela () papa ou sopa (): () sim¹ () não² () não sabe³

Outros alimentos/ bebidas: () sim¹ () não² () não sabe³

6. **BLOCO DE FATORES QUE INTERFERE NA AMAMENTAÇÃO:**

A CRIANÇA FAZ USO DE CHUPETA? () Sim¹ () Não²

A CRIANÇA FAZ USO DE MAMADEIRA? () Sim¹ () Não²

Em caso de sim, qual o motivo do uso da chupeta e da mamadeira? _____.

7. **BLOCO DE NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA GENITORA ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO:**

RECEBEU ORIENTAÇÕES SOBRE ALEITAMENTO MATERNO AINDA NA MATERNIDADE? () sim¹ () Não²

PRA VOCÊ, O LEITE MATERNO SUSTENTA ADEQUADAMENTE A CRIANÇA? () sim¹ () Não²

COMO VOCÊ CONSIDERA O LEITE MATERNO? () Melhor alimento a ser ofertado a criança¹ () fraco²

() Ralo³ () Forte⁴ () _____ Outros⁵.

POR QUANTO TEMPO A CRIANÇA DEVE MAMAR SOMENTE AO SEIO SEM RECEBER NENHUM OUTRO ALIMENTO E LÍQUIDOS?

() 0 – 3 meses¹ () 3 – 6 meses² () 6 meses ou > ³() _____ Outros⁴.

8. **BLOCO DE CRENÇAS E TABUS ACERCA DO ALEITAMENTO MATERNO** (SANTANA, J. M.; BRITO, S.M.; SANTOS, D. B, 2013)

POR QUE VOCÊ PAROU DE AMAMENTAR?

Vou ler algumas frases e a senhora me diz se pode ou não acontecer...

Meu leite é fraco, por isso que o bebê chora com fome: () Sim¹ () Não²

Só meu leite não sustenta, e o bebê chora com fome: () Sim¹ () Não²



Criança que nasceu antes do tempo ou muito pequena não pode mamar: () Sim ¹() Não²
Se o bebê arrotar mamando, o peito pode inflamar ou o leite secar: () Sim ¹() Não²
Mãe que trabalha fora não pode amamentar: () sim ¹() Não²

IDADE DA CRIANÇA

9. BLOCO DE INFORMAÇÕES ANTROPOMÉTRICAS ATUAIS DA CRIANÇA:

Nome da Criança: _____

Peso: _____ g Comprimento: _____ cm. IMC: _____ kg/m²
Circ. Cefálica: _____ cm Circ. Torácica : _____ cm. Circ. Abdominal: _____
cm